UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: CORUMBÁ (1930-1954)

Autora: SILVIA HELENA ANDRADE DE BRITO
Orientador: PROF. DR. JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por Silvia Helena Andrade de Brito e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: _____/_____/_____

Assinatura: _____

Comissão Julgadora:

_____

_____

_____

_____

Campinas
Outubro de 2001

© by Silvia Helena Andrade de Brito, 2001.

Catalogação na Fonte elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

Brito, Silvia Helena Andrade de.
B777e Educação e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil : Corumbá (1930-1954) / Silvia Helena Andrade de Brito. -- Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientador : José Claudinei Lombardi.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação – Mato Grosso – História. 2. Educação – Fronteira Oeste - 1930-1954. 3. Educação – Corumbá – História. 4. História – Fronteira Oeste - I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.

RESUMO: A presente pesquisa centrou-se na problemática de como se organizou e se desenvolveu a educação pública e privada na fronteira Oeste do Brasil, especialmente na região de Corumbá (município atualmente pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul), no período abrangido pelos governos Vargas (1930-1954), incluídos aí os anos referentes à gestão do Gen. Eurico Gaspar Dutra. Mais especificamente, o objeto deste trabalho era desvelar a relação existente, nesta região da fronteira Brasil-Bolívia, entre o desenvolvimento da sociedade capitalista, naquele contexto particular, e a temática educacional.

Neste sentido, na primeira parte deste trabalho (1930-1945) evidencia-se que, por um lado, a perspectiva nacionalizante que se intentou imprimir à educação a partir dos anos 30, e mais particularmente a partir do Estado Novo, era coerente com o cenário econômico, político e social *nacionalista* que vicejava neste momento no país, combinado ao contexto internacional favorável a este tipo de ideário. Por outro lado, contudo, tais políticas, estiveram muito mais voltadas para a conformação de uma educação em bases nacionais do que para a implantação efetiva de uma *pedagogia autoritária.* Assim, considerando o papel da educação na sociedade brasileira neste momento, o processo de expansão do ensino, principalmente primário, parecia suficiente para atender as demandas por escolarização existentes à época. Mesmo este processo, contudo, com todo o seu corolário — unificação de programas, métodos de ensino, organização de serviços técnico-burocráticos, etc — somente se intensificaram e assumiram um caráter nacional no período seguinte, particularmente a partir da década de 50.

Considerando estas questões básicas, foi discutido o processo de (re)organização pelo qual passou o sistema escolar mato-grossense, incluída aí a região da fronteira Centro-Oeste desta estado. Dito de outra forma, isto significou o início da conformação de uma *rede* de ensino no estado, organizada a partir de critérios de âmbito nacional. Em Mato Grosso, deu-se especial atenção para o debate em torno da unidade pedagógica e organizacional das escolas isoladas, sendo que esta preocupação já estava incluída em um conjunto de modificações em curso na educação mato-grossense, desde a segunda metade dos anos 20.

De outra feita, nos anos do pós-guerra (1946-1954), assistiu-se à disputa em torno da questão de se imprimir ou não um caráter nacionalista ao projeto de desenvolvimento em curso no Brasil, que terá desdobramentos tanto nas discussões sobre a questão educacional no processo constituinte de 1946, como nas contendas que envolveram a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDBEN —, iniciada em 1948.

Em Mato Grosso e na região de fronteira, este período foi marcado pelo processo de expansão do sistema escolar, quando se configurou a consolidação das principais transformações observadas na etapa anterior. Entre elas, a introdução de novos profissionais no campo educacional, como os orientadores e supervisores educacionais, visando a maior racionalização do trabalho pedagógico; o fortalecimento de uma ação integrada na área rural, etc. Com isto, tinha-se em vista principalmente direcionar o desenvolvimento — particularmente na região de fronteira, marcada por uma incipiente dinamização industrial — rumo à sua integração produtiva com o restante do país, contando para tal com a atividade educacional.

As fontes utilizadas para este trabalho incluem documentação primária, de natureza pública e privada, das mais variadas espécies — relatórios, cartas, ofícios, memorandos, telegramas, etc —, além de documentação secundária sobre a mesma temática, compilada em diferentes bibliotecas e arquivos (Arquivo Nacional; Arquivo Estadual/MT; Arquivo da Assembléia Legislativa/MT; Biblioteca Nacional; Bibliotecas da UFMS, da UFMT, etc).

ABSTRACT: The following research was based on the problematic of how the public and private education was organized and developed at the Western frontier of Brazil, specially around the region of Corumbá (County that is located on the State of Mato Grosso do Sul), through out the Vargas' government (1930-1954), as well the government of Gen. Eurico Gaspar Dutra. In particular, the goal of this work was find out about the relation at this region of border Brazil - Bolívia, between the development of the capitalist society at that context, and the issue of education.

At the first part of this work (1930 - 1945) it shows, in the point of view, the perspective tried to pass to education, particularly since *Estado Novo*, was pursuant with the economic, politic and social nationalist scene, of that moment, combined to the international context favorable to this kind of ideal. In another point of view, those politics were centered to a nationalist education instead of a authority pedagogy. In this matter, considering the objective of the education in the Brazilian society, at the moment, the process of expansion of teaching (mainly in primary school) seemed sufficiently to attend the demands of instruction at the time. But this process — unified programme, instruction methods, technical-bureaucratic services organization, etc — only on the fifties would have assume a national character.

Considering these basic questions, was discussed the reorganization process which the school system of Mato Grosso passed through, including Midwest border of the state. On the other hand that meant the beginning of a *education network* on the state, organized by a national standard. In Mato Grosso, was conceived a special attention to a discussion about the pedagogic and organizational unity of the isolated schools, what have been happening since the second half of the twenties.

In the post war years (1946-1954) there was a dispute and questioning whether they should or not imprint a nationalist character into the project of development, on process in Brazil, which will have consequences as much on discussions about the education issue on the constituent process of 1946, as on the contention that surrounds the approval of the "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" — LDBEN — since 1948.

In Mato Grosso and in the frontier region, this period was marked by the school system expansion process, when it configure the consolidation of the main transformations observed in the previous stage. Among them, the introduction of new professionals in the area, such as educational guides and supervisors trying to rationalize the pedagogic work, the strengthening an integral action around the rural area, etc. Looking for it, the goal was to focus the development — particularly in the frontier region, which had an incipient industrial development-towards its productive integration with the rest of the country, with the educational activity as a partner.

The source of this research include primary documentation, of public and private nature, of the most diversity species — reports, letters, official letters, memorandums, telegrams, etc —, besides secondary documentation about the same issue, compiled in different libraries and archives (National Archive; Public State Archive (Cuiabá); Archives of Mato Grosso Legislative Assembly; National Library; Libraries of UFMS and UFMT, etc).

Aos meus pais, Helena da Conceição Andrade de Brito (in memoriam) e Antonio Bezerra de Brito, os primeiros a sonhar com esta realização.

Ao Roberto, companheiro e amigo, cúmplice de tantas horas, com quem dividi as alegrias e tristezas envolvidas neste trabalho.

Agradecimentos

Eu os chamo

"Um por um falarei com eles esta tarde.
Um por um, chegais à recordação,
esta tarde, nesta praça..." (Pablo Neruda)

Neste final (e início) de jornada, nenhuma certeza é mais forte que esta: nosso trabalho, por "menor" e mais "isolado" que nos pareça, é sempre fruto de um esforço coletivo. E é a este coletivo, feito de muitas mãos, que dirijo meus agradecimentos:

- ao PROF. DR. JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI, nosso querido *Zezo*, orientador, interlocutor e incentivador de todas as horas;

- aos PROFS. DRS. DEMERVAL SAVIANI, GILBERTO LUIZ ALVES, MARIA ELIZABETE SAMPAIO PRADO XAVIER e OLINDA MARIA NORONHA, que acompanharam este trabalho, em diferentes momentos de sua trajetória, enriquecendo-o com suas colaborações;

- aos amigos de doutorado na Unicamp, ANTONIO, FÁBIA, ELIANE, MALÚ, RONALDA e RUBENS, coletivo que não somente me acolheu como interlocutora mas sobretudo como co-partícipe desta aventura, que é a pesquisa científica;

- aos amigos de Campinas, Campo Grande, Corumbá e Dourados, com quem compartilhei as alegrias desta jornada, e com quem pude contar para vencer os obstáculos: ANA MARIA BORTOLANZA, EUDES FERNANDO LEITE, GILMA GONZALEZ, JOÃO BORTOLANZA, MARA REGINA MARTINS JACOMELI, MARGARIDA MARQUES, MARIA DILNÉIA ESPÍNDOLA FERNANDES, PATRÍCIA GRAÇA MARQUES (CINHA), ROSILENE CARAMALAC, SANDRO FABI e SOLANGE FABI;

- aos colegas do HISTEDBR-Campinas e HISTEDBR-MS, que sempre estiveram prontos a incentivar e colaborar com este trabalho;

- à PROFA. MS. AUREDIL FONSECA DOS SANTOS e ao PROF. DR. JOÃO BORTOLANZA, que com dedicação e profissionalismo lançaram-se à revisão dos originais deste trabalho;

- à PROFA. DRA. RITA BALTAR VAN DER LAAN e a PROFA. PATRÍCIA GOMES MARQUES, que gentilmente responsabilizaram-se pelo "Abstract", apresentado ao início desta tese;

- aos funcionários da PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UFMS, que estiveram sempre prontos a prestar qualquer auxílio, durante todo o período de realização do Doutorado;

- aos funcionários e professores da PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNICAMP, e em especial aos docentes das áreas de FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO deste programa, sempre atentos e prontos a prestar todo auxílio acadêmico à realização deste trabalho;

- aos professores do curso de História, do Departamento de Ciências Humanas e Letras da Centro Universitário de Corumbá / DHL-CEUC, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na pessoa de sua chefe, PROFA. DRA. VILMA ELISA TRINDADE SABOYA, que propiciaram as condições para o meu afastamento durante o curso de doutorado;

- à CAPES, que através do programa PICDT — hoje infelizmente sendo desativado — deu-me condições para dedicar-me integralmente a este trabalho, durante os quatro anos que tive acesso à bolsa desta instituição,

A TODOS, MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS.

Narrador apresenta sua terra: Corumbá, Cidade Branca. Capital do Pantanal. Com orgulho.

Arremeda uma gema de ovo o nosso pôr do sol do lado da Bolívia. A gema vai descendo até se desmanchar atrás do morro. (Se é tempo de chover, desce um barrado escuro por toda a extensão dos Andes e tampa a gema.)

"— Aquele morro bem que entorta a bunda da paisagem!"

Deste lado é Corumbá. Além de cansanção, nós temos cuiabanos, chiquitanos, pau-rodados e turcos. Todos por cima de uma pedra branca que o rio Paraguai borda e lambe.(...)

"— Turma que tira o sarro..."

Não indo para oeste, qualquer lado que frechar, corumbaense cai no pântano. *"Nosso chão tem mais estrelas. Nossos brejos têm mais sapos."* (do livro CORUMBÁ GLORIOSA, de R. Araújo).

"— Povo que gozam no poeta..."(...)

Descendo a Ladeira Cunha e Cruz, a gente imbica no Porto. Aqui é a cidade velha. O tempo e as águas esculpem escombros nos sobrados anciãos. Desenham formas de larvas sobre paredes em podre. São trabalhos que se fazem de rupturas. Como um poema.

Arbustos de espinhos com florimentos vermelhos desabrem nas ruínas.

"— Nossos sobrados enfrutam!"

Há sapos vegetais entre pedras e águas. O homem deste lugar é uma continuação das águas.

Arruados que correm na beira do rio, esbarram em barracos de lata, adonde se vendem pacus fritos e se bebem caldos de piranha.

"— Devia de ficar no altar o nosso caldo de piranha!

— Acho de acordo!"

Por mim, advenho de cuiabanos. Meu pai jogou canga pra cima no primeiro escrutínio e sumiu no zamboaba. Há um rumor de útero que muito me repercute nestes brejos. Aqui o silêncio rende. Assim na pedra como nas águas. Decretadamente, senhores.

(Manoel de Barros, *Livro de Pré-coisas)*

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas.....p. 1

Lista de figuras.....p. 3

Lista de tabelas.....p. 5

Introdução.....p. 9

1. Origem do problema de pesquisa.....p. 9
2. O problema de pesquisa.....p. 10
3. O tratamento desta temática na historiografia educacional.....p. 18

Capítulo I - *A fronteira Oeste do Brasil (1930-1945): panorama histórico-educacional*

1. A sociedade em Mato Grosso no pós-30.....p. 25
2. Aspectos históricos de uma fronteira longínqua: a região de Corumbá.....p. 47
3. O ensino primário em Mato Grosso.....p. 55
   3.1. Tipologia das escolas existentes.....p. 57
   3.2. Controle e fiscalização.....p. 65
   3.3. Matrículas registradas.....p. 69
4. O ensino médio em Mato Grosso.....p. 75
   4.1. Tipologia das escolas existentes.....p. 77
   4.2. Matrículas registradas.....p. 79
5. O financiamento do ensino público em Mato Grosso.....p. 83
6. O ensino primário em Corumbá.....p. 89
7. O ensino médio em Corumbá.....p. 105
8. O financiamento do ensino público em Corumbá.....p. 111

Capítulo II - *A fronteira Oeste do Brasil (1946-1954): panorama histórico-educacional*

1. A sociedade em Mato Grosso no pós-guerra.....p. 121
2. De como a fronteira longínqua tornou-se próxima: a região de Corumbá.....p. 135
3. O ensino primário em Mato Grosso.....p. 141
   3.1. Expansão e ordenação da escola primária.....p. 142
   3.2. Controle e fiscalização.....p. 155
   3.3. Matrículas registradas.....p. 163
4. O ensino médio em Mato Grosso.....p. 167
5. Ensino público em Mato Grosso: o financiamento da educação.....p. 175
6. O ensino primário em Corumbá.....p. 182
7. O ensino médio em Corumbá.....p. 190

Capítulo III - *Educação e fronteiras: a questão educacional e as políticas do Estado brasileiro para as fronteiras (1930-1945)*

1. Um projeto nacionalista para o Brasil: as propostas do primeiro governo Vargas.....p. 194
2. Preocupações em torno da nacionalização das fronteiras.....p. 212
3. A faceta externa do projeto de nacionalização e a realização do projeto nacionalista na fronteira Brasil-Bolívia.....p. 223
4. O papel da educação na nacionalização .....p. 240
5. O papel da educação na nacionalização das fronteiras: o caso de Mato Grosso.....p. 252

Capítulo IV - *Educação e fronteiras: a questão educacional e as políticas do Estado brasileiro para as fronteiras (1946-1954)*

1. O Brasil no contexto da Guerra Fria: o projeto desenvolvimentista no segundo período Vargas.....p. 262
2. Fronteiras e desenvolvimento nacional.....p. 279
3. A faceta externa do projeto de desenvolvimento das fronteiras e realização do projeto de integração nacional na fronteira Brasil-Bolívia.....p. 286

4. A educação no interior do projeto nacional-desenvolvimentista.....p. 300
5. O papel da educação no desenvolvimento da fronteira Oeste do Brasil, Corumbá (Mato Grosso), entre 1946 e 1954.....p. 310

Considerações finais.....p. 325

Referências bibliográficas.....p. 347

LISTA DE ABREVIATURAS

AHI – Arquivo Histórico do Itamarati – Ministério das Relações Exteriores

AN – Arquivo Nacional

APE-MT – Arquivo Público Estadual - Mato Grosso

CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário

CAPES – Campanha Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFF – Comissão Especial da Faixa de Fronteira

CEUC – Centro Universitário de Corumbá

CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea – Fundação Getúlio Vargas

DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas HIStória, Sociedade e EDucação no BRasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMPL – Instituto Memória do Poder Legislativo – Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

INL – Instituto Nacional do Livro

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MES – Ministério da Educação e Saúde

NDHIR-UFMT – Núcleo de Documentação Histórica Regional – Universidade Federal de Mato Grosso

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SES – Secretaria de Educação, Cultura e Saúde

SOBRAMIL – Sociedade Brasileira de Mineração Ltda.

SPEVEA – Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia

SPU – Serviço de Patrimônio da União

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UDN – União Democrática Nacional

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1.1. Crescimento do número de unidades escolares secundárias, normais e comerciais – Mato Grosso – 1935 a 1942 ..... p. 81
Gráfico 1.2. Escolas primárias particulares subvencionadas – Corumbá - 1931 a 1945..... p. 115
Gráfico 2.1. Escolas primárias segundo a localização – Mato Grosso – 1946 e 1951..... p. 145
Gráfico 2.2. Distribuição das matrículas por série do ensino primário – Mato Grosso – 1946 e 1956..... p. 166
Gráfico 2.3. Matrícula geral no ensino médio – Mato Grosso – 1947, 1953 e 1954..... p. 174
Gráfico 2.4. Distribuição das verbas públicas entre os vários setores educacionais – Mato Grosso–1952 a 1954..... p. 180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1. Imposto de exportação – Mato Grosso - 1926- 1929..... p. 28

Tabela 1.2. Desenvolvimento do setor industrial em Corumbá – 1930, 1940 e 1950..... p. 51

Tabela 1.3. População das principais cidades mato-grossenses – 1920 e 1940..... p. 53

Tabela 1.4. Escolas primárias segundo o tipo – Mato Grosso – 1930 a 1942..... p. 59

Tabela 1.5. Escolas segundo a localização – Mato Grosso – 1933 a 1942..... p. 62

Tabela 1.6. Escolas segundo a dependência administrativa – Mato Grosso – 1935 a 1942..... p. 65

Tabela 1.7. Ensino primário – Matrícula Geral – Mato Grosso – 1935 a 1942..... p. 70

Tabela 1.8. Crescimento do atendimento escolar no ensino primário – Mato Grosso – 1920 a 1940..... p. 74

Tabela 1.9. Taxas do Curso Complementar/ Liceu Cuiabano – Mato Grosso – 1938..... p. 78

Tabela 1.10. Matrícula geral - Ensinos secundário, normal e comercial – Mato Grosso– 1930 a 1945..... p. 80

Tabela 1.11. Comparação das despesas efetuadas pelo governo de Mato Grosso – 1930 a 1936..... p. 83-84

Tabela 1.12. Despesas efetuadas com a instrução pública - Mato Grosso - 1930 a 1945..... p. 86

Tabela 1.13. - Corpo docente no ensino estadual - Mato Grosso - 1933 a 1942..... p. 88

Tabela 1.14. Estabelecimentos públicos e particulares que ministraram ensino primário em Cuiabá, Campo Grande e Corumbá – 1937 e 1939..... p. 90

Tabela 1.15. Escolas primárias, segundo a dependência administrativa - Corumbá - 1931 a 1945..... p. 91

Tabela 1.16. Escolas primárias estaduais, municipais e particulares, segundo o tipo - Corumbá - 1931 a 1945..... p. 91

Tabela 1.17. Matrícula e freqüência das escolas primárias - Corumbá - 1931 a 1945..... p. 94

Tabela 1.18. Matrículas no ensino secundário público em Corumbá – 1931- 1942. p. 109

Tabela 1.19. Matrículas nos ensinos secundário, normal e comercial privado em Corumbá - 1931- 1942..... p. 110
Tabela 1.20. Recursos públicos aplicados em educação no município de Corumbá - 1930-1945..... p. 112
Tabela 1.21. Composição interna dos gastos municipais com educação - 1939-1945..... p. 117
Tabela 2.1. Receita arrecadada e despesa realizada – Mato Grosso – 1948 a 1954 (em Cr$1.000,00)..... p. 123
Tabela 2.2. Colônias públicas – Mato Grosso – 1943 a 1963..... p. 129
Tabela 2.3. Distribuição de cadeiras pelas legendas partidárias, por eleição - Mato Grosso - 1950 e 1954..... p. 135
Tabela 2.4. População das principais cidades mato-grossenses - 1940 e 1950..... p. 140
Tabela 2.5. Escolas primárias segundo o tipo - Mato Grosso - 1946 a 1954..... p. 143
Tabela 2.6. Escolas primárias segundo a dependência administrativa - Mato Grosso - 1947-1956..... p. 153
Tabela 2.7. Ensino primário – Matrícula Geral – Mato Grosso – 1946 a 1954..... p. 163
Tabela 2.8. Ensino primário – Matrícula Geral por dependência administrativa – Mato Grosso – 1946 a 1953..... p. 164
Tabela 2.9. Crescimento do atendimento escolar do ensino primário – Mato Grosso – 1940 a 1950..... p. 166
Tabela 2.10. Escolas secundárias, normais e comerciais - Mato Grosso - 1947 a 1954..... p. 168
Tabela 2.11. Escolas secundárias, normais e comerciais privadas - Mato Grosso - 1947 a 1954..... p. 172
Tabela 2.12. Comparação das despesas efetuadas pelo governo de Mato Grosso - 1949 a 1954 ..... p. 176
Tabela 2.13. Verbas destinadas ao Estado de Mato Grosso pela União - 1946 a 1954 ..... p. 178
Tabela 2.14. Criação de escolas primárias estaduais em Corumbá - 1949-1954..... p. 183
Tabela 2.15. Matrícula geral no ensino primário público municipal - Mato Grosso

- 1946-1956..... p. 186
Tabela 4.1. Auxílios pagos pela CEFF, de acordo com a Lei 2597/55, entre 1956 e 1958..... p. 312
Tabela 4.2. Resultados referentes ao ensino fundamental comum – Mato Grosso 1946 e 1955..... p. 317

Introdução

1. Origem do problema de pesquisa

No ano de 1992, um grupo de professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) iniciou um trabalho coletivo de pesquisa nesta instituição, com o lançamento do projeto *Problemas da sociedade e da educação nas fronteiras de Mato Grosso do Sul com a Bolívia e com o Paraguai*, cuja coordenação geral coube ao Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves. Esse projeto, que estava ligado às iniciativas do núcleo local do HISTEDBR (Grupo de Estudos e Pesquisas **HIST**ória, Sociedade e **ED**ucação no **Brasil**), visava ao levantamento e identificação de fontes relevantes para a História da Educação — nas regiões de fronteira, ainda pouco conhecidas no contexto regional — bem como a posterior discussão de temáticas que alimentassem a pesquisa na UFMS, tanto do quadro docente, como discente. Neste sentido, o eixo temático *Educação nas fronteiras de Mato Grosso do Sul* foi posteriormente incorporado à linha de pesquisa *Idéias educacionais & Pedagogias contemporâneas* do curso de Mestrado em Educação/UFMS, no qual se encontra até o presente momento.

Um dos subprojetos elaborados no contexto desse coletivo de pesquisa foi o trabalho *Análise histórica da educação na fronteira Brasil-Bolívia*, que tinha como objetivo central analisar a situação da educação naqueles países na contemporaneidade, principalmente a partir da década de 70. A pesquisa em questão foi desenvolvida entre os anos de 1995 e 1996, tendo sido concluída em 1997. Durante sua realização, três outras atividades foram desenvolvidas, como parte desse subprojeto:

1. uma monografia apresentada como trabalho de graduação, sob responsabilidade da acadêmica Elizeth Rosa de Araújo Cavalcante (curso de Pedagogia/CEUC), intitulada *Panorama atual da educação pública boliviana numa região de fronteira: Puerto Suárez*;
2. programa de iniciação científica da discente Miriam Campos Chaparro (curso de História/CEUC), intitulado *Evolução histórico-social da fronteira Brasil-Bolívia (Corumbá-Puerto Suárez-Quijarro - 1970/1996)*;

3. programa de iniciação científica do discente Marcos José Miranda Alves (curso de História/CEUC), intitulado *Estudo comparativo das redes de ensino público na fronteira Brasil-Bolívia (Corumbá-Puerto Suárez - 1970/1996)*.

Além desses trabalhos, ainda como parte das atividades desenvolvidas durante o referido subprojeto, foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação/UNICAMP o projeto *Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil*: *Corumbá (1950/1994)*, a ser desenvolvido durante o curso de Doutorado, naquela Universidade, no período 1997-2000. Posteriormente, já durante o desenrolar do programa de estudos desenvolvidos na Unicamp, acatando sugestões de alguns colegas e professores do curso, foi apresentada uma nova proposta de periodização do trabalho, limitando os marcos temporais da pesquisa entre os anos iniciais da chamada "era Vargas" (1930-1954). Esta mudança foi motivada por duas preocupações fundamentais: primeiramente, propiciar o estudo de um período ainda pouco conhecido da história de Mato Grosso e de sua fronteira Oeste, uma vez que a historiografia existente sobre o estado, sobretudo no campo educacional, concentrara sua atenção sobre o período colonial e início do período republicano, ou sobre a educação contemporânea; em segundo lugar, o fato de encontrarem-se ali os fundamentos das mudanças ocorridas no campo educacional, no Brasil e em Mato Grosso, a partir de 1950, tornava importante o retorno a esse período, no sentido de conhecer e analisar a forma como processos tão marcantes na história do país, como foram aqueles que se deram entre os anos 30 e o final da Segunda Guerra Mundial, estiveram presentes e concretizaram-se na história local.

2. O problema de pesquisa

O tema proposto para pesquisa diz respeito à conformação da educação pública e privada na fronteira Oeste do Brasil, especialmente na região de Corumbá (município atualmente pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul), no período abrangido pelos governos Vargas (1930-1954)[1]. Mais especificamente, o objeto deste trabalho abrange a

[1] O período em questão, incluindo o governo Dutra, está sendo considerado como constituindo uma unidade, no que diz respeito à implantação de um novo modelo de desenvolvimento no Brasil.

relação entre o desenvolvimento capitalista e a temática educacional, em uma dada região fronteiriça — a fronteira Brasil-Bolívia.

Desta forma, ao delimitar-se tal problemática para esta pesquisa, tinha-se em vista, como objetivo geral da mesma, a análise das relações existentes entre os processos em curso na sociedade capitalista e o processo educacional, considerando a maneira específica como elas concretizaram-se na região em apreço, naquele momento histórico. Como objetivos específicos, não perdendo de vista que a educação assumiu contornos singulares na fronteira Oeste do Brasil, buscou-se, neste trabalho, evidenciar os determinantes do processo de expansão e universalização do ensino na região, entre 1930-1954. Assim, procurou-se analisar:

1. as relações existentes entre o desenvolvimento social na região de Corumbá, enquanto região de fronteira, e a temática educacional, destacando as especificidades que marcam o processo educativo neste espaço social, consideradas suas relações e inserção particulares no cenário nacional e internacional, principalmente a partir de sua condição de *zona de fronteira*;
2. de que forma políticas federais, como a chamada *Marcha para o Oeste*, ou desdobramentos das políticas exteriores brasileiras, como aquelas que envolveram as posições do país durante a Guerra do Chaco (1932-1935), durante a construção da Estrada de Ferro Noroeste etc, poderiam ter provocado mudanças sociais expressivas nesta parte do Brasil, demandando transformações também na esfera educacional;
3. a existência ou não de políticas públicas específicas para a região de fronteira, considerando em particular a questão educacional.

Postos esses parâmetros gerais da pesquisa, haveria que se definir a periodização da mesma. Nestes termos, os critérios adotados para a escolha desse período prendem-se a questões teórico-metodológicas, relacionadas à própria forma de apreensão do objeto em estudo. Assim, considerando-se que este trabalho tem como pressuposto a análise desta temática enquanto parte do movimento global do modo de produção capitalista, procurou-se estabelecer o marco temporal da pesquisa a partir desse parâmetro.

Considerando-se a fase monopólica[2] de organização da sociedade capitalista, e a existência de variações cíclicas[3] dentro do desenvolvimento desse modo de produção, optou-se[4] pelo estudo de uma parte do período histórico que se inicia nos anos 30 e se concluiu no final da década de 60[5], no qual se encontra o segundo grande ciclo de desenvolvimento dessa fase da sociedade capitalista. Nos anos iniciais deste novo ciclo, entre os anos 20 e 40, a sociedade capitalista passou por uma crise econômica mundial,

> "(...) sem precedentes, [que] pôs de joelhos até mesmo as economias capitalistas mais fortes e pareceu reverter a criação de uma economia mundial única, feito bastante notável do capitalismo liberal do século XIX. Mesmo os EUA, a salvo de guerra e revolução, pareceram próximos do colapso."[6]

A essa crise, representada emblematicamente pelo *crash* sofrido pela Bolsa de Nova York, em 1929, seguiu-se uma nova onda de prosperidade na sociedade capitalista, a chamada *Era de Ouro* que, ainda utilizando as análises de Hobsbawm, significou a mais rápida e fundamental transformação econômica, social e cultural já ocorrida na história do capitalismo. Não por acaso, a nova crise que assolaria o mundo capitalista, a partir do final

---

[2] Nas palavras de Mello, a monopolização da economia capitalista, fenômeno que já fora previsto por Marx, foi resultado do próprio nível de acumulação de capital alcançado ao longo da primeira metade do século XIX, por força da Revolução Industrial, levando ao redimensionamento da própria escala da produção industrial, que passou a se fazer por meio de corporações, "(...) uma forma organizacional que permite uma ilimitada concentração e centralização do capital, e que ao mesmo tempo dá origem e é estimulada por uma superestrutura financeira de bancos extremamente sofisticada, mercado de ações, companhias *holding*, etc." SWEEZY, Paul. *Modern capitalism and others essays...* p. 7 Apud MELLO, Alex Fiuza de. *Marx e a globalização...* p. 116. Complementarmente, é importante lembrar que "com o incremento da acumulação e o crescimento da grande empresa, o capitalismo vai abandonando paulatinamente sua fase concorrencial clássica (*laissez-faire*), circunscrita basicamente à disputa entre pequenas unidades de capital, e que predominara até depois da metade do século XIX. À emergência dos primeiros oligopólios, desvenda-se uma nova etapa de enfrentamento entre capitais, agora de maior monta, cuja necessidade de sobrevivência, de autovalorização, consagra estratégias mais agressivas de ação desses conglomerados em face do domínio do mercado mundial, [...] numa radical redefinição da geo-economia e da geopolítica planetária." *Ibid.,* p. 120.

[3] "De fato, Marx já apontara, [...] a tendência *estrutural* do capitalismo a crises cíclicas, bem como previra sua agudização sob o regime monopolístico de acumulação. Segundo o autor de *O Capital*, as crises cíclicas nada mais são que expressão (causa e efeito) desse movimento contraditório de acumulação e expansão contínua das forças produtivas capitalistas e têm representado, sempre, momentos de reajuste da economia que têm conduzido a uma crescente e progressiva concentração/centralização das bases materiais do capital." *Ibid.,* p. 122-123.

[4] É importante ressaltar uma vez mais que havia uma grande lacuna na historiografia regional quando enfoca a questão educativa, em relação a este momento histórico, o que motivou, em grande medida, a análise nesta direção.

[5] Ressalte-se que este ciclo teve uma duração variável em diferentes conjuntos de países. No caso dos países da América Latina, o esgotamento desta etapa deu-se pelo menos uma década depois de suas primeiras manifestações nos países centrais do mundo capitalista.

[6] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos...* p. 16-17

da década de 60, assumiu um caráter *universal* e globalizante ainda mais profundo, visto que

> "(...) pela primeira vez na história a Era de Ouro criara uma economia global única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado ("transnacionalmente") e, portanto, também, cada vez mais, por sobre as barreiras da ideologia de Estado."[7]

Resumidamente, pode-se afirmar que esses ciclos, marcados pela expansão do capital e pela conseqüente rearticulação de suas relações em termos mundiais, acabariam gerando transformações em todos os segmentos da sociedade capitalista. Assim, novos padrões societários passariam a ser representativos e demarcariam o processo histórico de constituição da sociedade burguesa, em cada ciclo assim determinado.

Com este pressuposto, este trabalho enfoca o período 1930-1954 — uma parte, portanto, desse segundo ciclo da fase monopólica do capitalismo — considerando que esses anos foram, em termos da história brasileira, significativos para a conformação de um novo modelo de desenvolvimento no país — numa sociedade capitalista que já transitava em direção a um novo ciclo de sua história, o que também levou a novos posicionamentos frente a todos os aspectos da vida social brasileira, seja a questão das fronteiras, seja a questão educacional.

Duas ressalvas ainda devem ser feitas sobre esta questão. Primeiramente, é preciso constatar que para a historiografia que se tem debruçado sobre o período em estudo, esta nova etapa de desenvolvimento do capitalismo no Brasil corresponde à chamada *era Vargas*[8]. São conhecidas as dificuldades existentes, entre os próprios estudiosos do tema, para determinar até *quando* se estendeu o legado dessa nova ordem econômica, política e social implantada a partir de 1930 — cujos antecedentes, no entanto, podem ser encontrados em meados da década anterior. Sem desconsiderar este fato, optou-se por limitar a pesquisa ao período abrangido pelos anos de 1930 a 1954, isto é, o momento histórico que engloba a trajetória do período governamental de Getúlio Vargas, mesmo tendo claro que, no caso brasileiro, seus efeitos estenderam-se até o final da década de 70.

---

[7] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos...* p. 19.

[8] Cf. D'ARAÚJO, Maria Celina. *A era Vargas.* São Paulo: Moderna, 1997.; PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: FGV, 1999. Ver especialmente as observações iniciais da Lúcia Lippi Oliveira.

Pode-se considerar, no entanto — e nestes termos é levantada a segunda ressalva — o período que foi de 1930 a 1954, marcado pela presença de Getúlio Vargas à frente do executivo federal, como representando uma primeira etapa desse processo. O processo em questão, que marcou a transformação do Brasil em um país industrial e mudou as bases agrárias da sociedade existente no país, no sentido de sua urbanização, é o que se convencionou chamar de primeira etapa do "modelo de substituição de importações"[9]. Assim, como lembra Saviani,

> "A primeira etapa do modelo de substituição de importações corresponde à substituição de bens de consumo não-duráveis e se cumpre até a primeira metade da década de 50. A segunda etapa ocorre durante o governo de Kubitschek e corresponde à substituição de bens de consumo duráveis, a qual implicou o processo de internacionalização da economia, com a decorrente contradição entre o modelo econômico desnacionalizante e a ideologia política nacionalista."[10]

Na primeira etapa em questão, as características próprias ao momento de crise pela qual passava a sociedade capitalista, e as transformações que sofria no sentido de iniciar um novo ciclo de acumulação, deram condições ao surgimento do nacionalismo e à identificação deste último com a perspectiva industrializante. Nesse sentido, defender os interesses nacionais era o mesmo que promover a industrialização[11].

Isso permitiu que o governo presidido por Getúlio Vargas, ainda que de forma parcial, fosse capaz de desenvolver e impulsionar um projeto de industrialização para o Brasil, como uma via de libertação nacional. É importante destacar desde já, no entanto, que a industrialização esteve sempre limitada, no seu projeto de expansão e desenvolvimento, pela situação de crise internacional, ao mesmo tempo que esteve sempre atrelada às determinações mais gerais emanadas do capitalismo, enquanto modo de produção que se materializa de uma forma necessariamente *internacionalizante*.

Apesar disso, é possível destacar este momento em relação ao que lhe segue, representado pelo governo de Juscelino Kubitschek. Este último, localizando-se já na segunda etapa do chamado "processo de substituição de importações", aprofundou a

---

[9] TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro...* p. 37 et seq.; 79 et seq.
[10] SAVIANI, Dermeval. *Educação e questões da atualidade...* p. 64.
[11] *Ibid.,* p. 64.

internacionalização da economia brasileira: a meta de fazer o Brasil avançar "cinqüenta anos em cinco" só poderia ser alcançada por meio da atração e da criação de condições facilitadoras ao ingressso, em grande escala, do capital internacional[12]. Isto realizado, criar-se-iam as condições históricas para que a contradição entre um modelo econômico desnacionalizante e a ideologia política nacionalista — que sempre estivera latente no período anterior — se mostrasse em toda a sua extensão, gestando as condições da crise econômica, social e política que assolaria o país na primeira metade da década de 60.

Do ponto de vista deste trabalho, fez-se interessante sobretudo o estudo desta primeira etapa[13] do "processo de substituição de importações", representado pela proposta nacional-desenvolvimentista, colocado em andamento durante os governos de Getúlio Vargas. A intenção de analisar esse período foi verificar em que medida o Estado, ao assumir no Brasil propostas de caráter nacionalista, chegara a formular políticas específicas em relação à região de fronteira, sobretudo no campo educacional.

Ainda dentro desse marco histórico-temporal mais alargado, podem-se identificar dois momentos. Um primeiro, representado pela Revolução de 1930, que conduziu Vargas e seus aliados ao poder, dando início a uma série de reformas que só foram implantadas em toda a sua extensão e profundidade com o advento do Estado Novo, a partir de 1937. Como período de transição, essa fase foi marcada por crises no plano político-institucional, quando simultaneamente a sociedade capitalista, nacional e internacionalmente, vinha passando, desde os anos 20, pelos abalos provocados a partir da reestruturação acontecida principalmente após a Primeira Grande Guerra, cujo acontecimento marcante foi o *crash*, em 1929, da bolsa de Nova York.

O início do segundo período pode ser delimitado em 1946, em seguida ao final da Segunda Grande Guerra, importante não só por representar o retorno do país aos trilhos da democracia representativa, mas, sobretudo, porque nestes anos começaram a ter maior visibilidade e efetividade várias das políticas propostas durante os primeiros quinze anos após o movimento de 1930. Essas políticas tornaram-se viáveis, contudo, a partir da própria base material e social construída entre 1930-1945, inclusive como parte do processo de

---

[12] SAVIANI, Dermeval. *Educação e questões da atualidade...* p. 64.

[13] O que não impediu que o trabalho, na medida das necessidades impostas pela própria exploração do tema em questão, avance até os anos 60, quando isso era pertinente, ou recue à década de 20, quando este recuo seja de interesse para o esclarecimento do tema ora em debate.

rearranjo que sofria a sociedade capitalista no Brasil, na medida em que necessitou responder aos novos desafios colocados pela situação de crise por que passava, incluindo-se neste contexto o próprio conflito mundial.

Dentro desses marcos, chegou-se à configuração definitiva da tese, que foi organizada em quatro capítulos.

O capítulo I, intitulado "A fronteira Oeste do Brasil (1930-1945): panorama histórico-educacional", tem como objeto o primeiro dos períodos acima considerados, dividindo-se em duas partes. A primeira trata da reconstituição histórica destes anos em Mato Grosso e, mais particularmente, na fronteira Centro-Oeste do estado, na qual se situa o município de Corumbá. Para tal, partiu-se das mudanças provocadas na base material existente, a partir da crise que atingiu a economia regional entre as décadas de 20 e 30 e procurou-se evidenciar as principais transformações ocorridas neste período nos campos social e político, como parte dos processos de reforma em curso, em todo o Brasil, a partir da Revolução de 1930.

Na segunda parte do capítulo I, o mesmo período histórico — 1930 a 1945 — foi destacado do ponto de vista do processo educacional em curso no estado de Mato Grosso e na região de Corumbá. O pressuposto colocado na introdução desta parte do trabalho é que nesse período apenas iniciou-se a implantação das principais reformas no setor educacional, abrangendo principalmente o ensino primário público, sendo que na verdade elas haviam sido esboçadas ainda em fins da década de 20, quando o governo estadual fez algumas tentativas de reorganização da educação pública, tendo em vista sua maior unicidade e organicidade. Tais tentativas foram mais bem sistematizadas no "Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso" (Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927), em vigor no estado até 1952.

Todo esse movimento foi fortalecido no período seguinte, desta feita com o amadurecimento de algumas iniciativas que tinham sido apenas enunciadas até então. Esse momento, que se inicia após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1946, é o tema tratado no capítulo II deste trabalho. Da mesma forma que o capítulo I, esta parte do trabalho, intitulado "A fronteira Oeste do Brasil (1946-1954): panorama histórico-educacional", divide-se em duas partes. A primeira trata das principais questões que envolvem este segundo período, quando Mato Grosso passou por um novo surto desenvolvimentista, desta

feita envolvendo, entre outras, a região de Corumbá. Nesta última, nos anos do pós-guerra, foram instaladas um número significativo de indústrias, principalmente nos ramos da construção civil e alimentício, tendo à frente o setor extrativo, com a exploração de manganês e minério de ferro pela empresa SOBRAMIL — contando com a participação da Companhia Brasileira de Mineração, subsidiária da firma norte-americana *United States Steel Corporation*. Este processo de industrialização, importante quando dimensionado em termos regionais, dirigia sua produção fundamentalmente para o mercado local, sobretudo para as cidades do Norte e Sul de Mato Grosso — Cuiabá, Cáceres, Coxim, Miranda, Aquidauana, Bela Vista e Porto Murtinho — para onde as mercadorias produzidas chegavam pela via fluvial e ou férrea.

Em relação a segunda parte deste capítulo, seu objetivo é retratar, por um lado, o processo de expansão do ensino, sobretudo primário, acontecido em Mato Grosso naquele momento. Por outro, procurou-se demonstrar como esta expansão foi acompanhada por iniciativas voltadas para a organização interna de um sistema de ensino no estado, partindo-se de ideário já esboçado em anos anteriores, sobre a necessidade de imprimir um caráter orgânico, *nacional,* ao trabalho educativo desenvolvido em todo o país.

Considerando esse panorama da situação econômica, política, social e, mais especificamente, da questão educacional, proporcionado pelos dois primeiros capítulos deste trabalho, os capítulos 3 e 4 têm como objetivo central a discussão deste singular — Mato Grosso e sua fronteira Oeste — à sombra das determinações mais amplas desses processos societários, ou seja, à sombra do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, no momento histórico em apreço. Procurou-se, desta forma, estabelecer as mediações que tornassem possível o entendimento das especificidades que se apresentaram no processo de consolidação de uma educação em bases nacionais, em Mato Grosso e na região fronteiriça.

Foi neste sentido que se acompanharam, com especial atenção, as discussões em torno da questão nacional na sociedade brasileira, entre 1930 e 1954. A intenção do trabalho é revelar, em relação ao nacionalismo, em que medida essas acirradas discussões, presentes de diferentes formas em todo o período considerado, influenciaram a elaboração e a concretização das políticas públicas para a área educacional.

Afora isso, considerando-se que a região da fronteira Centro-Oeste do estado de Mato Grosso é o *locus* deste trabalho, tornou-se fundamental ressaltar que, além dos determinantes apontados até agora como sendo importantes para a compreensão do processo de expansão do ensino, público e privado, no município de Corumbá, deveria ser ainda examinada sua condição em termos da geopolítica levada a cabo na era Vargas — mais especificamente, pelo fato de que sua localização espacial o incluísse na então denominada *faixa de fronteira*, qualquer que fosse a extensão desta última — 150 ou 66 quilômetros. Esta preocupação levou ao detalhamento das intervenções levadas a cabo nas fronteiras nacionais, pelos poderes executivo local e regional. Mostrou-se, ainda, como essas políticas estiveram centradas, no período entre 1930-1945 (capítulo 3), na questão da nacionalização da fronteira, enquanto entre os anos de 1946-1954 (capítulo 4) o Estado centrou sua atenção sobre o problema da integração e o desenvolvimento da região fronteiriça.

Uma vez reconstituído todo esse leque de determinações, foi possível retornar aos dados apresentados nos dois capítulos anteriores, para desvelar as relações existentes entre a maneira como se conformou a educação pública nesta fronteira do Brasil e o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista nesta região. Com este objetivo, foi possível destacar, na finalização dos capítulos 3 e 4, em que medida as políticas desenvolvidas para a fronteira, nas modalidades que assumiram nesta parte do Brasil, tiveram ou não impacto sobre a forma e o conteúdo da política educacional pensada e concretizada no espaço físico e social, ora em apreço.

Em seguida, com a finalidade de concluir esta tese, são apresentadas as "Considerações finais", na qual foram debatidas, de forma conjunta, as conclusões parciais surgidas ao longo do trabalho.

3. O tratamento desta temática na historiografia educacional

Ao iniciar-se a discussão sobre como esta temática vem sendo tratada pela historiografia, é importante frisar a existência de vários trabalhos versando sobre os desdobramentos ideológicos da chamada era Vargas — ou seja, cujo cerne analítico está centrado na discussão das propostas decorrentes do novo entendimento sobre o papel do

Estado, enquanto organismo voltado para a intervenção direta em todos os campos da vida social e, simultaneamente, como se deu a construção das diferentes políticas que visavam responder a esta nova posição. Em relação à questão educacional, nesta vertente, estão os trabalhos[14] de José Silvério Baía Horta, "O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)"; de Helena Maria Bousquet Bomeny, "Três decretos e um ministério": a propósito da educação no Estado Novo"; de Simon Schwartzman, Helena M. B. Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa, "Tempos de Capanema"; a obra organizada por Angela de Castro Gomes, "Capanema: o ministro e seu ministério" e o trabalho de Célio da Cunha, "Educação e autoritarismo no Estado Novo".

Construída numa outra direção, a preocupação central desta tese, assim, foi mostrar, a partir deste campo ideológico, — tal como se apresentou no Brasil entre 1930 e a década de 50 —, como se efetivaram as políticas propostas, em particular na região escolhida para estudo. Em outras palavras, explicitar que base material daria condições para a emergência deste novo ideário e, ao mesmo tempo, representava os limites de sua efetivação prática, em uma realidade particular, representada pela fronteira da região central do estado de Mato Grosso.

Para alcançar a primeira das metas aqui elencadas, isto é, para explicitar o campo ideológico que permeou as discussões sobre a questão educacional na fase da era Vargas ora em destaque, foi importante o uso dos trabalhos citados anteriormente, no início desta discussão: por um lado, pela riqueza de detalhes apresentados nessas obras, compilados de forma rigorosa por seus autores, em acervos cuja extensão e dificuldade de acesso demandariam muito tempo para sua utilização efetiva; por outro, ao tratarem sobre este tema no contexto nacional, esses trabalhos representavam um ponto de partida, a partir do qual a questão em estudo deveria ser explicitada em sua configuração singular, no *locus* escolhido como realidade específica para esta tese.

A segunda meta elencada, contudo, exigiu a procura de outro tipo de trabalho, que pudesse auxiliar na elucidação do processo de conformação da educação escolar, em Mato Grosso e na região da fronteira Oeste, relacionando a questão ideológica às suas determinações materiais, concretas, presentes nos contextos internacional, nacional e

[14] Para referências bibliográficas completas sobre este e os outros trabalhos, citados a seguir, cf. "Referências bibliográficas e documentais", ao final desta tese.

regional, neste período. Para tal, em termos de historiografia educacional, foram interessantes as indicações apresentadas nas obras de Gilberto Luiz Alves, "A produção da escola pública contemporânea" e "A produção material da escola pública contemporânea"; de Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, intitulada "Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)"; e em "Política e educação no Brasil" e "Educação e questões da atualidade", de Dermeval Saviani[15]. No interior desta tese, foram realizadas reflexões a respeito do objeto, em estudo, utilizando discussões levantadas originalmente por estes autores.

No caso de Alves, este trabalho apropriou-se da abordagem deste autor a respeito da relação entre os processos de universalização e expansão da escola pública e as condições materiais necessárias à concretização destes processos. Nas duas obras citadas, Alves tratou desta temática em dois momentos específicos da sociedade capitalista: no momento histórico em que surgiu a idéia de escola pública, laica, universal, obrigatória e gratuita, no século XVIII, ou seja, no interior do processo de consolidação da nova sociedade burguesa; e, a partir de meados do século XIX, quando o modo de produção capitalista encontrava-se já consolidado e em transição para a fase monopólica, quando se constituem efetivamente os sistemas nacionais de educação e a universalização dos serviços escolares. A preocupação da tese ora apresentada foi, neste caso, utilizar essas reflexões no estudo sobre o processo de expansão e universalização do ensino acontecido em Mato Grosso e na fronteira Oeste deste estado, quando do início de mais uma etapa de desenvolvimento da sociedade capitalista, em sua configuração particular nesta região.

Quanto à obra de Xavier, foi incorporada por esta tese a análise da autora a respeito da emergência de um certo ideário educacional no Brasil, a partir das décadas de 20 e 30, que representava uma faceta do pensamento liberal no âmbito da educação no país. Este novo ideário, contudo, não se esgotava ou se explicava em seus próprios limites, mas encontrava suas "razões de ser" nas exigências e contradições particulares do desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil. Neste sentido, esta tese procura mostrar de que forma se articularam, a partir das próprias contradições presentes na sociedade brasileira, um certo pensamento sobre a educação e respectivas reformas educacionais, de modo a resultar num movimento singular, que marcou a presença do Estado em Mato

---

[15] Cf. nota 14.

Grosso e na região de fronteira. Por este veio procurou-se elucidar, por exemplo, a influência nacionalista neste contexto, e a forma como se evidenciou nesta parte do Brasil.

Dos trabalhos de Saviani foram incorporadas, principalmente, suas reflexões sobre o contexto da sociedade brasileira nos anos 30 a 50, em termos de desenvolvimento capitalista, em suas relações com os debates travados em torno da questão educacional, nesses anos. Entre esses debates, destacaram-se: a discussão em torno do nacionalismo, presente e forte em todo esse período — e Saviani traz elementos importantes para diferenciar e qualificar os diferentes atores sociais presentes neste contexto[16]; e a discussão em torno da legislação educacional, principalmente aqueles embates que envolveram a aprovação da LDBN, apresentada pela primeira vez ao Congresso em 1948, mas aprovada somente em 1961[17]. A partir das conclusões de Saviani — além de fazer uso de suas reflexões sobre a educação brasileira neste período, tomada em seu desenvolvimento mais geral —, esta tese procurou igualmente identificar os elementos que, na conjuntura econômica, política e social do estado de Mato Grosso e de sua região fronteiriça, pudessem ser úteis na reconstrução dos debates travados localmente sobre o nacionalismo e seus desdobramentos no âmbito educacional.

Isto posto, pode ser destacada em dois aspectos a contribuição que este trabalho pode propiciar ao conhecimento do tema que é seu objeto de estudo. Em primeiro lugar, abre um importante espaço para a exploração desta temática em Corumbá, sobretudo no momento histórico que se inaugurou com o início da década de 30, período pouco conhecido em relação à História da Educação nesta parte de Mato Grosso. Com relação a esta discussão, deve-se destacar, inicialmente, a existência de vários trabalhos científicos que têm como objeto a questão educacional em Mato Grosso e ou Mato Grosso do Sul, em distintos momentos de sua história. Essas pesquisas, em sua maioria, são frutos principalmente dos programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes nas instituições universitárias públicas e privadas dos dois estados, ou resultaram de pesquisas realizadas pelos docentes e ou pesquisadores ligados a estes estabelecimentos. Neste grupo de autores, com exceção da pesquisa referente aos salesianos, de José Manfroi[18], nenhum dos trabalhos

---

[16] Cf. especialmente SAVIANI, Dermeval. O pensamento da esquerda e a educação na República brasileira... p. 62 et seq.
[17] Cf. SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil...* cap. 1 e 2.
[18] Cf. nota 19.

em questão vai ater-se à História da Educação na cidade de Corumbá, no período proposto para a presente tese – 1930 a 1954[19]. O mesmo se dá quando examinamos trabalhos de História da Educação produzidos fora do contexto acadêmico, como os estudos de Gervásio Leite (*Um século de instrução pública: história do ensino primário em Mato Grosso*), Rubens de Mendonça (*Evolução do ensino em Mato Grosso*) e Humberto Marcílio (*História do ensino em Mato Grosso*).

Em segundo lugar, a presente tese pode contribuir para a elaboração de trabalhos sintéticos e estudos comparativos sobre a educação brasileira mais bem ancorados em dados e na análise de fontes primárias[20] e secundárias, dando oportunidade a um

---

[19] Para exemplificar, sem ter a pretensão, contudo, de esgotar este assunto, pode-se citar a existência de trabalhos abrangendo desde o século XVIII até meados do século XIX, como o estudo de Gilberto Luiz Alves (*Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864*); a dissertação de mestrado de Eli Mara Leite Hoyg Handam (*Estado e educação em Mato Grosso na primeira metade do século XIX*), sobre as concepções de Estado presentes nas ações educacionais em Mato Grosso, no século XIX; a tese de doutorado de Elizabeth Madureira Siqueira (*Luzes e Sombras*: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889), sobre os reflexos do pensamento modernizador na educação mato-grossense nos estertores do regime monárquico, no último quartel do século XIX; a dissertação de mestrado de Mara Regina Martins Jacomeli (*A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República*: 1891- 1927), sobre a escola pública no estado, no contexto das reformas educacionais efetivadas em Mato Grosso na Primeira República; a dissertação de mestrado de Maria Benício Rodrigues (*Educação escolar como instrumento de mediação na relação Estado/povo*: a reforma mato-grossense de 1910 – fase de implantação), discutindo a reforma educacional implantada pelo governo Pedro Celestino, ao raiar do século XX; a dissertação de mestrado de Laci Maria Araújo Alves (*O processo de expansão escolar em Mato Grosso, 1910-1946*: uma abordagem histórica), refletindo sobre a história da expansão escolar nesta região do país, na primeira metade do século XX; a dissertação de mestrado de Carla Busato Zandavalli Maluf de Araújo (*O ensino de didática, na década de trinta, no sul de Mato Grosso*: ordem e controle ?), versando sobre a formação de professores para o ensino normal em Campo Grande, a partir da análise do ensino de didática nos cursos normais deste município; a dissertação de mestrado de Luciane Neuvald *("A maior dádiva do Estado Novo a Mato Grosso ?" O patronato agrícola 'Gustavo Dutra' no período populista (1943/1964)*), tratando sobre a relação entre a implantação desta escola agrícola no estado e as políticas do período, especialmente aquelas referentes à questão agrária; a dissertação de mestrado de José Manfroi (*A Missão Salesiana e a educação em Corumbá*: 1899-1996), sobre a ação educativa dos salesianos em Corumbá, tanto nos colégios privados, como no ensino público e ou de caráter assistencial; a tese de doutorado de Nilce Aparecida da Silva Freitas Fedatto (*Educação/Cultura/Fronteira:* um estudo do processo educativo-cultural na fronteira Brasil-Paraguai), versando sobre como é tratado, no interior da educação formal/oficial, o universo cultural do cidadão fronteiriço, tomando como universo de sua pesquisa a fronteira Brasil/Paraguai, em Mato Grosso do Sul.

[20] Sobre o uso de fontes primárias, uma última observação deve ser feita em relação aos dados estatísticos. Seu uso deveu-se a preocupação deste trabalho em desvelar em que medida e de que forma as várias políticas propostas para a questão educacional, a partir dos anos 30, efetivaram-se quando se considera a prática levada a cabo pelo Estado neste momento, considerando sobretudo Mato Grosso e sua fronteira Centro-Oeste, com a cidade de Corumbá. Isto não significa, contudo, que estes dados estatísticos sejam suficientes para dar visibilidade e respostas a todas as preocupações esboçadas acima. Sobre isso, ter-se-ia que citar como dificuldade para a utilização destas fontes a própria precariedade dos serviços estatísticos existentes no país naquele momento, que ainda era de formação dos órgãos responsáveis pela coleta e sistematização deste tipo de dados. Além disso, há que se ressaltar o próprio caráter ideológico que a apresentação destes dados assumiu na era Vargas, quando o que hoje denomina-se *marketing* político organizou-se como política de governo, com o Departamento de Imprensa e Propaganda, em nível federal e com seus congêneres, nas

conhecimento mais pormenorizado e aprofundado sobre o momento histórico que se abriu com a década de 30 do século XX, no Brasil. Considerando o uso de fontes primárias, foram realizados levantamentos documentais, entre outras, nas seguintes instituições: em Corumbá, no Instituto Luiz de Albuquerque e Câmara Municipal; em Cuiabá, no Arquivo Público Estadual, Instituto Memória do Poder Legislativo e Núcleo de Documentação Histórica Regional-UFMT; no Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional e no Arquivo Histórico do Itamarati; em São Paulo, no Arquivo Edgard Leuenroth-Unicamp. Da mesma forma, foi arrolada a produção bibliográfica existente sobre o tema, durante a visita às bibliotecas públicas e particulares existentes nas mesmas cidades acima citadas. Esse arrolamento bibliográfico foi em grande parte facilitado graças ao uso das listagens anteriormente produzidas no estado, principalmente aquelas que foram fruto do trabalho do HISTEDBR/Núcleo Mato Grosso do Sul e de projetos realizados pelo Arquivo Público Estadual-MS.

Assim, pode-se concluir dizendo que, apesar da riqueza em termos de documentação primária e secundária existente, ainda é pequeno o volume de trabalhos acadêmicos monográficos — aqueles que Saviani[21] denomina *monografias de base* — à disposição do pesquisador, principalmente na historiografia sobre Mato Grosso e sobre a região da fronteira, no período abrangido por esta tese — 1930 a 1954 — principalmente quando considerada a questão educacional como temática particular. Desta forma, esta tese pode colaborar para começar um processo de modificação neste panorama, abrindo ainda possibilidades para a pesquisa comparativa deste singular — Mato Grosso e a região de fronteira — com análises realizadas em outras áreas do país.

---

unidades federativas do Brasil. Apesar disso, o uso deste material colaborou para ajudar na compreensão do movimento que estava se dando nas práticas sociais, particularmente naquelas relacionadas com a questão educacional, neste período da história do Brasil.

[21] SAVIANI, Dermeval. Concepção de dissertação de mestrado centrada na idéia de monografia de base... p. 159 et seq.

Capítulo I

A fronteira Oeste do Brasil (1930-1945): panorama histórico-educacional

Dois são os objetivos centrais deste capítulo. Primeiramente, apresentar o contexto histórico no qual se inseria a fronteira Oeste do Brasil nos primeiros quinze anos que se sucederam ao movimento de 1930 (seções 1 e 2). Num segundo momento, pretende-se mostrar como a questão educacional se desenvolveu nesta mesma região, no mesmo período, lembrando que a educação é parte do processo histórico anteriormente esboçado, estando relacionada, portanto, tanto aos movimentos em curso dentro da sociedade capitalista naquele momento histórico, no Brasil, como às manifestações particulares deste movimento, quando considerada a região da fronteira Oeste do país (seções 3 a 8).

1. A sociedade em Mato Grosso no pós-30

Considerando-se a situação de Mato Grosso entre os anos 70 do século XIX e os primórdios do século XX, isto é, no período que antecedeu a Revolução de 30 — ponto de partida, enquanto marco histórico, para as análises realizadas neste trabalho — pode-se perceber que o estado vivia uma situação peculiar, considerando que passou por um processo de diversificação de sua atividade econômica nesse período[1]. Por um lado, a pecuária extensiva, que paulatinamente se afirmara como a principal atividade econômica na região, com o esgotamento da atividade de mineração, em princípios do século XIX[2], continuava tendo uma presença marcante no estado. Em torno desta atividade, como fruto dos capitais que estiveram disponíveis na região neste início do século XX, surgiram algumas charqueadas e saladeiros, que alcançaram destaque no cenário regional nesse período, vindo a perder espaço principalmente a partir dos anos 30.

---

[1] Esta diversificação foi particularmente forte até os anos 20, quando os reflexos da nova divisão internacional do trabalho, por força das mudanças provocadas em âmbito mundial, com a transição para a fase monopólica da sociedade capitalista, fez-se sentir com mais intensidade em Mato Grosso. Será nesse momento, com o ocaso deste processo de dinamização econômica, que a região começou a[1] se firmar enquanto zona de pecuária extensiva e de exportação de *gado em pé.* Cf. ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e história em Mato Grosso*: 1719-1864... p. 54-57.

[2] *Ibid.,* p. 85 et seq.

Por outro lado, com a diversificação econômica do estado a partir da década de 70 do século XIX, quando foi facilitado o acesso às terras de Mato Grosso, com o fim da Guerra que envolvera Brasil, Uruguai e Argentina contra a vizinha república paraguaia, desenvolveram-se quatro outros enclaves importantes, dois no Norte de Mato Grosso, e os outros dois situados na região Sul. Ao Norte, na região de Santo Antônio do Rio Abaixo, nas proximidades de Cuiabá, instalou-se um setor açucareiro expressivo em termos regionais, apesar de sua produção destinar-se principalmente ao consumo local. O segundo desses enclaves, na região Norte de Mato Grosso, foi a exploração da borracha, que teve sua fase áurea até os anos 10 do século XX, quando começou a sofrer a competição do produto oferecido pelas colônias inglesas do Oriente.

O terceiro desses enclaves foi a extração da erva-mate, realizada por meio da Companhia Mate Laranjeira, detentora dos direitos de arrendamento e usufruto de grande parte dos ervais nativos do extremo Sul do estado. O quarto foi representado pelas casas comerciais, cuja intensa atividade, através da bacia Platina e tendo como pólo dinâmico a cidade de Corumbá, foi responsável, até meados dos anos 30, pelo abastecimento da capital do estado, Cuiabá, e demais cidades do Norte (Cáceres, Leverger, etc) e Sudeste de Mato Grosso, como Campo Grande, Coxim, Aquidauana, Miranda, entre outras. **N**a verdade, as casas comerciais, ao centralizarem o comércio de importação e exportação no estado, acabavam atuando como pólo dinamizador do conjunto das atividades econômicas, que utilizavam esses serviços em seu processo de escoamento, dentro e fora de Mato Grosso:

> "(...) as casas comerciais eram, nesse momento, os mais notórios exemplos de concentração do capital em Mato Grosso, correspondendo a estruturas extremamente complexas, jamais conhecidas em qualquer época anterior. Exerciam o monopólio do comércio de importação; controlavam boa parte do comércio de exportação e da navegação; dispunham de 'secções bancarias' que, além de empreenderem operações próprias, funcionavam como intermediárias de bancos nacionais e estrangeiros; representavam companhias seguradoras; incorporavam indústrias; apropriavam-se de terras para explorar a pecuária, a agricultura e a extração de produtos vegetais e minerais."[3]

Assim, na segunda metade da década de 20, Mato Grosso era, por um lado, um território ainda marcado pela presença de grandes latifúndios (pecuária e erva-mate), ocupado por uma população rarefeita, principalmente em se tratando de sua zona rural. Por

---

[3] ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso e a história*... p. 37.

outro, também possuía importante fração de sua classe dominante ligada às usinas de açúcar e ao beneficiamento da carne bovina e, contraditoriamente, criara as condições para o aparecimento de um homem cosmopolita, como os proprietários de estabelecimentos comerciais em Corumbá, afeitos, graças à sua atividade profissional, aos contatos estreitos e permanentes com os principais centros econômicos e sociais do Brasil, da região platina e do continente europeu.

Com esses contornos, os anos 30 iniciaram-se, em Mato Grosso, com o estado sentindo os reflexos da crise econômica que abalava o país, ainda sob o impacto dos acontecimentos que envolveram o conjunto do mundo capitalista, principalmente a partir de 1928/1929[4]. Uma das principais conseqüências destes abalos foi sentido com a queda nos preços das mercadorias relacionadas à pecuária, principal produto da pauta produtiva de Mato Grosso. Além desta, também foram atingidas a comercialização da erva-mate e a borracha, os outros dois produtos importantes na economia local.

Sobre a pecuária, assim descrevia o Presidente Annibal Benício de Toledo, em 1930, seu papel na economia do Estado:

> "A industria pastoril é indiscutivelmente a base da riqueza particular do Estado e o esteio do seu orçamento. Ela constitui três quartas partes da fortuna de seus habitantes e contribui para a renda, por varias rubricas de receita: imposto territorial, industria e profissão, transmissão de propriedade, venda de terras devolutas, exportação de gado em pé, de charque, couros, línguas e de todos os outros subprodutos do gado."

Neste sentido, a crise do final da década de 20 dificultara a comercialização dos produtos mato-grossenses — entre eles aqueles ligados a pecuária —, principalmente frente aos problemas enfrentados pelo principal mercado consumidor destes bens, o estado de São Paulo. Este último, profundamente abalado pela desvalorização cambial que se seguiu à quebra da bolsa de Nova York e que fez caírem os preços internacionais do café, retraiu suas compras no mercado interno, vindo a afetar igualmente a economia mato-grossense.

Dada a presença marcante da pecuária na economia regional — incluindo-se aí suas repercussões na esfera pública, já que os impostos gerados por essa atividade eram fundamentais para os cofres do Estado, como realçado anteriormente — os efeitos mais

---

[4] Um dos indicadores deste momento de crise era a queda nas próprias receitas públicas, de R$ 9.498:238$190, em 1928, para R$ 8.359:460$990, em 1929. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada á*

imediatos desta crise, representada pela queda da arrecadação de tributos pelo governo estadual, logo se fez sentir. Tal repercussão será mostrada a seguir, na Tabela 1.1, quando serão examinados os impostos arrecadados pelo estado de Mato Grosso em relação aos principais produtos de sua pauta de exportação.

Tabela 1.1. - Imposto de exportação - Mato Grosso - 1926-1929 (em mil-réis)

Produto	1926	1927	1928	1929
Gado em pé.....	990:891$000	1.574:256$000	1.565:440$000	1.381:980$000
Charque.....	191:098$682	225:314$220	350:906$580	238:022$724
Couros.....	406:559$768	496:117$766	621:453$295	425:858$895
Línguas, sebos, ossos, etc	47:193$116	49:290$079	72:919$569	67:217$913
Erva-mate.....	600:243$870	661:384$705	872:684$658	1.096:824$717
Borracha.....	1.327:819$234	1.370:902$787	842:853$680	598:963$824
TOTAL.....	**3.563:805$670**	**4.377:265$557**	**4.326:257$782**	**3.808:868$073**

Fonte: MATO GROSSO, 1930: anexos.

A Tabela 1.1 mostra a arrecadação do governo estadual em relação aos três principais produtos da pauta de exportação[5] do Estado. Tomando como base o total do imposto arrecadado com estes bens, os tributos incidentes sobre a pecuária correspondiam, em média, a 53,8% deste montante nos anos indicados. Tendo conhecido um alta na exportação entre 1927 e 1928, a arrecadação com a pecuária sofreu um decréscimo no ano de 1929, refletindo o movimento de queda nas vendas neste último ano da década de 20. O mesmo se passou com a borracha que, além dos efeitos da crise mundial, vinha sendo abalada pela concorrência do *látex* asiático, chegando ao mercado internacional com preços mais competitivos em relação àquela produzida no Brasil. Apenas a erva-mate manteve-se em alta, embora sua produção também vá decrescer nos anos seguintes, motivada tanto pelas transformações impostas pelos governos pós-30 à ação exploradora da Companhia

---

Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1.ª Sessão Ordinaria de sua 15.ª legislatura. Cuyabá: Typ. Official, 1930. p. 15. **NDHIR-UFMT**

[5] O imposto sobre exportação gravava todos os bens que saíam do estado, independentemente se seu destino fosse o mercado interno ou externo. No que respeita à cobrança deste imposto na esfera inter-estadual, a mesma será vedada com o Decreto-Lei Federal nº 142, de 29 de dezembro de 1937, que veio regulamentar o artigo 25 da Constituição do Estado Novo, que proibia a manutenção de tributos inter-estaduais. MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas — Presidente da República pelo Bel. Julio Strübing Müller — Interventor Federal em Mato Grosso*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1940. p. 17.; MATO GROSSO. Secretaria Geral de Estado. *Ofício:* cobrança de impostos inter-estaduais. Cuiabá: 1939. **APE-MT**

Mate Laranjeira, bem como pelas restrições no consumo do principal mercado para a erva-mate proveniente de Mato Grosso, a Argentina[6].

Além desses, outro setor atingido pela crise e que merece destaque, apesar de não se constituir em produto de exportação do estado, foram as indústrias do açúcar, localizadas sobretudo na região Norte de Mato Grosso, nos arredores de Cuiabá. Estas, apesar de produzirem somente cerca de 0,3% do açúcar fabricado no país, tinham destaque regional, conforme comentado anteriormente: conseguiam abastecer todo o estado, além de empregar aproximadamente 300 operários. Durante a década de 30, contudo, não conseguiram resistir à concorrência das indústrias paulistas do setor que, organizadas em monopólios, passaram a abastecer inclusive Mato Grosso, incentivadas por novos direcionamentos e incentivos do governo federal, por meio do recém-criado Instituto do Açúcar e do Álcool (1933)[7].

A esse quadro de crise vêm juntar-se outras preocupações dos governos estaduais na década de 30, na verdade sempre presentes no discurso do Estado quando se falava das características peculiares a Mato Grosso, como da sua pequena densidade populacional, aliada à sua distante localização em relação aos centros dinâmicos da economia nacional. Em outros termos, no pronunciamento de Getúlio Vargas ao tratar dessa questão, existiam duas fronteiras: uma de natureza política — qual seja, a fronteira representada pelos limites territoriais propriamente ditos; e uma fronteira econômica, cuja característica era ser uma *fronteira móvel*, cuja tendência deveria ser sua progressiva integração e expansão, alcançando desta forma a necessária coincidência entre esta última e a fronteira política. Por isso,

> "O Brasil é, na atualidade, um dos países em que se registra o fato [fronteira móvel], e, por isso mesmo, a sua expansão tem um carater puramente interno, como processo de dar substância econômica ao corpo político e fazer coincidirem as duas fronteiras.[...] Uma faixa é agente e sujeito da economia nacional; a outra é, apenas, objeto, servindo como mercado de consumo de manufaturas, em troca de matérias primas ou produtos extrativos. Naturalmente, a consequência mais imediata do fato é que uma parte dos brasileiros vive em condições de vida peculiares à fase colonial, enquanto a outra mostra uma evolução econômica acelerada.

---

[6] LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate...* p. 347 et seq.
[7] BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária:* algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)... p. 99-102.

> Exemplos exatos dos dois tipos encontramos nas unidades federais de São Paulo e Mato Grosso."[8]

Para que se revertesse essa situação, seria necessária a presença do Estado, dada sua importância no direcionamento das atividades produtivas de Mato Grosso. Este posicionamento já era defendido mesmo pelos governos estaduais anteriores ao movimento de 30, como pode ser constatado na mensagem apresentada por Annibal Benicio de Toledo, último Presidente de Estado eleito na década de 20, e lida na Assembléia Legislativa no início de 1930. O então Presidente não só defendia uma maior intervenção do Estado para que fossem ultrapassadas as limitações impostas pelas condições peculiares ao povoamento e desenvolvimento econômico da região, como propunha a ação do governo estadual naqueles setores que poderiam representar um retorno mais imediato, em termos econômicos, ao combalido Tesouro Estadual. Propugnava, assim, transformações no terreno agrário, com a introdução de mecanismos que dificultassem a especulação com terras públicas, ao mesmo tempo que facilitassem a ocupação produtiva das mesmas; a melhoria nas condições de infra-estrutura, por meio de um sistema de transportes mais aperfeiçoado e incentivos à produção pecuária, representados por créditos para a melhoria de rebanhos (principalmente a popularização da gado zebu, que gradualmente vinha substituindo outras raças); beneficiamento da carne junto às regiões produtoras (abertura de charqueadas); introdução de pastagens cultivadas de melhor qualidade nas propriedades rurais, etc.

Tais medidas, contudo, esbarraram não só na desagregação político-administrativa que se seguiu aos primeiros anos após a instalação do governo revolucionário, mas, principalmente, na capacidade financeira do estado, no período de crise inaugurado a partir do *crash* de 1929. Para ter-se uma idéia da situação de crise fiscal enfrentada por Mato Grosso, é preciso lembrar que, antes mesmo do movimento revolucionário, nos anos 20, havia ocorrido uma elevação significativa dos encargos com a dívida pública do Estado — acentuada pelos gastos efetivados com a repressão à Coluna Prestes e obras públicas voltadas para a modernização do centro político do Estado, Cuiabá. Este endividamento havia sido financiado por empréstimos contraídos junto à Companhia Mate Laranjeira, nos

---

[8] VARGAS, Getúlio. Problemas e realizações do Estado Novo. In: _____. *A nova política do Brasil...* v. 5: p. 163-189.

anos de 1926 e 1929[9]. Além deste, outras tomadas de crédito foram efetivadas junto ao Banco do Brasil, como aquela realizada pelo interventor Arthur Antunes Maciel em 1932, tendo como contrapartida a penhora, junto a essa instituição financeira, de todas as contribuições devidas ao Tesouro Estadual pela Companhia Mate Laranjeira, via imposto de exportação e mais o montante devido pela mesma empresa, pelo arrendamento da área onde se localizavam os ervais. Simultaneamente, como o governo ainda devia à própria Mate Laranjeira, conseguiu junto a esta última a suspensão do pagamento de amortizações e juros das dívidas contraídas em 1926 e 1929.

Desta feita, a intenção de promover-se de forma intensiva o alargamento das fronteiras econômicas, o que exigiria investimentos do Estado nos itens anteriormente arrolados, transformou-se, na prática dos diversos governantes que assomaram ao executivo estadual, entre 1930 e 1945 — oito interventores e dois governadores[10] — numa política de uma nota só, qual seja, um intensivo combate ao crônico déficit público do Estado. Essa política foi representada, concretamente, pelas medidas *clássicas* de corte de despesas, provocando, entre outros, atrasos sistemáticos nos vencimentos do funcionalismo e nos pagamentos em geral de responsabilidade do governo, junto a seus fornecedores. Neste sentido, declarava Cezar de Mesquita Serva, em telegrama dirigido ao Presidente Getúlio Vargas, em 1934:

> "(...) meu nome todos apelam patriotismo Vossencia sentido ser minorada situação angustiosa se debate funcionalismo público atraso seis meses vencimentos. Impossível arrecadação anual pouco excedente sete mil contos possa administração manter pagamentos pontualidade quando só três rubricas despesas sejam instrução, força pública, serviços juros amortização Banco Brasil excedem metade receita global."[11]

---

[9] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato Grosso, o Dr. Mario Correa da Costa à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura, em 13 de junho de 1936.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1936. p. 34-35. **APE-MT**

[10] Eram eles, respectivamente: Major Sebastião Rabelo Leite (30/10/1930 a 2/11/1930); Cel. Antonino Mena Gonçalves (3/11/1930 a 23/4/1931); Arthur Antunes Maciel (24/4/1931 a 14/6/1932); Leonidas Antero de Mattos (15/6/1932 a 11/10/1934); César de Mesquita Serva (12/10/1934 a 7/3/1935); Fenelon Müller (8/3/1935 a 27/8/1935); Cel. Newton Cavalcanti (28/8/1935 a 6/9/1935); Cap. Manuel Ari da Silva Pires (9/3/1937 a 3/10/1937); Júlio Strübing Müller (24/11/1937 a 7/11/1945), como governador militar, o primeiro e como interventores, o restante. Além desses, estiveram à frente do executivo estadual mato-grossense no interregno de normalidade político-institucional, entre 1935-1937, Mario Corrêa da Costa (7/9/1935 a 8/3/1937) e Júlio Strübing Müller (4/10/1937 a 23/11/1937), como governadores. Cf. CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso...* p. 718-719.

[11] MATO GROSSO. Interventor Cezar Mesquita Serva. *Telegrama nº 566, de 16/10/1934.* Cuiabá: 1934. **AN**

Complementando as informações sobre este quadro de dificuldades do governo estadual no plano econômico, o Cel. Newton Cavalcanti, ocupando a interventoria em 1935, em carta dirigida ao Ministro da Justiça, Vicente Raó, informava que, distintamente do que rezava a Constituição Federal, que não permitia às unidades federativas mais que dois anos de atraso no pagamento de sua dívida fundada, Mato Grosso encontrava-se, naquele ano, no sexto período anual de suspensão do pagamento de sua dívida, cuja última parcela fora quitada no 2º semestre de 1929. Da mesma forma, continuavam atrasados em cerca de um semestre os vencimentos do funcionalismo[12].

Os tons discordantes a essa política de contenção de gastos foram dados por despesas extraordinárias na área de segurança, quando do envolvimento de Mato Grosso nos embates em torno do movimento constitucionalista, em 1932[13], e as iniciativas envolvendo a reorganização da máquina estatal no Estado, principalmente a partir de 1937.

Quanto ao primeiro desses gastos, a própria capacidade reduzida que o governo estadual dispunha para enfrentar tropas regulares e milícias privadas aliadas aos revoltosos de São Paulo e aquarteladas em municípios da zona sul do estado, como Campo Grande, Corumbá, Coxim, Bela Vista e Porto Murtinho, entre outros, criou condições para a organização de grupos privados, armados por fazendeiros e políticos locais[14], fiéis a Vargas e desejosos de seus favores que, aliados a tropas mantidas pela Interventoria, bateram-se contra os constitucionalistas mato-grossenses[15]. Neste sentido, foi organizado para a defesa das cidades de Porto Murtinho e Bela Vista o destacamento Nery Fonseca, no qual se incluía a brigada Bento Gonçalves, esta última mantida pelos cofres públicos.

---

[12] MATO GROSSO. Interventor Cel. Newton Cavalcanti. *Carta ao Ministro Vicente Raó, DD Ministro da Justiça, em 31 de agosto de 1935.* Cuiabá: 1935. **AN**

[13] Antes mesmo de iniciado o movimento constitucionalista propriamente dito, o governo federal já enfrentava resistências no estado, como, por exemplo, aquela representada pela sublevação do 18º Batalhão de Caçadores, aquartelado em Campo Grande e liderada por um grupo de sargentos recentemente transferidos para Mato Grosso, por estarem ligados a outros movimentos militares acontecidos no norte do país. O motim foi sufocado, nas palavras do interventor substituto, Leonidas Antero de Mattos, "(...) pela ação pronta, enérgica General Comandante Circunscrição, com colaboração oficiais mesma guarnição." MATO GROSSO. Interventor substituto Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama s/n, de 2/3/1932.* Cuiabá: 1932. **AN**

[14] Prática que sempre fora utilizada pelos "coronéis" mato-grossenses na resolução de seus conflitos internos, contando ou não com a participação do Estado. Cf. CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso:* 1889-1943...

[15] MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama nº 334, de 8/7/1932.* Cuiabá: 1932.; *Id., Telegrama nº 439, de 29/7/1932.* Cuiabá: 1932.; *Id., Telegrama s/n, de 2/10/1932.* Cuiabá: 1932.; *Id., Telegrama nº 20, de 15/10/1932.* Cuiabá: 1932.; *Id., Telegrama nº 53, de 20/10/1932.* Cuiabá: 1932. **AN**

A debelação dessas tropas privadas e o desarmamento definitivo da população civil só acabou acontecendo no final da movimento constitucionalista, com a chegada do Exército Nacional em todas as cidades da região Sul do estado envolvidas no conflito[16]. Isto representava não apenas a vitória daqueles que se posicionavam contra os constitucionalistas, mas também a afirmação da presença do Estado no território de uma das mais *longínquas* de suas unidades federativas. Neste sentido, o desarmamento fez-se mesmo a contragosto de forças políticas locais, reunidas em torno do interventor Leonidas Antero de Mattos, desejosas de continuar intervindo militarmente na região.

A reorganização da máquina estatal, o segundo dos gastos efetuados no período, sobretudo a partir de 1937, com o interventor Julio Strübing Müller, envolveu por um lado um novo fluxograma administrativo, com um número menor e mais centralizado de organismos, diretamente subordinados ao executivo estadual, por meio de sua Secretaria Geral, à qual foram alinhadas, entre outras, a Diretoria da Instrução Pública[17]. Significou ao mesmo tempo, contudo, o aparelhamento físico e material desta nova estrutura, com a construção de um conjunto específico de prédios públicos destinados ao governo estadual, sobretudo em Cuiabá, com concepção arquitetônica e mobília pensadas especificamente para fins administrativos.

Além destas, outras iniciativas em relação à meta esboçada por Vargas — o deslocamento da fronteira econômica em direção à fronteira política — davam continuidade a iniciativas dos governos centrais anteriores, como a manutenção dos subsídios ao transporte, tanto aéreo como fluvial, sempre renovado durante todo o período. Mesmo essas obras, contudo, sofriam as vicissitudes do momento de crise pela qual passava o país. Assim, o porto de Corumbá, cujas intervenções estavam orçadas em

---

[16] Há que se destacar que, antes disso, o Exército cortara todos os meios de comunicação e de deslocamento de tropas entre Mato Grosso e São Paulo. MATO GROSSO. Comandante Interino da Circunscrição Militar de Mato Grosso, Cel. Amaro Villanova. *Telegrama nº 11, de 15/10/1932*. Cuiabá: 1932. **AN**

[17] "De acordo com a nova e eficaz organização que dei à administração do Estado, desde dezembro de 1937, o seu mecanismo político-econômico é todo centralizado e superintendido pela Secretaria Geral, através da qual se dá feito às realizações e determinações da Interventoria. (...) [Complementarmente,] pelo decreto-lei nº 279, de 31 de maio de 1939, foi dado novo regulamento à Secretaria Geral, bem como a todas as repartições públicas, a ela subordinadas, atualizando-se, assim, o seu antigo estatuto que vinha de 1924." MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas — Presidente da República pelo Bel. Julio Strübing Müller — Interventor Federal em Mato Grosso.* Cuiabá: Imp. Oficial, 1940. p. 4. **APE-MT**

$1.650:000,00[18], teve prejudicada sua licitação, realizada em 1933 na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que o estado de Mato Grosso não contava com recursos humanos e financeiros para o acompanhamento da obra. Já no caso dos subsídios para as transportadoras, em diversas ocasiões, as empresas responsáveis pelo transporte fluvial, como a empresa Lloyd Brasileiro, a Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso e a Empresa de Navegação nos rios Mamoré e Guaporé[19] ou responsáveis pelo transporte aéreo, como o Sindicato Condor Ltda.[20], reclamaram junto ao governo estadual a suspensão de seus contratos pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, no que foram secundadas por governos municipais, representantes políticos locais e entidades representativas do empresariado[21]. Além das empresas citadas, participava ainda a Cia. Argentina de

---

[18] BRASIL. Gabinete Civil da Presidência da República. *Telegrama s/n, de 10/8/1933*. Rio de Janeiro: 1933. Após este incidente, o interventor Leonidas Antero de Mattos fez à Presidência da República uma proposta alternativa (telegrama nº 415, de 2/12/1933), solicitando ao governo federal que fosse renovada a antiga concessão com Mato Grosso, para execução das obras pelo próprio executivo estadual, utilizando o projeto organizado previamente pelo Ministério da Viação e Obras Públicas. Tal pedido foi renovado por meio de uma outra correspondência, desta feita uma carta, datada de 7 de abril de 1934, com o mesmo teor do telegrama de 1933. Contra este pedido levantou-se Filinto Müller que, em carta dirigida ao Presidente Getúlio Vargas, em 4 de junho de 1934, declarava que "(...) em Mato Grosso não há uma só organização industrial capaz de realizar obras de tão grande vulto. O próprio governo não dispõe de elementos técnicos capazes de organizar o projeto a ser submetido à concorrência pública. Seria mais interessante para o Estado, que, pelo menos, o projeto fosse estudado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas e aqui mesmo feita a concorrência pública. Aprovada esta, poder-se-ia entregar ao Estado a construção, dando-se-lhe os recursos necessários à mesma e sendo as obras fiscalizadas por um engenheiro designado pelo Ministro da Viação." Cf. MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama nº 415, de 2/12/1933*. Cuiabá: 1933.; MÜLLER, Filinto. *Carta endereçada ao Exmo. Sr. Presidente da República, Getúlio Vargas, em 4/6/1934*. Rio de Janeiro: 1934. **AN**

[19] Em 1934, o Departamento Nacional de Portos e Navegação informava que a empresa Lloyd Brasileiro realizava duas viagens redondas mensais (passageiros e cargas) entre Corumbá e Montevidéu, com escalas em Porto Esperança, Forte Coimbra, Barranco Branco, Porto Murtinho, Assunção e Rosário. Recebia uma subvenção mensal de R$ 63:379$300, perfazendo um total anual de R$ 1.641:103$200, por 24 viagens. A Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso fazia a ligação entre Mato Grosso/Paraná, cobrindo as linhas Rio Pardo à localidade de Anhanduí (Porto Tibiriçá ao Porto Alegre) e Ivinhema a Rio Brilhante (Porto Tibiriçá a Guaçu), com uma viagem mensal em cada linha, pelo que recebia R$ 12:500$000 e a Empresa de Navegação nos rios Mamoré e Guaporé fazia uma viagem mensal entre Guajará Mirim e Vila Bela de Mato Grosso, percorrendo a fronteira com o Acre e Bolívia, com uma subvenção mensal de R$ 12:500$000. BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Departamento Nacional de Portos e Navegação. *Ofício*. Rio de Janeiro: 1934. **AN**

[20] O Sindicato Condor Ltda. operava a linha São Paulo-Cuiabá, com escala em Corumbá, com duas viagens semanais realizadas em avião monomotor, com a subvenção de 3$000 por quilômetro voado. BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Departamento de Aeronáutica Civil. *Ofício nº 3754, de 28/11/1939*. Rio de Janeiro: 1939. **AN**

[21] MATO GROSSO. Associação Comercial de Corumbá. *Telegrama nº 53, de 29/3/1934*. Corumbá: 1934.; MATO GROSSO. Governador Julio Strübing Müller. *Telegrama nº 4800, de 24/11/1937*. Cuiabá: 1937.; MATO GROSSO. Governador Mario Corrêa. *Telegrama nº 221, de 14/10/1936*. Cuiabá: 1936.; MATO GROSSO. Prefeitura de Aquidauana. *Telegrama nº 61, de 30/3/1934*. Aquidauana: 1934.; MATO GROSSO. Prefeitura de Campo Grande, Associações da Classe Produtora, Comércio e Criadores. *Telegrama nº 237, de*

Navegação Mihanovich, na ligação com o Paraguai e com Porto Esperança. Essa última não contava, contudo, com subsídios do governo brasileiro[22].

Todo esse movimento do governo central, no entanto, ultrapassava uma preocupação restrita com o alargamento das fronteiras econômicas do estado. Tanto estas medidas, como outras registradas no período em direção ao povoamento e colonização em Mato Grosso, alcançaram de forma direta o poder dos grupos locais que haviam estado à frente do governo estadual até 1930. Uma dessas medidas foi a própria criação do Território Federal de Ponta Porã, em 1943, pelo Decreto-lei nº 5812, de 13 de setembro.

Desta nova unidade federativa faziam parte sete municípios do extremo Sul de Mato Grosso — Ponta Porã, Dourados, Bela Vista, Porto Murtinho, Maracaju, Miranda e Nioaque —, situados numa região que confrontava, a oeste, com a República do Paraguai. A capital do Território era a cidade de Ponta Porã. Nas justificativas apresentadas para a criação desses Territórios[23], o presidente Vargas, além de lembrar a questão da ocupação das fronteiras, chamava a atenção para os três objetivos que deveriam orientar o *imperialismo* do Estado nessas regiões: *sanear*, *educar* e *povoar*.

Neste sentido, a ocupação e povoamento do novo Território de Ponta Porã, principalmente na direção de uma ação saneadora nesta parte do Brasil, iriam chocar-se com os interesses ali estabelecidos, dos dirigentes e proprietários da Companhia Mate Laranjeira, cuja relação com os políticos mato-grossenses, até 1930, fora estreita[24]. Mesmo setores ligados à Segurança Nacional, como o Exército, aqui representado na pessoa do General Raul Silveira de Mello[25], haviam-se mostrado preocupados com o enclave da empresa em território nacional, tanto pela procedência de seus capitais — nesta altura, majoritariamente argentinos — como pela promiscuidade existente entre seus proprietários

---

30/3/1934. Campo Grande: 1934.; MATO GROSSO. Prefeitura de Cuiabá. *Telegrama nº 1215, de 30/3/1934.* Cuiabá: 1934.; MATO GROSSO. Prefeitura de Corumbá. *Telegrama nº 7814, de 30/3/1934.* Corumbá: 1934. **AN**

[22] MATO GROSSO. Divisão de Estatística e Publicidade. *Dados fornecidos à Comissão de Fronteiras pela Divisão de Estatística e Publicidade.* Corumbá: 1942. p. 13. **AN**

[23] Pelo mesmo Decreto-Lei foi criado o Território de Guaporé, atualmente estado de Rondônia. PÓVOAS, Lenine C. *História geral de Mato Grosso...* p. 405-406.

[24] Sobre esta relação, cf. especialmente ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra:* os trabalhadores da Matte Laranjeira... cap. 2: Matte Laranjeira: um estado dentro do Estado. p. 29 et seq.

[25] O Gen. Raul Silveira de Mello exercia, neste momento, a função de relator da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. Sobre a Comissão e suas atividades nesta região nesses anos, vide capítulo III deste trabalho. BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 710/44*. Rio de Janeiro: 1944. **AN**

e executivos com os dirigentes políticos locais[26]. Não por acaso, com relação ao último aspecto, fora esta a empresa que financiou os dois últimos empréstimos contraídos pelo governo estadual na República Velha, respectivamente nos anos de 1926 e 1929[27].

Tratando-se especificamente da Companhia Mate Laranjeira, outras medidas foram tomadas pelo governo federal no sentido de regulamentar esta exploração no país, medidas essas que também esbarraram nos interesses estabelecidos desta empresa contribuindo, como dito anteriormente, para o descenso de sua participação na formação da riqueza de Mato Grosso. Assim, em relatório de 1937, apenso à Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Interventor Cap. Manuel Ary da Silva Pires, o diretor da empresa, Heitor Santos Lobo, enfatizava o desagravo da Companhia com o projeto de criação do Conselho Nacional do Mate, com a perspectiva de uniformizar leis e regulamentos, não somente sobre o processo de plantio como sobre o beneficiamento e comercialização do produto. De início, o Conselho já havia sobretaxado em 50 réis a erva cancheada ou, dito em outras palavras, a erva que ainda não fora moída, visando a uma campanha publicitária sobre o uso desta infusão na Europa e Estados Unidos. Além de colocar em dúvida a necessidade e o alcance de tal campanha para os produtores que trabalhavam com a erva cancheada, como era o caso dos estados de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, Lobo[28] acrescentava que:

> "Há, portanto, no projeto hostilidade evidente à erva cancheada, não sendo conseqüentemente de caráter nacional ou geral a iniciativa que ele concretiza, e sim de interesse particular de um contra outro grupo de industriais do país. (...) *Não se pode negar que a erva moída ou industrializada deixa maiores benefícios para o país*. Mas nem por isso devem os poderes públicos prestar-se a instrumento de compressão contra a erva cancheada, na qual estão empregados *capitais igualmente*

---

[26] Outro episódio que poderia exemplificar a preocupação do Estado brasileiro quanto a ações da Companhia Mate Laranjeira na área da segurança nacional foi relatado em telegrama do Interventor Cezar Mesquita Cerva, dirigido ao Presidente Vargas em 1934, quando relatava a interferência daquela empresa na Guerra do Chaco, então em andamento. Segundo a interventoria, a Companhia estaria alistando trabalhadores paraguaios e brasileiros dos ervais no exército paraguaio, assim como dando apoio logístico, por meio de seus aviões, a ações de guerra daquele país. Tendo sido chamada a Cuiabá para prestar esclarecimentos, seus mandatários nada fizeram. Ao mesmo tempo, contudo, Cerva deixava claro que "(...) não dispondo Estado de força suficiente guarnecer postos que servem Companhia e notadamente cidade Campanário, rogo a V. Ex. sejam enviados destacamentos Exercito referidas localidades." MATO GROSSO. Interventor Cezar Mesquita Cerva. *Telegrama nº 40, de 1934*. Cuiabá: 1934. **AN**

[27] Segundo dados apresentados pelo Presidente do Estado de Mato Grosso em 1923, Pedro Celestino Corrêa da Costa, a receita bruta da Companhia Mate Laranjeira fora cerca de seis vezes maior que a receita global do Estado, nos primeiros anos da década de 20. Apud BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária:* algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)... p. 153.

[28] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imp. Oficial, 1937. p. 29-31. **APE-MT**

> *respeitáveis* e cuja situação é perfeitamente idêntica à de outros produtos nacionais, como o café que sai em grão, o algodão, em rama, etc, etc. *No caso particular da Companhia não é porque haja nela capitais argentinos que deixamos de moer a erva no Brasil.* Para a sua venda naquela nação platina, além da circunstância da Companhia ter o seu comércio assim organizado exportando-a cancheada há 50 anos, acontece que essa é a forma do produto ter ali melhor aceitação em face das leis do país." (Os grifos são nossos)

Na conclusão desta série de argumentos favoráveis à exportação da erva cancheada, cujo principal mercado consumidor era o argentino, Lobo explicava os motivos de a Companhia não investir no mercado brasileiro que, constituído por um reduzido número de consumidores, não compensaria o vulto das inversões, por exemplo, para a construção de um moinho. Expunha igualmente seu desagravo em relação aos produtores paranaenses, que se estariam beneficiando com as novas medidas impostas pelo Conselho. Desta forma, tanto nos argumentos levantados pela Companhia Mate Laranjeira na defesa de seu monopólio como nas iniciativas do governo brasileiro, pode-se perceber, não apenas uma disputa em torno do interesse nacional, mas também a preocupação com o direcionamento da atividade produtiva no país e, conseqüentemente, com o espaço político dos vários atores sociais envolvidos nesta questão. Assim, mais que as dificuldades criadas pelo governo Vargas para a *livre* iniciativa da Companhia Mate Laranjeira no estado, o episódio exemplificaria o novo pacto político e social inaugurado no país[29] e, com todas as suas especificidades, nos diversos estados, a partir de 1930.

Também em função disso, conforme já afirmado anteriormente, pode-se dizer que Mato Grosso passou por uma crise no plano econômico, a partir do final dos anos 20, que se estendeu sobretudo até o início dos anos 40, atingindo suas mais importantes fontes de renda — o setor pecuário, de borracha, da erva-mate e do açúcar —, que tiveram sua produção diminuída e, conseqüentemente, conduziram a uma queda simultânea nas receitas públicas. Esta crise, contudo, também contribuiu para dar continuidade ou iniciar algumas modificações na base produtiva do estado, sobretudo na região Sul de Mato Grosso.

---

[29] O que implicou, inclusive, na diminuição do poder das unidades federativas, uma vez que "o Estado forte e altamente centralizado iria absorvendo o sistema decisório, desestruturando suas bases regionais, num esforço de nacionalização das decisões estratégicas do ponto de vista do funcionamento global da economia." Assim, mesmo a presença do relatório da Companhia Mate Laranjeira no interior do documento da Interventoria não impediu o governo federal no avanço de seus propósitos de *saneamento*, como dissera Vargas, da vida econômica de Mato Grosso. DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classe... p.107.

Exemplos disso foram as melhorias introduzidas no criatório bovino: 1. a progressiva generalização do gado zebu, em substituição ao crioulo, inclusive na região da planície pantaneira; 2. o cercamento e a divisão das fazendas, visando a uma criação acompanhada do rebanho, contrária, portanto, à idéia de gado livre, criado à solta, em propriedades de grande extensão; 3. a utilização de algumas espécies gramíneas novas nas pastagens, em substituição ao uso exclusivo do pasto nativo; 4. a organização de associações de fazendeiros e criadores[30], visando a discussão destas questões, no Sul do estado, o que implicou igualmente no abandono da organização familiar enquanto modelo administrativo nas propriedades, com a incorporação de alguns padrões empresariais nestas fazendas:

> "A criação em pastos limitados, que facilitam sobremaneira os trabalhos de campo, mais rendosos em área accessível à fiscalização dos vaqueiros, tornou dispensável a conservação das glebas superiores aos recursos do fazendeiro, que só mantém a proporcionada aos seus objetivos industriais. A transformação, tardinheira a princípio, tende a acelerar-se, mercê da conveniência de reduzir-se a taxação do impôsto territorial, crescente com a área possuída, além das vantagens econômicas resultantes da redução dos rebanhos, uma vez que seja a diminuição de quantidade compensada pela qualidade mais apreciada e, portanto, de maior preço."[31]

Além disso, apesar de todas as limitações existentes na Estrada de Ferro Noroeste, inclusive a sua conhecida incapacidade para o transporte de grande quantidade de gado em pé, pelo pequeno número de vagões existentes para este fim — o que, aliás, era justificado inclusive pela baixa rentabilidade do transporte deste gênero de mercadoria[32] — a via férrea trouxe melhorias no sistema de transporte, permitindo que parte da carne exportada pelo estado, particularmente da região pantaneira e dos Campos da Vacaria[33], ainda que transportado *in vivo*, não tivesse que percorrer a pé a distância existente entre os centros produtores, por um lado, e as regiões de engorda e empresas de beneficiamento, por outro, instaladas no estado de São Paulo[34]. Da mesma forma, a ferrovia foi importante na

---

[30] Entre elas, o Centro de Criadores da Nhecolândia, fundado em 30 de setembro de 1928, em Corumbá; e o Sindicato dos Criadores do Sul de Mato Grosso, em Campo Grande.
[31] CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanais mato-grossenses*: devassamento e ocupação... p. 119-120.
[32] Assim descreve Azevedo, em meados da segunda metade da década de 40, esta situação: "Com as quatro milhões de rezes que possui, é, por certo, Mato Grosso um dos maiores, senão o maior centro de pecuaria do país. Mas, como não existem armazens frigorificos em toda essa região, a Estrada não pode fazer senão o transporte do gado em pé, que tanto por ser de frete baixo quanto pelo fato de encher vagões em volume sem os lotar em peso, somente acarreta prejuizos, e os de maior vulto, á estrada de ferro." AZEVEDO, Fernando. *Um trem corre para o Oeste:* estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional... p. 191.
[33] Região situada no entorno da planície pantaneira, cuja principal cidade é Campo Grande.
[34] CORRÊA FILHO, Virgílio. *Op. cit.,* p. 121.

afirmação de um novo pólo de desenvolvimento na região Sul do estado, representado pela cidade de Campo Grande[35], que passou a funcionar como entreposto distribuidor das mercadorias adquiridas nas regiões industrializadas do país, em direção ao interior de Mato Grosso, inclusive para Cuiabá.

Outra modificação na base produtiva do estado foi a incrementação do setor agrícola[36] no extremo Sul de Mato Grosso, centralizado no município de Dourados. Este processo iniciou-se com os Programas Federais de Colonização, que levaram à criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, pelo Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943. O objetivo do governo federal, com este projeto, era abastecer de cereais os mercados do Centro-Sul do país. Essas lavouras, formadas por migrantes nordestinos — maioria neste projeto até meados dos anos 60 — eram de pequena produção, não gerando um excedente significativo. Assim, nessas áreas de colônia, caracterizadas por minifúndios formados de culturas permanentes, os produtos mais cultivados eram os típicos da pequena propriedade: amendoim, algodão, arroz, café, feijão e milho. Apesar da pequena monta desta iniciativa, ao final deste período, em meados dos anos 40, a região de Dourados começou a despontar dentro das estatísticas oficiais sobre Mato Grosso.

Deram-se os passos iniciais, também no final desse período, para a ocupação da região Norte do estado, cuja implementação coube aos governos posteriores a 1945, utilizando o mesmo modelo de colônias agrícolas, públicas e particulares. Entre os municípios que tiveram seu crescimento impulsionado por este tipo de empreendimento, estavam Rondonópolis e Jaciara[37].

A crise dos anos 20/30, entretanto, não se limitou à esfera econômica. As mudanças provocadas por essa crise determinaram igualmente transformações na estrutura social, com a ascensão e ou queda de parcelas dos grupos dominantes até então existentes no Estado,

---

[35] As mudanças provocadas na estrutura social do Estado, neste período, serão tratadas a seguir.

[36] Até meados dos anos 60, a atividade agrícola era pouco expressiva no Estado, ocupando uma posição secundária, principalmente quando comparada à pecuária. Neste sentido, também em virtude da falta de um mercado mais amplo que justificasse o empreendimento, carecia ainda de tecnologia e de capital. Em Mato Grosso, até este período, além dos projetos de colonização, ela estava presente no interior das grandes propriedades pastoris, onde era utilizada na abertura de áreas novas, visando ao barateamento de custos na formação de pastagens. O cultivo era o tradicional, utilizando-se basicamente os solos de matas, por serem mais férteis, uma característica da transitoriedade desta agricultura. Cf. GONZÁLEZ, Gilma Conceição. *Mato Grosso do Sul*: emergência e consolidação do complexo agroindustrial – o caso da soja e das carnes – bovina, suína e frango... p. 1-2.

além do surgimento de novas alianças no plano político. Neste sentido, a crise político-institucional que se seguiu ao movimento de 1930 — este último, em última análise, refletindo também um desdobramento da disputa econômica e política envolvendo os setores ligados ao capital agrário-exportador e aqueles relacionados ao capital industrial, em termos de Brasil — mostrou, por um lado, o progressivo enfraquecimento de representantes políticos dos grupos que tradicionalmente vinham dirigindo o Estado em todo o primeiro período republicano, como era o caso das famílias Murtinho, Paes de Barros, Ponce, entre outras, e, por outro, o fortalecimento de outras facções, inclusive algumas que não se constituíram, pelo menos inicialmente, como grandes proprietárias de terras, marca característica da classe dominante no Estado, durante a República Velha.

Entre os primeiros estavam, inclusive, os políticos ligados aos interesses da Companhia Mate Laranjeira — como foi o caso da família Murtinho — e os usineiros. Estes últimos, representando um setor da economia mato-grossense que se organizara principalmente a partir da década de 70 do século XIX, estivera ligado aos grupos dominantes que controlaram o Estado até 1930 e foi um dos primeiros a sentir a ação *moralizadora* do movimento revolucionário[38]. Entre os segundos, estavam grupos de fazendeiros que se tornaram importantes, do ponto de vista econômico, sobretudo na região Sul do estado, em grande parte pelo sucesso alcançado no criatório bovino daquela parte de Mato Grosso, naqueles anos. Foi o caso, entre outros, dos Barbosa Martins, dos Coelho Machado e Dolor de Andrade, de Campo Grande, dos Alves Ribeiro, de Aquidauana e da família Barros, esta última sediada no município de Corumbá, na região do Pantanal da Nhecolândia. Quanto à outra parte deste segundo grupo, seus membros mais representativos pertenciam à família Müller, que alcançou grande influência em todo Mato

---

[37] RIBEIRO, Lélia Rita E. de. *O homem e a terra*... parte 2: O homem mato-grossense: p. 386 et seq.; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *O processo histórico de Mato Grosso*... p. 255 et. seq.

[38] Conforme Corrêa, "a primeira investida contra os *velhos coronéis* ocorreu logo com o primeiro interventor no estado de Mato Grosso, o coronel do exército Antonino Mena Gonçalves (03.11.30), cuja atuação atingiu mais duramente alguns dos principais líderes nortistas. Já o segundo momento que caracterizou uma verdadeira demonstração de força do poder central sobre o poder local, foi o desarmamento dos *coronéis* do sul do estado, a partir do ano de 1937." Estes últimos, identificados pelos representantes do Estado Novo aos grupos de bandoleiros e bandidos que campeavam pelo Sul de Mato Grosso, foram desarmados e, em alguns casos, chegaram a ser enquadrados na legislação de exceção existente à época. CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*...cap. 4: O ocaso dos coronéis em Mato Grosso. p. 133-144.

Grosso e inclusive no país, principalmente em razão de sua marcante atuação na burocracia estatal.

Sobre a família Müller, sua presença à frente do governo mato-grossense vai-se fortalecer logo após a queda dos primeiros interventores designados para Mato Grosso, em meados de 1931/1932. Esta ascensão, nestes termos, não significou apenas mais uma luta intestina entre frações da classe dirigente do Estado. Fundamentalmente, o que acontecia era o fortalecimento de um novo conjunto de atores políticos[39], aliando representantes dos setores mais dinâmicos da economia regional, sobretudo ligados à pecuária, e esta burocracia surgida no processo de constituição de uma novo tipo de Estado, iniciada com o movimento de 1930. Neste sentido, a família Müller representou esses novos funcionários do Estado pós-30 em Mato Grosso, formando, com os pecuaristas citados, uma frente de oposição aos resquícios da velha oligarquia mato-grossense. Simultaneamente, foi esta burocracia a exercer o papel de intermediação entre o governo central e as distintas frações de classe presentes na sociedade civil de Mato Grosso, o que incluía não só os diferentes grupos da classe dominante mas também os trabalhadores, num momento de dificuldade para a organização autônoma dos mesmos, frente aos golpes e ou manobras cooptadoras do governo getulista.

Assim, no momento de transição, representado pelos primeiros anos da década de 30, especialmente até 1937 — ou seja, enquanto o quadro econômico e político do Estado ainda não se havia delineado totalmente —, a atuação do governo central foi no sentido de manter-se *eqüidistante* das constantes disputas ocorridas em Mato Grosso, envolvendo os atores políticos acima citados. Inicialmente, o governo Vargas fez algumas tentativas conciliatórias, nomeando interventores que não pertenciam aos quadros políticos mato-grossenses, ou, como sempre era frisado pelos políticos locais, não eram *filhos da terra*.

---

[39] Além disso, há que destacar que Filinto Müller era parte do grupo tenentista que participou do movimento de 1924, tendo permanecido exilado na Argentina e, após seu regresso, cumprido pena na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Em 1930, colocou-se ao lado dos tenentes que apoiaram o movimento revolucionário, tomando parte no levante da Escola de Aviação do Campo dos Afonsos, do Distrito Federal. Já no governo revolucionário, esteve presente em cargos relacionados ao campo militar — primeiramente como adjunto do Gabinete do Ministro da Guerra, General Leite de Castro e depois, acompanhando o interventor João Alberto como auxiliar, quando este último foi promovido para o cargo de Chefe de Polícia do Rio de Janeiro. Finalmente, quando João Alberto saiu deste posto, em 1932, Filinto Müller foi nomeado para substituí-lo, tendo aí permanecido cerca de dez anos, até 2 de julho de 1942. Durante este período e depois, até seu falecimento em 1973, sempre esteve presente na vida política, tanto nos circuitos regionais, como na esfera federal. PÓVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso...* v. 2: p. 351-352; 481-485.

Tendo este quadro como pano de fundo, no qual as tensões se avolumavam, mas onde ainda existia espaço a ser ocupado politicamente, em 1932, o então interventor Arthur Antunes Maciel acreditava ter chegado a hora de a representação do governo federal em Mato Grosso assumir a função de guia político frente às diversas correntes ali existentes, ocupando o *vazio* político criado a partir desta situação. Neste sentido, recomendava ao governo federal a escolha de um novo Interventor que, tendo em suas mãos um Estado reajustado financeira e administrativamente, dentro das possibilidades do momento — missão que lhe havia sido confiada e que ele considerava cumprida —, pudesse iniciar esta nova fase de reorganização política de Mato Grosso. Lembrava ainda que, num ambiente como aquele no qual se encontrava, em que a

> "Politica [era] essencialmente pessoal e feita por grupos de pessoas ligadas por laços de familia, ainda no periodo rigorosamente personalista, [ela] carece de ser feita por gente ligada à terra."[40]

Acatando a sugestão de Maciel, no início de junho foi nomeado Leonidas Antero de Mattos, até então Secretário Geral da Interventoria, para o cargo central da administração pública estadual. Era o primeiro mato-grossense a ocupar a pasta, sem que isto tenha representado, no entanto, o fim das disputas entre os membros da Aliança Liberal, organizados em torno de Vespasiano Barbosa Martins, em Campo Grande, e de Estevão Alves Corrêa, Emilio Calhau, Julio Müller e outros, em Cuiabá; e os partidários da União Liberal Mato-grossense, agremiação à qual o próprio interventor acabou se congregando, ainda em 1932[41].

O acirramento da disputa aumentou, principalmente, a partir do ingresso de membros da Aliança Liberal, tendo à frente Vespasiano Barbosa Martins, a família Barros e outros representantes dos pecuaristas sulinos[42] no movimento constitucionalista, apoiando

---

[40] MATO GROSSO. Interventor Arthur Antunes Maciel. *Carta ao Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, em 21 de maio de 1932*. Cuiabá: 1932. p. 5. **AN**

[41] MATO GROSSO. Diretório da Aliança Liberal de Campo Grande. *Telegrama s/n, de 31 de maio de 1932*. Cuiabá: 1932. ; MATO GROSSO. Diretório da Aliança Liberal de Cuiabá. *Telegrama s/n, de 1º de junho de 1932*. Cuiabá: 1932.; MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama nº 439, de 29 de julho de 1932*. Cuiabá: 1932. **AN**

[42] Não se têm registros, na historiografia local, sobre partidários do movimento constitucionalista na região Norte do estado, nem mesmo em Cuiabá. Somente em 1933, após a anistia dos envolvidos no episódio constitucionalista, quando se preparavam as listas de candidatos para as eleições da Constituinte Estadual, o interventor Leonidas Antero de Mattos denunciou Alberto Trigo Loureiro, como membro do grupo conspirador e porta-voz do ideário constitucionalista na capital do Estado. MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama nº 55, de 29 de abril de 1933*. Cuiabá: 1933. **AN**

as bandeiras dos revoltosos paulistas. Neste momento, era instalado em Campo Grande o Estado de Maracaju[43], com a finalidade de oferecer uma alternativa ao poder constituído em Cuiabá, com Leonidas Antero de Mattos. A disputa estabelecida entre o Sul e o Norte do estado, num momento de déficit fiscal profundo, como colocado anteriormente, acabou levando a interventoria a procurar apoio entre alguns representantes de frações da classe dirigente contrárias ao grupo de pecuaristas sulistas, que haviam sido afastados do poder estadual pelo movimento de 1930 e procuravam formas de voltar a influenciar o processo político em Mato Grosso. Além destes, a Interventoria procurou apoio do grupo formado por pequenos e médios proprietários ligados à exploração da erva-mate, na sua maioria migrantes gaúchos que se localizaram no extremo Sul do estado, a partir do final do século passado. Estes últimos, cujas propriedades estavam incrustadas nos domínios da Companhia Mate Laranjeira ou situavam-se nas fraldas da região de extração da erva-mate, viam, no avanço da pecuária nos municípios do extremo Sul uma ameaça às suas propriedades. Com esses proprietários e outros, Leonidas Antero de Mattos incentivou a formação de milícias privadas, que funcionaram até a chegada de contingentes do Exército regular. A população mato-grossense voltou a acompanhar, desta forma, a disputa armada entre grupos de fazendeiros, prática comum em seu passado recente, o que estendia a disputa em torno do movimento constitucionalista do campo militar, no qual o Estado poderia manter o controle, para o campo privado. Não por acaso, o desarmamento da população civil[44] provocou sério desentendimento entre o interventor e o representante militar em Mato Grosso[45], ao mesmo tempo que aprofundou o afastamento de Leonidas de Mattos em relação aos irmãos Müller.

---

[43] Em pesquisa recente, Bittar demonstra que a intenção primeira dos revoltosos sul-mato-grossenses era a oposição ao governo estadual, além da defesa dos ideais constitucionalistas, daí a intenção dos participantes de instalar um governo paralelo e não propriamente criar uma nova unidade federativa. Não é demais lembrar, no entanto, que foi episódio comum na história de Mato Grosso, principalmente a partir do final do século XIX, com o desenvolvimento mais acentuado da região Sul do estado, o surgimento de propaganda e a defesa de idéias separatistas em relação ao governo sediado em Cuiabá. Cf. BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul:* do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)... Cf. especialmente v. 1: Do sul de Mato Grosso a Mato Grosso do Sul (1892-1977).

[44] O desarmamento de todo a população do Estado prosseguiu nos anos seguintes, tendo sido intensificado principalmente a partir de 1937. Cf. CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso...* p. 143.

[45] MATO GROSSO. Comandante Interino da Circunscrição Militar de Mato Grosso, Cel. Amaro Villanova. *Telegrama nº 11, de 15/10/1932.* Cuiabá: 1932.; MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama nº 20, de 15/10/1932.* Cuiabá: 1932.; *Id., Telegrama nº 53, de 20/10/1932.* Cuiabá: 1932. **AN**

Este novo impasse teve seu desfecho em 1934, quando o Presidente Getúlio Vargas acatou o pedido de afastamento de Leonidas Antero de Mattos[46], nomeando para o cargo Cesar Mesquita Cerva e dando início a um novo período de governo de um interventor de *fora* do estado, desta feita alegando o acirramento da disputa em torno do Executivo e Legislativo estaduais, com a aproximação das eleições de 14 de outubro de 1934[47]. Antes da eleição e posse do novo governador, contudo, o governo federal ainda procurou fortalecer seus correligionários reunidos em torno dos irmãos Müller, promovendo a nomeação de Fenelon Müller para o executivo estadual, no qual permaneceu entre 8 de março de 1935 e 28 de agosto do mesmo ano.

Nesse ínterim, e até o ano de 1937, aconteceram vários embates em torno destes grupos políticos, que representavam, por um lado, as frações da classe dominante alijadas do poder, no pós-30, e, por outro, os grupos em ascensão, dentro do Estado.

Quando das eleições para o executivo estadual, em 1934/1935, em torno do nome de Mario Corrêa congregaram-se a oposição aos Müller em Mato Grosso, como foi o caso de Leonidas Antero de Mattos, e também os remanescentes de parcelas da classe dominante mato-grossense ligados aos políticos da *cuiabania*[48], como era o caso do próprio candidato a governador, o último dos Presidentes de Estado eleitos antes de 1930. Fenelon Müller, ao contrário, reuniu em torno do seu nome membros dos antigos Partidos Constitucionalista, Progressista e Liberal de Mato Grosso[49]. Neste sentido, congregavam-se na mesma chapa as lideranças dos constitucionalistas de 1932 — inclusive com a inclusão da candidatura de Vespasiano Barbosa Martins, político de Campo Grande, para o Senado Federal — junto à família Müller e seus acólitos, além de uma parcela dissidente da própria *cuiabania*, como era o caso de Generoso Ponce Filho, candidato a deputado federal, e que acabou sendo eleito pela Liga Eleitoral Católica.

---

[46] MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama nº 12, de 7/9/1934*. Cuiabá: 1934. **AN**

[47] Assim se expressaram os jornais de Campo Grande, supostamente dando conhecimento de notícia veiculada à imprensa por meio de telegrama do chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller: "Rio, 4 — Polícia Civil n. 251. Impossibilitado seguir já, comunico prezado amigo que Leonidas será substituído amanhã por um Interventor inteiramente imparcial, o qual assegurará liberdade pleito. (...) Filinto Müller". MATO GROSSO. Deputado Alfredo Pacheco. *Telegrama nº 41, de 6/10/1934*. Campo Grande: 1934. **AN**

[48] Desta forma eram denominados os membros das famílias pioneiras de Cuiabá, responsáveis pelo processo inicial de ocupação da região Norte do estado.

[49] Cf. MATO GROSSO. Diretório do Partido Evolucionista de Corumbá. *Telegrama nº 1480, de 29/8/1934*. Cuiabá: 1934. **AN**

As disputas voltaram a acirrar-se após a eleição de Mario Corrêa para o cargo de governador. Entre setembro de 1935 e fevereiro de 1937, sucederam-se as acusações de ambos os lados, até o momento em que um grupo de deputados estaduais pediu o *impeachment* do executivo estadual, bem como garantias constitucionais para o funcionamento da Assembléia Legislativa, alegando a existência de pressões não só políticas, mas, ameaças concretas de morte contra alguns de seus membros[50].

Diante desta situação, o governo federal acabou intervindo novamente em Mato Grosso. Inicialmente foi instaurado estado de sítio, em 29 de dezembro de 1936 (Decreto-lei n° 1259), sob a responsabilidade do Comandante da 9ª Região Militar, Cel. Lobato Filho e, finalmente, em 6 de março de 1937, foi decretada intervenção federal no estado de Mato Grosso (Decreto-Lei n° 1468). Graças a este novo contexto, o Governador Mario Corrêa foi afastado por um ano de suas funções frente ao executivo estadual, para garantir, segundo rezava o texto legal, o livre exercício do Poder Legislativo. Para exercer as prerrogativas do governo estadual foi nomeado, pelo mesmo decreto-lei, o Capitão Ary da Silva Pires[51]. O posterior falecimento de Mario Corrêa, ainda durante seu período de afastamento, em 7 de setembro de 1937, provocou o fim do processo de *impeachment*, bem como nova eleição indireta, via Assembléia Legislativa, na qual foi indicado Júlio Strübing Müller para o cargo de governador.

Sem motivos que sustentassem a manutenção do estado de sítio, a pedido do novo governador, o mesmo foi suspenso em 28 de setembro de 1937 (Decreto-Lei n° 1990). Desta forma, não se assistiu à nova intervenção do governo federal no estado, uma vez que, após a proclamação do Estado Novo, em 11 de novembro de 1937, Júlio Strübing Müller permaneceu no cargo, a partir de então como interventor eleito por Getúlio Vargas, até

---

[50] MATO GROSSO. Governador Mario Corrêa. *Telegrama nº 34800, de 5/12/1936.* Cuiabá: 1936.; *Id., Telegrama nº 525, de 18/12/1936.* Cuiabá: 1936.; *Id., Telegrama nº 70600, de 23/12/1936.* Cuiabá: 1936.; MATO GROSSO. Deputados do Bloco Evolucionista na Assembléia Legislativa. *Carta ao Exmo. Presidente da República, Getúlio Vargas, de 15/12/1936.* Cuiabá: 1936.; MATO GROSSO. Senadores Vespasiano Barbosa Martins e João Villasbôas. *Telegrama n° 518, de 17/12/1936.* Cuiabá: 1936.; MATO GROSSO. Deputados do Bloco Evolucionista na Assembléia Legislativa. *Telegrama n° 1240, de 23/12/1936.* Cuiabá: 1936.; *Id., Telegrama n° 1032, de 29/12/1936.* Cuiabá: 1936.; MATO GROSSO. Governador Mario Corrêa. *Telegrama n° 20, de 11/2/1937.* Cuiabá: 1937.; *Id., Telegrama n° 117800, de 20/2/1937.* Cuiabá: 1937.; MATO GROSSO. Deputados do Partido Evolucionista na Assembléia Legislativa. *Telegrama n° 135900, de 23/2/1937.* Cuiabá: 1937. **AN**

[51] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imp. Oficial, 1937. p. 4. **APE-MT**

1945[52]. Com este fato, pode-se dizer que se conclui a ascensão não só dessa nova burocracia que começara a se formar e consolidar, nos âmbitos federal e estadual, a partir do movimento de 1930, como também das outras frações da classe dominante que com ela estabeleceram aliança em Mato Grosso, como era o caso dos pecuaristas da região Sul do estado ou dos comerciantes estabelecidos em cidades que se desenvolveram com a instalação da Estrada de Ferro Noroeste, como Três Lagoas e principalmente Campo Grande.

Assim, pode-se concluir dizendo que, no plano político-institucional, a situação de Mato Grosso foi constantemente agitada pela disputa que se estabeleceu entre os grupos anteriormente citados, período esse que se esgotou com o início do Estado Novo. Simultaneamente, este momento histórico que vai de 1930 a 1937, também foi de crise no plano econômico, crise essa que agravou a situação sempre precária das finanças públicas do executivo estadual. Neste sentido, adotando políticas ortodoxas nos setores fiscais e monetários, poucos foram os investimentos realizados pelo Estado no período, particularmente nos setores sociais, inclusive em educação. Assim, tanto em termos financeiros como administrativos, como se verá na parte seguinte deste capítulo, as estruturas existentes permaneceram no mais das vezes conservadas em seus traços mais gerais, apesar dos vários interventores e governadores que estiveram à frente do executivo estadual nesses sete anos.

Desta forma, somente no período ditatorial, entre 1937 e 1944, foram implementadas reformas no plano administrativo, voltadas principalmente para a reorganização e centralização dos organismos estatais. Apesar do alcance aparentemente limitado destas reformas, principalmente aquelas que atingiram o setor educacional, foi nesses anos que se lançaram as bases para as medidas que seriam implementadas pelo Estado após 1945, sobretudo aquelas voltadas para a racionalização do processo de controle e gestão do sistema escolar — importantes para a concretização, em Mato Grosso, das diretrizes do governo Vargas, visando principalmente à consolidação de uma *educação nacional*. Pelos próprios limites impostos a esse processo, nos primeiros quinze anos que se seguiram ao movimento revolucionário de 1930, a (re)organização do ensino escolar em

---

[52] "Em Mato Grosso o Governo foi entregue ao Desembargador Olegário Moreira de Barros, [...] Presidente do Tribunal de Justiça, [...] que governou o Estado por um período de nove meses e oito dias de 30 de outubro

Mato Grosso, como se verá a seguir, não chegou a motivar, por exemplo, a definição de um novo *corpus* legal, permanecendo em vigor até 1952, em Mato Grosso, a legislação implementada a partir de 1927. O porquê deste fato e as outras particularidades que envolveram os anos 1930-1945, quanto ao desenvolvimento da questão educacional no estado e, particularmente, na região de Corumbá, são examinados na continuidade deste capítulo.

2. Aspectos históricos de uma fronteira longínqua: a região de Corumbá

Antes de passar à descrição e análise da questão educacional neste primeiro período, seria importante lançar algumas luzes a mais sobre a região da fronteira Oeste, escolhida como universo desta pesquisa. É neste sentido que o ponto de partida deste trabalho é a cidade de Corumbá, considerada enquanto *locus* significativo da fronteira brasileiro-boliviana. Este município, situado às margens do rio Paraguai, a meio caminho dos centros urbanos de maior destaque em âmbito regional (Cáceres e Cuiabá, em Mato Grosso e Campo Grande, em Mato Grosso do Sul), aparece também como a mais importante cidade brasileira na fronteira do Brasil com a Bolívia. Estes dois fatores — sua localização privilegiada na bacia do Alto Paraguai e a proximidade com a Bolívia — vão marcar, neste contexto, o desenvolvimento da cidade, desde seus primórdios, no século XVIII [53].

Da mesma forma, após a Guerra da Tríplice Aliança, no final do século XIX, a efetiva abertura da navegação no rio Paraguai fez de Corumbá um dos centros *comerciais*[54] de maior importância em Mato Grosso[55], porto internacional responsável pelo

---

de 1945 a 8 de agosto de 1946." PÓVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso...* p. 422.

[53] ITO, Claudemira Azevedo. *Corumbá*: a formação e o desenvolvimento da cidade... p. 50 et seq.

[54] Esta intensificação da atividade comercial em Corumbá desenvolveu-se num contexto que se estende da segunda metade do século XIX , um dos períodos de maior dinamismo da Revolução Industrial na Inglaterra, quando este país procurava incentivar a expansão de suas exportações, inclusive para a América Latina; e a Primeira Guerra Mundial, passando ainda pela crise capitalista que se iniciou em 1870, com as possibilidades que estes dois episódios trariam para a dinamização econômica de regiões periféricas, mas que estavam envolvidas na comercialização de mercadorias produzidas nos centros capitalistas mais desenvolvidos. Assim, Alves destaca que "a abertura dos rios da bacia do Prata ocorreu num momento em que as transformações na produção, na circulação e nas comunicações expandiam o comércio mundial, situação que se refletiu necessariamente no funcionamento da casa comercial, determinando novos rumos ao seu desenvolvimento." ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História: 1870-1929 — ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro... p. 18-19.

[55] O que provocou, igualmente, a presença hegemônica desta fração da burguesia, representada pelo comércio, nos cenários social e político mato-grossense, até a década de 20. *Ibid.,* p. 33.

abastecimento das cidades do interior do estado (Campo Grande, Cuiabá, Cáceres, Coxim e outras), com mercadorias vindas de todas as regiões do Brasil e do exterior, além do escoamento da produção local. Esse processo de hegemonização das *casas comerciais* em Corumbá, no entanto, começou a ser abalado a partir da primeira década do século XX, quando da construção da ferrovia que ligou Campo Grande a Porto Esperança, localidade também situada às margens do rio Paraguai.

A partir desse momento, o eixo econômico-social desta região volta-se para as áreas lindeiras à ferrovia, firmando-se a participação do Pantanal mato-grossense como exportador de *gado em pé* e importador de mercadorias do restante do Brasil e exterior, agora transportadas também pela via férrea[56]. Além dessas atividades, entre os anos 20-40, floresceram, à sombra dos trilhos da Noroeste, as indústrias do charque (charqueadas), algumas delas remanescentes de empreendimentos outrora localizados em Corumbá. Deu-se, também, continuidade à navegação na bacia do Paraguai e seus tributários, embora apenas em escala regional, visando tanto à redistribuição das mercadorias trazidas pelo transporte ferroviário, como pela via fluvial[57].

É importante lembrar, inicialmente, que as mudanças na base produtiva citadas anteriormente, sobretudo aquelas que atingiram o setor pecuário do estado de Mato Grosso — provocadas pela crise econômica dos anos 20/30 —, simultaneamente ofereceram as condições necessárias para o soerguimento desta região brasileira, principalmente a partir dos anos 40. Assim, as dificuldades enfrentadas pelo Brasil e pelo estado de Mato Grosso com o corte das linhas de abastecimento de produtos importados, tanto do continente europeu como do americano, ocasionariam novo surto desenvolvimentista na região, com o surgimento de um pequeno mas significativo — regionalmente falando — parque industrial. Exemplo desta ordem pode ser apresentado em relação ao município de Corumbá. Essas empresas, algumas contando com a participação de capital estrangeiro, estavam basicamente concentradas nos setores alimentício e da construção civil, num momento em que a própria edificação do ramal ferroviário Brasil/Bolívia (Corumbá/Santa

---

[56] ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História: 1870-1929 — ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro... p. 72 et seq.

[57] PROENÇA, Augusto César. *Pantanal:* gente, tradição, história... p. 118-120.; MICHELS, Ido Luiz, OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Coord.). *Diagnóstico sócio-econômico da Bacia do Alto Paraguai:* aspectos regionais e urbanos... p. 10.

Cruz de la Sierra), iniciada em 1938[58], havia trazido um grande afluxo populacional à região, principalmente trabalhadores bolivianos e paraguaios, que vieram a estabelecer-se no município. Segundo informações do relatório de João Mello, elaborado após sua visita a Corumbá em 1941, endereçado ao Cel. Raul Silveira de Mello, membro da Comissão Especial de Fronteiras[59], os aluguéis chegaram a dobrar em um curto período de dois anos, na cidade, pelo déficit habitacional provocado por essa migração e imigração extemporânea.

Se parte do capital investido nas empresas surgidas era internacional — principalmente em se tratando dos setores voltados para a extração de minerais estratégicos, como era o caso da exploração do manganês e minério de ferro em Corumbá[60] —, as indústrias ligadas à produção alimentícia e construção civil eram formadas basicamente por empreendedores locais. Parte desse capital advinha da atividade comercial e navegação, enquanto outra parcela, como aconteceu sobretudo com as charqueadas, representava a reaplicação dos rendimentos alcançados com o criatório bovino.

No caso das charqueadas, se esta atividade contara, sobretudo nos primeiros vinte anos deste século, com a participação fundamental de capitais ingleses e platinos na sua formação[61], esse quadro começara a sofrer mudanças a partir dos anos 20, quando esses empreendedores começaram um processo de desmontagem de seus negócios em Mato Grosso, que passaram a ser adquiridos por empresários locais. Exemplificando estas mudanças, será examinado o caso das empresas situadas no município de Corumbá. Desta forma, em 1920, a firma Barros & Gomes Cia. Ltda., tendo à frente, entre outros, Eugênio Gomes da Silva, José de Barros Maciel, Fernando de Barros, Antônio Leite de Barros, João Batista de Barros e João Wenceslau Leite de Barros, arrendou o saladeiro do Rebojo, cuja propriedade pertencia a G. C. Dickinson & Cia, com sede social em Montevidéu[62]. Tendo

---

[58] Será a partir deste ano que a Comissão Mista Brasileiro-Boliviana virá a instalar-se no município, iniciando em 1939 os trabalhos de construção propriamente ditos, em território boliviano. Mais detalhes, cf. capítulo III deste trabalho.

[59] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 606.* Rio de Janeiro: 1941. **AN**

[60] Atividade que se viabilizou principalmente a partir dos anos 50, como será visto no quarto capítulo deste trabalho.

[61] ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História: 1870-1929 — ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro... p. 48-49.

[62] PROENÇA, Augusto César. *Pantanal:* gente, tradição, história... p. 41-42.

permanecido na direção deste estabelecimento por duas safras, iniciaram em 1923 novo negócio, com a compra do Saladeiro Otília, este último pertencente a Leôncio Nery.

Em 1930, Paulino Gomes da Silva, outro fazendeiro estabelecido em Corumbá, fundou a firma Paulino Gomes Cia. Ltda., associando-se ao capital da Barros & Gomes Ltda. Juntas, as duas empresas abriram a Charqueada Barrinhos, num local denominado Rabicho, à beira do rio Paraguai. Até esse momento, a maior parte do charque produzido em Corumbá era exportado, sendo transportado pelo Rio Paraguai até Montevidéu, onde era embarcado para outros países. A crise dos anos 20/30, no entanto, não só trouxe mudanças na composição social das empresas existentes, com a entrada e saída de sócios, como o redirecionamento do destino final da mercadoria, desta feita visando ao mercado interno, mais especificamente a Baixada Fluminense, para a qual era transportada por via férrea[63].

Assim, a partir de 1938, o setor pecuário, que sofrera forte abalo nas suas vendas com a crise dos anos 20/30, voltara a apresentar resultado positivo no intercâmbio para o mercado interno, quando o país se encontrava em estado de guerra. O fator aumento das vendas, combinado às mudanças provocadas no processo produtivo do rebanho, alcançando maior taxa de desfrute do produto final, além de um período de precipitações pluviais dentro de padrões de normalidade na região, sem a ocorrência de enchentes[64] — facilitando o criatório — foram alguns dos fatores a propiciar ganhos significativos nos rendimentos das fazendas, sobretudo na planície pantaneira; ganhos esses que foram reinvestidos em outros setores produtivos, como dito anteriormente, principalmente na pequena e média indústrias alimentícia e de construção civil.

Sobre o setor industrial, no município de Corumbá, o seu crescimento pode ser observado na Tabela 1.2.:

---

[63] PROENÇA, Augusto César. *Pantanal:* gente, tradição, história... p. 118-119.

[64] Dadas as condições da criação bovina, sobretudo na região do Pantanal, ainda em grande parte realizando-se sob a forma da pecuária extensiva — apesar do alcance das modificações introduzidas, naquele momento, nas principais propriedades do município de Corumbá —, esta atividade encontrava-se em grande medida sujeita às alterações climáticas e fluviais existentes na planície pantaneira. Desta forma, um ano de cheia acima dos parâmetros normalmente observados, como aquela acontecida em 1942, poderia prejudicar toda a produção daquele período, uma vez que muitas cabeças de gado poderiam ser perdidas com a enchente. Por isso a ocorrência da *seca*, isto é, condições climáticas em que a enchente anual da planície pantaneira ficava dentro do limite normalmente observado, era um fator favorável ao criatório bovino na região. MATO GROSSO. Interventor Julio Strübing Müller. *Telegrama nº 15, de 10/03/1942.* Cuiabá: 1942. **AN**

Tabela 1.2. – Desenvolvimento do setor industrial – Corumbá – 1930, 1940 e 1950

Setores	1930	1940	1950
Alimentação (1)	2	13	nd
Produtos de limpeza.....	--	3	nd
Serrarias.....	--	7	nd
Estaleiros.....	1	nd	nd
Construção civil (2)	--	9	nd
Charqueadas.....	2	3	nd
Gráficas.....	1	3	nd
TOTAL.....	**6**	**38**	**49**

(1) Inclui as indústrias de massas alimentícias, refrigerantes e cerveja.
(2) Inclui a fabricação de telhas, tijolos e cal.
Fontes: ANNUARIO de Matto Grosso, 1930: 84-86.; MATO GROSSO, 1942: 9-10.; IBGE, 1960: 317-320.

Assim, em 1930, o *Annuario de Matto Grosso*[65] registrou quatro estabelecimentos, destacados em função de sua importância: Saladeiro e Matadouro Público, da firma Monaco Barros & Cia. Ltda.; o Saladeiro Otilia, da firma Barros, Gomes & Cia. Ltda.; a Fábrica de Cervejas e Gazozas de José Rodrigues S. Pedro e o Estaleiro de Construção Naval dos Irmãos Puccini & Cia. Também possuíam anúncios encartados nesta publicação A Central, de F. Roca — fábrica de massas alimentícias, torrefação e moagem de café, sal e açúcar — e a empresa Sequeira & Cia., responsável pela pautação e fabricação de livros contábeis, além de funcionar também como casa editorial. No ano de 1940, Corumbá contava com 38 estabelecimentos, concentrados principalmente no setor alimentício e da construção civil. Em 1950, segundo dados do IBGE, já havia chegado a 49 o número de empresas industriais existentes na cidade, sendo 49,9% indústrias do setor alimentício[66].

Já se observou que, em termos sócio-econômicos, esse momento foi marcante para o processo de consolidação de Campo Grande como pólo aglutinador da região Sul do estado, notadamente no campo comercial, representando ao mesmo tempo a perda da hegemonia que Corumbá mantivera neste setor até o início do século — sobretudo até meados dos anos 20 —com a presença forte das casas comerciais no comércio intra e inter-regional[67]. A consolidação desse novo bolsão de desenvolvimento dentro do estado, centrado em Campo

[65] ANNUARIO de Matto Grosso – 1930 – 1º ano... p. 84-86.
[66] PINTO, Maria Magdalena Vieira. Núcleos urbanos. In: IBGE. Conselho Nacional de Geografia. *Geografia do Brasil:* grande região Centro-Oeste... p. 317-320.
[67] Sobre este tema cf. ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso e a História*: 1870-1929 — ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro...

Grande, já fora assinalada por Annibal Benicio de Toledo, último presidente do Estado de Mato Grosso no período que antecedeu ao movimento de 1930, na defesa que faz sobre onde deveriam recair os esforços políticos e econômicos, no sentido de promover o povoamento do Estado:

> "Dahi a minha idéa de renunciar ao aproveitamento da navegação fluvial de Corumbá a Cuyabá, como caminho único para o progresso que tem de nos vir do Sul. A faixa de 100 légoas de pantanaes que separa as duas cidades, impropria, como é, para a fundação de nucleos intermedios de povoações urbanas, não nos dá absolutamente esperança de melhoras para esta situação em que estacionamos há mais de 60 annos, desde que se iniciou a navegação do Cuyabá. *Esse pantanal infindo não pode ser habitado tão cedo.* Por isso me firmei no pensamento de melhorar e povoar o caminho de Campo Grande — Coxim — Cuyabá, mais curto, de construcção mais facil e economica do que qualquer outro, atravessando terras ferteis e, portanto, povoaveis por colonias agricolas, que são as que maior densidade de população podem promover."[68] (Os grifos são nossos)

Outra variável a indicar esta mudança aparece no crescimento das principais cidades do estado, expresso nos seus ganhos populacionais entre os anos de 1920 e 1940, que pode ser observado na Tabela 1.3.

A partir dos dados fornecidos pela Tabela 1.3., podem-se comparar as diferentes taxas de crescimento dos municípios do Sul de Mato Grosso entre 1920 e 1940, anos em que foram realizados recenseamentos gerais da população brasileira naquele período[69]. A maior variação aconteceu em relação ao município de Dourados (140,2%), que em 1940, emancipado politicamente, começou a destacar-se, principalmente em razão do influxo migratório que passou a abrigar nessa década e seguintes, com o desenvolvimento da atividade agrícola nesta parte do estado. A segunda colocação coube a Campo Grande que, apesar de ainda não ter atingido o primeiro posto entre os municípios mato-grossenses, teve sua população aumentada em 132,3%, o dobro da variação atingida pelo município de Cuiabá (61,5%), que ainda possuía a maior população em termos absolutos, em 1940.

---

[68] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1.ª Sessão Ordinaria de sua 15.ª legislatura.* Cuyabá: Typ. Official, 1930. p. 12. **NDHIR-UFMT**

[69] Utilizaram-se os dados referentes ao ano de 1920, já que não foi realizado o censo nacional em 1930.

Tabela 1.3. – População das principais cidades mato-grossenses – 1920 e 1940 (1)

Cidades	1920			1940			Variação
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	%
Cuiabá.....	16.440	17.238	33.678	27.479	26.915	54.394	61,5
Campo Grande.....	12.120	9.240	21.360	26.330	23.299	49.629	132,3
Corumbá.....	10.447	9.100	19.547	16.131	13.390	29.521	51,0
Ponta Porã.....	10.713	8.567	19.280	17.408	15.588	32.996	71,1
Três Lagoas (3)	5.450	3.594	9.044	8.212	7.166	15.378	70,0
Dourados (2)	3.488	2.750	6.238	8.080	6.905	14.985	140,2
Estado.....	**133.146**	**113.466**	**246.612**	**230.405**	**201.860**	**432.265**	**75,3**

(1) Foram consideradas todas as cidades com população acima de 15.000 habitantes, em 1920, ano base da tabela.
(2) Em 1920, distrito de Ponta Porã.
(3) Incluída, por tratar-se de centro urbano situado a beira da Estrada de Ferro Noroeste.
Fontes: BRASIL, 1926: 110-113.; IBGE, 1952: 51.

Excetuando-se as duas cidades acima destacadas — Dourados e Campo Grande — os outros quatro municípios examinados — Cuiabá, Corumbá, Ponta Porã e Três Lagoas — tiveram uma variação populacional entre os anos de 1920 e 1940 que ficou entre 51,0% (Corumbá) e 71,1% (Ponta Porã). Mesmo Três Lagoas, localizada da mesma forma que Campo Grande no caminho da Estrada de Ferro Noroeste, à qual deve parte de seu desenvolvimento, não alcançou o percentual de crescimento populacional desta última, sendo registrado um aumento de 70,0% no número de habitantes deste município entre 1920 e 1940.

Em relação ao município de Corumbá, é importante destacar duas questões relacionadas ao crescimento de sua população nesse período. A primeira prende-se às próprias mudanças acontecidas no setor pecuário, que levou parte dos descendentes dos pioneiros, conforme o relato de Corrêa Filho, a deixarem a moradia no Pantanal e fixarem residência na zona urbana. Neste sentido,

> "Entre os descendentes dos pioneiros, já se encontram médicos, engenheiros, advogados, veterinários, agrônomos, todos empenhados em concorrer para o engrandecimento dos pantanais afamados (...). Embora nem sempre morem nas suas fazendas, cuidam de dotá-las de habitações confortáveis, onde possam estanciar durante alguns meses. Nos restantes, permanecem em Corumbá, onde constituem o grupo dos maiores

> capitalistas, interessados nas charqueadas próximas, que lhes garantem o consumo das boiadas."[70]

Assim, em 1940, Corumbá registrava 34,7% de sua população residindo em área urbana, 24,4% na suburbana e 40,9% na zona rural, alcançando, desta forma, os maiores índices de urbanização entre as cidades situadas na região pantaneira[71]. Mesmo a capital do estado, distanciava-se nesse quesito em relação a Corumbá, uma vez que em Cuiabá 58,0% da população ainda se localizava na zona rural.

Outro fator a colaborar para o incremento do município foi o início da construção da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, a partir de 1938. Segundo Corrêa Filho, a chegada da Comissão Construtora não representou apenas a atração de uma nova leva populacional que se dirigiu a Corumbá, causando a já citada elevação geral dos preços dos aluguéis na cidade, mas também o aumento dos serviços oferecidos na malha urbana, inclusive os educacionais[72]. Corroborando esta assertiva, pode-se constatar que o crescimento da cidade, até os anos 60, deu-se em direção à região Sul do perímetro urbano[73], abrangendo os bairros periféricos do Sagrado Coração de Jesus, Populares (Velhas) e Cristo Redentor[74] — este último, incluindo a região situada atrás da estação férrea de Corumbá. Nesta área, situaram-se não só o núcleo populacional relacionado aos trabalhadores que participaram da construção dos novos ramais ferroviários, como também aqueles que foram atraídos pela abertura da indústria siderúrgica do grupo Chamma no município, a partir de 1944, com a instalação da Sociedade Brasileira de Mineração (SOBRAMIL).

Neste sentido, Oliveira evidencia o caráter multiplicador desse investimento, que chegou a transladar, segundo depoimento do responsável pela empresa A. Chamma, cerca de duas mil pessoas, sobretudo nordestinos, utilizados como força de trabalho na coleta de madeira para os fornos siderúrgicos, afora outras categorias profissionais, advindas em etapas posteriores de implantação e funcionamento da empresa. Considerando que em 1940

---

[70] CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanais mato-grossenses:* devassamento e ocupação... p. 131.
[71] Eram estas as cidades situadas nesta região: Cuiabá, Corumbá, Aquidauana, Cáceres, Poconé, Santo Antônio, Bela Vista, Miranda, Porto Murtinho e Nioaque. *Ibid.,* p. 156.
[72] *Ibid.,* p. 143-144.
[73] ITO, Claudemira. *Corumbá*: a formação e o desenvolvimento da cidade... p. 24 et seq.
[74] COSTA, Paulino Lopes da (Org.). *O profeta do Pantanal...* p. 108-109.

a cidade contava com 29.521 habitantes, isto representava um acréscimo de 6,8% em sua população urbana. Assim,

> "O *frenesi* dessa urbanização — sem esvaziamento do setor rural — acelerada passou a invocar novos limites para o abastecimento. (...) Noutros termos, elevou-se a capacidade produtiva da economia local. Foram refeitas as contas e as possibilidades de investimentos em novas unidades produtivas e no comércio de mercadorias de toda espécie; ampliou-se a necessidade de profissionais liberais, de atividades sociais e de prestação de serviços."[75]

Neste sentido, este foi outro fator a colaborar para permitir a realocação do capital acumulado pela atividade comercial e pecuária, no município de Corumbá, como frisado anteriormente.

Este conjunto de condicionantes — as mudanças provocadas pela crise dos anos 20/30 no setor pecuário, combinada a condições climáticas favoráveis e ao aumento de vendas no período de guerra; o movimento em torno da construção do ramal ferroviário Brasil-Bolívia, além da chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste à cidade, bem como a instalação de novas indústrias, provocaram um efeito multiplicador sobre as atividades produtivas na região, que acabou alavancando o surto industrial que o município conheceu a partir da segunda metade dos anos 40. Esta incipiente industrialização, tendo sido decisiva na conformação de uma nova composição social no município, acabou por diversificar a própria malha urbana, colaborando, alguns anos depois, para a expansão do ensino, público e privado, em Corumbá.

3. O ensino primário em Mato Grosso

O foco central da exposição a ser desenvolvida na terceira parte deste capítulo recai sobre a educação escolar em Mato Grosso, destacando, na parte seguinte do trabalho, a região da fronteira localizada ao Centro e a Oeste do Estado, em que se situa o município de Corumbá.

Esta exposição abrange o período que vai de 1930 a 1945, cuja característica principal é o processo de (re)organização pelo qual passa o sistema escolar mato-grossense.

É importante frisar que essas transformações não estavam ocorrendo de forma isolada, sendo, contudo, parte do processo de mudanças pelas quais passavam Estado e sociedade, no Brasil, naquele período; assim como não tiveram os anos 30 como marco inicial, sendo parte de um processo de mudanças que se vinha dando a partir da segunda metade dos anos 20, em Mato Grosso e em todo o país[76]. Simultaneamente, as transformações ocorridas então tiveram desdobramentos no período que abrangeu os anos de 1946 a 1954, em que se deu o processo de expansão do sistema escolar na região em apreço e quando começaram a se consolidar as principais transformações observadas no momento histórico ora em estudo.

No início dos anos 30, a educação escolar em Mato Grosso ainda estava às voltas com dois dos principais problemas enfrentados pelo setor durante a República Velha. Por um lado, os limites impostos à organização de um sistema de ensino de âmbito estadual, dadas as condições sócio-econômicas do estado, de população rarefeita, espalhada por milhares de quilômetros quadrados. Território que, em sua grande maioria, não chegava a ser atingido pelos tentáculos das ações estatais. Por outro, em se tratando das escolas públicas, a forma precária como eram aplicadas as verbas estatais no setor educacional, cujos recursos encontravam destinação certa no atendimento das prioridades "do dia", definidas pelas disputas entre os diversos grupos de pressão — representando os interesses de usineiros, ou de pecuaristas, ou da empresa Mate Laranjeira, entre outros — em luta pelo poder estatal.

Neste sentido, esse primeiro período da ação estatal pós-30, em Mato Grosso, caracterizou-se pela tentativa de dar um caráter orgânico ao conjunto de estabelecimentos estaduais de educação[77], na perspectiva de superar aquelas que eram apontadas como suas

---

[75] OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Uma fronteira para o pôr do sol...* p. 42-44.

[76] Este processo de (re)organização educacional, representou, em termos de Mato Grosso, parte daquilo que Xavier denomina de período de "(...) rearticulação do liberal-escolanovismo no Brasil", quando se deu a "(...) expansão da demanda social e da gestação das idéias reformistas, ainda no bojo da economia agro-exportadora em crise." Neste sentido, a reforma de 1927 já sofreu as influências do escolanovismo, inserindo-se, deste modo, no conjunto de movimentos reformistas que precederam as transformações que adviriam após a Revolução de 30, como a Reforma Sampaio Dória, em 1920, em São Paulo; aquela promovida por Lourenço Filho, no Ceará, em 1923; por Anísio Teixeira, na Bahia, em 1924; por Mário Casassanta, em Minas Gerais, em 1927 e por Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, entre 1927 e 1930. Cf. XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Capitalismo e escola no Brasil...* p. 59-60.; JACOMELI, Mara Regina Martins. *A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República...* p. 15.; CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo...* p. 67-73.

[77] A educação pública municipal ainda era incipiente naquele momento, mas é tratada em item à parte, neste mesmo capítulo.

deficiências crônicas, derivações, na verdade, dos dois problemas anteriormente apontados: 1. a dificuldade de manter-se, em termos organizativos, um sistema de ensino formado, em sua maioria, por escolas isoladas, localizadas preferencialmente na zona rural; 2. a incapacidade do Estado de fazer frente à necessidade de controle e fiscalização da rede de ensino existente, fosse ela pública ou particular; 3. a presença maciça de professores leigos, principalmente no ensino primário.

Inicialmente, foi tomado como foco de análise o ensino primário, já que, em todo o período analisado neste trabalho, é principalmente dele que se está falando, ao tratar-se da questão educacional. Da mesma forma, é preferencialmente ao ensino primário e à sua extensão, gratuidade e obrigatoriedade que se dirigem as atenções das políticas públicas, na área educacional[78].

3.1. Tipologia das escolas existentes

Em termos organizacionais, o "Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso" (Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927), em vigor naquele momento, previa a existência de cinco tipos de escolas públicas: a) As escolas isoladas rurais, abrangendo todos os estabelecimentos escolares situados a mais de três quilômetros da sede do município. Esclarecia ainda, em seu artigo 6º, que

> "A escola rural tem por fim ministrar a instrucção primaria rudimentar; seu curso é de dois annos e o programa constará de leitura, escripta, as quatro operações sobre numeros inteiros, noções de Historia Patria, Chorografia do Brasil e especialmente de Matto-Grosso e noções de Hygiene." [79]

b) As escolas isoladas urbanas, incluindo as escolas localizadas num raio de até três quilômetros das sedes municipais. Diferentemente das escolas isoladas rurais, as escolas isoladas urbanas abrangiam três anos de estudo, sendo os dois primeiros idênticos aos da sua congênere rural. O texto legal, contudo, não discorria sobre o conteúdo do terceiro ano

---

[78] Como será mostrado a seguir, o ensino secundário, naquele momento, não só era de pequena monta — contando, até o início dos anos 50, com 10 escolas públicas em todo o estado —, como também sofria o ônus de sua não-gratuidade, mesmo no ensino público.

[79] MATTO-GROSSO. *Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso* (Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927... p. 3.

de estudos. Pelo exame dos mapas de matrícula e freqüência[80] de algumas dessas escolas infere-se que o seguinte conjunto de disciplinas era ministrado neste terceiro ano: Leitura, Escrita (também chamada Caligrafia), Língua Materna, Aritmética, Educação Moral e Cívica (também chamada Deveres Cívicos e Morais).

c) Os cursos noturnos, funcionando de forma semelhante às escolas isoladas urbanas, mas com uma clientela diferenciada, formados por alunos de 12 anos ou mais, trabalhadores, que não podiam freqüentar as escolas diurnas.

d) As escolas reunidas que, como o próprio nome indica, agregavam três ou mais escolas isoladas próximas, e que possuíam um mínimo de 80 alunos. Da mesma forma, estas escolas não podiam ter menos que três e no máximo sete classes.

e) Os grupos escolares, com um mínimo de oito classes, que deveriam estabelecer-se em regiões onde houvesse pelo menos 250 crianças em idade escolar.

Esses diversos tipos de escola são a seguir apresentados na Tabela 1.4[81]. Sobre esta tabela, algumas observações prévias são necessárias para o seu esclarecimento. A primeira delas relaciona-se às modalidades de escola surgidas neste período que, ou desapareceram posteriormente, como é o caso das escolas ambulantes, ou que na verdade eram derivações de tipos de escolas existentes — como era o caso das escolas regimentais, as distritais e a noturna.

Conforme dados disponíveis na Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado, Mário Corrêa da Costa, em 1928 — primeiro ano de implantação do Regulamento da Instrução Pública, de 1927 — as escolas ambulantes formavam-se a partir de classes isoladas que, embora localizadas em um dado município, não possuíam um espaço físico definido, podendo situar-se em diversos lugares, ao longo

---

[80] MATO GROSSO. *Mappa da matricula e frequencia dos alumnos da escola primaria mista da Povoação do Macaco em Santo Antonio da Barra, municipio de Sant'Antonio do Rio Abaixo relativo ao mez de Setembro.* Sant'Antonio do Rio Abaixo: 1932; MATO GROSSO. *Mappa da frequencia dos alumnos matriculados na Escola Primaria Mixta "24 de Outubro"da povoação de Vista Alegre, municipio de Maracaju, relativamente ao mez de Setembro do corrente anno.* Maracaju: 1932. **APE-MT**

[81] A Tabela 1.4. e seguintes incluem os dados disponíveis sobre a tipologia, localização, alunos matriculados, etc, nas escolas existentes no estado, para este período. A exigüidade de fontes disponíveis, ou o fato de que as mesmas não traziam, em todos os anos, o mesmo tipo de dados, limitou a distribuição dos respectivos dados nas tabelas aqui apresentadas.

dos anos[82]. Como o Regulamento de 1927, contudo, estabeleceu como condição prévia para a instalação de uma escola, mesmo na zona rural, a existência de um prédio adaptado às necessidades escolares, bem como um número mínimo de 30 crianças para a abertura de um novo estabelecimento, a tendência foi o desaparecimento das escolas ambulantes, num momento em que o Estado procurava racionalizar e dirigir o uso de seus recursos.

Tabela 1.4. – Escolas primárias públicas estaduais, segundo o tipo – Mato Grosso – 1930 a 1942

Grupo Escolar			Escolas Reunidas		Escolas Isoladas						
Ano	Escolas	%	Escolas	%	Urbana (1)	Rural	Ambulan-te	Noturna	Total	%	Total Geral
1930...	11	5,8	4	2,1	32	130	13	0	175	92,1	190
1937...	11	4,4	12	4,8	75	152	0	1	227	90,4	251
1939...	13	4,9	22	8,3	85	144	0	1	230	86,5	266
1942...	13	4,8	22	8,1	nd	nd	0	1	235	87,1	271
Média (%)	**5,0**		**5,9**		**89,1**						**100,0**

(1) Incluímos nesta modalidade as escolas regimentais e distritais.
nd – Informação não disponível.
Fontes: IBGE, 1940: p. 932.; MATO GROSSO, 1930: p. 42.; MATO GROSSO, 1937: 20.; MATO GROSSO, 1940: 8-11.; MATO GROSSO, 1942: 16-17.

Quanto às escolas regimentais e distritais, eram escolas isoladas que se diferenciavam pela sua localização e/ou tipo de aluno que atendiam. As primeiras,

> "com o fim de ministrar-se instrução primária aos adultos que servem encorporados nas fileiras do Exército Nacional e da Fôrça Policial do Estado, foram instituidas as Escolas Regimentais, que atualmente funcionam em número de doze. Os respectivos professores, nomeados pelo Govêrno do Estado e pagos pelos cofres públicos, exercem suas funções debaixo da vigilância dos respectivos comandos (...)"[83]

[82] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1.ª sessão ordinaria da 15.ª legislatura (13/5/1928).* Cuyabá: Typ. Official, 1928. p. 134. **NDHIR-UFMT**

[83] MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Bel. Julio Strübing Müller, no período de 1941 a 1942.* Cuiabá: Imp. Oficial, 1942. p. 17. **APE-MT**

A primeira menção a esse tipo de escola apareceu no relatório acima referido, de 1942, apresentado à Presidência da República pelo Interventor Julio Strübing Müller[84].

As escolas distritais, por sua vez, eram estabelecimentos isolados, mas situados nas sedes de distrito de várias cidades do Estado. No cômputo geral das escolas, ora aparecem compondo uma categoria própria, ora agrupadas ao conjunto de escolas isoladas urbanas. Nesta tabela, aparecem sempre junto às escolas isoladas urbanas. Quanto às escolas noturnas, registrou-se pela primeira vez sua instalação em 1937, com a denominação de Escola Noturna Pedro Gardés, com uma classe, localizada em Cuiabá. Esta iniciativa, de caráter isolado, só começou a difundir-se em âmbito estadual a partir de 1947[85], com o lançamento da Campanha Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos, quando se deu a expansão do ensino supletivo noturno.

Assim, os dados da Tabela 1.4. mostram a percentagem de grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas (em suas várias modalidades) em relação ao total de escolas públicas existentes no Estado. Durante todo o período manteve-se alto o percentual de escolas isoladas no conjunto de estabelecimentos existentes, sendo que, em média, 89,1% das escolas eram isoladas, enquanto 5,0% e 5,9% do conjunto de estabelecimentos eram compostos por grupos escolares e escolas reunidas, respectivamente. Nota-se, contudo, a partir de 1937, uma tendência ao crescimento da participação, no conjunto das escolas, de unidades de ensino representadas por grupos e escolas reunidas, sobretudo a segunda, que teve seu número praticamente duplicado entre 1937 e 1939, passando de 12 para 22 unidades. Simultaneamente, dois novos grupos escolares foram criados, enquanto o número

---

[84] Como informação complementar, convém destacar que foram encontradas referências sobre a instrução militar, em Mensagens Presidenciais à Assembléia Legislativa anteriores a 1930, visando a incorporação de praças ao Exército Nacional, como elemento obrigatório nos estabelecimentos secundários oficiais equiparados ao Colégio Pedro II, decorrente da aplicação do Decreto Federal nº 6497, de 8 de maio de 1908. No ano de 1929, por exemplo, a instrução militar foi ministrada por um brigada (sic), João Pompeu de Barros, no Liceu Cuiabano. Este último era o estabelecimento secundário público mais antigo do Estado, situado em sua capital, Cuiabá. Após 1930, não encontramos outras informações sobre o mesmo tema. Cf. MATO GROSSO. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa, em 13 de maio de 1926, pelo Sr. Dr. Mario Corrêa da Costa, presidente do Estado de Matto-Grosso.* Cuyabá: Typ. Official, 1926. p. 54.; MATO GROSSO. *Mensagem á Assembléa Legislativa, lida na abertura da sua 1ª sessão ordinaria da 14.ª legislatura.* Cuyabá: Typ. Official, 1927. p. 125; MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1.ª sessão ordinaria da 15.ª legislatura (13/5/1928).* Cuyabá: Typ. Official, 1928. p. 151-152. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 3.ª sessão ordinaria da 14.ª legislatura (13/5/1929).* Cuyabá: Typ. Official, 1929. p. 99-100. **NDHIR-UFMT**

[85] Tema que será tratado no próximo capítulo deste trabalho.

de escolas isoladas cresceu em apenas três estabelecimentos, diminuindo sua participação de 90,4% para 86,5%, entre 1937 e 1939. Desta forma, à medida que se avançava em direção à década de 40, a reorganização do sistema educacional em Mato Grosso, na esfera pública, tendia a privilegiar uma maior participação de unidades de ensino integrado no cômputo geral de escolas.

Esta diretiva, aliás, já estava presente na política educacional do Estado desde o Regulamento de 1927[86], uma vez que este texto legal declarava expressamente, por exemplo, que a criação de escolas reunidas visava:

> "(...) I – melhorar as condições pedagogicas e hygienicas das salas escolares;
> II – classificar os alumnos pelo nivel do desenvolvimento intellectual;
> III – facilitar e intensificar a inspecção."

Existia, nestes termos, uma perspectiva clara em defender as vantagens das unidades escolares que permitissem o agrupamento de alunos, dadas as possibilidades de desenvolvimento do trabalho educacional, em melhores condições físicas e pedagógicas.

Essa mesma questão foi retomada nos primórdios da década de 30, como atesta a intenção exposta na Mensagem que apresentou à Assembléia Legislativa o último Presidente do Estado, Annibal Benicio de Toledo[87], deposto em novembro daquele ano:

> "(...) Que instrucção seria possivel e por que preço se chegaria a diffundil-a e fiscalizal-a, fóra dos principaes centros povoados do Estado, em zonas de população rural rarefeita, como o interior de grande parte dos nossos municipios, onde a maioria das escolas só tem existencia para efeitos de Thesouro ? [...] Estou finalmente convencido de que o que se aproveita de facto no nosso ensino primario é a parte ministrada pelos grupos escolares e pelas escolas isoladas situadas nos centros urbanos das cidades e villas principaes. O das escolas ruraes e ambulantes é quasi todo inefficiente, e a despesa respectiva inutil. Por isso, estou deliberado (sic) a não prover as escolas ruraes e ambulantes que fôrem se vagando e a tratar de crear immediatamente grupos e escolas reunidas onde quer que se tornem necessarios.

Para Annibal Benicio de Toledo, era tão candente a questão da ineficiência das escolas isoladas, que este Presidente chegou a cogitar do não-provimento das escolas rurais e ambulantes que fossem ficando vagas. Ao mesmo tempo, permitiu-se fazer uma ressalva

---

[86] MATTO-GROSSO. *Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso* (Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927)... p. 4.
[87] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1.ª Sessão Ordinaria de sua 15.ª legislatura.* Cuyabá: Typ. Official, 1930. p. 6;42. **NDHIR-UFMT**

para o aproveitamento das escolas isoladas urbanas, embora, ao final da mesma citação, deixasse claro que a política do governo estadual insistiria, quando necessária a abertura de uma escola, na criação de grupos escolares e escolas reunidas.

Apesar da insistência de outras administrações estaduais sobre a mesma questão, e do aumento das unidades agrupadas a partir de 1937 (Tabela 1.4.), o crescimento no número de estabelecimentos escolares parece ter avançado majoritariamente no sentido de reforçar a presença de escolas isoladas, conforme também atestam os números mostrados pela Tabela 1.5., quando a referência passa a ser o conjunto de escolas existentes em Mato Grosso, públicas e privadas. Tal fato pode ser destacado mesmo considerando-se que o ensino distrital, como volta-se a afirmar, também tivesse base urbana.

Tabela 1.5. – Escolas segundo a localização – Mato Grosso – 1933 a 1942

Ano	Ensino urbano	%	Ensino distrital	%	Ensino rural	%	**Total** [(1)]
1933.....	123	40,3	33	10,8	149	48,9	**305**
1935.....	132	35,9	35	9,5	201	54,6	**368**
1936.....	122	31,3	20	5,1	248	63,6	**390**
1937.....	154	33,2	36	7,8	273	59,0	**463**
1942.....	127	32,1	69	17,4	200	50,5	**396**

(1) Unidades escolares públicas e particulares
Fontes: IBGE, 1936: 350.; IBGE, 1940: 924.; IBGE, 1947: 438.; MATO GROSSO, 1940: 8-11.; MATO GROSSO, 1942: 15-17.

Apesar disso, a Tabela 1.5. evidencia ainda uma outra questão. Nesta tabela, como as fontes disponíveis abrangem o conjunto das escolas públicas e particulares, ela permite que sejam feitas algumas inferências sobre o ensino primário urbano.

Neste sentido, quando considerado apenas o conjunto de estabelecimentos públicos, contudo, como demonstra a Tabela 1.4., para os anos de 1930, 1937, 1939 e 1942, percebe-se que a escola pública era majoritariamente isolada e rural[88], apesar da tendência apontada anteriormente, no sentido da participação crescente da escola agrupada no conjunto de unidades escolares públicas. De outra feita, pode-se concluir que era nas cidades que se localizavam as escolas particulares, majoritariamente.

[88] Para o ano de 1937, por exemplo, existiam 273 escolas localizadas na zona rural de Mato Grosso (Tabela 1.5), sendo que, deste conjunto, 152, ou seja, 55,7% eram estabelecimentos públicos de ensino, mantidos pelo governo estadual (Tabela 1.4.).

Desta forma, as intenções do Estado em agrupar a rede pública de ensino foram limitadas pelas condições sócio-econômicas presentes na realidade mato-grossense, caracterizadas pela dispersão populacional, fruto de um tipo de ocupação territorial que se baseava em atividades de cunho extensivo, como a pecuária e as atividades extrativas; sendo que, apenas os municípios[89] com alguma importância no quadro regional foram contemplados com a presença de escolas reunidas e grupos escolares, neste período. Para as outras cidades e zona rural, eram destinadas as escolas isoladas urbanas, públicas e particulares, no primeiro caso; ou escolas isoladas públicas, no segundo[90].

O governo estadual, no entanto, tinha presentes essas limitações, como demonstram os vários dispositivos legais surgidos no período em questão, referentes à limitação da abertura de escolas isoladas naquelas localidades que tivessem um número mínimo de crianças em idade escolar. A variação neste número mínimo, contudo, confirmava a própria dificuldade do poder público em resolver a questão do agrupamento de unidades escolares, levando a que ora se afrouxassem, ora se estabelecessem parâmetros mais rígidos sobre o tema.

Assim, o Regulamento de 1927[91], em seus artigos 5 a 35, havia estabelecido em trinta o número de matrículas exigidas para o funcionamento de uma escola isolada, ficando numa média de 26 e 30 o número de alunos exigidos nas classes das escolas reunidas e grupos escolares, respectivamente. Previa-se, ainda, a fusão de classes ou formação de classes mistas, quando necessário, para se alcançarem estes objetivos. A Portaria nº 4, de 1º de março de 1935, da Diretoria Geral da Instrução Pública[92], reforçava as medidas anteriores, estabelecendo em 30 o número mínimo de alunos matriculados exigido para o funcionamento de classes em qualquer modalidade de escola, proibindo ainda a contratação de professores auxiliares adjuntos para classes cujas matrículas não fossem além de 45 alunos. Também ficaram proibidos os desdobramentos de classes, em femininas e

---

[89] São eles: Cuiabá, Coxipó da Ponte, Guajará-Mirim, Livramento, Santo Antônio do Rio-Abaixo, Poconé, Rosário Oeste, São Luiz de Cáceres, Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã, Sant'Ana do Paranaíba, Miranda e Coxim.

[90] Como se verá na análise da educação no município de Corumbá, existiram nesta cidade algumas iniciativas de criação de escolas rurais particulares. Todas acabaram sendo encampadas pelo poder público, até meados dos anos 30.

[91] MATTO-GROSSO. *Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso* (Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927)... p. 2-6.

masculinas, por exemplo, se disso resultassem classes com menos de 30 alunos. O Decreto nº 260, de 25 de março de 1939[93], vigente até o final do Estado Novo, ao contrário dos dois anteriores, estabeleceu em 25 o número de matrículas mínimas para as classes de escolas isoladas; 28 para as classes de escolas reunidas e 30 para as classes de grupos escolares, denotando o processo de abrandamento anteriormente observado.

Nestes termos, enquanto o governo Júlio Strübing Müller, em seu Relatório à Presidência da República, em 1942, confirmava a adesão do executivo estadual à tese de que pedagógica e administrativamente as escolas agrupadas — escolas reunidas e grupos escolares — eram a forma mais avançada de organização escolar, ao mesmo tempo, reafirmava a opinião seguinte:

> "É, como se vê, animador e expressivo o número que indica a população escolar do curso primário em todo o Estado, e cujo total, pode-se assegurar, ascende a mais de vinte e cinco mil, contando-se as escolas noturnas, as regimentais, as escolas isoladas (...)".[94]

Da mesma forma, entre os eventos assinalados como significativos por esse governo na área escolar, estava a criação de 100 escolas primárias, isoladas, conhecidas pela denominação comum que foi dada a todas elas, de Escola Estadual Getúlio Vargas, numa homenagem ao titular da Presidência da República[95].

Ainda, nesse quadro geral das modalidades de escolas existentes em Mato Grosso, resta ser destacada a questão do ensino particular, referido a seguir, na Tabela 1.6.

Conforme os dados levantados, houve uma certa oscilação nos percentuais de participação do ensino particular no conjunto da educação mato-grossense. As informações disponíveis indicam que, em meados da década de 30, o ensino particular contava com 27,4% do total de estabelecimentos particulares existentes, chegando a uma participação de 34,6% e 32,4% em 1936 e 1937, respectivamente. Este percentual, contudo, caiu praticamente pela metade nos dois anos examinados a seguir, chegando a 17,7% em 1939,

---

[92] MATO GROSSO. Secretaria do Interior, Justiça e Finanças. Diretoria Geral da Instrução Pública. *Portaria nº 4.* Cuiabá: 1935. p. 1. **APE-MT**

[93] MATO GROSSO. Instituto Memória do Poder Legislativo. Assembléia Legislativa de Mato Grosso. *Cópia da legislação referente ao ano de 1939, publicada no Diário Oficial.* [Cuiabá: 19--?]. p. 9-10. **IMPL-MT**

[94] MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Bel. Julio Strübing Müller, no período de 1941 a 1942.* Cuiabá: Imp. Oficial, 1942. p. 17. **APE-MT**

[95] Como ficará explícito em referência posterior, a criação destas escolas não significava seu funcionamento imediato, dadas as dificuldades com o provimento de professores, principalmente quando situadas em zonas rurais.

queda essa que se acentuou ainda mais em 1942, chegando a representar 14,9% do total de estabelecimentos existentes no estado.

Tabela 1.6. – Escolas segundo a dependência administrativa – Mato Grosso – 1935 a 1942

Ano	Estaduais	%	Municipais	%	Particulares	%	**TOTAL**
1935.....	229	62,2	38	10,3	101	27,4	**368**
1936.....	208	53,3	47	12,1	135	34,6	**390**
1937.....	251	54,2	62	13,4	150	32,4	**463**
1939.....	266	67,2	60	15,2	70	17,7	**396**
1942.....	271	68,4	66	16,7	59	14,9	**396**

Fontes: IBGE, 1937: 1; IBGE, 1939: 1; IBGE, 1940: 922; IBGE, 1947: 438; MATO GROSSO, 1937: 20; MATO GROSSO, 1940: 8-11; MATO GROSSO, 1942: 15-17.

O que provocou esse movimento oscilatório, que se fez acompanhar pelo simultâneo crescimento da participação pública no âmbito do ensino, notadamente da esfera estadual ? Entre outros fatores, destacou-se o próprio processo de rearranjo da máquina administrativa, em curso no Estado neste momento que, com certeza contribuiu para tal, na medida em que procurava fortalecer a presença pública em todas as esferas da vida social, em que pesem as dificuldades advindas com a crise dos anos 20/30. Simultaneamente, esta mesma crise, atingindo principalmente a pecuária e as atividades extrativas — sobretudo a erva-mate e a borracha — não deixava margem a um crescimento mais significativo de empreendimentos privados, contribuindo para a dificuldade de se criar um público próprio para o consumo da atividade educativa de cunho particular. Para isto colaborou, ainda, o próprio conflito mundial, no final dos anos 30, na medida em que, inicialmente, dificultou a comercialização de algumas mercadorias produzidas no estado, diminuindo assim, momentaneamente, a disponibilidade de capitais, públicos e privados, em Mato Grosso[96].

3.2. Controle e fiscalização

A ausência de fiscalização e controle adequados das escolas existentes, públicas e particulares, bem como o número insuficiente de professores para atender à demanda por

[96] É necessário lembrar que esta mesma crise, na medida em que obrigou os setores produtivos de Mato Grosso a perpetrarem mudanças em seus processos de produção, criou as condições para um novo período de acumulação, na segunda metade dos anos 40, no pós-guerra.

novas unidades no ensino público, sobretudo na zona rural, foram também apontados pelo governo estadual como dificuldades para a melhoria das condições do ensino primário em Mato Grosso. Neste sentido, é significativo o exemplo apresentado na carta de Alberto Ratier, morador da região de Paranhos, no município de Ponta Porã, endereçada à Presidência da República, em 30 de janeiro de 1943 e apensa ao Processo daquele mesmo órgão [97]:

> "(...) O objetivo da presente, que espero me desculpar esta liberdade, é apelar para V. Excia. afim de ver se consigo a reabertura da Escola Publica primária neste Distrito, denominada "Escola Estadual Getúlio Vargas" instalada em fins de 1940 e funcionando apenas alguns meses, ficou fechada há cerca de um ano, aonde existe neste Distrito mais de duzentas creanças e a maior parte dos pais à falta de recursos, estão mandando instruir seus filhos no Paraguai; é triste, ver os nossos filhos às primeiras horas da manhã, atravessarem a fronteira com as suas pastas escolares afim de receberem educação num país estrangeiro. (...) Alberto Ratier

Por meio da Informação nº 190, de 26 de maio de 1943, parte do mesmo processo, Francisco Alexandre Ferreira Mendes, o então titular da Diretoria Geral da Instrução Pública, esclarecia que

> "(...) Cumpre-me informar-vos que a referida escola está provida de professor, Sr. Júlio Moscoso, nomeado por decreto n. 5723, de 12 de março último, não tendo esta Repartição conhecimento da posse dêsse professor em virtude da distancia e falta de meios de transporte que facilitem as comunicações. Para a aludida escola já foram nomeados os seguintes professores: João de Paula Bueno, nomeado a 16 de setembro de 1941 e exonerado a 5 de março de 1942; José Romeiro, nomeado a 17 de julho de 1942, cuja posse não consta nesta Repartição e o atual. A referida escola foi criada por decreto n. 53, de 18 de abril de 1941 e localizada em "Paranhos", em 21 de julho do mesmo ano."

No caso em discussão, tratava-se de uma escola pública situada num distrito, isto é, uma área que se constituía como parte da zona urbana do município de Ponta Porã; uma escola que fora criada em 1941 e, ainda em 1943, não conseguira funcionar senão alguns meses, pela dificuldade em se conseguir lotar um professor para a mesma. Este caso ilustra duas dificuldades básicas no processo de organização da rede escolar em Mato Grosso: a dificuldade com a nomeação de professores e, simultaneamente, com a manutenção do controle e fiscalização sobre os estabelecimentos escolares existentes. Ao mesmo tempo,

---

[97] BRASIL. Gabinete Civil da Presidência da República. *Correspondência (1942-1943)*. Rio de Janeiro: 1943.

reforçava a opinião emitida pelas administrações estaduais, sobre a precariedade do ensino ministrado nestas escolas.

Ainda sobre o controle e fiscalização das escolas existentes, esta tarefa era parte das competências dos inspetores escolares. O Regulamento de 1927[98] previu: a) a criação de cargos em comissão de inspetores gerais de ensino, em número a ser posteriormente determinado, lotados nas principais cidades do estado e responsáveis pela fiscalização de escolas públicas e privadas; b) em sua seção IV, a existência de inspetores distritais, encarregados particularmente da fiscalização das escolas isoladas existentes em determinado distrito, função honorífica, sem remuneração, conferidas pelo Estado a pessoas de reconhecida competência na área; c) que nos distritos em que houvessem grupos escolares ou escolas reunidas, a função de inspetor distrital caberia ao diretor do estabelecimento principal, atribuída à sua pessoa esta função, independentemente de nomeação especial para este fim[99].

O cargo de inspetor geral de ensino foi ocupado de forma variada, ao longo deste período. Inicialmente, em 1930, só existia um inspetor geral, o Cel. Alexandre Magno Addor, cuja tarefa de inspetoria se limitou à região setentrional de Mato Grosso, ou seja, o município de Cuiabá e adjacências. Recomendava o Presidente Annibal Benicio de Toledo a nomeação de um outro inspetor para as cidades da região Sul do estado[100]. Esta situação de existência de um só inspetor geral em Mato Grosso — o que na prática limitava sua atuação a zona Norte do mesmo —, prevaleceu pelo menos até meados da segunda metade da década de 30. Somente em 1938 houve menção sobre o funcionamento de uma

---

p. 2. **AN**

[98] MATTO-GROSSO. *Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso* (Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927)... p. 32-38.

[99] Interessante destacar que o Decreto nº 649, de 27 de março de 1933, autorizava o governo estadual a aumentar o efetivo de inspetores distritais, ao mesmo tempo que dividia as tarefas de inspeção entre estes últimos, encarregados de fiscalizar as escolas rurais, e os diretores de escolas reunidas e grupos escolares, responsáveis pelo controle das escolas urbanas. Em outros termos, ao titular do cargo não remunerado de inspetor distrital, que a própria lei caracterizava como "função honorífica", era destinada a tarefa mais árdua e de difícil realização, a inspeção das escolas rurais; enquanto caberia a ocupantes de funções comissionadas — diretores de escolas agrupadas — a tarefa, não menos difícil mas mais exeqüível, de fiscalização dos estabelecimentos urbanos. MATO GROSSO. *Indicador das leis e decretos do Estado de Matto-Grosso (1890 a 1935)...*

[100] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1.ª Sessão Ordinaria de sua 15.ª legislatura.* Cuyabá: Typ. Official, 1930. p. 46. **NDHIR-UFMT**

Inspetoria Geral do Ensino Primário da Zona Sul, com sede em Campo Grande, ocupada por Euribiades da Costa Gomes[101].

Quanto aos inspetores distritais, além do número insuficiente para o atendimento da demanda, sua indicação sofria todo tipo de interferência e

> "(...) por conveniência dos partidos situacionistas, no interior sempre recahiram na pessôa dos chefes políticos locaes, muitos dos quaes sem nenhuma competencia e, é penoso dize-lo, ás vezes analphabetos, verdadeiros figurões decorativos investidos da autoridade escolar e dela servindo-se para satisfação dos seus instinctos de perseguição a serviço da política sem ideal. (...) Assim, o favoritismo tem prevalecido, podendo affirmar-se sem receio de erro ou exaggero (sic), que há escolas cuja frequencia e idoneidade só apparecem nos mapas subsidiarios dos atestados de exercicio, passados pelos inspetores escolares receiosos de prejuizos materiaes." [102]

Desta feita, estamos perante o comentário do Cap. Manoel Ary Pires da Silva, nomeado Interventor em 1937 pelo governo central, referindo-se a uma prática que remonta ao período pré-30; mas que se estende também durante a etapa revolucionária, atingindo os novos atores políticos surgidos naqueles anos. Pode-se concluir, pela fala do Interventor, que os inspetores, por serem os encarregados de atestar a freqüência dos professores para fins de remuneração e provimento, acabavam por controlar a nomeação/permanência dos mesmos no cargo, o que explica o interesse pela função de inspetor distrital de ensino, apesar de ser este um cargo não remunerado.

Além disso, em 1939, o interventor Julio Strübing Muller, no Decreto nº 262, de 29 de março, ampliou o artigo 153 do Decreto Regulamentar nº 759, de 22 de abril de 1927, estendendo as funções de inspetoria escolar aos Prefeitos Municipais e aos Promotores de Justiça e seus adjuntos (Delegados e Subdelegados de Polícia), determinando que este novo conjunto de inspetores, ao se constituírem como autoridades escolares independentes em relação à Diretoria Geral da Instrução, deveriam reportar-se diretamente à Secretaria Geral do Estado, órgão máximo da administração pública estadual naquele momento[103]. Com isso pretendia

---

[101] MATO GROSSO. Secretaria Geral de Estado. Diretoria Geral da Instrução Pública. *Ofícios da Inspetoria Geral do Ensino Primário da Zona Sul.* [Campo Grande: 1938-1940]. **APE-MT**

[102] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imp. Oficial, 1937. p. 17-18. **APE-MT**

[103] MATO GROSSO. Instituto Memória do Poder Legislativo. Assembléia Legislativa de Mato Grosso. *Cópia da legislação referente ao ano de 1939, publicada no Diário Oficial.* [Cuiabá: 19--?]. p. 11. **IMPL-MT**

> "(...) tornar mais eficiente essa fiscalização nas localidades privadas de uma assistência direta e contínua do órgão central (...)"[104]

Já, para o ensino particular, desde o Regulamento de 1927, era prevista sua fiscalização pelos organismos públicos de controle da educação, de forma a atenderem aos seguintes requisitos: a) obtenção de consentimento para sua instalação e manutenção, num prazo máximo de 90 dias, a contar do início da vigência desta lei e/ou da abertura do estabelecimento, obtida junto à Diretoria Geral da Instrução Pública; b) atualização semestral de dados estatísticos sobre a movimentação escolar, junto à mesma Diretoria; c) manutenção da higiene e moralidade, bem como do respeito às leis, regulamentos, ordens e instruções legais referentes à instrução pública; d) presença obrigatória, em seus cursos, do ensino da língua vernácula, da História Pátria e Corografia do Brasil. Esta diretriz legal foi reforçada pelo decreto nº 283, de 4 de julho de 1933, que regulamentou o registro obrigatório dos estabelecimentos particulares de ensino[105] e foi acrescida ainda com o Decreto nº 226, de 23 de dezembro de 1938, que estabeleceu normas complementares, relativas ao ensino primário em escolas particulares mantidas no estado de Mato Grosso[106]. Neste sentido, os textos legais tinham como objetivo normatizar o ensino particular, estabelecendo parâmetros para o seu funcionamento, permitindo, assim, que se caminhasse em direção a uma maior organicidade no sistema de ensino mato-grossense. Nas diretrizes explicitadas no Relatório do interventor Julio Strübing Müller em 1940[107], essas seriam as condições que permitiriam ao Estado manter sob proteção, isto é, sob seu controle, estas escolas e, simultaneamente, fiscalizá-las no cumprimento das diretrizes *nacionalistas* requeridas a todo o ensino primário, público ou particular.

3.3. Matrículas registradas

Outro indicador das condições do ensino primário nesses anos é o número de matrículas registradas no mesmo (Tabela 1.7.). Em termos absolutos, entre 1935, quando

---

[104] MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas — Presidente da República pelo Bel. Julio Strübing Müller — Interventor Federal em Mato Grosso.* Cuiabá: Imp. Oficial, 1940. p. 12. **APE-MT**

[105] MATO GROSSO. *Indicador das leis e decretos do Estado de Matto-Grosso (1890 a 1935)...* p. 133.

[106] MATO GROSSO. *Ementário da legislação estadual (1936-1950)...* p. 125.

foram registradas 26.515 matrículas, e 1942, quando as matrículas totalizaram 28.248, registrou-se uma variação de 6,5% de alunos a mais no ensino primário em todo o estado.

Tabela 1.7. – Ensino primário – Matrícula Geral – Mato Grosso – 1935 a 1942

Dependência administrativa / Localização / Série	1935		1936		1937		1939		1942 (1)	
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%
TOTAL.....	**26.515**	**100,0**	**28.203**	**100,0**	**28.120**	**100,0**	**27.764**	**100,0**	**28.248**	**100,0**
		---		**6,7**		**-0,3**		**4,7**		**1,7**
Dependência administrativa										
Estadual.....	16.197	61,1	16.643	59,0	15.605	55,5	18.083	65,1	18.686	66,1
Municipal.....	2.247	8,5	2.224	7,9	2.905	10,3	2.743	9,9	3.166	11,2
Particular.....	8.071	30,4	9.336	33,1	9.610	34,2	6.938	25,0	6.396	22,6
Localização										
Urbana.....	17.464	65,9	13.640	48,4	17.072	60,7	18.020	64,9	16.784	59,4
Distrital.....	1.497	5,6	1.271	4,5	1.828	6,5	3.284	11,8	4.184	14,8
Rural.....	7.554	28,5	13.292	47,1	9.220	32,8	6.460	23,3	7.280	25,8
Série										
Pré-primário.....	251	0,9	124	0,4	171	0,6	485	1,7	---	--
1ª.....	13.196	49,8	13.569	48,1	15.450	54,9	26.021(3)	93,7	18.228	64,5
2ª.....	7.318	27,6	9.070	32,2	6.741	24,0	---		5.439	19,3
3ª.....	3.148	11,9	3.373	12,0	3.446	12,3	---		2.879	10,2
4ª.....	2.098	7,9	1.669	5,9	1.818	6,5	---		1.687	6,0
5ª (2)	504	1,9	398	1,4	494	1,8	725	2,6	15	0,1
Ensino supletivo.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	533	1,9	nd	nd

(1) As informações disponíveis abrangem apenas o ensino primário fundamental comum e o complementar.
(2) 5ª série do ensino primário ou escola complementar.
(3) Número total de alunos matriculados nas quatro séries da escola primária, neste ano.
nd – informação não disponível
Fontes: IBGE, 1940: 968; 970; 971; IBGE, 1947: 443-444; MATO GROSSO, 1939: 11-13.

Dentre os níveis de ensino atingidos por esse crescimento, predominaram os alunos matriculados no chamado ensino primário fundamental comum, público e primário — que abrangia as quatro séries iniciais dessa modalidade de ensino, excetuando-se as classes do

[107] MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas — Presidente da República pelo Bel. Julio Strübing Müller — Interventor Federal em Mato Grosso*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1940. p. 8; 15.

pré-primário (maternal e infantil), do supletivo e do ensino complementar. Em todos estes anos, mais de 90,0% de todo o corpo discente encontrava-se alocado nas quatro séries da escola fundamental. Outro dado significativo é o grande número de alunos egressos do ensino primário, quando consideradas as várias séries do mesmo. Ao longo do período 1935 a 1937, enquanto perto de 80,0% dos alunos se localizavam na 1ª e 2ª séries, apenas 20,0% dos mesmos estavam alocados nas séries finais (3ª a 5ª séries). Isso indica, na verdade, o alto índice de evasão da escola primária, que chegou a registrar, em 1942, 64,5% dos seus alunos matriculados na 1ª série, quando apenas 6,1% chegaram, nesse ano, às duas últimas séries finais. Questão essa, aliás, que vem somar-se às outras deficiências já apontadas em relação à educação em Mato Grosso.

Outro fato que explica a concentração de matrículas nas séries iniciais da escola primária era a própria existência de modalidades diferenciadas de estabelecimentos no ensino público estadual, com duração máxima distinta, em relação a tempo de escolaridade. Assim, enquanto para as escolas isoladas rurais — modalidade de escola numericamente representativa no contexto do ensino público em Mato Grosso — era prevista um curso primário de dois anos, este tempo estendia-se para três anos nas escolas isoladas urbanas (diurnas e ou noturnas) e escolas reunidas. Até 1940, conforme relato apresentado pelo Interventor Julio Strübing Müller[108], somente o ensino primário ministrado pelos grupos escolares tinha duração de quatro anos e, portanto, dava ao aluno condições de dirigir-se ao ensino secundário; a partir deste ano, ainda de acordo com o chefe do executivo estadual, as escolas reunidas também foram autorizadas a manter a quarta série primária. Em outras palavras, a prática educativa pública, nestes termos, não só contribuía para manter as diferenças internas próprias a modalidades de escolas que se dirigiam a "distintos" tipos de cidadãos, reforçando desta maneira as diferenças sociais que estavam presentes na base desta estrutura, como vinha reforçar a evasão anteriormente apontada.

Ainda sobre a relação entre matrículas e séries do ensino primário, cabe destacar a participação dos discentes matriculados nas escolas pré-primárias, supletivas e complementares. Sobre a escola pré-primária, ainda no começo da década de 30, o Presidente Annibal Benicio de Toledo lamentava que

---

[108] MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Bel. Julio Strübing Müller, no período de 1941 a 1942*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1942. p. 17. **APE-MT**

> "Até hoje só conseguimos ministrar no estado o ensino primario e o secundario, faltando-nos em absoluto a educação preescolar dos jardins de infancia e a instrução superior. (...) Seria, entretanto, de desejar a creação, logo que pudessemos, dos jardins de infancia, para que o professor colhesse a creança nos seus primeiros annos e, afastando-a desde essa edade, a mais plastica da vida, de influencia menos beneficas (sic), pudesse despertar-lhe o gosto pelo saber e incutir-lhe no espirito o amor e a noção de disciplina."[109]

Desta feita, já na metade dos anos 30 registrava-se a presença de escolas pré-primárias no estado, indo ao encontro das novas diretivas educacionais em defesa da atividade escolar nessa fase da infância, idéia para cuja propagação foi importante a participação de educadores ligados ao escolanovismo. Não se tem notícia, contudo, que este tipo de escola tenha sido criado pelo poder público, em suas várias instâncias governativas, naquele período[110].

Sobre o ensino supletivo, não são encontrados dados para outros anos do período em estudo, exceto para o ano de 1939[111]. Das matrículas aí registradas, 325 eram de alunos matriculados em Cuiabá (61,0%), ficando o restante (208 alunos, ou 39,0% do total de matrículas) espalhadas pelo interior do estado.

A escola complementar, ou quinta série do ensino primário, prevista em lei pelo Regulamento de 1927, funcionava como

> "(...) cursos complementares destinados a estabelecer, do ponto de vista dos methodos, dos programmas e do regimen das aulas, a transição entre o ensino primario e o secundario, no Estado."[112]

Tinha este curso duração de um ano, sendo que a gratuidade do ensino primário estendia-se a ele. Sua grade curricular compreendia as seguintes matérias: Português; Aritmética; Morfologia; Geometria; Desenho; Geografia; História do Brasil; Instrução Moral e Cívica; Ciências Físicas e Naturais. O pequeno crescimento verificado no número

---

[109] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1.ª Sessão Ordinaria de sua 15.ª legislatura.* Cuyabá: Typ. Official, 1930. p. 40-41. **NDHIR-UFMT**

[110] Kischimoto traz referências, por um lado, sobre a participação dos educadores escolanovistas na defesa do ensino pré-primário. Apesar disso, enfatiza a inexpressiva e irregular participação do Estado na expansão destes estabelecimentos, pelos menos nas sete primeiras décadas deste século. KISCHIMOTO, Tizuko Morchida. *A pré-escola na República...* p. 62 et seq.

[111] É interessante frisar que desde 1937, em Cuiabá, funcionava a Escola Noturna Pedro Gardés, que atendia simultaneamente alunos trabalhadores que não dispunham de tempo para a escola diurna e aqueles que não puderam freqüentar, regularmente, o ensino primário fundamental.

de alunos matriculados no curso complementar, nesse período (de 1,9% das matrículas do ensino primário em 1935, chegou a 2,6% em 1939, vindo a decrescer em 1942, para 0,1% - Tabela 1.7.), refletia a mesma tendência, já apontada, de afunilamento do número de alunos matriculados nos últimos anos do ensino primário, ainda mais que desta feita se tratava dos estudantes que pretendiam ingresso no ensino secundário. Além disso, esses cursos localizavam-se sobretudo nas maiores cidades, em geral naquelas que possuíam grupos escolares e ou escolas reunidas, e como dito acima, seus alunos deviam dirigir-se ao grau seguinte de escolaridade, cujas unidades, naquele momento, reduziam-se a algumas cidades do estado, como Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, entre outras, como será mostrado a seguir.

Outro fator que vem somar-se aos anteriores é a localização dos alunos matriculados. Assim, ainda de acordo com a Tabela 1.7., em média 68,5% dos alunos matriculados estavam na zona urbana — incluindo-se aí as escolas distritais — com 31,5% dos alunos, em média, freqüentando as escolas rurais[113]. Conhecidas as dificuldades para a manutenção das escolas rurais, pode-se concluir que era neste setor do ensino primário que se concentravam os maiores índices de evasão, acrescidos do fato de que essas escolas normalmente abrangiam apenas dois anos de escolaridade. Daí que a maior parte das matrículas estivessem concentradas nas escolas citadinas.

Finalmente, em relação à distribuição das matrículas quanto à dependência administrativa, a tendência naquele momento, em termos de Brasil, com a predominância da presença do ensino primário estadual, também revelou-se em Mato Grosso, em que cerca de 61,4% das matrículas eram de alunos oriundos da escola primária filiada ao governo estadual (Tabela 1.7.), no período entre 1935 e 1942. O ensino primário municipal, ainda pouco expressivo, embora aumentando sua participação no início dos anos 40, contava com aproximadamente 9,6% dos alunos matriculados, em média. A escola particular, com uma matrícula média de 29,1% no período, teve sua participação mais expressiva na segunda metade dos anos 30, vindo a decrescer este cômputo nos anos

---

[112] MATTO-GROSSO. *Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso* (Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927)... p. 209.

[113] A exceção a este quadro, no período, fica para o ano de 1936, quando quase dobraram as matrículas na área rural, em relação a 1935. Este fato pode ter sido fruto do atendimento a demandas específicas relacionadas a este setor, no quadro de disputas em curso no plano político-institucional mato-grossense, durante o governo de Mario Corrêa da Costa. Cf. item 1, deste capítulo.

próximos ao conflito mundial, quando suas matrículas chegaram a 25,0% e 22,6%, respectivamente nos anos de 1939 e 1942. Foram estes os anos de expressiva queda no número de escolas particulares no estado, refletindo-se, portanto, nas matrículas deste setor, cujas condições já foram apontadas.

Outro indicador que pode ser significativo para esta análise a respeito do crescimento do número de matrículas é a variação no atendimento da população em idade escolar, ou seja, da população *potencialmente* escolarizável[114] (Tabela 1.8).

Tabela 1.8. – Crescimento do atendimento escolar no ensino primário – Mato Grosso – 1920 a 1940

Ano	População de Mato Grosso	População escolarizável (5 a 14 anos) (1)	População escolarizada	Atendimento (2) (%)	Variação relativa no atendimento (%)
1920.....	246.612	65.493	9.419 (3)	14,4	100,0
1940.....	432.265	88.174	25.803 (4)	29,3	114,9

(1) Devido às classes de idade utilizadas nos recenseamentos destes anos, só foi possível considerar a população entre 5 e 14 anos.
(2) Percentagem da população escolarizável que está recebendo instrução.
(3) Alunos matriculados em escolas primárias.
(4) Pessoas de 5 a 14 anos que estão recebendo instrução primária.
Fontes: BRASIL, 1928: 3.; JACOMELI, 1998: 140; 150.; IBGE, 1952: 1; 16.

No período 1920-1940 houve um aumento de 75,0 da população mato-grossense, da mesma forma que aconteceu um crescimento de 34,6% na faixa de idade entre 5 e 14 anos e de 173,9% no número de pessoas freqüentando a escola primária, nesse mesmo intervalo etário, nos 20 anos considerados. Além disso, a população escolarizável, que perfazia 26,6% da população total de Mato Grosso em 1920, chegava a 20,4% em 1940, enquanto a população escolarizada totalizava 3,8% e 6,0%, em 1920 e 1940, respectivamente, em relação a população total.

Considerando ainda estes mesmos dados, em 1920, 14,4% da população escolarizável, ou seja, da população com idades variando entre 5 e 14 anos, estava freqüentando a escola primária, pública e particular, em Mato Grosso. Já em 1940, o atendimento registrou 29,3% da população escolarizável recebendo instrução elementar.

[114] Considerando-se que somente nos recenseamentos gerais acontece a discriminação da população por classes de idade, esta tabela reuniu somente dados de 1920 e 1940, anos em que se procedeu a este tipo de levantamento.

Assim, houve um crescimento de 114,9% na cobertura do ensino primário, na faixa de idade entre os 5 e os 14 anos, entre 1920 e 1940[115]. Em outros termos, isso quer dizer que, apesar do crescimento de 173,9% no número de vagas oferecidas pelas escolas primárias em Mato Grosso, que passaram de 9.419 em 1920 para 25.803 em 1940 e do aumento do número de pessoas escolarizadas, nesta faixa de idade, em relação à população total, que passou de 3,8% para 6,0%, essa variação foi suficiente para passar a atender, no início da década de 40, somente perto de um terço da população em idade escolar do estado.

4. O ensino médio em Mato Grosso

O ensino médio — secundário, normal e comercial, no estado de Mato Grosso, no período em questão, contava ainda com um número reduzido de estabelecimentos, distribuídos principalmente em três municípios: Cuiabá, Campo Grande e Corumbá. Se a demanda e o investimento existentes em relação ao ensino primário já eram limitados pelas características econômico-sociais do estado, tanto mais o eram estas outras modalidades de ensino, para as quais concorria parcela bastante reduzida de alunos egressos da escola primária.

Quando considerada a esfera pública estadual, o estabelecimento mais antigo era o Liceu Cuiabano, instalado em 1880 e que foi, durante muito tempo, a única escola secundária pública no estado[116]. Somente em 1937 esta situação se modificou, com a encampação, pelo governo estadual, do Ginásio Municipal Maria Leite, situado em Corumbá (Lei nº 27, de 29 de outubro) e, no ano seguinte, com a criação do Liceu Campograndense[117]. Além disso, em 1938, foi implantado o curso complementar, junto ao Liceu Cuiabano.

---

[115] Devido à forma como estes dados foram apresentados nos resultados censitários, não há como se discriminarem os alunos que estavam ou não cursando a série correspondente à sua idade cronológica.
[116] A Escola Normal no Estado, embora mais antiga, tendo sido instalada pela primeira vez em 1840, não teve funcionamento contínuo desde então, só firmando-se enquanto instituição educacional permanente a partir de 1910. MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso...* p. 196.
[117] *Ibid.,* p. 193-194.

Essas escolas passaram por dois conjuntos de reformulações[118] depois de 1930, visando adaptá-las às novas diretrizes do governo central. Inicialmente, quando o regulamento do Liceu Cuiabano foi modificado pelo Decreto nº 441, de 14 de maio de 1935, durante o governo do Interventor Fenelon Müller, que adotava para aquele estabelecimento as ordenações legais da Reforma Francisco Campos[119]. Este primeiro decreto foi complementado pelo de número 133, de 21 de janeiro de 1938, já na gestão do Interventor Julio Strübing Müller, estendendo as diretrizes antes adotadas às novas escolas secundárias sob a direção do governo estadual. O segundo conjunto de reformulações, procurando assimilar as novas diretrizes da Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, iniciou-se ainda nesse ano, com o Decreto-Lei nº 100, de 27 de maio, quando os estabelecimentos, entre outros, passaram a chamar-se Colégio Cuiabano e Colégio Campograndense. Essa denominação ainda foi alterada para Colégio Estadual de Mato Grosso e Colégio Estadual Campograndense, respectivamente, no ano seguinte (Decreto-Lei nº 143, de 10 de março de 1943)[120].

Tratando-se da formação de professores, além da Escola Normal Pedro Celestino, de Cuiabá, implementada em 1910, foi criada a Escola Normal de Campo Grande, posteriormente denominada Escola Normal Joaquim Murtinho, em 1930. Já em 1937, contudo, o Decreto nº 112, de 29 de dezembro, incorporou a Escola Normal Pedro Celestino ao Liceu Cuiabano. Além disso, em seu artigo 4º, este mesmo decreto determinava que aqueles que desejassem encaminhar-se para o magistério primário, deveriam matricular-se no curso de Especialização de Professores, com duração de um ano,

---

[118] Os dados apresentados a seguir foram compilados a partir das seguintes fontes: MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso...* p. 163-164; 193-194; MATO GROSSO. *Indicador das leis e decretos do Estado de Matto-Grosso (1890 a 1935)...* p. 136.; MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Bel. Julio Strübing Müller, no período de 1941 a 1942*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1942. p. 17 ss. **APE-MT**

[119] A Reforma Francisco Campos estabeleceu, entre outros, o currículo seriado; a freqüência obrigatória; dois ciclos, um obrigatório para qualquer aluno que quisesse entrar no ensino superior, de 5 anos e outro ciclo complementar, de 2 anos, obrigatório para quem desejasse cursar certos cursos superiores — Direito, Ciências Médicas e Engenharia; equiparou as escolas secundárias estaduais ao Colégio Pedro II, por meio da inspeção federal, permitindo às escolas particulares que também o fizessem, pelo mesmo processo. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil...* p. 135. Em Mato Grosso, apenas o Liceu Cuiabano estava sob o regime de inspeção federal permanente, enquanto as outras escolas, públicas e particulares, estavam sob o regime de inspeção prévia. MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Bel. Julio Strübing Müller, no período de 1941 a 1942*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1942. p. 19. **APE-MT**

[120] Outros textos legais aparecerão em anos posteriores, complementando estas reformas, e serão citados oportunamente.

e que seria oferecido aos egressos da escola secundária. Este mesmo curso, implantado em 1938 em Campo Grande, funcionou até 1947 junto aos Liceus Cuiabano e Campograndense.

Em relação às escolas comerciais[121], o governo estadual fora autorizado, em 1929, pela Lei nº 1924, de 26 de setembro, a oficializar o Curso de Escrituração Mercantil, então existente em Cuiabá, funcionando junto ao Liceu Cuiabano, transformando-o no Curso Comercial "Antonio Corrêa". Este curso chegou a ser regulamentado pelo Decreto nº 895, de 14 de janeiro de 1930. Não se tem notícia de que tenha continuado a funcionar até 1937, quando a Lei nº 112, de 29 de dezembro de 1937, criou um novo curso de guarda-livros, que funcionou junto ao Colégio Estadual[122] até 1944, vindo a ser incorporado, a partir do ano seguinte (1945), à Escola Técnica de Comércio[123].

4.1. Tipologia das escolas existentes

Pelo histórico apresentado, pode-se demarcar o ano de 1937 como aquele em que começou a delinear-se o contorno que o ensino médio público assumiria nos anos vindouros. Assim, além dos cinco estabelecimentos públicos, o restante das quatorze escolas existentes eram privadas, totalizando dezenove estabelecimentos em 1937. Também não havia mais, naquele momento, escolas médias públicas municipais[124].

Após a reformulação que transformou o ensino normal em um curso de especialização[125], com a sua incorporação aos estabelecimentos secundários, esse quadro

---

[121] MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*... p. 201.
[122] Nova denominação do Liceu Cuiabano, de acordo com a legislação federal então em vigor, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942.
[123] A Escola Técnica de Comércio foi criada pelo Decreto-Lei nº 694, de 28 de setembro de 1945 e teve seu regulamento aprovado pelo Decreto-Lei nº 146, de 14 de setembro de 1946. É interessante notar que a regulamentação do ensino comercial no estado foi efetivada pelo Decreto-Lei nº 450, de 14 de julho de 1942, tendo sido necessários três anos para sua aplicação ao curso então em funcionamento.
[124] Em pelo menos um caso, o da cidade de Corumbá, o governo municipal chegou a criar e implantar um ginásio municipal, posteriormente encampado pelo governo estadual, em 1937. Sobre este estabelecimento, outros comentários serão feitos no desenrolar do trabalho.
[125] Os dados disponíveis não esclarecem se as escolas normais particulares também seguiram as orientações emanadas da Interventoria para o ensino normal oficial. Tudo indica que sim, pois alguns anos depois da reabertura do ensino normal público, em 1949, algumas escolas voltaram a pedir credenciamento para o funcionamento de estabelecimentos de ensino normal particular, em Campo Grande e Corumbá. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo.* Cuiabá: [Imprensa Oficial], 1950. p. 49. **APE-MT**

vai permanecer inalterado, para a escola pública, por todo esse período, sofrendo modificações a partir de 1947, com a criação e implantação de novas unidades.

Outro aspecto interessante a assinalar sobre o ensino médio público nesse período diz respeito ao seu financiamento. Uma vez que o Regulamento de 1927, em seu artigo 2º, estendia a gratuidade do ensino apenas à escola pública primária, para alunos na faixa de 7 a 12 anos[126], a escola secundária manteve-se ao largo desta exigência. Ao contrário, seus alunos despendiam um certo montante de recursos para a permanência e conclusão dos cursos. Para ter-se idéia dessas quantias, pode-se tomar como exemplo o curso complementar[127], que teve suas taxas regulamentadas pelo Decreto nº 138, de 18 de dezembro de 1938 (Tabela 1.9.), para entrarem em vigor no ano seguinte.

Tabela 1.9. – Taxas do Curso Complementar/ Liceu Cuiabano – Mato Grosso – 1938

Denominação	Valor (mil réis)
Matrícula em cada ano.....	60$000
Freqüência de aula ou cadeira, por matéria, por mês.....	10$000
Inscrição em exame final, por matéria.....	10$000
Certificado de exame, por matéria.....	5$000

Fonte: MATO GROSSO, [19--?]: 18.

Considerando-se que o curso complementar podia chegar a ter, em média, 7 disciplinas, isto correspondia a um custo mensal de 70$000 réis, por mês. Este total perfazia cerca de 17,8% do salário médio mensal de um professor estadual neste grau de ensino, que beirava os 392$500 réis, conforme dados disponíveis na relação de funcionários pagos pela Mesa de Rendas de Corumbá, no mês de março de 1941[128], o que certamente representava um custo elevado.

---

[126] MATTO-GROSSO. *Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso* (Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927)... p. 2.

[127] Como citado anteriormente, a Reforma Francisco Campos, de 1931-32, havia dividido o curso secundário em dois ciclos, fundamental e complementar, sendo este último destinado à preparação dos alunos que pretendiam ingressar em certos cursos universitários. O Interventor Julio Strübing Müller informou, em seu Relatório de 1940, que funcionara pela primeira vez, no ano anterior (1939), o curso complementar para Direito, Medicina, Farmácia e Odontologia, contando no total com 19 alunos (14 nas seções de Medicina, Farmácia e Odontologia, e 5 na de Direito). ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil...* p. 135.; MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas — Presidente da República pelo Bel. Julio Strübing Müller — Interventor Federal em Mato Grosso*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1940. p. 13. **APE-MT**

[128] MATO GROSSO. Mesa de Rendas de Corumbá. *Relação dos funcionários estaduais pagos por esta Repartição, no decurso do mês de Março último.* [Corumbá: 1941]. **APE-MT**

Além disso, essas taxas também eram cobradas nos cursos secundários fundamentais (Liceus Cuiabano e Campograndense) e Escolas Normais públicas, segundo tabela fixada neste período, no ano de 1936 (Lei nº 49, de 10 de outubro de 1936)[129]. Estabelecia ainda o Decreto nº 138 que

> "(...) Não poderão ser matriculados no Liceu Cuiabano, no presente ano letivo, os alunos que não estiverem quites com o pagamento de suas mensalidades referentes ao ano letivo passado próximo."[130]

Logo, além das dificuldades já apresentadas ao aluno que concluísse o ensino primário, certamente os custos elevados para sua manutenção em escolas secundárias públicas — fato que se deveria agravar quando consideradas as entidades particulares — não facilitavam nem o ingresso nem a permanência de expressivo contigente populacional nesses estabelecimentos. Tal fato, aliás, era de conhecimento do próprio poder público, uma vez que medidas paliativas tentaram minorar o problema, como o Decreto-Lei nº 254, de 15 de março de 1939, que dispensava das taxas de matrícula e freqüência os filhos de operários pobres, nos estabelecimentos de ensino secundário fundamental e complementar, mantidos pelo Estado. Essa medida beneficiava, com certeza, um número reduzido de alunos oriundos dessas famílias, já que a grande maioria não ultrapassava sequer os umbrais da escola primária.

4.2. Matrículas registradas

Outro aspecto que pode confirmar as inferências acima levantadas é o contingente de matrículas nesse grau de ensino.

Pode-se observar, pela Tabela 1.10., o crescimento relativo das matrículas nos ensinos secundário, comercial e normal (pedagógico). Em relação ao período em questão, destacaram-se os anos de 1935 e 1942, com uma variação no número de matrículas da ordem de 31,8% e 23,1% em relação aos anos anteriores (1933 e 1937, respectivamente). Um crescimento significativo no número absoluto de matrículas, se comparado, por

---

[129] Considerando a data de sua aprovação, esta Lei entrou em vigor durante o período de funcionamento da Assembléia Legislativa Estadual, na gestão de Mário Corrêa da Costa, que permaneceu à frente do executivo estadual de 7 de setembro de 1935 a 8 de março de 1937.

[130] MATO GROSSO. Assembléia Legislativa de Mato Grosso. *Cópia da legislação referente ao ano de 1938, publicada no Diário Oficial.* [Cuiabá: 19--?]. p. 8. **IMPL-MT**

exemplo, às matrículas no ensino primário, que alcançaram uma variação média de 6,7% no seu período de maior incremento, entre 1935 e 1936 (Tabela 1.7.).

Tabela 1.10. - Matrícula geral - Ensinos secundário, normal e comercial - Mato Grosso - 1930 a 1945

Categorias do ensino	1933	1935	1936	1937	1942[131]
Ensino secundário.....	757	943	1.114	1.248	2.206
Ensino comercial.....	150	302	232	313	376
Ensino pedagógico [(1)].....	409	490	486	537	0
TOTAL.....	**1.316**	**1.735**	**1832**	**2.098**	**2.582**
Crescimento (%).....	**--**	**31,8**	**5,6**	**14,5**	**23,1**

(1) Escola normal.
Fontes: IBGE, 1940: 821; IBGE, 1936: 329; IBGE, 1947: 425.

Quando comparados os alunos matriculados no ensino primário, por um lado; e secundário, normal e comercial, de outro, em termos de volume total, uma outra tendência evidencia-se pelo exame dos dados. Uma vez colocadas lado a lado, as matrículas nos ensinos secundário, normal e comercial cresceram em todos estes anos, quando comparadas às inscrições no ensino primário, como dito anteriormente. O montante de alunos matriculados nas escolas secundárias, normal e comercial, entrementes, não conseguiu ultrapassar a marca de 10,0% do total de inscritos no ensino primário (Tabela 1.7.), a não ser em 1942, ou seja, ao final dessa etapa de 15 anos.

Considerando que o número de escolas públicas não aumentou nesse período, a não ser em 1937, e dadas as dificuldades de acesso a esse grau de ensino, algumas já apontadas, pode-se supor que tenha sido a escola particular a maior beneficiária do incremento no corpo discente das escolas secundárias, normais e comerciais. Neste sentido, é interessante o exame do crescimento dos cursos[132] desse grau de ensino no estado (Gráfico 1.1.), a partir de 1935.

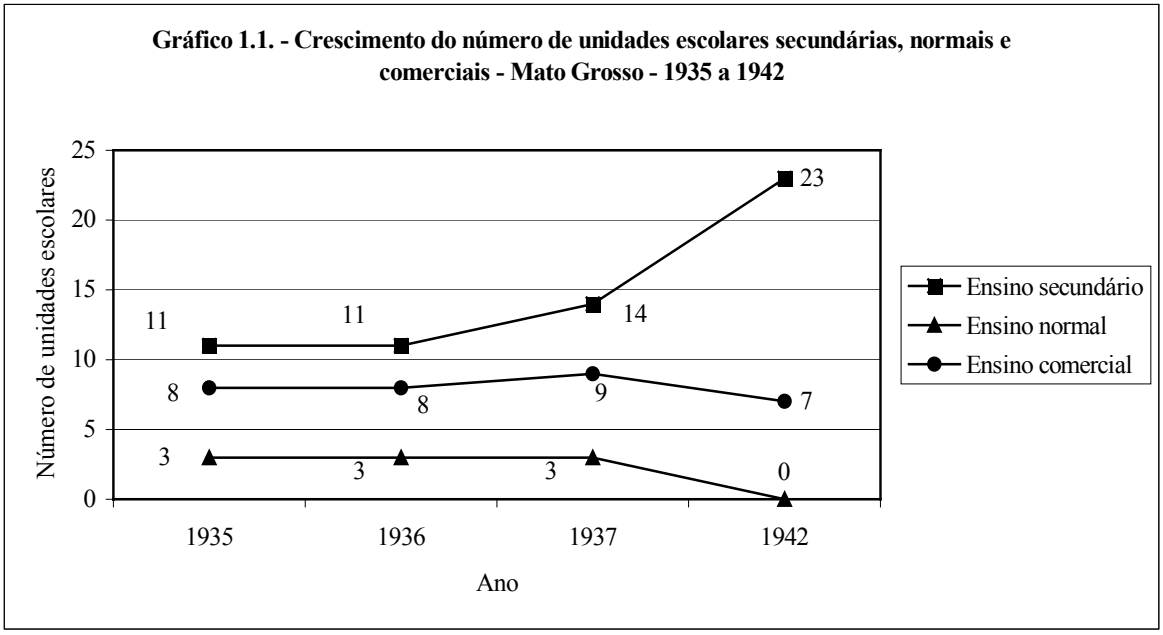
---

[131] As matrículas no ensino pedagógico já refletiam sua incorporação ao curso secundário, em vigor para o ano letivo de 1938.

[132] Enquanto os estabelecimentos de ensino, para efeitos de estatística educacional, eram as organizações ou escolas propriamente ditas em que se podiam oferecer um ou mais cursos, inclusive de distintas modalidades; as unidades escolares indicavam estes cursos, tomados de forma isolada. Só foi possível reconstituir a série histórica do número de unidades escolares. Cf. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*... p. 419.

Quando visto em termos de cursos oferecidos, nota-se que o ensino secundário cresceu significativamente a partir de 1937, ano em que também o ensino comercial foi incrementado no Estado. Em termos de escola pública, colaborou, para tanto, a encampação do Ginásio Maria Leite, em Corumbá, por exemplo. Este fato, contudo, não justificaria um aumento da ordem de 64,3% no montante de unidades escolares de ensino secundário em Mato Grosso, de 1937 a 1942 (de 14 para 23 unidades).

Gráfico 1.1. - Crescimento do número de unidades escolares secundárias, normais e comerciais - Mato Grosso - 1935 a 1942



Fontes; IBGE, 1940: 799.; IBGE, 1947: 423.

Isto só poderia ter-se dado com a presença do ensino particular na esfera do secundário, muito embora fatores adversos naquele momento, como as dificuldades advindas com a Segunda Grande Guerra, podem ter agido como um freio para uma expansão ainda mais significativa. Além disso, apesar do crescimento verificado para o ensino secundário, o ensino comercial diminuiu o número de suas unidades escolares entre 1937 e 1942 (de 9 para 7).

O ensino normal também não passou por esse tipo de curva ascendente, uma vez que deixou de funcionar enquanto curso independente, em 1942. Durante o período que se estendeu até 1937, permaneceu com o mesmo número de cursos. São interessantes, neste sentido, as observações sobre o perfil dos alunos da escola normal, reafirmado várias vezes pelos ocupantes de cargos públicos naqueles anos:

> "[Os] (...) alumnos nella matriculados [são] [...] em sua quasi totalidade do sexo feminino. É notavel em nosso Estado esse abandono da carreira do magisterio, por parte dos rapazes. Ou seja porque considerem mais brilhantes as carreiras abertas pelo ensino superior, ou porque reputem menos compensadores os resultados materiaes que o nobre sacerdocio do magisterio offerece, o facto é que em 1930 só um alumno do sexo masculino se matriculou na 1º anno da nossa Escola Normal."[133]

Assim, com uma procura menor desse tipo de curso pela população masculina, pode-se entender o porquê da permanência de um mesmo número de cursos durante todos esses anos. A posterior anexação da escola normal ao ensino secundário, a partir de 1938/39, como curso de especialização de professores, veio agravar ainda mais este quadro, tornando mais difícil a formação desses profissionais. Segundo registros dos Relatórios de 1940 e 1942 do interventor Júlio Strübing Müller, em 1939, apenas 3 alunos se haviam matriculado nesse curso em Cuiabá; enquanto 4 alunos se matricularam em 1941[134].

Sobre esta questão, é interessante notar ainda que, embora a própria interventoria constatasse a falta de professores em Mato Grosso, principalmente nas zonas rurais[135], tenha feito a seguinte consideração, ao justificar as transformações sofridas pelo curso normal, quando deixou de ser uma modalidade de ensino independente, em 1942, e passou a exigir um curso complementar, de 2 anos, a título de especialização:

> "Considerando que o *grande número de normalistas diplomadas*, [é] suficiente para as necessidades do nosso ensino primário [isto] permite a exigência de um curso mais longo e mais profundo para os futuros candidatos ao magistério (...)." (Os grifos são nossos.)[136]

---

[133] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1.ª Sessão Ordinaria de sua 15.ª legislatura.* Cuyabá: Typ. Official, 1930. p. 45-46. **NDHIR-UFMT**

[134] MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas — Presidente da República pelo Bel. Julio Strübing Müller — Interventor Federal em Mato Grosso.* Cuiabá: Imp. Oficial, 1940. p. 14.; MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Bel. Julio Strübing Müller, no período de 1941 a 1942.* Cuiabá: Imp. Oficial, 1942. p. 19. Não é objetivo deste trabalho uma exposição minuciosa sobre as modificações do ensino normal em Mato Grosso. Pode-se constatar, contudo, pelos dados disponíveis, que os alunos remanescentes da antiga Escola Normal, no município de Cuiabá, em 1939, em número de 226, estavam cursando a Seção Normal daquela escola, que era a "(...) remanescente da antiga Escola Normal". Dada a pequena matrícula registrada no curso de especialização de professores nos anos seguintes, infere-se que após a encampação de 1938/39, os novos alunos e futuros candidatos ao magistério primário, tanto em Cuiabá como em Campo Grande, acabaram por terminar seus estudos na escola secundária, não optando posteriormente pela escola especializada de professores, que se seguiria ao secundário. **APE-MT**

[135] MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Bel. Julio Strübing Müller, no período de 1941 a 1942.* Cuiabá: Imp. Oficial, 1942. p. 14. **APE-MT**

[136] MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso...* p. 197.

Como será demonstrado no próximo item deste capítulo, este mesmo problema da falta de professores continuou a se apresentar em anos posteriores, quando outras propostas foram examinadas para minorar a situação.

5. O financiamento do ensino público em Mato Grosso

Neste tópico do trabalho, será tratada a questão do financiamento da educação pública durante esses anos, a partir do exame do balanço financeiro do estado, no período.

Tabela 1.11. Comparação das despesas efetuadas pelo governo de Mato Grosso – 1930 a 1936

(em mil réis)

Despesa	**1930**	**%**	**1931**	**%**	**1932**	**%**	**1933**	**%**
Assembléia Legislativa.....	128:3	1,3	21:9	0,2	17:9	0,2	18:3	0,2
Secretaria Geral do Estado [1]	689:4	6,7	467:5	3,8	306:8	3,9	385:6	4,1
Saúde Pública.....	22:3	0,2	26:8	0,2	26:8	0,3	28:3	0,3
Instrução Pública.....	**1.228:4**	**12,0**	**1.798:0**	**14,8**	**1.506:8**	**19,2**	**1.715:0**	**18,2**
Segurança Pública[2].....	2.211:6	21,6	3.255:4	26,8	1.326:2	16,9	1.338:5	14,2
Tesouro do Estado[3].....	1.260:6	12,3	1293:8	10,7	1.060:8	13,5	1.275:2	13,5
Repartição de Terras, Minas e Obras Públicas[4].....	200:8	2,0	220:7	1,8	248:7	3,2	243:6	2,6
Obras Públicas em geral.....	993:5	9,7	1102:7	9,1	476:2	6,1	495:0	5,3
Pessoal inativo.....	342:9	3,3	443:5	3,7	516:9	6,6	541:5	5,8
Dívida passiva.....	1603:6	15,7	1.571:5	12,9	698:3	8,9	1.824:0	19,4
Auxílios e subvenções.....	355:5	3,5	393:0	3,2	432:5	5,5	540:1	5,7
Eventuais.....	---	---	200:0	1,6	239:1	3,1	251:6	2,7
Poder Judiciário[5].....	621:9	6,1	977:8	8,0	597:1	7,6	611:7	6,5
Créditos especiais.....	243:7	2,4	375:2	3,1	379:1	4,8	103:5	1,1
Créditos extraordinários.....	335:9	3,3	---	---	---	---	41:7	0,4
TOTAL GERAL	**10.238:4**	**100,0**	**12.147:8**	**100,0**	**7.833:2**	**100,0**	**9.413:6**	**100,0**

(continuação)

Despesa	1934	%	1935	%	1936	%
Assembléia Legislativa.....	17:0	0,2	18:4	0,2	575:1	6,2
Secretaria Geral do Estado (1)	398:0	4,0	392:2	4,1	399:8	4,3
Saúde Pública.....	34:1	0,3	28:7	0,3	7:5	0,1
Instrução Pública.....	**1.935:8**	**19,3**	**1.830:2**	**19,2**	**1.919:8**	**20,7**
Segurança Pública (2)	1.770:9	17,7	1.717:5	18,0	1.528:8	17,1
Tesouro do Estado (3)	1.277:8	12,8	1.216:2	12,7	1.330:2	14,4
Repartição de Terras, Minas e Obras Públicas (4)	351:0	3,5	317:2	3,3	251:8	2,7
Obras Públicas em geral.....	349:9	3,5	357:5	3,5	224:8	2,4
Pessoal inativo.....	577:0	5,8	659:5	6,9	675:7	7,3
Dívida passiva.....	1.708:2	17,1	1.339:4	14,0	917:3	9,9
Auxílios e subvenções.....	470:0	4,7	180:9	1,9	266:2	2,9
Eventuais.....	349:8	3,5	257:9	2,7	115:1	1,2
Poder Judiciário (5)	728:0	7,3	893:7	9,4	882;8	9,5
Créditos especiais.....	47:1	0,5	337:2	3,5	117:6	1,3
Créditos extraordinários.....	---	---	---	---	---	---
TOTAL GERAL	**10.014:6**	**100,0**	**9.546:5**	**100,0**	**9.266:6**	**100,0**

(1) Inclui as despesas com os seguintes órgãos: Presidência do Estado (1930-1935) e Governo do Estado (1936); Almoxarifado Geral do Estado ((1930-1931); Tipografia Oficial (1930-1936); Secretaria do Interior, Justiça e Finanças e Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, criadas em 1926 e extintas em 1937, quando passou a existir novamente apenas a Secretaria Geral do Estado.
(2) Inclui as despesas realizadas com as áreas de Segurança Pública (1930-1936) e Força Pública (1930-1936).
(3) Inclui as despesas realizadas com o Tesouro do Estado ((1930-1936); Inspetoria Especial da Poaia (1932); Delegacia Especial do Norte (1930-1936); Mesa de Rendas de Corumbá (1931-1936); Mesa de Rendas de Campo Grande (1935-1936); Fiscais de Vendas Mercantis (1936); Estações arrecadadoras (1930-1936); Corpos de Guardas Fiscais da Fronteira (1930-1936) e Inspetoria de Fazenda (1930-1931e 1936)
(4) Inclui as despesas realizadas com a Repartição de Terras(1930-1934); Repartição de Obras Públicas (1930-1934); Repartição de Terras, Minas e Obras Públicas (1935-1936) e a Inspetoria de Luz e Água (1930-1931; 1935-1936).
(5) Inclui as despesas realizadas com a Administração da Justiça (1930-1936) e Ministério Público (1930-1936).
Fonte: MATO GROSSO, 1937: anexos.

Pela observação da Tabela 1.11[137] e dados complementares mostrados a seguir (Tabela 1.12.[138]), pode-se constatar que houve uma oscilação bastante significativa no

[137] Para efeitos comparativos, como não se teve acesso aos balanços dos anos de 1930 a 1934, esta tabela foi construída apenas com os dados relativos às despesas efetuadas pelo governo de Mato Grosso no período. Em função dessa escolha, para os anos de 1935 e 1936 — anos para os quais se contava com o balanço financeiro das receitas e despesas do governo estadual —, foram descartados os valores referentes aos seguintes

montante de verbas destinadas à educação naquele período. Os anos 30 iniciaram-se com 12,0% do total da despesa sendo destinado à educação, tendo um crescimento que elevou este percentual até 19,2% na primeira metade desta década (Tabela 1.11), apesar de estes terem sido anos de baixa arrecadação no estado, que ainda enfrentava os efeitos da crise do final dos anos 20[139]. A partir de 1937, este montante começou a decrescer[140], para alcançar um patamar médio de 16,0% até o início da década de 40, voltando a cair no pós-guerra (11,1% em 1944 e 12,1% em 1945 - Tabela 1.12).

Em termos comparativos, os dados disponíveis, abrangendo os anos de 1930 a 1936, indicam que o dispêndio com a Instrução Pública sempre esteve entre as quatro maiores despesas do governo estadual, próximo às verbas utilizadas na manutenção da máquina arrecadadora do Estado (Tesouro), com a dívida passiva (amortizações e apólices dos empréstimos tomados ao Banco do Brasil, à Companhia Mate Laranjeira, etc) e com a Segurança Pública. As verbas destinadas para esta última rubrica elevaram-se no início dos anos 30, quando ainda estavam sendo pagas pelo Executivo Estadual as despesas efetuadas com a repressão à Coluna Prestes; e também em função do combate às forças mato-grossenses que se aliaram ao Movimento Constitucionalista de 1932. Vieram a cair, contudo, nos anos seguintes.

O início do decréscimo dos investimentos destinados à instrução pública, a partir de 1938, coincidiu com o período em que se alcançaram os menores números absolutos de matrículas no ensino primário estadual, que partiram de 61,1% do total de alunos matriculados em 1935, para 59,0% em 1936 e 55,5% em 1937 (Tabela 1.7.).

---

elementos de despesa: depósitos de origens diversas; adiantamentos; consignações; bens vacantes; auxílios da União; fundos especiais; restos a pagar; credores diversos e suprimentos feitos a exercícios anteriores.

[138] Não foram encontrados, nos diversos acervos consultados, os balanços financeiros da Interventoria referentes aos anos de vigência do Estado Novo (1937-1945). Utilizaram-se, assim, para a construção da Tabela 1.11., os dados disponíveis na obra de Gervásio Leite, a única a apresentar referências sobre esta temática. LEITE, Gervásio. *Um século de instrução pública...* p. 158

[139] Nos anos seguintes, o caixa estadual será reforçado por meio de vários empréstimos realizados ao poder público de Mato Grosso pelo Banco do Brasil. O primeiro destes empréstimos foi repassado entre 1932-1933, chegando a 6.000:000$000 réis. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato Grosso, o Dr. Mario Corrêa, à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da 1ª Legislatura, em 13 de junho de 1936*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1936. p. 34. **APE-MT**

[140] Alguns dados disponíveis na Tabela 1.12. (anos 1937-1941) incluem verbas utilizadas para construções de escolas, que na tabela anterior, a de número 1.11., apareciam diluídas na rubrica "Obras Públicas".

Tabela 1.12. - Despesas efetuadas com a instrução pública - Mato Grosso - 1930 a 1945 (1)

Ano	Montante gasto com ensino público	% sobre o total da despesa
1937.....	2.157:000$000	18,1
1938.....	2.207:000$000	16,9
1939.....	2.330:000$000	15,9
1940.....	2.953:000$000	16,9
1941.....	2.851:163$800	---
1944.....	3.148.000,00	11,1
1945.....	3.416.000,00	12,1

(1) 1930 a 1941 – valores em mil-réis; 1944 e 1945 - valores em cruzeiros.
Fontes: LEITE, Gervásio, [1970]: 158; MATO GROSSO, 1942: 17; 50.; IBGE, 1947: 465.

A partir desse ano, as matrículas no ensino público estadual voltaram a crescer, chegando a 65,1% do total de alunos do curso primário em 1939 e 66,1% em 1942, por certo refletindo as dificuldades impostas pela crise econômica e posteriormente pela guerra mundial, à manutenção de discentes oriundos, principalmente das camadas médias, em escolas particulares. Este aumento do número de alunos matriculados, no entanto, não representou um maior investimento público na educação primária, já que as verbas destinadas ao ensino foram decrescentes nesse período, mas apenas uma maior utilização dos recursos humanos e materiais já instalados — fato que será comentado a seguir, quando se analisar a composição dos gastos efetuados com a instrução pública.

Já nos ensinos secundário, normal e comercial, apesar de sua trajetória ascendente em relação às matrículas, esta última também foi mais acentuada até 1935, alcançando um crescimento de 5,6% em 1936, para voltar a crescer e chegar aos 14,5% e 23,1% em 1937 e 1942, respectivamente (Tabela 1.10.).

Quanto à composição dos gastos efetuados com a instrução pública, na esfera estadual, a documentação disponível possibilita o levantamento de algumas inferências sobre o tema. Conforme se observa no exame da Tabela 1.6., ficou em 9,6% entre 1935 e 1937 e 8,0% entre 1937 e 1942, o crescimento do número de estabelecimentos primários públicos. O número de alunos matriculados em escolas públicas estaduais (Tabela 1.7.), contudo, sofreu uma variação negativa de –3,7% entre 1935 e 1937, mas cresceu a partir de 1937 até 1942, em média, 19,7% no ensino primário. Já nos ensinos secundário, normal e comercial, o número de estabelecimentos permaneceu inalterado após a encampação do Ginásio Maria Leite, de Corumbá, em 1937, ano a partir do qual cresceu também o número de alunos matriculados.

Daí deduz-se que as despesas públicas na área educacional se tenham dirigido, preferencialmente, para o setor de aluguel e reparos de imóveis e aparelhamento dos estabelecimentos escolares já existentes, permitindo, assim, a expansão do número de cursos e vagas oferecidas, sem que necessariamente fossem abertas novas escolas, principalmente entre 1937 e 1942. De outra feita, foram nestes anos que, sentindo de forma mais aguda os efeitos da crise social, mencionada anteriormente, agravada pela guerra, uma parte da clientela das escolas particulares dirigiu-se para os estabelecimentos públicos. Como o número de escolas públicas vinha crescendo desde meados da década de 30, foi suficiente um crescimento de apenas 8,0% no número de estabelecimentos públicos estaduais[141] (Tabela 1.6.), entre 1937 e 1942, para abrigar estes alunos; sem considerar todo o contingente populacional que foi "expulso" ou que permaneceu fora da escola, conforme demonstrado na Tabela 1.8.

Além disso, essa preocupação com a infra-estrutura física esteve presente durante todo o período, conforme denotam as palavras do Diretor Geral da Instrução Pública, Francisco Alexandre Ferreira Mendes, ao relatar a situação das escolas na capital do estado, Cuiabá, transcritas na Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa pelo interventor Cap. Manoel Ary da Silva Pires, em 1937:

> "Não me refiro nesta modesta exposição á parte didactica, entregue á competencia e dedicação de conhecidos e eruditos pedagogos patricios, que demonstram entranhado zêlo e grande capacidade no desempenho da sua ardua e nobilitante missão, mas, ás installações internas sem excepção a começar pelo edificio do Palácio da Instrucção, situado na parte mais central do perimetro urbano, offerecem aos olhos do visitante impressão pouco lisonjeira. Com excepção das Escolas Normal e Modello annexa, e do Grupo Escolar Senador Azeredo, que se acham installados em predios apropriados e de condições mais ou menos hygienicas compativeis com as exigencias da pedagogia hodierna, mas que urgem de reparos e de material escolar, todas as demais escolas se encontram installadas em predios adaptados mas inadequados, os quaes, salvo honrosa exclusão, não satisfazem absolutamente os requisitos necessarios para o desempenho da dignificante missão a que se destinam."[142]

Tal situação também era pertinente para o restante do estado, em que somente as escolas secundárias, normais e comerciais, algumas escolas reunidas e grupos escolares

---

[141] Se se consideram também as escolas municipais, este índice fica em 7,7%.

[142] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imp. Oficial, 1937. p. 16. **APE-MT**

tinham prédios próprios, construídos com a finalidade de abrigar estabelecimentos de ensino. Quanto às escolas isoladas, a maior parte delas situava-se em imóveis alugados, improvisados para fins didáticos. Existia a preocupação, no entanto, com a criação de um conjunto de edificações, com as condições mínimas para que se instalassem os estabelecimentos escolares dentro de certos padrões (atenção à sua capacidade; situação em relação ao solo e à vizinhança; iluminação; ventilação e instalações sanitárias), prezando-se as condições higiênico-pedagógicas dos mesmos, conforme já fora prescrito inclusive pelo Regulamento de 1927, em seus artigos 85 a 87[143]. As políticas adotadas naquele momento pelo Estado, no entanto, envolvendo a restrição dos investimentos públicos em atenção à situação fiscal e monetária do erário público neste momento, iam de encontro a esta preocupação, que acabou permanecendo como possibilidade a se concretizar no futuro.

A instalação de novas salas de aula, mesmo nos estabelecimentos já existentes, implicava igualmente na destinação de professores para estes locais de ensino, sendo este um item importante da composição de gastos da instrução pública. O quadro docente esteve assim constituído, nesse período (Tabela 1.13.):

Tabela 1.13. - Corpo docente no ensino estadual - Mato Grosso - 1933 a 1942

Ano	Número de professores	Variação relativa
1933.....	413	**100,0**
1935.....	497	**120,3**
1936.....	475	**95,6**
1937.....	496	**104,4**
1942 (1).....	487	**---**

(1) Inclui apenas os professores do ensino primário fundamental comum.
Fontes: IBGE, 1936: 323.; IBGE, 1940: 801.; IBGE, 1947: 441.

Observando-se os dados da tabela apresentada acima, vê-se que variação relativa no número de professores lotados em escolas estaduais seguiu o mesmo padrão de variação do montante de alunos matriculados e de escolas existentes no período. Assim, tem-se um aumento do corpo docente no período de 1933 até 1935, seguindo-se de uma queda em 1936, quando o quadro de professores decaiu em –4,4% em relação ao ano anterior; seguindo-se, finalmente, um novo período ascensional, a partir de 1937, que se estendeu

[143] MATTO-GROSSO. *Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso* (Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927... p. 13.

aos anos seguintes, dado que em 1942 registrava-se já um total de 487 professores, apenas no ensino primário fundamental (sem serem considerados, desta forma, os professores dos ensinos supletivo, primário complementar, secundário, normal e comercial).

Pode-se supor, a partir dessa realidade, que parcela cada vez maior dos gastos públicos com educação foram dirigidos para o pagamento de professores. Segundo dados disponíveis para o ano de 1933[144], naquela ocasião, o Estado despendeu 1.446:360$000 com despesas relativas à rubrica "pessoal" — o que certamente também incluiu funcionários administrativos e de apoio da Diretoria Geral da Instrução Pública e dos próprios estabelecimentos escolares (amanuenses, porteiros, inspetores de ensino, etc). A maioria, no entanto, era composta por professores diretamente envolvidos no ensino e ou em atividades de direção das escolas públicas. Em sendo assim, o total da folha de pagamento, naquele ano, representava 91,6% das verbas alocadas na instrução pública estadual, ficando 47:000$000 destinados à compra de material (2ª maior despesa discriminada, ou cerca de 3,0%) e 75:000$000 utilizados em gastos não discriminados (4,6% sobre o total).

6. O ensino primário em Corumbá

A área central da fronteira do estado de Mato Grosso, cujo núcleo populacional mais destacado era Corumbá, ocupava a terceira posição, naquele momento, no ranking estadual, em relação ao número de escolas e matrículas nos ensinos primário, secundário, normal e comercial. Assim, a liderança no estado ainda era da capital, Cuiabá, estando situada no segundo posto a cidade de Campo Grande; depois de Corumbá, encontravam-se outros municípios da região Sul do estado, como Três Lagoas, Paranaíba, Porto Murtinho, Ponta Porã, etc. O que certamente denota a importância da cidade de Corumbá no contexto mato-grossense, principalmente em se tratando de um momento que foi marcado pela situação de crise em todas as esferas da vida social — econômica, sócio-política, institucional, etc.

Para exemplificar essa situação, são apresentados a seguir os dados disponíveis para o ensino primário, relativos aos anos de 1937 e 1939 (Tabela 1.14.).

---

[144] IBGE. Instituto Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1936...* p. 381.

Em 1937, as três cidades líderes acolhiam 36,0% do total de estabelecimentos de ensino primário existentes no estado, tanto públicos como particulares. Já em 1939, este percentual elevou-se para 38,7%, com destaque para a participação de Campo Grande, que teve um crescimento de 48,6% no número total de estabelecimentos primários, entre estes anos, denotando o florescimento deste centro populacional como pólo aglutinador da região Sul do estado.

Tabela 1.14. – Estabelecimentos públicos e particulares que ministraram ensino primário em Cuiabá, Campo Grande e Corumbá – 1937 e 1939

Municípios	1937	%	1939	%
Cuiabá.....	96	20,7	72	18,2
Campo Grande.....	37	8,0	55	13,9
Corumbá.....	34	7,3	26	6,6
Estado.....	**463**	**100,0**	**396**	**100,0**

Fontes: BRASIL, [Cuiabá: 1937]: 1.; BRASIL, [Cuiabá: 1939]: 1.; IBGE, 1947: 438.; MATO GROSSO, 1942: 15-16.;

Corumbá perdeu oito estabelecimentos nesse período, passando de 34 para 26 escolas, diminuindo igualmente sua participação no cômputo geral do estado, abrigando 6,6% do total de estabelecimentos de ensino primário de Mato Grosso, em 1939. Os dados referentes a Cuiabá, mostrando queda do número de estabelecimentos escolares instalados nessa cidade, parecem confirmar a tendência de estagnação da mesma, enquanto região político-administrativa, deixando de atuar como centro de atração sobre a população regional, embora ainda ocupasse a primeira posição no estado.

Outra característica que distinguiu Corumbá e Campo Grande em relação a Cuiabá e à grande maioria dos demais municípios mato-grossenses foi a existência de escolas municipais de ensino primário, nessas duas cidades; e, particularmente em Corumbá, no período entre o final dos anos 20 e os primeiros anos da década de 30, as tentativas de manutenção de um curso secundário e de um curso comercial, levadas a cabo pelo poder público municipal.

Apesar dessas especificidades, contudo, a cobertura existente em Corumbá, em termos de ensino primário, nesses anos, também apresentava semelhanças em relação àquela encontrada no restante do estado. Isto significa dizer que a maioria dos estabelecimentos eram escolas rurais isoladas — principalmente quando se tratava das

escolas públicas estaduais — que sofriam dos problemas próprios à sua localização, tais como a falta de professores, a ausência de fiscalização, a acentuada evasão de alunos matriculados após o período inicial de escolarização, etc.

As Tabelas 1.15 e 1.16 permitem a visualização de algumas características próprias às três modalidades de escolas de ensino primário existentes no município.

Tabela 1.15 - Escolas primárias, segundo a dependência administrativa - Corumbá - 1931 a 1945

Ano	Total geral		Escolas estaduais		Escolas municipais		Escolas particulares	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
1931.....	21	100,0	8	**38,1**	4	**19,0**	9	**42,9**
1933.....	28	100,0	8	**28,6**	5	**17,9**	15	**53,6**
1934.....	28	100,0	10	**35,7**	5	**17,9**	13	**46,4**
1936.....	32	100,0	12	**37,5**	6	**18,8**	14	**43,8**
1938.....	28	100,0	12	**42,9**	5	**17,9**	11	**39,3**
1939.....	26	100,0	12	**46,2**	5	**19,2**	9	**34,6**
1945.....	34	100,0	16	**47,1**	6	**17,6**	12	**35,3**

Fontes: CORUMBÁ, 1931: 11.; CORUMBÁ, 1934.; CORUMBÁ, 1935: 25-27.; CORUMBÁ, 1936.; CORUMBÁ, 1939.; CORUMBÁ, 1940: 46-47.; CORUMBÁ, 1944-1945.

Tabela 1.16 - Escolas primárias estaduais, municipais e particulares, segundo o tipo – Corumbá - 1931 a 1945

Ano	Grupo escolar			Escolas reunidas			Escola isolada urbana			Escola Isolada suburbana (1)			Escola Isolada rural			Escolas noturnas			Total por dependência administrativa			**TOTAL**
	E	M	P	E	M	P	E	M	P	E	M	P	E	M	P	E	M	P	**E**	**M**	**P**	
1931	1	0	0	0	0	2	0	2	6	2	2	0	5	0	1	0	0	0	**8**	**4**	**9**	**21**
1933	1	0	0	0	0	2	0	3	5	2	2	0	5	0	8	0	0	0	**8**	**5**	**15**	**28**
1934	1	0	0	1	0	2	0	4	4	1	1	0	7	0	7	0	0	0	**10**	**5**	**13**	**28**
1936	1	0	0	1	0	2	0	5	7	1	1	0	9	0	5	0	0	0	**12**	**6**	**14**	**32**
1938	1	0	0	1	0	2	0	4	6	1	1	0	9	0	2	0	0	1	**12**	**5**	**11**	**28**
1939	1	0	0	1	0	2	0	4	6	1	1	0	9	0	0	0	0	1	**12**	**5**	**9**	**26**
1945	1	0	0	1	0	2	0	5	10	1	1	0	13	0	0	0	0	0	**16**	**6**	**12**	**34**

Legenda: E = escola pública estadual; M = escola pública municipal; P = escola particular

(1) Escola isolada localizada em distritos, nas periferias do município; também chamada escola distrital.

Fontes: CORUMBÁ, 1931: 11.; CORUMBÁ, 1934.; CORUMBÁ, 1935: 25-27.; CORUMBÁ, 1936.; CORUMBÁ, 1939.; CORUMBÁ, 1940: 46-47.; CORUMBÁ, 1944-1945.

De 1931 a 1936, as escolas primárias estaduais ocuparam sempre o segundo lugar em termos de número de estabelecimentos existentes no município (Tabela 1.15), considerando que apenas na esfera particular existia um percentual maior de escolas na cidade. Pode-se considerar, contudo, que as escolas públicas — quando considerados os estabelecimentos estaduais e municipais — detêm aproximadamente de 50,0 a 60,0% do número total de escolas, no período em questão (Tabela 1.15). Já, a partir de 1938 até o final do Estado Novo, em 1945, abrangendo os anos da 2ª Grande Guerra, foram anos de estagnação do ensino particular, com o fechamento de unidades, principalmente aquelas que se haviam estabelecido na zona rural (Tabela 1.15) do município, o que levou à dianteira a escola pública, no cômputo geral dos estabelecimentos escolares de Corumbá.

Quanto à clientela abrangida, a escola pública estadual estava presente nos dois extremos da linha de atendimento, isto é, era responsável pela instituição que representava o modelo mais avançado de organização escolar pública na cidade, o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque[145], passando pela criação e manutenção das Escolas Reunidas de Ladário, a partir de 1934; chegando, finalmente, às escolas suburbanas e rurais isoladas, em que se concentrava grande parte do esforço educativo do governo estadual, sobretudo na zona rural. Nesta última, inclusive, a partir dos anos 1939-1940, passaram a existir apenas escolas públicas estaduais (Tabela 1.16).

O governo municipal, por sua vez, só era responsável direto[146] por escolas situadas nas zonas urbana e suburbana da cidade de Corumbá, sem tomar a si a responsabilidade pelo atendimento da zona rural. Em termos de abrangência, tratava-se de um número reduzido de escolas, que perfizeram um percentual de 17,6% a 18,8% do total de escolas existentes no período, no município (Tabela 1.15). Esses estabelecimentos eram localizados, contudo, em sítios mais afastados do perímetro urbano central, em zonas periféricas — 50,0% das escolas suburbanas eram municipais (Tabela 1.16).

Os estabelecimentos particulares, conforme já comentado, tiveram participação significativa no total de escolas primárias existentes no município, sobretudo no período

---

[145] O Grupo Escolar Luiz de Albuquerque começou a funcionar no primeiro semestre de 1924. MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso...* p. 148.

[146] Fala-se de responsabilidade direta do executivo municipal quando se está tratando das escolas mantidas e organizadas, em termos didático-pedagógicos, pelo governo municipal. Como será visto a seguir, o atendimento escolar na cidade também era feito por meio de escolas subvencionadas pelo governo municipal.

que vai de 1931 a 1936. Durante esses anos, estiveram presentes em quase todas as regiões da cidade, inclusive na zona rural, sobretudo por meio de escolas isoladas subvencionadas pelo executivo municipal. A crise do final dos anos 30 e início da década de 40, com o início do conflito mundial, contudo, afastou estes estabelecimentos da zona rural, concentrando-os no perímetro urbano, quando também decaiu o número de escolas particulares de uma forma geral, chegando a apenas 34,6% do total de estabelecimentos, em 1939 (Tabela 1.15).

É interessante destacar, também, duas outras particularidades quando é examinado o universo de escolas primárias particulares em Corumbá, entre 1930 e 1945. A primeira questão relaciona-se à escola noturna. Segundo os dados disponíveis, o primeiro registro de existência de uma escola noturna na cidade apareceu em 1938, quando o município passou a subvencionar o Curso Noturno Municipal, de responsabilidade do professor Miguel A. Filartiga Filho[147].

A segunda questão diz respeito ao aparecimento de escolas reunidas no quadro das escolas particulares. A nomenclatura *escolas reunidas*, à época, era utilizada para designar um certo tipo de escola pública, que agrupava determinado número de classes e alunos[148]. Entre as escolas particulares de Corumbá, contudo, estavam o Colégio Salesiano Santa Thereza e o Colégio Imaculada Conceição[149] — este último coordenado pelas Filhas de Maria Auxiliadora, ala feminina da Congregação Salesiana —, que funcionavam nos moldes de uma escola reunida, tanto pelo volume de alunos que possuíam, como pelo número de classes que mantinham. Desta forma, também por isso era significativa a presença da escola particular no município, já que se pode destacar a existência de duas escolas, privadas, confessionais, com o mesmo porte de dois estabelecimentos congêneres públicos, dentro da cidade.

---

[147] CORUMBÁ. Prefeitura Municipal. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Bel. Julio S. Muller, DD. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Interino Estevão Augusto Silva.* [Corumbá: 1938]. Anexo: Quadro demonstrativo da matricula e da frequencia dos alunos das escolas municipais e particulares subvencionadas, no ano de 1938.

[148] "Quando num raio de dois kilometros, funccionarem tres ou mais escolas isoladas, com frequencia total minima de 80 alumnos, o governo poderá reunil-as num só estabelecimento, que receberá a denominação de 'Escolas Reunidas'". MATTO-GROSSO. *Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso* (Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927)... p. 2.

[149] Outros dados sobre estes dois estabelecimentos serão apresentados oportunamente.

Outro dado que pode ser interessante para traçar o perfil do ensino primário em Corumbá é o número de alunos matriculados e a freqüência registrada nas escolas estaduais, municipais e particulares, neste período, conforme se observa na Tabela 1.17.

Quando se analisa a coluna referente ao número total de freqüências, uma primeira questão a ser levantada é relativa ao aumento havido neste item entre os anos de 1931 e 1933. Em 1931, 1364 alunos estiveram presentes às classes do ensino primário na cidade, enquanto em 1933 — isto é, no espaço relativamente curto de dois anos — este número subiu para 1991 alunos freqüentes. Isto representou, em termos percentuais, um ganho de 46,0% novos alunos para o ensino primário de Corumbá. Os dados demonstram, ainda, que este aumento de alunos freqüentes se manteve nos anos seguintes, oscilando ora abaixo do total registrado no ano de 1933, que foi de 1991 alunos (como é o caso dos anos de 1939, com 1975 alunos), ora acima (ano de 1937, com 2060 alunos). As variações para mais ou para menos, quando tomado o ano de 1933 como parâmetro, apontam para um ganho de 3,5% em 1937, enquanto o número de alunos freqüentes caiu em 0,8% em 1939.

Tabela 1.17. - Matrícula e freqüência das escolas primárias - Corumbá - 1931 a 1945

Ano	Escolas estaduais		Escolas municipais		Escolas particulares (1)		**TOTAIS**	
	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.	**Total de matrículas**	**Total de freqüências**
1931.....	nd	485	nd	296	nd	583	**nd**	**1364**
1933.....	649	517	613	536	1007	938	**2269**	**1991**
1937.....	1066	893	476	389	1021	778	**2563**	**2060**
1939.....	973	825	441	293	1113	857	**2527**	**1975**
1942.....	820	nd	360	nd	590	nd	**1770**	**nd**
1945.....	nd	679	nd	392	nd	737	**nd**	**1808**

(1) Só foram encontrados dados gerais para os Colégios Salesiano Santa Teresa e Imaculada Conceição, que não especificavam quanto ao grau de ensino a que pertenciam os alunos.
nd – informação não disponível
Fontes: CORUMBÁ, 1931: 11.; CORUMBÁ, 1934.; CORUMBÁ, 1936.; CORUMBÁ, 1939.; CORUMBÁ, 1943: 37.; CORUMBÁ, 1944-1945.

A partir destes dados, pelo menos duas indagações podem ser levantadas. A primeira é sobre o que explica o salto significativo no número de alunos freqüentes, do início da década de 30 até 1937. A segunda indagação diz respeito ao posterior declínio do número de alunos freqüentes, acompanhando, aliás, a tendência de queda no número total de estabelecimentos de ensino existentes no município (Tabelas 1.15 e 1.16). Essa

tendência manifesta-se a partir do final da década de 30 até 1942, anos de declínio da atividade econômica em todo o Mato Grosso, decorrente das pressões advindas da crise dos anos 20/30, que também colaborou para a progressiva transformação de Campo Grande no pólo econômico da região Sul, ocupando parte das trocas comerciais antes realizadas no município de Corumbá. Podem-se ter aí, desta forma, dois movimentos contraditórios, gerando atração e, simultaneamente, expulsão populacional nesta região da fronteira mato-grossense.

Tomando ainda para análise os dados relativos à freqüência, as variações apontadas são distintas quando consideradas, separadamente, as escolas públicas estaduais, públicas municipais e particulares. No período em que aconteceu o salto de quase 50,0% nas freqüência do ensino primário, entre 1931 e 1933, a escola pública estadual teve sua freqüência aumentada em apenas 6,6%, sendo que os ganhos mais significativos ficaram por conta dos estabelecimentos públicos municipais (crescimento de 81,1%) e particulares (crescimento de 60,9%). Já no intervalo seguinte, de 1933 a 1937, os números inverteram-se, acumulando a escola pública estadual um crescimento de 72,7%; a escola particular vem em segundo lugar, mas com uma queda de 17,1% e o ensino público municipal ficou em terceiro, tendo perdido 27,4% de seus alunos freqüentes. Os dois conjuntos de estabelecimentos públicos diminuem sua participação na freqüência total de alunos entre 1937 e 1939 (-7,6% de discentes freqüentes nas escolas estaduais; -24,7% nas escolas municipais), enquanto a escola particular ganha mais 10,2% na sua freqüência. Nos últimos anos considerados, de 1939 a 1945, os estabelecimentos públicos municipais sofreram um aumento de 33,8% no total de alunos freqüentes, enquanto as escolas particulares perderam 14,0% de seus alunos no período[150].

Considerando as particularidades existentes quanto às escolas estaduais, municipais e privadas, alguns dados podem ser arrolados no sentido de procurar responder às variações acontecidas no montante de escolas e alunos freqüentes dos estabelecimentos mantidos pelo município. Pode-se iniciar pelo período 1931-1933, quando os estabelecimentos municipais sofreram uma variação no número de alunos freqüentes de 81,1% (Tabela 1.16.). O Prefeito Municipal João Leite de Barros, em relatório de 30 de novembro de 1931, declarava a

[150] Como não está disponível o número de alunos freqüentes nas escolas públicas estaduais isoladas, não é possível calcular o índice relativo a esta modalidade de estabelecimento.

existência de núcleos de população em que não existia escola primária, sendo necessário que o município providenciasse a abertura de novos estabelecimentos, mesmo que particulares e subvencionados pelos cofres públicos. Tal era a situação nas povoações de Porto Esperança e Fazenda Firme (Nhecolândia)[151]. No governo seguinte (Prefeito Municipal José Silvino da Costa), o relatório do Inspetor do Ensino Municipal Ramon L. Martinez, em 31 de dezembro de 1933, declarava, sobre o biênio 1932-1933:

> "No decorrer do ano passado [1932], foram lançadas escolas por diferentes zonas do Municipio, onde a urgencia do ensino primario não permitia mais adiamentos. Era o seu primeiro ano de administração e o primeiro tambem em que eu, gentilmente convidado por V. Excia., tomei a direção da Inspetoria do Ensino Municipal. Fase inicial e que acudira em atender o reclamo justo de inumeros analfabetos que, desatendidos e abandonados até aquele momento, se extendiam por todos os quadrantes do Municipio. Essa primeira fase, manifestara-se pela nota vibrante de serem criadas em, menos de oito mezes, nada menos de 7 escolas, verdadeiras piras, cuja finalidade é a desfazer no fogo da instrução, as trevas e a ignorancia dos homens de amanhã."[152]

Além disso, este mesmo Inspetor justificou ainda o número menor de escolas criadas durante o ano de 1933 (apenas duas, em Bocaina do Jacadigo e Urucum), uma vez que a demanda teria sido coberta com os estabelecimentos municipais e particulares subvencionados que surgiram no ano anterior. De qualquer forma, segundo Ramon L. Martinez, a melhoria nas condições de ensino na cidade poderia ser provada pelo aumento da freqüência nas escolas mantidas e subvencionadas pelo governo municipal, que passou de 1010 alunos no ano de 1932, para 1260 alunos em 1933[153].

Podem-se também extrair algumas informações do relatório do Inspetor do Ensino Municipal Luiz Feitosa Rodrigues, de 10 de dezembro de 1934, que discutia a questão da continuidade de existência de certos estabelecimentos de ensino, sobretudo particulares. Nesse ano, em relação a 1933, data citada acima, existiam ainda cinco escolas municipais sob responsabilidade direta do governo municipal, sendo igualmente de doze o número de

---

[151] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr Arthur Antunes Maciel D. Interventor Federal, em 30 de Novembro de 1931, pelo Prefeito Municipal Dr. João Leite de Barros.* Corumbá: Tip. Do Comercio, [1931?]. p. 12. **APE-MT**

[152] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Prefeito José Silvino da Costa.* Corumbá: Tip. Do Comercio, [1934?]. p. IV. **APE-MT** O número de escolas criadas no ano de 1932, sete, incluía os estabelecimentos diretamente subvencionados pelo governo municipal e aqueles que, embora particulares, eram subvencionados pelo poder público.

[153] *Ibid.,* p. VII. **APE-MT** Este total de alunos freqüentes citado pela Inspetor do Ensino Municipal não incluía os alunos das escolas públicas estaduais nem das escolas particulares não subvencionadas.

escolas primárias particulares subvencionadas pela municipalidade. Seriam fechadas em meados daquele ano, contudo, a escola sob responsabilidade do Sr. Cornelio Alves da Cunha, estabelecimento rural, localizado no lugar denominado "Manoel Corrêa" e a escola mista do Urucum, criada no ano anterior, cuja organização estivera a cargo de Dona Eliza Santos de Medeiros[154]. Segundo o Secretário do executivo municipal, ocupando interinamente o cargo de Prefeito e responsável pela elaboração do relatório referente ao ano de 1934, Estevão Augusto Silva,

> "O estardalhaço feito pela administração passada em torno da instrucção, o reclame bombastico que pretendeu tornar o Governo do Municipio credor da gratidão geral, foram infelizmente fogo fatuo. Semeador de escolas que se propoz ser, fazendo jús a um dos mais custosos titulos de benemerencia, pode se affirmar, sem aleivosia, que essa obra, a única que lhe poderia ter constituido verdadeiro padrão de gloria, relegou-se ao triste abandono, começando por submetter o digno e honesto professorado ao costume dos vencimentos atrazados."[155]

Desta feita, pelas críticas feitas ao Prefeito anterior, José Silvino da Costa, ficou demonstrada a descontinuidade na gestão pública, representativa do período de instabilidade político-administrativa que se seguiu à Revolução de 1930. Esta descontinuidade, por certo, foi um dos fatores a colaborar para o fechamento e desativação de unidades escolares no município.

Em 1939, o governo municipal ainda mantinha o mesmo número de escolas (cinco), enquanto havia diminuído sua participação em termos de subvenções a estabelecimentos particulares, que perfaziam 7 escolas, naquele ano. Quatro escolas particulares subvencionadas foram fechadas em 1939[156]. Em 1945, ano em que o ensino municipal voltou a registrar um aumento no número de alunos freqüentes (33,8% — Tabela 1.17.), estava funcionando mais uma escola municipal, a de nº 5, criada em 1944. Somando-se àquelas já existentes e a escola da povoação de Albuquerque, contava a cidade, então, com seis escolas municipais, sendo este também o número de escolas subvencionadas (uma a menos que no ano de 1939).

---

[154] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Secretario interino, respondendo pelo Expte. da Prefeitura Municipal Estevão Augusto Silva.* Corumbá: Grafica Matogrossense, [1935?]. p. 25-27; 30. **APE-MT**

[155] *Ibid.,* p. 16. **APE-MT**

[156] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Bel. Julio S. Muller, DD. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Interino Agostinho Thomaz Monaco.* Corumbá: [1940?]. p. 46-47. **APE-MT**

Ainda em relação à Tabela 1.17., o componente matrículas apresenta, em alguns momentos, uma variação própria quando comparada àquela apresentada acima, em termos de alunos freqüentes. O número total de alunos matriculados sofreu uma variação positiva de 13,0% entre 1933 e 1937 (passando de 2269 para 2563 alunos), vindo a decrescer nos anos seguintes, quando chegou a 2527 alunos em 1939 (-1,4% em relação ao ano anterior, 1937, uma variação menor que no caso da freqüência, para o mesmo período) e 1770 discentes matriculados em 1942 (-30,0% em relação a 1939).

Internamente, as escolas estaduais, municipais e particulares também apresentaram certas singularidades em termos de discentes matriculados, em relação ao descrito para o número de alunos freqüentes, nos períodos em que foi possível obter-se informações para a comparação. Assim, de 1933 a 1937, as escolas públicas estaduais tiveram um crescimento no número de alunos matriculados, que chegou à casa de 64,3%. Nesse mesmo período, os estabelecimentos de ensino municipal diminuíram em -22,3% suas matrículas, ficando as escolas primárias particulares com uma variação positiva de 1,4%. Desta forma, o ensino privado em Corumbá, ganhou em termos de matrículas (1,4%), ao passo que sofreu uma perda quando se observam os alunos freqüentes (-17,5%).

Para os anos de 1937/1939, tem-se que a matrícula caiu em praticamente todos os estabelecimentos de ensino primário públicas (Tabela 1.17.): -8,7% nas escolas estaduais e –7,4% nas escolas municipais. A exceção a este quadro ficou por conta dos estabelecimentos privados, que tiveram suas matrículas acrescidas em 9,0%. Nesses anos, os índices relativos às matrículas e freqüências tiveram o mesmo tipo de variação para as três modalidades de escolas primárias, isto é, sofreram queda no caso das escolas públicas e oscilam positivamente no caso da escola particular. As mesmas indagações e possibilidades explicativas levantadas para a variável freqüência são válidas também neste caso.

Entre 1939 e 1942, a crise que atingiu a cidade nos anos 20/30 refletiu-se principalmente nas escolas particulares, que perderam 47,0% dos alunos matriculados ao final da década de 30. Também os estabelecimentos municipais perderam alunos (variação negativa de 18,4%)[157]. Observa-se, contudo, que os números relativos à freqüência, ao abarcar um período maior de análise e, ao mesmo tempo, cuja data limite já se encontrava

[157] Como não foram obtidas informações para todas as escolas do ensino primário estadual, no ano de 1942, esta modalidade de estabelecimento educativo não será tratada aqui.

no final da Segunda Guerra Mundial (1939/1945), apresentaram uma variação positiva para a escola municipal de 33,8% e negativa em apenas –14,0% para o ensino particular, denotando, assim, um momento de relativa recuperação do quadro econômico-social do município.

O exame da freqüência e matrícula, colocadas lado a lado, permite ainda trazer à tona outra problemática, que apareceu também no ensino primário estadual, quando tomado em seu conjunto — a questão da evasão escolar. Algumas pistas sobre como era entendido este problema, no período estudado, apareceram nos relatórios de prefeitos e inspetores municipais de ensino, nos quais justificativas eram levantadas para explicar o fenômeno. Em primeiro lugar, era colocado em discussão o "descuido" dos pais com a instrução de seus filhos, como aparece nas palavras de Ramon L. Martinez, Inspetor do Ensino Municipal, em 1933:

> "Em algumas escolas ruraes, o movimento escolar podia ser maior. Entretanto não o é; deve-se isso ao descuido de alguns pais que ocupam seus filhos em horas de aulas, em serviços outros, geralmente de campo, vedando-os assim de obterem os conhecimentos indispensaveis de instrução primaria. Os professores — soube de fontes insuspeitas —, intercedem continuamente, ao lado dos pais e responsaveis das crianças em idade escolar, exortando-os da obrigatoriedade do ensino e não lógram, apezar disso, o numero completo de alunos de que se devia compôr as suas escolas."[158]

Luiz Feitosa Rodrigues, ocupando o mesmo cargo de Martinez no ano seguinte (1934), observava que o número de ausências não justificadas, na escola primária, já fora objeto das preocupações do governo do estado: para tal baixara o Ato n. 71, de 14 de fevereiro de 1933, que em seu artigo 1º tornava obrigatória a freqüência escolar. Ponderava o inspetor, contudo, que o governo corumbaense não tinha condições de fazer o controle da obrigatoriedade de freqüência dos alunos, nem de aplicar as punições previstas em lei contra os pais faltosos com o dever de encaminhar seus filhos aos estabelecimentos escolares[159].

---

[158] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Prefeito José Silvino da Costa.* Corumbá: Tip. Do Comercio, [1934?]. p. VI. **APE-MT**

[159] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Secretario interino, respondendo pelo Expte. da Prefeitura Municipal Estevão Augusto Silva.* Corumbá: Grafica Matogrossense, [1935?]. p. 28. **APE-MT**

A segunda questão levantada nos documentos compulsados mostrou, entretanto, que outras dificuldades, que não se prendiam à "vontade" dos pais em encaminhar seus filhos à escola, podiam estar interferindo na freqüência e ou abandono da mesma. Assim, Luis Figueiredo, comissionado pelo governo municipal para o cargo de inspetor em 1941, ao visitar as escolas rurais mistas mantidas pelo executivo estadual, constatava a existência de pelo menos cinco localidades em que não havia escolas, embora houvesse crianças dispostas a freqüentá-las: Barro Alto (distrito de Porto Esperança); Ceará e Manoel Correa (distrito de Albuquerque); parte Norte da Colônia Bracinho e Ilha de São Benedito (rio Taquari). As informações prestadas pelo inspetor em relação à localidade de Barro Alto é exemplar quanto à modalidade de dificuldade enfrentada pelos moradores dessas regiões:

> "Naquella localidade no logar denominado BARRO ALTO distante 2 klmts. (sic) mais ou menos do colegio, encontrei um nucleo de 76 meninos, todos em idade escolar mas no entanto não estão matriculados. Averiguando dos paes o porque de não terem ingressados (sic) os seus filhos ao Colegio, estes responderam que isto vinha acontecendo devido a grande distancia para os meninos comparecerem aquella casa de ensino. Disseram mais, que em Março do corrente ano quando a professora Ivone tomara posse do cargo foi pessoalmente fazer um apelo aos moradores dalli, no sentido de matricularem os seus filhos, o que não aconteceu pelo exposto acima."[160]

Assim, a inexistência de escolas em número suficiente para atender à população escolar do município[161]; as distâncias a serem percorridas pelos alunos em idade escolar, para chegarem aos estabelecimentos de ensino disponíveis e as tarefas nas quais os mesmos se envolviam para a sobrevivência familiar, eram fatores que contribuíam para explicar os índices registrados, em relação à diferença entre o número de discentes matriculados e aqueles efetivamente freqüentes nas escolas.

---

[160] CORUMBÁ. *Relatorio sobre as escolas mistas estaduais de Corumbá, apresentado ao Prefeito Municipal Octávio da Costa Marques, pelo Inspetor em comissão Luis de Figueiredo.* Corumbá: 1941. p. 1. Mimeo. **APE-MT**

[161] A demanda por novas unidades escolares gerou, inclusive, a organização de abaixo-assinados por diferentes setores da população, pedindo a criação de escolas: 1. Em 21 de dezembro de 1933, o Centro de Criadores da Nhecolândia pedia, em ofício enviado ao governo estadual, a oficialização e manutenção pela Diretoria Geral da Instrução Pública de uma escola pública primária no lugar denominado Vila Mercedes. 2. Em abaixo-assinado de 11 de agosto de 1939, encaminhado ao mesmo setor governamental acima indicado, moradores de Porto Figueira solicitavam a abertura de uma escola. 3. Em 19 de setembro de 1941, a Prefeitura de Corumbá e moradores solicitam a criação de uma escola rural mista no povoado de Manoel Correa, sugerindo que ali fosse alocada uma das 100 escolas criadas pelo Decreto n. 53, de 14 de abril de 1941. CENTRO DE CRIADORES DA NHECOLÂNDIA. *Ofício.* Corumbá: 1934.; CORUMBÁ. Moradores

Além disso, outros dois obstáculos apontados no relatório de Luis Figueiredo, na inspeção realizada em 1941, davam conta que:

> "No districto de Paz de S. ROSA existe tanbem (sic) ali uma escola creada pelo Governo, dependendo somente da nomeação de professores. Alem de outras dificuldades que existem contra a boa marcha em torno da instrução desses colegios, a principal é a falta de material de expediente escolar, onde observei que mais de 90% dos alunos desses colegios são filhos de paes pauperrimos."[162]

A questão do material escolar, bem como da infra-estrutura, também foi levantada pelo Inspetor do Ensino Municipal Luiz Feitosa Rodrigues, em 1934, em relação às escolas mantidas pelo município:

> "Pelo arrolamento do material existente nas escolas municipais, neste relatorio consignado, por certo vereis que as mesmas estão insuficientemente aparelhadas para o fim a que se destinam. *O numero de carteiras não comporta a frequencia dos alunos, estando todas as escolas municipais desta cidade super-lotadas.* A falta de mapas para o estudo da geografia, da historia natural e do sistema metrico, bem como a de solidos geométricos (sic) para o estudo da geometria, dificulta o ensino dessas materias, sendo de admirar o esforço e a proficiencia dos professores que, assim desaparelhados, teem obtido apreciaveis resultados de aproveitamento de seus alunos."[163] (Os grifos são nossos)

Não sendo esse desaparelhamento material da escola pública, contudo, um problema de solução rápida, deve ter permanecido em outras gestões, agravando assim as dificuldades do alunado para a freqüência nos estabelecimentos de ensino primário, em Corumbá. Quanto à dificuldade para a nomeação e permanência dos professores em seus postos, principalmente em escolas rurais, esteve presente na cidade o mesmo quadro já apontado em todo o estado de Mato Grosso. Agravando ainda mais a situação profissional dos professores, havia também o déficit fiscal permanente dos executivos estadual e municipais nesses anos, sobretudo até 1937, que levou ao atraso freqüente e mesmo ao não-pagamento dos salários do funcionalismo[164].

---

de Porto Figueira. *Abaixo-assinado.* Corumbá: 1939.; CORUMBÁ. Prefeitura de Corumbá. *Abaixo-assinado.* Corumbá: 1941. **APE-MT**

[162] CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Sr. Dr. Prefeito Municipal em cumprimento a Portaria n. 38 de 5 de maio p. passado pelo Fiscal Geral desta Repartição Luis de Figueiredo.* Corumbá: 1941. p. 3. Mimeo. **APE-MT**

[163] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Secretario interino, respondendo pelo Expte. da Prefeitura Municipal Estevão Augusto Silva.* Corumbá: Grafica Matogrossense, [1935?]. p. 27. **APE-MT**

[164] Cf. *Ibid.,* p. 16. **APE-MT**

Sobre a organização didático-pedagógica das escolas existentes em Corumbá, é possível destacar algumas inferências quanto aos estabelecimentos públicos municipais[165], principalmente a partir das informações levantadas por Luiz Feitosa Rodrigues, que ocupou o cargo de Inspetor do Ensino Municipal na cidade[166]. A situação apontada nos relatórios deste funcionário municipal em 1934 indicava que, por um lado, a instrução primária nas escolas municipais ainda estava organizada a partir do princípio de liberdade de cátedra, ou seja, ainda estava colocada nas mãos do professor a iniciativa da escolha do material didático e método de ensino a ser utilizado em sala de aula. Simultaneamente, por outro, com o uso cada vez mais generalizado dos manuais didáticos, o professor acabaria por sujeitar-se àqueles livros disponibilizados para seus alunos. Assim,

> "Reina a maior promiscuidade nas escolas municipais, em assunto de livros didaticos e de ortografia. Numa mesma classe se encontram livros de dois ou tres autores diferentes, tomando um tempo precioso ao professor que se vê forçado a dar aulas individuais, em vez de coletivas, prejudicando assim a boa norma de ensino.(...) Outro motivo de balburdia nas escolas é a ortografia. Muitos livros didaticos estão escritos pela ortografia mixta e outros pela simplificada."[167]

A proposta apresentada pelo inspetor visava uniformizar a perspectiva didático-pedagógica adotada nas escolas municipais, fosse pelo uso do mesmo material didático em todas as escolas (uniformização dos livros escolares), ou pelo uso da ortografia simplificada[168] em todos os estabelecimentos. Tal uniformização somente poderia realizar-

---

[165] Em relação às escolas públicas estaduais, valem as observações já levantadas sobre o tema quando foi analisado o ensino público no estado em seu conjunto.

[166] Anos 1934/1935, governos Nicola Scaffa e Estevão Augusto Silva. O mesmo funcionário foi o responsável pelas informações encontradas sobre a instrução pública entre 1937/1939, já no cargo de Secretário da Prefeitura, quando os mesmos cidadãos citados acima voltaram a comandar o executivo municipal. Na gestão de Agostinho Thomaz Monaco (1939/1940), Luiz Feitosa Rodrigues ainda seguiu ocupando a secretaria da prefeitura. Cf. CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Bel. Julio S. Muller, DD. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Interino Agostinho Thomaz Monaco.* Corumbá: [1940?].; CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Secretario interino, respondendo pelo Expte. da Prefeitura Municipal Estevão Augusto Silva.* Corumbá: Grafica Matogrossense, [1935?].; CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Bel. Julio S. Muller, DD. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Interino Estevão Augusto Silva.* Corumbá: [1938?].; CORRÊA, Valmir Batista. *Corumbá:* um esboço histórico... 30-31. **APE-MT**

[167] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Secretario interino, respondendo pelo Expte. da Prefeitura Municipal Estevão Augusto Silva.* Corumbá: Grafica Matogrossense, [1935?]. p. 28-29. **APE -MT**

[168] A ortografia simplificada, também chamada ortografia etimológica, procura preservar na grafia das palavras as letras fundamentais da língua de origem, sua etimologia, portanto. Já a ortografia mista funde organicamente o princípio acima descrito, da ortografia etimológica mas também faz uso da ortografia fonética. Esta última, ao grafar as palavras, utiliza apenas as letras correspondentes aos sons ou fonemas. Por

se pela intervenção do poder público neste sentido, por meio da escolha de uma comissão para proceder à avaliação dos livros didáticos a serem utilizados nas escolas, ou pela imposição do uso de um modelo ortográfico comum em todas elas.

Essas mesmas medidas foram reforçadas nos anos seguintes, visando sempre a organização e uniformização das escolas municipais[169]. Assim, as portarias n°[os] 15, 18 e 38, de 1938, normatizavam vários aspectos da atividade escolar, como o número de alunos a serem matriculados nas escolas municipais; o horário e meses de funcionamento dos estabelecimentos escolares; os livros a serem adotados nos mesmos; a forma de exposição das disciplinas e, em especial, de uma nova matéria, recém-integrada ao currículo, a Educação Física[170]. Sobre os livros escolares a serem utilizados nas escolas municipais, constavam da relação da prefeitura:

> "Grámatica (sic) Expositiva Elementar de Eduardo Carlos Pereira.
> Aritmética Elementar de F.T.D.
> História do Brasil (Minha Pátria), de J. Pinto da Silva.
> Ciências Naturais e Físicas do Dr. Felicissimo Rodrigues Fernandes.
> Livro de Leitura Ciências Sociais de Ariosto Espinheira."

Desta forma, o poder municipal passava a organizar o trabalho didático no interior de suas escolas.

Essa organização foi simultânea à efetivação de um novo serviço municipal, a Inspetoria Municipal de Educação. Esta já fora criada pelo art. 49 da Resolução nº 19, de 6 de março de 1920, como função não-remunerada — seguindo, nestes termos, o exemplo estadual, em que o inspetor distrital também não percebia vencimentos. Segundo os relatórios dos chefes do executivo municipal no período 1930/1945, este serviço não funcionou com a regularidade desejada. Em 1931, o então prefeito municipal João Leite de Barros, declarava que

> "Tem-se feito sentir a necessidade de um inspetor do ensino municipal, cujas atribuições estão expressas no regulamento que rege as nossas escolas. A ação desse funcionario influenciará certamente no melhor

---

isso também é chamada de ortografia sônica. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda... p. 1007-1008. Como se sabe, somente os Acordos de 1943, para o Brasil, e de 1945, para Portugal, vieram dar uma uniformidade à ortografia. Vide COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica...* p. 71-80.

[169] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Bel. Julio S. Muller, DD. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Interino Estevão Augusto Silva.* Corumbá: [1938?]. p. 63-64. **APE-MT**

[170] "Tendo sido creadas aulas de educação física, antes de se iniciarem os exercícios solicitei, pelo oficio nº 58 de 23 de Fevereiro de 1938, do Dr. Carlos Eiras Junior, o necessario exame de todas as crianças, afim de serem conhecidas quais em condições (sic)." *Ibid.,* p. 64. **APE-MT**

> aproveitamento dos alunos e na maior regularidade do funcionamento das escolas, já velando pela fiel execução do programa de ensino, já providenciando sobre as necessidades materiais das escolas."[171]

O prefeito municipal previa, ainda, a remuneração deste funcionário, por meio de gratificação.

Nos anos seguintes, há registros de funcionamento da inspetoria entre 1932 e meados de 1935, com a existência de relatórios dos respectivos ocupantes do cargo. Não foram encontradas informações, contudo, sobre a remuneração ou não desse funcionário, nestes anos; enquanto no relatório do governo de João Baptista de Oliveira Motta (15 de outubro de 1935 a 13 de março de 1937) já não foi registrada sequer a presença deste funcionário. Seus sucessores imediatos na gestão municipal — Nicola Scaffa e Estevão Augusto Silva — informavam que

> "(...) não foi encontrado quem desejasse ocupá-lo [cargo de inspetor municipal de ensino] e disso decorre uma grande dificuldade ao administrador que tem de se desdobrar mais nesse trabalho, e daí a razão de, na tabela nº 11, ter feito figurar uma gratificação anual de 3:600$ para ser paga á (sic) pessoa que desempenhar esse cargo."[172]

Essa nova rubrica de despesa estava prevista para o orçamento de 1939, muito embora só tenha aparecido, enquanto tal, no balanço referente ao ano de 1940, tendo sido desde então incorporada como cargo comissionado da Prefeitura de Corumbá[173]. Assim, pode-se concluir que entre 1935 e 1939 a inspetoria municipal não funcionou a contento no município, sendo esta uma dificuldade para a fiscalização e continuidade do processo organizacional em gestação nas escolas de instrução primária municipais.

---

[171] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr Arthur Antunes Maciel D. Interventor Federal, em 30 de Novembro de 1931, pelo Prefeito Municipal Dr. João Leite de Barros.* Corumbá: Tip. Do Comercio, [1931?]. p. 12. **APE-MT**

[172] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Bel. Julio S. Muller, DD. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Interino Estevão Augusto Silva.* Corumbá: [1938?]. p. 64. **APE-MT**

[173] Cf. CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Bel. Julio S. Muller, DD. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Interino Agostinho Thomaz Monaco*. Corumbá: [1940?]. p. 46 ss.; CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Exercicio de 1940.* [Corumbá: 1941].; CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Exercicio de 1941:* balanço da receita e despesa. [Corumbá: 1943].; CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Exercicio de 1942.* [Corumbá: 1944].; CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Exercicio de 1943*: balanço financeiro. [Corumbá: 1945].; CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Marcelo Moreira, DD. Interventor Federal, pelo Prefeito Arthur Affonso Marinho.* Corumbá: 1944-1945. **APE-MT**

7. O ensino médio em Corumbá

Em relação ao ensino médio — secundário, normal e comercial —, as escolas existentes em Corumbá nesse período não eram, na sua maioria, estabelecimentos novos, mas, fruto de experiências escolares anteriores. Destas, três irão destacar-se: no campo oficial, o Ginásio Maria Leite e, no campo particular, os Colégios Salesianos Santa Teresa e Imaculada Conceição[174].

O Ginásio Maria Leite[175] surgiu como um pequeno estabelecimento particular em março de 1918, por iniciativa da Professora Maria Leite Pedroso de Barros, com o objetivo de ministrar aulas avulsas de matérias do curso secundário, sob a responsabilidade daquela professora e de Henrique Lopes Valle. O aumento da procura por matrícula nesta escola deu ensejo à fundação da Sociedade de Instrução Corumbaense, que também contou com a participação de Cyriaco Felix de Toledo[176], a 2 de junho do mesmo ano, como mantenedora do recém-denominado Gymnasio Corumbaense[177].

Entre o ano de sua fundação, 1918 e o ano de 1925, o Gymnasio Corumbaense permaneceu como estabelecimento privado, até que foi encampado pelo governo municipal, pela Resolução nº 14, de 21 de janeiro de 1925. Permaneceu nesta condição até 1927, quando, segundo Salustiano Antunes Maciel, intendente municipal empossado a 10 de janeiro daquele ano,

> "Logo ao assumir o cargo de Intendente, foi objecto de minhas primeiras cogitações uma solução qualquer tendente a amparar de alguma fórma o ensino secundario, então prestes a ser golpeado n'esta cidade pela impossibilidade do Municipio poder custear as despesas de um gymnasio dadas as exigencias do novo regulamento de ensino, especialmente quanto

---

[174] Este último, cujo nome oficial não vem acompanhado pela cognominação "Salesiano", era dirigido pela Filhas de Maria Auxiliadora, ala feminina da Ordem Salesiana.

[175] MATO GROSSO. Diretoria Geral da Instrução Pública. *Relatório do Ginasio Maria Leite do ano letivo de 1938.* Corumbá: 1938. p. 2-3. **APE-MT**

[176] É interessante observar que Cyriaco Felix de Toledo veio a ocupar a Intendência Municipal em duas ocasiões, desde o episódio de fundação do Gymnasio Corumbaense: em 1919-1920 e em 1924 (em dois períodos deste último ano e, posteriormente, até 1926). Este fato com certeza contribuiu para a manutenção dos subsídios do poder público municipal a esta estabelecimento de ensino. Cf. CORRÊA, Valmir Batista. *Corumbá:* um esboço histórico... p. 30.

[177] Mais tarde, em 1928, pretextando uma homenagem à fundadora do estabelecimento, foi dado ao mesmo o nome de Maria Leite. MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*... p. 169.

> a manutenção da sinecura de um fiscal do Governo Federal com ordenados de 1:5000$000 mensaes."[178]

A solução encontrada pelo executivo municipal para esse impasse foi a substituição do Gymnasio Corumbaense — isto é, do curso secundário — pelo ensino comercial, com a criação da Escola de Commercio de Corumbá, funcionando numa sala do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, sob a direção de José de Souza Damy. Segundo as declarações do Intendente Municipal, tal curso justificava-se diante da necessidade de habilitar profissionais guarda-livros na cidade; o que certamente veio ao encontro de expectativas dos responsáveis pelas atividades mercantis estabelecidas no município. Da mesma forma, a dotação orçamentária destinada pelo governo estadual ao antigo Gymnasio Corumbaense, que chegava a 10:000$000 em 1927, foi transferida a esta nova iniciativa do governo municipal.

Tal iniciativa, contudo, parece não ter tido duração prolongada, pois já em 1929, ainda na gestão de Salustiano A. Maciel, o relatório enviado à Câmara Municipal no final deste ano[179], apresentava a prestação de contas das despesas efetuadas pelo município em relação ao Colégio Maria Leite. Neste sentido, a municipalidade firmou um contrato com o diretor e proprietário do estabelecimento, José de Souza Damy, no sentido de transformar a referida escola em Ginásio Maria Leite, equiparado ao Colégio Pedro II. Pela Resolução nº 24, de 26 de novembro de 1929, que considera Ginásio Municipal o Colégio Maria Leite, a municipalidade obrigava-se a manter o estabelecimento nas condições exigidas pelo Departamento Nacional de Ensino, visando a sua equiparação, despendendo a quantia máxima de 20:000$000 neste mister. Não é feita nova menção, nesse documento, à existência da Escola Municipal de Commercio.

Nova fase desse estabelecimento de ensino iniciou-se em 1935, quando o Ginásio Municipal Maria Leite foi novamente oficializado e passou a ser inteiramente administrado pelo município, funcionando em definitivo nas dependências do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque[180]. Esta última fase, também transitória, findou-se em 1937, quando a Lei nº

---

[178] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado á Camara Municipal em sua sessão de 8 de novembro de 1927 pelo Intendente Geral Salustiano A. Maciel.* Corumbá: Sequeira & Cia., [1927]. p. 11. **APE-MT**

[179] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado á Camara Municipal em sua sessão de 14 de novembro de 1929 pelo Intendente Geral Salustiano A. Maciel.* Corumbá: Sequeira & Cia., [1929]. p. 10-11; 29-30. **APE-MT**

[180] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Prefeito Major João Baptista de Oliveira Motta.* São Paulo: Tip. Paulista, [1937?]. p. 16-22. **APE-MT**

97, de 9 de outubro, criava o Ginásio Maria Leite, estabelecimento de ensino secundário estadual, organizado nos moldes do Colégio Pedro II e do Liceu Cuiabano[181]. Desta forma, o Ginásio Estadual Maria Leite, juntamente com os Liceus Campograndense e Cuiabano, permaneceram até meados dos anos 40 como as três escolas secundárias mantidas pelo governo estadual em Mato Grosso.

Em relação à dinâmica interna desse estabelecimento no período, alguns dados foram trazidos à luz graças aos relatórios de seus dirigentes, quando já era escola pública. O primeiro deles, datado de 1935, quando era diretor do Ginásio Maria Leite o professor Ramon Leopardo Martines, informava sobre as duas maiores dificuldades para o funcionamento dessa escola: a falta de professores e a precariedade de suas instalações físicas. Desta forma,

> "Ressente-se este educandario de deficiencia de professores para regerem suas diversas cadeiras, em vista da exigencia do Departamento Nacional de Ensino de serem as diversas materias lecionadas por professores registrados naquele Departamento."
>
> "Deste estabelecimento primario [prédio do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque], ocupamos a quasi totalidade de seu imobiliario, muito do qual já um tanto antigo e pouco condizente com as necessidades de um Curso Secundario. [...] Outras instalações que estão a reclamar com urgencia o muito que nelas falta, são as onde funcionam os rudimentaríssimos laboratorios de Quimica, Fisica e Historia Natural. Nessas secções falta quasi tudo; aparelhos e outros materiais de primeira necessidade aí não existem."[182]

Quanto às instalações físicas, os mesmos problemas eram relatados ainda em 1938, primeiro ano de funcionamento da escola sob a responsabilidade do governo estadual. Seu diretor naquele ano, Waldemir de Albuquerque, citava em seu relatório anual duas dezenas de reparos urgentes a serem iniciados no edifício em que funcionavam o Ginásio e o Grupo Escolar, sob pena de ver-se uma parte do imóvel ruir. Da mesma forma, encontrava-se o

---

[181] MATO GROSSO. Instituto Memória do Poder Legislativo - Assembléia Legislativa de Mato Grosso. *Cópia da legislação referente ao ano de 1937, publicada no Diário Oficial*. [Cuiabá: 19--?]. p. 37-38. **IMPL-MT**

[182] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Prefeito Major João Baptista de Oliveira Motta.* São Paulo: Tip. Paulista, [1937?]. p. 18-19. **APE-MT** É de interesse destacar que o relatório do Prefeito Major João Baptista de Oliveira, quando tratou da instrução pública no município de Corumbá, dedicou grande parte de suas observações à instrução secundária, tenso sido este também o setor que recebeu o maior percentual de investimentos municipais naquele ano, como será visto em parte posterior deste trabalho.

material escolar, em precárias condições de uso, além de ser insuficiente. Lembrava ainda o diretor que

> "Com a encampação dêste educandário pelo Estado, só teve que aumentar o número de alunos, pelas razões seguintes: 1ª) ter o Estado maior probabilidade de manter um estabelecimento de ensino, curso secundário, como é êste Ginásio; 2ª) mantendo o Estado qualquer educandário, êste não terá os rigores religiosos, com os quais se caracteriza quaisquer colégios mantidos por religiosos, que aliás, existem dois nesta cidade; e 3ª) um duplo controle, quer por parte da União, com a Inspetoria do Ensino, subordinada à Divisão do Ensino Secundário, quer pelo Estado. (...) Independente de existirem mais dois estabelecimentos, o que possue presentemente maior número de alunos matriculados no curso secundário é este Ginásio; os outros têm, além do curso primário, o secundário e o comercial. E, se for melhorado o edifício, material escolar, etc. no próximo ano a matricula nêste Educandário será duplicada."[183]

Não se tem notícia de quais seriam os "rigores religiosos" citados pelo referido diretor, já que o ensino religioso era permitido, mesmo nas escolas oficiais, embora sendo facultativo (Decreto nº 25, de 5 de janeiro de 1937, que regulamenta o ensino de religião nas escolas oficias do Estado)[184]. Outras dificuldades, contudo, poderiam existir para a freqüência nas escolas particulares, como a mensalidade cobrada nesses estabelecimentos, particularmente nos momentos de maior crise sócio-econômica na cidade, no final da década de 30 e primeira metade dos anos 40. É importante lembrar, entretanto, que as escolas secundárias oficiais tampouco eram estabelecimentos gratuitos nesse período de sua existência, como já comentado anteriormente. Em 1935, o diretor Ramon Leopardo Martines registrava um total de 13 discentes com direito a gratuidade, entre o total de alunos que freqüentavam o estabelecimento (cerca de 70); este número, segundo o mesmo relatório, só se elevara devido a uma concessão do poder público municipal, frente às condições de pobreza e incapacidade material desses alunos e suas famílias, já que somente dez alunos, em condições normais, teriam direito ao benefício.

Ainda em 1938, Waldemir de Albuquerque retornava ao mesmo tema do pagamento das taxas referentes ao curso secundário. O diretor citava as seguintes contribuições: 1. Taxa de matrícula, no valor de 30$000, a ser paga em selos estaduais; 2. taxa de freqüência

---

[183] MATO GROSSO. Diretoria Geral da Instrução Pública. *Relatório do Ginasio Maria Leite do ano letivo de 1938*. Corumbá: 1938. p. 5-6. **APE-MT**

[184] MATO GROSSO. Instituto Memória do Poder Legislativo - Assembléia Legislativa de Mato Grosso. *Cópia da legislação referente ao ano de 1937, publicada no Diário Oficial*. [Cuiabá: 19--?]. p. 36. **IMPL-MT**

mensal, variando para cada série do curso. Quaisquer alunos isentos parcial ou totalmente desses emolumentos, só o seriam mediante expressa autorização do chefe do executivo estadual, no caso em questão, o interventor nomeado pelo governo federal[185]. Da mesma forma, aqueles que estivessem inadimplentes com os pagamentos mensais não poderiam realizar as provas parciais, que totalizavam quatro exames por ano; 3. taxa de expediente, paga à Mesa de Rendas cada vez que uma mensalidade era quitada, à razão de 1$000. Além destes gastos diretos, havia ainda gastos indiretos, quais sejam, a manutenção do uniforme padrão do colégio, determinado pela diretoria; a compra de material escolar de uso individual, etc.

Todas as particularidades da trajetória desse estabelecimento e do ensino secundário na cidade e em Mato Grosso, no contexto do período ora analisado, podem ser enumeradas para explicar a variação das matrículas neste grau de ensino, conforme demonstra a Tabela 1.18.

Tabela 1.18. - Matrículas no ensino secundário público em Corumbá - 1931-1942

Ano (1)	Ginásio Maria Leite	Variação relativa
1931.....	128	100,0
1933.....	112	87,5
1935.....	62	54,4
1936.....	82	132,3
1937.....	79	96,3
1938.....	104	131,6
1939.....	102	98,1
1942.....	84	82,4

(1) Entre 1929 e 1935, o Ginásio Maria Leite era uma escola particular, embora recebendo subvenção do governo municipal.
Fontes: MATO GROSSO, 1938: 6.; MATO GROSSO, 1942: 19.; MATO GROSSO, 1940: 14.; CORUMBÁ, [1931?]: 11.; CORUMBÁ: Anexo.

As porcentagens resultantes do exame da variação nas matrículas do Ginásio Maria Leite, entre 1931 e 1942, mostraram dois momentos de expansão do corpo discente desta escola. O primeiro, em 1936, quando as matrículas cresceram 32,3% em relação ao ano anterior, seguiu-se à encampação do estabelecimento pelo poder público municipal, acontecida em 1935.

[185] Este dispositivo foi regulamentado posteriormente pelo Decreto-Lei nº 254, de 15 de março de 1939.

O segundo, em 1938, apresentou um acréscimo de 31,6% no número de alunos matriculados, quando o mesmo estabelecimento passou a ser um ginásio público estadual. Uma possível explicação para o aumento das matrículas naqueles momentos pode ser o maior afluxo de alunos carentes, com direito à isenção total de taxações, prática esta facilitada pela oficialização dessa escola. Simultaneamente, os rigores da crise fizeram-se sentir nos primórdios dos anos 30, provocando um movimento de decréscimo de alunos matriculados num grau de ensino já bastante elitizado. De outra forma, esta diminuição registrou-se, porém em grau bem menos acentuado, também nos anos de 1937 (-3,7%), 1939 (-1,9%) e 1942 (- 17,6%), mesmo quando o estabelecimento já era público.

Sobre os estabelecimentos particulares (Tabela 1.19.), ambos escolas confessionais dirigidas por missionários salesianos, o primeiro deles, o Ginásio e Escola Normal Imaculada Conceição, iniciou suas atividades em fevereiro de 1904, voltados às discentes do sexo feminino.

Tabela 1.19. - Matrículas nos ensinos secundário, normal e comercial privado em Corumbá - 1931-1942

Ano	Colégio Salesiano Santa Teresa	Colégio Imaculada Conceição
1931.....	131	190
1933.....	196	207
1935.....	256	nd
1936.....	243	nd
1937.....	279	nd
1938.....	275	nd
1939.....	279	nd
1942.....	250	300
1943.....	246	nd
1944.....	228	nd
1945.....	288	nd

Fontes: MATO GROSSO, 1942: 4.; CORUMBÁ. [1931?: 11.; CORUMBÁ, [1934?]: Anexo.; MANFROI, 1997: 70.

O outro estabelecimento de ensino salesiano era uma escola masculina — o Colégio Santa Teresa —, que iniciara suas atividades em 4 de abril de 1899, com o curso primário.

A partir de 1914, começou a funcionar neste último estabelecimento também o curso ginasial, ao qual veio acrescentar-se a Escola Comercial Santa Teresa, em 1932[186].

Os dados da Tabela 1.19., embora apresentem o número total de alunos matriculados nesses estabelecimentos, não discriminando-os pelos cursos secundário, normal e comercial, acompanham, em termos de variação, a tendência já demonstrada anteriormente para a escola privada, no ensino primário. Assim, existiu uma variação positiva no número de discentes matriculados entre 1931 e 1937, sucedida por decréscimo nos anos seguintes, correspondente ao período abrangido pela Segunda Guerra Mundial (1939 a 1944), com exceção do ano de 1945, quando as matrículas voltaram a subir.

8. O financiamento do ensino público em Corumbá

São apresentados a seguir, na Tabela 1.20., os dados referentes aos recursos aplicados pelo poder público municipal, em relação às escolas primárias, de 1931 a 1945; também em relação ao Ginásio Maria Leite, de 1931 a 1934, quando este estabelecimento ainda recebia subsídios do governo municipal, e de 1935 a 1937, período em que passou à categoria de escola pública municipal. A partir de 1938, com a sua encampação pelo governo estadual, o Ginásio Maria Leite deixa de receber verbas da Prefeitura Municipal de Corumbá. Esta tabela apresenta, também, o percentual aplicado na educação pelo governo municipal, em relação ao conjunto de despesas realizadas pelo município.

Algumas observações preliminares fazem-se necessárias para o exame dos dados apresentados. Inicialmente, a forma de apresentação dos balanços — que em geral não ocupava mais que uma página dos relatórios municipais — modificou-se ao longo desses anos. Assim, esses documentos perderam seu formato anterior, correspondente a uma listagem descritiva simplificada das contas públicas, para adotarem novos modelos, vigentes sobretudo a partir do Estado Novo. A característica dos balanços que viriam a ser apresentados, desde então, era serem bem mais detalhados, compostos de várias tabelas distintas, em que a visualização dos diversos setores dos investimentos públicos estava

[186] PÉREZ, Angela Maria. Os salesianos em Corumbá e Ladário. In: COSTA, Paulino Lopes da (Org.). *O profeta do Pantanal*... p. 62-63.

destacada e pormenorizada, denotando também uma maior complexidade das tarefas englobadas, a partir destes anos, pela ação estatal.

Tabela 1.20. - Recursos públicos aplicados em educação no município de Corumbá - 1930-1945

Ano [1]	Ensino primário	Ensino secundário	Subvenções	**TOTAL**	**%[2]**
1931.....	38:440$432	nd	nd	**38:440$432**	**2,9**
1933.....	84:810$380	nd	nd	**84:810$380**	**6,9**
1934.....	nd	nd	nd	**82:267$200**	**5,8**
1935.....	45:401$000	45:817$700	nd	**91:218$700**	**6,1**
1936.....	35:373$500	54:111$100	nd	**89:484$600**	**6,5**
1937.....	60:023$300	62:302$900	nd	**122:326$200**	**8,7**
1938.....	63:241$300	0	nd	**63:241$300**	**4,4**
1939.....	45:671$500	0	11:910$000	**57:581$500**	**5,0**
1940.....	47:142$400	0	15:646$000	**62:788$400**	**6,1**
1941.....	44.119,60	0	14.220,00	**58.339,60**	**4,7**
1942.....	44.301,70	0	15.040,00	**59.341,70**	**5,3**
1943.....	57.513,20	0	15.240,00	**72.753,20**	**3,9**
1945.....	83.213,50	0	15.240,00	**98.453,50**	**3,3**

(1) Valores em mil réis entre 1931 e 1940; valores em cruzeiros entre 1941 e 1945.
(2) Despesas realizadas na área educacional, em comparação com o total das despesas do município.
nd – informação não disponível
Fontes: CORUMBÁ [1931?]: Anexo.; CORUMBÁ, [1934?]: Anexo.; CORUMBÁ, [1935?]: Anexo.; CORUMBÁ, [1937?]: Anexos.; CORUMBÁ, [1938]: Anexos.; CORUMBÁ, [1940?]: 62-63.; CORUMBÁ, [1942.].; CORUMBÁ, [1944.].; CORUMBÁ, 1944-1945: Anexos.

Outra ressalva a ser feita diz respeito à vinculação constitucional de recursos para a educação pública, vigente entre 1934 e 1937, antes do Estado Novo. A Constituição Federal de 1934 estabelecera em 10,0% o percentual da arrecadação municipal a ser aplicado no "serviço de educação"[187], sem especificar exatamente que este emprego deveria abranger exclusivamente o ensino público. Neste sentido, o relatório que demonstrou as contas públicas municipais relativas ao ano de 1934[188], declarava:

[187] ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*... p. 129.

> "Podemos dizer, sem medo de errar, que o nosso Municipio é no Estado, o que dispende a maior parcella com a instrucção, quasi 15% de sua receita é empregada nesse mister, quando a Constituição Federal marca o minimo de 10%. (...) Mas esse pendor pela instrucção vem já de longinquas administrações."

A prestação de contas relativa ao ano de 1936 também afirmava o mesmo, concluindo que 13,0% da receita municipal havia sido utilizada na instrução, primária e secundária[189]. Os montantes declarados como base para este cálculo, contudo, consideravam apenas a renda ordinária da cidade, conforme prescrevia o texto constitucional, receita esta proveniente da arrecadação de taxas e impostos, excluído o item relativo à cobrança da dívida ativa.

Esta mesma ressalva pode ser levantada em relação a uma outra espécie de vinculação orçamentária de recursos para a educação pública municipal, assumida pelo poder executivo. por meio de um convênio assinado com o governo estadual, em 10 de novembro de 1943, no qual

> "(...) o Município assumiu com o Estado o compromisso de aplicar no ano de 1944 pelo menos dez por cento (10%) da renda proveniente dos seus impostos no desenvolvimento do Ensino Primário, elevando-se essa porcentagem mínima a 11, a 12, a 13, a 14 e a 15 por cento nos anos de 1945, 1946, 1947, 1948 e 1949 e mantendo-se nos anos posteriores essa porcentagem mínima desse último ano."[190]

Nos dois casos, portanto, os índices apresentados não demonstravam o lugar ocupado pelas despesas com educação frente a outras contas da prefeitura local. Em vista disso, na Tabela 1.20., a análise percentual dos gastos efetuados com a educação pelo município foi comparada ao montante total das despesas efetuadas pela administração da cidade de Corumbá no período, para chegar-se a quanto, em termos relativos, foi gasto com a instrução.

Outra particularidade ocorreu no balanço disponível para o ano de 1931, por exemplo, que, ainda bastante simplificado, não relacionou todas as despesas com a

---

[188] CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Secretario interino, respondendo pelo Expte. da Prefeitura Municipal Estevão Augusto Silva.* Corumbá: Grafica Matogrossense, [1935?]. p. 16. **APE-MT**

[189] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Prefeito Major João Baptista de Oliveira Motta.* São Paulo: Tip. Paulista, [1937?]. p. 23. **APE-MT**

[190] CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Marcelo Moreira, DD. Interventor Federal, pelo Prefeito Arthur Affonso Marinho.* Corumbá: 1944-1945. p. 25. **APE-MT**

instrução pública num mesmo item. Nesse ano, usando outra sistemática, o pagamento dos professores em exercício nas escolas municipais foi incluído em outra rubrica, junto com as verbas gastas no pagamento de todo o funcionalismo municipal, rubrica esta que se denominou "Vencimento dos funcionarios municipais". Disto resultou um percentual sensivelmente menor de investimentos no setor educacional naquele ano (2,9%), quando a média histórica para esse início dos anos 30, sobretudo até a implantação do Estado Novo — 1937 —, alcançou 6,8%, oscilando entre os valores de 5,8 e 8,7%. Este item, contudo, passou a ganhar maior visibilidade nos balanços posteriores, constituindo-se o pagamento dos professores municipais, nas prestações de conta seguintes, como parte dos gastos municipais relativos à educação.

Outro componente dos gastos públicos que merece destaque é aquele relativo às subvenções. O poder público municipal, em todos esses anos, manteve escolas públicas subvencionadas, sobretudo nas áreas suburbanas e rurais da cidade, além do financiamento do Ginásio Maria Leite, nos anos em que esta escola era particular. O entendimento sobre o caráter complementar dos estabelecimentos particulares subvencionados foi reforçado pelo prefeito municipal João Leite de Barros, em seu relatório de 1931:

> "Se ao Municipio não fôr possivel instalar escolas nessas localidades [Porto Esperança e Fazenda Firme], é pensamento desta Prefeitura subvencionar as escolas particulares que nelas forem abertas."[191]

Esta proposta do poder público municipal em relação ao ensino subvencionado certamente contribuiu para a sua propagação nos anos seguintes, principalmente na primeira metade dos anos 30. À medida que avançou a expansão do ensino público estadual, sobretudo nas áreas rurais, a partir de 1938, decresceu o número de escolas subvencionadas. É possível acompanhar estas análises sobre a variação do número de escolas primárias subvencionadas no Gráfico 1.2., apresentado a seguir.

Outros fatores que poderiam explicar a queda e posterior manutenção do número de estabelecimentos particulares subvencionados estiveram relacionados com os próprios critérios para a concessão dos subsídios públicos. Principalmente nos primeiros anos da década de 30, foram encontradas menções sobre o caráter "arbitrário" com que eram

---

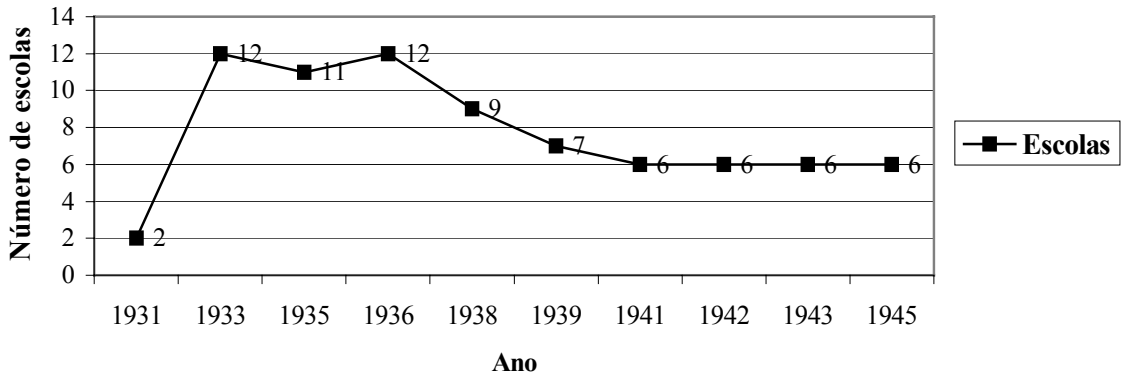
[191] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Dr Arthur Antunes Maciel D. Interventor Federal, em 30 de Novembro de 1931, pelo Prefeito Municipal Dr. João Leite de Barros.* Corumbá: Tip. Do Comercio, [1931?]. p. 12. **APE-MT**

distribuídas as verbas públicas, sem atentar-se para o alcance dos resultados obtidos com tais medidas. A isso acrescentava-se, ademais, a dificuldade em manter uma fiscalização eficiente sobre o trabalho desenvolvido por aqueles estabelecimentos:

> "Afóra a subvenção concedida em Dezembro de 1925 á Escola '21 de Setembro' e que desde 1928 é de 150$000 mensais, as demais subvenções foram concedidas arbitrariamente, isto é, sem a observação de nenhum criterio. Assim é que escolas com a frequencia de pouco mais de 20 alunos gosam de subvenção igual ás que são frequentes por 50 alunos ou ás vezes mais." [192]

> "As escolas rurais subvencionadas pelo Municipio não apresentam a eficiencia que era de se esperar, por se acharem instaladas a grandes distancias desta cidade, tornando a sua fiscalização dificil e dispendiosa."[193]

Gráfico 1.2. - Escolas primárias particulares subvencionadas - Corumbá - 1931 a 1945



Fontes: CORUMBÁ, 1931: 11.; CORUMBÁ, 1934.; CORUMBÁ, 1935: 25-27.; CORUMBÁ, 1936.; CORUMBÁ, 1939.; CORUMBÁ, 1940: 46-47.; CORUMBÁ, 1943: 37.; CORUMBÁ, 1944: 46.; CORUMBÁ, 1944: 47; CORUMBÁ, 1944-1945.

O "arbítrio" constatado nesses relatórios, muito provavelmente, estava relacionado ao atendimento de reivindicações políticas na utilização do erário público. Assim, em 1934, Luiz Feitosa Rodrigues, inspetor do ensino municipal, ao relacionar as escolas subvencionadas, deixou evidenciado que as concessões haviam sido feitas dentro dos

---

[192] CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Secretario interino, respondendo pelo Expte. da Prefeitura Municipal Estevão Augusto Silva.* Corumbá: Grafica Matogrossense, [1935?]. p. 29. **APE-MT**

parâmetros legais estabelecidos[194], embora classificadas como "arbitrárias". Da mesma forma, não se descartara a concessão de outros tipos de benefícios para estas escolas, como a construção de prédios próprios, citando-se como exemplo o que foi construído para a Escola 21 de Setembro, em 1933[195]; ou subsídios não-monetários, como aquele solicitado por essa mesma escola em 1941, ao governo estadual, visando complementar as verbas municipais, consistindo na nomeação de uma professora paga pelo Estado, para a regência da seção feminina do estabelecimento[196].

A partir de 1937, outros critérios passaram a ser utilizados para a regulamentação das concessões, como a existência de um número mínimo de alunos nessas escolas (30 discentes), e o montante das verbas repassadas passou a ser calculado pelo número de alunos freqüentes em cada estabelecimento. Segundo este critério, em 1938, decresceu o número de escolas abonadas com subsídios públicos[197] (Gráfico 1.2.). Nesse ano, de acordo com o relatório do Prefeito Estevão Augusto Silva, mais de 70 alunos passaram a freqüentar colégios particulares não-subvencionados[198]. Em 1939, o número de estabelecimentos que recebiam verbas do município diminuiu para sete e estabilizou-se em seis escolas particulares subvencionadas pelo poder público municipal, nos anos subseqüentes.

---

[193] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Prefeito Major João Baptista de Oliveira Motta.* São Paulo: Tip. Paulista, [1937?]. p. 23. **APE-MT**

[194] Eis algumas das subvenções apontadas pelo inspetor: 1:800$000 para a Escola 21 de Setembro, mantida pela Sociedade S. Caritativa e Humanitária, aprovada pelo Conselho Consultivo Municipal; 150$000 para a Escola Mista da Colônia Pedro Celestino (Portaria n. 35, de 1º de abril de 1931); 150$000 para a Escola Mista de Vila Mercedes, mantida pelo Centro de Criadores da Nhecolândia (Portaria n. 129, de 24 de março de 1932); 250$000 mensais para a Escola Mista Estrela do Oriente, mantida pela Loja Maçônica Estrela do Oriente (Portaria n. 133, de 4 de abril de 1932); 150$000 mensais para a Escola Siqueira Campos, mantida pelo sr. Adelino de Castro Canet, em Córrego Fundo (Portaria n. 243, de 24 de setembro de 1934); 2$000 por aluno até 60 e 4$000 por aluno além de 60 discentes, para a Escola Mista Bocaina do Jacadigo, mantida pela Sra. Maria Elisa Shell (Portaria n. 186, de 28 de maio de 1933). CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Secretario interino, respondendo pelo Expte. da Prefeitura Municipal Estevão Augusto Silva.* Corumbá: Grafica Matogrossense, [1935?]. p. 26. **APE-MT**

[195] CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Prefeito José Silvino da Costa.* Corumbá: Tip. Do Comercio, [1934?]. p. VIII. **APE-MT**

[196] CORUMBÁ. Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária. *Ofício.* Corumbá: 1941. p. 2. **APE-MT**

[197] Por este critério, para os anos de 1944 e 1945, por exemplo, "(...) o custo da instrução de cada aluno foi de CR$ 83,63 e CR$ 117,62, respectivamente." CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Marcelo Moreira, DD. Interventor Federal, pelo Prefeito Arthur Affonso Marinho.* Corumbá: 1944-1945. p. 25. **APE-MT**

[198] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Bel. Julio S. Muller, DD. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Interino Estevão Augusto Silva.* [Corumbá: 1938]. p. 64. **APE-MT**

Ainda quanto às subvenções, deve-se considerar a verba endereçada pelo município ao ensino secundário. Estes subsídios abrangeram o período em que o Ginásio Maria Leite era particular, isto é, entre 1929 e 1934, bem como os recursos canalizados para a Escola de Comércio Santa Teresa. Também é importante lembrar que o Ginásio Maria Leite gerava receita própria, que apareceu nos balanços da municipalidade, de 1935 a 1937, quando foi incorporado como escola pública. Assim, em 1934, o Ginásio Maria Leite recebeu do poder público municipal uma verba de 18:000$000, consignada pela lei orçamentária daquele exercício e gerou, nos anos seguintes — 1935 a 1937 — uma receita própria de aproximadamente 34:300$000, complementada sempre por verbas municipais e ou estaduais[199].

Outra possibilidade de exame dos gastos financeiros do município em instrução pública diz respeito à composição interna das verbas utilizadas no setor (Tabela 1.21.).

Tabela 1.21. - Composição interna dos gastos municipais com educação - 1939-1945

Ano	Vencimentos (1)	Material de consumo	Material permanente	Subvenções	Despesas diversas (2)	TOTAL
1939.....	74,4	4,9	0,0	20,7	0,0	100,0
1940.....	51,2	0,6	8,0	24,9	15,3	100,0
1941.....	56,8	1,4	0,9	24,4	16,5	100,0
1942.....	55,5	2,8	0,1	25,3	16,2	100,0
1943.....	64,9	1,4	2,2	20,9	10,5	100,0
1945.....	63,2	3,5	7,7	15,5	10,2	100,0

(1) Inclui os vencimentos do inspetor municipal de educação, a partir de 1940.
(2) Aluguel de imóveis para o funcionamento de escolas.
Fontes: CORUMBÁ, 1940: 62.; CORUMBÁ, 1941.; CORUMBÁ, 1943.; CORUMBÁ, 1944.; CORUMBÁ, 1944.; CORUMBÁ, 1944-1945.

Os anos apresentados para análise na Tabela 1.21. representam aqueles em que havia um maior detalhamento do balanço municipal, permitindo a visualização de como eram gastas as verbas públicas, na cidade de Corumbá. Com exceção do ano de 1940, em que houve um aumento absoluto e relativo no montante de recursos utilizados em educação

[199] CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Prefeito Major João Baptista de Oliveira Motta.* São Paulo: Tip. Paulista, [1937?]. Anexos.; CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Bel. Julio S. Muller, DD. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Interino Estevão Augusto Silva.* Corumbá: [1938]. p. 27.; Anexos. Neste último balanço, constou a subvenção de 20:000$000 para o Ginásio Maria Leite, relativa ao ano de 1937.

na cidade, o final da década de 30 e primeira metade dos anos 40 representaram anos de queda no insumo educacional (Tabela 1.20.). Desta forma, o item vencimentos, que esteve historicamente entre os maiores gastos do município com a questão educacional, também decresceu nesses anos, alcançando menos 23,2% entre 1939 e 1940 e mantendo a tendência de baixa nos anos seguintes, mesmo quando se recuperou, a partir de 1943-1945 (Tabela 1.21.). Certamente, o controle político estrito imposto aos trabalhadores, durante o Estado Novo, colaborou para a manutenção dos salários em índices pouco elevados, durante o período.

O segundo componente importante para a organização e manutenção das escolas públicas, sua infra-estrutura material, ainda aparece de forma pouco significativa na composição de gastos, com exceção do item despesas diversas — que na verdade era o montante gasto no aluguel dos imóveis nos quais funcionavam os estabelecimentos (públicos e privados). Este item, que ocupou o segundo lugar entre as despesas realizadas, foi decrescendo nos últimos anos analisados, fosse pela própria diminuição no montante de escolas subvencionadas, já que estas também tinham seus aluguéis pagos, ou pela construção de alguns edifícios escolares para as escolas municipais, embora em pequeno número[200].

Quanto aos outros dois componentes da infra-estrutura material das escolas — material de consumo e material permanente —, sua participação ainda pequena no total gasto com instrução pública no município, como colocado anteriormente, deu-se numa fase pouca expressiva em termos de expansão do ensino municipal, com queda na freqüência de

---

[200] Será mais particularmente a partir dos convênios assinados entre o Governo Federal, os Estados federativos e os municípios, nos anos posteriores ao fim do Estado Novo, que se iniciarão os trabalhos de construção de edifícios próprios para o abrigo de escolas, em larga escala. Afora isso, neste primeiro período, além dos grupos escolares e escolas reunidas, a maior parte das outras unidades funcionava em sedes alugadas e ou construídas pela população local e particulares. Assim, em 1939, visando construir a Escola Rio Branco, situada em Porto Esdras, na linha divisória com a Bolívia, cuja iniciativa de instalação pertencia ao Tenente-Coronel Tito Coêlho Lamego, Comandante do 17º B.C., o município concorreu, inicialmente, com 1:750$000. Quando se fez necessário aumentar o prédio, "(...) esta Prefeitura angariou donativos do comercio local e dos circos que aqui funcionavam, apurando a quantia de 3961$500, que remeteu áquele Comando para o aludido fim." Já em 1944 e 1945, contudo, a Prefeitura começou a reservar próprios municipais para a construção de escolas (ruas América e Silva Jardim), além de estar prestes a inaugurar, neste último ano, o prédio da escola municipal da rua Major Gama. Cf. CORUMBÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Bel. Julio S. Muller, DD. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Interino Agostinho Thomaz Monaco.* Corumbá: [1940?]. p. 47.; CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Marcelo Moreira, DD. Interventor Federal, pelo Prefeito Arthur Affonso Marinho.* Corumbá: 1944-1945. p. 25. **APE-MT**

alunos, queda de investimentos absolutos e manutenção do número de escolas existentes, acompanhando o movimento de oscilação político-administrativa e social no município, com o movimento de 1930 e o início do conflito mundial.

Em relação ao segundo maior componente dos gastos públicos municipais com educação, a subvenção aos estabelecimentos particulares, seu montante dentro das verbas utilizadas pela instrução pública vem corroborar, uma vez mais, as análises apresentadas anteriormente, sobre a importância desse setor na educação local.

Capítulo II

A fronteira Oeste do Brasil (1946-1954): panorama histórico-educacional

Este segundo capítulo, assim como o anterior, divide-se em duas seções. Na primeira (itens 1 e 2), o objetivo central é a exposição do contexto histórico que marcou o segundo período dos governos Vargas em Mato Grosso e em sua fronteira Oeste, entre 1946 e 1954, incluindo-se, aí, a gestão do ex-Ministro da Guerra do Estado Novo, Gen. Eurico Gaspar Dutra, à frente do executivo federal.

Na segunda parte (itens 3 a 7), analisam-se os desdobramentos da questão educacional nesse período, no momento histórico que se abriu com o final da Segunda Grande Guerra, considerando principalmente que nesses anos se deu a consolidação dos processos de reforma delineados em anos anteriores, mediante a conformação do sistema nacional de ensino em Mato Grosso.

1. A sociedade em Mato Grosso no pós-guerra

Como foi dito ao final da primeira seção do capítulo anterior, o fim do Estado Novo encontrou o estado de Mato Grosso em vias de iniciar um novo período de dinamização em termos econômicos. Neste sentido, este momento histórico foi marcado principalmente por dois processos. O primeiro, a incipiente industrialização de algumas regiões do estado, como era o caso de sua área central — capitaneada pela cidade de Corumbá. O segundo, marcado pelo desenvolvimento dos projetos de colonização pública e privada, abrangendo tanto áreas do Sul do estado, nas imediações dos municípios de Dourados, Ponta Porã e Miranda, como a região Norte de Mato Grosso (Jaciara, Vale do Jaurú e Rondonópolis, entre outras), iniciando-se, aí também, a ocupação dos territórios de floresta amazônica, localizados a partir do paralelo 16°.

Neste sentido, pode-se dizer que, a partir da segunda metade dos anos 40 e principalmente na década de 50, as diretrizes do projeto acalentado e decantado desde os albores do movimento revolucionário de 1930, a chamada *Marcha para o Oeste*, começou a mostrar de forma mais sensível os seus frutos na região mato-grossense. Se as bases

materiais, políticas e ideológicas para as iniciativas levadas a termo neste segundo período encontram suas raízes nos anos 30/40, foi neste segundo momento, que se iniciou com o final da Segunda Grande Guerra, que frutificaram algumas das sementes antes cultivadas.

Para isso, foi essencial a presença do Estado que, desta forma, passou por um novo processo de reorganização interna, visando à sua adequação a um conjunto crescente de tarefas que seu papel de idealizador e muitas vezes de motor destas mudanças exigia. Além disso, o retorno do país aos trilhos da democracia, com a volta à cena política dos governos estaduais, acabou impondo modificações e rearranjos internos na máquina pública, visando dar respostas a uma sociedade que cada vez mais se urbanizava, ganhando simultaneamente maior complexidade política e social[1]. Com isso, ainda durante o período de governo do último interventor, José Marcelo Moreira, antes mesmo das eleições para o executivo estadual em 1947, foi extinta a Secretaria Geral do Estado (Decreto-Lei n° 251, de 9 de julho de 1946), voltando a funcionar as duas secretarias existentes em 1937: a Secretaria do Interior, Justiça e Finanças e a Secretaria de Agricultura[2].

Assim, essa reforma deu início a um processo de crescente expansão dos serviços públicos, em todos os níveis de governo[3], com a participação cada vez maior de grupos sociais organizados, por intermédio dos partidos políticos surgidos no pós-45, na composição interna do Estado. O subseqüente crescimento do funcionalismo público, por sua vez, permitiu o uso cada vez mais freqüente dos cargos públicos como moeda de troca nos momentos de disputa e enfrentamento entre as frações e classes em disputa no interior da sociedade. Exemplos desta prática podem ser citados dentro do próprio setor educacional, muito embora a Constituição Estadual aprovada em 1947[4], em seu artigo 124, inciso VI, letra "a" tenha estabelecido, como requisito para ingresso no magistério público,

---

[1] Em que pesem as particularidades assumidas por este processo em Mato Grosso, que serão tratadas a seguir.
[2] MATO GROSSO. Arquivo Público Estadual. *Ementário da legislação estadual (1936-1950)...* p. 224.
[3] Exemplo deste desmembramento das funções do Estado pode ser dado pela expansão de suas atribuições no tocante a obras públicas, num momento em que a construção de escolas em Mato Grosso, como se verá no prosseguimento deste capítulo, tornou-se um aspecto importante da atuação pública na área educacional. Assim, pelo Decreto-Lei n° 786, de 24 de setembro de 1946, foi criado o Departamento de Obras Públicas, com a retirada da Seção de Obras da Diretoria de Terras e Obras Públicas. Posteriormente, em 30 de novembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei n° 799 e, em 1947, pelo Decreto-Lei n° 283, de 12 de fevereiro, o novo Departamento de Obras Públicas teve suas funções redefinidas, com a criação da Comissão de Estradas de Rodagem, que passou a incorporar as construções no setor rodoviário. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 92. **APE-MT**
[4] MENDONÇA, Rubens de. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso...* p. 460.

a realização de concurso[5]. Depoimentos de vários professores em exercício nesse período confirmam esta assertiva:

> "No Governo do Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, levei várias vezes ao Diretório [do PSD] o nome da professora Glorinha Sá Rosa, formada em Letras Neolatinas para ocupar a cadeira de Português. Sempre recusavam, alegando que a família dela era da UDN.
>
> Certa vez, porque meu pai era do PTB, me transferiram para um lugar em que nem escola havia. Retornei a Dourados e tive meus vencimentos cortados (...) Quando a UDN perdia, as professoras que tinham menos de cinco anos eram demitidas, para entrar gente às vezes muito mais incompetente do PSD. Se a UDN ganhava, fazia o mesmo."[6]

Para tal, o Estado contou, nestes anos, com uma arrecadação ascendente, que acompanhou o desenvolvimento e a diversificação da economia estadual (Tabela 2.1).

Tabela 2.1. Receita arrecadada e despesa realizada – Mato Grosso – 1948 a 1954 (em Cr$1.000,00)

Ano	Receita arrecadada	Despesa realizada	**Saldo**
1948.....	48.956	50.660	**-1.704**
1949.....	52.932	54.611	**-1.679**
1950.....	64.211	65.618	**-1.407**
1951.....	87.197	64.782	**22.415**
1952.....	116.193	96.982	**19.211**
1953.....	155.344	153.921	**1.423**
1954.....	172.968	198.985	**-26.017**

Fonte: CAMPOS, 1960: 245.

Neste sentido, em relação à base econômica do estado, diferentemente do início dos anos 30, quando entre as três maiores riquezas da região duas eram representativas do setor extrativista — a erva-mate[7] e a borracha — a segunda metade dos anos 40 encontrou Mato

---

[5] Este tema será retomado, com mais detalhes, na terceira seção deste capítulo.

[6] Depoimentos prestados respectivamente pelos professores Múcio Teixeira Júnior (Campo Grande) e Sílvia Araújo de Morais (Dourados). Cf. ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul*... p. 50; 161. Exemplos desta prática, no entanto, aparecem nas falas de outros professores cujos depoimentos fazem parte desta coletânea.

[7] É necessário deixar claro que, apesar da tendência de queda relativa da participação da erva mate na economia mato-grossense, queda esta que já vinha se dando desde meados da década de 30, a produção local era importante para o desenvolvimento do extremo Sul do estado, sobretudo para os municípios de Ponta Porã e Amambaí. Além disso, apesar desta tendência de menor participação relativa, houve momentos de recuperação nas vendas do produto, como aquele acontecido a partir dos anos 40 e sobretudo nos anos 50, em parte graças a um série de incentivos oferecidos pelo governo estadual, combinados a conjuntura favorável de aumento de vendas para a Argentina. Assim, nos anos de 1951, 1954 e 1957 a produção ervateira de Mato Grosso representava respectivamente 17,18%, 10,56% e 11,03% da produção total desta mercadoria, no Brasil. Cf. CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*... p. 166-167; 255. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos*... p. 409.

Grosso encaminhando-se para o início de um processo de diversificação de suas atividades produtivas, com a implantação de um setor industrial e, principalmente, com o progressivo fortalecimento da atividade agrícola. Das principais atividades elencadas no período anterior, apenas a pecuária continuou a ter o mesmo destaque, ocupando o posto de principal atividade produtiva em Mato Grosso, num momento em que o estado possuía o terceiro maior rebanho bovino do país, principalmente voltado para a pecuária de corte[8].

A pecuária, no entanto, apesar da introdução de novas técnicas produtivas, ilustradas no capítulo anterior, ainda não conseguira ultrapassar os estágios mais primitivos da criação, destinando-se grande parte do rebanho apenas para cria no estado, de onde se dirigia para engorda e abate no vizinho estado de São Paulo. Neste sentido, as charqueadas, principalmente aquelas situadas no Pantanal, portanto, nos locais mais afastados das regiões de beneficiamento da carne, foram perdendo terreno, começando a sofrer um processo de crise irreversível a partir da década de 50.

A fim de explicitar este movimento de crescimento e decadência das charqueadas, Alves[9]desenvolve seus argumentos em torno da seguinte questão: por que o rebanho bovino mato-grossense vai alimentar as charqueadas, ou, em outros termos, por que esta indústria, praticamente estacionária até 1905, vai expandir-se exatamente quando há o surgimento dos frigoríferos em São Paulo, Argentina e Uruguai, isto é, em todo o circuito com o qual Mato Grosso mantinha contato? A resposta a estas questões estava colocada nas diferenças existentes entre os mercados da carne e do charque, em termos de consumo nacional e internacional.

Enquanto a carne congelada destinava-se a alimentar a parcela de maior poder aquisitivo dos centros urbanos mais desenvolvidos da Europa, Estados Unidos e as grandes cidades brasileiras, o charque era alimento produzido para os trabalhadores. Nesses termos, chegava a ser exportado para o Nordeste do Brasil e até mesmo para a Inglaterra e Cuba. Por isso os matadouros industriais absorveram as carnes platinas, cujo boi era de boa qualidade, o que facilitava um melhor aproveitamento da carne e demais subprodutos do gado. Da mesma forma, a maior taxa de lucro provinda da venda de seus animais para o

---

[8] Segundo dados do IBGE, Mato Grosso tinha um rebanho bovino estimado em 7.956.200 cabeças em 1955, ou 12,51% do total existente no país, que chegava a 63.607.580 animais. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil:* 1956... p. 116.
[9] ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História: 1870-1929... p. 62-65.

abate industrial, por parte dos fazendeiros destas regiões, levou ao estrangulamento da atividade dos saladeiros e charqueadas nos três países do Cone Sul.

Assim, no momento em que os frigoríferos passaram a utilizar um rebanho que era utilizado anteriormente nas charqueadas, abriu-se um novo mercado para o charque produzido em Mato Grosso. Neste sentido, quando relacionado o desenvolvimento deste setor no plano local às suas determinações mais amplas, encontradas no próprio processo contraditório como a sociedade capitalista promoveu sua expansão nesta região, é possível dizer que a permanência das charqueadas era condizente com o nível de desenvolvimento das forças produtivas na região da pecuária mato-grossense, principalmente nas áreas mais afastadas, como era o caso do Pantanal. O gado mato-grossense, de baixa qualidade, dadas as condições ainda pouco desenvolvidas do criatório na região, encontrava na charqueada um espaço apropriado ao seu aproveitamento, com custos menores, que também possibilitava um melhor pagamento ao produtor.

É importante assinalar, contudo, que esta presença forte das charqueadas na região, dependente que era das determinações mais amplas presentes na sociedade capitalista, expostas anteriormente, teve um curto apogeu, que durou até meados da segunda metade dos anos 20, quando o progressivo melhoramento do rebanho mato-grossense começou a tornar viável sua venda para o abate em São Paulo[10]. Quando esta atividade se tornou menos rendosa em Mato Grosso, fosse pelo barateamento da produção de carne congelada, fosse pelo barateamento do transporte até os frigoríficos paulistas, por meio da via férrea, os capitais platinos, que vicejavam nas charqueadas mato-grossenses abandonaram esta atividade, deixando espaço apenas para a empreita local. Apesar disso, diante de um mercado em que crescia o consumo de carne resfriada — mas no qual ainda existia espaço para a produção de charque[11] —, as charqueadas permaneceram até os anos 50, mesmo

---

[10] ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História: 1870-1929...p. 65 et seq.

[11] É importante ressaltar que "o constante crescimento do mercado consumidor, acima referido, foi sem dúvida o fator que deu margem à sobrevivência das charqueadas, conforme assinalado por Nascimento." NASCIMENTO, Luiz Miguel do. *As charqueadas em Mato Grosso:* subsídio para um estudo de história econômica... Apud QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos...* p. 533. Essa observação de Queiroz, em conformidade com as declarações do próprio autor, vem ao encontro das assertivas de Cano, ao tratar do tema da concorrência entre a produção regional brasileira e a indústria pólo, esta última sediada em São Paulo: "[desta forma, a] produção periférica poderia ficar 'momentaneamente a salvo', desde que o 'mercado desse para todos', ou seja, desde que a indústria sediada no pólo não estivesse funcionando com grande capacidade ociosa e que, por várias razões, não estivesse ampliando fortemente sua capacidade produtiva. [Assim], a destruição de ativos pela concorrência (...) parece ter ocorrido, até o início

quando já estava instalada a indústria frigorífica em São Paulo[12], desde meados da década anterior.

Além disso, há que se observar o fato de que as charqueadas que tiveram maior êxito nesta empreitada foram exatamente aquelas situadas no Pantanal, isto é, nas zonas mais afastadas e menos dinâmicas em termos da pecuária regional. De fato, a existência de rebanhos disponíveis nas áreas mais próximas dos centros de engorda e abate, combinada a uma conjuntura mercadológica favorável, já comentada anteriormente, favoreceram a permanência desses estabelecimentos embora, simultaneamente, tenham reforçado os padrões tecnológicos ligados à pecuária extensiva. Desta forma,

> "Que sentido haveria, de fato, no âmbito de uma economia de mercado, em se implantarem áreas de engorda de gado no distante sul de Mato Grosso, enquanto vastas áreas, muito mais próximas do pólo [São Paulo], restavam disponíveis para essa finalidade ?"[13]

Assim, quando o ainda lento processo de modernização da pecuária mato-grossense avançou em direção ao atendimento das demandas do abate por meio de frigoríficos, ao mesmo tempo em que a procura pelo produto passou a tornar atrativa e necessária a implantação de novas unidades industriais, foram as regiões mais próximas a São Paulo as primeiras a serem atingidas por esse processo. Entre as mudanças introduzidas, estava o aperfeiçoamento do plantel, fixando-se a preferência pelo gado nelore, do qual se tornaram os principais criadores do país, ao mesmo tempo que se desenvolveu nesta região o uso de pastagens plantadas, de melhor qualidade que as nativas. Surgiram também, desta forma, algumas áreas de engorda na região dos Campos da Vacaria, onde um grupo de pecuaristas, ligados ao então Sindicato dos Criadores do Sul de Mato Grosso abriu, no década de 50, a

---

da década de 1950, só em raríssimos casos, uma vez que o mercado nacional foi 'suficiente para todos.' (). Acrescenta ainda Cano que a indústria na periferia nacional "(...) *continuou a crescer, tanto antes quanto durante e após o Programa de Metas*'. (...) Mas (...) isto não pode ser entendido como uma uma 'industrialização regional autônoma'. (...) [Além disso], tais dinâmicas de crescimento, a maioria delas problemática, resultariam inexoravelmente em redução de participação relativa no todo industrial brasileiro.' (CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil...* p. 67; 81; 93; 184; 191. Grifos do autor)

[12] Incluindo-se aí a instalação dos matadouros de médio porte, representando já a descentralização e interiorização desta atividade industrial.

[13] QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos...* cap. 4, item 4.5, subitem "A Noroeste, a decadência das charqueadas e a vinculação da economia do SMT ao pólo paulista": p. 520 et seq.

empresa Frimar S.A. — Frigorífico Mato-Grossense —, localizada em Campo Grande, primeira planta industrial de grande porte nessa cidade[14].

Isto não só reforçaria o desmonte das charqueadas mas também o processo de diferenciação da pecuária da região do planalto em relação àquela praticada na planície pantaneira, na qual o aumento da taxa de desfrute e a introdução de novas técnicas de produção eram mais lentas[15]. Apesar disso, frente a condições climáticas favoráveis, o rebanho bovino cresceu em todo o estado, nesses anos.

Outra problemática essencial para o processo desenvolvimentista, então em curso em Mato Grosso, foi a questão fundiária. Novamente levantando a bandeira da necessidade de promover-se o deslocamento da fronteira econômica, de tal forma a torná-la coincidente com a fronteira política, levando à ocupação produtiva de todo o território nacional, incentivou-se em todo o estado um movimento de (re)ocupação das chamadas terras devolutas. (Re)ocupação, por tratar-se de um deslocamento para estas terras de uma segunda leva de ocupantes — que iniciaram o desajolamento de antigos posseiros, geralmente pequenos proprietários, no mais das vezes sem documentação que comprovasse sua propriedade definitiva sobre aquelas terras, e ou grupos indígenas. Frente a este fato, estas áreas, a rigor, não poderiam ser caracterizadas como devolutas, uma vez que estavam ocupadas; simultaneamente, como seus ocupantes o fizeram de forma *ilegal* ou, dito em outros termos, sem a documentação judicial exigida[16], foram no mais das vezes negociadas como propriedade estatal.

Neste processo, teve participação decisiva o governo estadual, que utilizou também este mecanismo para a acomodação dos conflitos surgidos em Mato Grosso, quando das

---

[14] Entre outras coisas, o que diferenciava este grupo era a incipiente preocupação em "(...) se ter um mercado com procura mais estável, e [sua preocupação] com as oscilações de preços nos períodos de safra e entressafra. Suas atividades tiveram uma curta duração, lembramos que além do abate de bovinos, produzia: sebo, carnarina, farinha de ossos e de sangue. Este frigorífico entrou em concordata, depois transformada em falência e a seguir foi vendido ao Frigorífico Bordon S/A, antecessor do Swift Armour, ainda na década de 60." GONZÁLEZ, Gilma Conceição. *Mato Grosso do Sul*: emergência e consolidação do complexo agroindustrial... p. 10-11.

[15] Assim, em 1970, enquanto a taxa de desfrute chegava a 17,0% na região de Campo Grande, ela ficava em 13,0% na região pantaneira. Cf. OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Uma fronteira para o pôr-do-sol.* Campo Grande: UFMS, 1998. p. 47.

[16] Mesmo existindo a *promessa* de que esta documentação seria providenciada em data futura, como foi o caso daqueles que ocuparam terras situadas na região de fronteira apenas com os papéis fornecidos pela Comissão Especial de Fronteiras, na espera de um lento e demorado processo de regularização das propriedades junto ao Serviço de Patrimônio da União, isto não impediu as negociações envolvendo estes imóveis. Cf. a este respeito o capítulo IV deste trabalho.

mudanças provocadas com o fim do regime de exceção do Estado Novo[17]. Concomitantemente, toda a gama de impostos que giravam em torno das transações territoriais — o imposto territorial, imposto sobre as vendas e consignações, sobre transmissão de propriedade (*causa mortis* e *intervivos*) e outros, sempre foram assinalados nas mensagens governamentais como sendo importantes na composição das rendas do erário público[18]; mesmo alguns projetos de colonização fizeram-se a partir deste tipo de ocupação[19].

Sobre os projetos de colonização, sua história merece uma menção a parte neste momento da vida mato-grossense. Floresceram em Mato Grosso, entre 1943 e 1963, dezenove diferentes projetos públicos[20], afora a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, iniciativa do governo federal em 1943. Destas colônias, duas estavam situadas no Sul do estado (Colônia Bodoquena, em Miranda, e Colônia Marechal Dutra, em Ponta Porã, atual município de Aral Moreira) e dezessete na região Norte (Tabela 2.2).

A maior parte desses empreendimentos fez-se em cima de terras devolutas, com população migrante, preocupada com a busca de novas oportunidades de vida numa área pouco explorada e com a possibilidade de virem a ser proprietários, o que se tornou viável, pois, em muitos casos, o Estado facilitou o acesso à compra de terras, com o uso de subsídios — principalmente na região Norte de Mato Grosso, nas áreas pertencentes a Amazônia Legal — visando a atração destes colonos.

---

[17] "Muitas concessões eram feitas somente por interesses políticos, especialmente, em anos eleitorais. Este foi o caso do ano de 1953, ocasião em foram concedidos 14 contratos de terras, sem que ao menos tivessem seus donos, conhecimento das áreas concedidas, pois as mesmas não estavam discriminadas." Neste sentido, as autoras apresentam como uma das conseqüências deste processo o aumento do preço das terras. Exemplificando, áreas que valiam de 5 a 10 cruzeiros o hectare, na região de Dourados, em 1950, foram revendidas, apenas alguns meses depois, por 200 a 300 cruzeiros o hectare. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, COSTA, Lourença Alves da, CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso...* p. 256.

[18] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa por ocasião do início da abertura da sessão legislativa de 1949, pelo Doutor Arnaldo Estevão de Figueiredo, Governador do Estado.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1949. p. 4. **APE-MT**

[19] Foi o caso de alguns lotes pertencentes à Colônia Agrícola de Dourados, situados em área pertencente ao grupo indígena Guarani-Kaiowá.

[20] A partir de 1951 o governo estadual começou a estabelecer contratos de colonização com grupos empresariais privados. Das 22 empresas inicialmente cadastradas, até 1959, apenas quatro estavam em vias de iniciar efetivamente a ocupação das terras. A colonização privada, no entanto, ganhou força a partir dos anos 70, sobretudo no Norte de Mato Grosso, com os governos militares. Cf. CAMPOS, Fausto Vieira. *Retrato de Mato Grosso...* cap. 9: p. 191 et seq.; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. *Op. cit.,* p. 259 et seq.

Tabela 2.2. – Colônias públicas – Mato Grosso – 1943 a 1963

Nome do empreendimento	Município	Ano de criação
Rio Pardo.....	Poxoréu	1943
Leonor.....	Cuiabá	1945
Fátima de São Lourenço[21].....	Jaciara	1947
Paulista.....	Rondonópolis	1948
Coronel Ponce.....	Cuiabá/Dom Aquino	1948
Bodoquena.....	Miranda	1948
Marechal Dutra.....	Ponta Porã/Aral Moreira	1949
Antônio João.....	Poconé	1950
Jarudore.....	Poxoréu	1951
Macacos.....	Rondonópolis	1952
Lambari.....	Poxoréu	1952
Rio Branco.....	Cáceres	1953
Nogueira.....	Alto Paraguai	1953
Bocaina.....	Chapada dos Guimarães	1953
Jamaica.....	Chapada dos Guimarães	1956
Rio Mutum.....	Dom Aquino	1958
Bauxi.....	Rosário Oeste	1963
Pascoal Ramos.....	Cuiabá	nd
Retiro.....	Rosário Oeste	nd

Fontes: SIQUEIRA et al., 1990: 259.: RIBEIRO, [199-?]: 386 et seq.

Este modelo foi incentivado pelo Estado até os anos 60, na perspectiva de que, segundo as palavras do governador Arnaldo Estevão de Figueiredo em 1950,

> "Abrimos as nossas portas à entrada dos nossos vizinhos, que afluem a Mato Grosso de todos os lados, buscando as nossas terras férteis e baratas, para os labores da produção. (...) É intuitivo e lógico que esse esforço colonizador se manifestou e cresceu de intensidade nestes dois últimos anos estimulados (sic) pelas medidas de amparo e acolhimento que tem

[21] Sobre a colônia de Fátima de São Lourenço, em Jaciara, é interessante assinalar que enquanto Siqueira a situa como empreendimento público, o ex-governardor Arnaldo Estevão de Figueiredo, em suas memórias, localiza-a como o "(...) primeiro núcleo de colonização organizado pela iniciativa particular." Pode-se perceber pelo seu relato que o empreendimento partiu da iniciativa dos irmãos Milton e Oswaldo Ferreira, paulistas que se dirigiram à região e, adquirindo cerca de 14.000 ha, deram início ao desbravamento da área. Tal não teria sido possível, no entanto, sem a participação do Estado que, como declarou o ex-governador, acompanhou o desenrolar do processo, "(...) dando todo seu apoio moral e material dentro dos seus recursos, para o completo êxito do empreendimento, que aliás, foi alcançado, com os mais positivos resultados para Mato Grosso." SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. *O processo histórico de Mato Grosso...* p. 259 et seq. RIBEIRO, Lélia Rita E. de. *O homem e a terra...* p. 392.

> recebido dos poderes públicos (...), pelo espírito que elas exprimem em favor do trabalhador rural e pelas facilidades introduzidas nos processos de legitimação das terras devolutas."[22]

As colônias, desta forma, cumpriram seu papel enquanto linha de frente do capital, no processo de desbravamento das áreas mais distantes do país. Com o alvorecer dos anos 60 e principalmente na década seguinte, o que se viu foi o desmantelamento destes projetos oficiais, com a gradual transformação das terras em grandes propriedades[23] e de seus antigos donos em força de trabalho assalariada. Dito em outros termos, segundo Moreno[24], os projetos de colonização acabaram por beneficiar os grandes proprietários, que se viram protegidos de invasões por parte dos sem-terra e tinham, a partir de então, trabalhadores *ordeiros* e *produtivos* a sua disposição. Como declarara Fernando Corrêa da Costa, quando tratou do mesmo tema em 1953, discorrendo sobre o deslocamento da fronteira econômica para *dentro* do território mato-grossense, assinalado pelo então governador como o fato mais auspicioso da história do Estado:

> "Hoje, no entanto, presenciamos um fenômeno inédito: a procura de terras *novas e baratas*, não apenas por pequenos lavradores mas por *capitalistas*. Há uma corrida em busca de solos virgens que, em breve, significarão café, borracha, cereais, os produtos valorizados desta quadra e que irão dar outra construção econômica a esta parte da nação. O território mato-grossense constitui, de fato, um convite para uma deslocação da fronteira, à espera de *novos bandeirantes dotados de espírito de iniciativa, aparelhados de capitais e métodos modernos*. E convite, cuja força de tração se está fazendo sentir intensamente, pois, esses pioneiros, já penetram, se instalam na nossa terra e começam a trabalhar, procurando anular 'os séculos de evolução que separam São Paulo de Mato Grosso'".[25] (Os grifos são nossos.)

Assim, o interesse expresso nas palavras do chefe do executivo estadual, de que às levas de pequenos agricultores se seguisse o aparato da agricultura erigida em forma empresarial, encontrou eco em décadas posteriores, quando as terras mato-grossenses já

---

[22] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1950. p. 4-5. **APE-MT**

[23] É interessante notar que a maioria destas antigas áreas de colonização transformara-se em grandes propriedades que se ligaram, nas décadas seguintes, ao processo de formação da agroindústria em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O que significa dizer que se organizaram dentro dos mais avançados padrões tecnológicos e de relações de produção dentro do campo agrícola, em termos capitalistas.

[24] MORENO, Gislaene. *Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*... p. 179. Apud QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos*... p. 514.

haviam sido *amansadas* pelas experiências colonizadoras dos anos anteriores. Este movimento, no entanto, teve reflexos no adensamento populacional e, conseqüentemente, colaborou para a urbanização, sobretudo do Norte de Mato Grosso, a partir dos anos 60.

Apesar de todas essas iniciativas, quando examinada a situação concreta da rede de transportes do estado, por exemplo, essencial para a consolidação desses projetos, percebe-se que ela se restringiu a reforçar as rotas comerciais já existentes, com o prosseguimento das obras nas rodovias Cuiabá-Campo Grande e naquela que ligava Mato Grosso ao estado de Goiás. Estas eram as duas rodovias mais importantes do estado, consideradas estradas-tronco, abrangendo as suas principais zonas de criação e que tinham como objetivo fundamental alcançar o mercado consumidor de destacada parcela da produção mato-grossense, São Paulo[26]. Além dessas rodovias, o restante das estradas projetadas para o Plano Nacional de Estradas de Rodagem em Mato Grosso teve construção mais lenta, tendo acontecido sua conclusão, bem como sua expansão, sobretudo a partir dos anos 60.

Do mesmo modo, a partir desse período, não se encontram menções sobre a tão projetada expansão da rede ferroviária no estado; o trem, a partir da década de 60, sofre a concorrência cada vez maior do transporte rodoviário que, apesar de incipiente, crescia em número de estradas e volume de cargas em todo o país[27]. Nestes termos, a extensão da Estrada de Ferro Noroeste até Cuiabá não se concretizou.

Com a colonização deu-se continuidade, igualmente, a diversificação da lide agrícola no estado, com a introdução, entre outras culturas, do café na região Sul. Da mesma forma, iniciaram-se neste período as primeiras tentativas de implantação de uma agricultura em grande escala em Mato Grosso, iniciativas essas que frutificariam principalmente a partir da segunda metade dos anos 60, quando da etapa seguinte de utilização das terras ocupadas pelos projetos públicos de colonização, como ressaltado

---

[25] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1953*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1953. p. 4. **APE-MT**

[26] "A rodovia que de Alto Paraguai vai a Porto Presidente Vargas, reduzindo o percurso de Cuiabá a São Paulo em cerca de 400 km, e a de Campo Grande a Porto 15 de Novemnbro, nas margens do rio Paraná, com um ramal para Dourados, entrelaçam os maiores centros de produção e distribuição do estado com o de São Paulo em cuja órbita econômica gravitamos." MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. p. 5. **APE-MT**

[27] É interessante assinalar como este fenômeno não surtiu efeito no sentido de abaixar os fretes ferroviários, ao contrário, tornou-os ainda menos atraentes, na medida em que os trens passariam a circular com vagões

anteriormente. Ainda em relação a esses projetos pioneiros, foi essencial a abertura de créditos por parte do governo federal[28], por meio de dois projetos-piloto, antecedentes dos muitos que viriam anos depois, visando à formação de uma agricultura de cunho comercial e de grande porte na região Centro-Oeste do Brasil. Foram eles o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, beneficiando o extremo Norte do estado e o Plano Salte. O primeiro vinculava 3,0% da renda tributária da União na execução de projetos na região abrangida pelos Estados do Pará, Amazonas, Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé e Acre, além do Norte do estado de Mato Grosso, acima do paralelo 16° até o meridiano 45°, incluindo também o Norte de Goiás e a região Oeste do estado do Maranhão. Para dirigir esse programa, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPEVEA), pela Lei n° 1806, de 6 de janeiro de 1953[29]. O Plano Salte, de outra feita, previa o prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste até Cuiabá, o que não se realizou[30].

Toda esta crescente complexidade das atividades econômicas em Mato Grosso permitiu igualmente o florescimento de novos atores sociais, não só regionalmente mas também no plano nacional, em um momento de reorganização das várias classes e frações de classe, em torno de novas demandas colocadas à sociedade capitalista, naquele momento do pós-guerra.

Desta forma, já nas eleições de 1945 enfrentaram-se no estado representantes dos dois principais partidos nacionais então existentes, o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional). Em torno destas legendas, dividiram-se os antigos aliados do Partido Evolucionista: 1. os representantes da nova fração de pecuaristas fixados

---

cada vez mais ociosos, muitas das vezes partindo cheios de Mato Grosso e voltando parcialmente vazios de São Paulo.

[28] Deve-se ressaltar, aqui, a participação de recursos do Estado — desta feita, não mais por meio de aportes da esfera pública estadual mas com maciços investimentos da União, por meio de suas instituições financeiras de fomento (Banco do Brasil, BNDES, etc) e contando, inclusive, com o repasse de verbas de organismos internacionais, nesta etapa de modernização da agricultura da região Centro-Oeste do Brasil, a partir da década de 70. Para mais detalhes sobre este processo cf. GONZÁLEZ, Gilma Conceição. *Mato Grosso do Sul*: emergência e consolidação do complexo agroindustrial – o caso da soja e das carnes – bovina, suína e frango... cap. 3: p. 45 et seq.

[29] CORRÊA NETO, Virgílio Alves. O Estado de Mato Grosso no período de Dutra... p. 88-90.

[30] Reduções no orçamento do respectivo Ministério foram a razão imediata, apresentada pelo governo federal, para a interrupção do programa. É significativo que isto se tenha dado, contudo, num momento em que já se avizinhava o abandono de projetos visando à expansão da rede ferroviária no país, como aventado anteriormente. *Ibid.,* p. 89.

na região Sul do estado — sobretudo na cidade de Campo Grande; 2. os representantes da nova burocracia que ocupara o governo estadual no período do Estado Novo, cujo bastião era a família Müller, com exceção de Julio Müller, membro do PTB. Os primeiros alojados na UDN e o segundo grupo no PSD.

Junto a estes grupos, os pecuaristas, comerciantes e industriais de Corumbá — cujo principal porta-voz era a família Barros —, bem como parte significativa dos empresários da região Norte do estado, aliaram-se ao PSD. Os novos produtores agrícolas da região de Dourados e os principais empresários da região Sul, estiveram ao lado da UDN[31]. Também perfilaram-se junto a esta legenda os Corrêa da Costa, Fragelli e Alves Ribeiro, outro grupo de pecuaristas da região Sul do estado — que nessa época também estavam unidos por laços familiares —, oriundos de Cuiabá, Corumbá e Aquidauana, mas fixados em Campo Grande, local no qual reforçaram as bases udenistas[32]. Quanto aos pequenos colonos e trabalhadores, principalmente sua fração mais organizada, os ferroviários e portuários, bem como parcelas das camadas médias urbanas, que se desenvolviam com o adensamento das cidades — principalmente funcionários públicos e profissionais liberais — estiveram presentes na formação de duas agremiações partidárias, com maior expressão no Sul do estado (principalmente Campo Grande e Corumbá): o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que adquiriu maior relevância a partir dos anos 50, e o Partido Comunista do Brasil, posteriormente, na ilegalidade, Partido Comunista Brasileiro (PCB)[33].

---

[31] Isto não deve levar à conclusão, contudo, de que a UDN era o partido "do sul", enquanto o PSD era o partido "do Norte". Tal lógica parece não ter sentido diante dos fatos, uma vez que na principal cidade da parte sul do estado, Campo Grande, revezaram-se, até a implantação do bipartidarismo em 1966, políticos ora ligados à UDN, ora ao PSD, representando desta forma a existência de inserção política de ambos os agrupamentos políticos na cidade. Assim, entre 1947 e 1967 governaram o município Fernando Corrêa da Costa, da UDN (1947-1951); Ary Coelho de Oliveira e Wilson Fadul, do PSD/PTB (1951-1955); Marcílio de Oliveira Lima, da UDN (1955-1959); Wilson Barbosa Martins, da UDN (1959-1963) e Antonio Mendes Canale, do PSD (1963-1967). Daí a importância, neste contexto, da tentativa de caracterização das parcelas da sociedade local envolvidos nas diferentes agremiações partidárias. RODRIGUES, J. Barbosa. *História de Campo Grande*... p. 164-166.

[32] Nesta condição, vieram a alçar a cúpula da UDN e dos governos por ela eleitos, tanto no sul do estado — em Campo Grande e Aquidauana —, como em âmbito estadual. RIBEIRO, Renato Alves. *Taboco 150 anos*... p. 132 et seq.

[33] Segundo estudos preliminares, realizados a partir de entrevistas com antigos militantes do PCB de Campo Grande, desde 1935, ao tempo do Aliança Libertadora Nacional, o Partido já teria alguns simpatizantes na cidade. Foi com a dispersão imposta aos seus militantes a partir da malograda revolução daquele mesmo ano, no entanto, que muitos deles, em estudos ou prestando serviço militar nas principais cidades do país, sobretudo no Distrito Federal, voltaram a Campo Grande, começando então um movimento de difusão do partido na cidade. Neste sentido, segundo Alberto Neder, em meados dos anos 40, o partido possuía células em Aquidauana, Corumbá e Três Lagoas. Entre seus membros, o próprio Neder, médico em Campo Grande;

Em relação às eleições de 1945, os resultados eleitorais levaram Vespasiano Barbosa Martins e João Villasbôas ao Senado, pela UDN, contando com o apoio do PCB[34], além de Filinto Müller, eleito em 1947 pelo PSD. A bancada federal contava com cinco deputados do PSD e 2 da UDN. Em termos estaduais, dezesseis deputados eram do PSD; onze da UDN; 2 do PCB e um do PTB. Além disso, o governador eleito para o período 1947/1950 foi Arnaldo Estevão de Figueiredo, do PSD.

As eleições de 1950, ao contrário, conduziram Fernando Corrêa da Costa, ex-prefeito de Campo Grande pela UDN, ao governo do estado. Este revezamento nos executivos estadual e municipais, durante todo o período, indicava, primeiramente, a importância do sistema de alianças inter-partidárias, que contou com a participação fundamental do PTB[35], que ora se aliava a UDN[36], ora ao PSD[37]. Em segundo lugar, reforça o entendimento, apresentado por Neves[38], sobre a natureza dos arranjos próprios ao quadro político-partidário mato-grossense que, por um lado, permitia uma efetiva busca de hegemonização no campo político por parte dos representantes das duas agremiações mais organizadas, PSD e UDN; por outro, mantinha seus representantes, enquanto membros das frações mais representativas das classes dominantes em Mato Grosso, sempre à testa do poder de Estado, nesta unidade federativa. Mantinha-se, em outras palavras, a disputa interna[39], sem que se perdesse, no entanto, o controle de classe.

Alberto de Oliveira, ex-tenente, participante do movimento de 1935; Metelo Gérson, dois irmãos, um em Aquidauana e outro em Três Lagoas; Manoel Garcia, advogado da Estrada de Ferro Noroeste, em Três Lagoas e Ênio Cabral, em Aquidauana. PAULI JÚNIOR, Edelberto. *Coletando depoimentos (histórias de vida) sobre a história do PCB/PPS em Mato Grosso do Sul*... p. 3.

[34] Segundo Alberto Neder, o divisor de águas estaria na necessidade de combate à família Müller, particularmente ao ex-chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. *Ibid.,* p. 16.

[35] Que vai incluir em suas fileiras, a partir de 1948, também membros do PCB. *Ibid.,* p. 16-25.

[36] Neste sentido, representando uma particularidade da ação deste partido em Mato Grosso, assim como do próprio PCB, visto que nacionalmente este último partido e o PTB não mantinham relações estreitas com a UDN.

[37] Há que se acrescentar, também, que as alianças variavam, não só em cada pleito eleitoral mas em cada município. Assim, Renato Alves Ribeiro, ao comentar o desempenho da UDN em Aquidauana, relatava outra faceta das alianças petebistas, desta feita com o PSD: "A União Democrática Nacional (U.D.N.), em Aquidauana, lutava contra duas poderosas forças: a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil com suas oficinas e seu operariado de linha, que constituía uns 700 votos ou mais e a indiada de Taunay, que sempre seguia o governo através do Serviço de Proteção ao Índio (S.P.I.). (...) Como já disse, a U.D.N. era sozinha contra o P.S.D., o P.T.B., e a indiada, que até hoje é fiel da balança eleitoral de Aquidauana — parece-me que constituem 600 a 800 votos." RIBEIRO, Renato Alves. *Taboco 150 anos*... p. 133-134.

[38] NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites políticas*... p. 217 et seq.

[39] Disputa interna que representava o gradual, embora lento, processo de diferenciação da base material e dos interesses destas frações da classe dominante, no plano estadual. Assim, como frisado anteriormente, enquanto os pecuaristas da região do planalto, sobretudo de Campo Grande, iniciavam a introdução de um

No mesmo período, ocorreram também dois pleitos para a Assembléia Legislativa e para a Câmara Federal (Tabela 2.3).

Tabela 2.3. – Distribuição de cadeiras pelas legendas partidárias, por eleição – Mato Grosso - 1950 e 1954

Legendas	03/10/1950		03/10/1954	
	Assembléia	Câmara	Assembléia	Câmara
PSD.....	11	3	10	---
UDN.....	12	3	14	4
PTB.....	7	1	3	---
PSP.....	---	---	3	---
PSD/PTB.....	---	---	---	3

Fonte: NEVES, 1988: 29-30.

Nestas disputas, os grandes partidos, PSD e UDN, voltaram a equilibrar-se, enquanto o PTB se manteve em terceiro lugar, dividindo este posto, em 1954, com o Partido Social Progressista, PSP[40], formado a partir de dissidentes das duas maiores agremiações partidárias mato-grossenses. Uma vez que o PSP também tinha o forte de suas bases políticas radicadas no Sul do estado e em Corumbá, acabou disputando com o PTB o eleitorado desta região.

2. De como a fronteira longínqua tornou-se próxima: a região de Corumbá

Em relação à região da fronteira Oeste do estado, a principal menção diz respeito ao processo de industrialização em curso na cidade de Corumbá, nesse período, quando a mesma chegou a assumir o papel de centro de abastecimento da região, principalmente em relação a materiais de construção, como cal, cimento, etc, e produtos alimentícios fabricados no município, como massas, bebidas, etc. Este surto industrial, no entanto, foi

---

segundo conjunto de modificações em seu processo produtivo, visando adequá-lo às novas exigências do abate em frigoríficos — inclusive com a introdução de campos de engorda nesta área de Mato Grosso, a pecuária da região pantaneira, principalmente a corumbaense, permanecia em grande parte relacionada ao baixo padrão pertinente às empresas do charque. Da mesma forma, outros setores em vias de crescimento no estado, como é o caso da agricultura, unir-se-ão aos representantes da pecuária planaltina, enquanto a indústria nascente em Corumbá — em grande parte atrelada a capitais da própria região — esteve mais fortemente relacionada ao PSD.

[40] NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites políticas*... p. 162.

fruto de um conjunto de fatores, que iam desde o momento vivido pela própria sociedade capitalista nos planos mundial e nacional, que permitia a existência de espaços ociosos, traduzidos tanto em capitais como em demanda suficiente para estas iniciativas, até a implantação de uma empresa mineradora de porte na cidade, a Sobramil, que acabou criando condições propícias, por exemplo, ao adensamento da força de trabalho disponível na região[41].

Desta forma, aproveitando estas combinações particulares de capital local e de fora do município, surgiram, entre outras, empresas como a fábrica de cimento do grupo Itaú, com capitais originários de Minas Gerais. Oliveira[42] destaca a importância do movimento dinamizador representado pelo início da exploração de minério de ferro e manganês para a implantação desta outra planta industrial. Destaca, para corroborar sua afirmação, que mesmo a existência, na cidade, de um dos melhores tipos de calcário para a produção de cimento, não havia sido suficiente, no passado, para levar o grupo a estabelecer-se em Corumbá.

Outro exemplo de empresas surgidas no *rastro* deste momento particular foram o Moinho Mato-Grossense e a Fiação Mato-Grossense. Esta última, utilizava o antigo maquinário de indústrias têxteis de São Paulo, especializando-se na produção de sacaria. A primeira — talvez um dos casos mais interessantes da conjunção dos fatores anteriormente elencados — combinando capital de comerciantes locais ou estabelecidos em Corumbá, com a disponibilidade das barcaças, pertencentes aos mesmos grupos[43], que transportavam minério de ferro para o estuário do Prata, retornando com mais de 90,0% de capacidade ociosa. A existência de trigo de qualidade na Argentina naquele momento, oferecido a preços competitivos, permitiu o transporte desta mercadoria para Corumbá, e seu posterior beneficiamento na cidade. O maquinário, como no exemplo anterior, foi disponibilizado graças ao processo de modernização do parque industrial capitalista no pós-guerra, desta

---

[41] Estes temas foram parcialmente retratados no capítulo I, item 2.
[42] OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Uma fronteira para o pôr-do-sol...* p. 44 et seq.
[43] As seguintes empresas exploravam a navegação fluvial em Corumbá neste momento: o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, companhia estatal que veio substituir o Lloyd Brasileiro; a Companhia Argentina de Navegação Ltda. (Mihainovich) e as empresas nacionais Miguéis & Cia., Scaff Gattass & Cia., Kassar & Cia. Ltda e José Dulce & Cia. As duas primeiras exploravam o comércio exterior e as empresas nacionais as viagens dentro do estado. CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso...* p. 233.

feita em suas matrizes européias — daí a presença de máquinas suiças no Moinho Mato-Grossense.

Para tal, também foi de fundamental importância a navegação fluvial, visto que os principais compradores dessas mercadorias — Cáceres, Coxim, Cuiabá, Porto Murtinho, Miranda e Aquidauana, entre outros — ligavam-se a Corumbá por via fluvial. Além disso, os produtos que passaram a abastecer o município, ainda que fruto da pequena agricultura produzida em algumas fazendas e propriedades nos arredores da cidade, como o couro e o leite, eram transportados pelo rio. Assim,

> "Foi aproveitando a capacidade de abastecimento regional de Corumbá que surgiram e [se] fortificaram as caieiras, as marmorearias (sic), os curtumes, as artesanias, etc. o acréscimo da população urbana e a própria condição regional da cidade suscitavam a presença de fábricas de refrigerantes e de cerveja produzindo com vigor. Como efeito, o comércio viveu seu êxtase. Tudo isso vai à bancarrota pós-metade dos anos sessenta."[44]

Para o entendimento deste processo, caberia aqui observar, contudo, em consonância com a observação de Wilson Cano[45], que este dinamismo deve ser analisado a partir das complexas relações histórico-econômicas estabelecidas entre Mato Grosso, enquanto região periférica dentro do quadro de desenvolvimento do capital em termos de Brasil, e o pólo dinâmico deste processo, São Paulo. Considerando o processo de emergência da referida região pólo, completado no período que se segue à crise de 1929, lembra o autor que

> "(...) a partir daquele momento, era a economia de São Paulo que passava a promover a integração do mercado nacional, de forma crescente, tornando-se o centro de decisão maior da acumulação de capital do país. Vista a questão de outra forma, a periferia nacional não mais poderia 'percorrer iguais caminhos' percorridos por São Paulo; vale dizer, não teria mais sentido se pensar — como ingenuamente alguns ainda hoje pensam — em uma industrialização 'autônoma' na periferia nacional."

Assim, o processo de dinamização atravessado por Mato Grosso, entre o final da Segunda Guerra e a década de 60, estava vinculado a um momento específico da sociedade capitalista, nas esferas internacional, nacional e regional, como já comentado. À medida que avançou o processo de *substituição de importações*, levando as empresas do pólo

---

[44] OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Uma fronteira para o pôr-do-sol...* p. 45-46.
[45] CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil* ... p. 48.

dinâmico à procura de novos mercados, inclusive aqueles atendidos pelas empresas corumbaenses — as suas similares no município mato-grossense passaram a enfrentar a concorrência da produção chegada à cidade, pelo trem ou, a partir do final dos anos sessenta — principalmente nas duas décadas seguintes, pela via rodoviária. Neste sentido, o parque industrial corumbaense foi desarticulado, gradualmente, a partir de então. Este quadro foi reforçado, ainda, pelas dificuldades impostas à navegação fluvial após prolongados períodos de seca no Pantanal que dificultaram, com o encarecimento do frete fluvial, a continuidade dessa trajetória.

Simultaneamente, observa-se o estancamento do processo de mudanças, lentas mas permanentes, que marcara a pecuária pantaneira até meados dos anos 30. O crescimento do rebanho, embora permanente, deu-se muito mais pela ação de condições climáticas favoráveis, como a seca, do que pela elevação do número de cabeças proveniente de melhorias introduzidas no trato com os rebanhos[46]. Mesmo o aumento do consumo de carne, com o crescimento das cidades, não foi suficiente para ir de encontro à crise do setor a partir do final da década de 50, quando o gado pantaneiro enfrentou cada vez mais a concorrência da carne produzida em outras regiões do país, inclusive em Campo Grande, em condições mais favoráveis de preço e abate. Todos estes fatores acabaram contribuindo, de alguma forma, para uma menor disponibilização de capitais provenientes da atividade pecuária, tendo como conseqüência a queda das taxas de transferência das rendas deste setor para as áreas urbanas e para a atividade industrial, movimento esse que colaborara para a efetivação do surto de crescimento da cidade nos anos 40/50.

Outra questão que voltou a ser discutida naquele momento foi o contrato de exploração do manganês e minério de ferro das jazidas de Urucum, localizadas no município de Corumbá. O governo de Fernando Corrêa da Costa denunciou o acordo existente entre o estado de Mato Grosso e a Sobramil, considerado lesivo aos interesses públicos, na medida em que fixou em dez cruzeiros por tonelada a cota a ser paga aos cofres públicos pela exploração desses minerais, afora trinta e cinco milhões pagos ao estado, pelo arrendamento da área. Considerando que o total do empreendimento era avaliado em três bilhões de cruzeiros, uma das maiores transações comerciais realizadas no país, o governo estadual pretendia estabelecer o contrato em outras bases.

Além disso, foram levantadas denúncias por parte da Comissão da Faixa de Fronteiras, referentes à participação da Companhia Meridional de Mineração Ltda. na lavra, uma vez que esta empresa contava com a participação majoritária da United States Steel Corporation entre seus acionistas, e a legislação ainda em vigor vedava a presença de empresas estrangeiras em empreendimentos considerados estratégicos em áreas de fronteira — como era o caso de uma siderurgia. A questão será contemplada com a fixação de novo contrato entre a Sobramil e o governo estadual, bem como uma nova sublocação entre esta empresa e a Companhia Meridional de Mineração Ltda., supervisionada pelo estado de Mato Grosso, atendendo aos quesitos legais sobre o tema. No final dos anos 60, esta siderúrgica interrompeu suas atividades na cidade, sendo este também outro fator a colaborar para o desmonte progressivo do parque industrial existente no município[47].

Afora todas as conseqüências trazidas pela industrialização em curso no município de Corumbá, foi também nesse momento que a cidade passou a sentir os efeitos da segunda etapa de construção do ramal ferroviário Brasil-Bolívia, sobretudo a partir de 1953, quando da inauguração definitiva da estrada em toda a sua extensão, até Santa Cruz de la Sierra. Logo,

> "Foi somente a partir de 1953, quando da chegada dos trilhos, transformando a cidade no ponto final da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), que este centro urbano passou a desempenhar um novo papel no contexto político-econômico regional: capturou o mercado consumidor boliviano para os produtos brasileiros, que ocorre com a expansão do comércio atacadista e de exportação, implementando seu papel geopolítico em relação à Bolívia."[48]

Esta nova perspectiva, aberta com a construção deste ramal ferroviário, vem juntar-se àquela exposta acima, representada pelo seu papel como centro redistribuidor de mercadorias no interior do estado. Fruto disso serão as modificações introduzidas na malha urbana, nos anos 50, como a melhoria dos serviços de água e energia elétrica, patrocinados pelo governo estadual; o calçamento e arborização das ruas do centro da cidade, por meio de contratos assinados entre prefeitura e particulares (1951-1952), iniciando-se pelo porto,

---

[46] OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Uma fronteira para o pôr-do-sol...* p. 47.
[47] Posteriormente foram instaladas na cidade a empresa Ferro-Ligas, explorando o minério de ferro de Urucum, que também veio a ser fechada, e a Urucum Mineração S/A, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, em funcionamento desde os anos 70. SOUZA, Lécio G. de. *História de Corumbá...* p. 113.; IBGE. *Geografia do Brasil*: região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: 1989. v. 1.: p. 179.
[48] ITO, Claudemira Azevedo. *Corumbá...* p. 16.

região de maior dinamismo em Corumbá; inauguração das primeiras linhas de transporte urbano, com o lotação "Expresso Cinderela"; construção de conjuntos habitacionais no município e o aumento da movimentação bancária na cidade, com a implantação de três novas agências bancárias: Banco do Comércio e Indústria de São Paulo (1954), Cooperativa de Crédito Agropecuário do Pantanal de Mato Grosso (1958) e o Banco do Estado de São Paulo (1958)[49].

Além disso, o processo de urbanização em curso naquele momento em todo o país e em particular no estado de Mato Grosso deu ensejo ao desmembramento de áreas territoriais e criação de novos municípios. Desta forma surgiu, em 1953, o município de Ladário, antigo distrito desta cidade, área urbana conurbanada a Corumbá, sede do Distrito Naval, abrigando o comando central da região Centro-Oeste. Sobre a mesma perspectiva de urbanização da região Sul de Mato Grosso, é importante assinalar ainda que, nesse período, apesar da condição favorável alcançada por Corumbá, ocorreu, simultaneamente, o fortalecimento do município de Campo Grande enquanto pólo regional, dando continuidade a tendência de crescimento daquela cidade, já verificada a partir dos anos 40 (Tabela 2.4.).

Tabela 2.4. - População das principais cidades mato-grossenses - 1940 e 1950 (1)

Cidades	1940			1950			**Variação (%)**
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	
Cuiabá.....	27.479	26.915	54.394	28.418	29.076	57.494	**5,7**
Campo Grande..	26.330	23.299	49.629	31.158	28.866	60.024	**20,9**
Corumbá.....	16.131	13.390	29.521	21.155	19.292	40.427	**36,9**
Ponta Porã.....	17.408	15.588	32.996	10.791	10.112	20.903	**-36,6**
Três Lagoas.....	8.212	7.166	15.378	10.265	9.041	19.306	**25,5**
Dourados.....	8.080	6.905	14.985	12.145	10.934	23.079	**54,0**
Estado.....	230.405	201.860	432.265	280.873	256.195	537.068	**24,2**

(1) Para efeitos comparativos, foram consideradas as mesmas cidades da Tabela 1.3.
Fontes: IBGE, 1952: 51.; IBGE, 1956 (b): 64.

Apesar de um crescimento mais modesto, em relação à tabela apresentada no capítulo anterior — considerando-se igualmente que, aqui, o período analisado abrange

[49] ITO, Claudemira Azevedo. *Corumbá...* p. 58-60.

somente dez anos e que vários desses municípios, no período, sofreram desmembramento, mesmo assim continuou a manifestar-se a importância de Campo Grande, não só como pólo regional, mas como principal centro urbano do estado, desta feita ultrapassando, em população, o município da capital, Cuiabá. Afora o fato de que, enquanto Cuiabá cresceu 5,7% no decênio 1940-1950, Campo Grande teve um ganho populacional de 20,9%.

Corumbá, em função dos processos sociais anteriormente descritos, acabou por ter um crescimento relativo maior que a própria Campo Grande, embora permaneça no terceiro posto entre as cidades mais populosas do estado. Denotando a importância que a atividade agrícola alcançou nas décadas seguintes, despontava o município de Dourados, com um crescimento de 54,0% em sua população; no período, esta foi a maior variação relativa entre as cidades consideradas. Ponta Porã, município do extremo Sul do estado, foi a única unidade municipal a apresentar decréscimo populacional, para o que certamente contribuiu o desmembramento de parcelas de seu território, para a formação do município de Amambai, além da perda de importância relativa da erva mate, fator fundamental no processo de fixação populacional nessa região de Mato Grosso. Três Lagoas, por sua vez, aproximou-se da variação média verificada para o total da população do estado, registrando um crescimento de 25,5%.

3. O ensino primário em Mato Grosso

Este segundo momento do período histórico analisado é marcado pelo processo de consolidação da educação nacional em Mato Grosso, isto é, representou o momento de maior concretização das diretrizes e políticas que começaram a delinear-se entre 1930-1945, em termos de Brasil. Neste sentido, representou ainda um novo momento de expansão da escola pública na região, já agora caminhando para a sua organização enquanto *rede pública de ensino*. Para tal, entre outras mudanças, foram introduzidas modificações na própria estrutura do órgão gestor da educação, em Mato Grosso, com a implantação da Secretaria de Educação e Cultura, em 1953.

3.1. Expansão e ordenação da escola primária

Quando comparada ao período anterior, a tipologia das escolas existentes, em relação ao ensino primário público no estado de Mato Grosso, nestes anos — 1946 a 1954 — é muito semelhante àquela que existiu até o final do Estado Novo. Mesmo com as modificações introduzidas em 1952, primeiro ano de vigência da Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951 — a Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso[50] — foram mantidas as principais denominações para as diversas modalidades de estabelecimentos então existentes: escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares, acrescidas das denominações que indicassem sua localização (urbana, rural e distrital). A estas foi acrescida uma nova modalidade, a escola supletiva[51]. Diferentemente da legislação de 1927, contudo, estabeleceu-se a unicidade dos programas e anos de estudo[52], na medida em que foi determinado o currículo básico do curso primário elementar, a ser ministrado em todas as escolas públicas e particulares em quatro anos, independentemente de sua localização e, quando mantidas pelo Estado, também de sua dependência administrativa (municipais ou estaduais). Deste currículo básico constavam as seguintes disciplinas: 1. Leitura oral e escrita; 2. Iniciação matemática; 3. Geografia e História do Brasil; 4. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e trabalhos manuais; 5. Desenho e trabalhos manuais; 6. Canto orfeônico; 7. Educação física.

Quanto ao curso primário complementar, ou 5º ano de admissão (ao ensino médio), como era mais conhecido, seu funcionamento ficou adstrito aos grupos escolares públicos

---

[50] Este estatuto legal representou a adaptação, no estado de Mato Grosso, de sua congênere nacional, a *Lei Orgânica do Ensino Primário* (Decreto-Lei nº 8529, de 2 de janeiro de 1946). BRASIL. *Coleção das Leis de 1946*... p. 640-646.

[51] "Art. 2. — O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino: a) — o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos; b) — o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos." MATO GROSSO. Lei n. 452, 24 nov. 1951. Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso... p. 1-3.

[52] Embora a Lei nº 452 tenha estabelecido este dispositivo quanto às escolas primárias, o fato é que esta mudança não aconteceu imediatamente, dependente que ficou da aprovação de um novo regulamento da instrução primária, ainda tramitando na Assembléia Legislativa do Estado em 1955. Desta forma, continuaram a vigorar os planos e programas anteriores, estabelecidos em 1927, que determinavam currículos e duração distintos para os cursos das escolas isoladas rurais e ensino supletivo (2 anos); escolas isoladas urbanas (3 anos) e escolas agrupadas (escolas reunidas e grupos escolares, 4 anos). Cf. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1953.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1953. p. 41.; MATO GROSSO. *Mensagem*

ou escolas de curso primário particulares, contando o mesmo com o seguinte grupo de disciplinas e atividades educativas: 1. Leitura e linguagem oral e escrita; 2. Aritmética e Geometria; 3. Geografia e História do Brasil; 4. Ciências Naturais e Higiene; 5. Conhecimentos das atividades econômicas da região; 6. Desenho; 7. Trabalhos manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região; 8. Canto orfeônico; 9. Educação física. Já o ensino supletivo manteve-se com seu curso de dois anos, com as seguintes disciplinas: 1. Leitura e linguagem oral e escrita; 2. Aritmética e Geometria; 3. Geografia e História do Brasil; 4. Ciências Naturais e Higiene; 5. Desenho[53].

Da mesma forma, verifica-se que não se transformou significativamente a participação percentual média de cada tipo de estabelecimento, dentro do total de escolas existentes (4,3% de grupos escolares; 5,3% de escolas reunidas e 90,4% de escolas isoladas), quando comparados os dados deste período com o anterior[54]. Apesar disso, continuou a acontecer a tendência que já se verificara nos anos 30-45, de crescimento total das escolas agrupadas (grupos escolares e escolas reunidas), em relação às escolas isoladas (que registraram um pequeno decréscimo em sua participação percentual — Tabela 2.5).

Tabela 2.5. - Escolas primárias segundo o tipo - Mato Grosso - 1946 a 1954

Ano (1)	Grupo Escolar		Escola Reunida		Escola Isolada (2)		Total Geral
	Escolas	%	Escolas	%	Escolas	%	
1947.....	15	5,5	23	8,4	236	86,1	274
1948.....	24	3,6	33	5,0	609	91,4	666
1949.....	25	3,9	39	6,1	576	90,0	640
1950.....	28	3,6	37	4,8	705	91,6	770
1953.....	38	4,8	34	4,3	716	90,9	788
1954.....	47	4,3	35	3,2	1.016	92,5	1.098
Média.....		**4,3**		**5,3**		**90,4**	

(1) Os dados apresentados excluem o Território de Ponta Porã, em 1947.
(2) Inclui, para o ano de 1948, o total de escolas supletivas.
Fontes: MATO GROSSO, 1950: 44; MATO GROSSO, 1954: 24-49; MATO GROSSO, 1955: 39-42.

O fato mais significativo nesses anos, no entanto, foi o processo de expansão no número total de estabelecimentos escolares públicos, processo este que ainda foi mais significativo entre as escolas isoladas. Este crescimento começou já na segunda metade dos

---

apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1955. p. 43.
[53] MATO GROSSO. Lei n. 452, 24 nov. 1951. Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso... p. 1-3, 1951.
[54] Cf. tabela 1.4, capítulo I.

anos 40, mesmo considerando que apenas a partir de 1948 os dados estatísticos referentes ao Território de Ponta Porã, extinto pela Constituição Federal de 1946, vieram a ser agrupados ao restante do estado de Mato Grosso (Tabela 2.5.); e foi particularmente expressivo na década de 50, quando o número total de estabelecimentos sofreu uma variação de 42,6% entre 1950 e 1954. Não só a retomada das atividades econômicas e de exportação do estado (produtos derivados da atividade pecuária) poderia explicar os surtos populacionais que demandaram a região nestes anos.

Outros fatores também colaboraram neste processo. Entre estes fatores, estaria o próprio dinamismo resultante de certas atividades existentes em Mato Grosso, nesse período, como a construção do ramal ferroviário que demandava o Oriente boliviano, a partir de Corumbá, e a existência de um incipiente parque industrial nesta cidade, surgido no interregno entre as duas guerras mundiais. Outro fator seria a ocupação do extremo Sul do estado, particularmente Dourados e circunvizinhanças, com a intensificação da atividade agrícola nesta região, além das iniciativas colonizadoras no Sul e Norte de Mato Grosso.

Esta ocupação mais intensa de certas regiões de Mato Grosso, contudo, não foi suficiente para mudar o panorama mais geral da distribuição populacional no estado que ainda tinha, em grande parte, seus habitantes concentrados na zona rural, apresentando também baixa densidade populacional na maioria de seu território. Em 1950, quando do levantamento censitário, Mato Grosso tinha 522.044 habitantes, sendo que 65,9% (344.214 habitantes) moravam na zona rural e 34,1% (177.830 habitantes) eram residentes em zonas urbanas, com uma densidade populacional média de 0,42 habitante por quilômetro quadrado[55].

Essa distribuição populacional certamente facilitou o aumento do número de escolas isoladas nas áreas rurais (Gráfico 2.1.). Segundo dados disponíveis para o ano de 1946, 44,8% do total de estabelecimentos de ensino primário existentes no estado localizavam-se em zonas urbanas e suburbanas (escolas urbanas e distritais), enquanto 55,2% deles localizavam-se nas áreas rurais. Já em 1951, cerca de 37,6% do total de escolas existentes em Mato Grosso localizavam-se nas zonas urbanas e suburbanas, enquanto 62,5% dos estabelecimentos estavam nas zonas rurais de Mato Grosso.

---

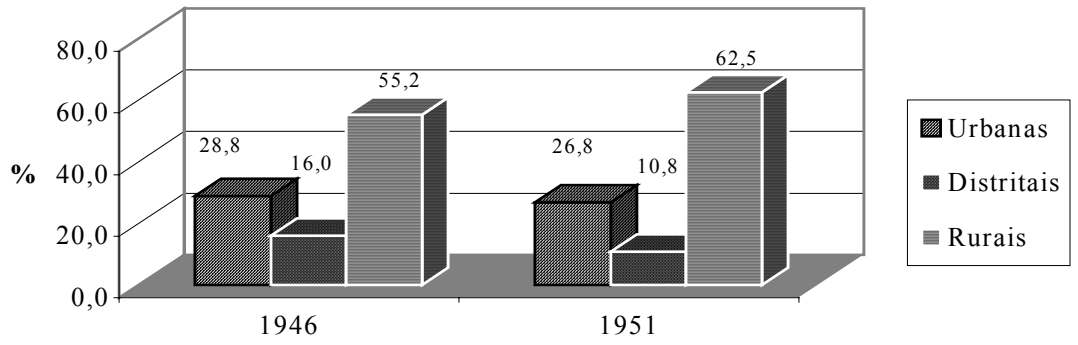
[55] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1956... p. 37.

Neste sentido, embora o poder público enfatizasse nesse momento, como acontecera no período precedente, a maior eficácia do ensino ministrado nas escolas agrupadas, e apontasse as limitações da escola isolada, insistia em que

> "(...) este tipo de estabelecimento tem a sua importância e sua peculiar função decorrente de nossas condições demográficas. Nesse sentido tem o Governo procurado aumentar o número delas, disseminando, assim, o ensino e a educação, atendendo ao mesmo tempo a necessidade de cada núcleo vital da nossa população."[56]

Gráfico 2.1. - Escolas primárias segundo a localização - Mato Grosso - 1946 e 1951

(em percentuais)



Fontes: IBGE, 1946: 420.; MATO GROSSO, 1953: 41-42.

Esta realidade levou o governo estadual a preocupar-se de forma mais direta com a expansão do ensino primário exatamente nas regiões consideradas como menos favorecidas pela ação estatal, ou seja, o *interior* do território mato-grossense — o que recoloca a questão da integração desses espaços à unidade nacional, que já fora tratada com especial ênfase nos anos precedentes, especialmente com o lançamento da campanha getulista de *Marcha para o Oeste*[57]. Em conseqüência disso, o executivo estadual passou a considerar,

---

[56] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa por ocasião do início da abertura da sessão legislativa de 1949, pelo Doutor Arnaldo Estevão de Figueiredo, Governador do Estado.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1949. p. 25. **APE-MT**

[57] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1950. p. 46.Ainda neste mesmos termos, o executivo estadual explicava o crescimento pouco expressivo dos ensinos infantil e pré-vocacional (ensino primário complementar): [embora] "(...) o ensino infantil [tenha tido] um aumento de 50% e o pré-vocacional de 30%(...)" — o que não era suficiente para acompanhar o ritmo de crescimento do ensino primário — "(...) esse crescimento em menor escala é justificado, no entanto, tendo em vista que apenas nos centros mais populosos se desenvolvem essas modalidades de ensino", ou seja, exatamente nas regiões menos privilegiadas, naquele momento, para a abertura de escolas. **APE-MT**

pela primeira vez, a necessidade da organização de uma modalidade de ensino especificamente voltado para a zona rural,

> "(...) pois tem ali o ensino que impregnar-se de cunho tipicamente ruralista, instruindo-se os alunos à feição do ambiente em que vivem, para que, além da preparação intelectual, recebam eles ensinamentos que os habilitem no exercício da atividade no seu habitat."[58]

Esta preocupação com a escola rural levou também à fundação de clubes agrícolas, em projeto que contava com a participação do Ministério da Agricultura[59], anexos aos estabelecimentos educacionais das regiões mato-grossenses *reconhecidamente agrícolas*[60], que deveriam funcionar como fomentadores do ensino rural nesses contextos. Para tal iniciativa, foram escolhidas áreas nos municípios de Aquidauana, Bela Vista, Bonito, Camapuã, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Ponta Porã e Nioaque, na porção Sul do estado; Cuiabá, Livramento, Poconé, Poxoréu e Rosário Oeste, na região Norte[61]. Além disso, essa mesma preocupação com a unicidade do sistema público de educação e com a eficácia do ensino ministrado nas zonas rurais ensejou a organização de um só currículo básico para as escolas públicas primárias, rurais e urbanas, como já comentado anteriormente.

Este movimento de expansão, visível sobretudo a partir de 1948[62], contou com a participação do governo federal, no sentido de fornecer apoio financeiro e pedagógico para a conformação da rede pública de ensino. Neste sentido, destaca-se o Convênio Nacional do Ensino Primário, ratificado ainda no período anterior, pelo Decreto-Lei n. 515, de 14 de outubro de 1943, mas que só se efetivou a partir de 1947, quando foram disponibilizadas verbas do Fundo Nacional do Ensino Primário[63], visando à ampliação e melhoria do

---

[58] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1951. p. 30. **APE-MT**

[59] Este projeto, inclusive, teve caráter nacional, tendo sido implantado também em outras regiões do Brasil.

[60] A mensagem governamental não explicitou o que poderia ser entendido pelo termo em questão. No entanto, num estado que contava, neste momento, com uma agricultura *stricto sensu* voltada apenas para a subsistência, ainda incipiente enquanto atividade econômica de cunho comercial, provavelmente estes clubes também voltar-se-iam para a pecuária, atividade predominante em muitas das áreas escolhidas para a criação destes estabelecimentos.

[61] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1952. p. 29. **APE-MT**

[62] É preciso destacar uma vez mais que apenas a partir deste ano as estatísticas oficiais sobre o estado de Mato Grosso voltaram a incluir os dados do Território Federal de Ponta Porã, extinto pela Constituição de 1946.

[63] O Fundo Nacional de Ensino Primário fora criado pelo Decreto-Lei n. 4958, de 14 de janeiro de 1942, mas só foi regulamentado posteriormente, entre 1945 e 1947, pelos decretos n. 19513, de 25 de agosto de 1945 e pelo Despacho Presidencial n. 75, de 9 de junho de 1947. MATO GROSSO. *Termo de acôrdo celebrado*

sistema escolar primário fundamental. Esses recursos voltavam-se principalmente para a construção de prédios escolares[64] nas áreas rurais ou distritais, preferencialmente em municípios do *alto interior*, previamente escolhidos e indicados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Para o recebimento de tais recursos, o Estado comprometia-se também a não fechar escolas nos locais em que existissem mais de 30 crianças em idade escolar, bem como nas áreas em que as unidades escolares eram reconhecidamente insuficientes para atender à demanda. Além disso, o convênio exigia, para a continuidade no recebimento dos recursos, que o executivo mato-grossense consignasse pelo menos 15,0% de sua receita tributária na manutenção do ensino primário, ultimando desta forma a construção e funcionamento de 28 novos estabelecimentos rurais deste grau de ensino, já previstos para entrarem em funcionamento por força de acordos anteriores[65].

Assim, entre os anos de 1946 e 1949 foram assinados cinco acordos com o INEP, decorrentes da adesão do estado ao convênio que instituía o Fundo Nacional do Ensino Primário: um em 1946, dois em 1947 (ano em que as verbas foram disponibilizadas pela primeira vez), um em 1948 e outro em 1949. Os acordos previam a construção de 214 prédios escolares rurais, além de terem incluído, posteriormente, 11 grupos escolares e duas escolas normais rurais. Segundo informações disponíveis para o ano de 1953, até aquela data o governo estadual havia recebido, entre 1947 e 1950, o montante de Cr$ 9.340.000,00 para a construção das escolas rurais, suplementados em Cr$ 2.220.000,00 entre 1951 e 1953. Do total de 214 prédios projetados para a zona rural, 23 estavam em construção; 30 não haviam sido iniciados e 161 encontravam-se concluídos[66]. Já para os grupos escolares, o montante de verbas investidas pelo governo federal foi de Cr$ 1.666.666,00, entre 1948 e 1949, sendo que, dos 11 estabelecimentos planejados, 4 ainda não haviam tido sua

---

entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Mato Grosso, para execução do plano de construções destinadas à ampliação e melhoria do sistema escolar primário. Rio de Janeiro: 1947. p. 1. **APE-MT**

[64] Segundo dados de 1948, o ensino estadual primário funcionava, em sua grande maioria, em prédios particulares alugados, que não eram adaptados para receberem instalações escolares. Naquele ano, entre 666 unidades escolares, apenas 18 possuíam instalações próprias, sendo que 11 delas localizavam-se em Cuiabá. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 65. **APE-MT**

[65] MATO GROSSO. *Termo de acôrdo celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Mato Grosso, para execução do plano de construções destinadas à ampliação e melhoria do sistema escolar primário.* Rio de Janeiro: 1947. p. 1-6. **APE-MT**

[66] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. p. 15. **APE-MT**

construção iniciada, 3 estavam em construção e 4 haviam sido concluídos em 1953. Sobre as escolas normais rurais, não foram encontrados registros sobre a sua construção[67].

Outro programa que colaborou para o processo de expansão do ensino primário nesses anos foi a instalação da escola supletiva, que se efetivou por meio da *Campanha de Alfabetização de Adultos e Jovens*. Este programa, organizado pelo governo federal a partir do governo Dutra, resultou na ampliação do ensino supletivo no estado, visando à erradicação do analfabetismo entre a população que não tivera acesso à escola primária fundamental comum[68], vindo estender o alcance da escola noturna, organizada no final da década de 30.

O primeiro Acordo Especial sobre o ensino supletivo foi firmado a 29 de maio de 1947 entre o governo da União, representado pelo Ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani e o estado de Mato Grosso, representado pelo seu Delegado Especial, Virgílio Corrêa Filho. Neste acordo, foi previsto o funcionamento de 100 escolas supletivas, noturnas, espalhadas por diferentes cidades de Mato Grosso[69]. Pelo Decreto-Lei n. 874, de 3 de julho de 1947, o governo estadual criou os referidos estabelecimentos, alocando-os,

---

[67] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. p. 17-22. Por meio do registro das construções realizadas, é possível constatar ainda os percalços políticos e administrativos que envolveram a utilização destes recursos públicos. Eis alguns exemplos: "Bela Vista — Prédio de Boqueirão, o contrato de construção foi firmado pelo Governo Estadual passado, em 8-11-948 (sic), com o então prefeito, sr. Peri de Almeida Melo, representado pelo seu procurador Deputado Waldir dos Santos Pereira. Recebeu duas prestações, uma de Cr$ 8.333,30 e outra de Cr$ 20.000,00. O atual Governo do Estado deu ao atual prefeito Alvaro da Silva Mascarenhas, conforme recibo firmado, Cr$ 30.000,00 para a terminação (sic) do prédio. Nenhum dos dois Prefeitos construiu, nem devolveu o dinheiro ao Estado. (...) Rondonopolis (sic) — Que foi contratado com Arquimedes D'Elia. A construção de pessimo (sic) material começou a desmantelar-se e a cair quando as paredes iam atingindo altura. Foi abandonado pelo construtor que fugiu para rumo ignorado em virtude de homicidio (sic) praticado." Pelo menos em uma ocasião o governo estadual necessitou abrir um crédito especial, no valor de Cr$ 3.600.000,00, pelo Decreto n. 1741, de 31 de dezembro de 1953, "(...) para regularizar a situação que tanto desabonava o conceito em que o Estado deve ser tido(...)", cobrindo desta forma os rombos abertos pelo uso fraudulento das verbas do Ministério da Educação e Saúde/INEP. **APE-MT**

[68] "Os cursos noturnos são em tudo semelhantes às escolas isoladas urbanas e se destinam aos meninos de doze anos para mais [e adultos], que forem impossibilitados de freqüentar aulas diurnas. São providas interinamente por um ou mais professores em exercício nas escolas públicas percebendo, além de seus vencimentos, a gratificação mensal de Cr$ 100,00." MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1953*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1953. p. 41. É interessante notar que não faz parte do universo de preocupações do governo mato-grossense, neste momento, a discussão sobre as razões que levariam estas crianças a ingressar no mercado de trabalho, da mesma forma que não se discute a existência de adultos que não conseguiram ingressar na escola durante a infância; cogita-se apenas da oportunidade que deveria ser oferecida a eles, de saírem do analfabetismo. **APE-MT**

entre outros, nos municípios de Cuiabá — 23 escolas; Campo Grande — 12 escolas; Corumbá — 3 escolas; Cáceres — 8 escolas, etc. Posteriormente, no mês de agosto, outras 50 classes foram criadas.

Apesar de toda esta movimentação inicial, contudo, segundo avaliações dos próprios organizadores dessa modalidade de ensino, apresentada no ano seguinte, 1948[70], a campanha foi instalada parcialmente em seu início, devido a atrasos na liberação das verbas estaduais para o programa; bem como em função da dificuldade para obter junto ao governo federal os materiais para as escolas[71], além dos problemas enfrentados no fechamento dos convênios com as prefeituras municipais. Mesmo passando por estes percalços, ao final do ano de 1949, o programa contava com 194 classes instaladas no estado[72]. Isto não pareceu ter garantido, no entanto, que este empreendimento alcançasse totalmente seus objetivos. Segundo observação do próprio diretor do Departamento de Educação e Cultura, em seu relatório sobre as atividades educacionais desenvolvidas durante o ano de 1954, estas escolas

> "Não são devidamente fiscalizadas e seu funcionamento fica entregue exclusivamente ao bom senso e escrúpulo do professor no cumprimento do dever. Temos porém absoluta certeza de que 60% dessas escolas não funcionam ou se funcionam é de forma irregular, não chegando a haver durante o mês aulas no espaço de uma semana. Aliás, foi-me declarado textualmente, por ilustre deputado à Assembléia Legislativa do Estado, que as Escolas Supletivas localizadas na região de um município do Leste não funcionaram no ano findo, mas a gratificação pro labore deveria ser paga, era um manjar caído do céu para ajudar o professor mal pago."[73]

---

[69] MATO GROSSO. Instituto Memória do Poder Legislativo - Assembléia Legislativa de Mato Grosso. *Cópia da legislação referente ao ano de 1947, publicada no Diário Oficial*. [Cuiabá: 19--?]. p. 31. **IMPL-MT**

[70] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 60. **APE-MT**

[71] Segundo os argumentos levantados pelo Departamento de Educação e Cultura em 1952, quando era diretor deste órgão Antonio de Arruda Marques (gestão do Governador Fernando Corrêa da Costa – 1951-1955), estes atrasos no envio das verbas federais para o programa de ensino supletivo devia-se à "(...) desorganização imperante na administração anterior [gestão do governador Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947-1950) [que] trouxe como conseqüência o desvio de apreciável parcela do fundo recebido e a recusa do Ministério em enviar novas cotas, sem a demonstração da aplicação das entregues." MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1952. p. 32. **APE-MT**

[72] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1950. p. 46. **APE-MT**

[73] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1955. p. 45. **APE-MT**

Desta forma, esta constatação relativiza outras avaliações realizadas no mesmo período, que enfatizavam o alcance desses programas de alfabetização. Os elementos favoráveis levantados para a defesa dessas iniciativas centravam-se no *lugar de destaque* que Mato Grosso passou a ocupar no rol de estados da Federação[74], com relação a este indicador social; como também destacavam os resultados alcançados em Cuiabá, que fizeram do município uma das cidades com maior índice de alfabetização do país[75].

Tratando ainda da expansão do ensino público nesses anos, torna-se importante discutir o entendimento que os gestores do Estado tinham sobre os princípios da gratuidade e obrigatoriedade naquele momento. O texto legal em vigor para o estado de Mato Grosso até 1951, isto é, o Regulamento da Instrução Pública de 1927, estabelecia em seu artigo 3º que o ensino público primário seria *gratuito*, *leigo* e *obrigatório* para todas as *crianças normais*, *analfabetas*, *residentes num perímetro de até 2 km da escola pública*[76]. Não existia, assim, a obrigatoriedade, por parte do Estado, de tornar universal o acesso à escola pública, entendendo-se que ela seria acessível àqueles que fossem atingidos em sua esfera de influência (o perímetro de 2 km).

A gratuidade, por seu turno, era efetiva nas escolas públicas existentes e particulares conveniadas, limitando-se à inexistência de taxas para ingresso e ou permanência no curso oferecido. De outra feita, contudo, a legislação em vigor previa a possibilidade de existir um *caixa escolar* (art. 187 a 193), destinado à manutenção de alunos carentes (compra de livros, roupas e outros materiais escolares). Os recursos para tal deveriam vir da contribuição de associados (que a lei não explicita quais sejam) e de verbas públicas (municipais e estaduais). Esta última — a verba devida ao caixa escolar pelo governo estadual — deveria ser suprida em materiais escolares, que seriam devidamente distribuídos entre os alunos indigentes[77].

---

[74] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1950. p. 47. **APE-MT**

[75] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. p. 5. **APE-MT**

[76] MATTO-GROSSO. *Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso* (Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927). Cuiabá: Typ. Official, 1927. p. 2.

[77] *Ibid.,* p. 208.

Quando o mesmo tema da obrigatoriedade e da gratuidade foi retomado pela Lei nº 452, de 1951, em seus artigos 37 a 44[78], a legislação pertinente tornava o ensino primário elementar (quatro séries iniciais) *obrigatório para todas as crianças entre sete e doze anos*, tanto em termos de matrícula como em termos de freqüência às atividades ali desenvolvidas. Para a efetivação deste caráter obrigatório do ensino primário elementar previa-se o desenvolvimento de algumas medidas, entre elas: a) a organização de cadastros escolares nos municípios e distritos, visando ao controle dos prováveis discentes que ali residiam; b) a criação de escolas primárias, nas zonas rurais, desde que existissem na região pelo menos trinta crianças; c) a manutenção, pelas empresas (industriais e comerciais, rurais ou urbanas) que contassem com mais de 100 empregados, de escolas primárias, tanto para seus servidores (inclusive trabalhadores menores de idade), como para os filhos destes; d) a organização, por parte do empresariado, de providências que facilitassem o comparecimento de seus empregados e dependentes aos bancos escolares; e) a permissão para que entidades particulares criassem campanhas emergenciais de alfabetização (previamente aprovadas pelo Estado), bem como mantivessem escolas primárias, principalmente nas áreas rurais, estas últimas contando com subvenções públicas, etc.

É interessante notar que, entre as medidas propostas para reforçar o caráter obrigatório do ensino primário, constavam iniciativas que caberiam ao Estado tomar (como aquelas propostas nos itens a e b) e outras que seriam de responsabilidade do Estado quanto à fiscalização, mas que caberia à iniciativa privada realizar (como os itens c a e). Desta maneira, a lei não fixou, em nenhum de seus artigos, que caberia ao Estado a tarefa de garantir acesso à escola a todos os cidadãos, ampliando, no entanto, o caráter obrigatório do ensino primário, obrigatoriedade esta que poderia realizar-se tanto numa escola pública como numa escola particular.

Em relação à gratuidade, ainda era prevista em 1951 a organização dos *caixas escolares*. Alguns anos antes, em 1948, quando estavam se organizando as primeiras comissões para elaborar o anteprojeto do que seria a nova legislação estadual de ensino, assim se expressava o executivo estadual sobre o tema:

> "Para se tornar efetiva a obrigatoriedade torna-se necessária a criação de caixas escolares, assistência médica e merenda escolar, afim de serem

[78] MATO GROSSO. Lei n. 452, 24 nov. 1951. Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso... n. 11110.

> colhidas na rede do ensino popular todas as crianças, especialmente as pertencentes a famílias humildes, que, com muito sacrifício, poderão mandar seus filhos à escola."[79]

Mantém-se, desta forma, o entendimento de que a permanência dos alunos carentes na escola dependia de auxílios complementares e, mais uma vez, procurava-se angariar esta verba suplementar com a organização dos caixas escolares. Além desta, outras iniciativas foram pensadas, como instituições auxiliares do ensino e assistência escolar, com o mesmo objetivo de induzir o aluno carente a permanecer estudando, ou seja, visando atraí-lo para a escola: a) a criação de bibliotecas nas escolas e de projetos como os clubes de leitura; b) a instalação de correio, museu e jornal escolares; c) o funcionamento dos clubes agrícolas; d) o envolvimento dos discentes em projetos voltados para a *ajuda solidária* aos colegas carentes, como a bandeira da saúde, liga de bondade e cooperativa escolar; e) o incentivo ao associativismo nas escolas, pela criação de grêmios, do escotismo e do bandeirantismo[80].

Como a organização dos caixas escolares parece não ter-se efetivado a contento, o próprio governo de Mato Grosso, independentemente do alcance das medidas propostas, voltou-se para o atendimento de algumas destas iniciativas. Sempre visando em primeiro lugar ao aluno carente e alegando a escassez sistemática de recursos disponíveis no erário público para atender a todas as demandas, acabaram sendo priorizadas duas iniciativas, quais sejam, a compra de material escolar e de material didático para as escolas[81].

Ainda pensando sobre o tema da expansão do ensino primário nesses anos em Mato Grosso, resta tratar da questão do ensino particular. A evolução desta modalidade de ensino, assim como das escolas públicas municipais e estaduais, em termos absolutos e percentuais, está demonstrada na Tabela 2.6.

Pode-se perceber a existência de dois momentos com relação à escola particular. Na segunda metade da década de 40, provavelmente acompanhando a retomada do crescimento sócio-econômico por que passou o país e, também, o estado de Mato Grosso, esses estabelecimentos floresceram na região, tendo alcançado sua marca recorde em 1950,

---

[79] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 58. **APE-MT**

[80] *Ibid.,* p. 63. **APE-MT**

[81] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1955. p. 44. **APE-MT**

quando existiam 91 escolas primárias privadas no estado. Em termos relativos, contudo, esse mesmo período representou um decréscimo na participação das escolas privadas no montante de estabelecimentos existentes em Mato Grosso, concomitante com a expansão dos setores públicos, estadual e municipal. Os dados coletados mostram que, enquanto em 1947 chegou-se a contar com 18,5% das escolas primárias em poder da iniciativa privada, em 1950 este número chegou a 9,5%.

Tabela 2.6. – Escolas primárias segundo a dependência administrativa - Mato Grosso - 1947-1956

Ano	Escolas particulares	%	Escolas públicas estaduais	%	Escolas públicas municipais	%	**TOTAL**
1947.....	74	18,5	274	68,3	53	13,2	**401**
1948.....	87	10,7	666	81,8	61	7,5	**814**
1949.....	89	11,1	640	79,8	73	9,1	**802**
1950.....	91	9,5	770	80,5	96	10,0	**957**
1953.....	78	7,8	788	78,5	138	13,7	**1004**
1956 (1)	75	9,8	577	75,7	110	14,4	**762**

(1) Informação relativa ao primeiro mês letivo de 1956.
Fontes: MATO GROSSO, 1950: 45.; IBGE, 1951: 420.; MATO GROSSO, 1954: 30.; IBGE, 1956: 342-344.

O segundo momento, iniciado com o alvorecer dos anos 50, assistiu à continuidade da queda do número de escolas privadas de ensino primário, desta vez em termos absolutos (cerca de 20 estabelecimentos deixaram de funcionar entre 1950 e 1956), enquanto se mantiveram os percentuais condizentes à sua participação relativa, em cerca de 8,9%, em média. Ainda com relação aos dados relativos, as redes municipais e estaduais de ensino, naquele momento, também apresentaram uma certa estagnação, chegando mesmo a decrescer — como foi o caso das escolas estaduais — ou a crescer relativamente pouco, como foi o caso do ensino municipal.

É interessante notar também que a esses dois momentos corresponderam dois focos distintos de atuação, em relação ao ensino particular, de parte do executivo estadual. O primeiro governador eleito no período pós-1945, Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947-1950), da coligação PSD/PTB[82], definia desta forma a relação do Estado com a iniciativa privada, na área educacional:

[82] RIBEIRO, Lélia Rita E. de Figueiredo. *O homem e a terra.* Campo Grande: [199-?]. p. 339 et seq.

> "Se, é bem verdade, estabelece a Constituição ser o ensino primário livre à iniciativa particular, não é menos certo, todavia, que num país como o Brasil em que há número relativamente grande de analfabetos, não pode o Poder Público ficar de braços cruzados aguardando inerme a ação daqueles. Tem, antes de tudo, de atacar o problema de frente, *suprindo as deficiências do ensino particular* e mesmo chamando para si pesados ônus nos casos em que a iniciativa particular não se faz sentir, que são justamente naqueles em que o empreendimento seja menos tentador por que incapaz de produzir rendimento que compense."[83]

Esta declaração de princípios do governo estadual, em 1950, parece entender a ação do poder público como *suplementar* àquela estabelecida pela iniciativa privada, sobretudo nas áreas menos compensadoras para o empreendedor particular, em se tratando do estado de Mato Grosso, muito provavelmente toda a sua imensa e rarefeita zona rural... Maximamente, propunha o executivo estadual que era necessário levar aos necessitados o *pão do espírito*, a fim de capacitá-los a serem bons *cidadãos da pátria*[84].

Já o governo de Fernando Corrêa da Costa (1951-1955) ainda manteve como prioridade da educação em Mato Grosso o alcance de todos os seus rincões pela escola, reconhecida como a *vastíssima* responsabilidade a ser concretizada pelo executivo estadual[85]. Em ofício de 1952, Antonio de Arruda Marques[86], diretor do Departamento de Educação e Cultura, enfatizou que tal responsabilidade, no entanto, era papel a ser cumprido pelos *poderes públicos*. Para atender a essa demanda, o educador propunha uma série de medidas visando à cooperação financeira e administrativa das esferas estadual e municipais de educação; à unificação de seus sistemas de ensino, procurando lançar as bases de uma futura descentralização do ensino primário, e à busca de maior orientação técnica e financeira do Ministério da Educação e Saúde. A discussão destas propostas,

---

[83] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1950. p. 43. **APE-MT**

[84] *Ibid.,* p. 42-43. **APE-MT**

[85] MATO GROSSO. Secretaria de Estado da Justiça, Interior e Finanças. Departamento de Educação e Cultura. *Ofício*. Cuiabá: 1952. **APE-MT**

[86] É interessante destacar que Antonio de Arruda Marques era um técnico do Ministério da Educação e Saúde, cujo nome foi indicado para dirigir o Departamento de Educação e Cultura de Mato Grosso, conforme pedido endereçado ao MES pelo governo estadual. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1951. p. 32. **APE-MT**

inclusive, deveria ser feita durante um evento específico organizado para tal fim, o Congresso de Ensino Primário[87].

3.2. Controle e fiscalização

Assim como nos anos precedentes, a fiscalização do ensino primário foi considerada como questão fundamental para o bom funcionamento dos estabelecimentos escolares, acrescentando-se a isto a preocupação em consolidar a rede escolar no estado. Quando esta inquietude deixava os gabinetes para alcançar o terreno prático, no entanto, o propósito inicial tornava-se bem mais modesto, sendo que as mudanças neste setor, principalmente com a contratação de novos inspetores, aconteceram sempre de forma bastante lenta.

Já em 1947, para efeitos de fiscalização, o território mato-grossense foi dividido em seis zonas, assim localizadas: Cuiabá, Corumbá, Campo Grande, Ponta Porã, Cáceres e Guiratinga. Destas, somente duas inspetorias gerais haviam sido instaladas, em Cuiabá e Campo Grande[88]. Como estas inspetorias já existiam, somente havia sido dada continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado. Apesar do reconhecimento de que havia necessidade de uma assistência mais eficiente e de maior controle sobre a rede escolar existente, o executivo estadual só previa a contratação de mais dois inspetores gerais para o ano seguinte, 1948.

Completando o quadro da fiscalização escolar nesses anos em que ainda vigorava o Regulamento da Instrução Pública de 1927, além dos inspetores gerais, eram previstas: a presença de inspetores distritais, cargo honorífico destinado a pessoas com comprovada idoneidade e competência no cumprimento da função fiscalizadora, nomeadas pelo governo estadual; e a figura dos auxiliares de inspeção, quando a tarefa de inspetoria distrital passava às mãos dos diretores de grupos escolares e escolas reunidas, além de prefeitos, promotores públicos e delegados de polícia, sempre em área urbana. A administração pública continuava a lamentar o fato de que os inspetores distritais nada percebessem no

---

[87] MATO GROSSO. Secretaria de Estado da Justiça, Interior e Finanças. Departamento de Educação e Cultura. *Ofício*. Cuiabá: 1952. **APE-MT**

[88] Tendo como titulares Augusto Moreira da Silva Filho, em Cuiabá; e João de Almeida Serra, em Campo Grande. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 53 et seq. **APE-MT**

exercício de suas funções, propondo a inclusão de uma verba própria, a título de expediente e material de serviço, para o pagamento das despesas do cargo, medida essa que deveria ser estendida aos auxiliares de inspeção.

Alguns anos mais tarde, em 1951, a precariedade da fiscalização era novamente aventada, nos termos seguintes:

> "Os professores na zona rural, sem a menor fiscalização, como presentemente se encontram, negligenciam no cumprimento da sua tarefa. Dessa falta de fiscalização também se ressente o ensino nas cidades. Faz-se mister a criação de um quadro de inspetores itinerantes."[89]

Ora, a tarefa dos inspetores — gerais, distritais ou auxiliares — assim como prevista ainda pelo Regulamento de 1927, tinha um caráter itinerante, na medida em que obrigava o funcionário nomeado a deslocar-se pelo território estadual, ao encontro dos vários estabelecimentos de ensino existentes, nas zonas urbanas e rurais. Tanto assim que a mensagem governamental do ano seguinte, 1952, reconhecia o número insuficiente de inspetores existentes[90] como a questão fundamental em relação à fiscalização da rede escolar e não o fato de serem ou não itinerantes. Também completava esta análise reconhecendo ser muito mais decisiva, neste caso, a falta de funcionários do que a *má fé* de alguns representantes do magistério primário.

Somente em 1954-55 foi completado o quadro das seis inspetorias previstas em 1948. Apesar disso, o executivo estadual declarava[91] que

> "Com semelhante número de inspetores, não poderão ser inspecionadas as escolas distritais e rurais de muitos municípios, porque cada um desses funcionários tem a seu cargo zonas extensas, abrangendo vários municípios. Sob a fiscalização escolar do Inspetor de Ensino, que tem por sede esta capital, estão os municípios de Cáceres, Mato Grosso, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antonio do Leverger, Barão de Melgaço, Poxoréu, Chapada dos Guimarães, Acorizal, Rosário Oeste, Alto Paraguai, Diamantino, Nortelândia, Arenápolis e Barra dos Bugres. Para o exercício fora desta capital, conta esse funcionário com uma diária de Cr$ 50,00, correndo o excedente das despesas por sua conta."

Ou seja, esta zona de fiscalização incluía quase toda a região Norte de Mato Grosso, com exceção de sua porção Leste (cidade de Barra do Garças e adjacências), cuja

---

[89] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1951. p. 30. **APE-MT**

[90] Havia naquele momento 5 inspetores, ou seja, um a mais que os existentes em 1948.

responsabilidade ficava restrita à inspetoria de Guiratinga. Embora esta parte do território estadual, sobretudo acima do paralelo 15º (região situada ao Norte de Cuiabá), ainda fosse fracamente povoada neste momento, apresentava núcleos urbanos importantes e consideravelmente distantes, como a cidade de Mato Grosso[92], localizada a 478 km da capital do estado, Cuiabá.

Da mesma forma, embora o estado tenha levado cerca de seis anos para criar e colocar em funcionamento as inspetorias previstas originalmente no final dos anos 40 (1948), ao completar esta tarefa, em 1955, já propunha um novo plano geral de fiscalização que incluiria a existência de três inspetorias gerais — cuja missão primordial seria a de fiscalizar os inspetores regionais — e a criação de nove inspetorias regionais, mantendo-se as seis já existentes e em funcionamento[93].

Além da continuidade dos programas anteriormente existentes, outros instrumentos de controle e, conseqüentemente, de fiscalização das escolas, sobretudo da rede pública, foram introduzidos nesse momento. Procedeu-se, em 1952, a um levantamento sobre a situação do ensino primário, abrangendo três aspectos: a) magistério; b) instalações e materiais escolares; c) situação das edificações. A partir dos dados compilados, conclui-se da

> "(...) necessidade do *planejamento da distribuição das escolas em função da população escolar*, retificando-se a desigualdade registrada, fruto de transitórias conveniências, em que as menores foram as do ensino, com encargo para o erário estadual e sacrifício da nossa infância entregue, criminosamente, a incapacidade, à negligência de indivíduos que só se preocupam em ser pensionistas do Estado, com o título de professor."[94]

Desta forma, o planejamento era também pensado como instrumento de controle que possibilitaria a racionalização da abertura de escolas, atendendo a demandas

---

[91] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1955. p. 45. **APE-MT**

[92] A cidade de Mato Grosso, antiga Vila Bela da Santíssima Trindade, foi fundada em 19 de março de 1752, tendo sido, entre esta data e o ano de 1835, a capital da Capitania e, posteriormente, da Província de Mato Grosso.

[93] MATO GROSSO. *Op. cit.,* p. 44; 46. **APE-MT** Este documento esclarecia também as intenções do administrador público quanto à remuneração dos novos inspetores, sobretudo regionais. Como estabelecido desde o Regulamento de 1927, deveriam ser nomeados sem nenhum vencimento, sendo responsabilidade do Estado apenas as despesas administrativas surgidas no desempenho da função.

[94] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1952. p. 28. **APE-MT**

efetivamente existentes. Argumentava o governo estadual[95], por um lado, que Mato Grosso passava por crescimento acelerado, sobremaneira avultado com o concurso de contingentes migratórios para diversas regiões do estado, o que fazia crescer a procura pela educação escolar; a abertura de novas escolas, por outro lado, fazia-se acompanhar pela dificuldade de alocar professores e providenciar instalações, materiais didáticos, etc, para os novos estabelecimentos de ensino. Uma forma de resolver este impasse viria com a utilização de mecanismos de controle como o descrito anteriormente. Além disso, o planejamento também permitiria dar um norte para o trabalho didático, permitindo a unificação das diretrizes de todos os estabelecimentos e a fiscalização sobre a consecução destes objetivos pelo corpo docente.

O estabelecimento de diretrizes comuns era possível na medida em que se pensavam as escolas primárias públicas e particulares de Mato Grosso como parte de um só sistema escolar, com a necessária unidade de organização e direção (art. 24 da Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso)[96]. Além disso, previa-se que, para a ordenação e controle do sistema escolar público, cuja responsabilidade cabia ao executivo estadual, afora o planejamento (incluindo o controle estatístico das matrículas e freqüência dos alunos), a construção e o aparelhamento de escolas, algumas metas deveriam ser cumpridas: 1. o preparo do pessoal docente e administrativo para atender a esses estabelecimentos; 2. o estabelecimento de carreira própria para o magistério, com diversos níveis de progressão; 3. a organização de órgãos técnicos centrais, devidamente coordenados na esfera regional e com os órgãos centrais do Ministério da Educação e Saúde, para direção, orientação e fiscalização das atividades de ensino; 4. a criação dos serviços de assistência aos escolares e instituições complementares da escola, citados anteriormente (oferecimento de merenda escolar, organização de bibliotecas e museus escolares, etc).

Sobre o item dois deste rol de medidas — a progressão na carreira docente —, a mudança no texto legal levou o governo estadual a pensar num novo estatuto do magistério primário público, cuja carreira se iniciaria com o ingresso do professor normalista nas

---

[95] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. p. 23. **APE-MT**

[96] MATO GROSSO. Lei n. 452, 24 nov. 1951. Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso... p. 1-3.

escolas rurais, para depois alcançar níveis mais elevados, com sua transferência para centros urbanos. Na verdade, esta forma de organização da carreira docente era vista principalmente como uma das maneiras de se resolver a falta de professores habilitados para o trabalho nas zonas rurais:

> "Teríamos, então, a possibilidade de colocar à frente das escolas rurais professores capazes e que, adaptando-se ao seu ambiente, pudessem neles fixar-se definitivamente, com real proveito para o ensino."[97]

Outro problema a ser resolvido neste novo estatuto seria a forma de ingresso do professor na carreira docente. A Constituição Estadual de 1947, artigo 124, inciso VI, estabelecera que o provimento nos cargos do magistério oficial seria feito mediante concurso, embora abrisse a possibilidade de que os auxiliares de ensino fossem escolhidos de outras maneiras, a serem determinadas em legislação específica[98]. Da mesma forma, este tipo de ingresso fora confirmado pelo Decreto nº 519, de 6 de agosto de 1948, regulamentado em 7 de janeiro de 1949, limitando ainda a efetividade no magistério àqueles que houvessem feito o concurso respectivo.

Como a própria legislação, no entanto, deixara em aberto a possibilidade de que professores iniciassem a carreira do magistério primário por outras vias que não o concurso público, persistia ainda a prática do apadrinhamento dos ingressantes no magistério, mediante a sua indicação por meios partidários. Assim:

> "Voltei recém-formada a Três Lagoas[99], onde logo fui nomeada para lecionar no Grupo Escolar Afonso Pena e no Ginásio Dois de Julho, graças à influência política de meu pai, que era pessedista e amigo do Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo... Antigamente as coisas funcionavam assim. Comigo não foi diferente. Ademais, numa época em que todos os professores eram leigos, não me foi difícil, como portadora de diploma, obter uma vaga para lecionar."

Esta prática persistiu ainda nos anos seguintes, já que o próprio executivo estadual advertia, em 1955[100], para a falta de *rigorismo* dos diretórios políticos na escolha dos

---

[97] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1951. p. 30. **APE-MT**

[98] MENDONÇA, Rubens de. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso...* p. 460.

[99] A autora deste depoimento formou-se em 1949, na Escola Estadual de Lins, cidade situada no estado de São Paulo. Retornou ao estado natal, Mato Grosso, em 1950. Cf. BARUKI, Magali de Souza. In: ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul...* p. 113.

[100] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1955. p. 43. **APE-MT**

candidatos ao magistério, que não raro eram escolhidos entre pessoas despreparadas para o exercício profissional. Prometia-se para os anos vindouros, com a aprovação do novo regulamento do ensino primário, o estabelecimento de critério mais rígido para o ingresso de candidatos apresentados pelos diretórios que não possuíssem diploma do curso normal, qual seja, o exame de provas. Não era discutida, no entanto, a questão do concurso público e, ao que parece, não se fazia menção de pôr fim à prática da nomeação por indicação política.

Desta forma, como visto na primeira parte deste capítulo, era de se esperar que uma parte do magistério primário fosse constantemente renovada a cada novo mandato político-partidário, uma vez que estava à mercê de apadrinhamento dos ocupantes do executivo estadual naquele momento; e não contava, simultaneamente, com a efetividade no cargo, já que não passara pelo concurso público, muito embora, como no caso anteriormente relatado, alguns destes professores fossem normalistas formados. Tudo isso resultava, ao contrário do desejado controle, numa dificuldade a ser enfrentada para o preparo e a formação do magistério das escolas públicas.

Outras medidas voltadas para a viabilização de um sistema estadual de ensino primário, que começou a efetivar-se nesses anos, devidamente amparadas na crença sobre a importância do planejamento e da racionalização dos serviços educacionais a serem prestados pelo Estado, foram a reformulação do aparato institucional dos órgãos gestores da educação estadual e a criação de organismos centrais de orientação pedagógica em seu interior.

Inicialmente, em 1946, a Diretoria Geral da Instrução Pública foi substituída pelo Departamento de Educação e Cultura do Estado (Decreto nº 257, de 4 de agosto de 1946)[101], ainda ligado à Secretaria do Interior, Justiça e Finanças. A nova Constituição Estadual (1947), no artigo 31 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias[102], no entanto, previu a criação de uma nova Secretaria de Estado, especificamente encarregada das áreas educacional e sanitária, o que se efetivou com a implantação da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, em 1953. A *organização racional* dos serviços públicos afeitos

[101] MATO GROSSO. Arquivo Público Estadual. *Ementário da legislação estadual (1936-1950)...*
[102] MENDONÇA, Rubens de. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso...* p. 471.

às áreas de educação e saúde foi a justificativa levantada para a criação da nova pasta, cujo primeiro titular foi o médico Ruben Abbott de Castro[103].

Ao mesmo tempo, realizava-se outro processo, visando à racionalização do processo pedagógico no interior das escolas, em bases condizentes com o estatuto legal que se planejava introduzir em substituição ao Regulamento da Instrução Primária de 1927. Este processo iniciou-se com a formação de *professores especializados* ou *técnicos do ensino*, pelo INEP, em dois conjuntos de cursos desenvolvidos a partir do ano de 1948, quais sejam: 1. "Administração e Organização dos Serviços de Educação"; "Medidas Educacionais" e "Inspeção e Orientação do Ensino Primário"; 2. "Direção de Escolas Primárias"[104]. O governo de Mato Grosso enviou cinco pessoas para estes cursos, que foram garantidas por meio de bolsas de estudo da União.

Na continuidade dessa iniciativa, a partir de 1951 (Lei nº 388, de 29 de janeiro e, posteriormente, Decreto nº 1152, de 8 de agosto do mesmo ano), foi instalado o Serviço de Orientação do Ensino Primário e Assistência da Administração Educacional que, na visão dos gestores educacionais, dava início à composição de um núcleo técnico orientador do ensino, com a função de atuar: 1. como organismo orientador da implantação, em Mato Grosso, dos *modernos métodos pedagógicos*; 2. no planejamento da criação e expansão da rede física de ensino, em função da população escolarizável existente[105].

---

[103] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. p. 14. **APE-MT**

[104] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 63. **APE-MT**

[105] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952*. **APE-MT** Cuiabá: Imprensa Oficial, 1952. p. 28-29. É interessante observar-se a ênfase dada ao caráter técnico destas funções, apresentando a necessidade de que as novas formas de ensinar e organizar a atividade educativa estivessem baseadas nestes princípios. Considerando que neste momento histórico, em termos de Brasil, a orientação escolanovista era predominante entre os educadores brasileiros, deve-se atentar para a preocupação que os educadores ligados a esta corrente pedagógica davam à questão da *qualidade de ensino*, meta a ser atingida por mudanças introduzidas no interior da escola, isto é, que atingissem o âmbito técnico-pedagógico, na qual seria essencial o papel desenvolvido pelo professor, sendo que as medidas em andamento no estado de Mato Grosso eram coerentes com este tipo de preocupação. Esta distinção torna-se importante uma vez que será somente dali a alguns anos, particularmente depois da implantação do regime militar, em 1964, que a pedagogia tecnicista, calcada na preocupação com o processo pedagógico enquanto conjunto de técnicas e procedimentos voltados para a educação, será predominante. Logo, no período ora analisado, não está sendo cogitado este segundo conjunto de justificativas para as mudanças em curso. Sobre a pedagogia nova e a tecnicista cf. SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*... p. 14 et seq.

Este núcleo era formado por cinco profissionais[106] com cargos de provimento efetivo, sendo quatro com a denominação de *orientadores do ensino* e um denominado *assistente da administração educacional*. Os quatro orientadores do ensino nomeados foram lotados nas cidades de Cuiabá, Corumbá, Campo Grande e Ponta Porã. Como o raio de ação destes profissionais, de acordo com o decreto que regulamentava suas atividades, deveria estar limitado às sedes dessas localidades, a própria autoridade educacional concluía que a quase totalidade das escolas isoladas do estado continuava sem inspeção, sendo que as questões disciplinar e pedagógica desses estabelecimentos continuavam a ser decisão fundamentalmente de seu corpo de professores.

Em relação ao controle a ser exercido nos estabelecimentos particulares, que também eram parte integrante do sistema estadual de ensino, continuava sendo exigido o registro prévio do estabelecimento — condição presente no regulamento de 1927[107] —, que seria liberado, desde que fossem preenchidas as exigências seguintes: a) a escola deveria ser dirigida por brasileiro nato; b) seus funcionários administrativos e professores deveriam ser pessoas com comprovada idoneidade moral, social e técnica, além de gozar de condições adequadas de saúde para exercerem suas funções; c) as instalações físicas do estabelecimento deveriam atender às exigências higiênicas e pedagógicas requeridas para seu funcionamento; d) as escolas deveriam adotar o plano de estudos e organização didática constante na legislação e regulamentos concernentes ao ensino primário[108].

Neste caso, o que diferenciou as duas legislações foi a exigência da adoção de um plano de estudos e de material didático únicos para todas as escolas primárias. O que se exigia dos estabelecimentos particulares, até então, era somente o ensino obrigatório da língua vernácula, da História Pátria e Corografia do Brasil (art. 249, inciso 4º, da legislação de 1927). Neste particular, a Lei Orgânica do Ensino Primário de Mato Grosso foi além, ao

---

[106] Inicialmente, estes cargos foram ocupados pelos profissionais que tinham assistido aos cursos do INEP, no Rio de Janeiro, a partir de 1948. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1953.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1953. p. 40. **APE-MT**

[107] MATTO-GROSSO. *Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso* (Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927)... A parte referente à escola particular abrangia os artigos 248 a 252.

[108] MATO GROSSO. Lei n. 452, 24 nov. 1951. Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso... p. 1-3.

adotar um currículo unificado para as escolas primárias do estado, em todas as quatro séries deste grau de ensino[109].

3.3. Matrículas registradas

Outro indicador do movimento de expansão do ensino primário em Mato Grosso, nesses anos, foi o crescimento verificado na matrícula no ensino primário, cuja evolução está retratada na Tabela 2.7.

Tabela 2.7. – Ensino primário – Matrícula Geral – Mato Grosso – 1946 a 1954

Ano	Matrícula geral	**Variação relativa**
1946.....	37.530	**100,0**
1947.....	41.012	**109,3**
1948.....	47.018	**114,6**
1949.....	48.944	**104,1**
1951.....	55.048	**112,5**
1953.....	61.847	**112,4**
1954.....	72.113	**116,6**

(1) Para este ano, foram incluídos os dados referentes ao Território de Ponta Porã.
Fontes: IBGE, 1950: 414.; MATO GROSSO, 1950: 44-46.; MATO GROSSO, 1953: 42.; MATO GROSSO, 1954: 30.; MATO GROSSO, 1955: 43.

Pelos dados disponíveis, pode-se perceber que o aumento do número de alunos matriculados no ensino primário foi uma constante no período, embora sofrendo variações quanto ao montante desse crescimento.

A partir destas variações, é possível observar-se que, na segunda metade da década de 40, houve um aumento médio de 9,4% no número de alunos matriculados no ensino primário no estado de Mato Grosso, tendo sido mais significativo entre 1947 e 1948, quando chegou a 14,6%. Enquanto isso, na primeira metade da década de 50, a variação média chegou a 13,8%, alcançando seu pico em 1954, quando cerca de 10.000 alunos a

[109] Este projeto deve ter-se realizado de forma bastante gradual, dadas as dificuldades já levantadas para a aprovação da legislação complementar da Lei Orgânica do Ensino Primário (no caso em questão, o regulamento do ensino primário) e também para manter-se uma fiscalização eficaz sobre os estabelecimentos de ensino existentes.

mais foram matriculados em escolas primárias mato-grossenses, perfazendo um aumento de 16,6% sobre o número de discentes matriculados no ano anterior, 1953.

Quanto à evolução do número de alunos matriculados segundo a dependência administrativa das escolas existentes (Tabela 2.8), manteve-se a preponderância da escola pública estadual nesse setor. Assim, 71,8% do total de alunos matriculados em escolas primárias, em média, estavam localizados em escolas públicas estaduais; em segundo lugar aparecia o ensino primário particular, com 18,4% de alunos matriculados em seus estabelecimentos nestes anos, em termos médios; e, finalmente, os alunos matriculados nas escolas primárias municipais, que chegaram a 9,8% das matrículas totais, nos anos em estudo.

Apesar disso, os números referentes à matrícula geral apresentaram algumas particularidades, quando comparados com o crescimento do montante de unidades escolares de ensino primário, demonstrado na Tabela 2.6, que é importante destacar. Em 1947, por exemplo, as escolas particulares representavam 18,5% dos estabelecimentos de ensino existentes no estado (Tabela 2.6) — sua melhor *perfomance* entre este ano e 1956. Fora exatamente no ano anterior, em 1946, que as matrículas nessas escolas atingiram o seu percentual mais baixo, ou seja, 14,0% do total de alunos matriculados no ensino primário do estado estavam em escolas particulares (Tabela 2.8.). Além disso, embora tenha havido uma tendência de crescimento da participação da escola primária particular até o início da década de 50 (Tabela 2.6), em termos de número absoluto de unidades, sua participação relativa caiu, tanto no que diz respeito ao total de estabelecimentos de ensino primário quanto ao número de alunos matriculados nestas escolas, que foi decrescendo no período.

Tabela 2.8. – Ensino primário – Matrícula Geral por dependência administrativa – Mato Grosso – 1946 a 1953

Dependência administrativa	1946 (1)	1947	1948	1949	1953
Estadual.....	74,3	71,4	73,0	73,6	66,8
Municipal.....	11,7	7,1	8,3	8,3	13,7
Particular.....	14,0	21,5	18,7	18,1	19,5
TOTAL	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

(1) Para este ano, foram incluídos os dados referentes ao Território de Ponta Porã.
Fontes: IBGE, 1950: 414.; MATO GROSSO, 1950: 44-46.; MATO GROSSO, 1953: 42.; MATO GROSSO, 1954: 30.; MATO GROSSO, 1955: 43.

Os maiores aumentos percentuais ficaram por conta da rede estadual de escolas primárias, que sofreu acréscimo tanto no número absoluto de estabelecimentos quanto de alunos matriculados. Se 71,1% das escolas primárias pertenciam à rede estadual entre 1948 e 1953, da mesma forma cerca de 72,0% dos alunos estavam matriculados no ensino primário estadual, nesse período. E quando a escola estadual começou a perder terreno, tudo indica que isto se tenha dado a partir do crescimento das redes municipais de ensino primário, que em 1953 já possuíam 138 escolas (13,7% do total de estabelecimentos de ensino primário), que representavam igualmente 13,7% do montante de alunos matriculados em escolas primárias em Mato Grosso[110].

A evasão do alunado, representada pela matrícula decrescente nas séries intermediárias e finais da escola primária, permaneceu alta também neste período, apesar da variação na matrícula geral de alunos neste grau de ensino, fruto tanto da ocupação populacional do interior de Mato Grosso nesse momento, por conta do fluxo migratório, como também de melhor infra-estrutura colocada à disposição dos serviços de educação por parte dos poderes públicos federal, estadual e municipais.

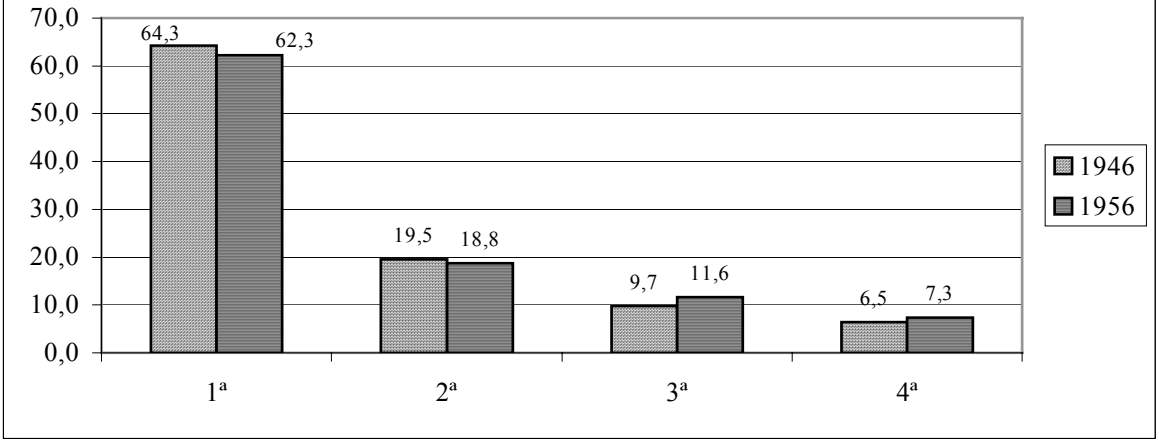
[110] Outra comprovação do crescimento das redes públicas de ensino primário está colocado no número de municípios com cobertura escolar primária. Dos 35 municípios existentes no estado de Mato Grosso e Território de Ponta Porã em 1946, 28 possuíam escolas primárias, sendo que 5 possuíam cursos pré-primários; 28 possuíam o ensino primário fundamental comum; 7 possuíam o ensino supletivo; e 6, o ensino complementar. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1950... p. 408.

Como fica demonstrado pelo Gráfico 2.2, nos dois anos em questão[111], cerca de 60,0% dos alunos (64,3% e 62,3%, respectivamente) estavam matriculados na primeira série do curso primário, estando os 40% restantes distribuídos pelas séries seguintes, mantendo-se um número de matrículas decrescente na medida em que se avança para as séries finais do ensino primário.

Desta forma, é possível supor que o aumento nos montantes totais de alunos matriculados refere-se sobretudo a discentes ingressantes na escola primária, sem que este

mesmo ingresso garantisse a continuidade destes alunos até a conclusão do curso em questão. Interessante notar, contudo, que esta problemática parece não ser ainda objeto de preocupação dos responsáveis pelos serviços educacionais do Estado, visto sua atenção estar voltada prioritariamente para a extensão dos serviços oferecidos.

Gráfico 2.2. - Distribuição das matrículas por série do ensino primário - Mato Grosso - 1946 e 1956



Fontes: IBGE, 1946: 414; 427; 429; IBGE, 1956: 342-344

Para completar esta análise a respeito do crescimento do número de matrículas, principalmente nesse momento de expansão, é importante analisar a variação no atendimento da população em idade escolar, ou seja, da população *potencialmente* escolarizável[112] (Tabela 2.9).

Tabela 2.9. – Crescimento do atendimento escolar do ensino primário – Mato Grosso – 1940 a 1950

Ano	População de Mato Grosso	População escolarizável (5 a 14 anos) (1)	População escolarizada	Atendimento (2) (%)	Variação no atendimento (%)
1940.....	432.265	88.174	25.803(3)	29,3	100,0
1950.....	522.044	142.562	34.378(3)	24,1	- 5,2

(1) Devido às classes de idade utilizadas nos recenseamentos destes anos, só foi possível considerar a população entre 5 e 14 anos.
(2) Percentagem da população escolarizável que está recebendo instrução.

[111] As informações levantadas referem-se às matrículas do ensino primário fundamental comum, ou seja, não estão incluídos os dados referentes ao ensino supletivo e complementar.
[112] Considerando-se que somente nos recenseamentos gerais acontece a discriminação da população por classes de idade, esta tabela reuniu somente dados de 1940 e 1950, anos em que se procedeu a este tipo de levantamento.

(3) Pessoas de 7 a 14 anos que estão recebendo instrução primária.
Fontes: IBGE, 1952: 1; 16.; IBGE, 1956a: 1; 16.

Assim, é possível perceber que, apesar da expansão de 33,2% no número de alunos matriculados na escola primária, na faixa etária que vai dos 5 aos 14 anos de idade[113], entre 1940 e 1950 — as matrículas passaram de 25.803, no início dos anos 40, para 34.368 dez anos depois —, isso não significou um aumento no montante do atendimento, quando considerada a população em idade escolar (5 aos 14 anos). Ao contrário, enquanto 29,3% dos alunos entre 5 e 14 anos freqüentavam escola em 1940, apenas 24,1% deles estão recebendo instrução elementar em 1950, ou seja, menos de um quarto da população da classe de idade considerada. A variação negativa deste índice, na década 1940-1950, foi deste modo de 5,2%.

Da mesma forma, se se considera o crescimento da população entre 5 e 14 anos nestes dez anos (61,7% entre 1940 e 1950, tendo passado de 88.174 para 142.562 pessoas), verifica-se que o aumento do número de crianças e jovens recebendo ensino primário foi menor, tendo variado em apenas 33,2%[114].

4. O ensino médio em Mato Grosso

A nova Constituição Estadual de 1947[115] estabelecia, em seu artigo 125, que caberia ao governo estadual a criação de estabelecimentos oficiais de ensino secundário, nas cidades com população superior a 10 mil habitantes[116]. Observando a implantação do ensino secundário público em Mato Grosso, percebe-se que o executivo estadual não conseguiu atingir esta meta. Houve, contudo, um aumento no número de estabelecimentos oficiais de ensino secundário nestes anos (1946-1954), juntamente com os de ensinos

[113] Devido à forma como estes dados foram apresentados nos resultados censitários, não há como se discriminar os alunos que estavam ou não cursando a série correspondente à sua idade cronológica.
[114] Além disso, quando se verifica, pelos dados dispostos na Tabela 2.7, que o número de alunos matriculados em escolas primárias, em 1951, chegou a 55.048 discentes, infere-se também que cerca de 37,5% desse total, ou 20.670 discentes, eram jovens ou adultos acima de 15 anos, mas que ainda estavam cursando o ensino primário, regular ou supletivo.
[115] MENDONÇA, Rubens de. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*... p. 460.
[116] Segundo o censo demográfico de 1940, havia 19 cidades com população superior a 10 mil habitantes no Estado. Como será tratado a seguir, destas, apenas 5 possuíam estabelecimentos de ensino secundário até 1947: Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas e Cáceres. IBGE. *Recenseamento geral do Brasil:* 1º de setembro de 1940... p. 51.

normal e comercial. Pode-se acompanhar o crescimento dos ensinos secundário, normal e comercial público, apresentado na Tabela 2.10.

Na verdade, o oferecimento de novas vagas no ensino secundário oficial deu-se somente a partir do ano de 1947, com a encampação de dois estabelecimentos particulares pelo Estado, quais sejam, os ginásios "Dois de Julho", situado na cidade de Três Lagoas (Decreto-Lei n. 9803, de 10 de julho de 1947); e o Instituto "Onze de Março" (posteriormente denominado ginásio, com o mesmo nome), localizado no município de Cáceres (Leis nº 37 e 46, de 22 de outubro de 1947)[117].

Tabela 2.10. - Escolas secundárias, normais e comerciais públicas - Mato Grosso - 1947 a 1954

Tipo de escola	1947	1948	1950	1953	1954
Secundárias.....	2 ginásios; 1 colégio	4 ginásios; 1 colégio	4 ginásios; 1 colégio	7 ginásios; 3 colégios	7 ginásios; 3 colégios
Normais.....	Em implantação	2 escolas de segundo ciclo	3 escolas de segundo ciclo	4 escolas de segundo ciclo	4 escolas de segundo ciclo
Comerciais.....	1	2	2	2	2

Fontes: MATO GROSSO, 1948: 54-56.; MATO GROSSO, 1949: 25-26.; MATO GROSSO, 1950: 48-50.; MATO GROSSO, 1953: 39.; MATO GROSSO, 1955: 47-51.

Outros estabelecimentos vieram a ser instalados no início dos anos 50[118], sendo que em 1953, segundo dados do Departamento de Educação e Cultura do Estado, funcionavam 7 cursos ginasiais públicos no estado, com sede em Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Cáceres, Aquidauana, Três Lagoas e Bela Vista[119]. No ano seguinte, 1954, passou a

---

[117] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 54. **APE-MT**

[118] Haveria projetos do governo estadual para estender a rede de estabelecimentos secundários, a partir de 1949, com a construção de dois edifícios, um em Maracaju e outro em Guiratinga. Estas escolas seriam erguidas com verbas provenientes de convênio com o Ministério da Educação e Saúde. A estes dois, nos anos 50, seriam acrescentados os projetos de abertura de escolas secundárias em Rosário Oeste, Poconé, Poxoréu e Paranaíba. Todos estes projetos parecem ter sido abandonados, provavelmente em função da própria prioridade emprestada neste momento pelo governo estadual, em todos os níveis, para o combate ao analfabetismo e, conseqüentemente, à expansão do ensino primário. A exceção foi o estabelecimento situado em Guiratinga, que veio a funcionar regularmente no governo Ponce de Arruda (1956-1951), Cf. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1950. p. 48. **APE-MT**; MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso...* p. 194-195.

[119] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1953.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1953. p. 53. É interessante notar que o Ginásio de Bela Vista, encampado pelo governo estadual a 14 de outubro de 1953, pelo Decreto nº 1689, havia sido instalado originalmente pela Campanha de Educandários Gratuitos (CNEG), movimento

funcionar, igualmente, o curso científico[120] nos Colégios Estaduais Maria Leite, de Corumbá, e Campo-Grandense, de Campo Grande, curso que só funcionara, até então, no Colégio Estadual de Mato Grosso, em Cuiabá (antigo Liceu Cuiabano).

Quanto ao ensino normal, voltaram a ser instaladas escolas normais oficiais no estado, tendo-se desmembrado do ensino secundário o curso de formação de professores, como acontecera até 1946. Desta forma, ainda na gestão do interventor José Marcelo Moreira, foram reabertas as escolas normais "Pedro Celestino", em Cuiabá e "Joaquim Murtinho", em Campo Grande (Decreto-Lei nº 834, de 31 de janeiro de 1947). Além disso, pelo Decreto nº 287, de 26 de março, que estabeleceu o novo regulamento destes estabelecimentos, já adaptado à nova legislação federal sobre a matéria[121], previa-se que

> "Teriam elas por finalidade, diz aquêle regulamento, prover a formação de pessoal necessário às escolas primárias, do Estado, habilitar administradores escolares, destinados às mesmas, e desenvolver e programar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância."[122]

Previa-se, assim, que o ensino normal seria ministrado em dois ciclos: o primeiro destinado a formar regentes para o ensino primário, em quatro anos; e o segundo, destinado à formação de professores primários, seria realizado em três anos, vindo em seguida ao curso ginasial (primeiro ciclo do ensino secundário) ou ao primeiro ciclo da escola normal (o curso de formação de regentes).

---

de âmbito nacional que visava à criação e manutenção de escolas comunitárias. Para maiores informações sobre este movimento, confira SILVA, Ronalda Barreto. *A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC e a política educacional da Estado brasileiro...*

[120] Seguindo as orientações da Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada ainda durante o Estado Novo, pelo Decreto-Lei nº 4244, de 9 de abril de 1942, os cursos secundários se caracterizavam por possuírem dois ciclos, o ginasial — primeiro ciclo, com quatro séries — e um segundo ciclo, subdividido em clássico e científico, com três séries. Os estabelecimentos que possuíam os dois ciclos eram designados *colégios* e aqueles que possuíam apenas o primeiro ciclo, *ginásio*. Além disso, os colégios podiam oferecer apenas o curso científico ou o curso clássico, ou ambos. Cf. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil...* p. 156-159. Esta mesma legislação teria sua congênere estadual no Decreto nº 519, de 6 de agosto de 1948, que estabeleceu novo regulamento para o ensino secundário em Mato Grosso, complementada pela Lei nº 272, de 9 de dezembro de 1952, que criava, em estabelecimentos oficiais do estado, o segundo ciclo do ensino secundário. Cf. MATO GROSSO. Arquivo Público Estadual. *Ementário da legislação estadual (1936-1950)...* p. 177.; MATO GROSSO. Lei n. 272, 9 dez. 1952. Cria em estabelecimentos oficiais do Estado, o segundo ciclo do ensino secundário. p. 1.

[121] Os objetivos apresentados a seguir, referentes à legislação de Mato Grosso repetiam, *ipsis litteris*, as finalidades observadas para a Lei Orgânica do Ensino Normal que, embora tendo sido elaborada ainda durante o Estado Novo, somente entrou em vigor com o Decreto nº 8530, de 2 de janeiro de 1946. Da mesma forma a estrutura do curso em Mato Grosso, relatada a seguir, era aquela proposta na Lei Orgânica acima citada. Cf. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *Op. cit.,* p. 163-165.

[122] MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso...* p. 198.

Em termos práticos, contudo, no ensino oficial foram instaladas, inicialmente, as duas escolas normais no ano de 1948, em Cuiabá e Campo Grande, como escolas normais de segundo ciclo, com dois anos de duração, segundo o artigo 9º da Lei Orgânica do Ensino Normal, que previa a realização deste ciclo de forma intensiva. Segundo justificativa apresentada pelo executivo estadual, a premência que Mato Grosso possuía em preparar novos docentes para a fase de reestruturação do ensino primário, que então se iniciava, levava o governo a tal iniciativa[123]. Esta experiência acabou resultando na aprovação de novo regulamento para o ensino normal (Decreto nº 590, de 31 de dezembro de 1948), quando o curso intensivo foi oficializado, como norma geral, ao mesmo tempo em que não chegou a implantar-se, nestes anos, a escola normal regional, para a formação de regentes primários.

Além disso, a partir de 1949, passou a funcionar, anexa ao Ginásio Candido Mariano, escola particular de Aquidauana, a Escola Normal "Jango de Castro". Este estabelecimento, organizado nos mesmos moldes das escolas normais de Cuiabá e Campo Grande, era mantido pelo governo estadual, por meio de um convênio com o empreendedor particular que o abrigava em suas dependências. A partir de 1953 também passou a funcionar a Escola Normal "Dom Aquino Corrêa", localizada na cidade de Três Lagoas, anexa ao Ginásio Estadual "Dois de Julho" (Lei nº 501, de 2 de outubro de 1952)[124].

Outras iniciativas, no entanto, vieram agregar-se ao processo de reabertura dos cursos normais, visando à formação de professores para o ensino primário. Tais medidas eram necessárias, segundo opinava o administrador público, visto que

> "Recrutar elementos portadores desses predicados, numa terra onde as aptidões são chamadas a atividades mais atraentes, quer sob o aspecto da labuta, quer sob o prisma econômico, é o cruciante trabalho que (sic) se depara à administração (sic). Cumpre observar que, por força desses

---

[123] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 56. **APE-MT**

[124] Pela mesma Lei nº 501 foram criadas a Escola Normal Regional "Dom Camilo Farenzin", no município de Guiratinga, e um novo estabelecimento em Cuiabá, anexo ao Ginásio Brasil, sendo esta uma escola particular, mista. Anos antes, em 1950, um convênio assinado com a União previa a construção de dois prédios, na região fronteiriça do Brasil com o Paraguai, destinados a escolas normais rurais, nas cidades de Ponta Porã e Bela Vista. Nenhum destes projetos viabilizou-se, para o que colaborou, certamente, a própria matrícula nos cursos normais, que decrescia de ano a ano, além da prioridade governamental que se voltava para o nível primário. MARCÍLIO, Humberto. *Op. cit.,* p. 200.; MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1950. p. 49. **APE-MT**

> pressupostos, as Escolas Normais apresentam freqüência mínima em relação a outros estabelecimentos. O elemento masculino, aqui no Estado, desertou completamente dessa disciplina. Somos forçados a reconhecer que o ensino está sofrendo uma perigosa involução, um ressaltante retrocesso."[125]

Esta situação — que já havia sido observada em anos anteriores — tornava-se mais grave nas escolas da zona rural, nas quais muitas vezes se encontravam professores semi-analfabetos na condução das escolas, ainda segundo o mesmo relato[126]. Como medida para sanar este problema, o governo estadual iniciou a organização de cursos de férias, para *adestrar* os professores leigos, ministrando a eles conhecimentos pedagógicos, visando à atualização dos conhecimentos dos professores diplomados. Estes cursos iniciaram-se no final do ano de 1951, abrangendo inicialmente 300 professores[127]. Além disso, outra proposta do executivo estadual, já comentada anteriormente, visava que o início da carreira no magistério primário ocorresse nas escolas rurais, permitindo que a remoção para os estabelecimentos de ensino urbanos acontecesse num momento posterior da vida profissional do docente.

Quanto ao ensino comercial[128], até 1947, continuou a funcionar somente a Escola Técnica de Comércio de Cuiabá, correspondendo ao segundo ciclo desta modalidade de

---

[125] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1952. p. 26. **APE-MT**

[126] Ainda em 1954, dos 1261 professores da rede estadual de ensino, apenas 300 tinham o diploma de normalista. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. p. 51. **APE-MT**

[127] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1952. p. 26-27. **APE-MT**

[128] Além deste ramo do ensino técnico profissional, o governo de Mato Grosso, coerente com o espírito da legislação implantada a partir de 1942, subsidiou também os chamados *cursos artesanais*, de duração curta e variável, destinados a propiciar treinamento rápido em determinados saberes profissionais. Exemplo deste tipo de dispêndio, no ano de 1947, foi a Escola Doméstica D. Julia, orientada pelo Grêmio Literário "Julia Lopes", que recebeu Cr$ 24.000,00 naquela data; e no ano de 1950 a criação da Escola Profissional "26 de Agosto", administrada pela Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária (S.S.C.H.), mas mantida pelo poder público, com cursos de carpintaria, marcenaria, mecânica, ferrovia e sapataria, em Campo Grande; e a manutenção, em Cuiabá, às expensas do governo estadual, de 40 alunos na Escola de Aprendizes de São Gonçalo, da Congregação Salesiana. Cf. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil...* p. 154-155.; MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 64-65.; MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1951. p. 31. **APE-MT**

ensino, equivalente a um plano de estudos de três anos[129]. Entre os vários cursos facultados para funcionamento pela Lei Orgânica do Ensino Comercial — administração, comércio, contabilidade, estatística, secretariado e propaganda —, o estabelecimento de ensino cuiabano optara pela carreira de técnico em contabilidade. Já no ano de 1948, com este mesmo perfil, foi instalada em Corumbá a Escola Técnica de Comércio (Lei nº 55, de 22 de outubro de 1947)[130].

Afora estes ramos de ensino, que já estavam em funcionamento nos anos 30-40, a Lei nº 417, de 17 de setembro de 1951, autorizou o governo estadual a instalar três escolas de enfermagem. Destas, acabou funcionando apenas a de Cuiabá, com o curso de auxiliar de enfermagem, a partir de agosto de 1952, recebendo a denominação de Escola de Enfermagem "Dr. Mário Corrêa". Além disso, na área agrícola, foram feitas duas tentativas de instalação de escolas médias neste ramo de ensino, uma criada pela Lei nº 520, de 21 de outubro de 1952 (Escola Prática de Agronomia e Veterinária), destinada à cidade de Dourados e outra criada pela Lei nº 598, de 17 de outubro de 1953 (Escola Agronômica), que se situaria em Cuiabá[131].

Apesar do crescimento do número de estabelecimentos públicos no ensino médio, contudo, aumentou igualmente nestes anos o número de escolas privadas (Tabela 2.11.).

Tabela 2.11. - Escolas secundárias, normais e comerciais privadas - Mato Grosso - 1947 a 1954

Tipo de escola	1947	1948	1950	1953	1954
Secundárias.....	7 ginásios; 1 colégio	6 ginásios; 1 colégio	4 ginásios; 2 colégios	7 ginásios; 2 colégios	7 ginásios; 2 colégios
Normais.....	1 escola de segundo ciclo	1 escola de segundo ciclo	3 escolas de segundo ciclo	3 escolas de segundo ciclo	3 escolas de segundo ciclo
Comerciais.....	1	1	1	1	1

Fontes: MATO GROSSO, 1948: 54-56.; MATO GROSSO, 1949: 26.; MATO GROSSO, 1950: 48-50.; MATO GROSSO, 1954: 50-5I.; MATO GROSSO, 1955: 48-51.

---

[129] A Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei nº 6141, de 28 de dezembro de 1943) previa a existência de um curso básico, com quatro anos (primeiro ciclo), seguido pelos cursos técnicos referidos a seguir no texto. Não se tem notícia, no entanto, da implantação de cursos comerciais de primeiro ciclo no estado. Cf. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. . *História da educação no Brasil...* p. 156.; MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso...* p. 201-202.

[130] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa por ocasião do início da abertura da sessão legislativa de 1949, pelo Doutor Arnaldo Estevão de Figueiredo, Governador do Estado.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1949. p. 26. **APE-MT**

[131] MARCÍLIO, Humberto. *Op. cit.,* p. 202-203.

Este crescimento esteve relacionado não apenas ao aumento da demanda por vagas em instituições particulares, mas também aconteceu em função de subsídios e manutenção de alunos bolsistas nestes estabelecimentos, financiados pelo poder público. Um exemplo desta prática vem relatada a seguir:

> "Além das unidades pertencentes ao Estado, há outras de propriedade particular o que assegura a instrução que lhes está afeta. Em Alto Araguaia os padres salesianos instalaram um Ginásio, que começou a funcionar e para cuja construção o Governo concedeu um auxílio de Cr$ 100.000,00."[132]

Nestes termos, é importante ressaltar que a Constituição Estadual de 1947[133] facultava ao poder público a cobrança de mensalidades no ensino médio[134], uma vez que garantia a gratuidade do ensino apenas aos alunos das escolas primária e profissional pública. Aos alunos provenientes de estabelecimentos públicos, que provassem falta ou insuficiência de recursos, seriam concedidas *bolsas de manutenção*, desde que obtivessem classificação distinta — isto é, alto rendimento escolar, nas escolas de origem. Assim, o governo estadual não só manteve a prática da cobrança de mensalidades em seus estabelecimentos de ensino, mas também financiou parte da expansão do ensino médio privado, uma vez que subsidiou a construção e manutenção destas escolas, de forma direta, como no exemplo mostrado anteriormente; ou de forma indireta, mantendo alunos bolsistas nas instituições particulares.

O aumento da oferta de vagas no ensino médio, resultante desta série de medidas tomadas pelo executivo estadual, pode ser visto no Gráfico 2.3. Neste segundo período (1946-1954), isso se deu principalmente na escola secundária, que alcançou um aumento de 101,4% em termos de matrícula geral, entre 1946 e 1953. Entre os outros cursos médios existentes no estado, apenas o comercial também passou pelo mesmo processo, aumentando em 27,1% seus discentes. O ensino normal, mesmo após ser implantado, permaneceu apenas com 4,5% do total de matriculados no ensino médio em 1953,

---

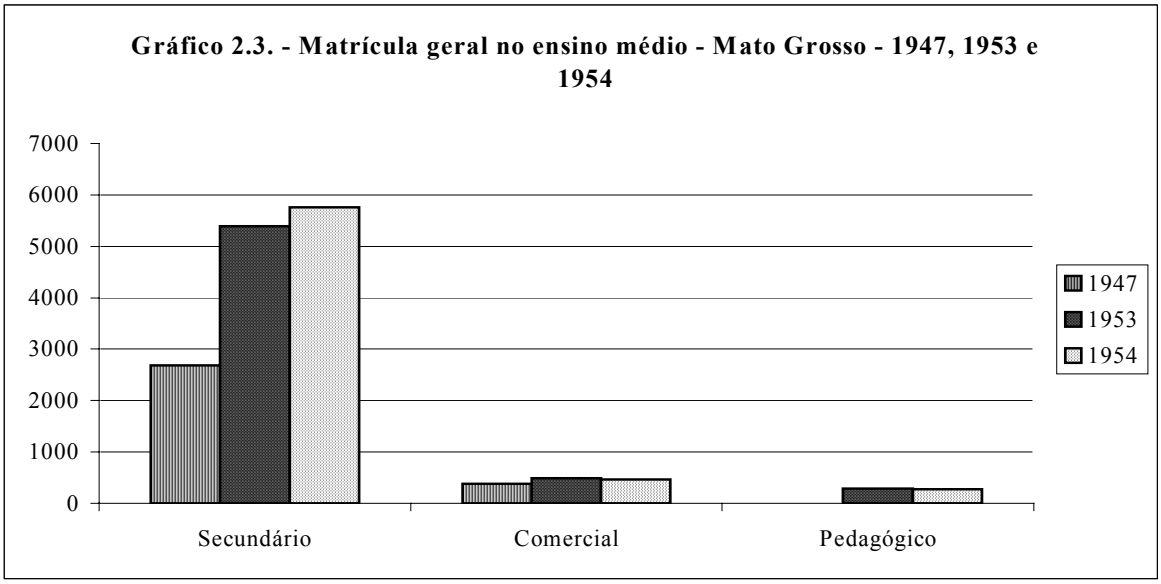
[132] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1952. p. 33. **APE-MT**

[133] MENDONÇA, Rubens de. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso...* p. 461-462.

[134] A Escola Técnica de Comércio de Cuiabá no ano de 1947, por exemplo, arrecadou Cr$ 19.890,00 em mensalidades pagas por seus alunos. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado*

confirmando a tendência de diminuição da procura, por parte do alunado, desta modalidade de formação.

Gráfico 2.3. - Matrícula geral no ensino médio - Mato Grosso - 1947, 1953 e 1954



Fontes: MATO GROSSO, 1948: 54-56.; MATO GROSSO, 1949: 26.; MATO GROSSO, 1950: 48-50.; MATO GROSSO, 1954: 50-5I.; MATO GROSSO, 1955: 48-51.

O aumento do número de alunos matriculados nestas escolas, públicas e particulares, no entanto, continuou a demonstrar o afunilamento presente no sistema educacional mato-grossense, em particular, e brasileiro, em geral. Desta forma, enquanto o número de alunos matriculados na primeira série do curso primário, em 1946, estava em 17.557 alunos, todos os cursos médios existentes em Mato Grosso tinham entre seus alunos 3.063 matrículas, cerca de 17,5% do total de discentes matriculados na primeira série do curso primário.

Pode-se ainda fazer uma outra inferência, considerando os alunos matriculados na primeira série do curso primário em 1942, que totalizavam 18.228 matrículas (Tabela 1.7). Considerando uma progressão normal de estudos, estes alunos completariam o ensino primário em 1945, ingressando, no ano de 1946, no ensino complementar, preparatório ao ensino médio. Desta maneira, um aluno que galgasse a escola primária normalmente poderia ter-se matriculado no primeiro ciclo de ensino médio por volta de 1947, vindo a completá-lo em quatro anos, ou seja, em 1950.

---

de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 55-56. **APE-MT**

Finalmente, ingressando em uma escola de segundo ciclo do ensino secundário, ou nos cursos comercial e normal de segundo ciclo existentes no estado de Mato Grosso em 1951, poderia vir a finalizar seus estudos deste grau de ensino no ano de 1953. Ora, neste último ano — 1953 — existiam 6164 discentes matriculados no ensino médio (secundário, normal e comercial) em todo o estado (Gráfico 2.3.).

Isto significa considerar que do conjunto de alunos ingressantes na primeira série primária no ano de 1942 (18.228 matriculados – Tabela 1.7.) e que poderiam ter alcançado o ensino médio, uma parte significativa abandonou a escola em anos anteriores, contribuindo para que todas as matrículas em escolas que ofereciam o ensino médio, em 1953, alcançassem apenas 33,8% do total de alunos que iniciaram a escola primária 12 anos antes.

5. Ensino público em Mato Grosso: o financiamento da educação

Em relação ao financiamento da educação pública, a Constituição Federal de 1946, em seu artigo 169, declarava:

> "Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino."[135]

Além desse dispositivo constitucional, outras vinculações poderiam ser colocadas em prática, como aquela resultante do acordo especial assinado em 1947 entre o estado de Mato Grosso e a União, referente à utilização das verbas do Fundo Nacional do Ensino Primário que previa, em sua cláusula 16ª, que o governo estadual só receberia novos recursos daquele Fundo, mediante a comprovação de dois requisitos: 1. a aplicação integral das primeiras parcelas do auxílio recebido para a construção de escolas; 2. a consignação, na lei orçamentária estadual, de pelo menos *15% de sua receita tributária proveniente de impostos na manutenção do ensino primário*[136].

---

[135] Apud OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A educação na Assembléia Constituinte de 1946. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)...* p. 182.

[136] MATO GROSSO. *Termo de acôrdo celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Mato Grosso, para execução do plano de construções destinadas à ampliação e melhoria do sistema escolar primário.* Rio de Janeiro: 1947. p. 5-6. **APE-MT**

Tabela 2.12. - Comparação das despesas efetuadas pelo governo de Mato Grosso - 1949 a 1954 (em CR$)

Despesa	1949	%	1950	%	1951	%
Administração Geral.....	8.303.583,30	15,2	7.910.590,40	9,6	9.455.162,70	8,1
Exação e fiscalização financeira....	5.074.956,50	9,3	27.830.307,00	33,9	33.702.186,80	28,9
Segurança Pública e assistência social.....	7.463.690,60	13,7	7.433.965,20	9,1	7.687.018,40	6,6
Educação Pública.....	**11.637.932,70**	**21,3**	**2.355.112,50**	**2,9**	**2.125.326,20**	**1,8**
Saúde Pública.....	3.778.421,00	6,9	1.610.888,50	2,0	3.570.400,00	3,1
Fomento.....	---	---	---	---	---	---
Serviços industriais.....	1.307.782,40	2,4	359.246,00	0,4	1.024.235,30	0,9
Serviços da dívida pública.....	2.480.666,50	4,5	3.613.282,30	4,4	2.843.349,50	2,4
Serviços de utilidade pública.....	6.632.100,50	12,1	6.877.071,30	8,4	5.768.693,30	4,9
Encargos diversos.....	4.321.722,70	7,9	5.075.851,30	6,2	7.618.959,10	6,5
Créditos especiais (1)	3.609.623,60	6,6	2.551.599,30	3,1	15.331.051,40	13,1
Outros (2).....	nd	nd	16.477.943,70	20,1	27.683.549,40	23,7
TOTAL GERAL.....	**54.610.479,80**	**100,0**	**82.095.857,50**	**100,0**	**116.809.932,10**	**100,0**

Despesa	1952	%	1953	%	1954	%
Administração Geral.....	14.179.425,30	10,1	19.065.139,70	9,1	17.468.500,90	7,4
Exação e fiscalização financeira....	11.729.353,10	8,4	13.538.501,90	6,5	16.619.520,80	7,1
Segurança Pública e assistência social.....	15.773.516,40	11,2	17.455.998,80	8,3	20.654.732,90	8,8
Educação Pública.....	**19.963.731,50**	**14,2**	**24.604.509,50**	**11,7**	**27.660.430,80**	**11,8**
Saúde Pública.....	9.120.709,30	6,5	10.026.282,10	4,8	11.418.935,70	4,9
Fomento.....	---	---	1.429.010,90	0,7	8.524.573,00	3,6
Serviços industriais.....	789.342,60	0,6	1.552.301,90	0,7	1.856.099,40	0,8
Serviços da dívida pública.....	2.962.178,20	2,1	2.991.323,30	1,4	2.927.172,40	1,2
Serviços de utilidade pública.....	8.025.200,40	5,7	10.842.585,00	5,2	16.695.638,30	7,1
Encargos diversos.....	12.620.046,19	9,0	19.404.591,20	9,3	25.819.946,10	11,0
Créditos especiais (1).....	1.818.588,10	1,3	33.011.128,10	15,8	49.339.571,90	21,0
Outros (2).....	43.439.523,41	30,9	55.590.063,90	26,5	36.030.031,00	15,3
TOTAL GERAL	**140.421.614,50**	**100,0**	**209.511.436,30**	**100,0**	**235.015.153,20**	**100,0**

(1) Os créditos especiais incluíam recursos adicionais para os diversos setores da administração pública. Apareceram de forma discriminada em alguns balanços, e agrupados por seu valor total, sem discriminação, em outros. Em função disso, para efeitos de comparação, estes dados são apresentados de forma agrupada.

(2) Este item do balanço abrange as despesas extraorçamentárias de diversas modalidades, como restos a pagar de exercícios anteriores; depósitos; suprimentos para outros exercícios e os saldos que permanecem para o ano seguinte, em aplicações, em bancos, no caixa estadual, etc. No caso do ano de 1949, o balanço disponível não discriminou estas despesas.
Fontes: MATO GROSSO, 1950.; MATO GROSSO, 1951,; MATO GROSSO, 1952.; MATO GROSSO, 1953.; MATO GROSSO, 1954: 58.; MATO GROSSO, 1955: 24.

Para atender a estes dispositivos, segundo gráfico apresentado pelo executivo estadual, em 1950[137], a despesa com educação pública, entre 1945 e 1949, teria sido aumentada em quatro vezes, partindo de uma cifra aproximada de 3 milhões de cruzeiros naquele primeiro ano e chegando, em 1949, a um valor próximo dos 11 milhões e meio de cruzeiros (Tabela 2.12).

Já para o ano de 1950, o governo estadual declarava que seu dispêndio na área educacional era bem superior a 20,0% da receita tributária do estado, o montante fixado na Constituição Federal[138], o que parece ter sido a realidade dos gastos estaduais durante estes primeiros anos da década de 50. Assim, em 1953, comparando-se as verbas públicas utilizadas na educação (Cr$ 24.604.509,50) com o total da receita tributária arrecadada (Cr$ 109.153.000,00), tem-se um percentual de 22,5% dos impostos estaduais sendo dirigidos para a educação. No ano seguinte, 1954, a proporção foi de 20,5% (Cr$ 27.660.430,80 de despesas estaduais sobre 134.970.000,00 de receita tributária).

Apesar disso, quando são examinadas, em termos comparativos, as despesas efetuadas pelo estado de Mato Grosso na área educacional com outros itens do rol de gastos pelo mesmo governo (Tabela 2.12), ao contrário do que se poderia imaginar num momento de expansão da rede escolar pública, os gastos com educação, neste segundo período (1946-1954), são menores quando comparados aos anos anteriores. A única exceção localizou-se no ano de 1949, quando 21,3% do total de despesas efetuadas pelo governo estadual dirigiram-se para a área educacional, sendo este o setor que mais recebeu recursos públicos naquele ano.

Este montante, no entanto, logo caiu para 2,9% e 1,8% em 1950 e 1951, respectivamente, vindo a crescer para 14,2% em 1952 e estabilizando-se em cerca de 11,7% em 1953 e 1954. Certamente, estas oscilações sempre foram acompanhadas por um

---

[137] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1950. p. 46 anexos. **APE-MT**
[138] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1951. p. 29. **APE-MT**

crescimento absoluto das verbas destinadas ao setor educacional, acordantes com a maior disponibilidade de recursos do próprio erário público, bem como com a sua crescente complexidade. Também pode-se observar que, com exceção dos anos de 1950 e 1951, quando o montante gasto com educação pelo estado de Mato Grosso esteve em 9º e 10º lugares entre as despesas efetuadas pelo poder público, em todos os outros anos, a educação ocupou entre a primeira e a terceira posição no ranking dos gastos estaduais. Da mesma forma, 1949 e 1952, anos de maior crescimento relativo das verbas para a educação, coincidem com momentos que apresentaram igualmente significativas taxas de incremento no número de novas unidades escolares instaladas em Mato Grosso.

Apesar do investimento federal para a educação estar limitado em 10,0% do total da arrecadação tributária, o repasse de verbas federais para as unidades da federação, particularmente no caso de Mato Grosso, foi significativo para a organização e manutenção do sistema de ensino que ora se implantava.

Em termos de material pedagógico, foram enviados pelo INEP 50 conjuntos relativos a material escolar, contendo: 1200 carteiras; 100 quadros verdes; 50 mesas; 50 armários; 99 carteiras e 50 cestas, recebidos e distribuídos em Mato Grosso entre os anos de 1953 e 1955[139].

Mais importantes, porém, foram os recursos financeiros dispensados por este órgão. Dados disponíveis sobre estes repasses poderão ser visualizados na Tabela 2.13.

Tabela 2.13. - Verbas destinadas ao estado de Mato Grosso pela União - 1946 a 1954 (em cruzeiros)

Destinação	1946	1947	1948	1949	1950	**TOTAL**
Construção de escolas.....	1.400.000,00	2.400.000,00	4.910.000,00	4.450.000,00	1.833.333,00	**14.993.333,00**
Material escolar.....	---	---	---	320.000,00	---	**---**
Campanha de Alfabetização.	---	160.000,00	332.500,00	330.000,00	189.000,00	**1.011.500,00**

Fontes: MATO GROSSO, 1952: 31-32.; MATO GROSSO, 1953: 43.

[139] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1955. p. 52-54. **APE-MT**

Outro exame possível das verbas aplicadas pelo erário público nesse período diz respeito à composição interna de seus gastos, isto é, para quais setores da administração foram dirigidas as verbas da área educacional. Em primeiro lugar, o maior esforço do governo estadual está voltado para o ensino primário, como já citado anteriormente, no sentido de patrocinar a implantação de escolas nas zonas do interior do estado[140]. Nestes termos,

> "(...) convém referir que somente na construção de prédios escolares, mais de 5% da arrecadação total do Estado foram dispendidos no ano findo [1949]. Só na construção de prédios escolares inverteu o governo mais de três milhões de cruzeiros."[141]

Este investimento na construção de edifícios escolares repetiu-se nos anos seguintes, contando sempre, como já mostrado, com a participação marcante do governo federal.

Outro aspecto tido como essencial para a *interiorização* do ensino, sobretudo o primário, era o aparelhamento das novas unidades escolares. Intensificou-se, assim, a aquisição de móveis e utensílios para estes estabelecimentos, representados não apenas pela infra-estrutura para o funcionamento da escola propriamente dita — carteiras, bancos, quadro-negro, etc — como também por uma política mais intensiva de compra de material escolar para uso dos alunos, sobretudo livros. Estes últimos, inclusive, eram pensados não apenas como recursos didáticos para o manuseio do aluno, mas também na perspectiva de servirem como guias ao trabalho do professor, enquanto *manuais pedagógicos*:

> "A questão primordial é a que se refere ao livro, o bom livro, em que ao lado da leitura, propicie os rudimentos de gramática, história e geografia do Brasil, ciências naturais e matemática, de modo que o seu uso seja também útil ao professor leigo que exerce o seu magistério na zona rural."

Para ter-se uma idéia do volume e do crescimento na distribuição de material escolar nas escolas públicas, sobretudo nas escolas rurais, podem-se citar alguns dados. Em 1951, foram distribuídos os seguintes materiais: a) 200 cartilhas e b) 1300 livros de 1ª a 4ª séries. Já em 1952, a distribuição de livros didáticos alcançou as cifras de: a) 8.000 cartilhas; b) 19.500 livros de 1ª a 4ª séries e; c) 500 livros do curso de admissão. Todos

---

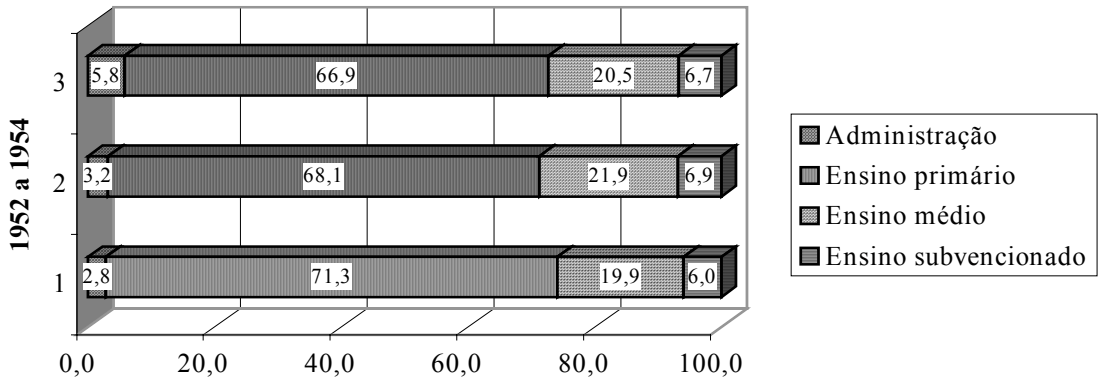
[140] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1950. p. 46. **APE-MT**

[141] *Ibid.,* p. 47. **APE-MT**

estes volumes eram pertencentes à Livraria Editora Agir, reputados como *excelentes livros didáticos* pelos responsáveis da Diretoria de Educação e Cultura do Estado[142].

Outro exame possível dos dados orçamentários e financeiros destinados à área educacional pode ser vista no Gráfico 2.4, que demonstra, para os anos de 1952, 1953 e 1954[143], a distribuição das verbas públicas entre os vários níveis do ensino público (primário e médio — este último incluindo as escolas secundárias, normais e comerciais); entre o ensino público e o ensino particular subvencionado e, finalmente, a percentagem de recursos destinados à manutenção da máquina administrativa responsável pela gestão da área educacional[144].

Gráfico 2.4. - Distribuição das verbas públicas entre os vários setores educacionais - Mato Grosso - 1952 a 1954



Fontes: MATO GROSSO, 1953.; MATO GROSSO, 1954.; MATO GROSSO, 1955.

Olhados estes três anos de forma comparativa, não se verifica uma variação muito significativa no montante de recursos destinados a cada um dos graus de ensino em cada

---

[142] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1953.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1953. p. 45. **APE-MT** Sem dúvida, os anos 50 representaram os primórdios da relação mais estreita entre poder público/editoras de livros didáticos, que levará o primeiro destes pares, nos anos seguintes, particularmente a partir da década de 60, a tornar-se o maior comprador desta modalidade de mercadoria no país. Cf., neste sentido, GATTI JÚNIOR, Décio. Dos antigos manuais escolares aos modernos livros didáticos de história do Brasil, dos anos sessenta aos dias atuais. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 22, Caxambú. *Anais*...Caxambú: 1999. (GT 2: História da Educação).

[143] Estes foram os anos em que os dados orçamentários-financeiros apareceram agrupados desta forma, permitindo então a sua análise a partir deste prisma.

[144] A disciplina "Educação Física" aparece como uma despesa a parte na discriminação dos gastos educacionais, tendo sido agrupada à rubrica "Administração", para efeitos deste gráfico.

período anual. Assim, o ensino primário, priorizado pelo governo estadual, aparecia sempre com o maior quinhão dos recursos (entre 71,3% e 66,9%), seguido pelo ensino médio, cuja expansão não se deu de forma a aumentar significativamente os repasses feitos para o setor, que oscilaram entre 19,9% e 21,9%.

Mesmo as subvenções para as escolas particulares sofreram um acréscimo pequeno, cerca de 0,8%, de 1952 a 1953-54. Tais recursos, contudo, não deixavam de ser expressivos, quando se considera que o Estado gastava cerca de 5,0% de sua verba do setor educacional na construção e instalação de novas escolas. Ou seja, o mesmo percentual de recursos financeiros que era destinado para a abertura de escolas era também canalizado à subvenção do ensino privado.

Nestes termos, é possível estender para todo esse período a observação do governador Arnaldo Estevão de Figueiredo que, em 1948, na sua Mensagem à Assembléia Legislativa[145], esclarecia que o Estado ainda contava com o setor privado como parte de seu esforço de ampliação do *sistema educativo popular*, justificando assim a concessão de fundos públicos para a construção de escolas particulares e ou a manutenção de bolsistas naquelas já em funcionamento. Alguns exemplos desta prática, citados pelos chefes do executivo estadual nesses anos, foram a manutenção da "Escola Doméstica D. Júlia", que visava ao preparo de moças para a vida doméstica, inaugurada em Cuiabá no ano de 1947; a manutenção da Escola Normal Jango de Castro, em Aquidauana, a partir de 1949 e a subvenção concedida para a construção do ginásio salesiano de Alto Araguaia, em 1951[146].

O acréscimo maior ficou por conta dos gastos administrativos[147] que, apesar de representarem pouco quando comparados a outros setores, dobraram entre 1952 e 1953-54,

---

[145] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 64. **APE-MT**

[146] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 64. *;* MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1950. p. 49.; MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1952. p. 33. **APE-MT**

[147] A apresentação das informações sobre os gastos destes setores nada comenta sobre os vencimentos dos professores e ou outros profissionais envolvidos com a questão educativa. Como esta rubrica do orçamento sempre representou a maior parte dos recursos disponibilizados pelo poder público para o setor educacional, ela provavelmente foi contabilizada junto às despesas de cada um dos setores respectivos. Desta forma, a folha de vencimentos dos professores primários e outros funcionários lotados junto às escolas primárias foi acrescida aos gastos do setor, o mesmo se passando com os professores e funcionários do ensino médio, bem

passando de 2,8% para 5,8%, provavelmente devido aos reforços representados pela organização da máquina burocrática exigida pela rede de ensino pública e privada, em processo de consolidação no estado.

6. O ensino primário em Corumbá

Simultaneamente à consolidação da esfera pública estadual, esse período também representou o momento de implantação de escolas no âmbito municipal, alastrando essa modalidade de estabelecimentos por outras cidades do estado, além de Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas, Paranaíba, Porto Murtinho, Ponta Porã, etc, municípios nos quais a presença do poder público municipal na área educativa já existia no período analisado anteriormente (1930-1945).

Assim, tomando apenas o ensino primário fundamental comum público, existiam 52 unidades escolares municipais no ano de 1946[148], das quais cerca de 19 (ou 36,5% do total) estavam localizadas no município de Campo Grande, segundo informações de seu Departamento Municipal de Educação[149]; Corumbá contava, ainda no ano anterior (1945), com 6 estabelecimentos municipais de ensino (11,5% do total)[150]. Já em 1956, o total de unidades escolares mantidas pelos governos municipais subira para 110 estabelecimentos[151], sendo que três anos antes, em 1953, num levantamento realizado pelo poder público estadual sobre a situação educacional do estado, 27 municípios declararam possuir escolas sob sua responsabilidade[152].

O crescimento do número de alunos matriculados em escolas públicas municipais pode ser examinado na Tabela 2.14.

---

como com os profissionais da área administrativa do Departamento de Educação e Cultura, após 1953 Secretaria de Educação e Saúde.

[148] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1950... p. 420.

[149] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 64. **APE-MT**

[150] Cf. tabela 1.15, capítulo I.

[151] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1956...

[152] Entre estas cidades, já estavam incluídas várias municipalidades da região Norte do estado, como Poxoréu, Barra do Garças, Cáceres, Guiratinga, etc. O maior número de alunos matriculados, contudo, ainda se encontrava em cidades da região Sul do estado, entre elas, Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas, Aquidauana, etc. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. p. 29-30. **APE-MT**

Tabela 2.14. - Matrícula geral no ensino primário público municipal - Mato Grosso - 1946-1956

Ano	Matrícula geral	**Variação relativa**
1946.....	2714	**100,0**
1947.....	2898	**106,8**
1948.....	3888	**134,2**
1949.....	4076	**104,8**
1956.....	5107	**125,3**

Fontes: IBGE, 1951: 427.; MATO GROSSO, 1950: 45.; IBGE, 1956: 343.

É possível constatar que o crescimento das matrículas no ensino público municipal, apesar de ser contínuo, apresenta taxas mais elevadas entre os anos de 1947-48. Sobre a década seguinte, pode-se apenas constatar que o número de alunos matriculados cresceu em 25,3% entre 1949 e 1956, visto não estarem disponíveis dados para os outros anos deste período. Vários fatores estão interagindo neste momento histórico, de forma a facilitar o processo de expansão. Tomando em particular o caso de Mato Grosso, é interessante retomar a discussão de que o estado atravessava um surto de dinamismo sócio-econômico naquele período, que contribuiu não só para a aceleração de processos de urbanização dos municípios já existentes na região, como também acelerou a implantação de projetos colonizadores e a chegada de novos contingentes populacionais ao estado, sobretudo nas áreas de expansão da fronteira agrícola.

Outro movimento indutor deste processo de expansão do ensino municipal foi a própria Constituição Federal de 1946, que estabelecera em seu artigo 169, também na esfera dos municípios, a vinculação de nunca menos que 20,0% da receita resultante da arrecadação de impostos na educação. Simultaneamente, contudo, vinculou os sistemas de ensino primário à esfera estadual, com a qual deveriam constituir um único sistema[153]. Em função disso, o governo estadual passou a interagir, considerando a presença dos poderes públicos municipais na esfera educativa, embora este processo se tenha dado de forma gradativa.

[153] OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A educação na Assembléia Constituinte de 1946...p. 182-186.

Assim, em 1948, faz-se alusão sobre como alguns municípios vinham participando na conservação dos prédios escolares ali localizados — seria este o caso das cidades de Nioaque, Herculânea[154], Três Lagoas e Corumbá — mas também menciona-se a

> "(...) grande preocupação a respeito da montagem do ensino primário municipal, consoante prescrição da Constituição Federal e Estadual."[155]

Tal iniciativa, contudo, foi avaliada dois anos depois (1950) como sendo de pequena monta, frente às responsabilidades assumidas pelo poder público estadual, que ainda era o maior responsável pelo ensino público primário na região[156]. Também a perspectiva da organização conjunta — municípios e estado de Mato Grosso — de um sistema estadual de ensino inviabilizou-se, frente à precariedade de condições concretas para sua implantação. Este sistema, na verdade, apenas começou a ser viabilizado em 1952, quando a Lei nº 557, de 3 de dezembro, fixou as bases do *Convênio do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso*[157], previsto para execução a partir do ano de 1953. O convênio determinava: 1. a união dos recursos financeiros estaduais e municipais, para o desenvolvimento do ensino primário; 2. a coordenação e organização de planos e medidas comuns para o ensino primário nas duas esferas governamentais, visando torná-lo *eficiente, difundido, acessível* e *prático*; 3. o estabelecimento de órgãos fiscalizadores das escolas primárias nas várias cidades mato-grossenses. Na realidade, a intenção última da diretoria de Educação e Cultura, expressa em ofício do diretor daquele departamento, Antonio de Arruda Marques, dirigido ao Secretário do Interior, Justiça e Finanças, Ruben de Castro Pinto, era sondar a possibilidade de *descentralização* do ensino primário público. Descentralizar, apontava o referido diretor, era a única solução viável para que o governo estadual pudesse obter êxito em sua empreitada de estender a todo o Mato Grosso a rede pública de ensino. Não existiam ainda, contudo, as condições materiais concretas que dessem aos municípios

---

[154] Posteriormente denominada Coxim.

[155] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948. p. 64. **APE-MT**

[156] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1950. p. 45-46. **APE-MT**

[157] MATO GROSSO. Lei nº 557, 3 dez. 1952. Fixa as bases do Convênio do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso... p. 1, 1952.

possibilidades para assumir, naquele momento, esses encargos educacionais[158]. Projetos descentralizadores, na extensão apontada pelo referido diretor, só viriam a concretizar-se em décadas posteriores da trajetória educacional do estado de Mato Grosso.

Em relação ao município de Corumbá, além das condições mais gerais apontadas anteriormente, outras, de caráter específico, viriam contribuir no sentido de facilitar o processo de organização do setor educacional nos anos que se seguiram ao fim do Estado Novo. Entre estes fatores, estão as condições sócio-econômicas favoráveis da cidade, no pós-guerra, quanto se iniciou um período prolongado de estiagem que facilitou o criatório bovino, e a maior procura do produto nos mercados interno e externo. Além disso, a chegada de levas de migrantes e imigrantes bolivianos e paraguaios, que acorreram à cidade para a construção do ramal ferroviário Puerto Suárez-Santa Cruz de la Sierra, no vizinho Oriente boliviano ou para o trabalho nas indústrias locais, recentemente instaladas no município.

Neste processo de expansão da malha urbana, o ensino público municipal ainda continuou sendo o menos expressivo na cidade, registrando a existência de quatro estabelecimentos de ensino primário em 1956, com 670 alunos matriculados. Apesar do número reduzido de escolas, as matrículas neste setor aumentaram em 70,9%, num período de 11 anos: de 392 em 1945 para 670 em 1956[159].

Relevando-se embora este significativo aumento no montante de matrículas no ensino municipal, o grande peso ainda continua a ser das escolas públicas estaduais, cujo crescimento é apresentado na Tabela 2.15.

Considerando-se um total de 34 escolas primárias existentes na cidade, entre estabelecimentos públicos (estaduais e municipais) e particulares, em 1945[160], certamente houve crescimento na rede primária em Corumbá, sobretudo nos anos 50. Neste sentido, em

---

[158] Neste sentido, no governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo, foi realizada uma tentativa de descentralização do processo construtivo dos prédios escolares financiados com as verbas do governo federal, via INEP. Somente em Corumbá foram firmados convênios entre os governos estadual e municipal para a construção de oito escolas, entre 1948 e 1950. Até 1954, o governo estadual ainda reclamava as prestações de conta destas construções, algumas delas, inclusive, que não chegaram a realizar-se. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. p. 17-19. **APE-MT**

[159] FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros...* p. 146.

[160] Cf. tabelas 1.15., cap. I.

1952[161], a cidade já contava com 30 escolas públicas primárias, apenas na rede estadual de ensino. Entre as escolas agrupadas, até esse ano, continuavam presentes apenas o Grupo Escolar "Luiz de Albuquerque" e as Escolas Reunidas de Ladário. O acréscimo, assim, fica mais uma vez restrito ao universo das escolas isoladas, suburbanas e rurais, ainda aparecendo como a primeira colocada entre os tipos de estabelecimentos existentes no município, com 28 unidades.

Tabela 2.15. - Criação de escolas primárias estaduais em Corumbá - 1949-1954

Ano	Especificação
1947.....	Escola Supletiva – 4
1950.....	Escola Rural Mista - 2
1951.....	Escola Rural Mista - 1
1953.....	Escola Rural Mista - 4
	Escolas Reunidas – 2
	Escola de Instrução Primária - 1
1954.....	Grupo Escolar – 2 (1)
	Escola Rural Mista - 1
	Escolas Reunidas – 1

(1) Um destes grupos escolares, na verdade, pertencia ao recém-criado município de Ladário, antes distrito de Corumbá.
Fontes: MATO GROSSO. Arquivo Público Estadual, 1952: 156;160;162; FERNANDES, 1994a: n.p.; FERNANDES, 1994b: n.p.; FERNANDES, 1994c: n.p.

Como demonstra a Tabela 2.15, o quadro das escolas agrupadas só começou a modificar-se a partir de 1953, com a transformação da escola primária do Marítimo Atlético Club em Escolas Reunidas (Decreto nº 1552, de 26 de março de 1953) e a criação das Escolas Reunidas do Círculo Operário Dom Bosco (Decreto nº 1649, de 1º de agosto de 1953). Esta última, bem como a Escola Reunida de Ladário, foram transformadas em Grupos Escolares, no ano seguinte (Decretos 1894 e 1896, de 11 de junho de 1954).

É interessante assinalar o surgimento e ou o desenvolvimento deste conjunto de escolas agrupadas, acompanhando o processo de reurbanização da cidade no pós-guerra. Como ponto em comum, todas elas estavam situadas nas áreas centrais ou próximas ao centro da cidade de Corumbá. Exemplificando, pode-se examinar o caso dos grupos

[161] MATO GROSSO. Secretaria do Interior, Justiça e Finanças. Departamento de Educação e Cultura. *Listagem das escolas*. Cuiabá: 1952. **APE-MT**

escolares já que, após 30 anos, estes foram os primeiros estabelecimentos deste tipo a serem organizados no município. Em 1953, como visto anteriormente, o distrito de Ladário[162] foi desmembrado da cidade de Corumbá e elevado à categoria de município (Lei nº 679, de 11 de dezembro de 1953), o que certamente colaborou para a transformação do estabelecimento de ensino existente naquela cidade em grupo escolar. Quanto ao Círculo Operário Dom Bosco, iniciativa da Ação Social Salesiana, mantida pelos ex-alunos do Colégio Salesiano Santa Teresa, tratava-se de uma escola primária de ensino gratuito, mista e que tinha como objetivo, segundo seus organizadores,

> "(...) [a] educação da infância menos favorecida e [...] [o] preparo de jovens e senhoras para as diversas atividades indispensáveis à dona de casa."[163]

Neste estabelecimento, além do material escolar, eram distribuídos merenda e uniformes gratuitamente, prática pouco comum na época — mesmo nas escolas públicas estaduais a distribuição do material escolar ainda era precária, não se tendo notícia do recebimento de merenda ou qualquer outro benefício em suas dependências. Isto, aliado à localização desta escola, em um ponto central do município, deve ter favorecido sua atuação e o afluxo de alunos à mesma, explicando o surgimento deste novo grupo escolar. A presença da iniciativa privada neste empreendimento também representava, por um lado, a possibilidade de o Estado desobrigar-se de parte dos ônus referentes à manutenção deste estabelecimento, num momento em que existia uma demanda maior por serviços urbanos na cidade; por outro, o crescimento da escola não poderia ser mantido apenas com os beneplácitos da caridade salesiana, que deveria ser complementada com verbas públicas[164].

Sobre as escolas rurais dos municípios, pode-se dizer que ainda pairavam sobre as mesmas as dificuldades já apontadas no período anterior[165] — a falta de professores

---

[162] SOUZA, Lécio G. de. *História de Corumbá...* p. 111.
[163] COSTA, Paulino Lopes da (Org.). *O profeta do Pantanal...* p. 71.
[164] Posteriormente, na década de 60, a área em que se situava o Círculo Operário Dom Bosco foi ocupada com o novo edifício do Colégio Santa Teresa. A obra social salesiana, dirigida especificamente às camadas sociais carentes da cidade também deslocou-se, desta feita, para o bairro Cidade Jardim (hoje denominado Dom Bosco), que na época era o mais próximo da fronteira Brasil-Bolívia. Neste local, em 1961, surgiu a Escola Rural Mista "Alexandre de Castro", hoje "Cidade Dom Bosco". *Ibid.,* p. 105 et seq.
[165] O que não significava que também não existissem problemas nas escolas agrupadas, tidas como os melhores estabelecimentos da rede de ensino pública. Assim, quando a professora Magali de Souza Baruki assumiu a direção do Grupo Escolar "Luiz de Albuquerque", em 1951, ela descreveu desta forma as condições daquela escola: "(...) no momento recebia [a escola] para dirigir em estado precário: classes lotadas, poucas carteiras, professores e alunos sentados em caixotes." Segundo a mesma professora, o estado físico do

habilitados para exercerem o magistério nessas escolas, a inexistência de acompanhamento e fiscalização do trabalho destes docentes, etc. Neste sentido, das 28 escolas rurais e suburbanas[166] existentes no município em 1952, mantidas pelo poder público estadual, sete encontravam-se vagas. Em nenhum dos 21 estabelecimentos restantes, em funcionamento naquele ano, existiam professores efetivos. Além disso, muitas destas escolas resultaram da encampação de antigos estabelecimentos particulares, mantidos alguns por fazendeiros e ou criados por associações de classe: era o caso, por exemplo, da Escola Rural Mista "Barão do Rio Branco", criada e dirigida pela Sociedade Caritativa e Humanitária de Corumbá, no distrito de Porto Esperança[167]; Escola "Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil", criada por esta entidade de classe; as Escolas Rurais Mistas "Fazenda Morcego", no Pantanal de Paiaguás, "Fazenda Manuel Côrrea", entre outras, fruto da doação de áreas particulares para a instalação de escolas.

Ainda sobre o funcionamento das escolas rurais, segundo Maria Angelina Garcia da Silva, em depoimento prestado em 1993,

> "(...) as escolas que funcionavam nas propriedades rurais possuíam, na maioria das vezes, professores leigos (...). Para que este ensino fosse reconhecido e válido nas escolas da zona urbana, os professores enviavam à Secretaria de Educação do Estado os testes (avaliações) e o histórico escolar dos alunos, para comprovar que os mesmos estavam aptos para freqüentar uma determinada série. Estes dados eram apresentados na forma de Atas e encaminhados à Delegacia Regional de Ensino de Corumbá (sic) para aprovação e validação."[168]

Não se tinha conhecimento, desta forma, sobre o trabalho exercido em sala de aula, nem mesmo se as aulas declaradas haviam acontecido.

---

estabelecimento era tão precário que o Secretário de Fazenda à época, Demósthenes Martins, considerado "pão duro" pelos administradores públicos estaduais, concordou em conceder verbas emergenciais para a escola, que resultaram na construção de sanitários e um galpão coberto para o recreio dos alunos. BARUKI, Magali de Souza. In: ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida...* p. 114-115.

[166] Na documentação disponível, na verdade, não apareceu nenhuma distinção entre as escolas situadas na zona rural do município e aquelas situadas na periferia do centro urbano. Todas foram enquadradas, igualmente, como escolas rurais. Introduziu-se, no entanto, para as finalidades deste trabalho, esta distinção.

[167] Porto Esperança era o ponto extremo aonde chegavam as composições ferroviárias até 1954, antes da abertura definitiva para o transporte de passageiros da ponte "Presidente Eurico Gaspar Dutra", sobre o Rio Paraguai. SOUZA, Lécio G. de. *História de Corumbá...* p. 103.

[168] RODRIGUES, Luzia Odeth Duarte. *O ensino rural em Corumbá...* p. 10.

Sobre o ensino primário particular, nesses anos, segundo dados disponíveis[169] referentes a 1956, existiam 14 escolas particulares em funcionamento na cidade, reunindo 2596 alunos matriculados. Destas, certamente as mais expressivas eram os dois estabelecimentos salesianos, o Colégio Santa Teresa, masculino, e o Colégio Maria Imaculada, feminino, oferecendo os cursos primário e complementar[170].

Tratando ainda do ensino particular, embora tenha permanecido praticamente igual o número de estabelecimentos privados de ensino primário, cresceram sobremaneira as matrículas nestes estabelecimentos, entre a segunda metade dos anos 40 e o mesmo período da década seguinte. Em 11 anos, passou-se de 737 matrículas em 1945 a 2596 em 1956, acumulando um crescimento de cerca de três vezes e meia, em relação ao montante de alunos inscritos nestes estabelecimentos.

Dois conjuntos de transformações podem estar relacionados a este incremento do ensino particular na cidade. Por um lado, como assinalou Corrêa Filho[171], os pecuaristas da região de Corumbá naquele momento, representando a terceira geração de descendentes dos pioneiros que reocuparam os pantanais após a Guerra contra o Paraguai, eram de fato portadores de novos hábitos sociais, provocados pelas profundas transformações ocorridas na vida pastoril da região, a partir de meados dos anos 20. Neste sentido, descrevendo a situação da Nhecolândia, um dos principais pólos bovinos do município, assim se expressava este autor:

> "Entre os descendentes dos pioneiros, já se encontram médicos, engenheiros, advogados, veterinários, agrônomos (...). Embora nem sempre morem em suas fazendas, cuidam de dotá-las de habitações confortáveis, onde possam estanciar alguns meses. Nos restantes, permanecem em Corumbá, onde constituem o grupo dos maiores capitalistas, interessados nas charqueadas próximas, que lhes garantem o consumo das boiadas."

Desta forma, a fixação dos latifundiários pantaneiros na área urbana de Corumbá, aliada a condições econômicas que favoreceram o comércio de carne na região no pós-

---

[169] FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros....* p. 146.
[170] O curso complementar também fora implantado na rede pública, mais especificamente junto ao Grupo Escolar "Luiz de Albuquerque" em 1952 (Decreto nº 1306, de 8 de maio). MATO GROSSO. Secretaria do Interior, Justiça e Finanças. *Legislação.* Cuiabá: 1952. **APE-MT**
[171] CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanais mato-grossenses:* devassamento e ocupação. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. p. 131 et. seq.

guerra, certamente favoreceu o florescimento de vários setores de serviços existentes no município, entre eles o educacional.

Por outro lado, algumas atividades industriais que surgiram na cidade nesse período, como a extração de minério de ferro e manganês em Urucum e a implantação de uma fábrica de cimento no município, entre outras, também contribuíram para a constituição de novas camadas médias urbanas, que certamente aumentaram a necessidade de novos serviços sociais, tanto públicos como particulares.

7. O ensino médio em Corumbá

Sendo um nível de ensino em que se sentia, como comentado anteriormente, a questão do afunilamento das oportunidades educacionais, a educação média no município, contudo, também passou por um processo de expansão nesses anos, ainda que em menor escala que no ensino primário. Nestes termos, as mesmas razões que foram apontadas como possíveis determinantes para o aumento da demanda por escolas primárias na região também levaram a que um número maior de estudantes, uma vez egressos do ensino primário, fossem ter às portas das escolas secundárias.

Em termos de criação de novos cursos, já em 1947, pela Lei nº 55, de 22 de outubro, o governo estadual começou a instalação da Escola Técnica de Comércio de Corumbá, nos moldes de sua congênere[172], localizada em Cuiabá[173], que viria a funcionar a partir do ano seguinte, 1948. Era a primeira iniciativa do gênero desde 1938, quando havia sido fechada a Escola de Comércio Santa Teresa, mantida no estabelecimento de ensino secundário de mesmo nome, dirigido pela congregação salesiana[174]. Curso idêntico funcionara em 1943, com a denominação de Escola de Comércio do Ginásio Imaculada Conceição, junto ao

---

[172] A Escola Técnica de Comércio de Corumbá foi organizada enquanto escola média de segundo ciclo, com um curso de três anos, visando à formação de peritos-contadores. Para o ingresso no estabelecimento era exigida do aluno a conclusão do primeiro ciclo do ensino médio, que poderia ter sido feito em uma escola comercial básica ou em escolas secundárias e normais de primeiro ciclo. Cf. MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*...p. 201.
[173] MATO GROSSO. Arquivo Público Estadual. *Ementário da legislação estadual (1936-1950)*... p. 171.
[174] BÁEZ, Renato. *Ensaios e cartas*... p. 15-16.

colégio confessional feminino dirigido pelas irmãs salesianas, tendo formado uma única turma de onze secretárias[175].

Quanto ao ensino secundário, continuou a funcionar no período o Ginásio Maria Leite, transformado em 1949 (Lei nº 313, de 3 de novembro) em Colégio Estadual Maria Leite[176]. Como acontecera ao curso comercial no período anterior, implantou-se legalmente uma experiência que não existia em termos efetivos. Assim, o uso da denominação *colégio*, exclusiva das escolas secundárias que possuíam os cursos científico e ou clássico, só foi regulamentado pela Lei nº 272, de 9 de dezembro de 1952, que dava permissão ao governo estadual para criar o segundo ciclo do ensino secundário nas escolas médias sob sua responsabilidade[177]. Ainda se passaram dois anos antes que o governo estadual conseguisse implantar efetivamente o curso científico nos recém-denominados Colégios Maria Leite, em Corumbá, e Campo-Grandense, em Campo Grande, o que só ocorreu em 1954, quando as primeiras turmas foram matriculadas nestas escolas[178].

Juntamente com a implantação do curso científico, o Colégio Maria Leite foi instalado em novo prédio, cujas obras foram finalizadas neste mesmo ano de 1954. O mesmo tipo de iniciativa levou o governo estadual à construção de uma sede própria para o Colégio Campo-Grandense. Sobre estes fatos, assim se expressou Fernando Corrêa da Costa, governador do estado naquele ano:

> "No outro setor, o da educação, que sociólogos conceituam como o problema número um na equação das necessidades que nos afligem, continuado tem sido nosso esforço. Assim, projetamos e estamos realizando a construção dos educandários que deverão abrigar a nossa infância e a nossa juventude. Neste ano, antes do seu termo, estarão inaugurados os edifícios dos ginásios de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, aqueles [Corumbá e Campo Grande] de projeto do consagrado arquiteto Oscar Niemeyer *que nas linhas do seu contorno refletirão por*

---

[175] BAÉZ, Renato. *Cenas de minha terra.* Corumbá: 1965. p. 13. Cabe aqui um breve comentário sobre estas duas experiências de abertura de cursos profissionais nos colégios salesianos da cidade. Considerando a clientela à qual eram dirigidos prioritariamente estes estabelecimentos — os filhos dos grandes pecuaristas e de setores das camadas médias, ocupando cargos de direção nas esferas econômica, política e social do município — , não é de se estranhar que os referidos cursos, visando a formação de força de trabalho para os setores comerciais do município, não fossem procurados por famílias interessadas num ensino médio que preparasse seus filhos para o ingresso em estabelecimentos de ensino superior, ou para as prendas domésticas.
[176] MATO GROSSO. Arquivo Público Estadual. *Ementário da legislação estadual (1936-1950)*... p. 156.
[177] MATO GROSSO. Lei nº 272, 9 dez. 1952. Cria em estabelecimentos oficiais do Estado, o segundo ciclo do ensino secundário... p. 1.
[178] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1955. p. 49. **APE-MT**

> *muito tempo o estilo arquitetônico da época em que estamos vivendo*." (Grifos nossos)[179]

Sem que essa, com certeza, fosse a intenção primeira do executivo estadual naquele momento, estes edifícios tornaram-se bem mais famosos do que as próprias escolas que abrigaram, incorporando-se ao patrimônio histórico e arquitetônico destas duas cidades.

O ensino secundário oficial, por sua vez, continuou a contar com a presença marcante das duas escolas salesianas, os Colégios Santa Teresa e Imaculada Conceição. Esta última ainda criou, em 1948, com a permissão do governo estadual (Decreto nº 452, de 6 de abril), o curso normal intensivo, de dois anos, que passou a funcionar naquele ano[180].

---

[179] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. p. 11. **APE-MT**

[180] MATO GROSSO. Arquivo Público Estadual. *Ementário da legislação estadual (1936-1950)*...p. 119.

Capítulo III

Educação e fronteiras: a questão educacional e as políticas do Estado brasileiro para as fronteiras (1930-1945)

Este terceiro capítulo tem como um de seus objetivos expor o conteúdo referente às políticas do Estado brasileiro, no período considerado (1930 a 1945), em relação às regiões de fronteira do país, tendo como preocupação central o exame da temática educacional. Outro objetivo a ser contemplado neste capítulo é analisar as possíveis interferências destas políticas nos rumos tomados pela sociedade e educação nas regiões de fronteira, particularmente no Oeste brasileiro, uma vez que o *locus* desta pesquisa é a cidade de Corumbá e o seu entorno, confrontante com a República da Bolívia[1].

Para tal, o capítulo 3 está dividido em duas partes. Na primeira delas (itens 1 a 3), é considerada a política para as regiões de fronteira entre os anos 1930-1945, quando a ênfase principal recaiu sobre a perspectiva e a necessidade de nacionalização das fronteiras, centrada no imperativo da segurança nacional.

A partir deste contexto, na segunda parte deste capítulo (itens 4 e 5), procurou-se analisar como foi pensada e concretizada a política educacional neste período, tendo em vista a questão nacional. Para tal, são tratadas inicialmente as diretrizes estatais no plano federal, mostrando como a educação foi simultaneamente entendida como meio para se chegar à nacionalização das fronteiras, e como fim a ser alcançado por meio de uma política adequada de inserção do Estado naquelas *distantes* regiões do país. Conhecidas as proposições educacionais em âmbito nacional, é possível partir-se para a análise de seus desdobramentos no estado de Mato Grosso e na região da fronteira brasileiro-boliviana, retomando-se, sob este prisma, os dados expostos no primeiro capítulo deste trabalho.

---

[1] Corumbá está localizada a cerca de 30 km da principal cidade existente na fronteira Brasil/Bolívia no período em questão, Puerto Suárez. Posteriormente foi fundada a povoação de Puerto Quijarro, nos anos 50, já como conseqüência da implantação da malha ferroviária que, a partir de Corumbá, chegaria até Santa Cruz de la Sierra, o centro urbano mais importante do Oriente boliviano.

1. Um projeto nacionalista para o Brasil: as propostas do primeiro governo Vargas

A primeira questão discutida neste capítulo é o conteúdo e a forma como um determinado projeto nacionalista, encampado pelo Estado, manifestou-se nesta primeira fase da era Vargas, abrangendo os anos de 1930 a 1945.

Pode-se constatar, compilando a documentação e a bibliografia à disposição a respeito deste tema[2], a existência de vários recortes sobre a questão nacional, no Brasil, no período em questão. Seja pelo fato de que a questão nacional esteve presente, de formas diversas e em distintos graus, nos projetos econômicos e políticos desenvolvidos pelo Estado nesse momento histórico, seja em razão de que diferentes entendimentos sobre o mesmo tema foram objeto e bandeira de luta de setores organizados da sociedade, como sindicatos, partidos políticos — de matizes ideológicos tão diversos como o PCB e os integralistas —, torna-se necessária uma qualificação mais precisa do que foi o nacionalismo de que ora se fala neste trabalho. O que permite dizer, em concordância com Corsi[3], que o projeto nacional permanece neste contexto como eixo abstrato, como ideal declarado por todos, daí surgindo a necessidade de qualificar-se mais precisamente de que nacionalismo o governo Vargas falava e que propostas nacionalistas levou adiante em sua prática política.

Para tanto, é preciso fazer menção ao panorama econômico e político internacional, considerando a situação do modo de produção capitalista em termos internacionais.

Em termos do capital monopolista — etapa diferenciada do desenvolvimento do capital e que iniciou sua conformação no último quartel do século XIX — os anos 30 marcaram o início do que foi considerado como o segundo grande ciclo desta fase de desenvolvimento da sociedade capitalista[4]. Duas questões definiram este período e foram

---

[2] Entre outros, os seguintes autores e respectivas obras tratam da questão, e foram compiladas para a execução desta parte do trabalho, no que diz respeito à situação brasileira: ABREU, Alzira Alves de. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje...; CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo:* política externa e projeto nacional...; SILVA, Salomão L Quadros da. A Era Vargas e a economia...; SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento...

[3] CORSI, Francisco Luiz. *Op. cit.,* p. 14.

[4] O primeiro ciclo da fase monopólica teve seus primórdios por volta de 1870, com uma das primeiras grandes crises capitalistas, tendo gerado uma nova fase nesta sociedade, marcada pelas seguintes características: 1. aparecimeneto das corporações monopólicas, a partir da centralização e concentração de capitais; 2. aumento da disputa imperialista pela repartição de áreas privilegiadas para comércio e exportação de capitais, envolvendo tanto as empresas monopolistas como as potências capitalistas; 3. fusão entre o capital bancário e

fundamentais para a sua compreensão, pois indicavam as suas especificidades quanto à forma como se dá a acumulação de capital, no que diz respeito à sua conformação hegemônica neste novo ciclo[5] de seu desenvolvimento histórico. Primeiramente, a presença do Estado capitalista, enquanto Estado que se envolveu na produção direta dentro do campo econômico, Estado-Empreendedor, portanto; e enquanto Estado mantenedor de um rol de garantias e direitos sociais, o chamado Estado do Bem-Estar Social. O segundo tema, intimamente relacionado ao primeiro, é a própria conformação do capitalismo monopolista

---

industrial, com o surgimento do capital financeiro. Menções mais específicas a respeito deste período deverão ser feitas na medida dos interesses deste trabalho. Cf. LÊNIN, Vladimir I. O imperialismo, fase superior do capitalismo... p. 367-368.

[5] O que significam os ciclos econômicos, ou melhor dizendo, o que significa dizer que o capitalismo, enquanto modo de produção social e historicamente determinado, tem um caráter cíclico ? É preciso deixar-se claro, inicialmente, que não existe, na teoria de Marx, uma apresentação sistemática do tema ora em questão; ele é tratado, em apontamentos esparsos na obra marxista, quando este autor enceta suas discussões sobre as crises na sociedade capitalista, já que os ciclos econômicos capitalistas iniciam-se e tem seu término ligados à situações de crise, o que identifica ser este também o caminho mais indicado, tanto do ponto de vista histórico como lógico, para entender-se esta questão. Neste sentido, as crises são expressão de um momento de declínio e esgotamento do regime capitalista. De outra forma, revelam o caráter anárquico e antagônico desta sociedade, abrindo e encerrando momentos de seu processo, historicamente determinado, de produção. Marx enfatiza, ainda, que "as crises não são mais que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem, por um momento, o equilíbrio desaparecido." Três conclusões importantes podem ser destacadas deste comentário de Marx. Inicialmente, as crises devem ser entendidas como formas de existência do próprio capitalismo, isto é, são um fenômeno *inerente* a este tipo de sociedade, não sendo possível entendê-las senão a partir do estudo dos mecanismos próprios ao desenvolvimento do capital, em cada momento histórico, que lhes dão sentido. Em segundo lugar, representam a tentativa que a própria sociedade cria no caminho de seu equilíbrio — no caso do capitalismo, a busca do restabelecimento das bases últimas de sua manutenção e reprodução enquanto forma determinada de criar riqueza, a *acumulação de tipo capitalista*. Decorrente desta última, uma terceira questão pode ajudar a compreender o caráter cíclico da crise. A produção na sociedade capitalista é realizada de forma privada, por capitalistas individuais — mesmo que reunidos sob a égide do capital monopolista, sob condições de competição *controlada,* este último não deixa de lutar por interesses particulares, relacionados a uma parte da sociedade. Mais importante ainda é considerar-se que o ciclo de reprodução do capital não envolve sua reprodução simples mas sua acumulação, isto é, sua reprodução ampliada, onde o mesmo não descreve, se se quiser representar graficamente seu movimento, um círculo mas uma espiral (curva ascendente, que se afasta de seu ponto original). Assim sendo, não há como garantir-se, por períodos prolongados e em vários espaços físicos simultaneamente, o equilíbrio desejável entre a totalidade da oferta de mercadorias produzidas (por vários capitais privados) e sua realização, por meio do consumo, sem o qual capitais excedentes não encontram aplicação produtiva e a acumulação não se efetiva. Logo, a acumulação crescente de capitais, possível pelo próprio e necessário desenvolvimento das forças produtivas que acompanha o crescimento da sociedade capitalista, é limitada, contraditoriamente, em sua capacidade de realização, pelo desiquilíbrio descrito. Este caráter contraditório e antagônico da produção de mercadorias sob condições capitalistas inaugura um ciclo composto por períodos de crise — crescimento — estagnação e novamente crise, onde se procurará restabelecer este equilíbrio, inaugurando um novo padrão qualitativo e quantitativo, em termos de acumulação capitalista, até que novo movimento cíclico se inicie. Volta-se, assim, ao ponto no qual se iniciou esta discussão: o plano no qual se move o fenômeno da crise é o movimento ampliado de reprodução do capital, que expressa de forma cíclica e *permanente*, em certos períodos, o caráter contraditório desta mesma sociedade capitalista. Cf. MARX, Karl. *As crises econômicas do capitalismo*... p. 8 et seq.; UREÑA, Enrique M. *Karl Marx economista*... p. 145 et seq.

neste momento, ligado às novas formas de manifestação do imperialismo, seja no período anterior à Segunda Grande Guerra, seja na realidade da *Guerra Fria*. Para que não se perca de vista o tratamento destas questões como partes de um ciclo da sociedade capitalista, em sua fase monopólica, elas serão tratadas em sua conformação histórica, isto é, acompanhando seu desenrolar no interior da trajetória do capitalismo nesses anos iniciais do século XX.

Pode-se constatar, assim, na perspectiva do tratamento dos ciclos econômicos, que este segundo ciclo monopólico iniciou-se com uma crise, que passou à história como a *Grande Depressão*, cujo fenômeno emblemático foi o *crash* da bolsa de valores de Nova York, em 1929. É importante frisar que a crise, no modo de produção capitalista, emerge de uma realidade de superprodução, ou seja, do aumento da produção de mercadorias, sem que estes produtos reconvertam-se em capital, por meio do consumo. Em função disso, segundo Engels[6], no momento de crise todos os elementos envolvidos no processo de produção da riqueza social — meios de produção, meios de vida e força de trabalho — estão numa situação de superabundância dentro da sociedade capitalista. Disto decorre que a própria crise deve levar o modo de produção capitalista a procurar novas aplicações para esta riqueza que envelheceu, ou para o capital que não foi reaplicado, como forma de sanar os problemas decorrentes da superprodução. Neste sentido, a crise de 1929, que se estendeu pela década de 30, representou, também, o envelhecimento de padrões tecnológicos e de produção, e a busca de aperfeiçoamentos nos aspectos técnicos e gerenciais envolvidos na produção; nova divisão de mercados e nova ordenação, portanto, do comércio internacional e o aparecimento de um novo sistema monetário, com a hegemonia do dólar. Em outras palavras, estabeleceram-se nesses anos, na primeira fase do ciclo, as bases de um novo padrão de acumulação, em meio a rápidos surtos de expansão, seguidos de recessões profundas[7].

Esta chamada *crise de superacumulação*[8], que se estendeu de 1929 até 1937, caracterizou-se ainda por três fatores: 1. ausência de ondas de renovação tecnológica, capazes de absorver os excedentes econômicos produzidos; 2. intensidade aparente do

---

[6] ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico... p. 327 et seq.
[7] DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo...* cap. 8, p. 321 et seq.
[8] COUTINHO, Luciano G., BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra... p. 15.

capital constante; 3. aumento tendencial da composição orgânica do capital, com o agravamento da ociosidade planejada, para fazer frente aos custos de produção e ao desaquecimento da demanda.

Desta forma, estes vários problemas entrelaçam-se e aprofundam-se nos anos seguintes, estando a situação mundial bastante complicada às vésperas da Segunda Grande Guerra. Para os fins deste trabalho, pelo menos uma questão deve ser levantada em relação à Segunda Guerra Mundial: 1. seu caráter de **guerra interimperialista** e as novas definições a respeito de áreas de influência geopolítica que resultaram deste conflito.

Em relação ao tema, é importante lembrar que a delimitação de novos e antigos mercados estrangeiros, nesse período, remonta ao final da Primeira Guerra Mundial. Naquele momento, por um lado, redefiniu-se uma nova divisão internacional do trabalho, frente ao traçado territorial imposto com a derrota de Alemanha e a Revolução de 1917, na Rússia. Por outro, os países derrotados e/ou prejudicados ao fim do primeiro conflito — Alemanha, Itália e Japão — adotam o fascismo, frente à forte crise econômica que enfrentavam, agravada pela impossibilidade de acesso às fontes externas de investimento. Neste sentido, Sweezy[9] destaca que o fascismo é outra faceta assumida pelo imperialismo, na época das guerras de redivisão e, é importante ressaltar, na defesa dos interesses monopólicos.

Exemplificando esta última afirmação, considere-se o caso alemão. Qual a situação deste país, após a Primeira Guerra Mundial ? No plano econômico, a extrema escassez de alimentos e outros artigos essenciais, além de desemprego e inflação galopantes; no plano político, colapso parcial da "lei e da ordem", desorganização, indisciplina e falta de segurança nas Forças Armadas, além da barbárie instalada, pela desconfiança frente ao Estado ali constituído. Neste cenário de impasse temporário da sociedade alemã, foi eleito um governo de coalizão, com os representantes do grande capital a frente dos rumos econômicos do país mas contando também com a presença dos trabalhadores organizados na gestão estatal.

A intensificação das contradições capitalistas próprias ao momento de crise pelo qual passavam todas as economias nacionais — agravadas, no caso alemão, pelas dificuldades impostas ao país pelo capital monopolista internacional ao final da Primeira

Guerra — levou o governo a estabelecer severas medidas fiscais para conter seu déficit, com pesada tributação sobre o capital. Com isso, os representantes desta classe repassaram para a sociedade, sobretudo para as camadas médias e classe trabalhadora, menos protegidas frente aos golpes inflacionários, os ônus da crise: aumento de preços generalizado e intensa mecanização do processo produtivo, o que aumentou ainda mais o desemprego[10]. Recriaram-se aqui, mais uma vez, as contradições próprias à crise capitalista: no plano interno, excedentes econômicos que não são reinvestidos, principalmente com a produção de bens de capital em excesso, que não encontraram formas de consumo dentro da sociedade; externamente, como assinalado anteriormente, o impedimento do acesso alemão às possibilidades externas de expansão próprias ao imperialismo, naquele momento.

Nestes termos, o fascismo encontrou terreno fértil para sua expansão, tendo como origens e base popular, inicialmente, as camadas médias, fração da sociedade que mais havia sido atingida pela crise dos anos 30. O ideário nazista atingia dois pontos fundamentais para este grupo social, entendidos como os dois *vilões* e responsáveis pela crise alemã: os trabalhadores organizados e o capital monopolista. Junto a estas idéias estavam outras, como a glorificação da nação e da raça ariana, além do apelo *nacionalista*, baseado numa presença estatal forte, num país que devia preparar-se para uma guerra de reparação pelos reveses sofridos em 1918, além da conquista externa[11].

Quanto ao apoio das classes dominantes ao fascismo, sobretudo após sua chegada ao poder, elas não ficaram indiferentes aos apelos nazistas, seja no *front* interno contra os operários, seja no *front* externo contra os rivais imperialistas. Neste sentido, sua conivência com a nova camada governante forneceu, por um lado, uma nova base material e social para o nazismo, sem a qual ter-se-ia dificultado sua penetração e o fortalecimento do Estado alemão; por outro, facilitou o desmantelamento do Estado representativo e a formação de um governo fortemente centralizado, voltado para os preparativos de guerra, cujo esforço armamentista forneceu as bases para um novo *boom* econômico, em nome de um interesse maior — o ressurgimento da nação alemã. Assim,

---

[9] SWEEZY, Paul Marlor. *Teoria do desenvolvimento capitalista...* p. 249.
[10] *Ibid.,* p. 250.
[11] *Ibid.,* p. 252.

> "A infusão de sangue novo nas fileiras da classe capitalista é, portanto, uma das conseqüências mais importantes da vitória do fascismo. Outra, não menos importante, é a crescente absorção dos órgãos do capital monopolista pelo aparato estatal. Câmaras de comércio, associações de empregadores, cartéis e outros órgãos semelhantes tornam-se compulsórios e são diretamente revestidos da autoridade do Estado; suas atividades são coordenadas por uma série hierárquica de juntas e comissões, tendo no alto os ministérios governamentais."[12]

Pode-se concluir reafirmando-se, desta forma, a existência de um conjunto de problemas nos fluxos de capital, força de trabalho e comercial nos anos 30 e primeira metade da década de 40, que acabaram gerando tanto a carência de meios de pagamento, como a redução das importações e a suspensão do pagamento das dívidas externas, em diversos países. Todo este contexto, agravado por duas guerras mundiais e pela Depressão, levaram a uma relativa desarticulação da economia mundial, tornando factíveis e abrindo espaços para a execução de projetos nacionalistas, que levassem os distintos países a resolver os impasses existentes. Isto significou que cada país procurou proteger-se exportando mais, importando menos e expandindo seus mercados internos, levando assim ao acirramento da luta entre as economias nacionais[13].

Estas dificuldades de integração no plano internacional começaram a ser superadas a partir da segunda metade da década de 30, muito embora essa superação, ao dar início à conformação de um novo ciclo da economia capitalista, tenha acabado sepultando o liberalismo econômico. Para tal, o fator fundamental nesse período passou a ser a intervenção do Estado, quer para regulamentar, como para direcionar, planejar ou atuar diretamente em certos setores de base da vida econômica, agindo como suporte de políticas de apoio e incentivo ao desenvolvimento. É importante assinalar que

> "A ampliação da ação do Estado na economia se deu de forma titubeante e pragmática. O fortalecimento do Estado não era uma característica apenas dos regimes fascistas, pois nas chamadas democracias também observaram-se processos dessa natureza. Ficou evidente também a inexistência de um vínculo indissolúvel entre capitalismo e liberalismo econômico."[14]

---

[12] SWEEZY, Paul Marlor. *Teoria do desenvolvimento capitalista...* p. 256.
[13] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos...* p. 90 et seq.
[14] CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo...* p. 33.

Em termos de América Latina, ao mesmo tempo em que esta região do planeta estava mergulhada na crise representada pela Depressão, principalmente aqueles países cujas economias eram mais dependentes do mercado internacional, a desarticulação econômica colocava novos caminhos de desenvolvimento, calcados no crescimento do mercado interno e na industrialização. A relativa desagregação da velha divisão internacional do trabalho abria espaço para a diversificação das economias, o que dependia, em cada caso específico, do estágio de desenvolvimento industrial existente em cada país, a extensão do seu setor de bens de capital, além da maior ou menor presença do Estado, enquanto sustentáculo destes processos. Este último aspecto, aliás, levaria necessariamente a considerar-se não apenas a presença de ideologias nacionalistas nesta região, como a inserção social e política da burguesia industrial nestes países.

Frente a este contexto internacional, como se colocava a situação brasileira? No plano interno, a recuperação da economia brasileira incluiu, entre outras metas, a preocupação com a defesa do café, que ainda permaneceu sendo nosso principal produto de exportação naquele período. Complementarmente, o Estado implementou uma política de desvalorização da moeda, por meio do controle monopolizado do câmbio, visando ao aumento das exportações, à captação de moeda estrangeira para investimentos e ao controle da balança comercial, num momento especialmente difícil em relação à obtenção de créditos internacionais. Além disso, procurou-se o controle do déficit público, não só nas contas federais mas também nos gastos dos estados[15]. Apesar disso, certa expansão da base monetária foi necessária para o enfrentamento de problemas específicos, como a revolta constitucionalista em 1932 e a seca no Nordeste[16].

As medidas tomadas pelo Brasil no início dos anos 30, nas áreas de câmbio e do pagamento da dívida externa não indicavam, assim, que o governo Vargas apostasse inicialmente na superação da crise pelo via desenvolvimentista, mas baseando-se ainda nas exportações de produtos primários, sobretudo o café e o algodão. Foram as dificuldades crescentes com as exportações, num mundo dividido e em crise, com o aprofundamento das disputas imperialistas e a maior visibilidade das transformações que esta nova situação

---

[15] Já foi observado, no capítulo I deste trabalho, reflexos destas políticas, ao examinar-se a situação das contas públicas no estado de Mato Grosso.
[16] CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo*... p. 39.

acarretava, que levaram o Estado a um amadurecimento do plano desenvolvimentista, principalmente a partir da segunda metade dos anos 30.

Em relação às disputas imperialistas, foi nesse período que Estados Unidos e Alemanha passaram a disputar de forma mais aberta a hegemonia sobre a América Latina. A Alemanha, sobretudo por meio da política dos marcos de compensação, na qual

> "(...) o país que exportava para a Alemanha não recebia em moedas conversíveis, mas em marcos bloqueados em uma conta bancária. Esses recursos só poderiam ser despendidos na compra de produtos alemães. Desta forma, importações e exportações se equilibravam. Além disso, existia um sistema de cotas, que determinava o volume das importações e subsidiava as exportações. Por meio desse sistema, o Estado alemão exercia rígido controle sobre o comércio exterior."[17]

Os Estados Unidos, por sua vez, levavam adiante o que ficou conhecido como *Política de Boa Vizinhança*, procurando intensificar o relacionamento político, militar e econômico com os países da região, visando aumentar sua influência e liderança na América Latina, com o consentimento e colaboração das nações ali situadas. Neste sentido, até 1945 foram assinados 29 tratados na área comercial com os diferentes governos da região[18].

Além de situar-se perante o acirramento dessas disputas interimperialistas, o Brasil ainda teria problemas específicos a enfrentar no próprio contexto latino-americano, sobretudo no Cone Sul do continente. Por um lado, uma possível ameaça vinda da Argentina que, com declarada ajuda alemã, vinha implementando uma política de fortalecimento de suas Forças Armadas, a fim de ampliar sua influência no continente. Por outro, as próprias dificuldades atravessadas pelo Brasil, seu relativo atraso econômico, o despreparo de suas Forças Armadas e a falta de estabilidade política, nesse início de década, levavam o governo a temer a perda de espaço político na América do Sul.

Este conjunto de preocupações intensificou o ambiente nacionalista já existente no interior do governo brasileiro, fazendo da perspectiva industrializante um projeto político de certos setores do Estado. Entre eles, o Ministério das Relações Exteriores, que passou a defender a proposta de que o Brasil deveria transformar-se em potência regional, ampliando

---

[17] SEITENFUS, R. A. S. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos...* P. 76-80. Apud CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo...* p. 39.
[18] CORSI, Francisco Luiz. *Op. cit.,* p. 53.

seus mercados com a produção de manufaturados, sobretudo para a América do Sul (especialmente Paraguai e Bolívia)[19].

Outros setores, contudo, também sonhavam com o Brasil-Potência. Entre os principais encontravam-se os militares, para os quais a questão primordial deslocava-se da hegemonia econômica para a busca, fundamentalmente, da hegemonia militar. Esta última dar-se-ia pelo fomento da indústria, particularmente da siderurgia, base para a produção de armamentos. Era interesse da nação, desta forma, sua independência, pelo caminho do fortalecimento de sua economia, sem ingerência estrangeira no seu desenvolvimento[20].

Frente às posições de Alemanha e Estados Unidos nesse momento, o Brasil procurou praticar uma política externa *independente*, com o aprofundamento simultâneo de suas relações com os dois países, já que a situação de crise enfraquecia tanto as posições alemães como as americanas. O Brasil manteve uma perspectiva pragmática, na qual a linha preponderante era dada pelo projeto nacionalista, que incluía a defesa da diversificação da produção e dos mercados, tanto para o comércio, como para o consumo; uma política externa autônoma, baseada nos interesses internos. Isso levou o governo Vargas a adotar a moratória da dívida externa e o monopólio cambial — uma das primeiras medidas tomadas após o início do Estado Novo, em 1937 — procurando reduzir os fluxos de capital para o exterior. Este desafogo das contas públicas era importante como forma de liberar recursos para investimentos em outros setores, como o reaparelhamento das Forças Armadas.

Afora estas medidas, um outro setor sensível em relação a um plano de desenvolvimento para o país era o siderúrgico, entendido como essencial não apenas para a defesa nacional, como para a manutenção e crescimento do parque industrial em construção

---

[19] CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo*... p. 55.

[20] Ítalo Tronca chama a atenção para um fato importante, que pode servir como contraponto para se entender com mais clareza o papel do Exército e das demais Forças Armadas neste momento. Lembra o autor que longe de conferir absoluta prioridade à questão siderúrgica, o pensamento militar pautava-se muito mais pela defesa de seus interesses corporativos, configurados sobretudo na modernização e fortalecimento das Forças Armadas. Para que tal objetivo se concretizasse, era fundamental o concurso do Estado para o reaparelhamento das três armas, não importando se isto de desse ou não por meio da indústria nacional. Se esta qualificação de Tronca para a ação dos militares é importante e se tornará hegemônica na segunda metade da década de 40, ela não impediu nem a existência de um ideal nacionalista no interior das Forças Armadas, cujas posições distintas serão fortemente confrontadas nos anos 50 em diante — inclusive no interior das próprias corporações — e acima de tudo não impediu que os militares, em qualquer contexto, deixassem de identificar sua própria visão de mundo com o interesse nacional. Cf. TRONCA, Ítalo. O Exército e a industrialização... p. 360.

no país, já que o aço seria a matéria-prima indispensável na constituição de uma indústria pesada, no Brasil. Isso demonstra, também, o entrelaçamento cada vez mais intenso entre as temáticas desenvolvimentista e da defesa nacional nesse período, sobretudo a partir de 1937, o que ficaria ainda mais bem explicitado na chamada "Carta de São Lourenço", na qual Vargas explicitou os pontos básicos da política econômica do Estado Novo:

> "(...) criação da indústria de base, em particular da grande siderurgia, considerada decisiva para a industrialização do país; nacionalização das jazidas minerais, quedas d'água e outras fontes de energia; nacionalização dos bancos e das companhias de seguros estrangeiros; elaboração de um plano 'geral e único, conjugando as redes ferroviárias, de navegação, as rodovias e as linhas aéreas', tendo em vista uma substancial expansão dos transportes; implantação do salário mínimo, visando a complementação da legislação trabalhista; elaboração de políticas com o objetivo de diversificar as exportações e a elaboração de um plano de desenvolvimento do vale do São Francisco."[21]

Em suma, todas as medidas adotadas e aquelas projetadas para o futuro do país tinham como eixo central o entendimento, pelo governo brasileiro, de que o desenvolvimento econômico era a base para a unidade e a garantia de manutenção da segurança nacional, em dois sentidos: internamente, na medida em que permitiria a integração das diversas regiões do país, afastando motivos para possíveis discordâncias nascidas das disparidades locais, e, externamente, porque fortaleceria as posições econômicas e sociopolíticas brasileiras frente a outras nações. Simultaneamente havia a crença — pelo menos nesse momento de início do Estado Novo — de que este desenvolvimento poderia ser concretizado com suporte interno, e o governo procurou viabilizar medidas concretas neste sentido, como a organização de um banco público de investimentos. É importante assinalar que

> "Em uma situação mundial de crise econômica, de avanço das ideologias nacionalistas e de acirramento dos conflitos internacionais, marcada pela drástica redução dos fluxos de capitais, com os países buscando, de maneira geral, saídas nacionais para a crise, deveria parecer plausível e possível uma alternativa nacionalista para o desenvolvimento do Brasil."[22]

A situação de insuficiência dos fundos públicos e privados, contudo, far-se-ia cada vez mais presente, de forma que o Estado, mesmo no campo econômico, não chegaria a

---

[21] CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo...* p. 74. Baseado em VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil...* v 5, p. 163-189.
[22] *Ibid.,* p. 78.

tomar medidas de longo alcance em relação à nacionalização. Sendo essencial para qualquer plano de desenvolvimento de longo prazo para o país, o capital estrangeiro passou a ser cada vez mais cortejado pelo governo Vargas, principalmente a partir de 1939, quando, por conta do conflito mundial, o alinhamento político-ideológico do Brasil ao bloco imperialista liderado pelos americanos efetivou-se. Naquele momento, o desafio da política externa passou a ser como incrementar o desenvolvimento, contando com a presença do capital externo, mas controlado nacionalmente.

Assim, o nacionalismo praticado durante essa fase do Estado Novo, quando o cenário da Segunda Guerra Mundial estava presente como pano de fundo, era calcado no entendimento de que a emancipação econômica do país não significava confronto com o capital externo. Este, ao contrário, deveria ser o trampolim para levar o Brasil a um novo patamar de desenvolvimento no qual, resguardada a sua soberania, caberia ao país um papel de destaque no cenário mundial, como nação industrializada. Com este projeto, ao mesmo tempo em que o governo Vargas abandonava a intenção de promover um desenvolvimento subsidiado nacionalmente — embora não deixasse de lado a importância do controle, pelo Estado nacional, dos rumos deste desenvolvimento — preparava as bases de seu alinhamento com o governo norte-americano[23].

A partir de 1940, os americanos estabeleceram vários acordos para o fornecimento de matérias primas com os países latino-americanos, com o objetivo tanto de fazer frente ao desaquecimento da demanda européia, em função do conflito mundial, como procurando assegurar seus estoques de produtos estratégicos, considerados importantes para o esforço armamentista, como ferro, manganês, borracha, etc. Em troca, os Estados Unidos[24] comprometeram-se, no caso brasileiro, com o Acordo Interamericano do Café, em 1940, que garantia os níveis de comercialização do café no mercado norte-americano e com o

---

[23] CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo*... p. 164 et seq. Certos setores do governo, com posições simpáticas aos países do Eixo, como era o caso de alguns militares, não chegaram a oferecer resistência mais contundente a este alinhamento, principalmente quando ele se concretizou no envio de armamentos ao Brasil e no fornecimento de créditos para a implantação da indústria siderúrgica nacional num momento em que a Alemanha, totalmente voltada para o esforço de guerra, deixou de honrar alguns acordos anteriormente acertados.

[24] *Ibid.,* p. 181-183.

envio de material militar, em outubro de 1941, num outro acordo, que totalizou 100 milhões de dólares[25].

Com estes acordos, complementados pelo rompimento de relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, em princípios de 1942, fechou-se o período da política externa *independente* do Brasil frente aos blocos imperialistas em luta. A partir deste ano e até o fim do Estado Novo, as mudanças no contexto internacional, provocadas pela guerra e, posteriormente, pelos seus resultados, levaram ao abrandamento das posições nacionalistas no campo econômico, sobretudo daquelas medidas que poderiam ter resultado em alguma resistência à penetração do capital internacional. Propostas como a nacionalização do sistema financeiro e a participação do capital externo na exploração dos recursos minerais foram gradativamente sendo amenizadas, nesta segunda metade da década de 40. Mesmo resistências mais persistentes, como a de certos setores militares, foram sendo vencidas pela chegada dos armamentos americanos, o que vinha ao encontro dos anseios dos membros das Forças Armadas, preocupados com a hegemonia militar do Brasil no continente sul-americano, para o qual era essencial transformar o exército brasileiro na maior e mais moderna arma do Cone Sul, assegurando a independência do país.

Com o reforço das relações entre Brasil e Estados Unidos e o aumento das demandas relacionadas ao *esforço de guerra*, entre 1942 e 1943, entre 60,0 e 75,0% das exportações brasileiras estiveram vinculadas aos Acordos de Washington[26], enquanto entre 1940 e 1945 mais da metade das importações (61,2% em 1944) vinha daquele país[27]. Em função da guerra, contudo, o governo Vargas ainda alimentava a expectativa de que o Brasil permacecesse na condição de *aliado especial*, vindo a ocupar uma papel de destaque no continente sul-americano, no momento de redefinição da ordem internacional, que se seguiria necessariamente ao final do conflito mundial. Para tal, na perspectiva do governo Vargas, seria necessário, simultaneamente, aprofundar o processo de industrialização, fortalecendo a posição mundial do país e seu novo espaço na divisão internacional do

---

[25] É importante lembrar que a idéia-chave para os americanos, nestes anos, era que o desenvolvimento dos países latino- americanos só poderia ser considerado como complementar à economia americana.

[26] Além disso, o Brasil conseguiu diversificar a sua pauta de exportações na América Latina, firmando tratados comerciais com a Argentina, México, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, suprindo-os de artigos antes comprados a ingleses e alemães. Isso não arrefeceu, contudo, o intenso e privilegiado intercâmbio com os Estados Unidos. CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo...* p. 220.

[27] *Ibid.,* p. 218-219.

trabalho e atuar na defesa dos interesses dos pequenos países regionais, como a Bolívia, contra agressões externas, principalmente vindas da Argentina[28].

No final da guerra, contudo, a posição brasileira ficou enfraquecida, e uma possível colocação enquanto *aliado especial* dos norte-americanos no continente não encontrou condições para se concretizar. Ao contrário, tanto os acordos de Breton Woods (1944), como a Carta Econômica das Américas (1945) reafirmaram o caráter complementar das economias latino-americanas, o livre comércio, a busca de estabilidade cambial e monetária, além da defesa de tratamento igualitário, no plano internacional, para todos os países. Além disso,

> "Em relação ao tratamento do capital estrangeiro, a carta [Econômica das Américas] recomendava uma política de colaboração econômica, baseada na livre circulação de capitais e na eliminação do nacionalismo econômico. O desenvolvimento industrial só era recomendável se as indústrias a serem criadas conseguissem sobreviver sem a proteção de elevadas tarifas."[29]

Todos esses fatos, na verdade, reforçaram a construção da hegemonia norte-americana na América Latina, no momento da formação dos blocos capitaneados por Estados Unidos e União Soviética, no contexto da *Guerra Fria*.

Esse clima internacional levou o governo brasileiro, no final do Estado Novo, a procurar empreender algumas medidas de proteção ao processo de industrialização em curso, visto que os seguidos *superávits* na balança comercial, a partir de 1942, tinham permitido um aumento considerável das reservas brasileiras, o que era favorável para uma maior aquisição de bens de capital e matéria-prima para a industrialização. Este bom desempenho conjuntural, desta forma, permitiu o controle das importações naquela direção, o que se efetivou entre 1942 e 1945. Além disso, o Estado, na ausência de uma reforma tributária que ampliasse os fundos públicos, tomou várias iniciativas para a criação de incentivos ao desenvolvimento, como a elaboração de novo plano qüinqüenal, conhecido como Plano de Obras e Equipamentos; a remodelação de organismos como a Caixa Econômica Federal, Instituto do Sal, entre outros, que tinham verbas próprias, fora do orçamento da União.

---

[28] VARGAS, Getúlio. *Correspondência.* Rio de Janeiro: 1943-1944. Apud CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo...* p. 226.

Essas medidas estavam em execução quando se iniciou o período de crise mais aguda do Estado Novo, que começou a delinear-se com mais clareza a partir de 1944, tendo a questão da retorno do país à via democrática como centro. Neste momento, Vargas tentou sobreviver ao ocaso do regime, aliando-se às classes trabalhadoras e, com esta perspectiva, procurou reativar o debate em torno das posições nacionalistas, no plano internacional, e do combate à inflação, no plano interno. Assim, quando se decidiam os rumos da transição democrática, num momento de intensa efervescência política, veio à luz a *Lei Malaia* (Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional, de 22 de junho de 1945)[30], que estabelecia normas para impedir a formação de cartéis e trustes, além de quaisquer outras formas de manipulação de preços. Esta legislação, apesar de acenar com medidas severas de combate à especulação, inclusive com a possibilidade de desapropriar as empresas, nacionais e estrangeiras, envolvidas neste tipo de práticas, não chegava a significar uma guinada em direção a um projeto de desenvolvimento autônomo nem uma ruptura com o capital estrangeiro. Nestes termos, o nacionalismo do governo Vargas esteve sempre muito mais relacionado com as preocupações em torno da questão da unidade nacional do que preocupado em contrapor-se ao capital estrangeiro, embora

> "(...) Vargas [...] contribui para a criação de uma interpretação histórica segundo a qual industrialização e nacionalismo eram indissociáveis à época. Dessa forma, ele teria sido o grande mentor de um desenvolvimento nacional autônomo. Argumento ideologicamente construído *a posteriori*, escamoteia um dado fundamental: seu projeto de industrialização, apenas esboçado em linhas gerais e repleto de lacunas, fundamentava-se, desde pelo menos 1939, [...] no financiamento e no fornecimento de tecnologia estrangeiros."[31]

É importante considerar novamente, contudo, que dada a fase em que se encontrava o capitalismo, em termos internacionais, marcado pela presença hegemônica do capital monopólico, o Brasil não poderia fugir a estes ditames. A industrialização brasileira dar-se-ia mediante a importação de capitais e tecnologia, tanto em relação a novos produtos como a processos, contando com a presença marcante do Estado como gestor preferencial deste processo. Assim, os principais setores econômicos de suporte à industrialização, no caso brasileiro, organizaram-se sob a forma de monopólios e sob a égide do Estado. A primeira

---

[29] *O Observador Econômico e Financeiro,* abr. 1945, p. 168-175. Apud CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo*... p. 234.
[30] CORSI, Francisco Luiz. *Op. cit.,* p. 276 et seq.

grande empresa criada no país, nestes termos, foi a Companhia Siderúrgica Nacional, que surgiu de uma associação entre capitais dos governos brasileiro e norte-americano, a que se seguiram nos anos 40 e 50 a Fábrica Nacional de Motores, a Petrobrás e a Eletrobrás[32].

Enquanto iam esboçando-se essas posições do governo brasileiro no campo econômico, no campo político pode-se afirmar, parafraseando Singer[33], que o combate entre uma perspectiva nacionalista e outra internacionalista, favorável à abertura do país ao capital estrangeiro perpassa todo esse período histórico, entrecruzada com a luta entre distintas classes sociais (industriais e operariado, para exemplificar) e frações de classe (burguesia industrial e burguesia agrária, por exemplo) pela hegemonia do aparelho de Estado[34].

Antes de 1930, a fração de classe internacionalista era representada pela oligarquia agroexportadora, que entrou em decadência quando o setor econômico ligado ao mercado externo deixou de ser a única alternativa real para o desenvolvimento das forças produtivas, com as transformações ocorridas na economia mundial entre os anos 30 e 40. Neste momento, foi reforçada a presença, tanto no plano político como no plano econômico, da burguesia industrial, com posições nacionalistas, cuja viabilidade econômica dependia do fortalecimento do mercado interno, que se deu por meio de um longo processo de substituição de importações — a única forma de industrialização frente ao contexto internacional e interno —, que avançou ainda até os anos 60. Esse processo, que também representou, social e politicamente, a construção de uma nova hegemonia, de um novo bloco histórico[35] que se colocou à frente do Estado no Brasil, foi possível graças à ação intervencionista do governo — no caso em questão, nas sucessivas gestões de Getúlio Vargas e Dutra — tanto na economia, como na condução das políticas sociais em curso, naquele período.

As posições internacionalistas, contudo, também tiveram guarida nesses anos, não mais apenas graças à burguesia agrária que, economicamente, estava relacionada aos

---

[31] CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo*... p. 282.
[32] SINGER, Paul. Interpretações do Brasil... p. 224.
[33] *Ibid.,* p. 238 et seq.
[34] Cf. capítulo I para a descrição de como este processo se refletiu na realidade específica de Mato Grosso.
[35] Neste sentido, cada ciclo de desenvolvimento na sociedade capitalista "(...) foi precedido por mudanças de caráter sócio-político, que permitiram o surgimento do que se chamou de 'nova padrão de acumulação'. Este

setores exportadores nacionais, mas por meio de outras frações da classe burguesa e setores médios, estes últimos ligados especialmente à burocracia estatal que, embora defendessem a perspectiva da importância do desenvolvimento industrial brasileiro, entendiam que este processo só poderia ser alavancado com forte presença do capital e tecnologias estrangeiros. Esses atores sociais, entre os quais se encontravam Eugênio Gudin[36] e Osvaldo Aranha[37], entendiam que o principal fator da economia era o controle do mecanismo de preços, o que significava um Estado com orçamentos equilibrados e emissões controladas. Ora, se não era possível ao Brasil pensar sua industrialização sem a proteção do Estado, esta deveria dar-se com o concurso do capital e tecnologias estrangeiros, o que permitiria tornar a indústria nacional mais competitiva e os bens produzidos mais baratos. Outro fator importante nesse processo seria a diversificação da produção agrícola, condição necessária para o aumento das exportações e equilíbrio na balança comercial e de pagamentos. Além disso, apesar de defenderem a presença do Estado, eram contrários a um planejamento econômico excessivo, que fosse fator de impedimento à livre concorrência[38].

Sobre as posições nacionalistas, que encontraram destacados defensores entre líderes empresariais, como Roberto Simonsen[39], técnicos do governo, como Macedo Soares[40] e Arthur de Sousa Costa[41], intelectuais e políticos, como Gustavo Capanema[42],

---

'padrão' define a coligação no poder e portanto a constelação de interesses que o processo de desenvolvimento irá favorecer." SINGER, Paul. Interpretações do Brasil... p. 243.

[36] Representante brasileiro na Conferência de Breton Woods, em 1944; professor de Finanças da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, membro da Comissão de Planejamento Econômico, criada pelo governo Vargas em setembro de 1944 e executivo de empresas estrangeiras que atuavam, mediante concessão, na área de serviços públicos. ABREU, Alzira Alves de. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje... p. 121.

[37] Ministro da Justiça e Negócios Interiores entre 1930 e 1931; Ministro da Fazenda entre 1931 e 1934; embaixador do Brasil nos Estados Unidos entre 1934 e 1937 e Ministro das Relações Exteriores entre 1938 e 1944. Cf. CPDOC. *Arquivos pessoais.* Rio de Janeiro: [19--?]. Disponível na Internet : <http://www.fgv.br/institucional/cpdoc.cfm>

[38] ABREU, Alzira Alves de. *Op. cit.,* p. 121-122.

[39] Foi na década de 40 presidente da Federação das Indústrias de São Paulo e membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. *Ibid.,* p. 121.

[40] Ministro das Relações Exteriores entre 1934 e 1937. Cf. CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo...* p. 63.

[41] Ministro da Fazenda entre 1934 e 1945. Cf. CARONE, Edgard. *A República Nova...* especialmente Parte 1, item e: Finanças.*; Id*. *A terceira República...* especialmente Parte 2. Item f: Finanças.

[42] Ministro da Educação e Saúde entre 1934 e 1945. Cf. para outras informações GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema*: o ministro e seu ministério...; SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema...*

Hélio Jaguaribe[43] e outros, é importante acrescentar, para além do que foi dito anteriormente, que estas se difundiram rapidamente, sobretudo no período posterior ao final da Segunda Grande Guerra, alavancadas pelas altas taxas de crescimento econômico do país no período (7,6% ao ano, entre 1945 e 1954), pelo processo de urbanização e consolidação do incipiente parque industrial brasileiro, quando, a partir do final dos anos 40, a indústria superou a agricultura em relação à participação no PIB[44]. A industrialização crescente trouxe igualmente a presença do operariado urbano para a cena política, cujas organizações aliaram-se nesta mesma perspectiva[45].

Assim, entre as propostas nacionalistas estava a defesa da industrialização, voltada para o desenvolvimento, o que significava aumentar a produção de bens de consumo, ampliar o mercado interno e, conseqüentemente, a renda nacional. Para tal, se fazia necessária a atuação do Estado, tanto para planejar os rumos da industrialização quanto das políticas subsidiárias, como transportes, modernização agrícola, siderúrgica, etc. Em relação a esta última, assim como em termos de indústria química — setores de base na economia —, a atuação do governo seria no sentido de que o país alcançasse a independência nestes setores, sem os quais todo o restante do processo de substituição de importações ficaria comprometido. Outras formas complementares de apoio ao processo industrial dar-se-iam na geração de fontes de investimento, tanto públicos como privados, para o setor, mantendo-se sempre, desta forma, a independência do país quanto à gestão e

---

[43] Este último viria a fundar, no início da década de 50, junto com outros intelectuais como Rômulo de Almeida, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política — IBESP — que foi o precursor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, importante organismo na batalha ideológica que se travaria em torno da questão nacional nos anos 50 e 60. ABREU, Alzira Alves de. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje... p. 126-127.

[44] A indústria cresceu 8,1% ao ano, na década de 30 e 8,5% ao ano, nos anos 40. SILVA, Salomão L. Quadros. A era Vargas e a economia... p. 139.

[45] É interessante ressaltar neste momento as posições de Nelson Werneck Sodré, intelectual identificado com o Partido Comunista Brasileiro, sobre a questão nacional. Para Sodré, a discussão sobre o nacionalismo justifica-se "(...) porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento (...)". Além disso, como a bandeira nacionalista é de interesse popular, não apenas da burguesia industrial, torna-se necessário pensar numa aliança de classes, em torno deste denominador comum, que são os interesses nacionais, oportuna no momento histórico em questão. É preciso lutar contra o velho, ou seja, contra todos os resquícios do colonialismo, e a favor do novo (nacionalismo), mesmo colocando em segundo plano a contradição entre interesses burgueses e interesses dos trabalhadores. Acirrar esta contradição significaria criar condições desfavoráveis para os trabalhadores e setores médios, naquele momento. SODRÉ, Nelson Werneck. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro... p. 165-183.

planejamento dos rumos de seu desenvolvimento que deveria dar-se, na medida do possível, sob os auspícios do capital nacional[46].

Devido às incertezas existentes tanto na situação internacional como na situação interna, quando uma série de indefinições ainda se colocavam nos panoramas econômico, político e social, pode-se afirmar, dando continuidade ao que foi exposto acima, que somente a partir do último terço dos anos 30 o governo brasileiro adotou posições mais bem delineadas por um viés nacionalista, tanto no campo econômico como na vida política e social. Tais posições, contudo, deveriam ser marcadas pelos novos rumos impressos ao mundo nos anos 40, com o início do conflito mundial e o afunilamento das perspectivas de cunho nacionalizante, sobremaneira no setor econômico.

Essas mudanças, contudo, não se ativeram às questões econômicas. As discussões havidas em torno do papel do Estado, do liberalismo e dos regimes fascistas, antes e durante o conflito mundial, acabaram inviabilizando a presença de governos de cunho totalitário, fortalecendo o retorno da democracia ao centro dos enfrentamentos, em todos os países.

O complexo quadro social encontrado ao final da Segunda Guerra e a posterior situação de *Guerra Fria*, desta forma, acabaram inviabilizando, historicamente, tanto as posições nacionalistas no campo econômico, como as posições totalitárias no campo político. Efetivamente, o processo de industrialização, tal qual se deu no Brasil, com a presença forte do Estado e baseado na substituição de importações, aconteceu com o concurso do capital e tecnologias internacionais, permeado, em todo este primeiro período, pelas disputas entre posições nacionalizantes e internacionalizantes. Pode-se dizer que o governo tinha intenções nacionalizantes e que deu esta tônica ao seu discurso, quando todo este processo estava em curso, sobretudo na sua fase final, que coincidiu com o declínio do Estado Novo. No plano político, o questionamento sobre o regime totalitário — muito embora não se tenha questionado a forma como o Estado se fizera presente na vida social a partir dos anos 30 — acabou levando ao fim do Estado Novo, muito embora não levasse ao fim da era Vargas, cujos impasses e problemáticas estenderam-se pelas décadas seguintes.

---

[46] Entre os nacionalistas existiam setores que defendiam a presença exclusiva do capital nacional, como existiam defensores da presença de qualquer capital, independente de sua procedência, desde que sob a batuta do Estado nacional. Dentro destes espectro, e em vários momentos deste conjunto de anos, as mais variadas posições podiam ser encontradas.

Além disso, este trabalho procura mostrar como várias políticas que foram apenas traçadas durante os primeiros quinze anos que se seguiram à Revolução de 30, encontraram melhor expressão e delineamento nos anos seguintes, como foi o caso da própria política industrial e da política de fronteiras, objeto da parte seguinte desta exposição.

2. Preocupações em torno da nacionalização das fronteiras

Uma vez considerado todo o primeiro período de análise deste trabalho — 1930 a 1945 —, pode-se dizer que foi sobretudo a partir do Estado Novo, em 1937, que apareceram de forma mais evidente e claramente formuladas, como políticas de Estado, as preocupações em torno da nacionalização das regiões fronteiriças do Brasil. Antecedentes desta política, contudo, estiveram presentes em todos os anos anteriores, vinculadas particularmente à política externa brasileira, em suas inquietações a respeito da participação do Brasil nos conflitos internacionais presentes no Cone Sul do continente, entre eles, a Guerra do Chaco, envolvendo Bolívia e Paraguai (1932-1934) e o conflito de Letícia, confrontando Peru e Colômbia. A partir do Estado Novo, e com a implantação de um regime ditatorial no país, às preocupações motivadas pela situação internacional vieram ajuntar-se questões de cunho interno[47], ligadas muito mais à manutenção e continuidade dos rumos econômicos, sociais e políticos impostos ao país a partir de 1930 — e seus possíveis desdobramentos a partir de 1937. Nestes termos,

> "O nosso País, no último decênio, a partir de 1934, engajou-se numa campanha de verdadeira brasilidade — a posse de sí mesmo. Mas foi somente com o advento da Constituição de 1937, isto é, com a neutralização das agitações caudilhescas e partidarias, dos crédos extremistas e dos últimos prurídos revolucionarios, que se encarou resolutamente, em todos os setôres brasileiros, o problema integral da nacionalização."[48] (Grifos do autor)

Assim, somente em 1939 esta preocupação nacionalizante deu ensejo à criação de um organismo especialmente voltado para o trato desta problemática, a *Comissão Especial*

---

[47] Pode-se sugerir, igualmente, que o processo de nacionalização pensado para desenvolver-se no Brasil neste momento tinha duas facetas: uma que dizia respeito a questões internas, a serem desenvolvidas no âmbito da política em curso nos marcos do território nacional; e outra que estava relacionada com as relações exteriores mantidas pelo Brasil com as outras nações, no caso em pauta, sobretudo com as nações lindeiras. Neste primeiro item, será desenvolvida sobretudo a primeira destas facetas.

[48] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. *Ofício n. 327, de 25-4-41.* Rio de Janeiro: 1941. p. 1. **AN**

de Revisão de Concessões de Terras na Faixa de Fronteiras[49]. Esta comissão foi criada pelo Decreto-Lei nº 1164, de 18 de março de 1939[50], sendo seu regimento interno aprovado pelo Decreto-Lei nº 4265, de 20 de junho de 1939[51]. Este organismo, como o próprio nome indicava, tinha uma tarefa específica a cumprir: rever as concessões de terras feitas pelos governos estaduais e municipais nas regiões fronteiriças, tanto para atividades industriais, como comerciais ou agrícolas, considerando os 150 km do território nacional, delimitado a partir da linha demarcatória limítrofe, conhecida como *faixa de fronteira*[52]. Nesse momento de sua criação, compunha-se de cinco membros, acrescentando-se a estes um secretário, todos nomeados pelo Presidente da República. Dentre eles, a própria comissão deveria eleger o seu presidente.

A partir deste momento inicial, a comissão acabou assumindo outras feições e encargos, correspondentes às próprias mudanças no entendimento do Estado, no tocante à política para suas regiões de fronteira. Assim, em 1940, dois Decretos-Leis — os de números 1968, de 17 de janeiro e o 2610, de 20 de setembro, estabeleceram procedimentos complementares para regulamentar aspectos da vida sócio-econômica na faixa de fronteira, visando principalmente fortalecer a presença nacional nesta parte do território brasileiro. Para tal, foi reforçado o regulamento já existente no tocante à concessão de terras; de meios de comunicação, vias de transporte e serviços públicos, assim como para a implantação de indústrias e atividades comerciais nessas regiões, complementando desta forma as principais medidas já presentes no Decreto-Lei nº 1164/39. Conforme o espírito das leis em questão,

> "Essas exigências não são mais que o desdobramento das treis (sic) normas gerais estabelecidas pelo artigo 165 da Constituição para fins de assegurar a nacionalização das zonas fronteiriças, estabelecendo nelas: a) — o predomínio brasileiro na posse das terras; b) — o contrôle oficial

---

[49] Sobre este órgão cf. ARQUIVO NACIONAL. Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras. *Histórico.* Rio de Janeiro: 1983. **AN**

[50] BRASIL. Decreto-Lei nº 1164, de 18 de março de 1939. Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa de fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939...* p. 118-119.

[51] BRASIL. Decreto n. 4265, de 20 de junho de 1939. Aprova o Regimento da Comissão Especial constituída pelo art. 19 do Decreto-Lei n. 1164, de 18 de março de 1939. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil...* p. 546-549.

[52] Foi a Constituição de 1937, em seu artigo 145, que restabeleceu em 150 km a largura da faixa de fronteiras, para os efeitos da legislação referente a este organismo governamental.

> sobre as vias e os meios de comunicação; c) — a predominancia, nas industrias, dos capitais e trabalhadores de origem nacional."[53]

Além disso, empresas consideradas estratégicas para a segurança nacional, como instituições financeiras (bancos e empresas de seguros), concessionárias de serviços públicos e empresas ligadas à exploração de minas, energia hidráulica e indústrias de base só poderiam estabelecer-se na faixa de fronteiras após prévia audiência do Conselho de Segurança Nacional e da Comissão Especial, criada em 1939. Algumas delas, como as instituições financeiras, deveriam ainda ser integralmente nacionais, não só nesta região como em todo o país. Para o restante, era previsto um processo gradual de nacionalização.

Com o intuito de fiscalizar a execução dessas diretrizes, que iam além da questão fundiária, abrangendo todas as atividades econômicas em desenvolvimento nas regiões de fronteira — além da problemática sociocultural adstrita à presença de populações estrangeiras nessas plagas — o governo federal, como visto acima no caso das empresas consideradas estratégicas, estendeu esta tarefa normatizadora à Comissão Especial. Desta feita, já em 1942, o Decreto-Lei n. 4783, de 5 de novembro, modificava o nome deste organismo para *Comissão Especial da Faixa de Fronteiras*. Para estreitar os vínculos entre a Comissão e o Conselho de Segurança Nacional — que já haviam sido estabelecidos pelo Decreto-Lei 4783/42 —, o Decreto-Lei n. 5084A, de 14 de dezembro do mesmo ano, determinava que o presidente da Comissão deveria ser o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, sendo que seus cinco membros e secretário continuariam a ser escolhidos e nomeados pelo Presidente da República, ao qual a mesma permanecia diretamente subordinada.

Em todas as diretrizes levantadas, existia um ponto nodal, qual seja, a questão nacional, que se desdobrava no intuito de que o Brasil deveria tomar posse de si mesmo, isto é, ocupar seus vazios demográficos, assumir suas indústrias e atividades comerciais, estar presente e controlar os meios de transportes e as comunicações e, principalmente, deveria fazê-lo de forma mais rigorosa nos espaços geográficos mais sujeitos a fragilidades do ponto de vista da segurança nacional — suas fronteiras. Tal tarefa não caberia aos

---

[53] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. *Ofício n. 327, de 25-4-41.* Rio de Janeiro: 1941. p. 3. **AN**

governos estaduais[54], que dela foram afastados, já que estariam "contaminados" pelos interesses de seus grupos de pressão locais. Esta tarefa era entendida, substancialmente, como incumbência da esfera federal de governo, com a qual se identificava a nacionalidade.

Dentre os vários aspectos que deveriam ser fiscalizados, a ênfase recaía na questão fundiária, definidora da faixa de fronteira enquanto realidade físico-social. A intenção dos projetos voltava-se para as atividades que proporcionassem o povoamento desta região, preferencialmente com colônias agrícolas (plantio e pecuária), fiscalizadas pelo governo central. Outra preocupação constante era que essa colonização se assentasse sobre *pequenas* propriedades e que a ocupação das terras se fizesse de forma imediata, de modo a não se constituírem latifúndios improdutivos nestas regiões. Assim, toda a legislação que de alguma forma tratou sobre a questão nesses anos — tanto o Decreto-Lei n. 1164, de 18 de março de 1939[55], como o Decreto-Lei n. 1968, quanto aquele que o seguiu, de número 2610, definiam em 2000 ha o tamanho máximo das propriedades na região, muito embora não se discutisse a existência legal de propriedades fora destes padrões nas fronteiras. Estas últimas, desde que apresentassem a documentação que provasse já estarem legalizadas antes da vigência da nova legislação, seriam mantidas em seus direitos. A intenção da comissão, contudo, era incentivar a ocupação da fronteira por *pequenos* proprietários. Daí também sua preocupação com a revisão das concessões anteriores de terras nestes territórios.

Existiam ainda, nesta visão nacionalista, intenções explícitas — como as preocupações atinentes à redução da presença maciça de estrangeiros nas regiões de fronteira — mas também questões estratégicas, de cunho reservado, como o perigo visto no comércio e iniciativas empresariais de qualquer natureza, realizadas nestas regiões por indivíduos procedentes do exterior. Um exemplo apresentado pelo General de Divisão

---

[54] "Senhor Interventor: Para a necessária orientação do governo desse Estado, comunico a Vossa Excelência que, por ser de propriedade da União a faixa de 10 leguas (sic) ao longo das fronteiras nacionais, devem os Estados abster-se da realização de quaisquer atos que tenham por objeto o domínio ou posse das terras devolutas compreendidas na zona aludida. Rogo a Vossa Excelência se digne determinar a observância rigorosa desta recomendação por parte das autoridades desse Estado.(...) Vasco Leitão da Cunha (a)." BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Ofício de 9-02-42*. Rio de Janeiro: 1942. **AN**

[55] BRASIL. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. *Decreto-Lei n. 1164, de 18 de março de 1939*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [19--?]. v. 2: Atos do Poder Executivo – Decretos-leis (janeiro a março). p. 118-119. **AN**

Francisco José Pinto, secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, exemplifica esta questão:

> "Esta anomalia [presença de mais de 2/3 de estrangeiros na faixa de fronteiras] é tal que, aliada à dos negócios ambulantes, acarreta a preponderancia da economia estrangêira sobre a nacional, o estímulo ao contrabando, e, bem assim, a influencia da lingua, da moeda, dos costumes e, porque não dizê-lo, da politica subreticia (sic) estrangêira, mormente se grande parte dos ditos negociantes e industriais forem súditos da nação lindeira.(...) As atividades de caixeiros viajantes, agentes e representantes comerciais, estrangêiros ou naturalizados, dão margem à espionagem, à possibilidade de sabotagem, de propaganda de crédos revolucionarios e extremistas, de correntes imigratorias prejudiciais, etc."[56]

Disto resultou que o plano de nacionalização das fronteiras deveria ser mais rigoroso do que aquele aplicado a outras áreas do interior do país. Da mesma forma, demandou a inclusão de diferentes categorias de estrangeiros, distinguindo-se pelas suas características negativas o estrangeiro pertencente às nações lindeiras, vistos como indivíduos que dificilmente se integrariam à *comunhão nacional*, mantendo sempre uma atitude de subserviência aos interesses de seus países de origem. Também eram feitas ressalvas aos imigrantes oriundos das nações totalitárias — japoneses, alemães, italianos e russos, além dos judeus e seus descendentes de todas as procedências, cuja presença seria interdita na faixa de fronteira[57].

Quanto a outros estrangeiros, aqueles que constituíam família no país, nele integravam-se e fixavam negócio, não se levantavam objeções quanto a sua permanência, principalmente se atendidas certas premissas na manutenção de suas empresas. Entre estas premissas, a utilização de força de trabalho predominantemente nacional (pelo menos dois terços dos trabalhadores) e, no caso de empresas cuja tributação global excedesse os 600$000 de impostos anuais, a existência de gerentes ou prepostos brasileiros à frente dos negócios. Aliás, era claramente definido que a nacionalização deveria atingir a administração, não se fazendo objeção quanto à origem do capital.

---

[56] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. *Ofício n. 327, de 25-4-41*. Rio de Janeiro: 1941. p. 4; 6. **AN**

[57] Interessante nota foi acrescentada a esta recomendação: "Este item é secreto por conveniencia de ordem politica, não deverá figurar em lei nem publicação alguma. Será comunicado aos órgãos interessados com a necessaria reserva, para o devido cumprimento." (Os grifos são do autor). BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. *Ofício n. 327, de 25-4-41*. Rio de Janeiro: 1941. p. 11. **AN**

Complementarmente, a legislação exigia de todas as empresas estabelecidas na faixa de fronteira, quaisquer que fossem seus ramos de negócio — comércio, indústria ou prestação de serviços — o registro das mesmas perante a Comissão, a ser realizado mediante apresentação de documentos e em data previamente divulgada pelas autoridades respectivas. Pretendia-se, por meio deste conjunto de dados, controlar principalmente a evolução da presença nacional e estrangeira nessas regiões, estabelecendo os ajustes necessários à manutenção de um certo *quantum* de imigrantes[58] considerado razoável, nas áreas fronteiriças.

Essas diretrizes permaneceram nestes termos, como os parâmetros da política do Estado brasileiro para a região de fronteiras, pelo menos até o final de 1943. Já no ano seguinte, 1944, começaram a surgir as primeiras manifestações de mudanças neste panorama, concordante com o próprio processo de abrandamento de todas as políticas de exceção, no período final do Estado Novo. Assim, o Decreto-Lei nº 6430[59], de 17 de abril de 1944, tratando sobre as transações imobiliárias e o estabelecimento de firmas industriais e comerciais na faixa de fronteira, simultaneamente, mantém e alarga as possibilidades definidas pela legislação anterior.

No caso fundiário, ao mesmo tempo em que restringia em dois mil ha as propriedades pertencentes a estrangeiros, mantendo as determinações da legislação anterior, abriu uma exceção para o caso de arrendamentos. Estes poderiam chegar aos 8000 ha., desde que o processo fosse aprovado pela Comissão Especial e o conjunto das propriedades

---

[58] Vários cálculos eram destacados para distinguir estas quantidades, em cada caso específico. Assim, o Decreto nº 1968, de 17 de janeiro de 1940, estabelecia em seu artigo 2º, inciso III, que nos núcleos de colonização 50,0% dos habitantes deveriam ser brasileiros, no mínimo, enquanto cada nacionalidade poderia possuir apenas 25,0% do total de estrangeiros ali estabelecidos. No caso do cômputo demográfico, nos documentos do Conselho de Segurança Nacional, recomendava-se que os estrangeiros nunca deveriam ultrapassar 1/3 da totalidade das respectivas populações e, dentro desta cota, caberia apenas 25,0% a cada nacionalidade. Da mesma forma, este Conselho também estabelecia em cerca de 1/3 o percentual adequado de empresas comerciais e industriais pertencentes a estrangeiros localizadas na faixa de fronteiras. Cf. BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. *Ofício n. 327, de 25-4-41*. Rio de Janeiro: 1941. p. 3 et seq.; BRASIL. Decreto-Lei n. 1968, de 17 de janeiro de 1940. Regula as concessões de terras e vias de comunicação, bem como o estabelecimento de indústrias, na faixa de fronteira. *Coleção das leis de 1940*... p. 20. **AN**

[59] BRASIL. Decreto-Lei n. 6430, de 17 de abril de 1944. Dispõe sôbre as transações imobiliárias e o estabelecimento de indústria e comércio de estrangeiros na faixa de fronteiras. *Coleção das leis de 1944*... p. 30.

pertencentes a estrangeiros não ultrapassassem 1/3 do território do município no qual se localizavam[60].

Sobre o comércio e a indústria, mantinha a obrigatoriedade da presença de gerentes ou administradores brasileiros natos, em igual número que os ocupantes estrangeiros dos mesmos cargos. Não se manteve, contudo, a necessidade da presença compulsória de sócio brasileiro em todos os empreendimentos nem a proibição de que estrangeiros mantivessem empresas individuais na faixa de fronteira, desde que o número destas empresas não ultrapassasse um terço dos comerciantes e ou industriais presentes naquela cidade, no respectivo ramo[61]. Da mesma forma, foram levantadas todas as restrições a que filhos de estrangeiros pelo lado paterno e materno, mesmo quando brasileiros natos, mantivessem propriedades na faixa de fronteira ou mesmo que tivessem suas concessões de terras submetidas à anuência da Comissão Especial[62].

Finalmente, em seu penúltimo artigo, a nova legislação declarava que

> "Art. 4º. As restrições dos artigos anteriores não se aplicam aos naturais de cada um dos países vizinhos, na zona correspondente à respectiva fronteira."[63]

Este artigo, bem como as outras mudanças sugeridas pelo Decreto-Lei nº 6430 foram fruto de um detalhado estudo[64] da Comissão Especial da Faixa de Fronteira, em que se justificavam proposições em torno de uma nova visão sobre a questão continental e o papel do país nesse contexto, além da própria definição de segurança nacional[65]. Tal estudo, apresentado pelo então presidente daquele organismo, General Firmo Freire do Nascimento, argumentava que:

---

[60] Por este novo dispositivo, ficou revogado o parágrafo único do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1968/1940, que restringia em 2000 ha a área dos arrendamentos.

[61] Esta nova disposição legal revogava os parágrafos 1º e 3º do artigo 14 e o artigo 15 do Decreto-Lei nº 1968/1940.

[62] Neste caso, ficou sem efeito o artigo 10 do Decreto-Lei nº 2610, de 20 de setembro de 1940.

[63] BRASIL. Decreto-Lei n. 6430, de 17 de abril de 1944. Dispõe sôbre as transações imobiliárias e o estabelecimento de indústria e comércio de estrangeiros na faixa de fronteiras. BRASIL. *Coleção das leis de 1944*... p. 30.

[64] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 87/44*. Rio de Janeiro: 1944. **AN**

[65] Sem desconsiderarmos, com estas observações, o que já foi aventado sobre o processo de redemocratização em curso no Brasil e no plano internacional, e as mudanças provocadas nestes mesmos cenários, no momento em que o mundo estava prestes a sair da Segunda Grande Guerra.

1. a legislação existente ia de encontro aos interesses brasileiros frente ao processo de desenvolvimento sócio-econômico de suas regiões fronteiriças, uma vez que dificultava o estabelecimento de novos estrangeiros naquelas paragens;
2. se era certo que os países vizinhos se dirigiam ao Brasil para estabelecer seus negócios, isto também se dava em relação a brasileiros que se estabeleciam naqueles países, sendo razoável esperar-se, portanto, que esses países viessem a levantar barreiras contra a presença brasileira em seus territórios, o que certamente não era interessante para o país;
3. se os interesses da segurança nacional exigiam a nacionalização das fronteiras, este processo não poderia se dar em detrimento de outras questões sérias que envolviam os países fronteiriços e o Brasil, quais sejam, o estabelecimento de um ambiente favorável às relações diplomáticas, à penetração econômica, ao desenvolvimento de um ambiente de *simpatia* e *compreensão* mútuas;
4. o Brasil, sendo o maior e mais populoso país da América do Sul, possuidor de um parque industrial sem precedentes na América do Sul, estaria fadado, nos anos vindouros, a tornar-se grande fornecedor de produtos manufaturados para toda esta região do continente americano. Desta forma, era desejável que suas mercadorias, agentes e cidadãos pudessem circular livremente nos países vizinhos, sendo este interesse de maior importância que o temor relativo à influência estrangeira. Segundo o General Nascimento:

> "Atendendo-se à situação atual do Brasil no panorama da América do Sul, parece fóra (sic) de dúvida que ele nada tem a temer de seus vizinhos, ou, pelo menos, que quaisquer temores que possa ter não serão de molde a levá-lo a tomar uma atitude de defesa tão radical que compromete de futuro a sua expansão econômica e a sua esfera de influência."[66]

Em função disso, propunha-se uma política legislativa mais acordante com estes valores, oposta àquela presente nos decretos-leis existentes sobre o tema, enfatizando a necessidade de maior liberdade aos estrangeiros de países vizinhos, inclusive nas regiões de fronteira. Isso visava não só dar condições para que políticas restritivas não viessem a surgir em outros países, ferindo os interesses brasileiros estabelecidos em território internacional, mas, principalmente, facilitar a *penetração* brasileira no continente, até o limite da capacidade e conveniências do comércio, da indústria e da política brasileiras.

---

[66] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 87/44*. Rio de Janeiro: 1944. p. 5. **AN**

Duas observações podem ser levantadas a partir deste novo rumo tomado pela política do Estado brasileiro em relação às suas fronteiras. Por um lado, este novo posicionamento da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras abandonava a oposição total a qualquer tipo de presença estrangeira nas regiões fronteiriças, deixando entrever outros interesses que não aqueles relacionados à necessidade de nacionalização das fronteiras brasileiras, posição de destaque a partir de meados dos anos 30, principalmente nos setores militares, pela qual a questão nacional nas fronteiras e as preocupações em torno da segurança nacional estavam intimamente relacionadas. Se, naquele momento se voltava o olhar especialmente para o estrangeiro natural dos países vizinhos, isto certamente relacionava-se com um novo momento de internacionalização do capital, no qual o país começava a perceber, em um novo contexto mundial ainda em delineamento, o papel que poderia assumir, principalmente visando à liderança sócio-econômica e política entre as nações do continente sul-americano[67]. Por outro lado, contudo, diferente passou a ser também a posição assumida em relação aos estrangeiros de outras nacionalidades, uma vez que o Decreto-Lei nº 6430/1944 facilitava o estabelecimento e a permanência dos mesmos nas regiões de fronteira. Na verdade, se a preocupação com o processo de nacionalização fora a tônica até então, a questão fundamental a partir de então, —— expressa nas palavras do General Nascimento —, passava a ser como promover o desenvolvimento desses "sertões" longínquos, como integrá-los efetivamente à unidade nacional, tornando-os promotores do próprio processo de aproximação do Brasil em relação a seus vizinhos e, sobretudo, da expansão da influência brasileira — econômica, política e social — no seu entorno continental.

Complementando tais medidas, foram expedidos ainda os Decretos-Leis nº 7724[68], de 10 de julho de 1945, tratando sobre o aforamento de terras devolutas na faixa de sessenta

---

[67] No estudo da Comissão Especial, o General Nascimento citava a posição do Brasil em relação à Argentina, sendo este último um dos principais países que disputavam, neste momento, a liderança da América do Sul, juntamente com brasileiros. Segundo o mesmo documento, contudo, o Brasil não teria porque fechar-se em suas fronteiras e preocupar-se excessivamente com a presença estrangeira em seus territórios, segundo propugnavam alguns, uma vez que a *amizade dos povos*, fortalecida por uma eficiente ação diplomática, pelo entrelaçamento das populações dos vários países com os brasileiros e pela *comunhão* dos diferentes interesses econômicos seriam os fatores chave para decidir o futuro da influência das várias nações sul-americanas. BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 87/44*. Rio de Janeiro: 1944. p. 6. **AN**

[68] BRASIL. Decreto-Lei n. 7724, de 10 de julho de 1945. Submete ao regime de aforamento as terras devolutas dentro da faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das fronteiras, e dá outras providências.

e seis quilômetros ao longo das fronteiras, e o 7916, de 30 de agosto do mesmo ano, sobre a distribuição das terras devolutas nos territórios federais. Por meio do primeiro destes regulamentos legais (Decreto-Lei nº 7724/45), a União reconhecia as transferências de domínio e concessões feitas por Estados e municípios nas áreas de fronteira, na faixa de sessenta e seis quilômetros[69], desde que estas fossem devidamente regularizadas junto ao Serviço de Patrimônio da União (SPU), no prazo máximo de seis meses, a contar da publicação do referido Decreto-Lei[70], sempre considerando que nesta região só seria permitido o aforamento de terras devolutas. Todas as medições e demarcações, bem como a expedição de novos títulos, correriam por conta da União, sem qualquer ônus para o proprietário. Estabelecia-se ainda, em seu artigo 5º, que

> "(...) É facultado aos estados fronteiriços requererem o aforamento de áreas para o incremento dos seus planos de colonização, cabendo-lhes subemprazar aos particulares, na forma da lei civil."

Também ficaram sujeitas aos mesmos procedimentos regulamentados pelo Decreto-Lei nº 7724/45 as terras situadas nos territórios federais, entre eles o de Ponta Porã, que abrangia parte da região Sul do estado de Mato Grosso, em destaque neste trabalho[71]. Segundo a legislação especial que tratava sobre o tema (Decreto-Lei nº 7916/45[72]), todo aquele que obtivesse licença do Conselho de Segurança Nacional, de acordo com a

---

Coleção das leis de 1945, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. v. 5: Atos do Poder Executivo – Decretos-Leis (julho a setembro). p. 18-19.

[69] Sobre esta questão, desde logo estabeleceu-se uma dúvida. Até que ponto, ao fixar este Decreto-Lei que o aforamento seria o regime de exploração na faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo da fronteira, a União não estaria abrindo mão, na realidade, sobre os 150 km anteriormente considerados, inclusive na própria legislação ? A resposta a esta dúvida apareceria na própria discussão a respeito da regularização do Decreto-Lei nº 7724/45, em que parece ter-se estabelecido o domínio da União sobre uma faixa de fronteira de apenas sessenta e seis quilômetros. Cf. BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 100/51*: projeto de regulamento do Decreto-Lei n. 7724. Rio de Janeiro: 1951. **AN**

[70] Pelo Decreto-Lei nº 9063, de 15 de março de 1946, o prazo para regularização dos títulos junto ao S.P.U. foi fixado para data posterior, na realidade, para seis meses após a publicação do texto legal que seria elaborado para regularização do Decreto-Lei nº 7724/45. Tal regularização, contudo, não veio a concretizar-se. BRASIL. Decreto-Lei n. 9063, de 15 de março de 1946. Modifica a data de início da contagem do prazo a que se refere o § 1º do art. 2º do Decreto-Lei n. 7724, de 10 de julho de 1945. *Coleção das leis de 1946*... p. 531.

[71] Para fins de elucidação do contexto referente ao Estado de Mato Grosso neste momento, é importante lembrar que o Decreto nº 5812, de 13 de setembro de 1943, criou também o Território Federal de Guaporé, atual estado de Rondônia, com áreas desmembradas da região norte de Mato Grosso. PÓVOAS, Lenine C. *História geral de Mato Grosso*... v. 2: p. 405.

[72] BRASIL. Decreto-Lei n. 7916, de 30 de agosto de 1945. Dispõe sôbre a distribuição das terras devolutas nos Territórios Federais e dá outras providências. *Coleção das leis de 1945*... p. 223-224.

legislação em vigor[73], poderia requerer lote desocupado para fixação e início imediato de trabalhos agrícolas nessas partes do território nacional, desde que tais terrenos não excedessem dois mil hectares. Previa-se, ainda, que tal *licença de ocupação* poderia ser expedida pelo Governador de cada Território sem maiores formalidades, além do pedido do requerente e localização do lote.

Desta forma, se a partir da segunda metade dos anos 30 a intenção havia sido a de afastar os governantes das unidades federadas do processo de ocupação e legalização das terras fronteiriças, invocando para tal a presença de grupos de pressão regional que poderiam levar à formação de latifúndios e conseqüentemente ao atraso da colonização das referidas regiões, cerca de dez anos depois a situação também se modificou em relação a isso. Num momento em que o governo central procurava recompor suas alianças nos contextos local e internacional, os governos estaduais voltaram a adquirir poderes para tratar sobre a ocupação das áreas fronteiriças situadas em seus respectivos territórios, com a descentralização destas atribuições.

Ao mesmo tempo, a Comissão Especial da Faixa de Fronteira, criada com a tarefa primeira de proceder à revisão das concessões efetuadas pelos executivos estaduais de terras devolutas naquela região específica perdia uma vez mais[74], em termos práticos embora ainda não em termos legais[75], parte de suas atribuições, principalmente no campo político, já que a intermediação entre governo federal e os requerentes de terras devolutas da União passava a fazer-se por meio dos governos dos Estados, juntamente com o Serviço de Patrimônio da União.

---

[73] No caso em questão, citavam-se os dois Decretos-Leis que tratavam sobre a faixa de fronteira: 1968/40 e 2610/40. Além disso, neste Decreto-Lei sobre as terras devolutas dos Territórios Federais, volta-se a considerar a faixa de fronteira com a extensão de 150 km.

[74] Suas atribuições legais já haviam sido atingidas com o abrandamento das restrições à presença estrangeira nas fronteiras, questão exposta anteriormente neste capítulo.

[75] Ver-se-á como, a partir de meados da década de 50, já aparecerão propostas, na Câmara dos Deputados, no sentido de extinguir-se esta Comissão. Ela continuará a funcionar, contudo, com novas tarefas, durante todo o período posterior — 1946/1954 — como será tratado a seguir.

3. A faceta externa do projeto de nacionalização e a realização do projeto nacionalista na fronteira Brasil-Bolívia

Como se realizou o projeto de nacionalização das fronteiras na região central de Mato Grosso, tendo como *locus* o município de Corumbá e seu entorno ?

Antes mesmo da aprovação definitiva do novo regimento interno da *Comissão Especial da Faixa de Fronteira*, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, em carta dirigida à Presidência da República, chamava a atenção para a complexidade do problema nacional nas fronteiras de Mato Grosso, sobretudo pela elevada presença estrangeira na região. Segundo os pressupostos que deveriam nortear a ocupação da faixa de fronteira, Mato Grosso encontrava-se numa situação totalmente irregular, principalmente quando se considerava o caso do município de Corumbá: nesta cidade, pelo menos 2/3 dos comerciantes e industriais estabelecidos eram estrangeiros, situação que favorecia, segundo o secretário geral do Conselho, Gen. de Divisão Francisco José Pinto, práticas como o contrabando e a sonegação e dificultava, simultaneamente, o processo de aculturação destes imigrantes na sociedade local[76].

Outro informe reservado[77], produzido no mesmo ano de 1941 a pedido do Cel. Silveira de Mello, membro do Conselho de Segurança Nacional, relatava a influência estrangeira na fronteira de Mato Grosso. Nele, o autor da missiva, João Mello, considerava como em Corumbá, uma cidade com aproxidamente 15.000 habitantes, 80,0% da população era composta por nacionais, sendo de 20,0% a presença estrangeira no município. Destes, dava conta Mello, a maioria era composta por bolivianos e paraguaios, *gente humilde* e de *poucos recursos*. A preocupação do autor era dirigida, então, à colônia síria, descrita como *prepotente* e *irritante*, francamente majoritária na área comercial, graças a organização de empresas familiares, onde o elemento nacional *sempre* aparecia apenas como guarda-livros ou peão diarista. Desta maneira,

> "O comerciante brasileiro luta para vencer, devido à bocoytagem que elles exercem, não só no commercio, como nas casa de diversões, etc. Os

[76] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. *Ofício n. 327, de 25-4-41.* Rio de Janeiro: 1941. p. 3 et seq. **AN**
[77] BRASIL. Secretaria Geral de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 606.* Rio de Janeiro: 1941. **AN**

> rapazes brasileiros tem que emigrarem por falta de collocação no commercio local, apesar de forte."[78]

Da mesma forma, a interventoria estadual era identificada como responsável por parte dessa situação, uma vez que havia atuado no sentido de defender os interesses dos comerciantes em questão, por meio do apoio às gestões realizadas no Rio de Janeiro por Nicola Scaffa[79], comerciante estabelecido em Ladário, fornecedor de mercadorias para o Arsenal da Marinha naquele distrito.

As gestões para mudanças na legislação referente à questão da legalização dos estabelecimentos comerciais pertencentes a estrangeiros, contudo, não ficaram apenas restritas à intermediação descrita acima. Desde o início de 1941, Arthur Affonso Marinho, então presidente da Associação Comercial de Corumbá, em telegrama à Comissão encarregada do tema, questionara principalmente os prazos exíguos para a apresentação dos documentos, visando à abertura dos processos. O receio dos seus representados, segundo o presidente Marinho, era que fossem obrigados a fechar seus estabelecimentos, sem a concessão da respectiva licença. Acrescentava ainda, em defesa dos interesses desses comerciantes, no Ofício 30/173, datado de 20 de fevereiro do mesmo ano que

> "(...) o commercio de Corumbá [era] composto em sua maioria de gente estrangeira em apparencia, porem na realidade composta de pêssoas desde muitos anos enraizados nesta cidade, com capitaes integralizados no proprio logar, com familias e prole 'corumbaense', e, portanto na essencia brasileiras..."[80]

Estes reclamos da Associação Comercial acabaram por fazer desta entidade parte do processo de legalização das empresas estrangeiras na cidade, quando em 1º de julho de 1941 recebeu da Comissão Especial de Fronteiras[81] o encargo de fiscalização das firmas, por ocasião do registro das mesmas junto à entidade empresarial. Desta forma, somente

---

[78]BRASIL. Secretaria Geral de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 606.* Rio de Janeiro: 1941. **AN**

[79] Além disso, encontrava-se à frente do executivo municipal neste momento Assis Scaffa, prefeito nomeado de Corumbá entre 1940-1941, o que certamente favorecia a atuação desta família na região. Neste sentido, João Mello caracteriza o "(...) Cel Scaffa, este chefão do tempo da Republica Velha (...)". Cf. CORRÊA, Valmir Batista. *Corumbá:* um esboço histórico. Corumbá: UEMT, 1973.; BRASIL. Secretaria Geral de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 606.* Rio de Janeiro: 1941. **AN**

[80] BRASIL. Secretaria Geral de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 397.* Rio de Janeiro: 1941. **AN**

seriam enviados à Comissão os processos previamente selecionados pela Associação Comercial, já enquadrados na legislação que regulava a manutenção de negócios comerciais e industriais na faixa de fronteiras[82].

Outra manifestação de desagrado, mais especificamente com relação à questão fundiária, partiu do Sindicato dos Criadores do Sul de Mato Grosso, por meio de ofício endereçado à Presidência da República, em 31 de julho de 1941. Pelo Decreto-Lei nº 1202, de 8 de abril de 1938, tratando sobre o Regulamento Administrativo dos Estados e Municípios, a União havia fixado em 500 ha. a área máxima das propriedades concedidas, cedidas ou arrendadas na respectiva faixa de fronteira pelas unidades federativas, por um período nunca superior a dez anos. Para que tal cessão fosse efetivada, dever-se-ia ainda requerer a anuência da Comissão Especial de Fronteiras, como ficara estabelecido pela peça legislativa de número 1968, de 17 de janeiro de 1940[83] , uma vez que as terras requeridas se localizassem na região de fronteira. Argumentando a partir da situação particular de Mato Grosso, estado fracamente povoado, com vasta extensão territorial e abundantes pastagens nativas, onde o cultivo agrícola não se deveria estabelecer prontamente, afirmava Etalivio Pereira Martins, presidente do referido Sindicato que

> "Nas nossas terras, a lotação do gado bovino varia de duzentas a mil cabeças, numa área de treis mil e seiscentos hectares, salvo zonas especialmente privilegiadas. E portanto, o desinteresse pela legitimação das terras, em face das leis vigentes, é geral e prejudicialissimo á vida econômica de Mato-Grosso, que tem e terá na expansão da pecuaria o maior sustentaculo de sua grandeza. [...] Sem temer contestação, podemos assegurar que não é econômico, e assim, ninguem se anima a legitimar quinhentos hectares para a formação de uma fazenda de criar, em afastadas terras devolutas."[84]

---

[81] Nome identificador da Comissão nos ofícios a ela dirigidos. BRASIL. Secretaria Geral de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 1178.* Rio de Janeiro: 1941. **AN**

[82] A solução encontrada para dirimir os conflitos com os comerciantes e industriais de Corumbá acabou também por esvaziar a intermediação de Nicola Scaffa e daqueles que o apoiavam, tanto na Prefeitura Municipal como no governo estadual, neste processo. Estes últimos eram acusados pela Associação Comercial, no Ofício 31/268, de 12 de julho de 1941, não apenas de deixar de fornecer esclarecimentos sobre os prazos e documentos referentes ao processo de registro das firmas na Comissão Especial de Fronteiras, como ainda "(...) apareciam fundadas noticias de preferencias por parte daquela Repartição, encaminhando processos de determinadas firmas, em mão do mesmo Sr. Prefeito de então, para fazel-os chegar a essa Comissão por intermedio de outras autoridades dessa Capital (...)". *Ibid.* **AN**

[83] Complementado posteriormente pelo Decreto-Lei nº 2610, de 20 de setembro de 1940, mas que à época da missiva do Sindicato dos Criadores do Sul de Mato Grosso ainda não se encontrava em vigor.

[84] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 256/44.* Rio de Janeiro: 1944. **AN**

Segundo o referido presidente, ajuntava-se a isso o fato, comprovado pelas experiências existentes no estado, de que sucessivas gerações de descendentes do possuidor original de um latifúndio já se constituiriam como entrave à manutenção dos mesmos, na medida em que as terras eram repartidas pelos remanescentes das diversas famílias, tornando as propriedades cada vez menores. Então, o Estado não precisava temer pela manutenção de grandes propriedades na região, uma vez que o próprio mecanismo de partilha quando da distribuição de bens herdados levava à formação de propriedades menores.

Desta forma, o Sindicato dos Criadores do Sul de Mato Grosso solicitava à Presidência sua intercessão no sentido de que as cotas para concessões e vendas de terras fossem elevadas para trinta e seis mil hectares, tido como valor suficiente para o início de uma exploração *atraente* e *animadora* em Mato Grosso.

Tal solicitação chegou à Presidência da República acompanhada de uma carta de 5 de setembro de 1941[85], do Interventor em Mato Grosso, Julio Strübing Müller, em que era reforçada a petição do Sindicato em questão, embora em outros termos. O governo do estado de Mato Grosso, desta forma, solicitava permissão para conceder lotes de até dez mil hectares, visando à formação imediata de fazendas de criação de gado, ficando os respectivos fazendeiros obrigados a colocar, no prazo de 5 anos, 400 reses por légua de terreno, sob pena de rescisão do contrato, com o retorno da posse das terras para o Estado. Áreas maiores, contudo, continuariam passando pelas vias normais, devendo esperar a autorização prévia do governo federal. Da mesma forma, o governo estadual solicitava autorização para regularizar as concessões que foram feitas em data anterior à legislação então vigente. Nas palavras do Interventor:

> "Para a zona dos pantanais sôbre tudo (sic) é urgente, inadiavel a adoção de medidas que salvaguardem os interesses do Estado, que são tambem os da União, modificando-se a legislação vigente, para evitar que regiões imensas, fertilissimas mas periódicamente cobertas de água, continuem inexploradas, ou sejam utilizadas por posseiros de terras vizinhas, sem vantagem alguma para o erário público."

Mais uma vez procurando reforçar o *interesse geral* — neste caso, o entendimento da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras sobre a necessidade de salvaguarda da

---

[85] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 256/44.* Rio de Janeiro: 1944. **AN**

segurança nacional, pela manutenção de uma política de ocupação controlada das terras situadas na zona fronteiriça — em detrimento de *conveniências regionais* —, o parecerista deste organismo federal, Ulpiano de Barros, entendeu que deveriam ser mantidas as prerrogativas da União quanto à concessão de terras neste espaço do território brasileiro, reforçando o entendimento sobre o caráter prejudicial dos latifúndios para a economia do país.

Um caso que se tornou emblemático deste esforço nacionalizante em Mato Grosso e, simultaneamente, do seu ocaso, foi o que envolveu as terras da região do Nabileque, encravada entre o rio Paraguai e as fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, a oeste, e o rio Nabileque, a leste. Estas terras haviam sido adquiridas pela empresa Fomento Argentino Sudamericano S/A ao governo de Mato Grosso, em 12 de março de 1921, com uma área total de 726.077 ha., situadas nos municípios de Corumbá e Porto Murtinho[86]. Em relatório reservado da Comissão Especial de Fronteiras, concluído em 1945, o General Raul Silveira de Mello assim informava sobre a referida região:

> "Tal foi a importância dos processos anexos (reservados ou secretos) e tal a gravidade das reações que traziam no bojo, que foi deles exatamente que partiu (da Secr. Geral do C.S.N.[87]) a iniciativa de pleitear a reivindicação da faixa de 10 léguas[88]. Dois enormes latifúndios, em mãos de empresas argentinas no Sul de Mato Grosso, faziam sombria interrogação à segurança e nacionalização de nossa fronteira naquela região — eram a empresa do Nabileque e a Mate Laranjeira[89]. Esses dois monstrengos, felizmente, depois de longo período de displicência de nossa parte, vieram sendo acossados tenazmente pelos orgãos (sic) da segurança nacional."

Várias providências, além do restabelecimento da faixa de fronteira em cento e cinqüenta quilômetros e sua colocação sob a responsabilidade do poder central, haviam sido tomadas pela União para o resguardo destas áreas. Entre elas, a própria criação da Comissão Especial da Faixa de Fronteira; a instalação dos Territórios Federais, no caso em

---

[86] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 361/51.* Rio de Janeiro: 1951. **AN**

[87] Trata-se do Conselho de Segurança Nacional.

[88] Ou seja, no contexto em pauta, a faixa de sessenta e seis quilômetros.

[89] A Companhia Mate Laranjeira foi a responsável pela exploração, em terras devolutas arrendadas ao governo de Mato Grosso, durante quase meio século, entre 1890-1940, dos ervais nativos situados no extremo sul do estado, entre os rios Paraná e Pardo, a Leste e o rio Paraguai e a fronteira do Brasil com o Paraguai, a Oeste. Essa área, no início do século XX, chegou a aproximadamente 5.000.000 ha. Na década de 30, a Companhia Mate Laranjeira ainda contava com cerca de 2.000.000 ha., arrendados ao governo estadual. Cf. ARRUDA, Gilmar. *Os frutos da terra:* os trabalhadores da Matte Laranjeira... p. 17.

questão, mais especificamente do Território Federal de Ponta Porã e a instalação de uma Colônia Militar, nas vizinhanças do Forte de Coimbra[90].

Ainda segundo o mesmo relatório, nada teria sido mais adequado como solução para este problema que a desapropriação das referidas terras, o que se havia se tornado impossível em função de questões de ordem diplomática, que obrigaram a União a reconhecer como *líqüido* e certo o direito de propriedade da referida empresa argentina. Da mesma forma, reclamava o General Silveira de Mello, até o momento a reapropriação e inscrição definitiva da faixa de fronteira no cadastro federal de terras ainda não se fizera, quando estas medidas só dependiam de uma *palavra de mando*. Palavra esta que não viria a ser emitida, uma vez que a política federal com relação à região de fronteira encontrava-se em trânsito para uma outra etapa, mostrando sinais de esgotamento do modelo anterior de nacionalização, desde o ano de 1944.

Assim, a região do Nabileque fora alvo de várias das medidas tomadas durante os anos 40, procurando o seu enquadramento sob as normas preconizadas nas políticas que procuravam o resguardo da segurança nas fronteiras, por meio de sua nacionalização. Simultaneamente, em meados desta mesma década, as mudanças ocorridas nos parâmetros de ocupação destas áreas levaram ao abrandamento das iniciativas iniciais, quando uma nova etapa de ocupação das terras do Nabileque teve início, com a participação direta do governo de Mato Grosso[91].

Considerando ainda a relação entre política exterior brasileira e nacionalização, envolvendo esta região fronteiriça do país, uma das questões de fundo em pauta no momento envolvia os destinos do Chaco, preocupação esta que também esteve presente nas preleções brasileiras sobre os destinos do continente sul-americano, na primeira metade da década de 30. Pode-se dizer que o fio condutor dessas discussões, no caso brasileiro, fora a preocupação do país em torno de uma possível aproximação envolvendo Bolívia e Argentina, que foi expressa em diversos momentos, na correspondência trocada entre a legação brasileira em La Paz e o Ministério das Relações Exteriores. Na visão dos representantes do Brasil que estavam em La Paz, uma possível aproximação dos bolivianos

[90] O Forte de Coimbra situa-se ao sul de Corumbá, descendo o rio Paraguai.
[91] Assunto a ser tratado no próximo capítulo deste trabalho.

com a Argentina poderia complicar ainda mais as pretensões brasileiras no continente, uma vez que o Paraguai já era visto pelo Brasil como uma *feitoria* argentina[92].

A forma de impedir a aproximação entre Buenos Aires e La Paz, desfavorável à influência que o Brasil pretendia manter na América do Sul e ao equilíbrio de forças na região, seria o estreitamento das relações, sobretudo comerciais, entre Brasil e Bolívia, segundo o entendimento do responsável pela manutenção da legação brasileira em La Paz. Assim, tratando especialmente sobre as possibilidades de um futuro processo de colonização do Oriente boliviano, Jorge Latour declarava:

> "Dest'arte a distribuição do colono estrangeiro neste paiz [Bolívia] e as vias de communicação que se forem traçando no mappa boliviano têm grande significação para nós, pois em pouco tempo formará a Bolivia entre os nossos grandes concorrentes no mercado mundial de café, cacaó, alcool, assucar, fructas, fumo, algodão e muitos outros artigos actualmente em franco desenvolvimento no Brasil. Em contraposição, quanto maior fôr a população boliviana, mediante as *vinculações ferroviarias e rodoviarias com o Brasil*, maiores as possibilidades da Bolivia como mercado consumidor dos artigos não similares e dos nossos productos industriaes."[93] (Os grifos são nossos)

De acordo com as observações de funcionários brasileiros creditados nas embaixadas de La Paz e Buenos Aires, era este mesmo interesse comercial que levara a Argentina a procurar o estreitamento de suas relações com o Paraguai, visando de forma mais imediata à defesa dos empreendimentos agrícolas e pecuários já existentes naquela região[94], além da implantação de novas empresas portenhas, principalmente aquelas voltadas para a exploração do quebracho[95] e sua exportação para os mercados

---

[92] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 14*. La Paz: 1931.; BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 59*. La Paz: 1931. **AHI**

[93] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 31*. La Paz: 1931. **AHI**

[94] Entre estas estavam a empresa Casado & Cia., em Puerto Casado, localidade atualmente pertencente ao Paraguai, com 134 km de estradas de ferro dentro de suas propriedades; a Sociedad Puerto Piñasco e a Sociedad Industrias de Quebracho em Puerto Guarany, entre outras, todas com capitais argentinos. Além destas, destacava-se ainda na região a extração do mate, realizada somente por firmas argentinas. Neste sentido, "a sucursal do 'Banco de La Nación Argentina', em Assunção, tem um movimento bancario que excede aos demais bancos extrangeiros reunidos." BRASIL. Ministério da Guerra. *Carta de Orlando Leite Ribeiro, agente comercial da Embaixada do Brasil em Buenos Aires.* Rio de Janeiro: 1934. **AN**

[95] Nas palavras de Latour, "sobre ser isso um vinculo apreciavel, acontece que a zona litigiosa do Chaco é, para o mercado mundial de tanino, juntamente com o solo paraguayo, a única reserva de quebracho." Apesar da importância das reservas presentes na região chaquenha, não se pode esquecer a produção de tanino em território brasileiro, justamente em Mato Grosso, na região sul do estado, vizinha à República do Paraguai.

consumidores argentinos e norte-americanos. Além disso, os argentinos estariam considerando igualmente as perspectivas futuras que se abririam para o beneficiamento de outras riquezas minerais presentes naquela região, como era o caso do petróleo[96]. Nas palavras do adido comercial da embaixada brasileira em Buenos Aires:

> "A Argentina vê, com pavôr, a possibilidade de uma saída da Bolivia pelo rio Paraguay, o que viria inundar o mercado argentino com aquele produto [petróleo], matando a sua nascente industria de Comodoro Rivadavia. O vasto lençól do subsólo petrolifero do Chaco estende-se mais para o lado da Bolivia e o que existe nas proximidades do rio Paraguay já é argentino. A questão do petroleo é o que mais interessa a Argentina e daí o fáto de que ela não tenha nunca apoiado a pretensão justa da Bolivia, em obter uma saída ao rio."[97] (Grifo do autor)

A fim de resguardar estes interesses, a Argentina insistiu também, principalmente a partir de 1932, na necessidade da assinatura de um tratado comercial com o governo boliviano, que Samuel de Souza-Leão Gracie, então representando o Brasil em La Paz, observava ser vantajoso principalmente para os argentinos, desejosos de colocar seus produtos no mercado boliviano, principalmente o trigo, farinhas, açúcar, carnes e derivados, produtos alimentícios em geral, artigos farmacêuticos, etc[98].

Em qualquer um desses casos, porém, a aproximação entre Argentina e Bolívia estaria vinculada a certas exigências que vinham sendo aventadas pelo governo boliviano aos plenipotenciários portenhos, no campo diplomático. Entre esses pedidos estariam: 1. a abertura de novas vias de comunicação entre os dois países, envolvendo a construção de um porto para a Bolívia nas Juntas de San Antonio, franqueando a este último país a navegação pelo rio Bermejo, na fronteira Sul do país; 2. a passagem da projetada vinculação ferroviária que ligaria Chile e Argentina (ramal Salta-Antofagasta[99]) por dentro do território boliviano; 3. a instalação de um porto franco no Prata para os produtos bolivianos; 4. a livre passagem do oleoduto boliviano em território argentino, em direção às regiões portuárias

---

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 59*. La Paz: 1931. **AHI**

[96] *Ibid.* **AHI**

[97] BRASIL. Ministério da Guerra. *Carta de Orlando Leite Ribeiro, agente comercial da Embaixada do Brasil em Buenos Aires.* Rio de Janeiro: 1934. **AN**

[98] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 202*. La Paz: 1932. **AHI**

[99] Na verdade, a Bolívia reivindicava que o referido ramal ferroviário fosse interligado àquele que ligava Potosi, no território boliviano, à cidade de Salta, na Argentina.

deste país; 5. a imparcialidade da Argentina na questão do Chaco[100]. Sendo estas condições de difícil concretização senão a médio e longo prazos, não era de se esperar para tão cedo uma aproximação entre estes dois países, o que certamente facilitaria o estreitamento das relações Brasil/Bolívia, bem como o estabelecimento dos interesses brasileiros[101] na região litigiosa do Chaco. É importante ressaltar que outro entrave à consecução destas diretrizes era a insistência da Bolívia, principalmente, nas questões ferroviárias e na construção do oleoduto, enquanto não se mostrava tão interessada num tratado comercial, como no caso da Argentina. Tal insistência era vista como conseqüência da pequena extensão da pauta de exportação boliviana, limitada aos artigos minerais, fundamentalmente o estanho[102] e o chumbo, e uma miríade de outros artigos — cacau, café, lãs de alpaca, vicunha, etc, classificadas pelos seus diplomatas como *possíveis* exportações bolivianas[103].

O estabelecimento dos interesses brasileiros na região, contudo, também estava interligado a outras questões ainda em aberto na relação Brasil-Bolívia naquele momento. A mais importante entre elas, certamente, era o destino a ser dado à quantia de um milhão de libras esterlinas, devida pelo Brasil à Bolívia, ainda como saldo pendente da compra do Território do Acre, no começo do século XX. Neste sentido, já estava em andamento, na

---

[100] A exigência boliviana de uma posição *eqüidistante* por parte da Argentina em relação à questão do Chaco foi reforçada como um dos pontos centrais nas relações entre os dois países a partir do momento em que a Argentina enviou, no ano de 1931, uma Missão Militar ao Paraguai com o objetivo de instruir o exército daquele país. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 60*. La Paz: 1931. **AHI**

[101] Além disso, o Brasil não poderia deixar de ter presentes, nas palavras de Jorge Latour, interesses de outros países do continente americano na região do Chaco boliviano, entre eles "(...) as conveniencias yankees, cuja expansão está sempre prompta a se exercitar, mórmente em regiões onde há ou póde haver petroleo. O politico-economico apresenta igualmente exemplo; qual seja o Chile, que não verá com bons olhos o engrandecimento e a riqueza de uma vizinha que não lhe perdôa o passado; e o Perú, com razões mais ou menos identicas." BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 62*. La Paz: 1931. **AHI**

[102] "A Bolivia, apezar de frequentemente pensar em novas frentes de riqueza para o desenvolvimento da sua economia, tal como o petroleo e a agro-pecuaria, vê sempre no estanho a base fundamental da sua estructura comercial." Daí a preocupação freqüente do governo boliviano com a abertura de novas vias de comunicação com o mar, visando o escoamento da produção mineral do país, principalmente num momento em que, juntamente com a crise mundial dos anos 30, a Bolívia enfrentava uma baixa geral do preço do estanho no mercado internacional. Cf. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 27*. La Paz: 1931.; BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 231*. La Paz: 1932. **AHI**

[103] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 202*. La Paz: 1932. **AHI**

primeira metade dos anos 30, a concretização de mudanças nos Tratados de Petrópolis[104] e Natal e respectivas Notas Reversais. Pelo Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, o Brasil anexou definitivamente os 142.800 km² do território acreano, comprometendo-se a pagar à Bolívia dois milhões de libras esterlinas, além da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, visando ao escoamento para o oceano Atlântico dos produtos produzidos naquele país. Metade da indenização prevista, ou seja, um milhão de libras esterlinas foram gastas na construção da própria Madeira-Mamoré. Em 1925, contudo,

> "(...) o Governo boliviano antecipou-se em propôr novo emprego da indemnização prevista no Tratado de Petropolis (4ª proposta). Dessa demarche resultou o Tratado de Natal [25 de dezembro de 1928], que foi ratificado, pelo qual se fixou em um milhão de libras esterlinas o auxílio a ser entregue conforme notas reversaes trocadas em 28 de agosto de 1929 e de accordo com o objectivo de execução harmonica do dito pacto, expressa em tres aspectos de realisação simultanea: demarcação final de limites brasileiro-bolivianos, decreto do governo boliviano baixando o plano geral de communicações ferroviarias, transferencia do auxilio financeiro para a construção do ramal Puerto Grether, no rio Ichilo, a Santa Cruz."[105]

Ou seja, até o final dos anos 20 projetava-se a construção de um ramal ferroviário ou rodoviário entre Puerto Grether, no rio Ichilo e Santa Cruz, como continuação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Em 1931, no entanto, o governo boliviano já cogitava a mudança deste traçado, com a construção de um estrada que, partindo de Puerto Suárez, situada na fronteira brasileiro-boliviana próxima à cidade de Corumbá, em Mato Grosso, alcançaria a cidade de Santa Cruz de la Sierra.

Tal mudança no traçado desta via de comunicação era interessante, segundo o mesmo Jorge Latour, para ambos os países. Para a Bolívia, que começara a defender esta medida, frente à necessidade de uma via de acesso ao Atlântico, além de que esta estrada facilitaria o acesso à região chaquenha. Ademais, os custos da obra e principalmente a ausência de núcleos populacionais de apoio fariam do ramal ao Ichilo uma obra fadada ao fracasso, incrustada de forma isolada no norte da Bolívia, uma vez que parte da ligação

---

[104] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 102*: relatório sobre a cláusula financeira do tratado de 25 de dezembro de 1928. La Paz: 1931. p. 1-2. **AHI**.; GUIA do Terceiro Mundo: 89/90. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1988. p. 602.

[105] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 102*: relatório sobre a cláusula financeira do tratado de 25 de dezembro de 1928. La Paz: 1931. p. 1-2. **AHI**

entre aquele ponto e Santa Cruz, ainda em construção, encontrava-se com suas obras paralisadas. Neste sentido, Latour insistia que ninguém, além do *regionalismo cruceño* aliado à *avidez* dos empresários da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, nutria interesse na construção desta estrada, sem tráfego e sem rendas, que certamente representaria o afundamento do *nosso milhão*, bem como das setenta mil libras esterlinas complementares, necessárias à obra de construção de tal empreendimento.

Quanto aos interesses brasileiros, Latour lembrava que, dado o alto custo das obras em solo boliviano, sobretudo as ferroviárias, não era suficiente pensar nas vias de comunicação apenas como garantia de um futuro projeto de desenvolvimento econômico mas, ao contrário, era necessário construí-las em regiões onde já existisse um certo suporte sócio-econômico, a fim de que desta forma se justificasse a empresa ali organizada. Ainda mais:

> "A esse respeito cumpre lembrar que a estrada de rodagem de Corumbá a Santa Cruz abrange o aspecto politico, o economico e o estrategico. Quanto a este ultimo lembraremos, não só o seu significado perante a Bolivia, como perante a Argentina, dada a facilidade de atingirmos em cheio, em caso de guerra, o norte daquele paiz, isto é, a sua fronteira mais fraca. O aspecto politico é evidente; outro não póde ser o itinerario da nossa influencia na Bolivia, que tarda de maneira inquietante, visto como se estabelece o contato entre a zona de maior vitalidade do Brasil — Centro e Sul — com o amplo Oriente boliviano, através do sul-mattogrossense. [...] Assim, contrabalançariamos, no Oriente e no Noroeste, a penetração argentina pelo Sul e a chilena pelos Andes.(...) Ora, a rodovia em perspectiva seria o grande elo provisorio e inicial, pelo qual os nossos productos, sobretudo os manufacturados, conquistariam, vencendo concorrencias, os principais mercados bolivianos."[106]

Assim, os interesses brasileiros na região deveriam guiar-se por uma visão que alcançasse *amplitude continental*, tendo em vista não apenas as comodidades de ambos os países mas também os planos da Bolívia com relação aos outros países vizinhos da América do Sul. Nestes termos, o encarregado pela Legação brasileira em La Paz defendia a construção de uma *rodovia* como primeira alternativa para estabelecimento da presença brasileira nesta parte do continente, parte de uma estratégia que permitiria ao governo brasileiro antecipar-se a outras iniciativas de ocupação política e ou econômica deste espaço. Reconhecia-se simultaneamente, contudo, a dificuldade do Brasil em dar

---

[106] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 102*: relatório sobre a cláusula financeira do tratado de 25 de dezembro de 1928. La Paz: 1931. p. 1-2. **AHI**

prosseguimento às iniciativas acordadas com o governo boliviano, frente à situação de crise financeira pela qual passava o Estado naquele momento, e a necessidade da postergação de quaisquer soluções que envolvessem o país em novos processos de endividamento.

Apesar disso, Latour não deixava de chamar a atenção do governo brasileiro para o adensamento das relações que se vinham estabelecendo na região de fronteira entre brasileiros e bolivianos, de tal forma que

> "A zona de Santa Cruz e Oriente tem, historicamente, e de facto, grandes affinidades com Matto Grosso e a vida brasileira. Os crucenhos têm até mais propensões para o nosso territorio do que para a região andina, que é a dirigente da vida boliviana."[107]

Neste mesmo sentido, moradores da região de Roboré queixaram-se à Junta de Governo da Bolívia sobre a dissolução do "Regimento Mariscal Sucre", aquartelado nesta localidade, tendo em vista a necessidade estratégica e econômica da guarnição naquelas paragens, quando era grande o êxodo de elementos produtivos, sobretudo para Corumbá, cidade brasileira cuja prosperidade, segundo declarações dos bolivianos, era devida a eles próprios, pelo comércio feito via Puerto Suárez[108]. Tais fatos e incidentes justificaram, inclusive, a reabertura de uma representação consular na cidade de Santa Cruz de la Sierra ou na cidade de Puerto Suárez, centros cujo intercâmbio com o Brasil, prognosticava Latour, só viria a crescer nos anos vindouros[109]. Mudanças neste campo diplomático, contudo, só ocorreram no final da década de 30 e início da década de 40, quando começaram a se adensar as relações entre os dois países, sobretudo com a efetivação dos trabalhos da Comissão Demarcadora e da Comissão Mista encarregada de coordenar a construção do ramal ferroviário Corumbá-Santa Cruz de la Sierra. Assim, em 30 de

---

[107] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 103*: relatório dos trabalhos de 1930. La Paz: 1931. **AHI**

[108] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 42*. La Paz: 1931. **AHI**

[109] Da mesma forma como cresceriam, na visão deste funcionário, problemas decorrentes do maior movimento de intercâmbio entre as localidades que gravitavam em torno de Puerto Suárez e Corumbá. Neste sentido, os relatórios e ofícios da chancelaria brasileira registram vários episódios classificados pelas autoridades consulares como *perseguição de autoridades bolivianas a cidadãos brasileiros.* BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 62*. La Paz: 1931.; BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 103*: relatório dos trabalhos de 1930. La Paz: 1931. **AHI**

dezembro de 1939 voltava a funcionar o consulado em La Paz[110] e em 16 de outubro de 1945 foi reaberta a representação diplomática brasileira em Puerto Suárez.

Em julho de 1932, começava a disputa bélica pelo controle da região do Chaco, envolvendo Bolívia e Paraguai. Antes mesmo de terminada a guerra, em 1933, a Bolívia, que veio a perder três quartos de suas terras na região palco do conflito[111], voltou a empenhar-se, por meio de seus articulistas, na construção de vias de comunicação demandando o território brasileiro e uma saída para o Atlântico via rio Paraguai, para o qual se utilizaria o *milhão esterlino* devido pelo Brasil àquele país. Cogitava-se, igualmente, a utilização dos combatentes que seriam desmobilizados ao finalizar-se o conflito, neste novo plano geral de serviços públicos, que seria coordenado pelo governo boliviano[112].

Assim, após a assinatura do Tratado de Vinculação Ferroviária, em 1938, que definiu a forma de utilização do *milhão esterlino*, em maio do mesmo ano organizou-se no Rio de Janeiro a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, encarregada de coordenar a construção do ramal ferroviário Corumbá-Santa Cruz de la Sierra. Em 30 de agosto, a Comissão deixou a capital federal, dirigindo-se para Corumbá, onde chegou a 30 de setembro de 1938, visando instalar neste local a sede deste organismo. Nos dois anos

---

[110] Jorge Latour era o *Encarregado de Negócios do Brasil na Bolívia* quando assumiu a direção da Legação, em 1º de outubro de 1930. No ano seguinte, no Ofício nº 74, de 28 de março, informava o Ministério das Relações Exteriores sobre a supressão do consulado de La Paz, que passou à condição de escritório comercial. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 74.* La Paz: 1931. **AHI**

[111] A Bolívia não perdeu, contudo, as áreas mais ricas da região chaquenha, exatamente aquelas que ficavam mais ao Norte daquele território, nas quais se situava a maior parte das jazidas petrolíferas em território chaquenho. Teve que ceder ao Paraguai, contudo, as áreas situadas ao Sul, fronteiriças a este último país e que já vinham sendo ocupadas por populações originárias do Paraguai. Os acordos que colocaram fim a este conflito, além de envolverem os interesses das duas companhias petrolíferas presentes na Bolívia e Paraguai neste momento — a americana Standard Oil of New Jersey e a inglesa Royal Dutch Shell, respectivamente, contaram ainda com a presença do chamado grupo *ABCP* — Argentina, Brasil, Chile e Peru. Destes países, Argentina e Brasil estiveram de forma mais direta envolvidos na solução do problema chaquenho, sendo que a presença brasileira, neste caso, foi fundamental para a demarcação dos novos limites territoriais impostos à Bolívia, bem como para conter o avanço argentino na região, através dos novos territórios paraguaios. Cf. CHIAVENATO, Julio José. *A guerra do Chaco (leia-se petróleo).* São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 9-11.; BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 168.* La Paz: 1933. **AHI**

[112] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 177.* La Paz: 1933. **AHI**

seguintes, 1939 e 1940, a Comissão terminou o estudo para definir o traçado da ferrovia, assim como tiveram início, ainda em 1939, os trabalhos de construção da estrada[113].

Este incremento nas relações entre o Brasil e Bolívia, após o final da Guerra do Chaco, foi reforçado também no campo comercial. O governo do Brasil, por meio de suas chancelarias na América do Sul, buscava mostrar o interesse do país na abertura de novos mercados para os seus produtos, visando à recuperação de parte das divisas perdidas com a paralisação dos mercados norte-americano e principalmente europeu, durante a Segunda Guerra[114]. Respondendo a esta proposta brasileira, o Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, Alberto Ostria Gutiérrez, procurava evidenciar como o comércio com o Brasil oferecia algumas vantagens em relação a outros parceiros: 1. a grande disponibilidade de produtos oferecidos pelo mercado brasileiro, em condições de serem exportados sem passar pelos riscos que as travessias oceânicas ofereciam naquele momento. Entre estes produtos estavam o papel, ferro e aço (e respectivos derivados), produtos químicos, manufaturados de algodão, produtos farmacêuticos, instrumental ótico e cirúrgico, maquinaria elétrica em geral, aparatos agrícolas, etc.; 2. os preços menores em relação aos similares europeus e norte-americanos; 3. a facilidade da forma de pagamento, uma vez que o governo brasileiro oferecera à Bolívia a possibilidade de pagamento a crédito e em espécie, valendo-se de seus recursos minerais, como o estanho, para saldar as dívidas. Isso permitiria, segundo o ministro boliviano, que a Bolívia deixasse de comprometer de imediato suas reservas-ouro, num momento em que o país ainda enfrentava as conseqüências do final da guerra do Chaco, além das quedas verificadas no preço do estanho durante toda a década anterior, quando este era o principal produto de sua pauta de exportação[115].

Também começou a funcionar na primeira metade da década de 40 a Comissão Brasileiro-Boliviana de Petróleo. Esta Comissão Mista, formada por seis membros — três

---

[113] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 10.* La Paz: 1940. **AHI**

[114] Reforçava esta preocupação brasileira o fato de que a Argentina também procurava fechar um acordo comercial com a Bolívia neste momento, dando continuidade ainda às suas pretensões de abrir uma sucursal do "Banco de La Nación" em La Paz, como tentara anteriormente durante o período da Guerra do Chaco. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 136.* La Paz: 1940. **AHI**

[115] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 86:* anexo informe do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República de Bolívia. La Paz: 1940. **AHI**

bolivianos e três brasileiros —, foi o organismo encarregado de viabilizar os termos dos acordos internacionais de cooperação econômica subscritos pelos dois países, ao final da década anterior, envolvendo a questão petrolífera. Por estes acordos: 1. o Brasil obteve a primazia da exploração da zona petrolífera boliviana, compreendida entre os rios Parapeti e Ichilo, por meio da associação entre capitais dos dois países; 2. o governo da Bolívia comprometeu-se a dar preferência ao Brasil na venda dos produtos obtidos nesta exploração; 3. os trabalhos de reconhecimento dos poços, bem como as primeiras perfurações seriam realizadas conjuntamente pelos dois governos, cabendo a cada um deles 50,0% das despesas pressupostas para realização destas atividades[116].

Desta forma, entre os anos 30 e o início da década de 40, a política externa brasileira esteve afastada, pelo menos de forma direta, da preocupação nacionalizante que movia a discussão e ações do governo brasileiro, no tocante à questão da faixa de fronteira, no plano interno. Ecos das preocupações sobre o tema da segurança nacional também seriam ouvidos nos corredores do Itamarati, principalmente quando a discussão envolvia a necessidade de o Brasil antecipar-se e sobrepor-se, em termos estratégicos, às ações argentinas, visando à primazia da presença brasileira na América do Sul. Simultaneamente, contudo, a diplomacia recomendava a aproximação do Brasil com os países envolvidos nos conflitos em curso no continente — por exemplo, o caso do Chaco — como forma de contrabalançar uma possível influência portenha, mais do que uma atitude de fechamento do país à influência dos países lindeiros, como as perspectivas nacionalizantes tenderiam a considerar. Esta recomendação baseava-se, inclusive, na suposição da diplomacia brasileira de que entre os países do continente, afora a Argentina e em menor grau o Chile, não existiam contendores que pudessem oferecer maior obstáculo ao estabelecimento dos interesses do Brasil na região.

Neste ponto, é importante frisar as diferenças de entendimento existentes entre os organismos responsáveis pela condução destas duas políticas, na esfera estatal. A posição expressa por Orlando Leite Ribeiro, ex-oficial do exército e naquele momento agente comercial da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, pode ser um indício destas opiniões

---

[116] BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 141*. La Paz: 1940. **AHI**

diversas. Após tratar dos interesses argentinos estabelecidos no Chaco, concluía sua missiva para o Ministro da Guerra, Góes Monteiro, dizendo que:

> "Estudando-se outros detalhes de razões economicas, tem-se a impressão de que o pobre Paraguay é uma provincia argentina. *Para isso, muito tem concorrido a inépcia de nossa diplomacia*."[117] (Os grifos são nossos)

Ainda neste mesmo sentido de crítica às posições do Itamarati, o próprio Ministro da Guerra, em carta endereçada ao General Francisco Ramos de Andrade Neves, chefe do Estado Maior do Exército, em 26 de janeiro de 1934, expunha sua apreensão sobre a posição do Brasil frente aos conflitos do Chaco e de Letícia, este último envolvendo questões de fronteira entre Colômbia e Peru. Motivaram seu pedido de esclarecimento ao EME notícias de que o Paraguai[118] consultara o governo brasileiro, via Itamarati, sobre a possibilidade de estender as suas operações, no flanco Norte da zona de guerra, visando invadir a cidade de Puerto Suárez, considerada de vital importância para o desenrolar do conflito, por ser a região por meio da qual a Bolívia fazia seu reaprovisionamento com mercadorias do exterior. De acordo com a resposta fornecida pelo governo brasileiro, os tratados e convenções existentes permitiam que tanto a Bolívia como o Paraguai tivessem livre acesso às águas territoriais brasileiras, via navegação fluvial pelo rio Paraguai. Isto não violaria, igualmente, a declaração de neutralidade do Estado brasileiro. Góes Monteiro deixou claro em seguida, contudo, a insuficiência desta posição, do ponto de vista da segurança nacional. Assim:

> "Sabida qual a posição do Brasil em face dos dois conflitos sul-americanos, nosso interesse exige que se tomem precauções no sentido de não sêrmos surpreendidos. A nação argentina interessada na navegação dos rios platinos, não se desinteressa pela questão do Chaco. O governo brasileiro desejando manter a sua neutralidade, como foi declarado, precisa, entretanto, com a discrição desejada, tomar medidas para garantia da inviolabilidade das fronteiras e de sua soberania."[119]

---

[117] BRASIL. Ministério da Guerra. *Carta de Orlando Leite Ribeiro, agente comercial da Embaixada do Brasil em Buenos Aires.* Rio de Janeiro: 1934. p. 2. **AN**

[118] A Bolívia fizera o mesmo tipo de consulta, no ano anterior, por intermédio do Comando do 17º Batalhão de Caçadores, sediado em Corumbá, que o encaminhara, via Circunscrição Militar de Mato Grosso, ao Ministério da Guerra. Cf. BRASIL. Ministério da Guerra. Gabinete do Ministro. *Telegrama cifrado nº 218-B, do Comandante da Circunscrição Militar (Mato Grosso) ao Snr. Ministro, em 19-12-1933, às 11h40.* Rio de Janeiro: 1933. **AN**

[119] BRASIL. Ministério da Guerra. *Carta do Ministro da Guerra, Góes Monteiro, ao Estado Maior do Exército.* Rio de Janeiro: 1934. **AN**

Nestes termos, solicitava ao Estado-Maior do Exército medidas complementares de caráter militar, objetivando atingir três pontos: 1. a manutenção de informações mais precisas sobre estas questões; 2. a incrementação das vigilâncias fluvial, aérea e terrestre na zona de fronteira; 3. a organização material do Departamento de Segurança, para dar-lhe condições de atuar neste sentido.

Assim, as preocupações em torno da segurança nacional e da nacionalização, e da melhor forma de alcançar os propósitos do país nestes campos, parecem colocar em oposição, por um lado, o Ministério da Guerra — juntamente com seus órgãos complementares, no caso em questão, o Conselho de Segurança Nacional, ao qual estava ligada a Comissão Nacional da Faixa de Fronteira — e, por outro, o Ministério das Relações Exteriores[120]. O primeiro grupo voltado para a perspectiva nacionalizante, em que a segurança nacional ocupava um papel central, no sentido de resguardo das fronteiras em relação à penetração estrangeira, incluindo-se aí a questão dos imigrantes oriundos dos países lindeiros ao Brasil. De outra feita, encontravam-se as posições da diplomacia brasileira, cuja tendência era procurar o reforço da aproximação do país, sobretudo com os países fronteiriços, visando fincar solidamente os interesses nacionais, sobretudo econômicos, no continente sul-americano.

Essas posições, que se opunham até o início dos anos 40, parece que confluíram para o mesmo tipo de preocupação a partir desse momento, quando o enfoque, tanto da política exterior brasileira quanto da Comissão Nacional de Faixa de Fronteira, era a necessidade de intensificação das relações com os países lindeiros, principalmente no

---

[120] Já foi frisado anteriormente como Osvaldo Aranha, titular da pasta das Relações Exteriores, era francamente favorável às posições que advogavam uma maior internacionalização da economia brasileira, sobretudo pelo aprofundamento das relações com os Estados Unidos. Entre os militares, Góes Monteiro e Dutra, líderes da fração que esteve à frente das principais mudanças ocorridas nas Forças Armadas, principalmente no Exército, a partir dos anos 30, eram simpáticos à aproximação com os países do Eixo, como a Alemanha, tanto pelo que poderia significar no incremento bélico das armas nacionais, como na aproximação entre os ideais fascistas de Estado e a perspectiva nacionalizante destes militares. Esta última, sintetizada por Carvalho, fundava-se num projeto claramente de caráter intervencionista e controlador: "(...) ampla intervenção estatal em todos os setores; ênfase na defesa externa e na segurança interna; preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da idéia nacional; industrialismo nacionalista; *e a presença das Forças Armadas, especialmente o Exército, como principais propulsoras do processo a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado.*" Neste sentido, a imposição posterior do alinhamento brasileiro com os Estados Unidos, num contexto mundial e nacional de redemocratização, levou ao fracionamento da cúpula militar, muito embora a posição hegemônica, centrada na construção de um Estado forte, no qual os militares teriam um papel de assegurar a ordem vigente, continuasse presente neste novo

campo econômico, visando colaborar desta forma, inclusive, para o desenvolvimento interno da economia brasileira e da própria faixa de fronteira. Em termos da fronteira Brasil-Bolívia, foi neste período que algumas iniciativas gestadas nas duas décadas anteriores — como a ligação ferroviária Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, por exemplo — efetivaram-se; e foram estas iniciativas as que geraram conseqüências mais profundas na região de Corumbá, com um alcance que as medidas nacionalizantes dos anos 30 não lograram atingir, com as tentativas de controle dos setores comercial, portuário e agrícola controlados por estrangeiros e situados na região fronteiriça.

4. O papel da educação na nacionalização

Considerando-se as recomendações mais gerais a respeito do nacionalismo, em termos econômicos, políticos e sociais, é possível pensar sua relação com a questão educacional como um todo, e mais particularmente no tocante ao binômio nacionalização e educação. Neste sentido, pode-se dizer, em acordo com a posição de Xavier, que esses anos foram propícios à rearticulação do ideário educacional, tendo como base o nacionalismo[121]. Assim, o período que vai dos anos 30 aos anos 60 foi importante tanto para a consolidação do capitalismo no Brasil, com a industrialização, como também para a penetração efetiva de uma nova ideologia educacional, que proclamava a importância da escola como via de reconstrução da sociedade brasileira, advogando para tal a necessidade de reorganização do ensino, de tal forma que:

> "A modernização econômica dependente implicou uma modernização cultural e institucional que, assim como a econômica, tendeu a se dar dentro dos limites necessários à incorporação da economia nacional ao conjunto da economia capitalista mundial a que se subordinava."[122]

Ou seja, em todas as esferas da vida social, mesmo no campo educacional, os mesmos limites para o desenvolvimento de um projeto de reformas *autônomo* se fizeram presentes, apesar de ter havido crescimento da demanda por escola, em função da industrialização, e de o Estado ter-se mobilizado no sentido de promover mudanças e a

---

momento da vida brasileira. CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e a política (1930-1945)...p. 145-150.

[121] XAVIER, Maria Elizabete S. P. *Capitalismo e escola no Brasil...* p. 15.

[122] *Ibid.,.* p. 58.

expansão do sistema educacional. Segundo a mesma autora, o intenso debate que vinha acontecendo no país sobre o tema educacional, mesmo antes dos anos 30, e o que se seguiu, deviam-se pouco às exigências concretas, econômicas e sociais do período, sendo que seu resultado concreto, na melhor das hipóteses, foi a expansão dos estabelecimentos escolares, sem ter alcançado a sua organização interna, que continuou voltada para a formação humanística, pensada em termos de classe dirigente[123].

Assim, estes mesmos limites estiveram presentes, tanto na reforma Francisco Campos como na reforma empreendida por Gustavo Capanema. A reforma Francisco Campos abrangeu três aspectos: o ensino superior, o ensino médio (escolas secundária e comercial) e a organização da escola brasileira, tendo como base a necessidade de se criar um *sistema nacional de educação.* Para o ensino superior, propôs a instituição do regime universitário, pela implantação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19851, de 11 de abril de 1931). No ensino secundário (Decretos nº 19890, de 18 de abril de 1931 e nº 21241, de 4 de abril de 1932), o objetivo fundamental, nas palavras de Romanelli, era

> "(...) dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a freqüência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e o outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção. Estabeleceu normas para a admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública."[124]

Também o ensino comercial, de nível médio, reformulado pelo Decreto nº 20158, de 30 de junho de 1931, foi dividido em dois ciclos, tendo neste último um caráter terminal para os cursos de secretariado, guarda-livros e administrador-vendedor, uma vez que apenas os cursos de atuário e perito contador, também de segundo ciclo, davam ingresso ao curso superior de Finanças. Este último, inclusive, também foi regulamentado pelo Decreto nº 20158[125].

---

[123] XAVIER, Maria Elizabete S. P. *Capitalismo e escola no Brasil...* p. 63-64.
[124] ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil...* p. 135.
[125] *Ibid.,* p. 139.

Além das reformas citadas para a instalação efetiva de um sistema nacional de ensino, foi criado o Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19850, de 11 de abril de 1931), destinado a assessorar o Ministério na administração e na direção da educação em todo o país[126].

Outro marco importante no período do governo provisório foi a Constituição de 1934. Esta, além de reafirmar alguns princípios anteriormente expostos — como a proposta acerca do Conselho Nacional de Educação, que foi confirmado em sua função de traçar um Plano Nacional de Educação para o País, a ser aprovado pelo Poder Legislativo — determinou aos estados federativos a organização de seus respectivos sistemas de ensino, facultando à União a fiscalização dos ensinos superior e secundário. Para a organização e manutenção de suas escolas, estados e municípios deveriam investir 10,0% de seus tributos, enquanto ao governo federal caberia o investimento de 20,0% deste mesmo tipo de receita.

No que diz respeito aos princípios gerais, a Constituição de 1934 declarava a educação como direito de todos, bem como sua gratuidade. Aparecia neste texto constitucional ainda a questão do ensino religioso, ao qual foi dado caráter facultativo.

O período que se abriu a seguir marcou outra etapa da história político-institucional brasileira, com o advento do Estado Novo (1937/1945), quando a pasta do Ministério da Educação e Saúde já era ocupada por Gustavo Capanema, desde o ano de 1934. Refletindo as adequações necessárias à nova fase atravessada desde então pelo país, abriu-se um novo conjunto de reformas educativas, que ficaram conhecidas como *Leis Orgânicas de Ensino* ou Reforma Capanema.

Entre os objetivos explicitados por esta nova ordenação jurídica e administrativa (Estado Novo), estavam as perspectivas de ordenamento da educação; a definição de competências entre os diferentes estratos de governo (Municípios, Estados e União); a articulação entre os diferentes ramos de ensino e a implantação de uma rede de ensino *profissionalizante*[127]. Esta última, também voltada ao nível intermediário da escolarização, diferenciava-se da rede de ensino secundário por seus objetivos e forma de organização, já que o secundário continuou a ser pensado como tendo o mesmo caráter apontado pela Reforma Francisco Campos — formação de quadros para as funções técnico-burocráticas

---

[126] ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil...* p. 140.
[127] CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo...* p. 122.

exigidas pela expansão do Estado, oportunidades estas abertas, principalmente, aos filhos das camadas médias urbanas, por um lado; e formação dos quadros dirigentes, que se dirigiriam daí aos diferentes cursos disponíveis no ensino superior, por outro. A rede de ensino profissionalizante, de outra feita, procurava direcionar a formação educacional da classe trabalhadora, fosse esta dirigida ao ensino industrial, comercial ou agrícola[128]. Também foram realizações deste período a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e do Instituto Nacional do Livro (INL).

A série de seis reformas que ficaram conhecidas pelo nome do titular do Ministério da Educação e Saúde, Capanema, iniciou-se com a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Lei nº 4073, de 30 de janeiro de 1942). Foi instituído, desta forma, o ensino industrial em dois ciclos. O primeiro ciclo previa quatro modalidades de ensino: o ensino industrial básico (quatro anos); o ensino de mestria (dois anos); os ensinos artesanal e de aprendizagem, este último destinado aos aprendizes das plantas industriais instaladas no país.

O segundo ciclo do ensino industrial, de grau médio, previa o ensino técnico industrial, a ser concluído em três anos, e o ensino pedagógico, que visava formar os docentes responsáveis pelas escolas deste ramo de ensino. Além dos cursos ordinários deste sistema de ensino, em seus dois ciclos, a formação industrial era complementada com cursos extraordinários e avulsos, que permitiriam a continuidade, aperfeiçoamento e especialização do aluno.

Mantendo ainda outra normatização já prevista no período anterior, o acesso ao ensino superior, aos concluintes de cursos técnicos industriais, ficava restrito a cursos universitários afins. Entre as escolas surgidas para viabilizar esta rede de ensino — escolas industriais (primeiro ciclo) e escolas técnicas industriais (segundo ciclo) — foi criado também o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), em 1942, dirigido pela Confederação Nacional da Indústria que, de forma direta, assumiu a responsabilidade pelos cursos de continuidade, aperfeiçoamento e aprendizagem na área industrial.

O segundo ramo intermediário de ensino destacado pela Reforma Capanema foi o ensino secundário, por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4244, de 9 de abril de 1942). Reforçando os objetivos formativos já consignados pela Reforma Francisco Campos, o ensino secundário foi mantido em dois ciclos: um primeiro de quatro

---

[128] XAVIER, Maria Elizabete S. P. *Capitalismo e escola no Brasil...* p. 111 et seq.

anos (ginásio), onde o estudo das *Humanidades* era introduzido por meio de um conjunto de disciplinas que incluíam o Português, Latim, Francês, História Geral e do Brasil, etc, ao lado das matérias científicas — Ciências Naturais e Matemática ; e um segundo ciclo, de três anos (colégio), dividido em duas áreas — clássico e científico. Estas áreas possuíam um currículo que, unificado a princípio, diferenciava-se na inclusão do Latim e, opcionalmente do Grego, no caso do clássico, e do Desenho, no caso do curso científico. No plano orçamentário, foi instituída a *gratuidade progressiva*, isto é, a disponibilização de vagas gratuitas ou de contribuição reduzida, sem que fosse explicitada, no entanto, a cobertura orçamentária para este fim[129].

Ainda no ensino secundário, foram previstas a educação militar, sob o controle do Ministério da Guerra, e a educação religiosa, de caráter facultativo. As escolas deveriam ser separadas para homens e mulheres, incluindo-se os trabalhos manuais e a orientação para a vida doméstica entre as matérias do currículo das escolas femininas.

Já em 1943, pelo Decreto-Lei nº 6141, de 28 de fevereiro, foi reformulado o ensino comercial. A reformulação dirigida pela Reforma Capanema manteve os dois ciclos de ensino anteriormente propostos, fixando o primeiro deles em quatro anos (comercial básico) e o segundo em três anos (comercial técnico), nas modalidades de Comércio e Propaganda, Administração, Contabilidade, Estatística e Secretariado.

Assim como no caso do ensino industrial, eram previstas para o ensino comercial dois outros tipos de formação, abrangendo a especialização e o aperfeiçoamento do aluno. Também aqui, o Estado acabou implantando um sistema próprio de escolas, em 1946, após o fim do Estado Novo, formando o Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC — que acabou por responder às demandas imediatas do mercado de trabalho em termos de aprendizagem comercial[130]. Outra semelhança entre ensino industrial e comercial era o acesso restrito que permitiam ao curso superior, sempre remetendo o aluno apenas às escolas superiores afins com a sua área de estudos no curso médio.

---

[129] É importante destacarmos, no entanto, que neste momento o ensino secundário particular cobria perto de 70,0 a 75,0% das vagas disponíveis no País, em relação a este grau de ensino. CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*... p. 131.

[130] XAVIER, Maria Elizabete S. P. *Capitalismo e escola no Brasil*... p. 113.

O fim do estado de exceção, no período pós-Estado Novo[131], ainda foi o palco para a efetivação de outras três reformas, dentro do conjunto de mudanças capitaneadas pelo ministro Capanema: as Leis Orgânicas dos Ensino Primário, Normal e Agrícola.

A Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei nº 8529, de 2 de janeiro de 1946) visava, essencialmente, regular a participação do governo federal neste grau de ensino[132]. Neste sentido, cabia à União a fixação de programas mínimos e diretrizes essenciais para o funcionamento do ensino fundamental no país, restando às Unidades Federadas sua administração, bem como o provimento de parte dos recursos necessários ao seu funcionamento[133]. Eram ainda deveres dos estados a manutenção das construções, os concursos para provimento do corpo docente e a orientação pedagógica, no caso do ensino público; e a fiscalização dos estabelecimentos, no caso do ensino privado[134].

Além do curso fundamental de quatro anos, havia ainda um quinto ano, voltado para a preparação aos exames de admissão nos graus médios de ensino. A reforma também instituiu o curso supletivo, com dois anos, visando à escolarização da população analfabeta, adulta e jovem. Em termos administrativos, organizaram-se assim as escolas isoladas (uma turma), as escolas reunidas (duas a quatro turmas), os grupos escolares (cinco turmas ou

---

[131] Embora este terceiro capítulo abranja o período que se estende até o ano de 1945, as reformas dos ensinos primário, normal e agrícola, que entram em vigor a partir de 1946, foram articuladas pela gestão Capanema. Isto também reforça a hipótese, colocada na introdução deste trabalho, sobre a continuidade político-institucional entre o primeiro governo Vargas e a gestão do Gen. Dutra.

[132] Apesar disso, é importante frisar que as reformas dos ensinos normal e primário, tradicionalmente considerados da alçada das unidades federativas, haviam ficado restritas às inovações pontuais acontecidas nos anos 20, estando estas entre as últimas esferas a serem atingidas pelo governo central. Além disso, muitos dos preceitos ali esposados revelavam "(...) mais o desinteresse do poder central por esse nível de ensino do que a alegada preocupação da adequação às particularidades regionais." Também no que diz respeito à captação e distribuição de recursos para o curso primário, segundo a autora, a lei não trouxe inovações, além da criação do já citado Fundo Nacional do Ensino Primário. Se não se pode conceder demasiada importância às verbas alocadas em fundos desta natureza, o certo é que na situação de Mato Grosso estes recursos deram uma contribuição significativa, principalmente para a construção e aparelhamento das escolas primárias do estado, o que certamente não significa dizer da qualidade ou mesmo da continuidade das atividades de ensino ali ocorridas. Cf. XAVIER, Maria Elizabete S. P. *Capitalismo e escola no Brasil...* p. 116-117.

[133] Com relação à questão orçamentária, o governo federal já criara, em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário, regulamentado dois anos depois e que previa a utilização de 5,0% dos impostos sobre bebidas neste setor da educação nacional.

[134] Outro elemento importante a destacar é que no período anterior, nos primeiros anos do Governo Provisório, entre 1930 e 1934, as administrações estaduais assumiram a organização e manutenção do ensino primário, tarefa esta reforçada pela Constituição de 1934, que estabeleceu percentuais obrigatórios de investimentos desta esfera governativa no ensino primário. Já em 1942, de outra feita, foi estabelecido o Convênio Nacional do Ensino Primário, entre os governos federal e estaduais, que obrigava estes últimos e seus municípios a uma elevação de suas contribuições com este nível de ensino. Tanto neste último caso

mais) e a escola supletiva, todas estas na rede pública de ensino. O ensino privado deveria solicitar o registro de suas escolas, para que seus diplomas fossem eqüivalentes aos do ensino público.

O Decreto-Lei nº 8530, que também foi aprovado em 2 de janeiro de 1946, versou sobre o ensino normal, isto é, sobre a formação de professores para o ensino primário. Também nesta modalidade de ensino médio eram previstos dois ciclos. O primeiro ciclo, com quatro anos, formava o regente do ensino primário; o segundo, com três anos, formava o professor primário e, graças a uma parte complementar, considerada como especialização, também podia formar o administrador escolar.

Três tipos de escola foram previstas no ensino normal: os cursos normais regionais, de primeiro ciclo; a escola normal, de primeiro e segundo ciclos; e os institutos de educação que, além dos dois ciclos, possuíam os cursos de especialização na área de administração escolar. Quanto aos seus currículos obrigatórios, fiscalizados pelo governo federal, foram fixados os métodos ativos como proposta pedagógica.

Como no caso dos ensinos industrial e comercial, o normal dava acesso restrito aos cursos superiores, em particular às Faculdades de Filosofia. Sua subvenção, além disso, também previa a gratuidade desta escola. Nas zonas carentes de professores, sobretudo naquelas em que escolas públicas não eram disponíveis, a escola particular poderia, inclusive, ser subvencionada para propiciar vagas aos alunos sem recursos.

A última das Leis Orgânicas desse período, ainda no quadro da Reforma Capanema, versava sobre o ensino agrícola (Decreto-Lei nº 9613, de 20 de agosto de 1946). Previa a organização desta modalidade de ensino em dois ciclos: o primeiro, voltado para a formação (iniciação agrícola e mestria, ambos com dois anos), aperfeiçoamento e especialização do aluno; e um segundo ciclo, com o curso de técnico agrícola, de três anos e cursos pedagógicos (magistério de economia rural doméstica, didática do ensino agrícola e administração do ensino agrícola), para formação dos quadros docentes desta área.

Três tipos de escolas foram criados para atender ao ensino agrícola: as escolas de iniciação agrícola, específicas para o atendimento desta subdivisão do ensino de primeiro ciclo; as escolas agrícolas (primeiro ciclo completo) e as escolas agrotécnicas (primeiro e

---

como na questão do Fundo Nacional do Ensino Primário, já foi mostrado como estas medidas governamentais se deram em relação ao estado de Mato Grosso, no capítulo II deste trabalho.

segundo ciclos). Esta última, como suas congêneres nos ramos industrial, comercial e normal, só permitia ao aluno continuar seus estudos superiores em escolas da própria área de estudos médios.

Quanto ao ensino superior, a preocupação fundamental do Estado Novo foi o fortalecimento do regime universitário, acoplado à fiscalização do governo federal sobre estas instituições. Assim, o Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938, estabelecia o controle federal sobre o processo de abertura de cursos superiores, bem como a fiscalização das instituições já existentes, principalmente quando de sua equiparação às instituições federais. Além disso, a exposição de motivos que acompanhou a decretação desta medida legislativa incluía o parecer do governo central sobre a limitação de matrículas nos cursos superiores, que deviam dar-se em razão direta da capacidade dos cursos existentes, visando à manutenção da qualidade de ensino e à efetivação destas instituições como centros de estudo e pesquisa[135]. Quanto à formação de professores para o ensino secundário e para o magistério superior, era reforçado o papel dos cursos de Filosofia, Ciências e Letras que, enfatizava o texto legal, se diferenciava da formação oferecida pelos cursos profissionalizantes. Neste sentido, um plano de estudos próprio para estes cursos foi proposto pelo Decreto-Lei nº 1190/39, que tratava da criação da Faculdade Nacional de Filosofia.

É preciso destacar, contudo, que foi a reforma Capanema que mais enfatizou a questão nacional; ênfase que, segundo Xavier, tem sido superdimensionada pela literatura educacional, uma vez que este *nacionalismo estratégico* é identificado, de forma imediata, com as orientações fascistas existentes no período. Se é verdade que o nacionalismo encontrou terreno fértil para seu vicejamento nos governos totalitários de então, entre eles a ditadura Vargas, e que existiam efetivamente no Estado setores favoráveis ao recrudescimento de um autoritarismo nos moldes do nazismo, por exemplo, não é menos verdadeiro, como já comentado anteriormente, que o cenário mundial era favorável ao desenvolvimento de sentimentos nacionalistas, mesmo nos países democráticos.

Outro problema apontado pela autora, e que parece pertinente ao caso examinado, é dar à preocupação de criar uma educação em bases nacionais, perspectiva que já estava presente no discurso dos reformadores escolanovistas, e que aparece de forma enfática nas

preocupações estatais deste período, uma dimensão maior do que aquela que esta questão realmente tem, transformando-a na precursora de uma concepção de "pedagogia autoritária", que teria sido forjada nos anos 30 e 40. Tal pedagogia, entretanto, não chegou a se conformar enquanto política de Estado, como a organização do sistema escolar que se criou naquele momento não permitiria falar de uma escola que tivesse alcançado tal grau de influência no corpo social. Ao contrário, como afirma Xavier, este pensamento pode induzir a um outro superdimensionamento, desta feita em relação à importância relativa do projeto educacional frente à realidade econômica e política do país, bem como de suas possibilidades de transformar estes rumos[136].

Tais observações são aplicáveis, mesmo quando se examinam os projetos do Ministério da Educação e Saúde, que estavam voltados especificamente para a dimensão nacionalizante da educação. Estes projetos, marcados por um discurso preocupado com a construção da nacionalidade, com a valorização da brasilidade, pela afirmação da identidade nacional brasileira, — voltada esta última para a própria construção da identidade do homem trabalhador e para a delimitação do que seria nacional —, enfatizavam a dimensão estratégica da educação. Neste sentido, dois obstáculos deveriam ser vencidos: 1. era preciso combater o regionalismo, por meio da padronização do ensino, da centralização das atividades escolares, da unicidade dos programas e materiais escolares, etc, ações condizentes com a perspectiva de criação de uma educação em bases nacionais; 2. era preciso minimizar a presença estrangeira nas zonas de colonização, por meio de políticas de nacionalização do elemento estrangeiro, que levassem ao seu *abrasileiramento*.[137]

Principalmente neste segundo conjunto de políticas, a nacionalização do ensino transformou-se em questão de segurança nacional, entendimento intensificado pelo clima

---

[135] XAVIER, Maria Elizabete S. P. *Capitalismo e escola no Brasil...* p. 128 et seq.

[136] *Ibid.,* p. 107-108. Tal perspectiva parece bem colocada nestas palavras de Gramsci, citado por Saviani: "Nós não podemos afirmar em sã consciência que a burguesia faça uso da escola no sentido de sua dominação de classe; se ela assim o fizesse isso significaria que a classe burguesa tem um programa escolar a ser cumprido com energia e perseverança; a escola seria uma escola viva." Na verdade, a classe dominante não tem necessidade da escola para impor sua dominação. É o que fica evidente neste período: não foi a escola, certamente, a responsável pela construção do ideário nacionalista, nem mesmo a sua difusão em larga escala dependeu da organização escolar. Cf. SAVIANI, Dermeval. *Do senso comum à consciência filosófica...* p. 6-7.

[137] BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo... p. 151-152.

de guerra do final dos anos 30 e de antifascismo que lhe seguiu, quando o Brasil se aliou à posição americana, tanto mais porque os núcleos coloniais de maior envergadura do país eram formados por colonos alemães e italianos, países considerados inimigos naquele contexto. Assim, o Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938, criou a Comissão Nacional de Ensino Primário, com a atribuição de nacionalizar o ensino nos núcleos estrangeiros, e o Decreto nº 948, de 13 de dezembro do mesmo ano, determinou quais seriam as medidas a serem tomadas para a nacionalização do ensino, com a expansão do ensino público e do controle sobre o ensino particular nas colônias, além do fechamento das escolas que ministravam o ensino em língua alemã, instituindo o português como língua oficial. Além disso, este decreto estabelecia que estas medidas, por sua complexidade, deveriam passar para a alçada do Conselho de Imigração e Colonização[138].

Além disso, é preciso observar, lembrando algumas das reflexões de Seyferth[139], que se todos os grupos de imigrantes formalizaram de alguma maneira sua etnicidade[140], cultivando tradições, mantendo vivos festejos tradicionais, relembrando sua origem nacional distinta, etc, no Sul do país a colônia alemã levou este processo a conseqüências mais profundas, até mesmo pela pouca presença do elemento nacional nesta região, onde o próprio Estado privilegiou a imigração. Neste sentido, existiu aí um esforço ideológico, perpetrado pela imprensa local, em língua alemã, auxiliados inclusive por órgãos oficiais do governo daquele país[141], no sentido de reforçar a dupla vinculação dos colonos alemães: 1. vinculação étnica à nação alemã, por sua origem, como grupo portador de uma cultura específica; 2. vinculação política à Nação brasileira, enquanto cidadãos brasileiros, residentes no país e cumpridores da legislação aqui existente, como aquela que os forçava ao pagamento de determinados impostos, etc.

---

[138] BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo... p. 157-158.
[139] SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo... p. 202-203.
[140] Destacando-se os japoneses, italianos, poloneses, entre outros. *Ibid.,* p. 205-207.
[141] Seitenfus chama a atenção para as atividades do NSDASP — o Partido Nacional-Socialista alemão no Brasil, que organizou um ramo brasileiro, com sede em São Paulo, visando o "(...) 'combate ideológico' e de 'proteção do elemento alemão' para o Novo Mundo." Segundo o mesmo autor, as autoridades do governo central só se decidiriam por medidas de repressão a este movimento em 1938, após os alertas emitidos por meio dos relatórios confidenciais dos dirigentes políticos do sul do país. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O difícil aprendizado do nacionalismo... p. 631-632. Certamente o início do conflito mundial, com as dificuldades impostas ao governo brasileiro pelas outras nações européias em luta contra o Eixo, bem como os obstáculos ao comércio bilateral Brasil-Alemanha foram outras questões que pesaram numa decisão dessa natureza.

No sentido de combater esta e outras possibilidades de demarcação etnoculturais, foi pensada a política de *abrasileiramento* cultural dessas populações, na qual a unidade nacional era um imperativo a ser alcançado, fosse pelo uso da língua portuguesa, pelo expurgo de ideologias alienígenas, incluídos aí o fascismo e o nazismo, pela nacionalização da atividade econômica[142], ou pela implantação de um ensino em bases nacionais. Desta forma, entre 1938 e 1939, o governo brasileiro procurou inviabilizar as escolas etnicamente diferenciadas, tomando várias medidas, como a colocação de nomes brasileiros nas escolas situadas nas colônias; a exigência de que brasileiros natos estivessem presentes em suas direções, bem como em seus quadros docentes; a obrigatoriedade do uso do português como língua escolar, ficando vetado o ensino de língua estrangeira para menores de 14 anos; a proibição de subvenções e auxílios para escolas estrangeiras. Além disso, pelo Decreto nº 406, de 4 de maio de 1938, foram introduzidos novos currículos, com a presença da História e Geografia do Brasil, da Educação Moral e Cívica e da Educação Física, esta última ministrada, preferentemente, por militares. Este novo currículo deveria ser secundado pelo estímulo ao patriotismo, uso dos símbolos nacionais e comemoração das datas cívicas.

Complementarmente, o Decreto nº 1545, de 25 de agosto de 1939, procurou instalar em outros espaços sociais, como em clubes, no escotismo, nas prédicas religiosas — que deveriam dar-se em língua nacional — a campanha pela nacionalização da vida cultural nas colônias. Apesar disso e do inconformismo da própria população atingida por estas medidas repressivas,

> "a repressão direta não chegou ao espaço doméstico, exceto durante a intensificação interventora junto à população de origem alemã e japonesa (atenuada com relação aos italianos) motivada pela declaração de guerra ao Eixo em 1942. Como conseqüência, houve restrições às liberdades individuais: necessidade de autorização para viajar dentro do país; apreensão de materiais como livros, revistas, jornais, documentos, com destruição de parte da memória histórica da imigração; eventualmente prisão ou imposição doutrinária àqueles que não se expressavam em português."[143]

---

[142] Que não eram outras senão as medidas propostas para toda a atividade econômica nacional, expostas em outras partes deste capítulo.

[143] SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo... p. 224.

Tudo indica, contudo, que mesmo nestes casos as perspectivas nacionalizantes tenham-se esvaziado ao final deste período, e que o processo de assimilação acabou acontecendo, menos por imposição destas políticas e muito mais pela presença de fatores econômicos e sociais que mostravam a lenta transformação das escolas teuto-brasileiras[144]. Um dos fatores que indicavam essa assimilação, assinalado por Willems[145], foi o uso da língua: grande parte da população, principalmente urbana, já era bilíngüe ou estava caminhando para esta situação antes mesmo dos decretos do governo Vargas entrarem em vigor. Além disso, apesar da proibição do uso da língua alemã, ela permaneceu sendo utilizada nos espaços domésticos e principalmente na zona rural, mesmo que uma parte substantiva das organizações comunitárias, como associações culturais, imprensa e escolas tinham-se perdido no processo de repressão havido durante o Estado Novo.

Desta forma, pode-se cogitar que, apesar da perspectiva nacionalizante que se intentou imprimir à educação a partir dos anos 30, e mais particularmente a partir do Estado Novo, tais medidas eram coerentes com o cenário econômico, político e social nacionalista que vicejava no país naquele momento, combinado ao contexto internacional favorável a este tipo de ideário. Tais políticas, contudo, estiveram muito mais voltadas para a conformação de uma educação em bases nacionais do que para a implantação efetiva de uma *pedagogia autoritária.* Neste sentido, Cunha[146] faz uma observação pertinente de que, se se podem identificar em autores como Francisco Campos e Azevedo Amaral — baluartes do Estado Novo — uma filosofia e uma intencionalidade que se encaminhariam neste veio autoritário, ou Lourenço Filho, que chegou a preconizar, em preleção feita na Escola de Estado-Maior do Exército, em 1939[147], o papel da educação, no sentido de reforçar a identidade entre Nação e Estado, estas filosofias e estas intencionalidades não chegaram, contudo, a materializar-se em termos da escola propriamente dita.

Ao contrário, considerando o papel da educação na sociedade brasileira nesse momento, o processo de expansão do ensino, principalmente primário, parecia suficiente para atender às demandas por escolarização existentes à época. Mesmo este processo,

---

[144] KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino... Apud SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo... p. 224.
[145] WILLEMS, Emílio. Aculturação dos alemães no Brasil.... Apud SEYFERTH, Giralda. *Op. cit.,* p. 223.
[146] CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo...* p. 149.
[147] Sobre esta conferência de Lourenço Filho cf. HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia...* p. 34 et seq.

apesar de todo o seu corolário — unificação de programas e métodos de ensino, organização de serviços técnico-burocráticos, etc — intensificou-se e assumiu um caráter nacional apenas no período seguinte, particularmente a partir da década de 50.

5. O papel da educação na nacionalização das fronteiras: o caso de Mato Grosso

Enquanto o papel regulador das atividades sócio-econômicas ficou nas mãos da Comissão Especial, a mesma tarefa, mormente no campo educacional, cabia ao Ministério da Educação e Saúde. Em vista disso, a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras — CEFF — refere-se muito pouco, em seus documentos, à questão educacional.

Em relação a este ponto — na única menção encontrada entre os documentos pesquisados sobre o tema — a CEFF enfatizava o papel da educação frente à manutenção da segurança nacional. As escolas teriam, em qualquer região do país, mas, sobretudo nas zonas fronteiriças e de colonização, a missão de atuarem como locais de adaptação dos estrangeiros ao meio nacional, pelo uso e ensino da língua portuguesa e ainda pelo cultivo da História do Brasil e da Educação Física, como meios de disciplinamento das inteligências e do corpo para os objetivos integracionistas desejados. Recomendava-se ainda, principalmente nas zonas sujeitas à desnacionalização, que o ensino desta última disciplina, em particular, fosse confiada a membros das Forças Armadas. Da mesma forma, estrangeiros não poderiam ser conduzidos à direção destes estabelecimentos[148].

Como se pôde observar pela descrição do que era a escola pública em Mato Grosso nesses anos[149] e, principalmente, do que era a escola na região da fronteira Brasil-Bolívia, percebe-se que esses princípios não geraram conseqüências notáveis naquela realidade. Além disso, a maior parte das preocupações voltava-se para o processo de ocupação das fronteiras, por um lado, e com a expansão do ensino público, por outro, enfoques principais do que se poderia chamar uma política de nacionalização das fronteiras. Para tal, era imprescindível a participação da União, de posse de uma estrutura pública que teria

---

[148] É interessante destacar neste ponto o caso das escolas confessionais. Considerando que a grande maioria das congregações tinham entre seus membros religiosos estrangeiros, inclusive em número muito maior que os brasileiros, suas escolas quase sempre eram dirigidas por religiosos de origem estrangeira. Não se encontrou menção a este fato, no entanto, em nenhum comentário sobre o tema.

[149] Capítulo I deste trabalho.

condições de mobilizar esforços humanos e materiais neste sentido, fato que só ocorreria nos anos seguintes, e só se tornaram eficazes quando foram acompanhados por medidas mais concretas, no campo econômico, que intentavam dar novo perfil à ocupação das regiões de fronteiras. É importante lembrar, ainda, que os esforços do governo federal nesse período, sobretudo na primeira metade da década de 30, foram no sentido de equilibrar as contas externas, com reduzido investimento no interior do país. A perspectiva desenvolvimentista tornou-se importante, sobretudo após esses anos, a partir da segunda metade da década de 50 e, mesmo assim, muito pouco representou, inicialmente, para o crescimento da *hinterland*, que só sentiu os efeitos dessas políticas anos depois.

Apesar disto, a perspectiva nacionalizante também se fez presente em Mato Grosso. Em termos de discurso, é importante destacar o trabalho de Melo e Silva, autor local que discorreu a respeito deste tema.

José de Melo e Silva era cearense de nascimento, formado em Direito pela Faculdade daquele estado. Dirigiu-se para o Sul de Mato Grosso em meados da década de 30, tendo escrito duas obras sobre a fronteira Sul do estado, que correspondia, à época, ao extinto Território de Ponta Porã, região na qual trabalhou como juiz de direito nos anos 40[150]. Embora sua obra não tratasse especificamente sobre a região limítrofe entre Brasil e Bolívia, e sim sobre a fronteira Brasil-Paraguai, suas observações são pertinentes para o conjunto da região fronteiriça de Mato Grosso, na medida em que são significativas para o entendimento particular que intelectuais de Mato Grosso têm sobre o universo da fronteira.

Neste sentido, o autor iniciava sua argumentação tratando da *vocação* de Mato Grosso, fadada a ser, em futuro não muito distante, uma terra da promissão, em referência à *Canaã* bíblica, território prometido por Deus ao povo hebreu, na qual jorraria leite e mel. Isto dependeria, contudo, das iniciativas do Estado e do homem da região, que deveriam envidar seus esforços na construção da pátria naqueles longínquos rincões.

Esta perspectiva de nacionalização da fronteira de Mato Grosso exigiria ainda, em se tratando do extremo Sul desta região, o desaparecimento de um enclave exótico em terras brasileiras, que propiciara sua desnacionalização — tratava-se, segundo o autor, da Companhia Mate Laranjeira. Esta tarefa, que só se faria com o concurso do Estado, deveria

dar-se com o incentivo a um novo tipo de colonização destas áreas, desta feita utilizando o migrante nordestino, já que o elemento nativo, de origem guarani, era considerado um empecilho a este projeto de *abrasileiramento* da população fronteiriça. Ao contrário, o que caracterizava a fronteira eram as

> "(...) atividades agrícolas quase nulas. Preconceitos de tôda ordem, abusões, crendices, prejuízos morais de natureza profunda, pretextos inesgotáveis para o emperramento da marcha de qualquer trabalho, que não seja o dos ervais ou da vaqueirice. E o abastardamento da nossa civilização, em um tal meio, é fato incontestável, porque os guaranis que estão do nosso lado, quase na sua generalidade, mantêm-se irredutíveis nos seus hábitos, trazem os filhos acorrentados às suas tradições, não se interessando, sequer, que êles aprendam a língua de seu País."[151]

O autor ainda enfatizava como, até aquela data, toda a ocupação desta região de fronteira se fizera de maneira aleatória, sem a necessária intervenção planejadora e dinamizadora do Estado. Para transformar tal situação, e permitir a maior prosperidade e riqueza produtiva da região, era necessária a migração nordestina e um novo caldeamento racial, que criasse um tipo de homem infenso às características negativas da população guarani[152], tais como seu nomadismo, seu localismo (manutenção de costumes indígenas e uso da língua materna), seu gênio alegre, porém pouco afeito ao trabalho pesado ou prolongado, bem como seu apego à religião e suas tradições, que o afastavam das lides diárias.

A melhor maneira de se promoverem mudanças incluía uma série de medidas, entre elas a colonização, com incentivos para a fixação dos pecuaristas e para o desenvolvimento das cidades, como a concessão de créditos acessíveis e a instalação de frigoríficos, que barateassem a comercialização da carne e permitissem o aparecimento de uma agricultura voltada para o mercado e não apenas para a subsistência. Estas medidas seriam ineficazes, contudo, se o outro problema que dificultava a vida produtiva na fronteira não fosse resolvido, ou seja, a questão da força de trabalho.

Além dos incentivos à migração, Melo e Silva chamava a atenção para a questão educacional, importante para este problema de equacionamento da força de trabalho na

---

[150] Melo e Silva era juiz de direito da comarca de Bela Vista, no território de Ponta Porã, em 1946, quando do preparo da publicação de sua segunda obra sobre a região, *Canaã do Oeste.* MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste...* p. 1.
[151] *Ibid.,* p. 70.
[152] Como já comentado, a presença boliviana na fronteira também não era vista de forma muito diferente.

região. Segundo o autor, a escola seria a agência social responsável pela formação de um trabalhador de novo tipo, contornando as dificuldades próprias a uma região na qual a vadiagem era valorizada, a população era flutuante e cuja principal atividade disponível para o emprego no campo, o pastoreio, reforçava esses esteriótipos:

> "E como não se concebe, nos tempos hodiernos, que alguém se queira manter alheio ao trabalho, indiferente aos místeres agrícolas, ou à conquista de uma profissão, claro está que os poderes públicos terão de reagir contra a índole de qualquer povo que se manifeste com êsse estado de espírito. E a reação será oferecida nas escolas primárias e pré-vocacionais. Nestas as crianças ensaiarão suas aptidões para o artezanato ou para as lides campesinas."[153]

Advogava, assim, a necessidade de uma escola para a formação do homem, principalmente nas zonas rurais, com um ensino profissional e agrário, que ajudasse a evitar o ócio e introduzisse essa nova mentalidade, *amor ao trabalho,* no campo. Com isso se resolveria a aparente contradição existente entre a exigência do ensino *moderno*, que propugnava a necessidade de conformar a escola às tendências regionais, de forma a harmonizá-la com as atividades que fossem mais propícias para a fronteira, e a existência de uma realidade *viciada* nesta região — isto é, a civilização paraguaia — que poderiam deitar por terra todos os esforços no sentido de integração e desenvolvimento deste espaço social. Dito de outra forma, com a implantação da escola[154] a fronteira deixaria de ser *terra de ninguém*, passando a ser produtiva e integrada ao restante do país.

É de se observar ainda que, embora Melo e Silva enfatize sua admiração pela escola moderna, além de seu desagravo quanto aos resultados pouco alentadores alcançados pelas políticas educacionais, sobretudo durante o Estado Novo, *sua ênfase recaiu também sobre a questão da expansão*, e da importância do fato de que a escola estivesse presente em todas as regiões da fronteira. Nesse sentido, inclusive, lançou elogios abertos ao governo paraguaio, que, graças ao uso de *adequada disciplina* e maior cuidado com a manutenção de escolas na fronteira, tornou obrigatório o uso da língua castelhana, encaminhando a

---

[153] MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste*... p. 134.

[154] Nestes termos, Melo e Silva felicita o anúncio sobre o *Plano de Assistência à Infância e Juventude*, iniciativa criada para ser implantada no sul do estado, sob a coordenação de Olivia Enciso (da Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante, de Campo Grande), com a participação dos governos estadual e federal e do SESI — Serviço Social da Indústria, que incluía desde a assistência materno-infantil até os estudos universitários. *Ibid.,* p. 119.

absorção lenta e progressiva dos seus mestiços com a população de origem européia[155]. Além disso, há que destacar a convicção de Melo e Silva no papel redentor da educação, pensamento muito próprio ao discurso dessa época, bem como à perspectiva nacionalista.

Se o discurso de Melo e Silva é interessante para denotar a posição de algumas partes da intelectualidade mato-grossense sobre a questão educacional, resta agora refletir-se sobre os desdobramentos das políticas levadas a cabo pelo Estado, nesta sua área de atuação. Para tal, foi feito o exame de algumas questões levantadas no capítulo I, a respeito da realidade educacional em Mato Grosso e na região da fronteira Brasil-Bolívia neste momento histórico, fundamentalmente daqueles que se mostraram mais pertinentes para o exame da relação entre nacionalização e educação.

Neste sentido, o primeiro ponto tratado foi a cobertura do ensino primário no estado de Mato Grosso e na região de fronteira, nos anos 30 e 40. Foi mostrado como a predominância ainda recaía sobre a escola isolada e rural, embora com um visível crescimento no número de estabelecimentos agrupados, de base urbana. Da mesma forma, em Corumbá e região, a maior parte das escolas eram isoladas, sendo neste município expressiva a presença do ensino particular. Ora, para os objetivos que se propugnavam para a educação do país, na perspectiva nacionalizante, teria sido essencial uma maior integração horizontal da rede de ensino existente, permitindo a uniformidade ideológica e material da mesma. Não existiam condições materiais, contudo, para que tais objetivos fossem alcançados: o Estado, em todos os seus níveis, estabelecera como sua prioridade naquele momento o equilíbrio das finanças públicas, visando combater os efeitos que a crise de 29 trouxera aos cofres públicos. Mesmo com um emprego significativo — em termos relativos o ensino estava entre as três maiores despesas públicas — o estado de Mato Grosso e a cidade de Corumbá não tinham condições de fazer frente às despesas necessárias à manutenção e consolidação de seus sistemas de ensino, uma vez que, naquele momento de crise econômica, elegeram a manutenção do equilíbrio das finanças públicas como seu alvo principal. Além disso, e mesmo no caso de Corumbá — apesar desta última ser um importante centro urbano dentro do estado —, a constituição de uma rede de ensino encontraria sérios obstáculos para efetuar-se, também em função da precariedade da vida rural, espaço onde se encontrava a maior parte da população mato-grossense. Assim,

---

[155] MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste*.. p. 70; 132; 139.

tornava-se difícil deslocar professores para essas escolas, sendo ainda mais complicado fiscalizá-los, por um lado; e, por outro, era difícil consolidar uma clientela para estes estabelecimentos, uma vez as próprias famílias dos alunos, premidas por suas condições de vida, consideravam *desnecessária*, para sua sobrevivência, — como descrito em depoimentos da época —, a freqüência aos bancos escolares.

Desta forma, o atendimento ficava comprometido, muito embora se possa dizer que a tendência mais geral, quando examinados o crescimento no número de escolas e de matrículas, em todo o estado e na cidade de Corumbá, em particular, fosse de expansão da cobertura, o que se tornou ainda mais evidente a partir dos anos 50. Isto não significou, contudo, pelo menos em se tratando de Mato Grosso e da região de fronteira — em que pesem todas as especificidades das mesmas e da ênfase do discurso oficial na relevância do processo de nacionalização, principalmente nestes espaços — uma escola *qualitativamente* diferente.

Quanto ao ensino médio, a sua própria finalidade — a formação de quadros para as atividades burocráticas, especialmente aquelas relacionadas à vida estatal e a formação das elites dirigentes — fazia com que sua cobertura ficasse restrita aos maiores centros urbanos. Além disso, tratava-se, como no caso da cidade de Corumbá e de outras cidades de Mato Grosso, de um ensino pago, mesmo quando mantido pelo poder público. Também neste caso, entretanto, pode-se dizer que houve o delineamento de uma tendência mais geral de crescimento, à medida que os centros urbanos foram crescendo, mesmo que isto ainda não signifique o atendimento amplo da população escolar. No caso de Corumbá, especificamente, este crescimento estava relacionado com as mudanças ocorridas na cidade nos anos 30 e 40, quando a atividade pecuária atingiu bons índices de rendimento, sobretudo durante o período de guerra. Isso deu condições para a fixação das famílias de pecuaristas na zona urbana, juntamente com a leva de migrantes e imigrantes que se deslocaram para a construção do ramal ferroviário Brasil-Bolívia.

No que diz respeito a Mato Grosso, uma última questão a ser frisada está relacionada à presença de imigrantes advindos dos países do Eixo no estado e nas possíveis conseqüências que isso poderia ter ocasionado frente à legislação nacionalizante das décadas de 30 e 40. À guisa de exemplo, será tratado a seguir o caso dos japoneses.

Uma das maiores colônias japonesas do estado situava-se em Campo Grande, para onde aqueles imigrantes haviam-se deslocado em primórdios do século XX. Já em 1924, fundavam a *Escola de Língua Japonesa*, naquela localidade, num momento em que

> "Esta mudança não foi apenas de endereço. Ela significou, no contexto da colônia, a inserção de uma instituição de ensino japonesa na cidade, deixando de ser uma escola de periferia. Nessa época, os imigrantes que arrendavam terras já estavam passando à condição de proprietários.(...) A Escola foi uma peça chave para dar maior visibilidade à colônia japonesa em Campo Grande. A idéia de retornar ao Japão ia se tornando mais remota."[156]

Esse estabelecimento de ensino ministrava aulas em português, pois contava, antes mesmo dos anos 30, com a presença de funcionários do estado de Mato Grosso. Além disso, contava com ajuda do governo japonês, principalmente em relação a material didático: mapas, material científico e laboratórios. Com estes recursos adicionais, a referida escola passou a ser considerada uma das melhores escolas da cidade, apesar de seus professores não contarem com contratos formalizados de trabalho, embora recebessem seus salários pontualmente. Um dos pilares do estabelecimento era a questão da disciplina, aspecto valorizado tanto pela cultura nipônica *tradicional*, como pela geração de seus descendentes em Campo Grande, que passaram a enxergar na educação a possibilidade para se inserirem na sociedade mais abrangente[157].

O conflito mundial, que impôs ao Brasil a declaração de guerra contra o Eixo, acabou gerando um clima de desconfiança e xenofobia em relação aos japoneses em Campo Grande, obrigando a escola a adaptar-se à nova legislação referente aos estrangeiros. Assim, sua denominação passou a ser *Escola Visconde de Cairu*, regularizando-se todo o seu quadro docente, que passou a ser formado exclusivamente por professores brasileiros. Para caracterizar a completa nacionalização da escola e evitar o confisco de seus bens, todas as suas propriedades móveis e imóveis passaram a pertencer ao Professor Luiz Alexandre de Oliveira que, junto com outros docentes do estabelecimento, assumiu a direção do mesmo até o restabelecimento da democracia no país, protegendo, assim, os bens da escola e dos membros da colônia.

---

[156] BRITO, Claúdia Regina de. *Escola de japoneses...* p. 77-78.
[157] *Ibid.,* p. 79-80.

Além da escola, aconteceram outros episódios envolvendo a propriedade e as liberdades individuais dos imigrantes japoneses em Campo Grande, da mesma forma que aqueles relatados na situação dos imigrantes alemães no Sul do país, mas que duraram até o final do conflito mundial. Naquele momento, uma nova situação internacional e regional acabou levando os japoneses a um redimensionamento de seu projeto de vida, adaptando-o à perspectiva de sua presença permanente no Brasil, desta feita levando-os a repensarem o lugar ocupado pelo seu país de origem e respectivas instituições em suas vidas. Com esta perspectiva, e com todas as mudanças ocorridas nas décadas de 30 e 40, a *Escola Visconde de Cairu*, que estava inserida neste mesmo quadro, transformou-se:

> "Assim, os japoneses com suas instituições educacionais esvaziadas pela política nacionalista de 1930, passaram a investir na educação de seus filhos em escolas sem quaisquer signos étnicos, pois viam a escolarização como a única possibilidade de ascensão social.[...] Trata-se de um novo momento em que os aspectos diferenciais do grupo são sublimados, mesmo que os signos ainda possam ser visíveis, como as características fenotípicas do grupo e a língua, que ainda é empregada, quando possível, nos limites do grupo familiar."[158]

Identifica-se aqui, como no caso dos alemães, o processo de assimilação na sociedade envolvente. Se este processo pode ter sido acelerado pelas propostas nacionalizantes do governo Vargas — que, diga-se de passagem, tinham esta intenção —, o fato é que ele não foi provocado pelas mesmas. Ao contrário, como assinala Brito, quando a colônia japonesa transferiu a *Escola de Língua Japonesa* para o centro da cidade de Campo Grande, em 1924, já o fizera com a intenção de facilitar a integração com a sociedade local, principalmente em relação a seus descendentes. Neste sentido, a escola passou a funcionar nos moldes das instituições escolares locais, utilizando inclusive o idioma nacional. Tal era a necessidade, visto que parte do grupo se transformara em proprietários de chácaras no município, e o estreitamento das relações de vizinhança, sobretudo das relações comerciais, impunha-lhes o uso do português — e a certeza de que o sonho de retorno ao Japão ia ficando cada vez mais distante[159].

Assim, pode-se concluir este capítulo dizendo que, também neste caso, a questão nacional, embora perpassando as modificações encetadas pela *Escola Visconde de Cairu*

---

[158] BRITO, Claúdia Regina de. *Escola de japoneses...* 127-128.
[159] *Ibid.,* p. 125-126.

entre as décadas de 30 e 40, não foi a mola mestra das mudanças ali acontecidas, naqueles anos. Ao contrário, Campo Grande, tendo-se tornado no período um dos centros urbanos mais importantes de Mato Grosso, aprofundava seu processo de urbanização, tornando-se, assim, a mais importante cidade da região Sul do estado. Este movimento aproximou os imigrantes japoneses da urbe, ou, em outros termos, da *nacionalidade*, levando-os a redefinirem seu espaço social e político dentro da cidade. De outra feita, as medidas nacionalizantes acabaram por impor um ritmo mais acelerado a este processo, direcionando a presença do Estado e seus órgãos repressores neste sentido.

Capítulo IV

A internacionalização das fronteiras nacionais: a educação no processo de desenvolvimento nacional (1946-1954)

Os objetivos do quarto capítulo deste trabalho, assim como se deu no capítulo anterior, são, em primeiro lugar, explicitar as políticas do Estado brasileiro, no período considerado (1946 a 1954), em relação às regiões de fronteira do país, tendo como preocupação central o exame da temática educacional. Outro objetivo contemplado neste capítulo é a análise das possíveis interferências dessas políticas nos rumos tomados pela sociedade e educação nas regiões de fronteira, particularmente no Oeste brasileiro.

No período que se seguiu ao final da Segunda Guerra Mundial, as novas condições internacionais fizeram com que a ênfase no fator segurança nacional fosse abrandada, deixando espaço para preocupações de cunho econômico e social, cujo novo imperativo passou a ser a preocupação com o desenvolvimento das regiões de fronteira. Para que tal finalidade fosse atingida, sobrelevou-se uma vez mais o papel da educação, como um dos instrumentos a ser utilizado na busca da integração das populações fronteiriças na unidade nacional e a sua colaboração na comunhão de interesses entre o Brasil e seus parceiros, sobretudo latino-americanos. Na discussão sobre os rumos a imprimir-se à educação nacional, mais um vez confrontaram-se, no pós-guerra, posições favoráveis e contrárias a um desenvolvimento mais ou menos associado ao capital internacional (itens 1 a 3).

A expansão do ensino na região, sobretudo na fronteira Oeste, entretanto, não foi resultado apenas da concretização das políticas afeitas ao setor educacional. Ao contrário, a inserção do município de Corumbá no circuito industrial brasileiro, ainda que numa posição periférica, com o conjunto de mudanças que se processaram na cidade a partir desse fato, foi fundamental para explicar os contornos tomados pelo processo de expansão da educação escolar, nesta região do país (itens 4 e 5).

1. O Brasil no contexto da Guerra Fria: o projeto desenvolvimentista no segundo período Vargas

Já foi comentado, no capítulo anterior deste trabalho, como o capital privado internacional, entre 1933 e 1955, esteve dirigido preferencialmente para a Europa e o Japão, sobretudo considerando o período que se sucedeu a 1945, quando da reconstrução econômica dessas regiões. Igual destino, no pós-guerra, tiveram os capitais públicos, envolvendo principalmente o governo americano, por meio do Plano Marshall. Em termos mais gerais, a preocupação americana, neste contexto, prendia-se a uma possível extensão da área de influência do comunismo nos países da Europa Ocidental, num momento de fragilidade econômica, social e política desta região, ao final da Segunda Guerra.

Como assinala Hobsbawm[1], objetivamente não existia perigo iminente de eclosão de uma guerra mundial, até mesmo porque o conflito que se finalizara marcou não só o início de uma incontestada e solitária hegemonia dos Estados Unidos no concerto das nações capitalistas — hegemonia esta afrontada apenas pela presença do bloco socialista — como também iniciou-se aí o fim dos impérios coloniais do século XIX, com o desencadeamento de vários episódios de luta dos países coloniais, pela sua independência[2]. Apesar disso, o clima de *Guerra Fria*[3] dominou o cenário internacional, sobretudo a partir de 1948. Assim,

> "(...) apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia

---

[1] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*... p. 224.

[2] Na Ásia, podem-se citar os casos da Índia e do Paquistão, que se tornaram independentes do domínio inglês em 1947; a República Popular da China, implantada em 1949, quando da vitória do Partido Comunista Chinês, liderado por Mao Tsé Tung, contra o governo de Chiang Kai Chek, apoiado pelos Estados Unidos. Na África, os exemplos da Argélia, cuja comemoração da vitória aliada na guerra transformou-se numa rebelião popular contra o domínio francês, resultando na morte de 45.000 argelinos e recrusdecimento da resistência nacionalista, até sua vitória em 1962, quando foi reconhecida pela França a independência deste país; o Egito, que em 1952, graças ao movimento "Oficiais Livre", organizou um golpe de estado que derrubou o rei Faruk, apoiado pelos colonizadores ingleses. Na América Latina, a guerrilha castrista atuou em Cuba a partir de 1953, vindo a derrubar o governo pró-Estados Unidos de Fulgencio Batista em 1958. Cf. GUIA do Terceiro Mundo: 89/90... p. 141; 214; 242; 251; 322.

[3] Termo cunhado por Winston Churchill, durante um encontro realizado na cidade americana de Fulton, em 1946, no qual apelava para que os Estados Unidos assumissem seu papel de liderança mundial na luta contra o comunismo. IANNI, Octávio. A "redemocratização" de 1946 e as tentativas de reorientação da política econômica... p. 106.

> predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso da força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética."[4]

Em função destes termos de convivência acordados entre americanos e soviéticos, Hobsbawm conclui que, na verdade, os inimigos em potencial acabaram fazendo da Guerra Fria uma *paz fria*[5].

Se a possibilidade de um conflito em solo europeu, associado ao medo de uma nova depressão no pós-guerra — como já acontecera ao final do primeiro conflito mundial — alavancou a ajuda norte-americana para os países do Velho Mundo, o mesmo entendimento sobre o papel americano como guardião da paz e democracia mundiais balizaria a política dos Estados Unidos em relação a outras regiões do planeta. Particularmente no caso latino-americano, entrou em vigor a Doutrina Truman, enunciada formalmente em março de 1947, cujo princípio fundamental era tornar legítima a intervenção americana, inclusive armada, em qualquer situação ou país em que se configurassem situações de violação do ideário liberal — leia-se como violação aos interesses americanos nos campos econômico, político e social. Iniciava-se, assim, a era da *pax americana*, que assinalou igualmente o fim da Política de Boa Vizinhança[6], que vigorara até então.

Esta posição dos Estados Unidos como responsáveis pela segurança das Américas, bem como a salvaguarda do comunismo internacional perpetrado pelo bloco socialista levaram a um compromisso de ambos os lados com a corrida armamentista, fortalecendo o complexo industrial militar nos dois lados do mundo polarizado e fazendo aumentar a influência dos setores sociais envolvidos diretamente com a questão militar em todos os países. Da mesma forma, a bipolarização do mundo levou à constituição de organizações de cooperação também no plano da segurança internacional, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN, lançada em 1949, liderada pelos Estados Unidos e contando com a participação dos países europeus, e o Pacto de Varsóvia, que tinha à frente de seu

---

[4] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos...* p. 224.
[5] *Ibid.,* p. 226.

comando a União Soviética e contava com a participação dos países do bloco socialista, como Polônia, Bulgária, Tchecoslováquia, entre outros. Nestes termos, embora a Guerra Fria não tenha provocado uma explosão mundial, acabou por redimensionar e fazer orbitar em torno desta bipolarização outros conflitos regionais, como a Guerra da Coréia, iniciada em 1950, e os combates envolvendo Cuba e Estados Unidos na Baía dos Porcos, em 1961.

Outro aspecto a ser relembrado em relação ao período da Guerra Fria é que, se antes da Segunda Guerra houvera espaço para o crescimento do nacionalismo, nessa nova etapa da história mundial a questão nacional colocava-se de forma diferenciada no panorama econômico, social e político da maior parte dos países. Por um lado, todas as políticas, internas e externas, nos diferentes países, eram pensadas a partir de um determinado alinhamento no plano internacional, fosse como parte do bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, fosse ao lado do bloco soviético, tendo à frente a União Soviética. O espaço de manobra que o governo brasileiro visualizara na conjuntura pós-30 não existia após 1945, principalmente a partir de 1948, não se permitindo, aí, posições divergentes. Por outro, na nova etapa de crescimento da economia mundial, iniciada nos anos 50 até a década de 70, a questão nacional sofreu forte influxo do ideário desenvolvimentista, podendo-se mesmo dizer que a primeira, ou seja, a questão da independência dos diferentes países nos planos econômico, político e social esteve sempre subordinada à polêmica de como combinar essa busca de autonomia, baseada principalmente na industrialização, e sua necessária inserção no plano internacional. Qualquer que fosse a resposta a este impasse, contudo, este novo contexto favoreceu o fortalecimento,— e foi marcado por ele —, da presença do Estado nas sociedades capitalistas. Em outras palavras, este novo papel do Estado no cenário econômico mundial marcou o momento de substituição dos mecanismos automáticos do mercado pela presença reguladora do Estado, quando esta instituição social passou a estar presente em todas as relações econômicas fundamentais.

Ao se compararem os distintos programas levados a cabo nesse momento e guardadas as especificidades de cada caso, em termos econômicos, podem-se destacar suas similitudes, representadas por medidas visando, entre outros: 1. a estatização do crédito, ou seja, o controle pelo governo do sistema financeiro, da destinação dos empréstimos e dos

---

[6] "[A pedra angular da] (...) Política da Boa Vizinhança em relação à América Latina [...] era não intervir nem mesmo para promover a democracia." BETHELL, Leslie, ROXBOROUGH, Ian (Org.). *A América Latina*

níveis das taxas de juros; 2. a formação de sistemas financeiros centralizados (criação e/ou fortalecimento dos chamados Bancos Centrais); 3. a elevação da base fiscal do Estado, graças ao incremento da carga fiscal, dando condições para o aumento dos gastos públicos; 4. a fixação de salários e preços[7].

O ponto central que estava em jogo naquele momento, e tornou-se ainda mais candente no pós-guerra, era a aplicação dos princípios keynesianos, alicerçados principalmente na sustentação da demanda global do sistema. Em outros termos, haveria de manter-se o nível de investimentos, cujas variações estavam baseadas no maior ou menor grau de confiança dos empresários, sobre suas possibilidades de lucros futuros. Mantidos estáveis os níveis de renda e consumo, a tendência era que a poupança se ajustasse passivamente aos contornos estabelecidos pela nova situação. Para tal equilíbrio, o Estado deveria intervir principalmente pela manutenção de políticas visando ao *pleno emprego*.

A continuidade dessas políticas durante o período da *Guerra Fria*, no pós-guerra, deu-se fundamentalmente por meio dos programas armamentistas e de reconstrução dos países europeus e do Japão, sustentando, desta maneira, a demanda e mantendo aquecidas as economias dos países capitalistas centrais, base da política de pleno emprego. Simultaneamente, alargaram-se os mercados para bens de capital dessas economias, pela implantação de indústrias em países da América Latina e Ásia, entre outros, ou pela ampliação dos financiamentos, em larga escala, nestas regiões. Também nestes casos, o *manejo* das condições políticas e econômicas destes países foi prática largamente utilizada, contando com o apoio decisivo dos governos das nações capitalistas hegemônicas[8].

Essas iniciativas, contudo, não seriam suficientes para garantir o reinvestimento dos excedentes gerados pelo monopólio capitalista. Neste sentido, a própria lógica desse sistema, na medida em que estabilizava as rendas da maior parte da população, transformada em trabalhadores assalariados, permitia também a maximização dos capitais individuais, sem que fossem geradas as condições de recriar formas permanentes para o investimento de todo o capital socialmente produzido. Daí que o Estado foi uma vez mais convocado a intervir naquele momento, desta feita como investidor direto e empregador,

---

entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria... p. 68.
[7] BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *O Senhor e o unicórnio*... p. 30.
[8] BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento...* p. 180-181.

para permitir que parcelas do capital privado, principalmente do capital monopólico, encontrassem sua forma de realização.

As formas fundamentais desses investimentos estavam ligadas ao chamados gastos *improdutivos*. Alguns destes mecanismos eram as obras públicas, os subsídios à agricultura, etc. De fundamental importância foram os gastos em políticas sociais, como os auxílios aos desempregados, as pensões aos veteranos de guerra, a previdência social, os recursos investidos nas áreas de saúde e educação, etc. Se não de forma direta — pela abertura de frentes de investimento para o capital ou a utilização de suas mercadorias/serviços —, estas políticas colaboraram, de forma indireta, para o desenvolvimento capitalista no período. Foi por meio delas que se mantiveram índices de ocupação da força de trabalho próximos ao pleno emprego, que no mínimo amorteceram conflitos sociais latentes nestas sociedades ou, pelo inchamento da máquina estatal, deram guarida, como no caso americano, a setores marginalizados das mesmas[9].

Quanto aos investimentos do Estado em unidades produtivas, a lógica foi que o mesmo se mantivesse em áreas não-exploradas, irrelevantes para o capital monopólico[10]; ou que exigissem grandes montantes de investimento, frente a uma taxa de retorno desproporcionalmente pequena; ou que trouxesse rentabilidade após grandes períodos de maturação. Este era o caso, por exemplo, das áreas de infra-estrutura de uma forma geral — aeroportos, ferrovias, portos, energia elétrica, etc[11].

A presença forte do Estado nas economias capitalistas, se por um lado permitiu que avançassem a globalização e internacionalização da economia mundial, no pós-guerra, multiplicando a capacidade produtiva de distintos países e criando uma divisão internacional do trabalho mais sofisticada, por outro, favoreceu sobretudo as economias dos países centrais, em especial a americana. Esses anos, conhecidos como a *era de ouro* da economia mundial capitalista, foram marcados também pelo amplo domínio americano e, de forma extensiva, os benesses do período atingiram igualmente a Europa e o Japão. Como alerta Hobsbawm, apesar da visão dos contemporâneos dos anos 50 de que o surto desenvolvimentista era mundial e independia de regimes econômicos, deve-se relativizar

---

[9] CARNOY, Martin, LEVIN, Henry M. *Escola e trabalho na sociedade capitalista...* p. 282-283.
[10] BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento... ,* p. 173.
[11] É interessante notar que, quando estes investimentos se tornaram lucrativos, em alguns casos já nos anos 80 e ou 90 do século XX, foram repassados ao setor privado.

essa assertiva, informando que, se houve crescimento em diversas partes do planeta, certamente essa não foi a realidade em todas as regiões do globo, assim como o desenvolvimento não se deu no mesmo grau e extensão nos diversos países atingidos[12] e, dentro de cada país, certamente não atingiu de forma semelhante diferentes parcelas da população.

Para fazer frente a esta nova etapa de integração crescente da economia mundial — sob o predomínio dos interesses americanos — foram criados, como resultado dos Acordos de Bretton Woods, de 1944, duas instituições: o Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o objetivo de promover o investimento internacional, manter a estabilidade do câmbio e tratar de questões relativas à balança de pagamentos. Na área do comércio internacional, as pretensões de um maior controle das trocas externas redundou no aparecimento do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), visando reduzir as barreiras comerciais, orientando os países membros ao livre comércio, livre movimento de capitais e manutenção de moedas estáveis[13].

Apesar deste panorama econômico favorável no pós-guerra, já foi comentado como este processo não atingiu da mesma forma todos os grupos de países. No caso da América Latina, em que pese a industrialização ter crescido de forma significativa durante esse período, eram precárias as suas condições no comércio internacional, principalmente nos anos que se seguiram de imediato ao conflito: apesar das reservas em ouro e divisas existentes na região, que poderiam ser usadas no processo de industrialização desses países, o montante existente em libras esterlinas estava bloqueado e ia perdendo valor frente ao dólar. Além disso, apesar de os americanos privilegiarem a recuperação da economia européia, faziam várias exigências para um futuro investimento na região, que incluíam o

---

[12] Alguns dados podem ser apresentados para confirmar esta afirmação. No período 1930-1970, o PNB americano foi aumentado em 2/3, assim como este mesmo país deteve igual cifra da produção industrial do mundo. Além disso, o PIB *per capita* americano representava, à guisa de comparação, o dobro do PIB francês e o dobro do PIB alemão; o quíntuplo do PIB japonês e o dobro do PIB inglês. Assim Hobsbawm completa declarando que "(...) hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas." HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*... p. 254-255.

[13] "Na prática, a Era de Ouro foi a era do livre comércio, livres movimentos de capital e moedas estáveis que os planejadores do tempo da guerra tinham em mente. Sem dúvida isso se deveu basicamente à esmagadora dominação econômica dos EUA e do dólar, que funcionou como estabilizador por estar ligado a uma quantia

compromisso com o desenvolvimento capitalista, liberal e produtivo, sem nacionalismos e sem participação das organizações comunistas nos governos dos diversos países. Isso era tanto mais significativo quando se verificava o relativo isolamento da América Latina no contexto internacional, dada a sua participação periférica no conflito mundial e, depois, na situação de Guerra Fria.

No caso do Brasil, o país havia ampliado o seu esforço industrializante durante a guerra, sendo exemplar o caso da indústria têxtil que, num panorama de dificuldade do comércio internacional, passou a exportar inclusive para outros países da América Latina e África. O próprio processo de substituição de importações levou, contudo, a uma aceleração inflacionária, cujos patamares estiveram em 15,0% em 1943 e 27,0% em 1944, agravados pelos aumentos nos preços dos insumos. Além disso, colaborou para este quadro o aumento do volume de divisas bloqueadas, o que levou o Estado a uma maior emissão monetária, para honrar seus compromissos externos, além do controle salarial[14].

Neste contexto, o governo do general Dutra, eleito em 1946, acabou utilizando parte do saldo existente em divisas, acumuladas durante o período de guerra, para a importação de supérfluos, a fim de forçar a baixa dos preços de certas mercadorias e atender à sua política deflacionária. Outro terço do montante existente em libras foi gasto para a compra de ferrovias inglesas, e o saldo em dólares, já deflacionado, financiou a reequiparação do setor industrial. Na verdade, o governo Dutra constituiu-se como uma fase de transição, no qual ocorreu, como afirma Ianni[15], o início de um processo de reelaboração das condições de dependência do Brasil, condições essas que levariam à crescente integração do país aos circuitos do capitalismo internacional, desta feita sob a hegemonia americana.

Assim, o governo Dutra, no campo econômico,

> "(...) inspirou-se no liberalismo (ideologicamente) e na empresa privada (na prática). Por isso, não se configurou como uma política deliberada de desenvolvimento econômico nacional. Pode-se mesmo dizer que a industrialização verificada nesses anos era um processo em curso, a despeito das ações e omissões do poder público."[16]

---

específica de ouro, até a quebra do sistema em fins da década de 60 e princípios da de 1970." HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*... p. 270.

[14] GORENDER, Jacob. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências... p. 97.

[15] IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*... p. 101. Cf. igualmente BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940*... p. 75.

[16] IANNI, Octávio. *Op.cit.,* p. 109.

Junto à perspectiva privatista e internacionalizante que foi impressa à economia, Dutra instalou uma forte rede repressiva em relação ao trabalhismo — herança getulista — e ao comunismo. A classe trabalhadora reaparecera com força na vida política, tanto por meio de sua participação no movimento *queremista*[17], como nas manifestações contra o aumento do custo de vida e greves por aumento salariais, que vinham avolumando-se desde o primeiro semestre de 1945[18]. Para combater o "queremismo", o Exército, apoiado pelo governo americano, defendeu a realização de eleições livres.

Vencedora e empossada a *democracia do general*, esta impõe ao país, nas palavras de Bethell e Roxborough[19], um governo liberal limitado na sua forma e antipopular no seu conteúdo, tendo como base as restrições às liberdades políticas e sindicais, com forte controle estatal dos sindicatos, além de impor novo período de ilegalidade às organizações partidárias comunistas.

Dentro deste quadro de *retorno à democracia pelo alto*[20], ou seja, como resultado de um pacto de conciliação de setores das classes dominantes no país, na qual a classe operária ocupava posição subalterna, impôs-se um novo processo de organização partidária. Nesse contexto, formaram-se três partidos de base nacional: a União Democrática Nacional (UDN), reunindo liberais e conservadores, principalmente de estratos urbanos, que haviam lutado contra o Estado Novo, que defendiam a livre empresa, a participação sem protecionismo do capital estrangeiro na economia e a garantia dos direitos políticos consagrados pela tradição liberal, que foram inscritos na Constituição de 1946; o Partido Social Democrático (PSD), formado por empresários, agraristas e camadas médias, cuja

---

[17] "O "queremismo", [movimento] apoiado por trabalhadores e comunistas, pretendia a manutenção de Getúlio na presidência e a realização de eleições para a Constituinte. Orquestrado pelo PTB e organizado nacionalmente por Hugo Borghi, líder nesse partido, levava cada vez mais gente para seus comícios. Os discursos de um deles foram tão longe, chegando ao ponto de serem transmitidos por doze emissoras de rádio para todo o país." BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940*... p. 60.

[18] "No plano dos movimentos reivindicatórios, desde a greve dos ferroviários de Campinas em 20 de março, o ano [de 1945] é pontilhado por ações como a parede das Docas de Santos em maio, greve de bancários paulistas em agosto, de motoristas de ônibus do Rio em setembro, e uma série de movimentações localizadas de funcionários públicos, securitários, bancários, etc." Já no ano de 1946, segundo o mesmo autor, só no estado de São Paulo foram registradas mais de 60 greves, apenas nos dois primeiros meses do ano. MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização*... p. 42-43.

[19] BETHELL, Leslie, ROXBOROUGH, Ian (Org.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*... p. 79-80; 87; 102.

[20] Neste sentido, cabem as interessantes e sugestivas reflexões de Coutinho sobre as possibilidades interpretativas da categoria "revolução passiva", quando aplicadas ao período da realidade brasileira que se

argamassa de sustentação estava na burocracia estatal que se constituíra durante o governo Vargas nos diversos estados da federação; e, finalmente, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também contando com a participação de remanescentes do getulismo, desta feita de sua ala trabalhista, e que passou a contar com o apoio de organizações sindicais, além dos políticos advindos do Partido Comunista do Brasil (PCB)[21], quando este último foi colocado na ilegalidade, em 1947. Afora estes, organizaram-se também partidos menores, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Social Progressista (PSP), liderado por Ademar de Barros, ex-interventor em São Paulo, mas que desenvolveu interesses próprios e acabou formando uma agremiação partidária distinta, com fortes raízes naquele estado[22].

Dentro do clima da Guerra Fria, Dutra governou com uma composição partidária em que a UDN ganhou importância, e a perspectiva liberal do governo, ancorada ao capital internacional, fez com que as propostas de cunho nacionalista e social perdessem espaço e fossem caracterizadas como iniciativas de corte esquerdista. Com este clima interno, UDN e PSD não conseguiram articular um sucessor para Dutra, que representasse simultaneamente a busca de "coesão nacional" e, especialmente no caso da UDN, forte o bastante para se contrapor à herança getulista[23]. Assim,

> "O ditador que caíra em 1945 era um candidato potencial às eleições de 50. Quatro anos depois de sua deposição, era o nome que dispunha de maior aceitação nos meios populares. Mas os grandes partidos não souberam articular conjunta ou separadamente um nome expressivo que pudesse fazer frente ao prestígio de Vargas."[24]

Vargas elegeu-se, desta forma, para um novo período de governo, numa aliança do PTB com o PSP "ademarista", contando com o apoio mais ou menos explícito do PSD e com a oposição e constante desconfiança da UDN. Aliás, esta foi a tônica da visão udenista em relação ao segundo governo de Getúlio Vargas, presente mesmo quando o partido foi

---

iniciou em 1930. Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci...* cap. 9: As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. p. 119 et seq.

[21] Isto vai-se dar apesar de que o PTB ter sido concebido e agir efetivamente, por meio de parte dos seus membros, como um contraponto ideológico do comunismo no movimento operário brasileiro. IANNI, Octávio. A "redemocratização" de 1946 e as tentativas de reorientação da política econômica... p. 103.

[22] *Ibid.,* p. 102-103.

[23] D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. A volta de Vargas e a polarização das forças políticas e sociais... p. 119.

[24] *Ibid.,* p. 119.

chamado a participar da gestão governamental. Segundo D'Araújo[25], esta estratégia política de Vargas teria resultado não apenas em uma desconfiança ainda maior em relação às atitudes do presidente por parte da UDN, como teria contribuído para o desprestígio do governo junto ao PTB, que se sentiu alijado neste processo.

Se, como afirma Ianni, o Brasil começara a passar, no governo Dutra, por um momento de redefinição de suas condições de inserção no contexto capitalista, tendo como base a nova situação mundial no pós-guerra[26], o segundo governo Vargas correspondeu a uma reorientação das relações entre Estado e economia, quando o poder público passou a assumir funções mais ativas e diferenciadas, no sentido de se aprofundar seu posicionamento como um Estado planejador, intervencionista e regulamentador, com posições definidas para vários setores da vida nacional, inclusive no campo social. Neste sentido, este posicionamento que defendia uma presença maior do Estado na sociedade efetivava os princípios, no caso brasileiro, do ideário keynesiano, característico do ciclo da sociedade capitalista que se iniciara nos anos 30. Esse ideário, tendo sido *reformulado*[27] no governo Dutra, voltou a ter presença marcante no governo Vargas, representado na burocracia estatal pela Assessoria Econômica da Presidência da República, berço da maior parte dos projetos de cunho nacionalista que marcaram esses anos da vida nacional — da criação da Petrobrás, passando pela regulamentação do setor elétrico nacional até os incentivos à implantação do setor de bens intermediários no Brasil.

Tais posicionamentos, contudo, apesar de advogarem o controle pelo país de seu processo de desenvolvimento, não impediram o governo de voltar-se igualmente para o capital internacional, sobretudo americano. Neste sentido, a assistência americana que não viera no pós-guerra imediato começou a tornar-se presente graças aos projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico e, complementarmente, por meio do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, importantes não apenas na medida em que aumentavam a capacidade de importação do Brasil, requisito

---

[25] D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. A volta de Vargas e a polarização das forças políticas e sociais... p. 122.
[26] IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil...* p. 101; 119.
[27] Isso não significa dizer que o Estado, no governo Dutra, renunciara por completo de suas posições de comando e regulamentação das relações econômicas, políticas e sociais, mas optara por posicionamentos mais liberalizantes, que facilitassem a "livre iniciativa" dos agentes sociais, ou seja, " o governo deveria criar instituições — ou modernizar as preexistentes — e adotar diretrizes com a finalidade de eliminar ou reduzir os pontos de estrangulamento que impedem a expansão do setor privado." *Ibid.,* p. 107.

fundamental para sua industrialização, como reforçavam a presença brasileira no contexto de defesa e segurança continentais[28]. A mediação para a assinatura destes acordos, ao contrário dos projetos que apelavam mais de perto para a defesa dos interesses nacionalistas, era de responsabilidade de outros setores do governo, particularmente os Ministérios de Relações Exteriores e Fazenda, cujos titulares haviam sido escolhidos por Vargas, pelo menos até a reforma ministerial de 1953, no bojo do processo de conciliação com a UDN[29].

Assim, nesse segundo momento em que Vargas assumiu o governo no Brasil, aprofundou-se no país a industrialização de caráter monopolista, com aporte cada vez maior do capital internacional. Segundo Singer, a diferença entre o período que se estendeu até a metade da década de 50 e aquele que se iniciou com o governo Kubitschek até 1967 é que, no primeiro, a implantação das indústrias de caráter monopolista deu-se ainda sob a égide do capital estatal, apesar da presença do capital externo, enquanto no período seguinte esse processo foi dominado essencialmente pelo capital multinacional, apesar da presença forte do Estado na economia brasileira[30].

Comentando a política econômica nesse momento, Romulo de Almeida, que era o coordenador da equipe de Assessoria Econômica da Presidência da República, declarou que esta proposta de combinação da ortodoxia com o nacionalismo tinha como objetivo o desenvolvimento do país, acompanhado de uma melhor distribuição das rendas nacionais. Em relação ao controle pelo Estado do processo de desenvolvimento, área por excelência da atuação do organismo por ele coordenado, Almeida explicitava que os planos do governo Vargas se dirigiam para as áreas de energia, incluindo-se, aí, as preocupações em torno da exploração, refino e transporte do petróleo e outros combustíveis fósseis (carvão e biomassa), bem como para a geração e distribuição de energia hidroelétrica e nuclear; para a área de transporte, com o melhoramento das malhas rodoviária, aérea, fluvial e ferroviária, reaparelhamento de portos, aeroportos, etc.; para o aumento da integração do país, por meio dos mais diferentes transportes, haveria a necessidade do investimento

---

[28] D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. A volta de Vargas e a polarização das forças políticas e sociais... p. 123-124.

[29] Os ministros udenistas que compuseram o ministério Vargas até 1953 foram João Cleofas (Agricultura), João Neves da Fontoura (Relações Exteriores) e Horácio Lafer (Fazenda), estes últimos considerados *americanistas.* ALMEIDA, Romulo. Política econômica do segundo governo Vargas... p. 137.

[30] SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento... p. 226.

público na indústria de base, sobretudo siderúrgica e química, visando dar suporte à construção naval, construção de material ferroviário, indústrias de maquinário, indústria automobilística, entre outras[31].

Outros setores abrangidos por esse esforço planificador e de intervenção foram a agricultura (estabelecimento de uma política de preços mínimos, crédito rural, seguro agrário, criação da Carteira de Colonização do Banco do Brasil e os princípios de uma proposta de reforma agrária); a formação de recursos humanos em grande escala, pela criação da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES e a política social[32], por meio do Ministério do Trabalho, que visava ao aumento do salário mínimo, como forma de controle da concentração de renda e à maior cobertura do trabalhador, numa situação em que existia grande quantidade de trabalhadores disponíveis, exército de reserva não-qualificado, que tendia a depreciar o nível dos salários no país. Almeida conclui suas observações, destacando que muitos destes fundos e agências continuaram a funcionar com o final do governo Vargas, apesar das mudanças de rumos pretendidas pela gestão Café Filho-Eugênio Gudin. Neste sentido,

> "Logo veio a eleição de Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas, que viabilizou-se graças às agências e aos fundos herdados do governo Vargas. Mas houve diferenças sensíveis entre os dois governos. Getúlio era a consciência da limitação dos recursos e da inflação, JK não. Getúlio, criando no Conselho do Desenvolvimento Nacional o grupo da indústria automotiva, preocupava-se mais com caminhões e ônibus, JK, com o automóvel privado; Getúlio priorizava o transporte coletivo e de massa, JK, o rodoviarismo; Getúlio era suspicaz contra a invasão do capital estrangeiro, embora tivesse estimulado a Mannesmann e a Mercedes na indústria de base e desejasse capitais europeus e japoneses para compensar o peso do capital americano; JK era aberto."[33]

Afora a visão *extremamente* otimista de quem estava diretamente envolvido na disputa ideológica que perpassou o governo Vargas e parcelas inteiras da sociedade

---

[31] ALMEIDA, Romulo. Política econômica do segundo governo Vargas... 140-145.

[32] Era sobretudo este posicionamento, de que o Estado deveria ter papel regulamentador também na esfera social, que diferenciava os governos Dutra e Vargas. Na perspectiva varguista, o nacionalismo econômico, por um lado, deveria concorrer para uma inserção crescente dos trabalhadores no acesso à riqueza produzida pelos processos de mudança em curso — o que nunca significou, e que isto fique bem claro, conceder aos trabalhadores autonomia nas esferas econômica e política. Por outro, como se caracterizava como uma relação direta entre classe trabalhadora e Estado, seria igualmente um canal de cooptação do apoio desta parte da sociedade à perspectiva governamental. Cf. D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas...* p. 93 et seq.

[33] ALMEIDA, Romulo. *Op. cit.,* p. 146.

brasileira nesses anos, pode-se caracterizar esta mudança de orientação que a política econômica sofreu sob o governo de Juscelino Kubitschek, conforme assinalado anteriormente por Singer, como um momento de inflexão do desenvolvimento do país, sob a égide do capital multinacional. Tal perspectiva, contudo, foi simultaneamente a continuidade de um conjunto de medidas e posicionamentos que já estavam inscritos no próprio governo Vargas, principalmente no seu entendimento sobre o papel do Estado como o organismo responsável por criar condições favoráveis de mercado dentro do país, para que este ultrapassasse a sua condição de mero exportador de produtos primários, investindo em setores estratégicos nos quais a burguesia não tinha condições ou interesses em estar presente. Isso só poderia ser feito com o concurso do capital estrangeiro, como ficou explícito nas medidas tomadas principalmente pelos organismos estatais, voltados para o relacionamento externo do país. Assim,

> Em plena disputa entre os dois blocos — Estados Unidos e URSS —, Vargas optava por uma terceira via: a do desenvolvimento autônomo, independente, não subordinado ou alinhado diretamente a qualquer potência econômica internacional. [...] Na prática, as metas esboçadas [...] fracassam em grande parte, não se traduzindo em políticas efetivas do Governo. Apesar da manutenção de um discurso nacionalista, constata-se que o Brasil teve de ceder efetivamente aos interesses norte-americanos, particularmente em relação ao capital estrangeiro e aos recursos naturais do país."[34]

Este processo de subordinação efetiva ao capital estrangeiro, mas ainda sob a égide do Estado, ficou mais evidente, como já comentado, nas realizações dos Ministérios das Relações Exteriores e Fazenda, que estiveram à frente das negociações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Acordo Militar, celebrado com este mesmo país.

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico foi formada em 19 de dezembro de 1950, com o objetivo de discutir a importação de minérios estratégicos para a indústria americana, sendo que em troca o Brasil receberia recursos de fundos públicos americanos, para serem aplicados em sua infra-estrutura e na sua industrialização. Entre os planos apresentados para aprovação naquela Comissão, estiveram a construção de hidrelétricas no alto São Francisco, além de construção de Paulo Afonso e outras obras semelhantes em Minas Gerais e Rio Grande do Sul; instalação de refinarias de petróleo e usinas de azoto sintético e de álcalis; instalação de siderurgia; construção e

aparelhamento de portos e navios, entre outros. Das várias rodadas de negociações, resultou um acordo de 300 milhões de dólares para o Brasil, via Banco Mundial, que passaria a ter uma representação permanente no país; facilidades oferecidas pelos americanos para importações consideradas essenciais para os brasileiros, com um controle mais flexível das cotas de racionamento de produtos importados e a concessão de bolsas de treinamento técnico em planejamento. O Brasil, por sua vez, oferecia até 500 mil toneladas/ano de manganês de Urucum, jazida situada no município de Corumbá, estado de Mato Grosso e, complementarmente, o manganês dos veios situados no território do Amapá; exportação de areia monazítica, importante para os programas americanos de energia nuclear, quase toda manufaturada; exportação de minério de ferro e outros minerais *in natura*[35].

A Comissão encerrou suas atividades em 21 de dezembro de 1953, quando o recém-criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE — assumiu a responsabilidade executiva dos projetos ainda em andamento. Assim, do Fundo de Reaparelhamento Econômico, que desde 1951 o governo estabelecera como uma linha de investimentos, com base em capitais nacionais e internacionais, coordenados pelo Estado, por meio do Ministério da Fazenda, a Comissão aprovou 41 projetos individuais. Deste montante, aproximadamente 21,9 bilhões de dólares, 14 bilhões seriam financiados pelos governos federal e estaduais, e os outros 7,9 bilhões seriam de responsabilidade do BIRD ou do Eximbank, este último diretamente ligado ao governo americano. Entre os projetos aprovados, a Comissão destinou investimentos para projetos nas áreas de transporte (60,6% do total de recursos investidos), energia (33,1% das verbas), enquanto 6,3% dos empréstimos se destinaram a outras áreas (agricultura, álcalis, silos e metalurgia). É preciso registrar, porém, que nos dois anos que se seguiram ao término dos trabalhos da Comissão, entre 1952 e 1953, apenas 15 projetos receberam financiamento, perfazendo 181 milhões de dólares. Na verdade, o dinheiro do BIRD e do Eximbank não foram concedidos durante o governo Vargas, que acabou tocando vários projetos apenas com os recursos do país[36].

---

[34] D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas...* p. 107-108.
[35] *Ibid.,* p. 162-163.; 183-184. Para analisar-se o conteúdo destes acordos com os Estados Unidos, é importante lembrar que a exportação pelo Brasil de grande quantidade de minérios *in natura*, isto é, sem qualquer tipo de beneficiamento, tornava os preços finais destes produtos exportados mais baratos no mercado mundial.
[36] *Ibid.,* p. 164-165.

Outra questão marcante para o entendimento das relações do Brasil com o capital externo, no período do segundo governo Vargas foi a questão militar, sobretudo o envolvimento do Estado com o fechamento do Acordo Militar entre Brasil e Estados Unidos. Dentro do clima da Guerra Fria, na IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Washington, de 26 de março a 7 de abril de 1951, os americanos voltaram a insistir na ameaça para a democracia representada pela escalada comunista no mundo. Dentro deste contexto, os Estados Unidos, por meio de seu Secretário de Estado, Dean Acheson, fizeram um pedido explícito ao Brasil, solicitando uma divisão militar para lutar ao lado dos americanos na Guerra da Coréia — os americanos se encarregariam dos armamentos e transporte da tropa, enquanto o Brasil faria o treinamento das mesmas. Em junho de 1951, a ONU enviou um pedido oficial, requisitando tropas para aquele conflito.

O Brasil decidiu apoiar estrategicamente a ONU, dentro e fora de seu território, enfatizando, porém, que a colaboração brasileira seria mais eficaz se ela se desse por meio do fornecimento de materiais estratégicos para os exércitos, como seria o caso da exportações de minerais, a esta altura já em processo de negociação com o governo americano. O general Góis Monteiro ficou encarregado, em nome do Conselho de Segurança Nacional, de negociar os termos dessa participação brasileira, que dependeria tanto da contrapartida americana, como da aprovação do Congresso Nacional, no Brasil.

Cada vez ficava mais claro, nas posições brasileiras, no entanto, que o país permaneceria na retaguarda e que a ajuda necessária dependia diretamente da resolução que fosse dada aos impasses internos de desenvolvimento. Nesses termos, defesa e segurança eram tributários do corolário desenvolvimentista. Isto significava dizer, por um lado, que o país estaria tanto mais exposto ao perigo comunista, quanto mais exposto estivesse às mazelas do empobrecimento e miséria internos. Por outro, o Brasil colocava em primeiro lugar a resolução de seus problemas internos, ficando na dependência da solidez de sua economia a formação de contingentes militares para tarefas externas. Além disso, este último item desdobrava-se em duas outras questões, quais sejam, a necessidade de o país receber auxílio externo também no campo militar, para fazer frente à sua tarefa de defesa do continente, e a exclusividade da presença do Brasil no patrulhamento de seu território.

Face a este posicionamento, os americanos propuseram o fechamento de um acordo militar secreto, nos moldes daquele acordado em 1942, versando sobre: 1. defesa interna; 2.

defesa do continente; 3. preparação de tropas para uma emergência (Guerra do Coréia ou outra). O governo brasileiro nomeou Góes Monteiro, chefe do Estado Maior das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores, para representarem o país nestas negociações, este último acumulando também o cargo de presidente da delegação brasileira. O Acordo foi assinado em 15 de março de 1952, tendo sido aprovado pelo Congresso Nacional em março de 1953, e versava sobre a exportação de manganês, urânio e areias monazíticas. O governo americano, por seu vez, comprometia-se a fornecer equipamentos, materiais e serviços ao Brasil, na área militar[37].

Com relação a este projeto enviado ao Congresso Nacional

> "Nota-se que se contrapõem duas visões distintas do mesmo problema: o que para o Ministro do Exterior representa a atualização de obrigações dentro da ótica de cooperação entre os países do 'mundo livre', para os oposicionistas apresenta-se como a derrocada do Brasil frente aos interesses norte-americanos e a seus preceitos do que seja esse mundo livre. Dessa perspectiva, não se trataria de redefinir a dependência, mas sim de capitular e submeter-se ao jogo dos Estados Unidos, país comprometido em patrocinar a guerra fria e em expandir sua hegemonia no bloco ocidental, mesmo que em detrimento da soberania de outras nações."[38]

Desta maneira, o projeto ganhou a oposição declarada de setores do PTB, aliados tradicionais de Vargas, e a aprovação, decisiva para seu encaminhamento positivo, da UDN, tradicionalmente comprometida com a oposição ao governo. Criou igualmente desconforto nos setores militares, inclusive porque o general Estilac Leal, ocupando o cargo de Ministro da Guerra, ligado à ala nacionalista[39] do Exército, permaneceu numa posição secundária nas negociações e acabou retirando-se do Ministério em março de 1952. Assim, este episódio contribuiu não apenas para opor esta facção das Forças Armadas em relação ao governo Vargas, como comprometeu igualmente a base de apoio destes militares, no quadro de efervescência política por que passava o exército naquele momento. Em maio desse mesmo ano, numa concorrida eleição para o Clube Militar, a chapa "Cruzada

---

[37] Sobre o processo de elaboração, aprovação e tramitação no Congresso Nacional do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos cf. D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas...* p. 168 et seq.
[38] *Ibid.,* p. 174.

Democrática", encabeçada pelos generais Alcides Etchegoyen e Nélson de Melo venceu o pleito, afastando a ala nacionalista do Exército também desta instituição.

A partir desses episódios, e da radicalização das posições nacionalistas e *entreguistas* — esta última por alusão ao fato de que seus defensores teriam como interesse último entregar o país ao domínio estrangeiro — aprofundou-se o isolamento político do governo Vargas, nos dois últimos anos em que este presidente esteve à frente do governo federal, 1953 e 1954. Por um lado, o governo era acossado pelos defensores do nacionalismo, frente àquilo que para esses atores sociais aparecia como concessões do Estado ao capital e interesses externos[40]. Por outro, para o *entreguismo*, Vargas estaria completamente aliado com os setores esquerdistas da sociedade brasileira, contrários ao capital multinacional e dispostos a colocar-se em oposição à democracia liberal[41]. Este últimos, reunindo simpatizantes dentro da UDN e setores militares, fundamentalmente, começaram a preparar um golpe contra o governo constituído, contra o que lhes parecia, no Estado, uma ameaça às instituições democráticas.

---

[39] Facção esta que ocupava ainda, naquele período, a direção do Clube Militar e do Centro de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, e que se aproximara de Vargas ainda durante a campanha presidencial. D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas*... p. 168.

[40] As mudanças que desagradaram alguns setores nacionalistas, já que foram parcialmente aprovadas pela burguesia industrial — a quem se destinavam estes capitais — veio "(...) com a aprovação pelo Congresso da Lei do Câmbio Livre (Lei nº 1.807, de 7-1-1953), que mantinha o sistema de licenciamento das importações e exportações, mas transferia uma série de operações para o mercado livre de câmbio (algumas exportações, pagamentos de serviços e remessas de lucros). Era intenção dessa medida atrair e fixar capital estrangeiro no país, pondo fim às incertezas e aos temores provocados pelos movimentos nacionalistas e pelo impacto negativo causado pelo decreto de controle de remessas ao exterior no governo dos EUA. [Complementarmente], Osvaldo Aranha assume a pasta da Fazenda, em junho de 1953, e poucos meses depois ele e o presidente do Banco do Brasil, o empresário paulista Marcos de Souza Dantas, lançam a Instrução 70 da Sumoc (9-10-1953), ratificada pelo Congresso em dezembro desse ano (Lei nº 2.145). Essa medida cambial mudou significativamente a política de controle das importações e criou um sistema de taxas de câmbio flutuantes, com cinco categorias de produtos importados, variando dos itens mais essenciais ao (sic) supérfluos." LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio... p. 191-192.

[41] Entre estes posicionamentos estariam o Decreto-Lei n. 30363, de 30 de janeiro de 1952, que restabelecia os percentuais de 8,0% para a remessa de lucros ou dividendos e estabelecia em 20,0% o total a ser investido do capital estrangeiro ingresso no país. Leopoldi chama a atenção para o fato, contudo, de que esse decreto-lei "(...) terminou constituindo-se em letra morta, uma vez que o Ministro Lafer se esforçou para que ele não fosse posto em prática em 1952 e anulou-o com a aprovação no Congresso da Lei do Câmbio Livre, em janeiro de 1953." Comenta ainda que "o representante comercial do Reino Unido no Brasil concluía, num relatório de 1953, que não encontrava hostilidade do governo brasileiro quanto aos investimentos estrangeiros na indústria, mas que este estabelecia prioridades para alguns setores considerados essenciais ao desenvolvimento do país." Outro fato que gerou insatisfação deste grupo, identificando-o inclusive com a fração nacionalista da burguesia, foi o aumento do salário mínimo, em 1º de maio de 1954. Cf. LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Op. cit.,* p. 176.; BOITO JÚNIOR, Armando. *O golpe de 1954:* a burguesia contra o populismo... p. 105 et seq.

Pode-se concluir dizendo que este embate levou ao isolamento do governo Vargas, e que a possibilidade de um desenlace golpista acabou tornando-se mais concreta em 22 de agosto de 1954, quando a oposição conseguiu a assinatura de 19 generais num documento que pedia a renúncia do presidente. A última palavra, no entanto, foi dada pelo próprio Vargas dois dias depois, com seu suicídio e carta-testamento, na manhã do dia 24. Como declara Leopoldi[42],

> "No fogo cruzado entre partidos, ideologias e interesses econômicos opostos, Getúlio esperava encontrar uma saída da crise que representasse o caminho do meio e evitasse radicalizações. Buscava um bloco de apoio e não conseguiu. [...] a linha de conciliação varguista nesse momento oferecia aos industriais oportunidades de crescimento econômico e aos trabalhadores urbanos melhores condições de vida. [...] Sob a pressão de ter que renunciar, Getúlio opta pela morte, deixando um documento onde fica claro que, tendo falhado no busca do caminho do meio, era preciso recorrer ao ato extremo do suicídio."

2. Fronteiras e desenvolvimento nacional

Considerado o contexto que se estende de 1946 a 1954, o período de redemocratização que se inaugurou com o fim do Estado Novo marcou, em termos das políticas do Estado brasileiro para as regiões fronteiriças, um aprofundamento das tendências que se vinham delineando a partir de 1944.

Inicialmente, o novo pacto federativo em vigor a partir das eleições de 1945 trouxe novamente à arena política, com força redobrada, os grupos de pressão locais. Com isso, os governos estaduais voltaram a atuar de forma decisiva na alocação de terras e de outros recursos na faixa de fronteira, provocando um processo de redistribuição das propriedades aí localizadas. Neste sentido, num período de dez anos, entre 1945 e 1955, o padrão de ocupação da região de fronteira — e neste caso, a referência aplica-se especialmente ao caso de Mato Grosso[43], objeto desta pesquisa — voltava a assumir as características próprias ao perfil agrário hegemônico no Brasil e, na situação mato-grossense, com a

---

[42] LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio... p. 201; 203.

[43] Alguns documentos apontaram a ocorrência de um processo semelhante nas terras fronteiriças localizadas no Estado do Paraná, no mesmo período. BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 127/55.* Rio de Janeiro: 1955.; *Id., Processo nº 132/60*: sugestão à Comissão de Fronteiras. Rio de Janeiro: 1960. **AN**

predominância de grandes propriedades, muitas delas resultado de processos de "grilagem" e ocupação violenta de terrenos, que contaram com o aval do Estado, através dos sucessivos governos estaduais[44].

As mudanças relativas à questão fundiária tiveram seu curso no ano de 1946, com o Decreto-Lei nº 9760, de 5 de setembro de 1946, assinado já durante o governo Dutra. Este novo texto legislativo, que tratava de modo genérico e completo sobre todos os imóveis da União, estabelecia em sua seção IV (Da discriminação de terras da faixa de fronteiras), artigo 19 e seção V (Da regularização da ocupação de imóveis presumidamente de domínio da União), um novo procedimento para a regulamentação das terras na região fronteiriça, estando pressuposto aí que a referida faixa, sob domínio do governo central, estendia-se por sessenta e seis quilômetros. Desta forma, caberia ao Serviço de Patrimônio da União (SPU), por um lado, a discriminação administrativa das terras situadas na faixa de fronteiras, bem como a indicação daquelas que ainda eram de domínio da União, extremando-as em relação àquelas de domínio particular. Por outro lado, a regularização deste domínio dar-se-ia mediante a apresentação ao SPU dos documentos que comprovassem os direitos de seus proprietários sobre os mesmos, num prazo de sessenta dias, a contar da data de regulamentação do referido Decreto-Lei[45].

Sobre este novo texto legal, assim se pronunciaram os respectivos titulares do SPU e da Comissão Especial da Faixa de Fronteira — CEFF:

> "É incontestável a necessidade de serem cumpridas, sem delongas, as disposições legais pertinentes ao aforamento das terras devolutas, afim (sic) de incrementar o plano de colonização das faixas de fronteiras, fixar o homem ao solo, possibilitar a valorização econômica das terras lindeiras e, sobretudo, estabelecer regime especial para as terras devolutas nas zonas consideradas imprescindíveis à defesa nacional."
>
> "Sobreveio, porém, o Decreto-Lei n. 9760, de 5-9-46, que (...) estabeleceu regras especiais para a regularização da situação das terras presumidamente da União que se achassem em poder de terceiros, regras essas que, modificando o regime das leis anteriores, transferiram para o S.P.U. (sic) o ônus de notificar êsses terceiros a apresentarem os respectivos títulos para exame."[46]

---

[44] Este processo será mostrado de forma detalhada a seguir.
[45] BRASIL. Decreto-Lei n. 9760, de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. *Coleção das leis de 1946*... p. 284-291.
[46] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 100/51*: projeto de regulamentação do Decreto-Lei n. 7724. Rio de Janeiro: 1951. **AN**

Promulgado o Decreto-Lei nº 9760 em 1946, estendeu-se por nove anos, até meados de 1955, uma demorada discussão entre aqueles que entendiam ser necessária uma regulamentação especial para o Decreto-Lei nº 7724, que tratava do aforamento das terras devolutas da União situadas na faixa de fronteira, determinando ser esta a única forma de acesso às mesmas; enquanto outro grupo insistia na autoaplicabilidade do Decreto-Lei nº 9760, que teria revogado todas as leis anteriores, inclusive o citado Decreto-Lei nº 7724/45. Muito embora essa discussão se estendesse ao longo de todo esse segundo período, em termos práticos a regulamentação das terras situadas na faixa de fronteira passou a ser responsabilidade do SPU, dentro de uma perspectiva que procurava valorizar, simultaneamente, a necessidade de fixação e colonização progressiva dessa região, insistindo-se na continuidade da *Marcha para o Oeste.*

Ainda tratando deste debate acerca da regulamentação das terras fronteiriças, é interessante destacar que um dos defensores da atribuição da responsabilidade de legalização das áreas de fronteira ao SPU era Ulpiano de Barros[47], que nesta data — 1951 — encontrava-se à frente da Diretoria do SPU. Ainda mais interessante foi a posição de Theodoro Arthou, membro da Comissão Especial da Faixa de Fronteira que, tratando sobre o mesmo tema, não só defendia a autoaplicabilidade do Decreto-Lei nº 9760/46, o que na prática retirava da faixa de fronteira qualquer estatuto que a diferenciasse de outras terras devolutas da União, como complementarmente declarou que este assunto — a apreciação sobre a necessidade ou não da regulamentação de um Decreto-Lei como o 7724/45, que tratava especialmente sobre as terras da região fronteiriça — escapava à competência específica da Comissão Especial.

Além disso, com a reorganização dos órgãos legislativos no país, a temática envolvendo a ocupação das regiões fronteiriças começou a ser tratada na Câmara Federal, onde foi instalada uma Comissão Especial, em 1952, para rever as orientações existentes sobre o assunto em pauta. A nova visão predominante sobre o tema ficou bastante evidente

---

[47] Ulpiano de Barros havia defendido uma posição contrária nos anos 40, quando fora membro da Comissão Especial da Faixa de Fronteira, entendendo ser a CEFF o organismo mais apropriado a tratar da questão fronteiriça. Provavelmente em função desta experiência anterior, quando na diretoria do SPU, já nos anos 50, Barros passou a defender a necessidade de uma regulamentação complementar para o caso de terras situadas na faixa de fronteira, referindo-se especialmente a utilização do Decreto-Lei nº 7724/45. Tal posição, contudo, não o impedia de chamar as responsabilidades primordiais deste processo para o SPU, que seria o órgão responsável, no seu entendimento, pela projeto de regulamentação para o referido Decreto-Lei.

em carta enviada à Secretaria da Câmara de Deputados pelo General de Brigada Aguinaldo Caiado de Castro, presidente da Comissão Especial naquele momento, em junho do mesmo ano.

Nas palavras do presidente da Comissão Especial, este organismo era concordante com as sugestões apresentadas pelos deputados, consubstanciadas no projeto de Lei nº 1235/51, do parlamentar Celso Peçanha que, embora reconhecendo a necessidade de manter a faixa de fronteira como domínio da União, em sua extensão de 150 km, propunha simultaneamente o abrandamento do rigor da legislação existente sobre esta parte do território nacional. Desta forma, o projeto não determinava *que* atividades não poderiam estabelecer-se na região fronteiriça sem aprovação prévia do Conselho de Segurança Nacional, sendo que esta restrição ficaria na dependência de uma lista a ser emitida por este Conselho, periodicamente. Este critério *maleável*, segundo o mesmo general, poderia ainda sofrer sanção presidencial, a partir de uma reclamação dos interessados e significava, na prática, a inexistência de uma faixa de fronteira para aquelas atividades que fossem liberadas de quaisquer restrições. Assim, concluía o presidente da Comissão Especial que

> "Todos são acórdes em que o melhor meio de defesa das fronteiras está no aumento de sua população e no desenvolvimento de sua economia, tornando-se, assim, fronteira viva. Mas isso não justifica em que deixemos livre essa região, que desde o Império vem sendo considerada de vital importância para a conservação da integridade pátria."[48]

Enfatizava o General Castro que a aplicação dessa legislação não deveria ser entregue às unidades federativas, dado o grau de envolvimento dos governos locais com interesses de grupos particulares, localizados em suas regiões administrativas. Desta forma, essa preocupação com o desenvolvimento de uma *fronteira viva* passou a ser a nota predominante das iniciativas voltadas para essa região do país, acompanhada da defesa de que um novo texto legal deveria acompanhar o rumo que se pretendia dar à questão.

Caminhando nesta direção, o Congresso Nacional aprovou, em 12 de setembro de 1955, a lei nº 2597[49], tratando sobre as zonas consideradas indispensáveis à defesa nacional, ou seja, a faixa de 150 km de largura, paralela à linha divisória que delimitava o

---

[48] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 110/52*. Rio de Janeiro: 1952. **AN**

[49] BRASIL. Lei n. 2597, de 12 de setembro de 1955. Dispõe sôbre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências... p. 7016-7017.

território brasileiro em relação a seus vizinhos. Um primeiro exame desta legislação permite perceber a semelhança entre as mesmas e os textos legais anteriores, que ela vem substituir[50]. Seu primeiro e sexto artigos, por exemplo, voltavam a enumerar as atividades consideradas de interesse para a segurança nacional: a indústria bélica, a exploração de reservas minerais e de recursos hídricos para geração de energia elétrica, as obras que envolvessem os meios de comunicação, etc. Todas estas iniciativas, para se concretizarem, deveriam ser aprovadas previamente pelo Conselho de Segurança Nacional. Dando continuidade a prescrições legais anteriores, considerava-se a necessidade da existência de 51,0% de capital nacional nestes setores, considerados estratégicos. Dois terços dos trabalhadores aí empregados deveriam ser brasileiros, assim como a administração ou gerência deveria contar com a presença do elemento nacional, na sua maioria.

Em relação à questão fundiária, continuava a existir a limitação de 2000 ha para a concessão de terras públicas, da mesma forma que todas as transações envolvendo estrangeiros estariam sujeitas à aprovação do Conselho de Segurança Nacional. Para isso, a lei determinava a notificação compulsória destas ocorrências, por parte de escrivães e oficiais dos cartórios de registros de imóveis, às autoridades federais competentes. Ainda uma vez, a lei afirmava estarem resguardadas todas as posses que estivessem em desacordo com estes princípios, desde que legalizadas em data anterior à aprovação deste novo texto, bem como a sujeição das empresas colonizadoras aos mesmos ditames aqui enunciados.

Sobre as novidades presentes na Lei nº 2597/55, uma delas era a participação do Congresso Nacional na efetivação de parte das prerrogativas legais que envolviam a região fronteiriça. Pelo parágrafo único do artigo 2º, este órgão poderia, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, incluir ou excluir novas regiões na zona considerada como indispensável à defesa do país, isto é, poderia modificar os contornos da faixa de fronteira. Este dispositivo certamente poderia atender à parte dos reclamos existentes dentro dos estados em relação a este problema, uma vez que o Congresso, pelas suas características de organismo de representação, poderia ser pressionado a propor a exclusão ou inclusão de certas áreas do território brasileiro na faixa de fronteira[51].

---

[50] Com a aprovação desta lei, ficaram revogados os Decretos-lei nº 1164/39, 1968/40, 6430/44, 7724/45 e 8908/46.

[51] Neste sentido, o Conselho Deliberativo da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai — que reunia os governadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e São

Outras medidas previstas por esta lei, em seus artigos 3º ao 5º, exprimiam de forma mais direta não só as intenções do novo texto legal, no sentido de priorizar o enfoque de transformação da região em fronteira viva, como também previam a participação dos governos locais na definição dos rumos a serem dados a esse projeto. Em seu artigo 3º, a lei 2597/55 estabelecia que a União aplicaria, no mínimo, 60,0% da arrecadação anual, recolhida na faixa de fronteira, nos próprios municípios onde os impostos haviam sido arrecadados. Em outros termos, utilizava-se um dispositivo de renúncia fiscal, visando especialmente à execução de projetos nos campos da viação e obras públicas, saúde, educação e desenvolvimento da lavoura e pecuária.

Além disso, ainda haveria a possibilidade de o governo federal financiar 50,0% do custo total de empreendimentos que fossem de responsabilidade da esfera municipal, cabendo neste caso a metade restante ao município atendido[52]. Detalhando o uso dessas verbas públicas, o parágrafo único do artigo 4º declarava que seria dada preferência às construções destinadas a escolas, hospitais e maternidades, redes de água e esgotos, usinas hidroelétricas e rodovias.

Previa-se ainda, como terceira modalidade de investimento do governo federal nessas regiões, no artigo 5º da referida lei, a criação de colônias agrícolas, núcleos rurais e colônias militares, nos locais em que se fizesse necessário fortalecer a presença de elementos nacionais nas fronteiras[53].

Desta forma, pode-se dizer que essa nova legislação continha aspectos de continuidade e ruptura, quando comparada aos decretos-leis que vigoravam na fase anterior. O primeiro conjunto de artigos aqui enumerados, que enfatizava as preocupações em torno da segurança nacional e estabelecia a presença marcante do organismo estatal ligado a este campo — o Conselho de Segurança Nacional — representava a perspectiva de

---

Paulo —, solicitou o empenho da Comissão Especial da Faixa de Fronteira, pelo Ofício nº 77, de 16 de junho de 1955, para a aprovação de projeto de lei original, em circulação no Congresso Nacional, sobre a delimitação em 30 km da faixa de fronteira. BRASIL. Secretaria Geral de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 252/55.* Rio de Janeiro: 1955. **AN**

[52] A aplicação destas verbas pela União, em suas duas modalidades, foi regulamentada, posteriormente, pelo Decreto nº 39605B, de 16 de julho de 1956, que detalhava a forma de apresentação e a documentação que deveria ser amealhada pelos municípios que requeriam estes recursos, bem como os prazos a serem observados pelos mesmos requerentes. BRASIL. Decreto n. 39605B, de 16 de julho de 1956. Aprova o Regulamento da Lei n. 2597, de 12 de setembro de 1955... p. 7917.

continuidade em relação ao período anterior. Simultaneamente, contudo, pode-se dizer que esta parte da nova legislação espelhava igualmente o enfoque de setores da sociedade preocupados com o papel do Estado no controle de atividades consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, como era o caso da extração de recursos minerais e geração de energia.

Mesmo o segundo grupo de artigos da Lei nº 2597/55, no entanto, que enfatizava a preocupação com o desenvolvimento da faixa de fronteira, pensava o Estado como gestor e direcionador de todo esse empreendimento e não deixava de subordiná-lo, igualmente, aos interesses da segurança nacional. O novo entendimento sobre o que seria nesse momento o interesse nacional, entretanto, não levaria mais o Estado e seus legisladores à defesa intransigente da nacionalização das regiões fronteiriças[54]. A questão nacional, naquele momento, seria concretizada por meio de outras posições. Pelo contrário, caberia ao país, pela integração econômica e social crescente de suas fronteiras, utilizá-las como postos avançados de seus interesses, sobretudo aqueles de ordem econômica, em todo o entorno nacional e internacional por elas abrangido. Nestes termos, a legislação aprovada em 1955 apresentava-se como uma ruptura em relação ao período anterior, embora ainda tivesse como pano de fundo o enfoque nacionalista[55].

Em vista deste enfoque privilegiador do desenvolvimento das fronteiras, a própria Comissão Especial ganhou novas atribuições, sendo prevista sua participação como examinadora dos projetos apresentados pelas prefeituras dos municípios fronteiriços, visando a aplicação dos recursos previstos na nova lei. Simultaneamente, porém, foi reforçada a presença do Conselho de Segurança Nacional nesse organismo, com a presença do chefe de gabinete da Secretaria Geral deste órgão entre os membros da Comissão Especial.

---

[53] BRASIL. Lei n. 2597, de 12 de setembro de 1955. Dispõe sôbre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências... p. 7016-7017.

[54] É importante ressaltar que a partir de 1945, ao mesmo tempo em que ocorria a perda do enfoque sobre a segurança nacional entendida sobretudo como um possível ataque de inimigos externos, começou a se fortalecer um novo entendimento sobre o tema, baseado numa outra modalidade de ameaça ao país, desta feita oriunda de seu próprio território, isto é, nascida dentro de suas próprias *fronteiras*. Nestes termos, a integração de todos os rincões do Brasil, significando a efetiva interiorização do desenvolvimento social e político, seria uma das formas mais eficazes de combater este tipo de ameaça, geralmente identificada com o espectro do comunismo. Sobre o novo entendimento sobre segurança nacional cf. HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia:* a educação no Brasil (1930-1945)... p. 30-31.

Além disso, as atribuições diretamente relacionadas às questões de segurança nacional nas fronteiras — a anuência no momento de instalação de determinadas atividades produtivas na região, a discussão sobre a abrangência da faixa de fronteira, etc — passaram a ser de responsabilidade direta do Conselho de Segurança Nacional, cabendo à Comissão Especial apenas a tarefa de instruir os processos sobre esse tema. O primeiro destes órgãos foi referendado, assim, como gestor principal, na esfera estatal, das questões relacionadas às fronteiras e à segurança nacional, o que reforçou igualmente o entendimento sobre o papel complementar da Comissão Especial em relação ao Conselho de Segurança Nacional[56]. Essas modificações levaram, inclusive, à apresentação de um projeto de lei[57], em 1955, propondo a extinção da Comissão Especial, que acabou sendo rejeitado pelo Senado em 1959[58].

3. A faceta externa do projeto de desenvolvimento das fronteiras e a realização do projeto de integração nacional na fronteira Brasil-Bolívia

Se a década de 30 e os primeiros anos da década de 40 haviam sido marcados pela atuação da Comissão Especial da Faixa de Fronteira voltados para a preocupação com a nacionalização das fronteiras, no período que se iniciou em 1945, com a redemocratização do país, presenciou-se uma atividade deste organismo enfocada pela questão nacional, de um lado; e pelas possíveis relações entre nacionalismo, por outro, e a integração das regiões

---

[55] Que será uma questão central no debate social e político em curso no país, durante todo o período democrático que antecede o golpe militar de 1964.

[56] O Decreto-Lei nº 9775, de 6 de setembro de 1946, estabelecera em seu artigo 5º o lugar do Comissão Especial da Faixa de Fronteira como órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional. Assim, à Comissão Especial caberia "(...) estudar, discutir e propôr as soluções relativas às questões que, na forma da Constituição Federal, forem atribuídas ao Conselho de Segurança Nacional, quanto às zonas consideradas imprescindíveis à defesa nacional." Ao Conselho caberia a última palavra e a proposição de ações efetivas neste campo da vida do país, posição que voltou a afirmar-se pela Lei nº 2597/55, quando toda a legislação do Estado Novo sobre o tema, que disciplinara as atribuições da Comissão Especial, foi revogada. BRASIL. Decreto-Lei n. 9775, de setembro de 1946. Dispõe sôbre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. *Coleção das leis de 1946*... p. 314-317.

[57] BRASIL. Projeto de Lei nº 138A/55. Dispõe sôbre a extinção da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e transferência dos encargos e dotações da mesma Comissão... p. 3018-3019.

[58] O que acabou ocorrendo no final dos anos 70 (Lei nº 6559, de 18 de setembro de 1978), quando as atribuições desta Comissão passaram definitivamente para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. ARQUIVO NACIONAL. Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras. *Histórico*. Rio de Janeiro: 1983. **AN**

fronteiriças à unidade nacional, especialmente preocupada com o desenvolvimento desta parte do Brasil.

Em termos de Mato Grosso e particularmente em relação à sua fronteira vizinha à Bolívia, na região de Corumbá, abriu-se naquele momento uma disputa entre dois entendimentos diferentes sobre como se daria esta integração. O primeiro deles, enfatizando a necessidade de defesa da soberania nacional, com o devido cuidado a ser impetrado às fronteiras do país na região e principalmente ao que representariam as explorações de suas riquezas naturais e seu potencial como pólo de contato do país com seus vizinhos latino-americanos, sendo sempre reforçada a necessidade imperiosa da presença do Estado (governo federal) como gestor e incentivador deste processo. O segundo, colocando o ponto nodal da questão fronteiriça na procura da melhor forma, mais rápida e lucrativa, de abri-las à exploração privada, principalmente por meio da atuação dos capitais dispostos a enfrentar os riscos deste empreendimento e com *background* suficiente para fazê-lo, levando em conta uma presença reduzida do Estado nas fases seguintes à regularização inicial das terras e recursos minerais disponíveis.

A primeira dessas posições era defendida por um grupo de militares ligados à Comissão Especial da Faixa de Fronteira, muito embora sem participação direta neste organismo, cujo principal expoente era o General Raul Silveira de Mello[59]. Secundando estes militares, estavam alguns funcionários públicos federais, pertencentes à Comissão de Limites Brasil-Bolívia, cujos trabalhos encontravam-se em andamento nesse período e, estando fixados em Corumbá, conseguiram ainda dar conhecimento dos fatos ocorridos na fronteira à população local, utilizando os periódicos existentes na cidade para este fim. Angariaram, por fim, a simpatia daqueles que foram diretamente atingidos pela flexibilização das normas legais para ocupação da zona de fronteira, pequenos *posseiros* que haviam tido suas terras legalizadas por mandato da Comissão Especial, no momento anterior.

O segundo grupo, que se organizou em torno dessa discussão tinha no governo estadual seus principais baluartes, sem menção especial à existência de diferentes posições entre os dois executivos que se revezaram à frente do estado de Mato Grosso — Arnaldo

Estevão de Figueiredo (1947-1950) e Fernando Corrêa da Costa (1951-1955) —, embora pertencentes a siglas partidárias distintas[60], com diverso leque de alianças. Organizados em torno do executivo estadual estavam os interessados em adquirir ou expandir sua exploração pastoril na região de fronteira — sobretudo para a formação de grandes propriedades, acima dos 2000 ha facultados por lei — e empresas nacionais e internacionais, cuja disposição, no caso da região de Corumbá, estava voltada principalmente para a exploração de minério de ferro e manganês, nos contrafortes do Maciço do Urucum.

Para exemplificar a forma como se deu esta disputa, tratar-se-á novamente da região do Nabileque. Após 1945, o estado de Mato Grosso iniciou a venda das terras existentes na região, argumentando que as mesmas se haviam tornado devolutas, frente às dívidas nunca acertadas entre o poder público estadual, cedente, e a empresa argentina Fomento Sud Americano, como cessionária do arrendamento daquela propriedade. Em outras palavras, o governo estadual, na qualidade de proprietário *legítimo* das glebas ali localizadas, passou a vendê-las, inclusive sem especificar, em vários casos, uma locação definida da área cedida. Isto permitiu aos proprietários que requeriam tais propriedades a demarcação dos terrenos *in loco*, favorecendo o cercamento das terras mais bem localizadas e a sua ocupação imediata, enquanto ainda corria nos foros competentes o processo de regularização da posse. Ainda mais: como o governo estadual garantia a legitimidade da *nova* ocupação, vários *recém*-proprietários eximiram-se ao dever de informar, em locais públicos (fosse nas cidades de Corumbá ou Campo Grande, como em Cuiabá), sobre suas novas aquisições. Da mesma forma, no mais das vezes, tais cercamentos envolveram a utilização de meios violentos, uma vez que, ao ingressarem em suas propriedades, esses fazendeiros depararam-se com os antigos proprietários das áreas, muitas delas legalizadas ou em vias de sê-lo, graças a documentos gerados pela atividade da Comissão Especial da Faixa de Fronteira.

Quanto a este último órgão, se no período anterior as solicitações que lhe eram dirigidas partiam da Associação Comercial de Corumbá e de organismo congênere de parte

---

[59] Informações iniciais indicam que o General Mello, ao atingir este posto do oficialato, passou simultaneamente à reserva, em 1943. Cf. MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário...* Dados bibliográficos.

[60] Arnaldo Estevão de Figueiredo foi eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), apoiado pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Fernando Corrêa da Costa foi eleito pela União Democrática Nacional (UDN). PÓVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso...* p. 438 et seq.; 455 et seq.

dos pecuaristas, desta feita, principalmente a partir do início da década de 50, variada correspondência foi à mesma dirigida solicitando providências e intervenção no problema das terras fronteiriças em Mato Grosso, sobretudo na região do Nabileque, principalmente por parte de pequenos sitiantes localizados naquela região[61]. Em 1960, às voltas com a mesma questão, desta forma registrava o problema o General Raul Silveira de Mello, em carta enviada à Comissão Especial:

> "A principal causa da usurpação, por êsses Estados, de tais terras, tem resultado da incúria e descaso dos próprios órgãos da União responsáveis pelo contrôle e gestão daquele patrimônio territorial. Esta Comissão, volta e meia, tem denunciado em documentos oficiais a obstinação dos governos do Paraná e Mato Grosso em emitir títulos daquelas terras; denunciou a corrida de forasteiros para aquelas terras; idem de formação de empresas para especular com glebas dali, seja mal havidas de terceiros, seja indevidamente adquiridas dos Estados; idem, de registro, pelos Tabeliães, de títulos dos governos estaduais, embora advertidos por lei e por avisos desta Comissão de que a Lei os inibia de fazê-lo; idem, de transmissão entre terceiros de glebas daquelas terras, sabidamente da União."[62]

A Comissão Especial, no entanto, parecia assumir outra posição, envolvendo a própria mudança ocorrida no entendimento do Estado brasileiro sobre esse tema. Desta forma, embora a expectativa do General Mello fosse no sentido de uma posição mais efetiva do governo federal nesse assunto, a Comissão Especial vinha pouco a pouco ausentando-se de tomar uma posição mais contundente sobre a temática em pauta. Ao contrário, ao mesmo tempo em que continuava atendendo aos requerimentos sobre a ocupação de terras na região do Nabileque — oriundos, na maioria dos casos, de antigos ocupantes da região, desejosos de possuírem forma de defesa judicial contra as ocupações em curso — no mesmo processo declarava que

> "(...) seu pronunciamento *não confere a nenhum requerente direitos de ocupação ou de preferência,* cabendo ao Serviço do Patrimônio da União, oportunamente, decidir."[63] (Grifos nossos)

---

[61] Uma vez que os grandes proprietários, provenientes de Campo Grande — e outras regiões do planalto que localiza-se no entorno da planície pantaneira —, do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, interessados na abertura de fazendas no Nabileque, dirigiam-se diretamente ao governo estadual.

[62] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 132/60*: sugestão à Comissão de Fronteiras. Rio de Janeiro: 1960. **AN**

[63] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 496/55.* Rio de Janeiro: 1955. **AN**

Esta decisão de remeter ao Serviço de Patrimônio da União a responsabilidade pela decisão em torno da propriedade das terras devolutas federais levou a Comissão Especial a solicitar deste organismo, como forma de minorar as tensões e conflitos já instalados na região do Nabileque, urgência na demarcação discriminatória da faixa de fronteira no município de Corumbá, uma vez que sempre se alegava o desconhecimento sobre essa linha divisória ao se fazerem negócios na região[64].

Outra alternativa levantada pela Comissão Especial foi a assinatura de convênios com os estados de Mato Grosso e Paraná, visando proceder à regularização das terras situadas na região de fronteira. De acordo com a proposta enviada aos dois governos estaduais, aos executivos de Mato Grosso e Paraná, seria concedida a atribuição de preparo dos processos de distribuição de terras, incluindo informações sobre a situação jurídica das mesmas, assim como sua localização física, com posterior medição e demarcação. À Comissão Especial da Faixa de Fronteira caberia a decisão final sobre as concessões, examinada toda a documentação anteriormente arrolada[65]. A minuta deste convênio[66], enviada aos dois estados em meados do ano de 1955, não chegou, contudo, a ser aprovada.

Em nova correspondência trocada entre estes dois organismos, a União, na figura da Comissão Especial, e o estado de Mato Grosso, pelo representante máximo do poder executivo[67], voltaram a tratar sobre o tema. O mote, desta feita, foi a solicitação de sugestões ao governo estadual, quando da regulamentação da Lei nº 2597/55. Os mesmos temas de discussão foram levantados pelo Ofício do General de Divisão Floriano de Lima Brayner, Secretário Geral da CEFF, quais sejam: a) a existência de litígio entre o Estado e a União no que concerne a terras da região de fronteira; b) a melhor forma de proceder-se ao levantamento destas áreas federais, medi-las e extremá-las em relação aos domínios particulares; c) cadastro das propriedades privadas existentes na faixa de fronteira, sua situação jurídica e sócio-econômica, bem como o conhecimento de seus confrontantes; d)

---

[64] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 127/55.* Rio de Janeiro: 1955. **AN**

[65] Uma vez que o governo estadual defendia interesses bem definidos de grandes latifundiários sobre a posse das terras, era de esperar-se que estas propriedades fossem aquelas a obter o direito de ocupação das áreas em litígio.

[66] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 253/55.* Rio de Janeiro: 1955. **AN**

finalmente, o que fazer frente aos pedidos de concessões existentes, considerando a preferência consagrada em lei, as necessidades de segurança e os tamanhos mais apropriados para propriedades ali localizadas.

A resposta do governo estadual reafirma as suas posições anteriores:

> "Em relação a Mato Grosso, o litígio entre a União e o Estado, se prende a faixa de 66 kilometros na fronteira com as republicas da Bolivia e do Paraguay que a União entende lhe pertencer, em face do disposto no artigo 1º da Lei nº 601 de 1850 e o nosso Estado se julga com igual direito, com exclusão apenas da porção julgada necessária á defesa das fronteiras, fortificações, construções militares estradas de ferro federaes, trechos esses considerados inalienaveis, ex-vida Constituição de 1891, reproduzida no artigo 34 da vingente (sic) Constituição Federal."[68]

Nesta mesma missiva, cujos dados foram arrolados pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado, por meio de Vlademiro Müller do Amaral, seu diretor, afirmava-se igualmente a necessidade de que os títulos emitidos pelo governo estadual fossem respeitados, mesmo que alguns enquadramentos à nova legislação se fizessem necessários. Ainda mais, nas propriedades situadas em zonas onde predominavam terrenos baixos e alagadiços só aproveitáveis pela pecuária, como sói acontecer nos municípios de Mato Grosso, Cáceres, Poconé, Leverger, Barão de Melgaço, Corumbá, Ladário e Porto Murtinho, não deveria haver limitações para explorações superiores aos 2000 ha previstos em lei.

Mantidas as posições relativas ao problema do Nabileque, ao mesmo tempo em que se iniciaram as expedições dos primeiros títulos de aforamento, de acordo com o Decreto-Lei nº 7724/45[69], com a respectiva demarcação discriminatória pelo Serviço do Patrimônio da União[70], o governo estadual lançava a Lei Estadual nº 921, em 10 de novembro de 1956, autorizando a venda do patrimônio estadual naquela região. Os lotes, cujo tamanho girava em torno de 8.000 ha, seriam entregues aos interessados, medidos e demarcados pelo

---

[67] Esta correspondência, datada de 30 de janeiro de 1956, foi enviada ao então governador Fernando Corrêa da Costa, que seria substituído pelo seu sucessor, João Ponce de Arruda, no dia seguinte (31 de janeiro de 1956), sendo que este último deu andamento ao processo.

[68] MATO GROSSO. Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Departamento de Terras e Colonização. *Processo nº 1409/56.* Cuiabá: 1956. **APE-MT**

[69] BRASIL. Decreto-Lei n. 7724, de 10 de julho de 1945. Submete ao regime de aforamento as terras devolutas dentro da faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das fronteiras, e dá outras providências. *Coleção das leis de 1945*... p. 18-19.

governo estadual, a quem caberia receber o pagamento do valor de venda do terreno, além da taxa de medição e demarcação. Em relação às decisões finais de compra, caberiam recursos num prazo de quinze dias, ao executivo estadual.

Para perceber-se o alcance dessas duas posições, é interessante acompanhar o processo que envolveu o General da Reserva Cesar Bacchi de Araujo, que requereu em 1955 terras à margem esquerda do rio Paraguai, próximo ao Forte de Coimbra. Simultaneamente, esperava pelo deferimento do seu processo de aforamento de um lote, vizinho daquele solicitado pelo General Bacchi, o morador Isaías Angelo da Silva, conhecido como "Paraíba" pela população civil das adjacências. Silva, que estivera trabalhando durante 20 anos como batedor para a guarnição do Exército no Forte, teve o seu pedido negado. Segundo apurou Charley Warren Frankie, engenheiro da Comissão Brasileiro-Boliviana de Demarcação de Limites, seção de Corumbá:

> "O Gen. Bacchi achou que as suas terras devem alcançar o lote Guatambú, situado á (sic) 6 km rio abaixo do marco Brasil-Bolivia, por ser um lugar meio alto, bom para porto fluvial e retiro. Soube no Forte, pela boca do Sr. Mauricio Pires, que o próprio Gen. Bacchi lhe falou em não concordar com a locação do Paraíba naquele local, e que iria atrapalhar o despacho do requerimento."[71]

Em outubro de 1953 e no início de 1955, o General Bacchi redigira dois relatórios[72] dirigidos à Comissão Especial, fruto de viagens realizadas à região do Nabileque. Nestes documentos, relatava a presença de posseiros[73] na zona de fronteira, em número reduzido, habitando com suas famílias ranchos de carandá, onde viviam pobremente da caça, pesca e reduzido rebanho de corte e leiteiro. Estes, cujos nomes estavam ligados à história da região, segundo o relator, deviam ter seus direitos protegidos pela União, na medida em que fossem deferidos seus pedidos de aforamento de glebas no Nabileque. O único motivo de

---

[70] Depoimento de Romero Estellita, diretor do SPU, apenso ao Processo 253/55. BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 253/55.* Rio de Janeiro: 1955. **AN**

[71] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 360/54.* Rio de Janeiro: 1954. **AN**

[72] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 166/55*. Rio de Janeiro: 1955. **AN**

[73] Entre estes foram citados Benevides, João Esteves Famoso e João de Deus Lima. BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. Processo nº 166/55. Rio de Janeiro: 1955. **AN**

preocupação deveria ser a posição geográfica deste imóvel, de forma a garantir a rápida efetivação do processo de ocupação produtiva da região.

Outra deveria ser a posição, contudo, em relação aos *grileiros* e àqueles que o General denomina *intrusos*; em ambos os casos, homens que ambicionavam o cercamento de grandes áreas, de 10.000 ou mesmo 30.000 ha, contando para tanto com o aval de práticas violentas, como o uso de capangas e a invasão de propriedades vizinhas. Estes atos deveriam ser combatidos pelos poderes constituídos, para o qual o General Bacchi chamava à responsabilidade pela manutenção da ordem na região, principalmente enquanto não se podia prever solução jurídica para os problemas existentes.

Estas não seriam, contudo, as únicas categorias de requerentes de terras na região. Para o General Bacchi, o Estado não resolveria a questão do desenvolvimento nas fronteiras, enquanto não dirigisse seus esforços para a fixação do empreendedor com capital no Nabileque. Nestes termos, quadros anexados ao primeiro relatório, em 1953, mostravam como a exploração rentável de propriedades com nunca menos que 5000 ha, poderiam gerar, em tempo menor e com maior margem de lucro, rendas em torno de 12,% do capital aplicado, passados dez anos do início da atividade. No caso do pequeno empreendedor, com 2000 ha disponíveis para o trabalho, o tempo mínimo exigido para a formação da propriedade não seria inferior a um período de 20 a 30 anos. Assim:

> "É do interêsse da Defesa Nacional o povoamento, vigilância e enriquecimento de nossa faixa de fronteira em menor tempo possível e, no caso da Pecuária, a distribuição em justas proporções, de glebas de terras de 2.000, 5.000 ou mais hectares. Essa distribuição tem as suas razões em base jurídica e na forma do sentido liberal econômico de nossa Constituição, não limitando em excesso a iniciativa particular e o emprêgo de capital."[74]

Desse modo, era interessante, do ponto de vista defendido pelo General Bacchi, o requerimento apresentado por ele próprio[75], enquanto parte do grupo de *novos pioneiros* da região, passíveis de desenvolver, com maior disponibilidade de capitais e, conseqüentemente, em menor espaço de tempo, as atividades produtivas adequadas para serem implantadas no Nabileque, principalmente a pecuária.

---

[74] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 166/55*. Rio de Janeiro: 1955. **AN**

[75] Juntamente com outros familiares e amigos, como Sebastião Jefferson Bacchi, Ayrton Bacchi de Araújo e Luiz Carlos Bacchi de Araújo.

Ainda no campo das atividades produtivas em andamento na região da fronteira Brasil-Bolívia, colocadas sob a jurisdição da Comissão Especial, estava a exploração dos recursos minerais presentes no Maciço do Urucum, em Corumbá. Em 1949, teve início um intrincado processo de discussão sobre este tema, colocando frente a frente, uma vez mais, o mesmo grupo de contendores.

De fato, em 1943, os decretos de número 11221, 11222, 11223 e 11224, todos de 4 de janeiro, autorizavam o estado de Mato Grosso a explorar as jazidas de manganês e ferro de Urucum, dando o prazo de um ano para que isso se concretizasse, salvo algum impedimento devidamente comprovado pelo governo federal. O estado de Mato Grosso, no entanto, só entraria na posse das jazidas em 21 de janeiro de 1947, sendo que no ano seguinte firmou um contrato com a empresa Sociedade Brasileira de Mineração Ltda. — Sobramil — visando à retirada mínima de 18.000 t/ano de minério, o que poderia ser ultrapassado, para venda a terceiros. Segundo informações do Ministério da Agricultura, fornecidas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, a Sobramil sublocou a empreita para a Companhia Meridional de Mineração, empresa cujo sócio majoritário era a United States Steel Corporation. Devido às restrições impostas pelo artigo 153 da Constituição Federal de 1946, que permitia a exploração de recursos minerais e hidráulicos exclusivamente a empresas nacionais, a companhia norte-americana organizara esta subsidiária no Brasil. Assim, segundo a ordem jurídica vigente, a Companhia Meridional de Mineração estava em situação regular, e podia participar de novos empreitas no país. Deste modo,

> "(...) Cumprida a lei, nesse ponto, examinar-se-á depois, debaixo do ponto de vista do interêsse nacional, a conveniência do negócio, ainda sob a forma de opção, entabolado entre as duas emprêsas." (Os grifos são do autor)[76]

De fato, nenhuma restrição pôde ser levantada quanto ao fato de a Companhia Meridional de Mineração pertencer a uma empresa norte-americana, mas somente a certos aspectos presentes no contrato estabelecido entre esta última e a Sobramil, classificado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM — como irregular e lesivo aos interesses do Estado nacional. Entre eles estavam: 1. a cláusula que eximia a empresa por

---

[76] BRASIL. Ministério da Agricultura. *Processo S.C. n. 9876, de 1949 e DNPM, n. 1365, de 1949*: parecer 2221. Rio de Janeiro: 1949. **AN**

danos causados a terceiros, provenientes da lavra; 2. a permissão para a empresa suspender os trabalhos e desaparelhar a mina a qualquer momento, por uma decisão unilateral. Estes pontos do contrato entre os dois grupos privados, por constituírem agravos ao Código de Minas então em vigor, foram denunciados pelo Ministério da Agricultura, por meio do DNPM. O exame destes fatos pelo Ministério, por sua vez, fora solicitado pela Comissão Especial, único organismo da União a ser comunicado, pela Sobramil, da transação em curso, envolvendo esta empresa e o governo estadual.

O General Raul Silveira de Mello, relator deste processo pela Comissão Especial, investigando o funcionamento da Sobramil em Corumbá, por meio de visitas realizadas nesta cidade em 1948 e 1949, descrevia as atividades mineradoras da empresa, destacando algumas dificuldades enfrentadas naquele momento, que poderiam explicar as razões alegadas em torno do contrato assinado com o estado de Mato Grosso. Pelas informações fornecidas pelo General, o minério de ferro retirado do Urucum, que estava sendo vendido para a Argentina, enfrentara dois problemas fundamentais para sua exportação: 1) a dificuldade de transporte, uma vez que o Serviço de Navegação da Bacia do Prata — SNBP — não possuía barcaças suficientes para o transporte do produto; 2) a concorrência belga na praça argentina, oferecendo o produto a preços menores. Desta forma, nas palavras do General, o alto-forno continuava funcionando, mas o gusa amontoava-se nos pátios da Sobramil, sendo em parte escoado para São Paulo, onde poderia alcançar outros compradores, frente às dificuldades da exportação originariamente programada. Quanto à exploração do manganês, encontrava-se montada certa infra-estrutura, proveniente de explorações anteriores, porém já fora de uso. Na verdade, a mineração de manganês encontrava-se paralisada.

Todo este contexto de dificuldade enfrentado pela empresa[77], contudo, não poderia fazer o país descuidar-se de sua tarefa fiscalizadora em relação às suas regiões de fronteira, insistia o referido militar. Desta forma, aproveitava[78] este novo incidente para reafirmar a necessidade de que o Congresso Nacional estabelecesse em definitivo a faixa de 150 km

---

[77] Estas dificuldades, contudo, não impediriam o funcionamento da Sobramil, até meados dos anos 60, quando esta empresa foi fechada. Não inviabilizou, igualmente, o papel dinamizador que ela representou na economia local. Esta presença, contudo, vai dar-se no contexto de um centro periférico em termos de sociedade capitalista sofrendo, portanto, as vicissitudes próprias a esta posição.

[78] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Relatório das atividades da Comissão – 1949.* Rio de Janeiro: 1949. **AN**

como zona de interesse para a defesa do país, regulamentando o artigo 180 da Constituição de 1946, legislação essa que seria complementada por dispositivo específico a ser proposto pelo Poder Executivo ao Legislativo, por meio do Conselho de Segurança Nacional.

Em relação ao caso da Sobramil e da Companhia Meridional de Mineração, como constatado em capítulo anterior deste trabalho, novo contrato foi assinado em 1953, entre o governo de Mato Grosso e a primeira daquelas empresas, sendo em seguida renovado também o compromisso entre a Sobramil e a empresa encarregada da lavra de Urucum — a Companhia Meridional de Mineração. Neste caso, o governo do Estado, representado pelo chefe do Poder Executivo, Fernando Corrêa da Costa, parece ter compartilhado das críticas esboçadas pelo governo federal ao contrato assinado por seu antecessor, Arnaldo Estevão de Figueiredo, uma vez que

> "(...) exaustivas demarches [foram realizadas] pela posse definitiva das jazidas até as negociações para a base do novo contrato entre o Estado e a SOBRAMIL, e entre esta e a MERIDIONAL, fazendo caducar automaticamente o anterior que julgávamos lesivo para os cofres estaduais (...)."[79]

Ao que tudo indica, porém, apesar desta novo posicionamento assumido pelo governo estadual, em particular na discussão que envolveu a ação mineradora em Urucum, diretivas como aquelas defendidas pelo General Mello, sobre uma presença mais efetiva da União nas regiões de fronteira, estavam cada vez mais distantes do cenário político nesse período, pelo menos enquanto atividades que tendessem a priorizar a nacionalização efetiva da zona de fronteira, como medida de segurança nacional. Em assim sendo, se em 1947, pela Lei nº 121, de 22 de outubro[80], Corumbá fora incluída na listagem dos portos militares de *excepcional importância para a defesa externa do país*, já em 1952, o mesmo Congresso, pela Lei nº 1767, de 18 de dezembro[81], excluía desta classificação o município mato-grossense. Isto não só permitia o retorno da cidade à sua normalidade eleitoral, como certamente facilitaria o andamento de projetos sócio-econômicos que, ao contrário,

---

[79] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. **APE-MT**

[80] BRASIL. Lei n. 121, de 22 de outubro de 1947. Declara, para fins do § 2º do art. 28, da Constituição Federal, os Municípios que constituem bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país. *Coleção das leis de 1947...* p. 9-10.

[81] BRASIL. Lei n. 1767, de 18 de dezembro de 1952. Exclui da cláusula constante do art. 1º da lei n. 121, de 22 de outubro de 1947, o município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso. *Coleção das leis de 1952...* p. 115.

deixavam de enfrentar as dificuldades próprias àquelas iniciativas marcadas pela chancela de estarem desenvolvendo-se numa zona considerada de importância estratégica para o país.

Além disso, em se tratando de política externa, a questão em torno da qual giraram as discussões, envolvendo a região fronteiriça comum ao Brasil e Bolívia nesses anos, foi certamente a construção do ramal ferroviário entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra, bem como sua posterior inauguração e funcionamento. Acoplada a esta primeira, porém em segundo plano, esteve a preocupação com os trabalhos da Comissão Mista Demarcadora de Limites Boliviano-Brasileira.

Na verdade, a preocupação central era o incremento do intercâmbio comercial entre os dois países, num momento em que a indústria radicada no Brasil iniciava um período de expansão, no qual a Bolívia representava um mercado em potencial para seus produtos. Tendo em vista esta questão, o acordo comercial que fora pauta de entendimentos entre os dois países nos anos 40 foi assinado, a partir de debates que se estenderam até o ano de 1956, intensificando-se entre 1956 e 1958, sendo que nestes dois últimos anos as reuniões bilaterais aconteceram ora no município de Corumbá, ora na cidade boliviana de Roboré. Finalmente, preparadas as minutas finais do Tratado de Roboré[82], como ficou conhecido, foi o mesmo firmado entre os dois países a 29 de março de 1958.

Faziam parte do tratado onze convênios, visando atingir a questão comercial, no geral, entre os dois países; o comércio inter-regional e o tráfico fronteiriço, ou seja, pontos que envolviam especificamente as relações comerciais nas regiões fronteiriças de Brasil e Bolívia; o estabelecimento de zonas francas para importação e exportação provenientes da Bolívia, nas cidades de Belém (estado do Pará), Porto Velho (Território de Rondônia) e Corumbá (estado de Mato Grosso); o intercâmbio cultural; a navegação nos rios da Bacia Amazônica, situados em territórios dos dois países, etc.

Sobre a região fronteiriça, o *Convênio de Tráfego Fronteiriço* previa a liberação de impostos e taxas aduaneiras sobre o comércio de pequena monta, limitado a Cr$ 3.000,00 semanalmente, no caso de pessoas físicas residentes na zona de fronteira Brasil-Bolívia. O *Convênio de Comércio Inter-regional*, por sua vez, previa o estímulo ao intercâmbio de

---

[82] BOLÍVIA. H. Senado nacional. *Convenios suscritos entre Bolivia y el Brasil, preparados en Roboré y firmados en La Paz, en el 29 de marzo de 1958.* La Paz: 1967.

artigos produzidos, cultivados e manufaturados entre as regiões abrangidas pelos Estados de Mato Grosso, Amazonas e Territórios do Acre e Rondônia, no lado brasileiro, e os Departamentos de Beni, Pando e Santa Cruz, no lado boliviano, permitindo ainda a isenção, pelo prazo de um ano, de impostos e taxas aduaneiras de alguns produtos, quando provenientes e comercializados por estas regiões. Entre os produtos constantes da pauta de exportação dos estados brasileiros à Bolívia estavam o açúcar não-beneficiado; chá e erva-mate; charque; sal; adubos fosfatados e nitrogenados em geral, herbicidas e assemelhados; medicamentos, soros e vacinas; cimento "Portland"; gado para reprodução e para abate; instrumentos e ferramentas agrícolas; peças e artigos para veículos automotores; produtos siderúrgicos em geral. O tráfego de produtos bolivianos para o Brasil incluía a borracha não-beneficiada; gesso; madeiras; quinino; castanhas; sal; charque; gado em pé para abate.

Desta forma, no que tange à Bolívia, sua exportação recaía fundamentalmente sobre produtos primários, que seriam beneficiados no Brasil ou passariam pelos portos brasileiros para serem exportados e manufaturados no exterior. Ao contrário, grande parte da pauta de produtos exportados pelo Brasil recaía sobre mercadorias manufaturadas, nas quais havia participação de empresas brasileiras ou, perante as quais, estas atuavam como intermediárias de produtores de outros países. No caso específico de Mato Grosso, chá e erva-mate eram produtos extraídos no estado mas beneficiados na Argentina; o charque, o cimento "Portland", os produtos siderúrgicos, o sal, a cal e o calcário — estes últimos utilizados na agropecuária como herbicida e adubo — eram produzidos localmente, situando-se empresas fabricantes destas mercadorias no município de Corumbá; o gado também era produto local mas espalhava-se igualmente por vários pontos do território mato-grossense.

No campo cultural, além da ênfase no intercâmbio, é interessante destacar a concessão de bolsas de estudo a estudantes bolivianos, especialmente em cursos agronômicos, e para estudos voltados às áreas de Engenharia de Minas e Petróleo, Geologia, Petroquímica e outros ramos de estudo vinculados à indústria petrolífera[83].

---

[83] É interessante destacar que este era um campo de particular interesse do Brasil, pelo qual o país prestara seu apoio indireto aos bolivianos, nas negociações que resultaram do fim da Guerra do Chaco. As possibilidades existentes para uma futura exploração do petróleo do Chaco também foram decisivas na acomodação dos interesses dos dois países em torno do melhor traçado para o ramal ferroviário que demandaria Santa Cruz de la Sierra, como lembrado anteriormente.

Sobre a zona franca situada em Corumbá, sua instalação havia sido prevista no artigo 8º do Tratado de Vinculação Ferroviária, de 28 de fevereiro de 1938,

> "(...) através do qual os dois Governos resolveram pela conveniência de reservar no Porto de Corumbá parte de suas instalações para estabelecer, nas proximidades do referido Porto, outras [instalações] especiais, destinadas a facilitar o trânsito de mercadorias de importação e exportação para a Bolívia e da Bolívia [...]"[84]

Nos limites desta zona franca, para efeitos aduaneiros, as mercadorias seriam consideradas dentro de um regime livre, permitindo-se sua circulação, reembarque, reacondicionamento, subdivisão e outras operações comerciais, de forma irrestrita. Da mesma forma, a responsabilidade pela instalação e manutenção desta zona franca caberia ao governo boliviano, sob acompanhamento das autoridades do Brasil.

Delimitou-se desta maneira, nos anos 50, um novo momento de internacionalização da vida econômico-social da fronteira, envolvendo desta feita a conclusão e funcionamento do eixo ferroviário que interligou Porto Esperança-Corumbá e, na continuidade, com o departamento boliviano de Santa Cruz de la Sierra, através do ramal Puerto Suárez-Santa Cruz[85]. Esta *captura* do comércio consumidor boliviano via Corumbá, como a denomina Ito[86], foi acompanhada, dos vários acordos internacionais entre os dois governos, já citados, que vão da isenção de taxas aduaneiras para os produtos exportados pelo Brasil até convênios bilaterais de desenvolvimento cultural das áreas da fronteira Brasil-Bolívia.

Graças a esse movimento comercial, as empresas atacadistas de Corumbá alcançaram significativo crescimento (expansão do número de empresas e volume de cargas). Ainda nos anos 50, a zona atacadista instalou-se na região próxima à estação da NOB, aproveitando a facilidade do contato com a ferrovia. Assim, foi uma vez mais o movimento estratégico do Brasil em relação às suas fronteiras, determinado pelo quadro de inserção internacional e nacional do país, no pós-guerra, no planos econômico-social, e as conseqüências desta atividade — no caso em questão, a conclusão da construção do ramal ferroviário que demandava Santa Cruz de la Sierra e as repercussões desta construção no

---

[84] BOLÍVIA. H. Senado Nacional. *Convenios suscritos entre Bolivia y el Brasil, preparados en Roboré y firmados en La Paz, en el 29 de marzo de 1958.* La Paz: 1967. Neste último ano, o Tratado de Roboré ainda estava em tramitação no Congresso Nacional boliviano, para ser referendado. No Brasil o mesmo processo ocorrera entre 1961 e 1964.
[85] ITO, Claudemira Azevedo. *Corumbá:* a formação e o desenvolvimento da cidade... p. 117 et seq.
[86] *Ibid.,* p. 128 et seq.

desenvolvimento do município de Corumbá e região, particularmente na área comercial — que produziram efeitos mais duradouros na zona de fronteira. Além disso, a proposta concretizada nesse período reforçava a visão do Estado brasileiro sobre a necessidade de transformar a região em foco numa fronteira viva, à medida que se conseguisse incorporá-la produtivamente ao restante do país.

Os efeitos destas iniciativas, entrementes, não se fizeram sentir de forma duradoura. Com a chegada da crise de meados dos anos 60, a incipiente atividade industrial em Corumbá foi atingida de forma irreversível e profunda. Apesar disso, a região continuou a atuar como pólo comercial, embora cada vez mais envolvida na distribuição dos produtos industrializados provenientes do Centro-Sul do país.

4. A educação no interior do projeto nacional-desenvolvimentista

Assim como a disputa em torno da questão de se imprimir ou não um caráter nacionalista[87] ao projeto de desenvolvimento em curso no Brasil do pós-guerra estivera presente nos âmbitos econômico e político, ele também terá desdobramentos no plano social, particularmente nas discussões[88] acerca dos rumos a serem dados à questão educacional nesse momento histórico.

Nestes termos, deram-se tanto as discussões sobre a questão educacional no processo constituinte de 1946, como o início da discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDBEN — a partir de 1948.

---

[87] Neste contexto, é imprescindível considerar-se dois aspectos. O primeiro, que o nacionalismo teve diferentes matizes, neste momento histórico. O segundo, que a concretização deste ideário estaria *sempre* e *necessariamente* subordinada às determinações mais amplas do processo de produção e reprodução do capitalismo enquanto modo de produção, sendo que neste contexto o Brasil ocupava um posição periférica.

[88] Este esforço interpretativo está baseado na concepção metodológica exposta a seguir, nas palavras de Marx: "(...) na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência." MARX, Karl Para a crítica da economia política... p. 29-30.

Tanto Cury, Horta e Fávero[89], assim como Oliveira[90] declaram que os debates em torno do capítulo sobre educação na Constituinte de 1946 estiveram centrados sobre o papel do Estado frente ao desafio educacional brasileiro, e principalmente sobre a extensão desta presença. Daí viria um primeiro questionamento: a quem cabe educar ? Os parlamentares comprometidos em estender o campo de ação do ensino particular, entendiam constituir-se a presença do Estado na educação como um fator inibidor dos direitos individuais, uma vez que à família deveria ser dada liberdade de escolha sobre que tipo de escola seus filhos deveriam freqüentar. O grupo contrário, por sua vez, defendia a extensão do ensino público e gratuito como forma de garantir o acesso generalizado de todo cidadão à educação escolar. Isso não significaria coibir a existência de escolas privadas, laicas e confessionais, nas quais as famílias que desejassem poderiam matricular seus filhos. Uma questão que também foi recorrente neste contexto era aquela sobre a presença ou não do ensino religioso nas escolas públicas, na verdade um desdobramento da discussão sobre em que medida as esferas pública e privada deveriam ter espaço dentro da escola.

A posição vencedora, nestes aspectos — referendando também neste contexto parlamentar a busca do equilíbrio, da posição do meio, do consenso, própria ao momento histórico analisado — consagra a educação como dever da família e do Estado, ficando subentendido que a presença da família como educadora já estava garantida no capítulo referente àquela instituição social[91]. Nestas condições, foi referendada a presença do ensino religioso nas escolas públicas, desde que se mantivesse a presença a estas aulas facultativa. Como sintetizam Cury, Horta e Fávero[92],

> "No fundo, há um cruzamento entre a educação como iniciativa particular, seu valor e seus limites, e a educação como concessão do Estado, seu campo de abrangência e aplicabilidade."

Outro tema que marcou o debate sobre a presença do Estado na educação foi o da liberdade de ensino, ou seja, permitir ou não a existência de escolas liberadas de controle e fiscalização pelo Estado. Essas emendas não foram incorporadas ao projeto, baseando-se os

---

[89] CURY, Carlos Roberto Jamil, HORTA, José Silvério Baía, FÁVERO, Osmar. A relação educação-sociedade-Estado pela mediação jurídico-constitucional... p. 15-16.
[90] OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A Educação na Assembléia Constituinte de 1946... p. 165 et seq.
[91] *Ibid.,* p. 177.
[92] CURY, Carlos Roberto Jamil, HORTA, José Silvério Baía, FÁVERO, Osmar. *Op. cit.,* p. 16.

parlamentares que se dirigiram contra elas no fato de que as mesmas feriam o princípio da unicidade do ensino, isto é, a existência de uma escola de âmbito nacional.

Da mesma maneira, apesar de se garantir a presença do Estado como fiscalizador de toda a rede escolar, pública e privada, a Constituição de 1946 só conseguiu garantir o acesso gratuito de todo cidadão à escola primária. Nos demais graus de ensino, a gratuidade ficaria sujeita a que se comprovasse, por parte do educando, insuficiência de recursos. Além disso, o mesmo artigo 168, que tratava do tema da gratuidade do ensino, previa também a responsabilidade das empresas na educação dos seus empregados menores e dos filhos de seus trabalhadores, quando estes perfizessem mais de 100 empregados[93]. Em todos os casos, também a obrigatoriedade ficava restrita às quatro séries do ensino primário[94].

No que tange ao financiamento, ficou estabelecido que a União aplicaria nunca menos de 10,0% da renda resultante dos impostos na esfera educacional, ficando os estados e municípios com a responsabilidade de aplicar nunca menos de 20,0% da mesma fonte. Estas verbas deveriam ser gastas pelos estados da federação com os ensinos primário e médio, nos quais a União teria ação supletiva. Quanto aos municípios, estes poderiam manter escolas primárias, desde que não constituíssem sistemas autônomos, em relação ao estado da federação no qual estavam inclusos.

Assim, pode-se considerar que o debate em torno da Constituição de 1946, em matéria educacional,

> "(...) privilegiou o debate público-privado, e mais especificamente, o da relação Estado-Igreja e seus desdobramentos na esfera educacional. Isto se deu em detrimento de uma reflexão mais abrangente que localizasse claramente os nossos principais problemas educacionais e formulasse as diretrizes para sua resolução, postergando-se, (sic) tal definição para o momento seguinte, quando da discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Plano Nacional de Educação, que seriam aprovados mais de quinze anos depois de promulgada a Constituição."[95]

Neste interregno de quinze anos, entre 1946 e 1961, o país passou por profundas mudanças, algumas já apontadas anteriormente[96], de forma que a transição econômica avançara, no sentido de aprofundar o processo de industrialização e monopolização da

---

[93] RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da educação brasileira...* p. 123.
[94] OLIVEIRA, Romualdo Portela de. *Op. cit.,* p. 179-182.
[95] *Ibid.,* p. 187.

economia. Como lembra Singer, se até o final do governo Vargas a política econômica tivera um caráter centralizador, que pretendia colocar a condução das transformações, mesmo que promovidas com capital e tecnologias importados, nas mãos do Estado, o governo Kubitschek, embora ainda marcado pela preocupação desenvolvimentista, promoveu uma inflexão da economia nacional, apostando na internacionalização da economia sob a égide do capital e tecnologias externos.

Como destaca Xavier[97], no primeiro momento da discussão da LDBEN, entre 1946 e 1952 — incluso aí o período em que o anteprojeto ficou arquivado no Congresso (de meados de 1949 a maio de 1952) — a questão das atribuições, responsabilidades e limites da ação estatal impôs-se, revestida pelo debate entre centralização e descentralização da organização do ensino. O anteprojeto enviado pelo Ministro da Educação do governo Dutra, Clemente Mariani, fruto do trabalho de uma comissão[98] que começara a funcionar em 18 de setembro de 1947, privilegiou uma visão descentralizadora[99] de estrutura educacional, como aquela defendida pela Associação Brasileira de Educação[100], desde 1930. Apesar das mudanças introduzidas neste anteprojeto pelo ministro, que procurou reforçar as atribuições da pasta ministerial que ocupava, o documento enviado à Câmara em 29 de outubro de 1948 ainda privilegiava uma visão descentralizadora. Assim,

> "A dificuldade em compatibilizar o projeto de descentralização educacional com o projeto pedagógico que postulava a unificação e, portanto, a centralização do sistema em torno de princípios básicos norteadores gerou o discursório doutrinário, repassado de intenções

---

[96] Parte primeira deste capítulo.

[97] XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Capitalismo e escola no Brasil*... p. 170.

[98] "Integraram a Comissão educadores de várias tendências; escolanovistas que não colaboraram com o Estado Novo, como Fernando de Azevedo, escolanovistas que participaram do Estado Novo, como Lourenço Filho, católicos tradicionalistas como o Padre Leonel Franca e Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athaíde), e outros." GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação*... p. 112.

[99] Nestes termos, o anteprojeto, embora tendo ido ao encontro da inspiração liberal-democrática da Constituição de 1946, não deixou de se preocupar com o caráter *nacional* que deveria ser impresso à educação brasileira, prevendo assim a existência de órgãos normativos de caráter geral, como o Conselho Nacional de Educação e respectivos Conselhos Estaduais; a existência dos sistemas nacional e estaduais de educação; a realização de exames de Estado, para a conclusão de cursos; a implantação de concursos públicos para a contratação de professores, entre outros. Simultaneamente, no entanto, não deixou de enfatizar a autonomia didática e financeira das Universidades, a flexibilidade na organização do ensino médio, etc.

[100] Segundo Oliveira, a ABE, que congregava os pioneiros de 1932, era a única entidade a possuir uma visão orgânica sobre as diretrizes a serem impressas à educação brasileira. Não por acaso, como lembra Saviani, é de sua autoria o anteprojeto de LDBN apresentado à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em 1952, e que será por esta acolhido, e discutido junto com o anteprojeto original. Cf. OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A Educação na Assembléia Constituinte de 1946... p. 187.; SAVIANI, Dermeval. *Educação brasileira*... p. 16.

> político-partidárias, que culminou na rejeição do primeiro projeto de lei apresentado."[101]

O parecer que gerou a rejeição do anteprojeto coube a Gustavo Capanema que, em parecer apresentado à Comissão Mista de Leis Complementares, em 14 de julho de 1949, reinterpretou os termos diretrizes e bases, presentes no próprio nome do documento proposto para discussão. Capanema procurou argumentar, como destaque dado a esta nomenclatura, que caberia exclusivamente à União, nos termos propostos pela Constituição de 1946, o estabelecimento das diretrizes e bases da educação nacional, cabendo aos estados a organização de seus sistemas de ensino, a partir destes princípios norteadores. Considerandos estes pressupostos, o projeto seria inconstitucional, por ferir estes dispositivo da Carta Magna brasileira[102]. No momento da tramitação do projeto, e a partir da argumentação apresentada por Capanema, este deputado conseguiu paralisar o andamento dos trabalhos, e este documento foi arquivado.

Dois anos depois, no transcorrer de uma nova legislatura, em 19 de julho de 1951, a Comissão de Educação e Cultura solicitou o seu desarquivamento. Após a reconstituição do projeto original, este passou a ser examinado novamente pela comissão em foco. Nesse ínterim, quase um ano depois, em 8 de maio de 1952, a Associação Brasileira de Educação apresentava sua sugestão de anteprojeto de LDBEN, acolhido pelos parlamentares, junto com o projeto original. Nesse momento começou a tomar corpo outro conflito na tramitação desta matéria, aquela que se fortaleceria nos anos seguintes, até a aprovação final desta lei em 1961, e que oporia os defensores da escola pública, por um lado, e do ensino privado, por outro[103].

Este outro par de oposições iria reforçar as expectativas da iniciativa privada no tocante ao projeto, para que este contemplasse não apenas a descentralização administrativa e normativa, mas também a autonomia dos órgãos de direção do ensino — Conselhos Federal e Estaduais de Educação — permitindo uma participação igualitária da representação da escola particular nestes espaços. Assim, a liberdade de ensino — consubstanciada na *livre escolha da família* sobre qual rede de escolas escolheria para a

---

[101] XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Op. cit.,* p. 170-171.
[102] SAVIANI, Dermeval. *Educação brasileira...* p. 10-11.
[103] *Ibid.,* p. 16.

educação de seus filhos — a partir desse momento, passou a ser o eixo das discussões sobre a LDBEN. Deste pressuposto fundante, entendiam os legisladores e outros setores[104] da sociedade civil, que defendiam essa posição, ser necessário garantir, para a execução deste direito, a extensão da possibilidade de uso de recursos públicos também à rede privada de ensino, permitindo igualmente seu assento nos organismos diretivos da educação nacional.

Nestes termos, em 29 de maio de 1957 começaram na Câmara Federal os debates sobre o anteprojeto, já aposto a este último o parecer do relator, que fora apresentado ao plenário desta casa legislativa em 14 de novembro de 1956. Até a aprovação final desta legislação, em 20 de dezembro de 1961, ainda foi apresentado para discussão o substitutivo do deputado udenista Carlos Lacerda, em 26 de novembro de 1958, que acirrou, sobremaneira, os debates então em curso sobre a questão das escolas pública e privada.

Xavier chama a atenção para esta mudança de rumos tomados pelos embates em torno da aprovação do projeto da LDBEN, iniciada durante o governo Vargas: não se tratava propriamente de um deslocamento do eixo das discussões em relação à primeira discussão, aquela centrada nas preocupações sobre centralização e descentralização da administração educacional brasileira. Ao contrário, a autora enfatiza que essa mudança fora provocada pela evolução do eixo central dos debates, qual seja, a redefinição das funções do Estado na sociedade brasileira e de suas relações com a iniciativa privada.

Assim, as transformações sofridas pela sociedade até aquele momento levavam as classes dominantes a pleitear a manutenção da presença do Estado na vida social, entendendo, contudo, que a este caberia mobilizar seus recursos para o uso e usufruto da iniciativa privada, inclusive o capital internacional:

> "Se numa primeira fase predominara a preocupação em resgatar a plena hegemonia dos grupos dominantes através da recuperação da direção política do país, e isso induzira à defesa generalizada do princípio

---

[104] "[Barros] (...) denuncia a presença, no projeto, de toda a doutrina educacional da Igreja Católica, fundamentada em várias encíclicas papais. Por meio dessa análise, percebe-se que, na verdade, o conceito de liberdade de ensino, que então prevalecia, era o mesmo conceito proposto pelos documentos papais, nos quais ele se limitava, pura e simplesmente, à exclusiva liberdade da Igreja de exercer a ação educativa. Considerando, porém, que no Brasil, por lei, ela não podia reivindicar essa exclusividade, então sua bandeira de luta foi a oposição ao monopólio do ensino que, pretensamente, estaria sendo exercido pelo Estado, ou reivindicado pelo projeto primitivo das Diretrizes e Bases. Como esta oposição interessava também à iniciativa privada leiga, esta cerrou fileiras (sic) como liberdade que deveria ser concedida a todos de abrir escolas, sem ingerência do Estado, passou a ser a bandeira de luta dos interesses privatistas." BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional...* p. 305-348 Apud ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil...* p. 177.

> descentralizador, uma vez garantida a 'democratização' da máquina estatal, cuidava-se de mantê-la na função de provedora dos recursos necessários ao exercício das 'liberdades democráticas'."[105]

Esses embates, que contrapuseram privatistas e os defensores da presença do Estado na educação não como simples mantenedor das condições de liberdade do mercado educacional, mas sobretudo como responsável pela direção e manutenção da rede pública de ensino, além de legislador/executor nas matérias que fossem da alçada de educação nacional como um todo, aprofundaram-se a partir da segunda metade dos anos 50 e na década de 60.

Nesses anos, sobretudo a partir do governo Kubitschek, explicitou-se e aprofundou-se a discussão sobre o relacionamento entre educação e desenvolvimento, entendida como a necessidade de que a educação se voltasse para a formação do homem brasileiro, tendo em vista o crescimento econômico do país. O nacional-desenvolvimentismo, com estes parâmetros, comportou duas posições, herdeiras das posições nacionalistas e *entreguistas* até então existentes: 1. Uma primeira postura que articulava educação e consciência nacional, preocupada com a contribuição da escola para as transformações político-sociais do país, em direção a um Brasil mais igualitário e justo. Fruto desta preocupação foi a gestação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, em julho de 1955, durante o governo Café Filho. 2. A segunda posição relacionava a educação nacional com a formação de recursos humanos para as tarefas de industrialização, modernização da agricultura e ampliação dos serviços, e esteve presente tanto nos planos de governo de JK, como aparecia nas suas justificativas para investimentos mais substantivos na expansão do ensino no Brasil, a partir de 1955[106].

Enquanto se desenvolviam estes debates em torno da Constituinte e, posteriormente da LDBEN, no aspecto organizacional o Estado continuou a atuar no sentido da consolidação da educação em bases nacionais, dando continuidade às ações que haviam norteado este processo até então. Nestes termos, continuou a prestigiar e fortalecer as

---

[105] XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Capitalismo e escola no Brasil*... p. 171.

[106] A primeira foi assumida brevemente como organizadora das iniciativas governamentais em 1962-63, quando o governo federal incentivou e apoiou financeiramente algumas experiências na área da educação popular; a segunda, tornou-se hegemônica e fortaleceu-se na década de 70, com a presença da teoria do capital humano, pensando a educação como investimento produtivo para o país, na perspectiva de formação de mão-de-obra para os setores dinâmicos da economia nacional. FÁVERO, Osmar. A educação no Congresso Constituinte de 1966-67... p. 242-243.

atividades do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — INEP — criado em 1937, e que teria nesses anos uma presença cada vez maior no campo educacional brasileiro, contando com a presença de educadores de renome na sua direção, como foi o caso de Anísio Teixeira, que permaneceu como seu diretor entre 1951 e 1964[107]. No aspecto da formação profissional, e também relacionado à figura de Anísio Teixeira, aconteceu a consolidação da CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pensada inicialmente com uma perspectiva de existência temporária e que foi transformada, em 1951, em órgão permanente de assessoramento educacional do Ministério da Educação e Saúde. Outro organismo surgido neste mesmo ano foi o Conselho Nacional de Pesquisa[108].

Ainda no aspecto organizacional, a vinculação orçamentária prevista pela Constituição de 1946 permitiu a implantação definitiva, durante o governo Dutra, do Fundo Nacional do Ensino Primário e a criação, em 1954, da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). Apesar disso, conforme constata Ribeiro, após o exame dos percentuais orçamentários aplicados pelos governos federal, estaduais e municipais na educação,

> "Conclui-se, desta maneira, que o aumento de verbas, mesmo em termos percentuais, tendo-se por base 1945-1955, é o acontecimento constante e mais significativo quanto à União e aos municípios. Mas, não chega a ser em tal grau que indique condições financeiras absolutamente diferentes na tarefa de organização nacional da educação."

Esta observação de Ribeiro ganha maior sentido quando o volume de recursos aplicados é confrontado com os resultados do processo de expansão do ensino neste período, sobretudo do ensino primário. Neste sentido, o analfabetismo, cujo combate ganhou destaque no discurso oficial nestes anos, decresceu em 5,5% entre 1940 e 1950 e em 11,1% entre 1950 e 1960. Este resultado, contudo, não diferencia muito estes períodos

---

[107] Neste sentido, "como diretor do Inep, Anísio Teixeira instituiu o CBPE [Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais] com o intuito de coordenar estudos sociológicos, antropológicos, estatísticos e históricos sobre a realidade brasileira. Além deste, foram criados os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais em Belo Horizonte, Salvador, São Paulo e Porto Alegre que realizavam diversos trabalhos articulados com as universidades dessas cidades e com a Secretaria de Educação e Saúde do Estado, no caso específico de Salvador." NUNES, Clarice. Anísio Spínola Teixeira... p. 57. Da mesma forma, o INEP patrocinava cursos de formação e capacitação nas áreas de gestão e coordenação educacional, como aqueles dos quais participaram diversos educadores de Mato Grosso.

[108] RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da educação brasileira...* p. 135.

de etapas anteriores da história educacional do país, já que o grau de diminuição do número de pessoas analfabetas entre 1890-1900 e entre 1920-1940 foi o mesmo: 10,0%[109].

Da mesma forma, embora a ampliação da rede escolar fosse uma constante, tanto em relação ao pessoal docente quanto em relação ao número de alunos matriculados, esta escola ainda não chegava a atender a toda a população em idade escolar. Esta última, segundo os dados disponíveis, chegou a 5.287.587[110] em 1935 e a 6.127.996[111] em 1955. Deste total da população em idade escolar — incluindo-se aí os alunos repetentes e retardatários, com mais de 10 anos — 54,4% estavam sem escola, em 1935 e 25,8% continuavam nesta situação, em 1955. Além disso, pelo menos 15,0% da população que se matriculava nas escolas não chegava a freqüentar a escola regularmente.

Os mesmos dados indicam, contudo, que, apesar dos problemas apontados pela autora, os índices de alunos em idade escolar fora da sala de aula caíram no período no período 1935-1955. Se é verdade que continua alta a seletividade e a reprovação dentro das escolas, também é correto afirmar que a expansão do ensino teve alguma efetividade no tocante ao atendimento da população escolarizável[112].

Outro problema que a expansão não conseguiu equacionar foi o da formação do professor. Se em 1945, 38,0% dos professores eram leigos, esse número elevou-se a 45,9% em 1955[113].

Cresceram igualmente, no período, as matrículas do ensino médio, que passaram, segundo os dados disponíveis[114], de 173.981 em 1935 para 752.106 em 1955. Mantendo-se o processo de seletividade apontado para o ensino primário, enquanto 5,8% daqueles que se matricularam em 1935 não chegaram sequer a freqüentar os bancos escolares na escola média brasileira (diferença entre a matrícula geral e a efetiva, neste grau de ensino), esta porcentagem aumentou para 9,2% em 1955. Contribuíam para este processo, com certeza, a

---

[109] RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da educação brasileira...* p. 128.
[110] *Ibid.,* p. 71, tabela XVII. Apud *Id., História da educação brasileira...* p. 129.
[111] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1956... p. 29 Apud RIBEIRO, Maria Luísa S. *Op. cit.,* p. 129.
[112] Neste caso, como será tratado a seguir, para estado de Mato Grosso foi essencial o aporte de recursos financeiros acontecido neste período, no caso do ensino público, sobretudo por parte do governo federal.
[113] RIBEIRO, Maria Luísa S. *Op. cit.,* p. 131. Esta questão era agravada, no caso de Mato Grosso, por exemplo, pelo grande número de escolas existentes na zona rural
[114] Devido as modificações introduzidas no ensino médio entre 1935 e 1955, pela reforma Capanema e outras legislações complementares, Ribeiro informa que não foi possível proceder-se a comparação, no ensino

presença marcante da escola privada neste grau de ensino, que em 1959, por exemplo, eram quase o dobro daquelas registradas no ensino público (373.187 alunos matriculados no ensino público, contra 703.014 alunos matriculados no ensino médio privado)[115].

Concluindo estas observações sobre o processo de expansão do ensino no Brasil dos anos 50, é importante assinalar que este movimento não foi fruto apenas da ação do Estado, como os dados acima poderiam deixar entrever. Nesse período que se iniciou com o pós-guerra, a movimentação em torno da reorganização da sociedade brasileira, mais visível nos campos sindical e político-partidário, também atingiu outros setores, entre eles o de lutas em defesa de melhores condições de vida da população trabalhadora, principalmente nas áreas urbanas. Ghiraldelli Júnior lembra, para exemplificar um destes movimentos, a organização dos comitês populares democráticos ou também chamados comitês populares progressistas, que proliferaram nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Espalhados pelos bairros destas capitais e, posteriormente, no interior destes estados da federação, o objetivo destas organizações foi, inicialmente, a agitação em torno das eleições para a Constituinte. Pouco a pouco, no entanto, ganharam um caráter novo, de associações de moradores, cuja pauta de reivindicações ia desde a instalação de esgotos, calçamento e asfaltamento de ruas, até a criação de parques infantis (pré-escola), escolas primárias e médias, etc.

Esses comitês — que nesse momento inicial foram fortemente influenciados pelo Partido Comunista, que se encontrava em processo de legalização — além da visão reivindicatória, tiveram uma relação ainda mais estreita com a questão educacional: dado o grande apelo que o problema do analfabetismo encontrava na sociedade brasileira e a relação estreita que se enxergava, naquele momento, entre este problema e as possibilidades de construção de uma sociedade democrática no país, os comitês iniciavam suas atividades organizando cursos de alfabetização para adultos e crianças. Além disso, vários deles organizaram *cursos técnicos populares* de química industrial, corte e costura, eletrônica, taquigrafia, inglês prático-comercial, história, economia política, teatro infantil, etc. Todos estes cursos, assim como a alfabetização, eram gratuitos e realizavam-se nas escolas públicas.

---

médio, entre as suas distintas ramificações. Também não foi possível coletar os dados de 1946, já que este ano não apresentava a rubrica geral de ensino médio. *Ibid.,* p. 132.

Apesar do caráter instrumental destes cursos — o trabalho de alfabetização ainda era entendido como uma forma de aumentar e conscientizar o eleitorado —, o surgimento destas organizações mostrava o processo de diversificação e complexificação pelo qual passava a sociedade brasileira. Neste sentido, apesar do afastamento do Partido Comunista da cena política, com a cassação de seu registro legal em 1947, os comitês continuaram existindo, tendendo a um progressivo processo de institucionalização, que seria o germe de formação das Sociedades Amigos de Bairros — SABs, que tiveram papel importante, a partir daí, no contexto de negociação política, envolvendo a realização de melhorias nos bairros periféricos das cidades brasileiras e a questão eleitoral, no contexto urbano[116].

5. O papel da educação no desenvolvimento da fronteira Oeste do Brasil, Corumbá (Mato Grosso), entre 1946 e 1954

Tendo como pano de fundo a forma como se desenvolveu a questão educacional no pós-guerra no Brasil, foi feita a análise, neste quinto item, do mesmo tema em relação a Mato Grosso e, mais especificamente, em relação à fronteira Centro-Oeste do estado, onde se localiza a região de Corumbá.

Neste sentido, apesar da ênfase envolvendo a questão educacional e o novo entendimento sobre a importância da educação no período histórico ora em estudo, observa-se que foram enfrentadas algumas dificuldades, entretanto, na aplicação das verbas previstas na Lei 2597/55[117], em que uma das prioridades era exatamente o campo educativo. Assim, em ofício[118] dirigido pela Secretaria da Câmara dos Deputados ao General de Brigada Nelson de Mello, presidente da Comissão Especial da Faixa de Fronteira, o deputado Tarso Dutra questionava sobre a aplicação da verba orçamentária de Cr$ 200.000.000,00 destinada, em 1956, a projetos localizados na região de fronteira.

---

[115] ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil...* p. 178.
[116] Cf. GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação...* p. 22 et seq.
[117] A Lei 2597/55, em seu artigo 3º, estabelecia que a União aplicaria, no mínimo, 60,0% da arrecadação anual recolhida na faixa de fronteira, nos próprios municípios onde os impostos haviam sido arrecadados.
[118] BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 158/56.* Rio de Janeiro: 1956. **AN**

Respondendo ao documento enviado[119], Mello informou que apenas cinco municípios haviam enviado os respectivos projetos, visando à obtenção de recursos: Rio Grande, Herval, Lavras do Sul, São Gabriel (Rio Grande do Sul) e Foz do Iguaçu (Paraná); afora isso, ainda estava em fase de estudos a regulamentação da lei 2597/55[120].

Além disso, o exame dos projetos aprovados pela Comissão Especial entre os anos de 1956 a 1958 (Tabela 4.1) permite visualizar a utilização destas verbas, cuja prioridade mostra-se ter recaído efetivamente sobre as obras de infra-estrutura.

Assim, um montante de Cr$ 213.868.391,70 foi gasto em obras de energia elétrica, água, esgotos, telefonia e na construção de pontes e estradas, enquanto Cr$ 16.111.277,00 foram destinados para a construção de escolas, hospitais e maternidades, isto é, cerca de 7,0% do total das verbas gastas em infra-estrutura.

Vale ressaltar que grande parte dos projetos foram apresentados no ano de 1956, sendo que o estado do Rio Grande do Sul reunia a maioria das requisições, seguido por Santa Catarina e Paraná. Mato Grosso, cuja única cidade beneficiada com estas verbas foi Ponta Porã, não voltou a ser contemplado com estes recursos federais após 1957[121].

Pode-se concluir, a partir dos dados apresentados, que estas verbas apenas indiretamente vieram a beneficiar o desenvolvimento educacional na região fronteiriça, na medida em que propiciaram condições para a melhoria de aspectos das condições de vida

---

[119] As dúvidas existentes à época, contudo, parecem não foram sanadas, uma vez que em 1959, o deputado federal Ruy Ramos apresentou à Câmara o Projeto de Lei nº 1002, que visava, com suas determinações, "(...) evitar as interpretações equívocas que se tem dado a essa Legislação e as dificuldades dos Prefeitos em obter as vantagens que a Lei assegura." Como se verá a seguir, muitos dos recursos solicitados somente neste ano começaram a ser liberados, embora alguns projetos remontassem ao ano de 1956. BRASIL. Projeto de Lei nº 1002/59. Determina o recolhimento e depósito de 60% da arrecadação federal nos municípios situados na Faixa de Fronteiras... p. 7016, 6 out. 1959.

[120] O Decreto 39605B, que regulamentou a Lei 2597/55, foi aprovado em 16 de julho de 1956.

[121] Reunindo-se ainda aos recursos apresentados na Tabela 4.1. a rubrica "outros projetos não especificados", com Cr$ 34.074.883,10, chegou-se ao total de Cr$ 264.054.551,80 no montante de recursos desembolsados pela CEFF. Como a dotação inicial de Cr$ 200.000.000,00 estava prevista no orçamento de 1956 (Ministério da Fazenda; Diretoria de Despesa Pública; Encargos Gerais; Verba 2; Consignação 2.6.00; Sub-consignação 2.6.05; Item 5), apenas teriam sido acrescidos, até 1959, Cr$ 64.054.551,80. Este acréscimo pode ter-se dado somente em função dos próprios encargos financeiros dos projetos aprovados em 1956 mas executados de um a três anos depois; ou pode ser o montante de recursos destinados a esta alínea do orçamento, nos anos seguintes. Em qualquer um dos casos, a exigüidade dos recursos justificaria a reclamação do deputado federal Ruy Ramos, sobre as dificuldades das prefeituras da zona de fronteira em obter os recursos assegurados no texto legal de 1955. BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 290/56.* Rio de Janeiro: 1956. **AN**.; BRASIL. Projeto de Lei nº 1002/59. Determina o recolhimento e depósito de 60% da arrecadação federal nos municípios situados na Faixa de Fronteiras. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 7016, 6 out. 1959. Sec. 1.

das populações estabelecidas nessa zona. Estas condições, no entanto, incluindo itens como sistemas de água e esgotos, eletrificação, transportes, etc, iam ao encontro dos objetivos propostos nos planos governamentais, e à perspectiva de apresentar soluções viáveis para a integração produtiva destas regiões. A questão especificamente educativa, ao mesmo tempo, vinha sendo contemplada com recursos federais vindos de outras fontes, ligadas ao próprio Ministério de Educação e Saúde, como exposto em capítulo anterior deste trabalho. De qualquer maneira, não deixou de ser contemplada — na mesma linha de construções relacionadas à infra-estrutura material — com edificação de prédios, numa ação *complementar* àquela realizada por outros programas da pasta específica ou mesmo do programa de desenvolvimento das fronteiras.

Tabela 4.1. – Auxílios pagos pela CEFF, de acordo com a Lei 2597/55, entre 1956 e 1959 (em cruzeiros)

Obras	Número de processos	Ano da entrada do processo	Ano da concessão	Estado	Valor do Auxílio
Luz, água e esgoto	1	1956	1957	Mato Grosso	15.000.000,00
	1	1956	1959	Paraná.	3.995.750,00
	1	1957	1959		16.440.000,00
	7	1956	1957/1959	Rio Grande do	105.549.705,40
	5	1957	1957/1959	Sul	22.742.652,10
	2	1958	1959		24.312.315,30
	1	1959	1959		4.000.000,00
	1	1956	1958	Santa Catarina	1.585.000,00
Sub-total	**19**				**193.625.422,80**
Pontes, estradas e telefone	4	1956	1957 e 1959	Rio Grande do	4.245.944,90
	2	1957	1959	Sul	4.610.059,50
	5	1956	1958/1959	Santa Catarina	11.386.964,50
Sub-total	**11**				**20.242.968,90**
Prédios escolares e hospitais	1	1956	1958	Paraná	878.802,40
	2	1956	1959	Rio Grande do Sul	10.725.532,00
	3	1956	1958/1959	Santa Catarina	4.506.942,60
Sub-total	**6**				**16.111.277,00**
TOTAL	**36**				**229.979.668,70**

Fonte: BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 202/59*. Rio de Janeiro: 1959.

Especificamente sobre a relação educação e segurança nacional, que foi um dos alvos mais significativos das atenções governamentais no período anterior, sobretudo com o Estado Novo, é possível afirmar que tenha ficado em segundo plano neste momento. O único registro significativo sobre o tema foi a aprovação, em 1947, do Regimento Interno da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde, no plano federal, que não trazia, entretanto, nenhuma referência especial sobre a zona de fronteira, exceto a preocupação com o *aperfeiçoamento do espírito patriótico* da população em geral, mais especialmente daquela residente nos núcleos coloniais de descendência estrangeira[122]. Mesmo esta referência, embora voltada à questão da presença estrangeira no país, tinha como alvo todos os núcleos coloniais e não somente aqueles situados nas regiões fronteiriças.

A preocupação em implantar uma educação de abrangência nacional — incluídas aí as zonas de fronteira —, e a centralidade da ação estatal para que isso se efetivasse, no entanto, continuaram presentes tanto no discurso, como na prática que norteou o processo educativo no pós-guerra. No caso de Mato Grosso, esses anos representaram a efetivação das diretrizes que na verdade já haviam sido anunciadas no período anterior, principalmente a partir de 1937.

Assim, também houve uma expansão da rede escolar no estado nesses anos, sobretudo do ensino primário mantido pelo governo estadual, que de 666 escolas em 1948 já somava 1098 unidades em 1954. Essa expansão, contudo, bastante significativa na esfera pública (variação positiva no número de estabelecimentos de 42,6% entre 1950 e 1954 — Tabela 2.5), deu-se — como era de se esperar para uma região de população predominantemente rural — pelo crescimento do número de escolas isoladas, com presença marcante daquelas situadas nas zonas rurais. Tal situação, entretanto, não deixava de ser concordante com a ênfase dada pelo Estado à expansão do ensino, no sentido de alavancador da *interiorização* do desenvolvimento.

Em relação a Corumbá, em que pese o fato de que 51,7% de sua população ainda se encontrava na zona rural, foi significativo o processo de urbanização sofrido pela cidade nos anos 50, fruto da industrialização acontecida na região, naqueles anos, e do impacto das

---

[122] BRASIL. Decreto n. 23438, de 23 de julho de 1947. Aprova o Regimento interno da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde. *Coleção das Leis de 1947*... p. 109-112.

obras de construção do ramal ferroviário Brasil-Bolívia. Desta forma, Corumbá já possuía, segundo o censo de 1950, 48,3% de seus habitantes (18.725 pessoas) residindo na área urbana e suburbana do município, índice significativo para um estado como Mato Grosso, em que apenas 27,2% da população residia nas cidades[123].

Assim, considerando-se um total de 34 escolas primárias existentes na cidade em 1945 (Tabela 1.16), apenas a rede pública estadual já alcançara o número de 30 estabelecimentos em 1952, com a existência de duas escolas agrupadas (um grupo escolar e uma escola reunida) e 28 escolas isoladas, rurais e suburbanas[124]. Apesar da presença ainda bastante significativa da escola isolada, no que Corumbá não se diferenciava de outras regiões do estado, no curto espaço de dois anos, entre 1952 e 1954, a cidade assistiu ao surgimento de duas novas escolas reunidas, sendo que uma delas, posteriormente, foi transformada em grupo escolar. Muito mais que a preocupação com a ação educativa enquanto fator de desenvolvimento[125], contudo, esta expansão deveu-se ao próprio processo de industrialização então em curso no município, que fez aflorarem demandas[126] pela abertura de escolas para atender à população migrante e imigrante chegada a Corumbá, no rastro desses empreendimentos.

---

[123] Considerando que Corumbá era o terceiro município do estado, em população, seu índice ficava abaixo apenas do de Campo Grande, que possuía, segundo o censo de 1950, 55,6% de sua população já residindo em sua zona urbana. Para Cuiabá, segundo maior cidade do estado, o mesmo índice era de 42,2%. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil...* p. 200.

[124] Das 28 escolas listadas, pelo menos sete situavam-se na periferia da zona urbana (Escola "Estrela do Oriente"; Escola Regimental do "17° Batalhão de Caçadores"; Escola do "Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil"; Escola "21 de Setembro"; Escola "União Espírita"; Escola da "Paróquia do Sagrado Coração de Jesus"; Escola da "Paróquia Nossa Senhora do Caacupé") . MATO GROSSO. Secretaria do Interior, Justiça e Finanças. Departamento de Educação e Cultura. *Listagem das escolas.* Cuiabá: 1952. **APE-MT**

[125] Da mesma forma que a onda desenvolvimentista pela qual passava a região de Corumbá não tinha apenas o Estado como o seu principal fator indutor, mas se devia sobretudo à conjunção de um contexto internacional ainda favorável ao estabelecimento de experiências industrializantes em áreas periféricas do mundo capitalista, juntamente com a preocupação, bastante comum no cenário da Guerra Fria, de preservação e integração de todos os recantos do continente latino-americano.

[126] Não foi possível, no limites deste trabalho, estabelecer-se até que ponto estas demandas transformaram-se em bandeiras de luta de possíveis movimentos organizados pela população local, em busca de escolas para si e seus filhos. Existem, particularmente em relação aos anos 30 — e foram citados no capítulo I deste trabalho — abaixo-assinados, vindos sobretudo de pais de alunos residentes na zona rural de Mato Grosso e Corumbá, pedindo a abertura de escolas. Quanto a períodos posteriores, tal material não foi ainda rastreado, permanecendo como desafio para outras pesquisas. Além disso, este desafio incluiria ainda, em relação a todo o momento histórico abrangido, a elucidação dos motivos e repercussões destas práticas sobre a ação planejada e executada pelos poderes públicos na região.

Ainda no sentido de fortalecer, em Mato Grosso e Corumbá, as bases nacionais da escola pública, foi essencial a presença do governo federal. Por um lado, a União, por meio do INEP, contribuiu para o processo de expansão física da rede escolar, com a construção de escolas, a implantação da escola supletiva (Campanha de Alfabetização[127] de Jovens e Adultos) e o envio de material para aparelhamento das unidades escolares (livros, carteiras, material didático, etc). Por outro, o INEP auxiliou na organização administrativa e física da rede pública de educação em Mato Grosso, seja pela cedência de seus técnicos para o trabalho de planejamento e direção do ensino público no estado[128], seja pela sua participação na formação de técnicos e administradores educacionais, profissionais que até esse momento — primeira metade dos anos 50 — não haviam estado presentes na escola pública mato-grossense.

A presença do governo federal, contudo, por meio do Ministério da Educação e sobretudo do INEP, deu ensejo ao uso de outras práticas, como parte da preocupação de propiciar ao Estado instrumentos para o planejamento de sua atuação no campo educacional. Neste sentido, sob a direção de Antonio de Arruda Marques, o governo estadual realizou um levantamento estatístico para diagnosticar a situação do ensino em Mato Grosso, no ano de 1951, visando principalmente ao planejamento da distribuição de novas unidades em função da população escolar, além de conhecer a situação da rede pública já implantada. Desta feita, fazia-se uso em Mato Grosso da pesquisa educacional enquanto instrumento racionalizador, tendo em vista a organização sistêmica das escolas

---

[127] É importante recordar que na esteira do discurso sobre a educação como base do desenvolvimento, ou seja, voltada "(...) para a formação do homem brasileiro, tendo em vista as tarefas do crescimento econômico", estava a preocupação com o analfabetismo, como fator inibidor deste mesmo processo. Esta perspectiva, no entanto, estará sendo mais bem considerada a partir da segunda metade dos anos 50, principalmente no governo Kubstichek. Nesse momento precursor, na primeira metade dos anos 50, a preocupação central girava em torno da expansão e estabelecimento efetivo da educação em todo território nacional, uma vez que "em virtude dos contingentes migratórios que estão buscando [Mato Grosso], numa penetração vigorosa pelas regiões mais afastadas dos centros urbanos, cria um difícil problema escolar. Formado um agrupamento humano, surge, logo, a necessidade do ensino, principalmente o primário." Cf. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. p. 23. **APE-MT**; FÁVERO, Osmar. A educação no Congresso Constituinte de 1966-67... p. 242-243.

[128] Conforme referência anterior, destaca-se que no início da gestão de Fernando Corrêa da Costa, em 1951, o Ministério da Educação indicou, a pedido do governo estadual, o professor Antonio de Arruda Marques, técnico formado pelo INEP, para a direção do Departamento de Educação e Cultura. MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1951. p. 32. **APE-MT**

públicas, que teriam como organismo gestor o executivo estadual, tanto no sentido propriamente organizacional, como naquele relacionado aos aspectos pedagógicos.

Sobre a questão pedagógica, no entanto, vale lembrar que a unicidade dos estudos primários em Mato Grosso e em Corumbá começou a efetivar-se com a Lei Orgânica do Ensino Primário, promulgada em 1951 e implantada a partir de 1952. Foi nesse período, igualmente, que o governo estadual começou a pensar no fornecimento sistemático de material didático para seus alunos, especialmente livros, cadernos, canetas, lápis, entre outros, além de mapas, revistas, etc, para as escolas.

Foi nesses anos, igualmente, que a escola primária passou a ser pensada[129] também como *locus* assistencial, assistência essa que complementaria os serviços propriamente pedagógicos prestados pela escola pública. Entre eles, avultavam a assistência médica, o fornecimento de merenda escolar e a ajuda material — representada pela existência do caixa escolar, bolsas de estudos, etc — para a permanência, na rede de ensino, dos alunos carentes.

A defesa das bases nacionais do ensino público expressou-se na região também pelo debate entre aqueles que defendiam a presença forte da livre iniciativa na educação e aqueles que se posicionavam pela defesa da presença do Estado na gestão educacional. A primeira posição, acordante com a maré privatizante que marcou o governo Dutra, no plano federal, esteve mais evidente nas diretrizes educacionais impressas à gestão pública por Arnaldo Estevão de Figueiredo (PSD), que entendia devesse ser supletiva a ação do Estado na expansão dos serviços educacionais, mormente quando a iniciativa privada não tinha condições materiais ou interesse na expansão do ensino. Contrariamente, Fernando Corrêa da Costa (UDN), por certo sofrendo a influência das posições publicistas defendidas pelo INEP — colaborador estreito do governo estadual no campo educativo — entendia a ação do Estado não apenas como indutora dos rumos a serem tomados pelo processo de expansão da escola pública, mas também como responsável primeiro na tarefa de escolarização da população mato-grossense. Reconhecia, no entanto, o papel supletivo da

---

[129] Seriam precisas ainda algumas décadas, no entanto, para que este caráter assistencial fosse assumido pela escola pública, o que ainda hoje é motivo de acirradas polêmicas fora e dentro das esferas públicas de gestão do sistema educacional. Cf., a respeito da discussão sobre as funções da escola pública na sociedade capitalista contemporânea, ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea...* p. 136 et seq.

escola particular, para o qual não deixou de estar atento, principalmente no campo do ensino médio, que fez jus a diversas modalidades de subvenções (bolsas de estudo, auxílios na construção e manutenção de edifícios escolares, entre outros).

Esse processo de expansão, contudo, fez-se acompanhar pelos mesmos efeitos apontados por Ribeiro[130] em relação à educação primária no restante do país. Neste sentido, ao mesmo tempo que se observava uma ampliação constante da rede escolar, pública e privada, continuavam elevados os índices de seletividade e reprovação da escola, que acabava redundando na evasão de grande parte dos alunos que ingressavam na primeira série do ensino primário, antes mesmo que finalizassem os quatro anos iniciais da escola fundamental.

Os dados apresentados a seguir (Tabelas 4.2) comprovam essa assertiva, segundo os três critérios apresentados para análise: 1. número de alunos que abandonavam a escola, durante o ano letivo (diferença entre matrícula geral e efetiva); 2. relação entre o número de alunos matriculados na primeira série e quarta série do ensino primário fundamental comum; 3. número de alunos que concluíam a escola primária, quatro anos após o seu início.

Tabela 4.2. Resultados referentes ao ensino fundamental comum – Mato Grosso – 1946 e 1955

	Números		Índices	
Matrícula	1946 (1)	1955	1946 (1)	1955
Geral.....	36008	72698	100,0	201,9
Efetiva.....	28835	62257	100,0	215,9
Diferença.....	- 7173	- 10441	---	---

	Números		Índices	
Matrícula	1946 (1)	1955	1946 (1)	1955
Efetiva.....	28835	62257	100,0	215,9
1º ano.....	18873	31692 (2)	100,0	167,9
4º ano.....	1741	3390 (2)	100,0	194,7
Aprovação.....	12804	nd	---	---

(1) Para o ano de 1946, são incluídos os dados do Território Federal de Ponta Porã, visando permitir a melhor comparação com o período seguinte.
(2) Matrículas na 1ª e 4ª série do ensino primário fundamental comum, no primeiro mês letivo do ano de 1955.
Fontes: IBGE, 1950: 427; 430; 432; 436.; IBGE, 1955: 439; 441; 443.

[130] RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da educação brasileira...* p. 129.

Segundos os dados apresentados na Tabela 4.2.:

a) Apesar de ter dobrado o oferecimento de vagas no ensino primário, no período abrangido entre os anos de 1946 e 1955 (aumento de 101,9% na matrícula geral e 115,9% na matrícula efetiva), considerando os dois anos em estudo, cerca de 17,2% dos alunos matriculados não chegaram a freqüentar a escola regularmente (respectivamente 19,9% e 14,4%, em 1946 e 1955). Em termos de Brasil, este índice era de 15,0%, em média, no período considerado[131].

b) A matrícula na 4ª série do curso primário equivalia a 9,2% (1946) e 10,1% (1955) do total de alunos matriculados na primeira série do mesmo curso, nos anos em estudo. A média nacional, neste quesito, é superior, chegando a 15,5%[132].

c) Quanto aos índices de discentes que concluíram o curso primário em Mato Grosso, dos 18.873 alunos efetivamente matriculados na primeira série em 1946, apenas 24,6%, ou seja, 4.637 estudantes finalizaram seus estudos primários em 1949[133]. Da mesma forma, considerando-se os 31.692 alunos efetivamente matriculados na primeira série em 1955, apenas 15,5%, ou seja, 4.908 estudantes finalizaram seus estudos primários em 1958[134]. Tais índices devem ser menores em relação ao período 1946-1949, já que os dados disponíveis englobam também os alunos que concluíram o ensino primário supletivo. Considerando-se esta observação, mais uma vez os índices apresentados por Mato Grosso diferenciam-se em relação àqueles registrados para o conjunto do país, que oscilaram em 16,4% em 1945 e 20,9% em 1955, ou seja, 18,7%, em média.

Assim, ao mesmo tempo que apresentava os mesmos problemas verificados na realidade nacional, a escola primária fundamental comum, em Mato Grosso, tendia a ser ainda mais seletiva, em relação aos três quesitos examinados na análise da Tabela 4.2.

Paralelamente à exclusão de parte dos alunos do universo escolar, mediante os vários mecanismos seletivos existentes no seu interior, outro processo que se aprofundava naquele momento era a perda de qualidade do ensino para aqueles que permaneceram estudando, principalmente com a intensificação do uso dos livros didáticos nas escolas

---

[131] RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da educação brasileira...* p. 130.
[132] *Ibid.,* p. 130.
[133] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1952... p. 435.
[134] *Id. Anuário Estatístico do Brasil*: 1958... p. 358; 359; 364; 365; 366.

públicas e privadas. Essa degradação dos conteúdos didáticos vinha-se dando desde o momento em que a escola nova burguesa chegou aos trabalhadores, a partir da segunda metade do século XIX. Até aquele momento, enquanto se desenrolava a fase de ascensão revolucionária da burguesia, os manuais didáticos haviam sido usados como recursos auxiliares no trabalho didático. Ao contrário, para o entendimento do mundo humano e natural, necessário ao processo de constituição do mundo burguês, esta classe e seus pensadores haviam-se reapropriado dos clássicos[135]. Assim,

> "A reapropriação dos clássicos (...) não representava, portanto, uma volta pura e simples ao passado. A recuperação de uma tendência marcada pela tolerância política na seleção de conteúdos clássicos estava associada à inclusão das ferramentas com as quais a burguesia vinha operando o domínio do mundo material."[136]

Ainda segundo Alves, com a universalização da escola burguesa, os clássicos, bem como as fontes documentais, desapareceram da escola. Ao contrário, os manuais didáticos, de recursos auxiliares passaram ao primeiro plano do trabalho didático, dando início a um processo de objetivação progressiva do trabalho docente e, necessariamente, de crescente especialização do professor. Nestes termos, o livro escolar começou a dominar o desenvolvimento das atividades em sala de aula, dando a tônica das ações pedagógicas[137], contribuindo para que a escola, quanto à transmissão do saber, passasse a restringir-se cada vez mais à transmissão das habilidades fundamentais: ler, escrever e contar[138]. Assim, compreende-se por que uma tal modalidade de escola, privada de sua vitalidade científica e cultural nesse processo, necessitava, para expandir-se, apenas de espaço físico, mobiliário e de um profissional apto ao ensino dessas habilidades fundamentais.

---

[135] As obras clássicas e fontes documentais são essenciais já que, "(...) por serem repositórios de informações originais e, sobretudo, por revelarem as contradições sociais referentes às épocas em que foram produzidas, convertem-se em instrumentos privilegiados para a reconstituição histórica no plano do pensamento." ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea...* p. 28.

[136] ALVES, Gilberto Luiz. *A produção material da escola pública contemporânea...* p. 9.

[137] *Ibid.,* p. 10; 33-34. Ao considerar esta questão, este autor destaca ainda um outro aspecto correlato a este, qual seja, que "(...) expansão escolar (...) se faz acompanhar, também, de expansão de atividades produtivas. Ou melhor, a expansão escolar requer a expansão da indústria de construção, da indústria de papel, da indústria editorial, da indústria de móveis, da indústria de lápis, de canetas, de cadernos, de borrachas, etc." Isto significa dizer que a expansão escolar também contribuiu, no interior da sociedade capitalista, para a dinamização de certos setores da produção. Para tal, contou-se com a utilização de recursos públicos — ou seja, reserva monetária oriunda de impostos, atividade improdutiva, portanto — que, desta forma, contribuíram para viabilizar a continuidade da acumulação para aquelas parcelas do empresariado.

[138] *Ibid.,* p. 34.

No caso de Mato Grosso, a expansão que consolidou as bases de uma educação em moldes nacionais na região, inclusive em sua fronteira Centro-Oeste, deu-se com essas características. Nestes termos, pode ser compreendida a grande ênfase devotada, no discurso oficial, à questão da construção de prédios escolares, entendida esta multiplicação construtiva como o ponto nodal da expansão da escola pública na região. Ora, para a viabilização dessa escola que deixava de ser espaço de saber, o aspecto fundamental passara a ser sua concretização em termos de espaço físico, o que ademais também ia ao encontro das expectativas educacionais das regiões que se urbanizavam no estado.

Simultaneamente, esse processo de expansão acontecia com a presença de dois terços de professores leigos (961 profissionais, segundo dados de 1953[139]), na maior rede de escolas do estado, aquela mantida pelo executivo estadual. Com relação a esta questão, a preocupação maior dos gestores públicos, na etapa de expansão da rede, não estava voltada para o enriquecimento do cabedal intelectual do professor, mas recaía sobre a sua capacitação técnica e, sobremaneira, com a formação dos gestores da rede de ensino em consolidação.

Também nesse momento histórico, num aspecto que é comum a toda a educação no país, começaram a se estreitar as relações entre Estado e indústria de material escolar, que fariam deste cliente — a rede escolar pública — a maior compradora desta mercadoria no Brasil[140], em anos posteriores. Desta forma, a intensificação do uso do livro didático aprofundou igualmente o processo de objetivação do trabalho docente, além de sua crescente homogeneização. Isso vem corroborar a tendência que já se manifestara no período anterior, quando se iniciou a conformação da rede de ensino primário em Mato Grosso, de que este processo não gerou — apesar de qualquer singularidade apontada nos vários estudos realizados pelos governos federal e estadual sobre o tema — um *corpus* pedagógico próprio, ou uma modalidade de escola diferenciada em relação às então existentes no restante do Brasil. Quando consideradas as necessidades impostas pelo desenvolvimento histórico-social então em curso, mesmo na região de fronteira, as

---

[139] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. p. 30. **APE-MT**

[140] Cf. para este assunto ALVES, Gilberto Luiz. *A produção material da escola pública contemporânea...* p. 32.; GATTI JÚNIOR, Décio. Dos antigos manuais escolares aos modernos livros didáticos de história do Brasil, dos anos sessenta aos dias atuais... p. 1 et seq.

carências no campo educacional foram supridas pela expansão da modalidade de escola então existente, conforme descrito neste trabalho.

No sentido de se compreenderem melhor as necessidades impostas pelo desenvolvimento histórico-social de Mato Grosso, sobretudo no caso de sua fronteira Oeste, é importante examinar o perfil da clientela escolar, nesses anos. Já foi destacado o crescimento populacional acontecido na região de Corumbá, e suas relações com o incremento do número absoluto de matrículas, no período. Outro aspecto que corrobora este último é representado pelo aparecimento na cidade, entre os anos de 1953 e 1954, de dois estabelecimentos de ensino primário de grande monta, as Escolas Reunidas do Marítimo Atlético Club e o Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco. Este, inclusive, ao ser inaugurado inicialmente como Escola Reunida, em 1953, já contava com o significativo montante de sete salas de aula[141] e uma denominação que denunciava a nova composição social da cidade, que de uma predominante base agrária, passaria a contar também com uma significativa massa operária, reunida nas periferias de Corumbá[142]. É importante assinalar, contudo, que, provavelmente, esse estabelecimento de ensino só começou a constar das estatísticas regionais como escola pública a partir de 1957, uma vez que até 1956 foi mantido e dirigido pela Missão Salesiana em Corumbá. Neste último ano, graças a um convênio com essa Congregação Religiosa, passou a ser financiado pelo governo estadual. Acredita-se que seja este o motivo do crescimento registrado pelas estatísticas oficiais no número de alunos matriculados em escolas primárias particulares no município, que de 1273 em 1953 saltou para 2596 em 1956, enquanto o movimento inverso acontecia nas escolas estaduais, que de 2222 matrículas registradas em 1953, teriam chegado a 1153 três anos depois (1956)[143].

---

[141] MANFROI, José. *A missão Salesiana e a educação em Corumbá*... p. 70-72. Em 1957 o Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco já contava com 800 alunos.

[142] Segundo os dados do censo de 1940, 9,7% da população de 10 anos ou mais estava empregada em indústrias extrativas e de transformação na cidade. Em 1950, este índice subiu para 12,0%. Em 1959, Corumbá era responsável por 24,8% da produção industrial de Mato Grosso, ocupando em média 1161 operários mensalmente. IBGE. *Censos demográfico e censos econômicos*: 1940...p. 56.; IBGE. *Censos demográfico e econômicos*: 1950...p. 72.; COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA PARANÁ-PARAGUAI. Departamento de Planejamento Econômico e Social. *Plano de industrialização regional*... p. 114-115.

[143] MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954. p. 29-30. **APE-MT**; FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*... p. 146. Este fato é importante

Estes dois estabelecimentos, no entanto, não representavam apenas o crescimento de matrículas no ensino primário, mas o incremento da expansão educacional na zona urbana do município, fato que não se dera em momentos históricos anteriores: até então, a expansão do ensino fora predominantemente localizada na zona rural. Desta feita, o perfil da clientela escolar, diferenciada na região devido ao surto industrial e pela construção do ramal ferroviário Brasil-Bolívia, criou a necessidade de expansão da escola urbana, numa região de Mato Grosso que se diferenciou em relação ao conjunto do estado, neste particular.

Em relação ao ensino médio, já foi mostrado como se dava a seletividade em relação a este grau de ensino no Brasil e, em especial no estado de Mato Grosso: além dos mesmos fatores citados em relação à escola primária, ainda era presente o fato de que esta modalidade de escola ainda não era gratuita em toda a sua extensão. Apesar disso, as matrículas no ensino secundário, o tipo de escola média[144] mais comum na região, cresceram em 103,5% entre 1948 e 1955, passando de 3092 alunos matriculados em 1948 para 6292 em 1955[145].

No município de Corumbá, a diversificação da composição social levou à concretização de demandas que, embora presentes no discurso oficial em outros momentos da história da cidade, ainda não haviam gerado iniciativas práticas no sentido de sua efetiva realização. Era o caso, por exemplo, do curso comercial, instalado a partir de 1947. Desde o início do século XX, a proeminência de Corumbá no cenário comercial de Mato Grosso, no qual funcionou como importante porto de importação e exportação para o Norte e Sul da região, havia levado o governo local a colocar a necessidade de uma escola de comércio na cidade, com o objetivo de preparar aqueles que se dirigiam para esta atividade. Foi mostrado, no primeiro capítulo deste trabalho, como esta preocupação gerou, inclusive, nos albores do século XX, iniciativas até mesmo do executivo municipal, visando franquear a existência de um curso médio, na área de comércio. Todas as tentativas anteriores àquela realizada em 1947, no entanto, malograram.

---

uma vez que, sem a ressalva exposta, Corumbá tornar-se-ia um município peculiar em Mato Grosso, no qual a maior cobertura, em termos de escolas primárias, era proporcionada pelo ensino privado.

[144] A escola secundária estava dividida em dois ciclos: o ciclo ginasial, com 4 anos; e os ciclos científico e ou clássico, com três anos. Cf. capítulo II, item 4.

[145] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1950... p. 401.; *Id., Anuário Estatístico do Brasil*: 1957... p. 370.

Um dos aspectos fundamentais para entender estes malogros foi a inexistência de uma clientela constituída para esses cursos, fato que só vai dar-se com a nova fase de desenvolvimento da cidade, a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Até então, a clientela que se dirigia aos cursos médios, abrangia preferencialmente os filhos e netos dos fazendeiros ligados à pecuária e ao comércio e, maximamente, àqueles que tratariam dos seus negócios na área urbana, nos campos administrativo e contábil. Os primeiros, filhos das classes dominantes da região, passavam pelo curso médio, dirigindo-se ao ensino superior. Os segundos, encontravam no ensino médio a terminalidade suficiente para seus propósitos sociais, que no mais das vezes dava-se pela qualificação adquirida no próprio ambiente de trabalho. Para atender a esta demanda limitada, era suficiente a existência dos cursos público e privado então em andamento.

As transformações ocorridas em Corumbá a partir da segunda metade da década de 40, no entanto, suscitaram a necessidade de criação de novos cursos de ensino médio, que passaram a ser demandados pelas novas levas de imigrantes e migrantes que chegavam ao município[146]. Seguindo a mesma lógica que levara à expansão da escola pública primária, cujo eixo de ação se voltou para a expansão pensada sobretudo em termos de aumento numérico de vagas oferecidas, o Estado procurou fortalecer os cursos médios existentes na rede pública, cuja experiência poderia ser utilizada na abertura de novas oportunidades neste nível de ensino. Deste modo, o ensino secundário ganhou o segundo ciclo científico, e foi implantado o curso comercial.

---

[146] É importante ressaltar a assertiva de Alves, ao lembrar que a expansão do capital, mesmo importando em um aguçamento do processo de divisão e especialização do trabalho, não cria a necessidade de um trabalhador mais qualificado. Assim, "(...) quando mais incorpora ciência e tecnologia, mais a máquina expropria a qualificação do trabalhador. Quando este se reduz historicamente à condição de força de trabalho, sua reprodução enquanto trabalhador passa a depender só da própria reprodução biológica. *A escola é excluída da reprodução ou da qualificação da força de trabalho*." (Os grifos são nossos.). Desta forma, não seria a necessidade de maior qualificação do trabalhador que levaria à expansão da escola, visto que essa qualificação foi perdida pelo trabalhador, com a objetivação de seu trabalho, acontecida com introdução da máquina-ferramenta. Além disso, se se faz necessário algum treinamento para o manuseio da maquinaria ou para outras tarefas relacionadas ao seu trabalho, o trabalhador é treinado. Esse treinamento é oferecido, em alguns casos, no próprio ambiente de trabalho ou em espaço para este fim determinado, em cursos como aqueles oferecidos no sistema "S" — SENAI, SENAC, etc. Cf. ALVES, Gilberto Luiz. *A produção material da escola pública contemporânea...* p. 26.

Considerações finais

A presente pesquisa centrou-se na problemática da conformação da educação pública e privada na fronteira Oeste do Brasil, especialmente na região de Corumbá (município atualmente pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul), no período abrangido pelos governos Vargas (1930-1954), incluídos aí os anos referentes à gestão do Gen. Eurico Gaspar Dutra. Mais especificamente, o objeto deste trabalho era desvelar a relação existente, nesta região da fronteira Brasil-Bolívia, entre o desenvolvimento da sociedade capitalista, naquele contexto particular, e a temática educacional.

Neste sentido, havia um conhecimento prévio, graças à leitura de documentos e da bibliografia existente a respeito desse momento da história da sociedade brasileira, sobre a ênfase dada à questão da integração econômica, social e política do país, no sentido de construção da nacionalidade, e sobre o papel que as regiões de fronteira tiveram no desenrolar dessas políticas de Estado, especialmente aquelas gestadas a partir dos anos 30. Considerando-se, assim, a importância que a temática fronteiriça alcançou nas preocupações do governo brasileiro nesses anos, frente à necessidade de que o país investisse no seu processo de integração, um problema central apresentou-se à pesquisa, qual seja, determinar o papel da educação no contexto das políticas desenvolvidas pelo Estado, em suas áreas fronteiriças, visando a conformação da nacionalidade.

Além disso, feitas estas considerações sobre o papel da educação na região de fronteira, tornou-se necessária a análise de como efetivamente se conformou o processo escolar na fronteira mato-grossense na qual se encontra a cidade de Corumbá, e quais seriam os processos determinantes a incidirem sobre o ensino nessa parte do território brasileiro, no período considerado.

Para responder a estes questionamentos, o primeiro desafio que se impôs foi a qualificação a respeito de quais seriam as propostas nacionalistas dos governos Vargas, nos diferentes contextos históricos em que estiveram envolvidos. Era necessário precisar o teor discursivo e as práticas relacionadas com tais propostas, uma vez que o projeto nacional permaneceu nesse contexto como eixo abstrato, como ideal declarado por todos — daí ser imperativo identificar de que *nacionalismo* o governo Vargas falava e que propostas

nacionalistas levou adiante em sua prática política.. Além disso, tratou-se ainda de discorrer sobre a relação entre nacionalismo e educação, nos vários momentos históricos em questão.

Ao se examinarem as propostas em torno da questão nacional, presentes na primeira etapa do governo Vargas — propostas que foram paulatinamente sendo constituídas entre os anos de 1930 a 1945 — percebeu-se como, em suma, todas as medidas adotadas e aquelas projetadas para o futuro do país, tiveram como eixo central o entendimento, pelo governo brasileiro, de que o desenvolvimento econômico era a base para a unidade e a garantia de manutenção da segurança nacional, em dois sentidos: internamente, na medida em que permitiria a integração das diversas regiões do país, afastando motivos para possíveis discordâncias nascidas das disparidades locais, e, externamente, porque fortaleceria as posições econômicas e sociopolíticas brasileiras frente a outras nações. Simultaneamente, havia a crença — pelo menos até o início do Estado Novo — de que este desenvolvimento poderia ser concretizado com suporte material interno, e o governo procurou viabilizar medidas concretas neste sentido, como a organização de um banco público de investimentos, a canalização de recursos para as áreas de siderurgia e transportes, etc.

A situação de insuficiência dos recursos públicos e privados nacionais, contudo, fez-se cada vez mais presente, de forma que o Estado, mesmo no campo econômico, não chegou a tomar medidas de longo alcance em relação à nacionalização. Sendo essencial para qualquer plano de desenvolvimento de longo prazo para o país, o capital estrangeiro passou a ser cada vez mais cortejado pelo governo Vargas, principalmente a partir de 1939, quando, por conta do conflito mundial, o alinhamento político-ideológico do Brasil ao bloco imperialista, liderado pelos americanos, efetivou-se. Naquele momento, o desafio da política externa passou a ser como incrementar o desenvolvimento, contando com a presença do capital externo, mas controlado nacionalmente.

Assim, o nacionalismo praticado durante essa fase do Estado Novo, quando o cenário da Segunda Guerra Mundial estava presente como pano de fundo, era calcado no entendimento de que a emancipação econômica do país não significava confronto com o capital externo. Este, ao contrário, deveria ser o trampolim para levar o Brasil a um novo patamar de desenvolvimento em que, resguardada a sua soberania, lhe caberia um papel de destaque no cenário mundial, como nação industrializada. Com este projeto, ao mesmo

tempo em que o governo Vargas abandonava o projeto de um desenvolvimento subsidiado nacionalmente — embora não deixasse de lado a importância do controle, pelo Estado nacional, dos rumos deste desenvolvimento — preparava as bases de seu alinhamento com o governo norte-americano.

Mesmo a legislação de caráter protecionista que surgiu ao final desse período, apesar de acenar com medidas severas de combate à especulação, inclusive com a possibilidade de desapropriar as empresas, nacionais e estrangeiras, envolvidas neste tipo de práticas, não chegou a significar uma guinada em direção a um projeto de desenvolvimento autônomo nem uma ruptura com o capital estrangeiro. Nestes termos, o nacionalismo do governo Vargas esteve sempre muito mais relacionado às preocupações em torno da questão da *unidade nacional* do que preocupado em contrapor-se ao capital estrangeiro. É importante reiterar, contudo, que, dada a fase em que se encontrava o capitalismo, em termos internacionais, marcado pela presença hegemônica do capital monopólico, o Brasil não poderia fugir a estes ditames. A industrialização brasileira deu-se mediante a importação de capitais e tecnologia, tanto em relação a novos produtos como a processos, contando com a presença marcante do Estado como gestor preferencial desta política. Assim, considerando-se os principais setores econômicos de suporte à industrialização, no caso brasileiro, eles organizaram-se sob a forma de monopólios e sob a égide do Estado, como a Companhia Siderúrgica Nacional, que surgiu de uma associação entre capitais dos governos brasileiro e norte-americano, a que se seguiram nos anos 40 e 50, a Fábrica Nacional de Motores, a Petrobrás e a Eletrobrás.

Considerando-se a atuação do governo brasileiro em relação à região de fronteiras, e a preocupação com o nacionalismo, a tônica da preocupação do Estado nesse período também era incentivar as iniciativas que levassem à *nacionalização* desta parte do território brasileiro. Essa nacionalização foi identificada, concretamente, com a ocupação progressiva destas regiões por populações de brasileiros natos, em propriedades de até 2000 ha, visando à sua integração social e política ao conjunto do país, principalmente pelo desenvolvimento da atividade agropecuária.

Visto esse objetivo primordial, o ponto-chave dessas políticas recaiu sobre a questão fundiária e, mais tarde, sobre o controle do conjunto das atividades produtivas na faixa de fronteiras, visando à limitação da presença estrangeira na região. Para o controle destas

diretivas, foi criada a Comissão Nacional da Faixa de Fronteiras, que passou a atuar a partir de 1939.

Quando analisada esta questão diretamente sob o prisma da fronteira Brasil-Bolívia, no entanto, foi necessário considerar a existência de um segundo fator, determinante para se entender os rumos tomados pelas diretivas defendidas pelo Estado quanto a esta região em particular e, no geral, em relação a toda a faixa de fronteiras — qual seja, a política exterior brasileira nesses anos. Assim, balizado neste primeiro momento pelas preocupações em torno do aumento da influência argentina no continente, o Itamarati incentivava sempre, por um lado, a dinamização dos laços de intercâmbio com os países vizinhos. Por outro, defendia o fortalecimento da influência brasileira nas relações internacionais em geral e, sobretudo, nos conflitos existentes e ou latentes, no continente sul-americano, nesses anos — como a Guerra do Chaco (1932-1935), que envolveu Bolívia e Paraguai, e a disputa em torno da região de Letícia, envolvendo Colômbia e Peru.

Pode-se dizer, no entanto, que as próprias limitações impostas a uma atuação mais efetiva para a intervenção do Estado nesse primeiro período, sobretudo devido aos efeitos da crise geral do capitalismo, que se estendeu aos anos 30 e, posteriormente pelas dificuldades criadas para todos os países com o conflito mundial, não permitiram que se avançasse, no sentido de concretizar-se com mais eficácia, nenhum dos dois conjuntos de medidas propostas — principalmente em se tratando de uma fronteira l*ongínqua*, isto é, colocada em posição periférica, quando considerados os interesses mais imediatos do universo capitalista, nacional e internacional.

Assim, a questão da nacionalização, na região de Corumbá, limitou-se a algumas medidas de intervenção, visando manter sob controle da Comissão Especial as atividades comerciais e industriais existentes no município — na verdade, chegou-se no mais das vezes a uma espécie de cadastramento dos estabelecimentos ali fixados. Quanto à questão fundiária, a Comissão atuou no sentido de regularizar as posses existentes, fossem elas provenientes de pequenos proprietários ou dos latifúndios que *tradicionalmente* estiveram presentes, de forma hegemônica, em todo o processo de ocupação da planície pantaneira.

No que diz respeito ao intercâmbio com a Bolívia, proposta defendida pela diplomacia brasileira, somente no final dos anos 30 e na década seguinte, o Brasil conseguiu regularizar, por exemplo, o funcionamento de suas missões diplomáticas naquele

país. Da mesma forma, estendeu-se até o final da década de 30 — expressando a incapacidade brasileira de arcar com os compromissos financeiros acordados —, a discussão sobre o destino a ser dado para o milhão de libras esterlinas devido pelo Brasil ao governo boliviano, parte da dívida contraída em função da compra do território da Acre, no começo do século XX. Neste último caso em particular, foi só a partir de 1938 que começou a funcionar a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, que deu início ao trabalho de construção do ramal ferroviário que ligaria Corumbá a Santa Cruz de la Sierra, inaugurado em definitivo no ano de 1953.

Assim, considerando-se essas recomendações mais gerais a respeito do nacionalismo, em termos econômicos, políticos e sociais, é possível pensar sua relação com a questão educacional como um todo, e mais particularmente no tocante ao binômio nacionalização e educação. Neste sentido, pode-se dizer que estes anos foram propícios à rearticulação do ideário educacional, tendo como base o nacionalismo. Assim, o período que vai dos anos 30 aos anos 60 foi importante tanto para a consolidação do capitalismo no Brasil, com a industrialização, como também o foi para a penetração efetiva de uma nova ideologia educacional, que proclamava a importância da escola como via de reconstrução da sociedade brasileira, advogando para tal a necessidade de reorganização do ensino.

Em todas as esferas da vida social, no entanto, — inclusive no campo educacional — os mesmos limites para o desenvolvimento de um projeto *autônomo* de reformas se fizeram presentes, apesar de ter havido crescimento da demanda por escola, em função da industrialização, e de o Estado ter-se mobilizado no sentido de promover mudanças e a expansão do sistema educacional. O intenso debate que vinha acontecendo no país sobre o tema educacional, mesmo antes dos anos 30, acabou tendo como resultado, fundamentalmente, o aumento da rede de ensino, sem que tenha surgido, no contexto das reformas educacionais do período, uma escola *qualitativamente* distinta daquela até então existente.

Assim, os mesmos limites estiveram presentes tanto na reforma Francisco Campos, como na reforma empreendida por Gustavo Capanema. Se desde a reforma Francisco Campos, iniciada em 1931, enfatizou-se a necessidade de se criar um *sistema nacional de educação*, foi na Reforma Capanema, no entanto, que a questão nacional ficou mais evidenciada, coincidindo este apelo nacionalista com o período em que o próprio governo

Vargas, em todas as suas iniciativas e em várias esferas da vida brasileira, conferia maior ênfase para esta problemática.

Este fato, aliado a uma análise que tem se detido com maior cuidado sobre a dimensão política da era Vargas, resultou num superdimensionamento, pela literatura educacional, do que era a questão nacional para o Estado no Brasil, uma vez que este *nacionalismo estratégico* é identificado, de forma imediata, com as orientações fascistas existentes no período. Se é verdade que o nacionalismo encontrou terreno fértil para seu vicejamento nos governos totalitários de então, entre eles a ditadura Vargas, e que existiam efetivamente no Estado setores favoráveis ao recrudescimento de um autoritarismo nos moldes do nazismo, por exemplo, não é menos verdadeiro que a crise que se abateu sobre a economia mundial nos anos 20/30, uma vez que colaborou para a desorganização dos circuitos capitalistas na esfera internacional, facilitou o vicejamento do ideário nacional em vários países, mesmo nas democracias capitalistas.

Outro problema que parece pertinente ao caso examinado é aquele que surge da análise das políticas educacionais do período, quando se faz uma identificação imediata entre a preocupação do Estado com a criação de uma educação em bases nacionais, — perspectiva esta que já estava presente no discurso dos reformadores escolanovistas, desde a década anterior, e que aparece de forma enfática nas preocupações dos governos desse período —, com a suposta concepção de "pedagogia autoritária", que teria sido forjada nos anos 30 e 40. Tal pedagogia não somente não chegou a se conformar enquanto política de Estado, como a organização do sistema escolar que se chegou a criar naquele momento não permitiria falar de uma escola que tivesse alcançado tal grau de influência no corpo social. Ao contrário, este pensamento pode induzir a um outro superdimensionamento, desta feita em relação à importância relativa do projeto educacional frente à realidade econômica e política do país, bem como de suas possibilidades de transformar estes rumos.

Considerando estes parâmetros analíticos, no que diz respeito a perspectiva nacionalizante em Mato Grosso, seus ecos também se fizeram presentes nesta região do país, particularmente interessante para um trabalho sobre o tema, uma vez que este estado localiza-se nas fronteiras brasileiras com dois países sul-americanos, Paraguai e Bolívia. No caso particular de Mato Grosso, no entanto, mesmo a localização *privilegiada* do estado, que seria propícia, em princípio, para o trato da temática nacional de forma diferenciada,

não chegou a ser um fator definidor das políticas públicas, principalmente no que se refere à questão educacional, na região.

Assim, José de Melo e Silva, pensador identificado com o nacionalismo, cearense de nascimento, Juiz de Direto nos anos 40, residente na região da fronteira Sul de Mato Grosso, à época, Território de Ponta Porã, ao discorrer sobre aquela parte do estado, lamentava exatamente o que seria seu caráter específico, isto é, sua condição de zona de fronteira. Segundo este autor, era exatamente a promiscuidade própria ao homem fronteiriço, — no caso específico da fronteira Sul de Mato Grosso, advinda do caldeamento com o elemento paraguaio —, o que se deveria combater.

A escola seria um bom corretivo para este mal, desde que fosse capaz de não se ater às especificidades do meio no qual se encontrava, sendo sua presença importante para o projeto de saneamento a desenvolver-se na região fronteiriça. Para a concretização deste projeto, Melo e Silva declarava sua crença de que seria suficiente a presença da instituição escolar na região, para o que chamava a público a responsabilidade do Estado no equacionamento deste projeto.

Se o discurso de Melo e Silva é interessante para denotar a posição de algumas partes da intelectualidade mato-grossense sobre a questão educacional, resta agora refletir-se sobre os desdobramentos das políticas levadas a cabo pelo Estado, nesta sua área de atuação.

Neste sentido, o primeiro ponto a ser considerado é a cobertura do ensino primário no estado de Mato Grosso e na região de fronteira, nos anos 30 e 40. A predominância ainda era da escola isolada, urbana e rural, embora com um visível crescimento no número de estabelecimentos agrupados, de base urbana. Ora, para os objetivos que se propugnava para a educação do país, na perspectiva nacionalizante, teria sido essencial uma maior integração horizontal da rede de ensino existente, permitindo a uniformidade ideológica e material da mesma. Não existiam condições materiais, contudo, para que tais objetivos fossem alcançados: o Estado, em todos os seus níveis, estabelecera como sua prioridade neste momento o equilíbrio das finanças públicas, visando combater os efeitos que a crise de 29 trouxera aos cofres públicos. Mesmo com um emprego significativo de recursos públicos — em termos relativos o ensino estava entre as três maiores despesas do Estado — o governo de Mato Grosso não tinha condições de fazer frente às despesas necessárias à

manutenção e consolidação de seus sistemas de ensino, visto o seu grau de comprometimento com o saneamento do erário público, agravado pela descontinuidade político-institucional, nos albores da década de 30.

Assim, a constituição de uma rede de ensino encontrou sérios obstáculos para efetuar-se, principalmente em função da precariedade da vida rural, espaço onde se encontrava a maior parte da população mato-grossense. Isso tornava difícil deslocar professores para estas escolas e era ainda mais complicado fiscalizá-los. Além disso, as condições de subsistência na zona rural, e mesmo nas áreas suburbanas das cidades, faziam com que as próprias famílias dos alunos, como narrado em alguns relatos do período, considerassem *desnecessária*, para sua sobrevivência, a freqüência aos bancos escolares; ou seja, a clientela para a atividade educacional ainda não estava perfeitamente constituída enquanto tal, nesse momento, em Mato Grosso.

Apesar disso, nestes anos já se percebe um certo crescimento no atendimento do setor público na área educacional, embora a maioria das escolas primárias ainda sejam isoladas e situem-se na zona rural. Essa característica, aliás, não viria a transformar-se sobremaneira nos anos seguintes, pelo menos em termos do conjunto do estado de Mato Grosso, mesmo com a expansão do ensino público nos anos 50. Isto, no entanto, não poderia ser diferente, visto que continuam sendo a pecuária e as atividades extrativas, principalmente a erva-mate, os principais itens da pauta produtiva do estado, o que localizava a maioria da população mato-grossense na zona rural.

Simultaneamente, contudo, ainda durante o final desse período, principalmente na primeira metade dos anos 40, foi crescendo a participação das escolas agrupadas urbanas, no cômputo total de estabelecimentos escolares primários públicos existentes no estado. Não se pode inferir disso, até porque os dados mostram outra tendência, um forte adensamento da malha urbana em Mato Grosso, suficiente para contrapor-se ao fato de que a grande maioria de seus rarefeitos habitantes estavam na zona rural, como dito anteriormente. Demonstrava, no entanto, a diferenciação sofrida por algumas regiões do estado, como foi o caso das cidades de Corumbá, Campo Grande e Dourados.

Em Corumbá, o foco desta análise, uma peculiar combinação de fatores econômicos, sociais e políticos — como, por exemplo, a existência de uma certa acumulação de capital proveniente da atividade pecuária e da atividade comercial, num

momento em que o próprio conflito mundial criara espaços para a industrialização de centros periféricos — permitiu um crescimento urbano mais expressivo, baseado na atividade industrial que se instalou na cidade, com o conseqüente aumento da participação das unidades escolares urbanas nesta região de Mato Grosso. As novas escolas criadas, no entanto, desenvolvem-se nos moldes das já existentes, sem que se tenha gerado um modelo pedagógico específico, pensado em função da situação particular vivenciada pela cidade, como município de fronteira.

Em relação ao ensino público de nível médio, apesar de um crescimento relativamente expressivo em número de alunos matriculados, continuou sendo pequena a participação do Estado nesta área, em que prevaleciam as escolas privadas. Apenas as maiores cidades do estado contavam com escolas médias públicas — oferecendo principalmente o curso secundário, normal e comercial — sendo que, em todo o período, apenas uma nova unidade, em Corumbá, foi encampada pelo governo estadual, em 1937. Além disso, neste mesmo ano, a preparação de professores em nível médio (escola normal) deixou de existir enquanto curso independente, tendo sido acoplada ao ensino secundário, como uma de suas especializações. É importante ressaltar ainda que, apesar de serem públicas, estas escolas não eram gratuitas, característica que certamente dificultava o acesso a esse grau de ensino, mesmo nas escolas oficiais.

Quanto ao ensino privado em Mato Grosso, primário e secundário, sua participação oscilou entre um momento de maior peso relativo, no começo da década de 30, fundamentalmente até 1937, decrescendo o número de escolas e alunos matriculados durante os anos seguintes. Neste sentido, pode-se supor que as dificuldades advindas da situação de guerra, dificultando os investimentos privados, também tenham atingindo esse setor. Da mesma forma, não pode ser desconsiderado que a presença crescente do setor público, principalmente no primário, contribuiu igualmente para a diminuição da participação relativa das escolas particulares no ensino fundamental.

Sobre a situação de Corumbá, ao mesmo tempo em que o ensino privado perdeu expressão, sobretudo com o desaparecimento de algumas escolas isoladas rurais, ainda existentes no início dos anos 30, ganhou importância com a presença relevante de dois estabelecimentos que, pelo número de classes existentes e alunos matriculados, faziam às vezes das escolas agrupadas públicas. Tratava-se, neste caso, dos Colégios Salesianos Santa

Tereza e Imaculada Conceição, que funcionaram abrigando os ensinos primário e médio — neste último, estando em funcionamento, para os alunos do sexo masculino, os cursos secundário e comercial (Colégio Santa Tereza) e para as alunas (Colégio Imaculada Conceição), os cursos normal e o secretariado, sendo que apenas o secundário e o normal funcionaram, sem solução de continuidade, durante todo esse período. Assim, o ensino privado na cidade acabou acolhendo, por um lado, parte da terceira geração de descendentes das famílias de pecuaristas que, a partir dos anos 20/30, começaram a estabelecer-se na área urbana desse município, abandonando a moradia permanente nas fazendas, quando novos padrões de criação foram introduzidos na pecuária local. Por outro, passaram a demandar estes estabelecimentos as levas de imigrantes e migrantes, pertencentes às camadas médias, sobretudo profissionais liberais e funcionários especializados, que se estabeleceram no município com a construção do ramal ferroviário Brasil-Bolívia e com o início da implantação das novas indústrias estabelecidas na região.

Por isso, pode-se dizer que a tendência mais geral, entre 1930 e 1945, quando examinados o crescimento no número de escolas e de matrículas, em todo o estado, seja de expansão da cobertura, embora esse processo se tornou mais evidente a partir dos anos 50.

Outra será a situação internacional e no Brasil com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início do período da chamada Guerra Fria, em meados da segunda metade dos anos 40. Se antes da Segunda Guerra, no momento de desarranjo da economia internacional, houvera espaço para o crescimento do nacionalismo, nesta nova etapa da história mundial a questão nacional colocou-se de forma diferenciada no panorama econômico, social e político da maior parte dos países. Por um lado, todas as políticas, internas e externas, nos diferentes países, eram pensadas a partir de um determinado alinhamento no plano internacional, seja como parte do bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, seja ao lado do bloco soviético, tendo a frente a União Soviética. O espaço de manobra que o governo brasileiro visualizara na conjuntura pós-30, não tinha espaço após 1945, principalmente a partir de 1948, não se permitindo aí posições divergentes.

Por outro, na nova etapa de crescimento da economia mundial, iniciada nos anos 50 e que se estende até a década de 70, a questão nacional sofreu forte influxo do ideário desenvolvimentista, podendo-se mesmo dizer que a primeira, ou seja, a questão da independência dos diferentes países nos planos econômico, político e social esteve sempre

subordinada à polêmica de como combinar essa busca de autonomia, baseada principalmente na industrialização, e sua necessária inserção no plano internacional. Qualquer que fosse a resposta a este impasse, contudo, este novo contexto favoreceu e foi marcado pelo fortalecimento da presença do Estado, nas sociedades capitalistas

Esta presença forte do Estado nas economias capitalistas, se, por um lado, permitiu que avançassem a globalização e internacionalização da economia mundial, no pós-guerra, multiplicando a capacidade produtiva de distintos países e criando uma divisão internacional do trabalho mais sofisticada, por outro, favoreceu sobretudo as economias dos países centrais, principalmente a americana. Estes anos, conhecidos como a *era de ouro* da economia mundial capitalista, foram marcados também pelo amplo domínio americano, e, de forma extensiva, os benesses do período atingiram igualmente a Europa e o Japão.

No caso do Brasil, o país havia ampliado o seu esforço industrializante durante a guerra. Condizente com o novo quadro capitalista em termos mundiais, contudo, o governo Dutra constituiu-se como uma fase de transição, em que se deu início a um processo de reelaboração das condições de dependência do Brasil, condições essas que levariam a crescente integração do país aos circuitos do capitalismo internacional, desta feita sob a hegemonia americana.

Junto à perspectiva privatista e internacionalizante que foi impressa à economia, sem que o governo tivesse investido de forma deliberada numa política de industrialização, Dutra instalou uma forte rede repressiva em relação ao trabalhismo — herança getulista — e ao comunismo. Desta maneira, impôs ao país um governo liberal limitado na sua forma e antipopular no seu conteúdo, tendo como base as restrições às liberdades políticas e sindicais, com forte controle estatal dos sindicatos, além de conduzir as organizações partidárias comunistas a um novo período de ilegalidade.

Se o Brasil começou a passar, no governo Dutra, por um momento de redefinição de suas condições de inserção no contexto capitalista, tendo como base a nova situação mundial no pós-guerra, o segundo governo Vargas correspondeu a uma reorientação das relações entre Estado e economia, quando o poder público passou a assumir funções mais ativas e diferenciadas, no sentido de se aprofundar sua definição como um Estado planejador, intervencionista e regulamentador, com posições definidas para vários setores da vida nacional, inclusive no campo social. Assim, pode-se dizer que o ideário

nacionalista, tendo sido *reformulado* no governo Dutra, voltava a ter presença marcante no governo Vargas, representado na burocracia estatal pela Assessoria Econômica da Presidência da República, berço da maior parte dos projetos de cunho nacionalista que marcaram estes anos da vida nacional — da criação da Petrobrás, passando pela regulamentação do setor elétrico nacional até os incentivos à implantação do setor de bens intermediários no Brasil.

Tais posicionamentos, contudo, apesar de advogarem o controle pelo país de seu processo de desenvolvimento, não impediram o governo de voltar-se igualmente para o capital internacional, sobretudo americano. Ao contrário, o segundo mandato de Vargas foi marcado pelo aprofundamento da industrialização de caráter monopolista, com aporte cada vez maior do capital externo. Deu-se continuidade, desta forma, ao "modelo de substituição de importações", em sua primeira etapa, quando a implantação das indústrias de caráter monopolista deu-se ainda sob a égide do capital estatal, apesar da presença do capital externo, enquanto no período seguinte (governo Kubitschek), este processo foi dominado essencialmente pelo capital multinacional, apesar da presença forte do Estado na economia brasileira.

Assim, como a disputa em torno da questão de se imprimir ou não um caráter nacionalista ao projeto de desenvolvimento em curso no Brasil do pós-guerra esteve presente nos âmbitos econômico e político, ele também teve desdobramentos no plano social, particularmente nas discussões acerca dos rumos a serem dados à questão educacional, nesse momento histórico.

Nestes termos deram-se tanto as discussões sobre a questão educacional no processo constituinte de 1946, como o início da discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDBEN — a partir de 1948. No campo educacional, os debates centraram-se no papel do Estado frente ao desafio educacional brasileiro, e principalmente sobre a extensão desta presença, opondo privatistas aos defensores da universalização da escola pública. Além disso, o confronto que contrapôs privatistas e os defensores da presença do Estado na educação, não como simples mantenedor das condições de liberdade do mercado educacional, mas sobretudo como responsável pela direção e manutenção da rede pública de ensino, além de legislador/executor nas matérias que fossem da alçada de

educação nacional como um todo, aprofundaram-se a partir da segunda metade dos anos 50 e na década de 60.

Enquanto desenvolviam-se estes debates em torno da Constituinte e, posteriormente da LDBEN, no aspecto organizacional o Estado atuou no sentido da consolidação de uma educação em bases nacionais, dando continuidade às ações que haviam norteado esse processo até então. Nestes termos, continuou a prestigiar e fortalecer as atividades do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — INEP — criado em 1937 (Lei nº 378, de 13 de janeiro), e que teve nestes anos uma presença cada vez maior no campo educacional brasileiro, importante para a formação de quadros na esfera educativa, especialmente voltados para as novas funções técnico-pedagógicas, surgidas a partir da conformação dos sistemas de ensino, em cada unidade federativa. No aspecto da formação profissional, aconteceu também a consolidação da CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pensada inicialmente com uma perspectiva de existência temporária e que foi transformada, em 1951, em órgão permanente de assessoramento do Ministério da Educação e Saúde. Outro organismo surgido neste mesmo ano foi o Conselho Nacional de Pesquisa.

Ainda no aspecto organizacional, a vinculação orçamentária prevista pela Constituição de 1946 permitiu a implantação definitiva, durante o governo Dutra, do Fundo Nacional do Ensino Primário e a criação, em 1954, da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). Apesar disso, após o exame dos percentuais orçamentários aplicados pelos governos federal, estaduais e municipais na educação, observa-se que o montante de recursos aplicados neste período não foi de tal monta a diferenciar-se sobremaneira daquilo que vinha sendo aplicado até então.

Da mesma forma, quando observada internamente, a educação brasileira dos anos 50, fruto das reformas levadas a efeito nas duas décadas anteriores, seguia apresentando algumas de suas características anteriores, em termos de índices de evasão e seletividade, de atendimento à população em idade escolar, etc. Assim, em que pesem as mudanças alcançadas com a unificação dos currículos, com o aporte das metodologias *escolanovistas*, com o suporte federal — material e humano — aos estados, etc, alcançara-se a extensão dos serviços prestados sem que se organizasse, e é importante que se destaque novamente, uma escola qualitativamente diferente.

Considerando-se uma vez mais este novo contexto surgido com o final da Segunda Guerra Mundial, em termos mundiais e no Brasil, como se localizou Mato Grosso, neste novo panorama ?

Inicialmente, é preciso destacar que Mato Grosso passou por um novo surto desenvolvimentista neste momento, desta feita envolvendo os setores industrial e agrícola.

Com relação a atividade industrial surge naquele momento um novo pólo na região, em torno da cidade de Corumbá. Nesta última, foi instalado um número significativo de indústrias, principalmente nos ramos da construção civil e alimentício, tendo a frente o setor extrativo, com a exploração de manganês e minério de ferro pela empresa SOBRAMIL — contando com a participação da Companhia Brasileira de Mineração, subsidiária da firma norte-americana United States Steel Corporation. Este processo de industrialização, importante quando dimensionado em termos regionais, dirigia sua produção fundamentalmente para o mercado regional, sobretudo para as cidades do Norte e Sul de Mato Grosso — Cuiabá, Cáceres, Coxim, Miranda, Aquidauana, Bela Vista e Porto Murtinho —, no qual as mercadorias produzidas chegavam pela via fluvial e ou férrea.

Outro setor que começou a desenvolver-se nestes anos em Mato Grosso foi a atividade agrícola, alavancada pelos projetos de colonização levados a cabo tanto pelo governo federal, como pelo executivo estadual. Entre as regiões que começaram a despontar na economia regional a partir destas iniciativas, estavam, no Sul, o município de Dourados e, ao Norte, a cidade de Rondonópolis e, ainda de forma incipiente, o território situado acima do paralelo 16°, como o município de Jaciara.

Quanto à pecuária, embora continuasse a ser a atividade econômica mais importante do estado, também passou por um momento de transformações, desta feita com o início da instalação de fazendas de engorda nas áreas intermediárias entre os Campos da Vacaria — região cujo principal centro urbano é Campo Grande — e os centros tradicionais de engorda e abate, situados no estado de São Paulo. Além disso, outras inovações foram introduzidas no plantel local, como a intensificação do uso de pastagens artificiais, de melhor qualidade para a alimentação do rebanho, e a disseminação do gado nelore, de linhagem mais refinada em comparação com o zebu, entre outras. Isso permitiu não só a diferenciação entre a qualidade e a taxa de desfrute do gado produzido no planalto e na região da planície pantaneira, como levou à instalação do primeiro frigorífico do estado,

localizado na cidade de Campo Grande. Esta iniciativa, levada a cabo pelos pecuaristas reunidos em torno do Sindicato dos Criadores do Sul de Mato Grosso, na década de 50, era tanto mais significativa por representar a primeira indústria de porte a instalar-se em Campo Grande, além de reforçar a posição de destaque desta cidade dentro de Mato Grosso, que ultrapassou Cuiabá, em termos populacionais, no censo de 1950. Essa primazia expressava o peso significativo do Sul de Mato Grosso, tanto no plano econômico como em termos sociais e políticos, dentro do contexto estadual.

Em relação às regiões de fronteiras, o final da guerra e os anos 50 encontraram um novo posicionamento do governo brasileiro neste campo, em que a defesa das proposições nacionalizantes foram sobremaneira modificadas, a partir de novas perspectivas assumidas pela própria Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, a partir de 1944. Esta nova posição ia ao encontro da defesa de um relacionamento amigável do país, sobretudo em relação aos vizinhos continentais, visando à concretização dos interesses econômicos, sociais e políticos do Brasil na América do Sul, na medida em que se aumentasse o intercâmbio com os países em questão. Além disso, na nova perspectiva adotada, esta seria a forma de incrementar o próprio desenvolvimento das regiões lindeiras brasileiras, transformando-as em *fronteiras vivas.*

Assim, a ênfase das políticas defendidas passou a ser o desenvolvimento nacional, com a proposta de canalização de recursos para a implantação de projetos voltados para esta finalidade, alocados prioritariamente nas áreas de saúde, educação e infra-estrutura, sobretudo quanto a melhorias na comunicação destas regiões com os centros mais desenvolvidos do país. Tais propostas, no caso das fronteiras do estado de Mato Grosso, contudo, careceram de viabilidade política, uma vez que significavam a canalização de recursos públicos, a fundo perdido, para aquelas que estavam, naquele momento, entre as mais distantes e menos desenvolvidas regiões do país. Neste sentido, — e certamente não por acaso —, grande parte dos projetos que foram viabilizados encontravam-se nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Tiveram êxito e influência em Mato Grosso e, em particular, na região da fronteira brasileiro-boliviana em Corumbá, as iniciativas que haviam sido defendidas desde o período anterior pelo Itamarati, baseadas numa visão estratégica da necessidade de inserção brasileira no continente. Entre elas estavam fundamentalmente a construção do ramal

ferroviário entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra; a demarcação definitiva dos limites territoriais brasileiro-bolivianos, além dos vários acordos comerciais assinados entre os dois países, sendo o principal deles o Tratado de Roboré, de 1958.

Estas iniciativas só se tornaram viáveis, contudo, quando condições materiais propícias, nos campos internacional, nacional e regional permitiram ao país a utilização de reservas acumuladas durante os anos do conflito mundial e no pós-guerra imediato, por um lado; por outro, o aumento deste intercâmbio também estava relacionado à implantação do já citado pólo industrial em Corumbá, capaz de atender às demandas regionais dos dois lados da fronteira, bem como da progressiva inserção dos produtos da indústria do Sul e Sudeste brasileiros nas regiões de Santa Cruz de la Sierra e outras, situadas na região andina da Bolívia. Como esta industrialização incipiente da região de fronteira deu-se nas franjas do movimento do capital internacional e nacional, que abriu brechas para o seu desenvolvimento no pós-guerra imediato, a partir dos anos 60, as mercadorias produzidas em Corumbá foram paulatinamente perdendo mercado, — mesmo na fronteira e no interior de Mato Grosso — sendo substituídas pelas similares fabricadas na regiões industrializadas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente.

Tendo como pano de fundo este contexto do pós-guerra em Mato Grosso e na região de fronteira, como fica a questão educacional ? É interessante que se sublinhe uma vez mais que não se evidenciou, em relação às políticas propugnadas pelo Estado nacional para as regiões de fronteira, neste momento histórico, nenhuma diretriz diretamente dirigida a estabelecer uma modalidade particular de intervenção na área educativa, quando consideradas as metas desejadas pelo governo central para o território em apreço. Apesar da ênfase envolvendo a questão educacional e o novo entendimento sobre a importância da educação no período histórico ora em estudo, parece que foram enfrentadas algumas dificuldades, contudo, na aplicação das verbas previstas na Lei 2597/55, que destinava 60,0% dos recursos arrecadados nas regiões de fronteira para aplicação nesta zona específica do país, e na qual uma das prioridades era exatamente o campo educativo. Assim, por exemplo, em 1956, apenas cinco municípios haviam enviado os projetos visando à obtenção destes recursos: Rio Grande, Herval, Lavras do Sul, São Gabriel (Rio Grande do Sul) e Foz do Iguaçu (Paraná). Além disso, o exame dos projetos aprovados pela Comissão Especial entre os anos de 1956 a 1958 permite visualizar a utilização destas

verbas, cuja prioridade parece ter recaído efetivamente sobre as obras de infra-estrutura. Além disso, apenas um município de Mato Grosso foi contemplado com estas verbas especiais, Ponta Porã, em 1956.

A preocupação em implantar uma educação de abrangência nacional — incluídas aí as zonas de fronteira — e a centralidade da ação estatal para que isso se efetivasse, no entanto, continuaram presentes tanto no discurso, como na prática que norteou o processo educativo no pós-guerra. No caso de Mato Grosso, estes anos representaram a efetivação destas diretrizes, que na verdade já haviam sido anunciadas no período anterior, principalmente a partir de 1937.

Assim, houve uma expansão da rede escolar no estado nestes anos, sobretudo do ensino primário. Essa expansão, contudo, bastante significativa na esfera pública (variação positiva no número de estabelecimentos de 42,6% entre 1950 e 1954), deu-se — como era de se esperar para uma região de população predominantemente rural — por meio do crescimento do número de escolas isoladas, com presença marcante daquela situada nas zonas rurais. Tal situação, entretanto, não deixava de ser concordante com a ênfase dada pelo Estado à expansão do ensino, no sentido de alavancador da *interiorização* do desenvolvimento.

Para que este processo de expansão se tornasse possível, do ponto de vista material, colaboraram não apenas os investimentos do poder público local — cujos percentuais, contudo, quando comparados ao período anterior, estiveram na média abaixo dos gastos realizados entre 1930 e 1945 — mas tornaram-se decisivas as inversões do governo federal, sobretudo para a construção e aparelhamento de novas unidades escolares (*Convênio do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso,* previsto para execução a partir do ano de 1947). Também no que diz respeito à preparação do corpo técnico que seria encarregado da elaboração e implantação de novas diretrizes administrativas e pedagógicas para a rede de ensino estadual, o investimento partiu da União. O preparo destes profissionais fez-se por meio de iniciativas do INEP, ficando sua posterior contratação a cargo do executivo estadual, no qual viriam a integrar, a partir de 1951, os quadros do que seria o Serviço de Orientação do Ensino Primário e Assistência da Administração Educacional, um dos núcleos que seria parte da nova Secretaria de Educação e Saúde, criada dois anos depois.

Além disso, o governo federal fez-se presente por meio da *Campanha de Alfabetização de Adultos e Jovens,* programa organizado pelo Ministério da Educação a partir do governo Dutra, que resultou na ampliação do ensino supletivo no estado, visando à erradicação do analfabetismo entre a população que não tivera acesso à escola primária fundamental comum e estendendo o alcance da escola noturna, organizada no final da década de 30.

Quanto ao aspecto legal, este novo momento levou à mudança de várias propostas regulamentadoras então em vigor, fruto sobretudo do esforço de adaptar a educação em Mato Grosso ao conjunto de reformas introduzidas, ainda no final do Estado Novo, com as chamadas *Leis Orgânicas*. Assim surgiram, entre outras, uma nova regulamentação para o ensino normal (Decreto nº 590, de 31 de dezembro de 1948), além da discussão e aprovação, pela Assembléia Legislativa estadual, da Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso, em novembro de 1951.

Este processo de expansão, de acordo com a própria diretiva expressa na documentação apresentada pelo executivo estadual, tinha como objetivos fundamentais atender aos *rincões mais afastados do interior* de Mato Grosso. Em outros termos — usando vocábulo comum a vários autores que estão descrevendo as preocupações do poder público neste momento — o objetivo fundamental era atender às demandas da *hinterlândia* mato-grossense. O que significou a continuidade e, em certa medida, o reforço da proposta de expansão do ensino primário preferencialmente nas áreas rurais, na qual se concentrava a maioria da população do estado.

Uma vez mais Corumbá apresenta-se como uma exceção a este quadro, na medida em que o processo de industrialização em curso na cidade — ao qual vieram juntar-se a construção e implantação do ramal ferroviário Brasil-Bolívia, além de outras iniciativas visando ao fortalecimento do intercâmbio comercial na região de fronteira — levou a que este município, ao contrário da tendência hegemônica em Mato Grosso, apresentasse maior concentração populacional em seu perímetro urbano. Neste sentido, o ensino público urbano, principalmente estadual, vai apresentar crescimento acelerado no município, com a implantação de dois grupos escolares no ano de 1954, cuja clientela principal deveria estar voltada principalmente para as famílias de trabalhadores, nacionais e estrangeiros, que acorreram à cidade para a participação nos empreendimentos antes citados. Além deste,

faz-se sentir também a presença do ensino privado, principalmente por meio dos Colégios Salesianos Santa Teresa e Imaculada Conceição. Além dos alunos oriundos das famílias ligadas à pecuária, sua clientela será reforçada pelos filhos das novas camadas médias urbanas que se estruturam na cidade, relacionadas às áreas de serviços (profissionais liberais), ao funcionalismo público (empregados da Noroeste, da Comissão Demarcadora de Limites, etc) e às tarefas administrativo-financeiras das indústrias ali existentes.

O ensino médio, por seu turno, continuou a crescer neste período, não só em termos de matrículas — como se dera preferencialmente nos anos anteriores — mas também em relação ao número de estabelecimentos existentes no estado. Com relação às escolas públicas, continuaram a ser instaladas predominantemente nos centros urbanos de maior importância em Mato Grosso, inclusive porque seus cursos permaneceram sendo pagos pelo corpo discente destes estabelecimentos, fato que certamente limitava o acesso a essas escolas a alunos com condições financeiras menos favoráveis, população essa que tendia a concentrar-se nestes municípios. Ou que, uma vez residente em cidades maiores, poderia deslocar-se para áreas urbanas próximas, nas quais existisse o ensino médio.

Além disso, as escolas médias passaram por um processo de reestruturação, com a volta do ensino normal organizado em termos independentes e com a implantação das duas modalidades do curso secundário nas escolas públicas — clássico e científico. Em relação à cidade de Corumbá, foi criado ali o segundo curso comercial público do estado, em 1948. Continuaria igualmente a ter presença marcante neste grau de ensino, em todo o estado, o ensino privado, contando, em muitos momentos, com a ajuda pública para sua instalação e ou funcionamento.

À guisa de conclusão destas considerações finais, restaria tratar de alguns possíveis desdobramentos deste trabalho. Se é verdade que o processo de constituição da sociedade capitalista nestes anos promoveu uma redefinição do papel do Estado na organização social, conferindo-lhe a centralidade apontada neste trabalho, inclusive no sentido de canalizar e direcionar os reclamos sociais, não é menos verdadeiro que este mesmo processo deu maior organicidade e visibilidade à sociedade civil, aos *aparelhos privados de hegemonia*, gerando uma tendência efetiva de socialização da política na sociedade brasileira. Nestes termos, pode-se dizer que, se este trabalho centrou sua análise nas políticas desenvolvidas pelo Estado enquanto sociedade política, entre os anos

considerados, existe ainda uma faceta inexplorada desta mesma temática, aquela que diz respeito ao papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil, neste mesmo período.

Assim, este trabalho deixou entrever, em alguns momentos, a presença da sociedade civil, seja pela ação de partidos políticos (por exemplo, especialmente no pós-guerra, com a reorganização partidária e os debates em torno do papel do Estado na educação); seja pela ação de movimentos ligados à Igreja (a presença dos movimentos assistenciais salesianos na cidade de Corumbá, por exemplo); de movimentos ligados à escola (como exemplo, os abaixo-assinados de moradores da zona rural, em torno da criação e localização de escolas), neste amplo processo de conformação da educação em bases nacionais, no estado de Mato Grosso e na região da fronteira Brasil-Bolívia, entre 1930 e 1954. Não era o objetivo central do trabalho, contudo, a exploração mais detalhada deste viés analítico. Neste sentido, inclusive, outros materiais que poderiam ser ricos em informações sobre este aspecto da conformação e dos embates de classe envolvendo a questão da educação, neste período da história nacional e mato-grossense, em particular, deveriam ser analisados, como seria o caso dos jornais, da documentação acumulada por partidos, por organizações assistenciais e movimentos sociais, entre outros.

Outra temática que envolve este trabalho, mas que também não esteve contida entre suas preocupações fundamentais, diz respeito à organização do trabalho didático no interior das escolas em Mato Grosso, fossem elas públicas ou privadas. Os dados coletados sobre este período, conforme fica registrado nestas considerações finais, indicam a inexistência de um *corpus* pedagógico especificamente voltado para a questão das fronteiras — isto é, não se forjou neste momento uma escola qualitativamente diferenciada nesta região do país. Restaria examinar, neste sentido, a partir do ideário predominante no contexto destes anos, no Brasil — a proposta escolanovista — o que acontecia, então, no interior da escola, em termos de metodologia para o trabalho didático, o material pedagógico utilizado pelo professor, as formas de ensinar predominantes, entre outras possíveis questões. É importante destacar que, embora já existam trabalhos que se encaminham nesta direção, esta lacuna ainda se faz sentir, especialmente quando se trata da história da região da fronteira.

Relacionado a este tema, está aquele da história das instituições educativas, sobre o qual ainda há muito o que fazer, sobretudo em se tratando das regiões interioranas de Mato Grosso. Neste sentido, não foi possível nem era intenção desta tese debruçar-se sobre a documentação existente no interior das escolas espalhadas pelo estado e na cidade de Corumbá, que poderão oferecer elementos importantes para se delinear com mais precisão tanto a trajetória da expansão educacional no estado, quanto a forma como, concretamente, esta expansão foi modificando o fazer pedagógico no interior destes estabelecimentos de ensino. Também nesta direção, e complementando esta perspectiva, está ainda por ser feito o registro oral da trajetória de professores e alunos destas escolas, o que deverá enriquecer sobremaneira esta reconstituição.

Referências bibliográficas:

a) DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA – instituições mato-grossenses e sul-mato-grossenses

1. Arquivo Público Estadual / Mato Grosso – APE-MT

CENTRO DE CRIADORES DA NHECOLÂNDIA. *Ofício*. Corumbá: 1934. (Documentos avulsos: lata b, 1934).

CORUMBÁ. Intendência Geral de Corumbá. *Relatorio apresentado á Camara Municipal em sua sessão de 8 de novembro de 1927 pelo Intendente Geral Salustiano A. Maciel.* Corumbá: Sequeira & Cia., [1927].

CORUMBÁ. Intendência Geral de Corumbá. *Relatorio apresentado á Camara Municipal em sua sessão de 14 de novembro de 1929 pelo Intendente Geral Salustiano A. Maciel.* Corumbá: Sequeira & Cia., [1929].

CORUMBÁ. Moradores de Porto Figueira. *Abaixo-assinado.* Corumbá: 1939. (Documentos avulsos: lata a, 1939).

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Abaixo-assinado.* Corumbá: 1941. (Documentos avulsos: lata a, 1941).

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Decreto-lei n. 21, de 11 de dezembro de 1941:* orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1942. [Corumbá: 1942.].

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Decreto-lei n. 42, de 28 de janeiro de 1944:* orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1944. [Corumbá: 1944.].

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Decreto-lei n. 65, de 30 de dezembro de 1944:* orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1945. [Corumbá: 1944.].

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Prefeito José Silvino da Costa.* Corumbá: Tip. Do Comercio, [1934?].

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Prefeito Major João Baptista de Oliveira Motta.* São Paulo: Tip. Paulista, [1937?].

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Conselho Consultivo pelo Secretario interino, respondendo pelo Expte. da Prefeitura Municipal Estevão Augusto Silva.* Corumbá: Grafica Matogrossense, [1935?].

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Bel. Julio S. Muller, DD. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Interino Agostinho Thomaz Monaco.* Corumbá: [1940?].

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Bel. Julio S. Muller, DD. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Interino Estevão Augusto Silva.* [Corumbá: 1938].

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Dr Arthur Antunes Maciel D. Interventor Federal, em 30 de Novembro de 1931, pelo Prefeito Municipal Dr. João Leite de Barros.* Corumbá: Tip. Do Comercio, [1931?].

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Marcelo Moreira, DD. Interventor Federal, pelo Prefeito Arthur Affonso Marinho.* Corumbá: 1944-1945.

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. *Relatorio apresentado ao Sr. Dr. Prefeito Municipal em cumprimento a Portaria n. 38 de 5 de maio p. passado pelo Fiscal Geral desta Repartição Luis de Figueiredo.* Corumbá: 1941. Mimeo. (Documentos avulsos: lata a, 1941).

CORUMBÁ. Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária. *Ofício*. Corumbá: 1941. (Documentos avulsos: lata a, 1941).

MATO GROSSO. Convenção Nacional de Estatística Educacional. *Estatística do Ensino Primário Geral:* organização didática e movimento escolar: parte geral, resultados com discriminação municipal. [Cuiabá: 1939].

MATO GROSSO. Diretoria Geral da Instrução Pública. *Mappa da frequencia dos alumnos matriculados na Escola Primaria Mixta "24 de Outubro"da povoação de Vista Alegre, municipio de Maracaju, relativamente ao mez de Setembro do corrente anno.* Maracaju: 1932. (Documentos avulsos: lata b, 1932).

MATO GROSSO. Diretoria Geral da Instrução Pública. *Mappa da matricula e frequencia dos alumnos da escola primaria mista da Povoação do Macaco em Santo Antonio da Barra, municipio de Sant'Antonio do Rio Abaixo relativo ao mez de Setembro.* Sant'Antonio do Rio Abaixo: 1932. (Documentos avulsos: lata b, 1932).

MATO GROSSO. Diretoria Geral da Instrução Pública. *Relatório do Ginasio Maria Leite do ano letivo de 1938.* Corumbá: 1938. (Documentos avulsos: 1938).

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1950.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imp. Oficial, 1937.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa por ocasião do início da abertura da sessão legislativa de 1949, pelo Doutor Arnaldo Estevão de Figueiredo, Governador do Estado.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1949.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato Grosso, o Dr. Mario Correa da Costa à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura, em 13 de junho de 1936.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1936.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1948.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1951.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1952.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1953.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1953.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1954.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1954.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955.* Cuiabá: Imprensa Oficial, 1955.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado da Justiça, Interior e Finanças. Departamento de Educação e Cultura. *Ofício*. Cuiabá: 1952. (Documentos avulsos: lata a, 1952).

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas — Presidente da República pelo Bel. Julio Strübing Müller — Interventor Federal em Mato Grosso.* Cuiabá: Imp. Oficial, 1940.

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Bel. Julio Strübing Müller, no período de 1941 a 1942*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1942.

MATO GROSSO. Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Departamento de Terras e Colonização. *Processo nº 1409/56.* Cuiabá: 1956. (Documentos avulsos: lata b, 1956).

MATO GROSSO. Secretaria do Interior, Justiça e Finanças. *Legislação.* Cuiabá: 1952. (Documentos avulsos: lata a, 1952).

MATO GROSSO. Secretaria do Interior, Justiça e Finanças. Departamento de Educação e Cultura. *Listagem das escolas.* Cuiabá: 1952. (Documentos avulsos: lata b, 1952).

MATO GROSSO. Secretaria do Interior, Justiça e Finanças. Departamento de Educação e Cultura. *Ofício dirigido ao Sr. Secretário do Interior, Justiça e Finanças, Dr. Ruben de Castro Pinto, em 3 de maio de 1952.* Cuiabá: 1952. (Documentos avulsos: lata a, 1952).

MATO GROSSO. Secretaria do Interior, Justiça e Finanças. Departamento de Educação e Cultura. Serviço de Educação de Adultos. *Acordo especial estabelecendo a criação de 100 escolas de ensino supletivo noturno para adolescentes e adultos.* Cuiabá: 1947.

MATO GROSSO. Secretaria do Interior, Justiça e Finanças. Diretoria Geral da Instrução Pública. *Portaria nº 4.* Cuiabá: 1935. (Documentos avulsos: lata a, 1952).

MATO GROSSO. Secretaria Geral de Estado. Diretoria Geral da Instrução Pública. *Ofícios da Inspetoria Geral do Ensino Primário da Zona Sul.* [Campo Grande: 1938-1940]. (Documentos avulsos: lata d, 1938; lata b, 1940).

MATO GROSSO. Secretaria Geral de Estado. *Ofício:* cobrança de impostos inter-estaduais. Cuiabá: 1939. (Documentos avulsos: lata a, 1939).

MATO GROSSO. *Termo de acôrdo celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Mato Grosso, para execução do plano de construções destinadas à ampliação e melhoria do sistema escolar primário.* Rio de Janeiro: 1947. (Documentos avulsos: lata b, 1947).

MATTO-GROSSO. *Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado de Matto-Grosso* (Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927). Cuiabá: Typ. Official, 1927.

2. Núcleo de Documentação Histórico-Regional - NDHIR-UFMT

MATO GROSSO. *Mensagem á Assembléa Legislativa, lida na abertura da sua 1ª sessão ordinaria da 14.ª legislatura.* Cuyabá: Typ. Official, 1927.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1.ª Sessão Ordinaria de sua 15.ª legislatura.* Cuyabá: Typ. Official, 1930.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1.ª sessão ordinaria da 15.ª legislatura (13/5/1928).* Cuyabá: Typ. Official, 1928.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 3.ª sessão ordinaria da 14.ª legislatura (13/5/1929).* Cuyabá: Typ. Official, 1929.

MATO GROSSO. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa, em 13 de maio de 1926, pelo Sr. Dr. Mario Corrêa da Costa, presidente do Estado de Matto-Grosso.* Cuyabá: Typ. Official, 1926.

3. Instituto Memória do Poder Legislativo - Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso – IMPL-MT

MATO GROSSO. Lei n. 272, 9 dez. 1952. Cria em estabelecimentos oficiais do Estado, o segundo ciclo do ensino secundário. *Diário Oficial,* Cuiabá, v. 62, n. 11671, p. 1, 1952.

MATO GROSSO. Instituto Memória do Poder Legislativo - Assembléia Legislativa de Mato Grosso. *Cópia da legislação referente ao ano de 1937, publicada no Diário Oficial*. [Cuiabá: 19--?].

MATO GROSSO. Instituto Memória do Poder Legislativo - Assembléia Legislativa de Mato Grosso. *Cópia da legislação referente ao ano de 1939, publicada no Diário Oficial*. [Cuiabá: 19--?].

MATO GROSSO. Instituto Memória do Poder Legislativo - Assembléia Legislativa de Mato Grosso. *Cópia da legislação referente ao ano de 1947, publicada no Diário Oficial*. [Cuiabá: 19--?].

MATO GROSSO. Lei nº 272, 9 dez. 1952. Cria em estabelecimentos oficiais do Estado, o segundo ciclo do ensino secundário. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso,* v. 62, n. 11671, p. 1, 1952.

MATO GROSSO. Lei n. 452, 24 nov. 1951. Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso,* Cuiabá, v. 61, n. 11110, p. 1-3, 1951.

MATO GROSSO. Lei nº 557, 3 dez. 1952. Fixa as bases do Convênio do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso. *Diário Oficial*, Cuiabá, v. 62, n. 11666, p. 1, 1952.

b) DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA – instituições nacionais e de outros estados

4. Arquivo Edgard Leuenroth-Unicamp – AEL-UNICAMP

CAMERON, C. R. American Consul General. *Matto Grosso State Finances and budget for 1932.* São Paulo: American Consulate General, 1932.

CAMERON, C. R. American Consul General. *1934 Matto Grosso budgets and finances*. São Paulo: 1934.

5. Arquivo Histórico do Itamarati - AHI

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 10.* La Paz: 1940. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1940 – 23/1/10)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 14*. La Paz: 1931. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1931 – 22/4/11)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 27*. La Paz: 1931. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1931 – 22/4/11)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 31*. La Paz: 1931. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1931 – 22/4/11)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 42*. La Paz: 1931. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1931 – 22/4/11)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 59*. La Paz: 1931. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1931 – 22/4/11)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 60.* La Paz: 1931. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1931 – 22/4/11)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 62.* La Paz: 1931. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1931 – 22/4/11)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 74.* La Paz: 1931. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1931 – 22/4/11)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 86:* anexo informe do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República de Bolívia. La Paz: 1940. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1940 – 23/1/10)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 102*: relatório sobre a cláusula financeira do tratado de 25 de dezembro de 1928. La Paz: 1931. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1931 – 22/4/11)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 103*: relatório dos trabalhos de 1930. La Paz: 1931. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1931 – 22/4/11)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 136.* La Paz: 1940. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1940 – 23/1/10)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 141*. La Paz: 1940. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1940 – 23/1/10)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 168.* La Paz: 1933. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1933 – 22/5/9)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 177.* La Paz: 1933. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1933 – 22/5/9)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 202*. La Paz: 1932. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1932 – 22/5/1)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bolívia. *Ofício nº 231*. La Paz: 1932. (Representações Diplomáticas do Brasil: La Paz (119), 1932 – 22/5/2)

6. Arquivo Nacional – AN

ARQUIVO NACIONAL. Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras. *Histórico.* Rio de Janeiro: 1983.

BRASIL. Gabinete Civil da Presidência da República. *Correspondência (1942-1943)*. Rio de Janeiro: 1943. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 390).

BRASIL. Gabinete Civil da Presidência da República. *Telegrama s/n, de 10/8/1933.* Rio de Janeiro: 1933. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. *Ofício n. 327, de 25-4-41.* Rio de Janeiro: 1941. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Conselho de Segurança Nacional, lata 1).

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Ofício de 9-02-42*. Rio de Janeiro: 1942. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Conselho de Segurança Nacional, lata 1).

BRASIL. Ministério da Guerra. *Carta de Orlando Leite Ribeiro, agente comercial da Embaixada do Brasil em Buenos Aires.* Rio de Janeiro: 1934. (Fundo SA: Góes Monteiro, série 2 (Correspondência), subsérie 7 (1934), microfilme 046/97, notação 175.3.3.)

BRASIL. Ministério da Guerra. *Carta do Ministro da Guerra, Góes Monteiro, ao Estado Maior do Exército.* Rio de Janeiro: 1934. (Fundo SA: Góes Monteiro, série 2 (Correspondência), subsérie 7 (1934), microfilme 046/97, notação 193.)

BRASIL. Ministério da Guerra. Gabinete do Ministro. *Telegrama cifrado nº 218-B, do Comandante da Circunscrição Militar (Mato Grosso) ao Snr. Ministro, em 19-12-1933, às 11h40.* Rio de Janeiro: 1933. (Fundo SA: Góes Monteiro, série 2 (Correspondência), subsérie 6 (1933), microfilme 046/97, notação 175.3.3.)

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 397.* Rio de Janeiro: 1941. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Conselho de Segurança Nacional, lata 1).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 606.* Rio de Janeiro: 1941. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Conselho de Segurança Nacional, lata 1).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 1178.* Rio de Janeiro: 1941. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Correspondência Geral, lata 2).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 87/44.* Rio de Janeiro: 1944. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Presidência da CEFF, lata 256).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 256/44.* Rio de Janeiro: 1944. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Governos Estaduais, lata 150).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 710/44.* Rio de Janeiro: 1944. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Correspondência Geral, lata 3).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 100/51*: projeto de regulamento do Decreto-lei n. 7724. Rio de Janeiro: 1951. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Presidência da CEFF, lata 256).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 361/51*. Rio de Janeiro: 1951. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Governos Estaduais, lata 150).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 110/52.* Rio de Janeiro: 1952. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Presidência da CEFF, lata 256).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 80/53*. Rio de Janeiro: 1953. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Governos Estaduais, lata 150).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 360/54*. Rio de Janeiro: 1954. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Governos Estaduais, lata 150).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 60/55*. Rio de Janeiro: 1955. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Governos Estaduais, lata 151).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 127/55.* Rio de Janeiro: 1955. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Governos Estaduais, lata 151).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 166/55.* Rio de Janeiro: 1955. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Presidência da CEFF, lata 256).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 252/55.* Rio de Janeiro: 1955. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Correspondência Geral, lata 5).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 253/55.* Rio de Janeiro: 1955. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Presidência da CEFF, lata 256).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 298/55*. Rio de Janeiro: 1955. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Governos Estaduais, lata 151).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 496/55*. Rio de Janeiro: 1955. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Governos Estaduais, lata 151).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Processo nº 158/56.* Rio de Janeiro: 1956. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Correspondência Geral, lata 5).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. Processo nº 290/56. Rio de Janeiro: 1956. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Correspondência Geral, lata 5).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 202/59*. Rio de Janeiro: 1959. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Presidência da CEFF, lata 256).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. *Processo nº 132/60*: sugestão à Comissão de Fronteiras. Rio de Janeiro: 1960. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Presidência da CEFF, lata 256).

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. *Relatório das atividades da Comissão – 1949.* Rio de Janeiro: 1949. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Presidência da CEFF, lata 256).

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Processo S.C. n. 9876, de 1949 e DNPM, n. 1365, de 1949*: parecer 2221. Rio de Janeiro: 1949. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Presidência da CEFF, lata 256).

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Departamento de Aeronáutica Civil. *Ofício nº 3754, de 28/11/1939.* Rio de Janeiro: 1939. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 98 – 1933-1934; 1936-1938).

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Departamento Nacional de Portos e Navegação. *Ofício.* Rio de Janeiro: 1934. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 98 – 1933-1934; 1936-1938).

MATO GROSSO. Associação Comercial de Corumbá. *Telegrama nº 53, de 29/3/1934.* Corumbá: 1934. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 98 – 1933-1934; 1936-1938).

MATO GROSSO. Capitão Filinto Müller. *Telegrama nº 227, de 22/8/1935.* Cuiabá: 1935. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Comandante Interino da Circunscrição Militar de Mato Grosso, Cel. Amaro Villanova. *Telegrama nº 11, de 15/10/1932.* Cuiabá: 1932. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Deputado Alfredo Pacheco. *Telegrama nº 41, de 6/10/1934*. Campo Grande: 1934. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Deputado Generoso Ponce. *Telegrama nº 50400, de 19/8/1935*. Cuiabá: 1935. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Deputados do Bloco Evolucionista na Assembléia Legislativa. *Carta ao Exmo. Presidente da República, Getúlio Vargas, de 15/12/1936*. Cuiabá: 1936. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 98 – 1933-1934; 1936-1938).

MATO GROSSO. Deputados do Bloco Evolucionista na Assembléia Legislativa. *Telegrama n° 1032, de 29/12/1936*. Cuiabá: 1936. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Deputados do Bloco Evolucionista na Assembléia Legislativa. *Telegrama n° 1240, de 23/12/1936*. Cuiabá: 1936.; Cuiabá: 1936. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Deputados do Partido Evolucionista na Assembléia Legislativa. *Telegrama n° 135900, de 23/2/1937*. Cuiabá: 1937. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Diretório da Aliança Liberal de Campo Grande. *Telegrama s/n, de 31 de maio de 1932*. Cuiabá: 1932. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Diretório da Aliança Liberal de Cuiabá. *Telegrama s/n, de 1º de junho de 1932*. Cuiabá: 1932. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Diretório do Partido Evolucionista de Corumbá. *Telegrama nº 1480, de 29/8/1934*. Cuiabá: 1934. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Divisão de Estatística e Publicidade. *Dados fornecidos à Comissão de Fronteiras pela Divisão de Estatística e Publicidade*. Corumbá: 1942. (Fundo 1G: Comissão Especial de Revisão de Terras na Faixa de Fronteiras, série Governos Estaduais, lata 150).

MATO GROSSO. Governador Julio Strübing Müller. *Telegrama nº 4800, de 24/11/1937*. Cuiabá: 1937. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Governador Mario Corrêa. *Telegrama n° 20, de 11/2/1937*. Cuiabá: 1937. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Governador Mario Corrêa. *Telegrama nº 221, de 14/10/1936*. Cuiabá: 1936. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Governador Mario Corrêa. *Telegrama nº 525, de 18/12/1936*. Cuiabá: 1936. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Governador Mario Corrêa. *Telegrama nº 34800, de 5/12/1936*. Cuiabá: 1936. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Governador Mario Corrêa. *Telegrama nº 70600, de 23/12/1936*. Cuiabá: 1936. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Governador Mario Corrêa. *Telegrama n° 117800, de 20/2/1937*. Cuiabá: 1937. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Interventor Arthur Antunes Maciel. *Carta ao Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, em 21 de maio de 1932*. Cuiabá: 1932. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Interventor Cel. Newton Cavalcanti. *Carta ao Ministro Vicente Raó, DD Ministro da Justiça, em 31 de agosto de 1935*. Cuiabá: 1935. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Interventor Cezar Mesquita Cerva. *Telegrama nº 40, de 1934*. Cuiabá: 1934. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Interventor Cezar Mesquita Serva. *Telegrama nº 566, de 16/10/1934*. Cuiabá: 1934. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Interventor Julio Strübing Müller. *Telegrama nº 15, de 10/03/1942*. Cuiabá: 1942. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 325 – 1941-1942).

MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama nº 12, de 7/9/1934*. Cuiabá: 1934. Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama nº 20, de 15/10/1932*. Cuiabá: 1932. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama nº 53, de 20/10/1932*. Cuiabá: 1932. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama nº 55, de 29 de abril de 1933*. Cuiabá: 1933. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama nº 334, de 8/7/1932*. Cuiabá: 1932. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama nº 415, de 2/12/1933*. Cuiabá: 1933. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 98 – 1933-1934; 1936-1938).

MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama nº 439, de 29/7/1932*. Cuiabá: 1932. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Interventor Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama s/n, de 2/10/1932*. Cuiabá: 1932. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Interventor substituto Leonidas Antero de Mattos. *Telegrama s/n, de 2/3/1932*. Cuiabá: 1932. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 21 – 1930-1937).

MATO GROSSO. Prefeitura de Aquidauana. *Telegrama nº 61, de 30/3/1934*. Aquidauana: 1934. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 98 – 1933-1934; 1936-1938).

MATO GROSSO. Prefeitura de Campo Grande, Associações da Classe Produtora, Comércio e Criadores. *Telegrama nº 237, de 30/3/1934*. Campo Grande: 1934. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 98 – 1933-1934; 1936-1938).

MATO GROSSO. Prefeitura de Cuiabá. *Telegrama nº 1215, de 30/3/1934*. Cuiabá: 1934. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 98 – 1933-1934; 1936-1938).

MATO GROSSO. Prefeitura de Corumbá. *Telegrama nº 7814, de 30/3/1934*. Corumbá: 1934. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 98 – 1933-1934; 1936-1938).

MÜLLER, Filinto. *Carta endereçada ao Exmo. Sr. Presidente da República, Getúlio Vargas, em 4/61934*. Rio de Janeiro: 1934. (Fundo 35: Gabinete Civil da Presidência da República, lata 98 – 1933-1934; 1936-1938).

7. DOCUMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA - Livros, periódicos, teses, etc.

ABREU, Alzira Alves de. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas.* Rio de Janeiro: EdUERJ; FGV, 1999.

ALMEIDA, Romulo. Política econômica do segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, GRANZIERA, Rui G. *Getúlio Vargas e a economia contemporânea.* Campinas: Unicamp, 1986. p. 131-146.

ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea.* Campinas: 1998. Tese (Pós-Doutoramento em História e Filosofia da Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

_____. *A produção material da escola pública contemporânea.* Campo Grande: 1995.

_____. *Educação e escola em Mato Grosso:* 1719-1864. Campo Grande: UFMS, 1984.

_____. Mato Grosso e a História: 1870-1929 — ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2.sem.1984.

ALVES, Laci Maria Araújo. *O processo de expansão escolar em Mato Grosso (1910-1946: uma abordagem histórica).* Cuiabá: 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, 1994.

ANNUARIO de Matto Grosso – 1930 – 1º ano. Corumbá: Sequeira & Cia., 1930.

ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli Maluf de. *O ensino de didática, na década de trinta, no sul de Mato Grosso*: ordem e controle ?. Campo Grande: 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

ARRUDA, Gilmar. *Os frutos da terra:* os trabalhadores da Matte Laranjeira. Londrina: Editora da UEL, 1997.

AZEVEDO, Fernando. *Um trem corre para o Oeste:* estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional. São Paulo: Martins Editora, 1950.

BÁEZ, Renato. *Ensaios e cartas.* Corumbá: 1984.

BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* São Paulo: Pioneira, 1970.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940*: autoritarismo e democracia. São Paulo: Ática, 1999.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Org.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul:* do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997). São Paulo: 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1997.

BOITO JÚNIOR, Armando. *O golpe de 1954:* a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOLÍVIA. H. Senado nacional. *Convenios suscritos entre Bolivia y el Brasil, preparados en Roboré y firmados en La Paz, en el 29 de marzo de 1958.* La Paz: 1967.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 137-166.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária:* algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930). Cuiabá: 1991.

BRASIL. Decreto n. 4265, de 20 de junho de 1939. Aprova o Regimento da Comissão Especial constituída pelo art. 19 do Decreto-lei n. 1164, de 18 de março de 1939. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, [1939]. v. 3: Atos do Poder Executivo – Decretos (abril a junho). p. 546-549.

BRASIL. Decreto n. 23438, de 23 de julho de 1947. Aprova o Regimento interno da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde. *Coleção das Leis de 1947,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947. v. 6: Atos do Poder Executivo – Decretos (julho a setembro). p. 109-112.

BRASIL. Decreto n. 39605B, de 16 de julho de 1956. Aprova o Regulamento da lei n. 2597, de 12 de setembro de 1955. *Diário do Congresso Nacional,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 7917, 6 out. 1959. Sec. 1.

BRASIL. Decreto-lei n. 1164, de 18 de março de 1939. Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa de fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, [19--?]. v. 2: Atos do Poder Executivo – Decretos-leis (janeiro a março). p. 118-119.

BRASIL. Decreto-lei n. 1968, de 17 de janeiro de 1940. Regula as concessões de terras e vias de comunicação, bem como o estabelecimento de indústrias, na faixa de fronteira. *Coleção das leis de 1940,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944. v. 1: Atos do Poder Executivo – Decretos-leis (janeiro a março). p. 20-27.

BRASIL. Decreto-lei n. 2610, de 20 de setembro de 1940. Interpreta disposições do decreto-lei n. 1968, de 17 de janeiro de 1940, e dá outras providências. *Coleção das leis de 1940,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944. v. 5: Atos do Poder Executivo – Decretos-leis (julho a setembro). p. 325-328.

BRASIL. Decreto-lei n. 6430, de 17 de abril de 1944. Dispõe sôbre as transações imobiliárias e o estabelecimento de indústria e comércio de estrangeiros na faixa de fronteiras. *Coleção das leis de 1944,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. v. 3: Atos do Poder Executivo – Decretos-leis (abril a junho). p. 30.

BRASIL. Decreto-lei n. 7724, de 10 de julho de 1945. Submete ao regime de aforamento as terras devolutas dentro da faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das fronteiras, e dá outras providências. *Coleção das leis de 1945,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. v. 5: Atos do Poder Executivo – Decretos-leis (julho a setembro). p. 18-19.

BRASIL. Decreto-lei n. 7916, de 30 de agosto de 1945. Dispõe sôbre a distribuição das terras devolutas nos Territórios Federais e dá outras providências. *Coleção das leis de 1945,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. v. 5: Atos do Poder Executivo – Decretos-leis (julho a setembro). p. 223-224.

BRASIL. Decreto-lei n. 9063, de 15 de março de 1946. Modifica a data de início da contagem do prazo a que se refere o § 1º do art. 2º do Decreto-lei n. 7724, de 10 de julho de 1945. *Coleção das leis de 1946,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946. v. 2: Atos do Poder Executivo – Decretos-leis (janeiro a março). p. 531.

BRASIL. Decreto-lei n. 9760, de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. *Coleção das leis de 1946,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946. v. 5: Atos do Poder Executivo – Decretos-leis (julho a setembro). p. 284-291.

BRASIL. Decreto-lei n. 9775, de 6 de setembro de 1946. Dispõe sôbre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. *Coleção das leis de 1946,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946. v. 5: Atos do Poder Executivo – Decretos-leis (julho a setembro). p. 315-317.

BRASIL. Instituto Nacional de Estatística. *Anuário estatístico do Brasil – 1936.* Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.

BRASIL. Lei n. 121, de 22 de outubro de 1947. Declara, para fins do § 2º do art. 28, da Constituição Federal, os Municípios que constituem bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país. *Coleção das leis de 1947,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948. v. 7: Atos do Poder Legislativo: outubro a dezembro. p. 9-10.

BRASIL. Lei n. 1767, de 18 de dezembro de 1952. Exclui da cláusula constante do art. 1º da lei n. 121, de 22 de outubro de 1947, o município de Corumbá, no Estado de Mato

Grosso. *Coleção das leis de 1952,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1953. v. 7: Atos do Poder Legislativo: leis de outubro a dezembro. p. 115.

BRASIL. Lei n. 2597, de 12 de setembro de 1955. Dispõe sôbre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências. *Diário do Congresso Nacional,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 7016-7017, 6 out. 1959. Sec. 1.

BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. *Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920.* Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica, 1926. v. 4, parte 1: População.

_____. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. *Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920.* Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica, 1928. v. 4, parte 2: População do Estado de Matto Grosso.

BRASIL. Projeto de Lei nº 138A/55. Dispõe sôbre a extinção da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e transferência dos encargos e dotações da mesma Comissão. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, n. 15, v. 19, p. 3018-3019, 28 nov. 1959. Sec. 2.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1002/59. Determina o recolhimento e depósito de 60% da arrecadação federal nos municípios situados na Faixa de Fronteiras. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 7016, 6 out. 1959. Sec. 1.

BRITO, Claúdia Regina de. *Escola de japoneses:* a construção da etnicidade em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Uniderp, 2000.

CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso.* 2.ed. São Paulo: 1960.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970; 1970-1995).* 2.ed. rev. aum. Campinas: UNICAMP, 1998.

CARNOY, Martin; LEVIN, Henry M. *Escola e trabalho na sociedade capitalista.* 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930- 1937).* 3.ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____. *A terceira República (1937-1945).* 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e a política (1930-1945). In: CPDOC. *A Revolução de 30:* seminário internacional. Brasília: UNB, 1983.

CHIAVENATO, Julio José. *A guerra do Chaco (leia-se petróleo).* São Paulo: Brasiliense, 1979.

COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA PARANÁ-PARAGUAI. Departamento de Planejamento Econômico e Social. *Plano de industrialização regional*: alguns aspectos da

economia do estado de Mato Grosso e seleção de pólos de desenvolvimento. [São Paulo]: 1964.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*: 1889-1943. Campo Grande: UFMS, 1995.

_____. *Corumbá:* um esboço histórico. Corumbá: UEMT, 1973.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso.* [2.ed]. Cuiabá: Fundação Júlio Campos, 1994.

_____. *Pantanais mato-grossenses:* devassamento e ocupação. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

CORRÊA NETO, Virgílio Alves. O Estado de Mato Grosso no período de Dutra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, v. 55, n. 119-120, p. 77-91, 1983.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo:* política externa e projeto nacional. São Paulo: UNESP; FAPESP, 2000.

COSTA, Paulino Lopes da (Org.). *O profeta do Pantanal.* Corumbá: Escolas Profissionais Salesianas, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci:* um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica.* 7.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

COUTINHO, Luciano G.; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra. *Estudos CEBRAP,* Petrópolis, n. 23, p. 7-31, [19--?].

CPDOC. *Arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: [19--?]. Disponível na Internet: <http://www.fgv.br/institucional/cpdoc.cfm>

CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo.* São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.

CURY, Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Baía; FÁVERO, Osmar. A relação educação-sociedade-Estado pela mediação jurídico-constitucional. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988).* Campinas: Autores Associados, 1996. p. 5-30.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. A volta de Vargas e a polarização das forças políticas e sociais. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, GRANZIERA, Rui G. *Getúlio Vargas e a economia contemporânea.* Campinas: Unicamp, 1986. p. 117-129.

_____. *O segundo governo Vargas (1951-1954).* 2.ed. São Paulo: Ática, 1992.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classe. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *O Brasil Republicano*: sociedade e política. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. (História Geral da Civilização Brasileira: t. 3, v. 3).

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 8.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo científico ao socialismo utópico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega, 1985. p. 283-336.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (Org.). *Dicionário de Educadores no Brasil:* da Colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: UFRJ, MEC-INEP, 1999.

FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988).* Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. A educação no Congresso Constituinte de 1966-67: contrapontos. In: _____. *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988).* Campinas: Autores Associados, 1996. p. 241-253.

FEDATTO, Nilce Aparecida da Silva Freitas. *Educação/Cultura/Fronteira:* um estudo do processo educativo-cultural na fronteira Brasil-Paraguai. São Paulo: 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

FERNANDES, Eliane. *Ementário*: 1951. Cuiabá: APE, 1994a. (Mimeo.)

_____. *Ementário:* 1953. Cuiabá: APE, 1994b. (Mimeo.)

_____. *Ementário:* 1954. Cuiabá: APE, 1994c. (Mimeo.)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros.* Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

GATTI JÚNIOR, Décio. Dos antigos manuais escolares aos modernos livros didáticos de história do Brasil, dos anos sessenta aos dias atuais. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 22, Caxambú. *Anais*...Caxambú: 1999. (GT 2: História da Educação).

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1991.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema*: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GONZÁLEZ, Gilma Conceição. *Mato Grosso do Sul*: emergência e consolidação do complexo agroindustrial – o caso da soja e das carnes – bovina, suína e frango. Rio de Janeiro: 1996. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

GORENDER, Jacob. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, GRANZIERA, Rui G. *Getúlio Vargas e a economia contemporânea.* Campinas: Unicamp, 1986. p. 87-100.
GUIA do Terceiro Mundo: 89/90. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1988.

HAMDAN, Eli Mara Leite Royg. *Estado e educação em Mato Grosso na primeira metade do século XIX.* Campo Grande: 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos:* o breve século XX – 1914-1991. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia:* a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

IANNI, Octávio. A "redemocratização" de 1946 e as tentativas de reorientação da política econômica. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, GRANZIERA, Rui G. *Getúlio Vargas e a economia contemporânea.* Campinas: Unicamp, 1986. p. 101-115.

_____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1939–1940. Rio de Janeiro: 1940.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1946. Rio de Janeiro: 1947.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1950. Rio de Janeiro: 1951.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1952. Rio de Janeiro: 1953.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1955. Rio de Janeiro: 1955.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1956. Rio de Janeiro: 1956.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*: 1958. Rio de Janeiro: 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil:* censo demográfico. Rio de Janeiro: 1956. (Série Nacional; v.1).

_____. *Estado de Mato Grosso:* censos demográfico e econômicos. Rio de Janeiro: 1956a.

_____. *Geografia do Brasil*: região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: 1989. v. 1.

_____. *Recenseamento geral do Brasil (1º de setembro de 1940).* Rio de Janeiro: 1952. (Série Regional, parte 22: Mato Grosso).

ITO, Claudemira Azevedo. *Corumbá*: a formação e o desenvolvimento da cidade. São Paulo: 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, 1992.

JACOMELI, Mara Regina Martins. *A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República:* 1891-1927. Campinas: 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. A pré-escola na República. *Pró-posições,* Campinas, n. 3, p. 55-66, dez. 1990.

KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. In: MÜLLER, Telmo L. (Org.). *Nacionalização e imigração alemã.* São Leopoldo: Unisinos, 1994.

LEITE, Gervásio. *Um século de instrução pública:* história do ensino primário em Mato Grosso. Cuiabá: [1970].

LÉNINE, Vladimir Ilitch. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: _____. *Obras escolhidas em seis tomos.* Lisboa, Moscovo: Avante, Progresso, 1984. v. 2: p. 291-417.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema*: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

MANFROI, José. *A Missão Salesiana e a educação em Corumbá:* 1899-1996. Campo Grande: 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização.* São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso.* Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MARX, Karl. *As crises econômicas do capitalismo.* São Paulo: Ched; Edições Populares, 1982.

_____. Para a crítica da economia política. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.* 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 1-157.

MATO GROSSO. Arquivo Público Estadual. *Ementário da legislação estadual (1936-1950).* [Cuiabá: 1952].

MATO GROSSO. *Indicador das leis e decretos do Estado de Matto-Grosso (1890 a 1935)*; organizado por um funccionario do Thesouro do Estado. Cuiabá: Liv. e Pap. União, [1935].

MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste:* sul de Mato Grosso. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

MELLO, Alex Fiuza de. *Marx e a globalização.* São Paulo: Boitempo, 1999.

MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário biográfico mato-grossense.* 2.ed. Cuiabá: 1971.

_____. *Evolução do ensino em Mato Grosso.* Cuiabá: 1977.

_____. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso.* 2.ed. Cuiabá: Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 1974.

MICHELS, Ido Luiz; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Coord.). *Diagnóstico sócio-econômico da Bacia do Alto Paraguai:* aspectos regionais e urbanos. Campo Grande: UFMS/SEMA, 1995. Relatório final.

NASCIMENTO, Luiz Miguel do. *As charqueadas em Mato Grosso*: subsídio para um estudo de história econômica. Assis, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, 1992.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites políticas:* competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso). Rio de Janeiro: IUPERJ, Vértice, 1988.

NEUVALD, Luciane. *"A maior dádiva do Estado Novo a Mato Grosso ?"* O patronato agrícola "Gustavo Dutra" no período populista (1943-1964). Cuiabá: 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, 1997.

NUNES, Clarice. Anísio Spínola Teixeira. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque, BRITTO, Jader de Medeiros (Org.). *Dicionário de Educadores no Brasil:* da Colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: UFRJ, MEC-INEP, 1999.

O OBSERVADOR Econômico e Financeiro. Rio de Janeiro: 1936-1945.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A educação na Assembléia Constituinte de 1946. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988).* Campinas: Autores Associados, 1996. p. 153-190.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Uma fronteira para o pôr-do-sol.* Campo Grande: UFMS, 1998.

PAULI JÚNIOR, Edelberto. *Coletando depoimentos (histórias de vida) sobre a história do PCB/PPS em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 1994. Relatório de iniciação científica.

PÉREZ, Angela Maria. Os salesianos em Corumbá e Ladário. In: COSTA, Paulino Lopes da (Org.). *O profeta do Pantanal.* Corumbá: Escolas Profissionais Salesianas, 1988.

PÓVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso*. Cuiabá: 1996. 2 v.

PINTO, Maria Magdalena Vieira. Núcleos urbanos. In: IBGE. Conselho Nacional de Geografia. *Geografia do Brasil:* grande região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: 1960.

PROENÇA, Augusto César. *Pantanal:* gente, tradição, história. Campo Grande: 1992.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos:* a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956). São Paulo: 1999. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, 1999.

RIBEIRO, Lélia Rita E. de. *O homem e a terra.* Campo Grande: [199-?].

RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da educação brasileira:* a organização escolar. 6.ed. São Paulo: Moraes, 1986.

_____. *Introdução à História da educação brasileira.* São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

RIBEIRO, Renato Alves. *Taboco 150 anos:* balaio de recordações. Campo Grande: 1984.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988).* Campinas: Autores Associados, 1996.

RODRIGUES, J. Barbosa. *História de Campo Grande.* Campo Grande: 1980.

RODRIGUES, Luzia Odeth Duarte. *O ensino rural em Corumbá.* Corumbá: 1993. (Monografia apresentada ao Departamento de Educação, UFMS, Campus de Corumbá, para obtenção do título de Bacharel em Pedagogia).

RODRIGUES, Maria Benício. *Educação escolar como instrumento de mediação na relação Estado/povo:* a reforma mato-grossense de 1910 – fase de implantação. São Paulo:

1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil.* 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul*: histórias de vida. Campo Grande: UFMS, 1990.

SAVIANI, Dermeval. Concepção de dissertação de mestrado centrada na idéia de monografia de base. *Educação brasileira,* Brasília, v. 13, n. 27, p. 159-168, jul/dez. 1991.

_____. *Educação:* do senso comum à consciência filosófica. 12.ed.rev. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. *Educação e questões da atualidade.* São Paulo: Livros do Tatu, Cortez, 1991.

_____. *Educação brasileira:* estrutura e sistema. 7.ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. *Escola e democracia.* 6.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985.

_____. O pensamento da esquerda e a educação na República brasileira. *Pro-posições*, Campinas, v.3, p. 7-21, dez. 1990.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema.* São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos:* 1939-1942. O processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Nacional, 1985.

_____. O difícil aprendizado do nacionalismo. In: CPDOC. *A Revolução de 30*: seminário internacional. Rio de Janeiro: FGV, Brasília, UNB, 1983. p. 623-643.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 199-228.

SILVA, Ronalda Barreto. *A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC e a política educacional da Estado brasileiro.* São Carlos: 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 1995.

SILVA, Salomão L. Quadros da. A Era Vargas e a economia. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org). *As instituições brasileiras da era Vargas.* Rio de Janeiro: EdUERJ; FGV, 1999.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira.* 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira*. Luzes e Sombras* : modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889). Cuiabá: 1999. Tese (Doutorado em História da Educação) – Instituto de Educação, 1999.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves da, CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso.* 3.ed. Cuiabá: UFMT, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro. In: _____. *Introdução à revolução brasileira.* 3.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Lécio G. de. *História de Corumbá.* Corumbá: [19--?].

SWEEZY, Paul Marlor. *Modern capitalism and others essays.* New York, London: Montly Review Press, 1972.

_____. *Teoria do desenvolvimento capitalista.* 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: ensaios sobre economia brasileira. 7.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

THOMSON, David. *Pequena história do mundo contemporâneo:* 1914-1961. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

TRONCA, Ítalo. O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942). In: FAUSTO, Bóris (Org.). *O Brasil republicano*: sociedade e política (1930-1964). 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Cap. 6: p. 337-360.

UREÑA, Enrique M. *Karl Marx economista:* lo que Marx realmente quiso decir. Madrid: Editorial Tecnos, 1977.

VARGAS, Getúlio. *Correspondência.* Rio de Janeiro: 1943-1944. (CPDOC-FGV)

_____. *A nova política do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1938-1945. 10 v.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Capitalismo e escola no Brasil:* a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas: Papirus, 1990.

WILLEMS, Emílio. *Aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1946.